

STATEMENT OF ESTIMATES

Documento I

Political presentation

1. PRIORIDADES DO PROJETO DE ORÇAMENTO DE 2013

O relançamento do crescimento económico e da criação de emprego estará no cerne da atividade da UE em 2013, com base numa previsão de regresso a uma trajetória de crescimento no segundo semestre de 2012. O ritmo de recuperação esperado permanece todavia díspar entre os Estados-Membros, persistindo riscos para o crescimento do PIB num contexto de incerteza ainda elevada, tendo nomeadamente em conta a adoção de medidas destinadas a superar a crise da dívida soberana e a situação de fragilidade dos mercados financeiros.

Verificam-se sinais de uma maior estabilização, mas não há margem para complacência. Esta maior estabilidade proporciona uma oportunidade para se dar ênfase ao que é realmente necessário para a economia europeia: o investimento e o emprego. Todos os Estados-Membros comprometeram-se numa estratégia de crescimento comum – a estratégia Europa 2020 – como resposta abrangente aos desafios que se colocam à UE. O investimento é um elemento essencial para estimular o crescimento; o orçamento da UE, com a sua elevada prioridade dada ao investimento, tem um papel importante a desempenhar como catalisador das políticas de relançamento dos Estados-Membros, em benefício da atividade económica em toda a União. A tónica no crescimento beneficiará igualmente com o facto de os programas estabelecidos para o atual quadro financeiro plurianual terem atingido a sua plena maturidade, proporcionando uma base sólida para a próxima geração de programas.

Na elaboração do seu projeto de orçamento, a Comissão adotou uma abordagem rigorosa, sendo o aumento total do nível das dotações de autorização, que está limitado à correção da inflação (+ 2,0 %), combinado com um aumento significativo do nível das dotações de pagamento (+ 6,8 %), o que, por um lado, contribui diretamente para o crescimento e o emprego na Europa e, por outro, é necessário para permitir que o orçamento da UE cumpra as suas obrigações contratuais provenientes dos exercícios anteriores e corrente.

Foram estabelecidas as seguintes prioridades para o projeto de orçamento de 2013:

1.1. Investimento com vista a um crescimento favorável ao emprego

Em 2013, a UE prosseguirá o seu apoio ao investimento e a ações a favor de um crescimento favorável ao emprego. Esta prioridade política fundamental está refletida no nível das dotações de autorização solicitadas no quadro do projeto de orçamento. A rubrica «Competitividade para o crescimento e o emprego», com um montante de 16,0 mil milhões de EUR em dotações de autorização, e a rubrica «Coesão para o crescimento e o emprego», com 54,5 mil milhões de EUR em dotações de autorização, apoiam a economia da UE mediante a definição das condições para um crescimento sustentável e para uma consolidação orçamental favorável ao crescimento, tanto imediatamente como a mais longo prazo. A rubrica «Uma economia baseada no conhecimento e na inovação» beneficia claramente do investimento na investigação e desenvolvimento, na competitividade, na inovação, nas infraestruturas e no capital humano, em sintonia com as áreas prioritárias identificadas pela estratégia Europa 2020.

Na presente fase final do atual quadro financeiro, o projeto de orçamento de 2013 é estabelecido com base numa abordagem com duas vertentes.

Em primeiro lugar, as dotações para os programas e iniciativas **que reforçam o crescimento e o emprego** são maximizadas no âmbito do quadro existente. Os programas de apoio ao crescimento e à criação de emprego estão sobretudo no âmbito da rubrica 1A «Competitividade para o crescimento e o emprego» e da rubrica 1B «Coesão para o crescimento e o emprego». Estas políticas integram-se totalmente nos compromissos assumidos pelos Estados-Membros relativamente a uma verdadeira estratégia Europa 2020.

Em termos globais, as dotações de autorização propostas relacionadas diretamente com a realização dos objetivos da estratégia Europa 2020 registam um aumento de 2,7 % em 2013, passando para 64,5 mil milhões de EUR¹. As dotações de autorização da rubrica 1 «Crescimento sustentável» aumentam 3,5 %, um nível claramente superior ao aumento global do nível de autorizações no quadro do projeto de orçamento de 2013 em conformidade com a correção da inflação (+ 2,0 %), de modo a demonstrar a importância política atribuída a este tipo de despesas.

Em especial, os principais programas de apoio ao crescimento e investimento, às PME, ao emprego e à juventude, que demonstraram a sua eficácia, bem como a eventual reprogramação dos fundos estruturais em oito Estados-Membros, tal como anunciado no Conselho Europeu de janeiro de 2012, deverão simplificar o financiamento de investimentos nos domínios mais críticos e reforçar os esforços desenvolvidos para lutar contra o desemprego dos jovens e apoiar as PME. Estes esforços são complementados por novas iniciativas, sobretudo a fase-piloto proposta para as obrigações a favor de projetos nos domínios dos transportes, energia e TIC, bem como o novo instrumento proposto de partilha de riscos no âmbito dos fundos estruturais, que tem por objetivo fazer face aos problemas de liquidez das instituições financeiras, com vista a facilitar o investimento e o crescimento.

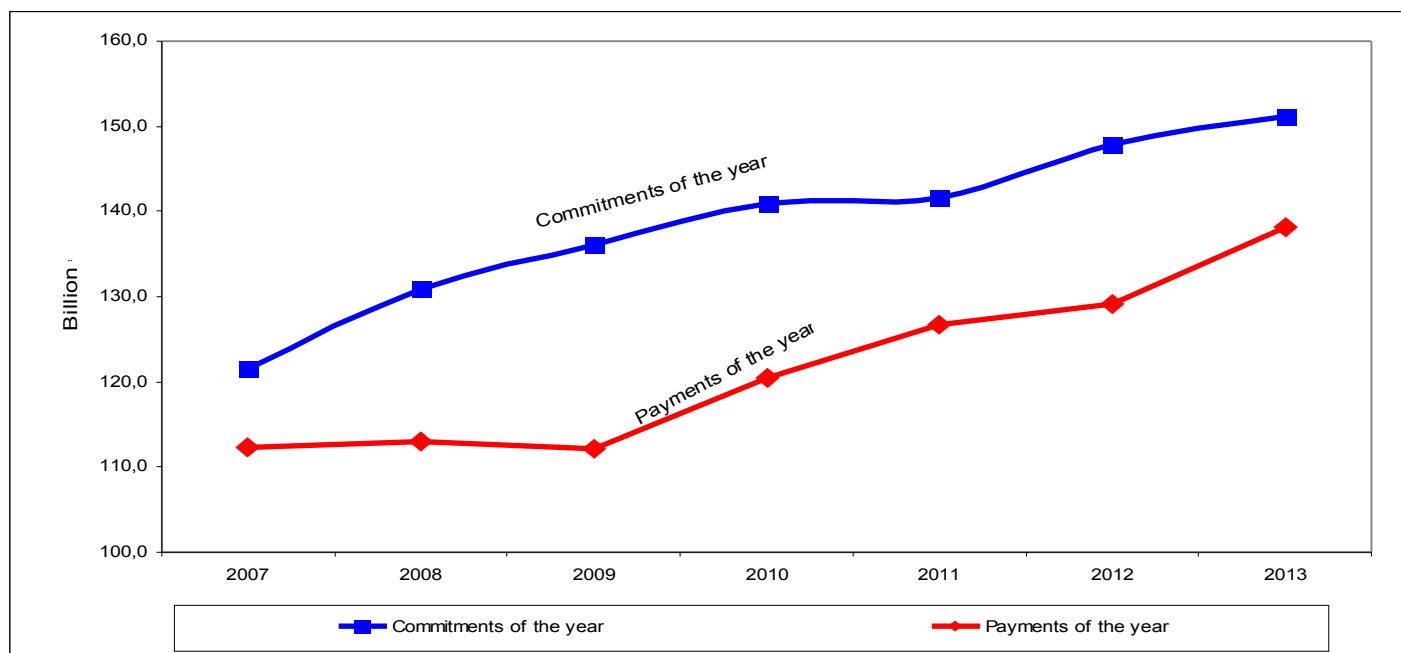
Em segundo lugar, a afetação das dotações é orientada pela obtenção **de ganhos de eficiência e de reduções das despesas administrativas**. Em princípio, a programação financeira para 2013 é seguida a fim de permitir a aplicação das políticas tal como previsto, salvo se existirem provas de subexecução, de resultados aquém dos esperados ou quando são detetadas dificuldades relativamente a uma boa gestão financeira, o que elimina o risco de criar autorizações por liquidar injustificadas em anos futuros.

1.2. Um orçamento realista e responsável

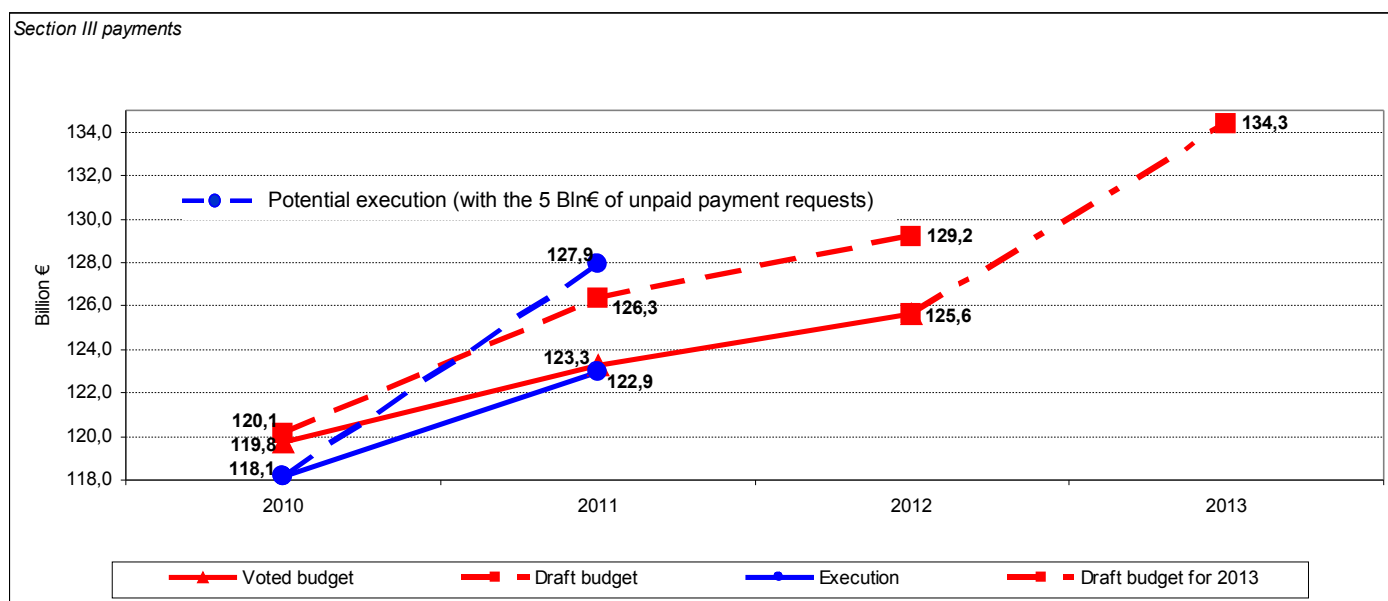
No último ano do atual quadro financeiro, o nível requerido das dotações de pagamento é, em grande medida, determinado pelo ciclo dos projetos. Por conseguinte, o projeto de orçamento de 2013 prevê aumentos significativos – em relação a 2012 – das dotações de pagamento para domínios de intervenção fundamentais orientados para o investimento, em que os programas estão atualmente a ser executados em plena velocidade. Em especial, os maiores níveis de pagamentos a favor dos Programas-Quadro de Investigação (+ 28,1 %, passando para 9,0 mil milhões de EUR) e dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão (+ 11,7 %, passando para 49,0 mil milhões de EUR), correspondem ao montante estimado com maior exatidão dos pedidos de pagamentos que se prevê receber em 2013 provenientes dos nossos parceiros de execução públicos e privados nestes domínios. O aumento das dotações de pagamento irá maximizar o contributo do orçamento da UE para a recuperação económica e o crescimento, especialmente necessários durante um período de esforços de consolidação orçamental nos Estados-Membros.

O aumento proposto do nível global de dotações de pagamento (+ 6,8 %) resulta de uma análise exaustiva e rigorosa das necessidades em todos os domínios de intervenção. O nível proposto de despesas é uma consequência necessária das obrigações contratuais da União no sentido de executar um nível crescente de autorizações por liquidar do corrente exercício e dos anteriores, numa altura em que a execução efetiva dos principais programas está claramente a ser impulsionada, tal como apresentado no quadro infra.

¹ Os pormenores relativos a este tipo de despesas constam do anexo VI do presente documento. Além disso, a introdução («relatório do orçamento») do PO de 2013, na sua parte I do documento de trabalho sobre as fichas de atividade, incide igualmente na contribuição do orçamento da UE para a estratégia Europa 2020, incluindo o apoio ao «Crescimento e emprego».



Uma evolução ordenada das dotações de pagamento constitui igualmente uma condição necessária para limitar a taxa de crescimento do nível das autorizações por liquidar: a limitação do aumento do nível solicitado de autorizações à correção da inflação (+ 2,0 %), combinada com um aumento substancial do nível solicitado de pagamentos (+ 6,8 %), traduz-se num rácio mais elevado entre pagamentos e autorizações no orçamento (de 87,3 % no orçamento de 2012 para 91,4 % no projeto de orçamento de 2013), a fim de refletir o aumento dos pagamentos no final do período do quadro financeiro, o que, por sua vez, irá limitar o crescimento do nível das autorizações por liquidar. Por último, os aumentos percentuais numa base anual têm igualmente de ser considerados no contexto dos orçamentos de 2011 e de 2012 adotados, cujos níveis de dotações de pagamento foram seriamente subestimados no que diz respeito às necessidades previstas no final do exercício. O gráfico apresentado seguidamente indica, para a secção da Comissão do orçamento, o diferencial entre o projeto de orçamento, o orçamento votado e a execução dos pagamentos no final de 2010 e 2011, o projeto de orçamento e o orçamento votado de 2012, bem como a execução projetada no final do exercício de 2013.



1.3. Controlo do desempenho

No que diz respeito às despesas operacionais, a Comissão procedeu a uma análise aprofundada dos programas e ações, em especial com base na execução e desempenho verificados no passado. A proposta da Comissão reflete a melhor utilização possível das dotações disponíveis para ações que demonstrem ter o necessário valor acrescentado da UE, que respeitam os objetivos políticos da União e que produzam resultados. Uma abordagem rigorosa dos programas e ações que registam dificuldades de execução, bem como das despesas de apoio, permitiu à Comissão conter os pedidos orçamentais no âmbito das várias rubricas de despesas, ao mesmo tempo que as dotações foram reorientadas para as prioridades políticas da União, tais como as pequenas e médias empresas (PME), a juventude e o emprego.

A Comissão analisou atentamente as despesas de apoio administrativo no âmbito de rubricas setoriais relacionadas diretamente com a execução dos programas operacionais, inclusive relativamente às agências de execução, como reflexo da forma como a Comissão conteve os seus próprios custos de funcionamento no âmbito da rubrica 5 (Administração), conforme se apresenta em seguida. Do mesmo modo, a Comissão adotou uma abordagem rigorosa em matéria de despesas das agências descentralizadas, em especial mediante o congelamento da contribuição da UE para as agências «em velocidade de cruzeiro» e a reavaliação das necessidades das agências descentralizadas com novas tarefas ou recém-criadas. Este exercício exaustivo permitiu à Comissão propor economias em relação à última programação financeira para 2013 para todas as rubricas, com vista a alinhar os esforços da União no sentido da contenção sem prejudicar o potencial de crescimento.

1.4. Aplicação da contenção administrativa

O projeto de orçamento de 2013 combina o reforço de políticas e prioridades específicas da UE, como acima referido, com uma abordagem rigorosa relativamente às despesas administrativas no âmbito da rubrica 5, num momento em que os Estados-Membros aplicam medidas de austeridade. A Comissão tem incentivado todas as instituições e agências da União Europeia a acompanhar a sua abordagem restritiva ao elaborarem as suas estimativas para o projeto de orçamento. Relativamente à sua secção do orçamento, a Comissão prestou uma atenção especial à contenção das suas despesas de funcionamento, reduzindo significativamente as despesas previstas para reuniões, comités e conferências, despesas de deslocação em serviço e de representação, estudos, despesas sociais, serviços linguísticos externos, equipamento geral, formação, aquisição de informações, publicações e despesas com a mobilidade. Como resultado, o aumento das despesas administrativas da Comissão (+ 1,2 %, excluindo o impacto da adesão da República da Croácia, a seguir designada por «Croácia») foi limitado a um nível bastante inferior à previsão da inflação. É ainda o caso quando se inclui o impacto da adesão da Croácia². Além disso, a fim de executar a primeira fração da redução de pessoal de 5 % durante o período 2013-2017, tal como anunciado nas propostas da Comissão de 29 de junho de 2011 para o próximo quadro financeiro plurianual, a Comissão reduziu o seu número de lugares do quadro do pessoal em 1 % e conteve as dotações para o seu pessoal externo financiado no âmbito de todas as rubricas (incluindo nas seis agências de execução), o que conduziu a uma redução total de pessoal de 1 %.

Este esforço de contenção foi seguido pela maioria das outras instituições. A cooperação e a capacidade de adaptação da abordagem da Comissão permitiu-lhe integrar os projetos de mapas previsionais das outras instituições sem quaisquer alterações, exceto no caso do Comité das Regiões, como indicado seguidamente.

Com exclusão das necessidades de despesas administrativas relativas à Croácia, muitas instituições apresentaram um mapa previsional próximo ou inferior à taxa de inflação, com exceção do Tribunal de Justiça, do Comité das Regiões, do Serviço Europeu para a Ação Externa e do Provedor de Justiça Europeu. O aumento solicitado pelo Tribunal de Justiça (+ 6,9 %, excluindo a Croácia) decorre, em especial, da proposta de reforço do Tribunal de Justiça com mais doze juízes e pessoal de apoio conexo, a fim de fazer face ao agravamento da carga de trabalho

2 O aumento das despesas administrativas da Comissão eleva-se a 1,5 % quando se inclui o impacto da adesão da Croácia.

do Tribunal de Justiça verificado nos últimos anos, enquanto o aumento solicitado pelo Serviço Europeu para a Ação Externa (+ 5,7 %) está, na maior parte, ligado ao impacto na totalidade do ano do pessoal adicional concedido ao SEAE em 2011, bem como às maiores necessidades em termos de edifícios e segurança na sede e nas delegações. Do mesmo modo, o aumento solicitado pelo Provedor de Justiça Europeu (+ 2,9 %, excluindo a Croácia) deve-se ao aumento das despesas com edifícios imposto a esta instituição. No entanto, a Comissão não considera plenamente justificado o aumento solicitado pelo Comité das Regiões (+ 2,4 %, excluindo a Croácia). Por esta razão, no seu projeto de orçamento, a Comissão alinhou o projeto de mapa previsional do Comité das Regiões pela taxa de inflação prevista (+ 1,9 %) e não incluiu o pedido do Comité sem quaisquer alterações.

Por último, no que se refere aos recursos humanos (excluindo a Croácia), o Conselho, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas têm seguido a abordagem da Comissão no sentido de reduzir em 1 % o número de efetivos.

1.5. Integração da Croácia

O nível de dotações proposto no projeto de orçamento corresponde à atual União de 27 Estados-Membros. As despesas operacionais complementares relacionadas com a adesão da Croácia em julho de 2013, tal como acordado na Conferência de Adesão de 30 de junho de 2011³, são apresentadas separadamente no anexo XI do presente documento. Em devido tempo, a Comissão irá apresentar uma proposta de ajustamento do atual quadro financeiro plurianual em função do alargamento à Croácia, em conformidade com o ponto 29 do Acordo Interinstitucional. Subsequentemente, a Comissão apresentará um projeto de orçamento retificativo no início de 2013, a fim de integrar as necessidades de despesas operacionais relacionadas com a adesão da Croácia no orçamento de 2013.

Tal como é o caso para as despesas administrativas da Comissão, os pedidos das outras instituições já têm em conta os necessários preparativos com vista à adesão da Croácia a partir de julho de 2013, o que implicou pedidos de recursos administrativos adicionais por parte de todas as outras instituições, com exceção do Serviço Europeu para a Ação Externa e da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

* * *

Em conclusão, o projeto de orçamento de 2013 propõe dotações de autorização no valor de 150 931,7 milhões de EUR, correspondentes a 1,13 % do RNB, e dotações de pagamento no valor de 137 924,4 milhões de EUR, correspondentes a 1,04 % do RNB.

Representa uma proposta orçamental responsável e coerente que é reorientada para o crescimento e o emprego, é coerente com as atuais restrições, a eficiência a nível das despesas e as obrigações da União e constitui uma proposta que é credível com vista a uma adoção eficiente e atempada do orçamento de 2013 e responsável relativamente ao futuro, mediante a contenção da acumulação de autorizações por liquidar.

2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL E PROJETO DE ORÇAMENTO DE 2013

2.1. Limites máximos do quadro financeiro plurianual para o orçamento de 2013

Os limites máximos das dotações de autorização e de pagamento do quadro financeiro plurianual (QFP) para 2013 são apresentados no quadro abaixo, com base no ajustamento técnico anual do quadro financeiro efetuado em função da evolução do RNB, tal como adotado pela Comissão⁴.

	Rubrica	Em milhões de EUR, a preços correntes
	Dotações de autorização	

3 Conferência sobre a adesão à União Europeia – Croácia, documento relativo à adesão n.º 30/11 (CONF-HR 17/11) de 29.6.2011.

4 COM(2012) 184 de 20.4.2012.

1. Crescimento sustentável	70 147,0
1A Competitividade para o crescimento e o emprego	15 623,0
1B Coesão para o crescimento e o emprego	54 524,0
2. Preservação e gestão dos recursos naturais	61 289,0
dos quais: despesas de mercado e pagamentos diretos	48 574,0
3. Cidadania, liberdade, segurança e justiça	2 376,0
3A Liberdade, segurança e justiça	1 661,0
3B Cidadania	715,0
4. A UE como protagonista global	9 595,0
5. Administração	9 095,0
6. Compensações	
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	152 502,0
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE PAGAMENTO	143 911,0

No QFP, o limite máximo global das dotações de autorização (DA) é de 152 502 milhões de EUR, representando 1,15 % do rendimento nacional bruto (RNB) da UE. O limite máximo das dotações de pagamento (DP) é de 143 911 milhões de EUR, ou seja, 1,08 % do RNB.

2.2. Panorâmica do projeto de orçamento de 2013

(em milhões de EUR, a preços correntes)

	Orçamento de 2012 (1)		Projeto de orçamento de 2013		Diferença		Diferença	
	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP
1. Crescimento sustentável	68 155,6	55 318,7	70 531,0	62 527,8	3,5%	13,0%	2 375,4	7 209,2
<i>Margem (2)</i>			<i>116,0</i>					
— Competitividade para o crescimento e o emprego	15 403,0	11 482,9	16 032,0	13 552,8	4,1%	18,0%	629,0	2 069,9
<i>Margem (2)</i>			<i>91,0</i>					
— Coesão para o crescimento e o emprego	52 752,6	43 835,7	54 498,9	48 975,0	3,3%	11,7%	1 746,4	5 139,3
<i>Margem</i>			<i>25,1</i>					
2. Preservação e gestão dos recursos naturais	59 975,8	57 034,2	60 282,4	57 939,8	0,5%	1,6%	306,7	905,6
<i>Margem</i>			<i>1 006,6</i>					
3. Citizenship, Freedom, Security and Justice (3)	2 083,3	1 502,3	2 081,6	1 574,6	-0,1%	4,8%	-1,7	72,3
			<i>294,4</i>					
— Liberdade, segurança e justiça	1 367,8	835,6	1 392,2	928,3	1,8%	11,1%	24,4	92,8
<i>Margem</i>			<i>268,8</i>					
— Cidadania (4)	715,5	666,8	689,4	646,3	-3,6%	-3,1%	-26,1	-20,5
			<i>25,6</i>					
4. A UE como protagonista global	9 405,9	6 955,1	9 467,2	7 311,6	0,7%	5,1%	61,2	356,5
<i>Margem (5)</i>			<i>391,9</i>					
5. Administração	8 279,6	8 277,7	8 544,4	8 545,5	3,2%	3,2%	264,8	267,8
<i>Margem (6)</i>			<i>636,6</i>					
6. Compensações	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	0,0%	0,0%		
<i>Margem</i>								
Total	147 900,2	129 088,0	150 906,7	137 899,4	2,0%	6,8%	3 006,4	8 811,3
<i>Margem</i>			<i>2 445,4</i>	<i>6 207,6</i>				
Dotações em % do RNB	1,15 %	1,00 %	1,13%	1,03 %				

(1) O orçamento de 2012 inclui o orçamento retificativo n.º 1 e os projetos de orçamentos retificativos n.ºs 2 e 3.

(2) A margem da rubrica 1A não tem em conta as dotações relacionadas com o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (500 milhões de EUR).

(3) Se o Fundo de Solidariedade da UE for excluído desta comparação relativamente à rubrica 3, as dotações de autorização e de pagamento aumentam, respetivamente, 0,8 % e 6,1 %.

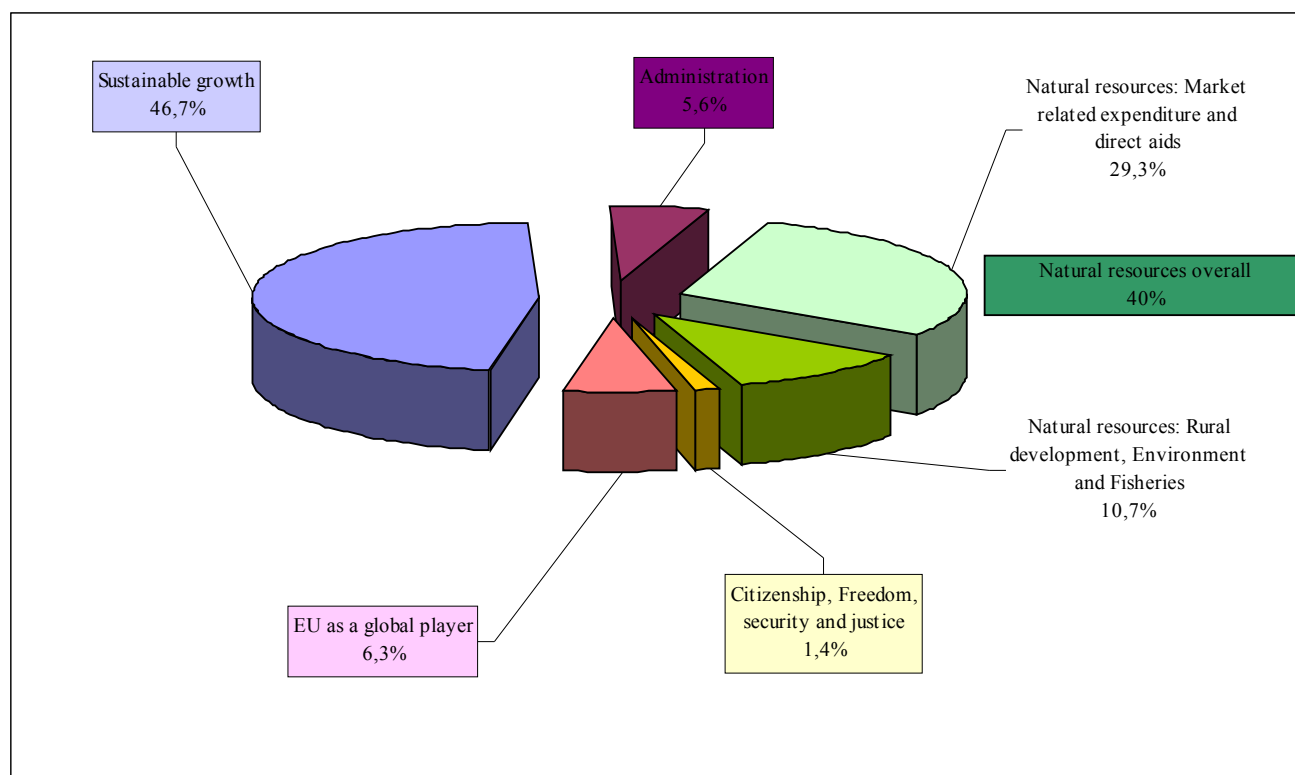
(4) Se o Fundo de Solidariedade da UE for excluído desta comparação relativamente à rubrica 3B, as dotações de autorização e de pagamento diminuem, respetivamente, 1,2 % e 0,4 %.

(5) A margem da rubrica 4 não tem em conta as dotações relacionadas com a Reserva para Ajudas de Emergência (264,1 milhões de EUR).

(6) Quanto ao cálculo da margem abaixo do limite máximo da rubrica 5, tem-se em conta a nota 1 do quadro financeiro para 2007-2013 relativamente a uma quantia de 86 milhões de EUR a título das contribuições do pessoal para o financiamento do regime de pensões.

As dotações operacionais adicionais relacionadas com o alargamento à Croácia são apresentadas no anexo XI do presente documento.

Dados por rubrica do quadro financeiro, em dotações de autorização (dados agregados)



Em termos de dotações de *autorização*, **as despesas totais propostas no projeto de orçamento (PO) de 2013** elevam-se a 150 931,7 milhões de EUR, o que corresponde a 1,13 % do RNB⁵, ou seja, mais 3 031,5 milhões de EUR do que em 2012 (+ 2,0 %). A limitação do aumento do nível global das dotações de autorização à correção para a inflação (+ 2,0 %) deixa uma margem total de 2 420,4 milhões de EUR no âmbito dos vários limites máximos do QFP.

Relativamente às dotações de *pagamento*, a quantia total eleva-se a 137 924,4 milhões de EUR, o que corresponde a 1,04 % do RNB. Trata-se de um aumento de 8 818,3 milhões de EUR em comparação com as dotações de pagamento do orçamento de 2012 (+ 6,8 %), ficando assim uma margem de 6 182,6 milhões de EUR abaixo do limite máximo do QFP.

As dotações de autorização relativas à **Competitividade para o crescimento e o emprego (rubrica 1A)** foram fixadas em 16 032,0 milhões de EUR, o que corresponde a um aumento de 4,1 % em comparação com o orçamento de 2012. Fica assim uma margem de 91,0 milhões de EUR⁶. As dotações de pagamento aumentam 17,8 %, passando para 13 552,8 milhões de EUR. Este aumento significativo deve-se, em parte, a necessidades de pagamento adicionais para cobrir os pré-financiamentos decorrentes do nível crescente de dotações de autorização para a investigação e, em parte, para cobrir os pagamentos intermédios e finais relativos às autorizações por liquidar.

Relativamente à **Coesão para o crescimento e o emprego (rubrica 1B)**, as dotações de autorização aumentam

5 O projeto de orçamento baseia-se nas previsões de abril de 2012 do RNB. Será emitida uma nova previsão em 21 de maio de 2012 após a reunião do Comité Consultivo dos Recursos Próprios (CCRP).

6 A margem da rubrica 1A não tem em conta as dotações relacionadas com o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (500 milhões de EUR).

3,3 %, passando para 54 498,9 milhões de EUR, deixando uma margem de 25,1 milhões de EUR. As dotações de pagamento aumentam 11,7 %, passando para 48 975,0 milhões de EUR. O aumento considerável do nível dos pagamentos é revelador da dinâmica gerada no terreno pela política de coesão para 2007 – 2013, contribuindo assim para o investimento, a retoma económica e a criação de emprego na UE.

Propõem-se dotações de autorização de 60 307,5 milhões de EUR para a **Preservação e gestão dos recursos naturais (rubrica 2)**. Este nível de financiamento representa um aumento de 0,6 % relativamente a 2012, deixando uma margem de 981,5 milhões de EUR abaixo do limite máximo. As dotações de pagamento elevam-se a 57 964,9 milhões de EUR, o que representa um aumento de 1,6 % em comparação com 2012. Nesta rubrica, a quantia prevista para as despesas de mercado e as ajudas diretas atinge 44 130,3 milhões de EUR de dotações de autorização e 44 112,9 milhões de EUR de dotações de pagamento.

A rubrica **Liberdade, segurança e justiça (rubrica 3A)** regista um aumento de 1,8 % das dotações de autorização, passando para 1 392,2 milhões de EUR e deixando uma margem de 268,8 milhões de EUR. As dotações de pagamento aumentam 11,1 %, passando para 928,3 milhões de EUR, devido principalmente aos quatro fundos no quadro da Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios, que atingiram a sua velocidade de cruzeiro e exigem um volume substancial de pré-financiamentos aos Estados-Membros.

Relativamente à **Cidadania (rubrica 3B)**, as dotações de autorização diminuem 3,6 %, passando para 689,4 milhões de EUR, deixando uma margem de 25,6 milhões de EUR. As dotações de pagamento desta rubrica diminuem 3,1 %, passando para 646,3 milhões de EUR. Se o Fundo de Solidariedade da UE (18,1 milhões de EUR de dotações de autorização e de pagamento em 2012) for excluído desta comparação, as dotações de autorização e de pagamento diminuem respetivamente 1,2 % e 0,4 %. O limite máximo anual desta rubrica, que apoia várias ações próximas do cidadão europeu, mantém-se em grande medida estável no âmbito do atual quadro financeiro.

A **rubrica 4, A UE como protagonista global**, regista um aumento das dotações de autorização de 0,7 %, passando para 9 467,2 milhões de EUR e deixando uma margem não afetada de 391,9 milhões de EUR disponível abaixo do limite máximo⁷. Por outro lado, as dotações de pagamento registam um aumento de 5,1 %, passando para 7 311,6 milhões de EUR, devido principalmente a aumentos no quadro do IPA, IIEVP, ajuda humanitária e PESC, numa altura em que muitos instrumentos estão a alcançar uma velocidade de cruzeiro.

Por último, as dotações de autorização e de pagamento relativas às **despesas administrativas (rubrica 5)** do conjunto de todas as instituições aumentam 3,2 %, tendo as primeiras sido fixadas em 8 544,4 milhões de EUR e as segundas em 8 545,5 milhões de EUR. Este aumento inclui outras despesas administrativas adicionais relacionadas com a adesão da Croácia, no montante de 32,9 milhões de EUR para todas as instituições. As despesas administrativas relacionadas com a Croácia são incluídas a partir do início de 2013, de forma a permitir efetuar atempadamente recrutamentos. Esta margem remanescente eleva-se a 636,6 milhões de EUR⁸.

A Comissão continua a envidar esforços para conter as suas despesas administrativas, mediante a redução das despesas menos afetadas pelos ajustamentos automáticos, como as despesas com as reuniões, comités e conferências, despesas de deslocações em serviço e de representação, estudos, despesas sociais, serviços linguísticos externos, equipamento geral, formação, aquisição de informações, publicações e despesas com a mobilidade. Além disso, no seguimento das suas propostas para reduzir em 5 % o número de efetivos de todas as instituições e organismos no período 2013-2017, a Comissão reduziu em 1 % o número de lugares dos seus quadros do pessoal e limitou as dotações para o seu pessoal externo financiado no âmbito de todas as rubricas

7 A margem da rubrica 4 não tem em conta as dotações relacionadas com a Reserva para Ajudas de Emergência (264,1 milhões de EUR).

8 Quanto ao cálculo da margem abaixo do limite máximo da rubrica 5, tem-se em conta a nota 1 do quadro financeiro para 2007-2013 relativamente a uma quantia de 86 milhões de EUR a título das contribuições do pessoal para o financiamento do regime de pensões. O nível de 2013 das despesas tido em conta para as outras instituições tem por base as últimas estimativas disponíveis.

(incluindo as seis agências de execução), o que conduziu a uma redução de pessoal total de 1 %. Logo, excluindo as pensões e as Escolas Europeias (ambas as despesas de carácter interinstitucional), o aumento das despesas administrativas da Comissão foi limitado a 1,2 % (1,5 % incluindo a adesão da Croácia), ou seja, bastante abaixo da taxa de inflação.

A abordagem estrita da Comissão relativamente à administração é, em grande medida, seguida pelas outras instituições, o que conduziu a um aumento global das dotações administrativas para as outras instituições de 2,6 % (3,3 % com inclusão da Croácia). O aumento solicitado das despesas para 2013 (incluindo o alargamento à Croácia) varia, em comparação com o orçamento de 2012, entre 1,2 % para o Conselho e 8,4 % para o Tribunal de Justiça, tendo a maioria das instituições um aumento próximo ou abaixo da taxa de inflação, com exclusão da Croácia. De modo semelhante à abordagem da Comissão, foi igualmente tida em conta pelo Conselho, pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Contas uma redução de 1% dos recursos humanos. Aquando da elaboração do projeto de orçamento, a Comissão alterou o pedido do Comité das Regiões, de forma a alinhar o seu aumento solicitado (com exclusão do impacto da adesão da Croácia) pela taxa prevista de inflação (+ 1,9 %). Tal traduziu-se numa redução de 0,4 milhões de EUR, em comparação com o projeto de mapa previsional do Comité das Regiões.

Relativamente às pensões, o aumento solicitado de 6,8 % resulta dos ajustamentos anuais e do crescimento (em cerca de 20 %) do número de efetivos cuja aposentação se prevê em 2013. O aumento das dotações para as Escolas Europeias (6,8 %) corresponde aos montantes adotados pelo Comité Orçamental das Escolas Europeias, que resulta principalmente da abertura de duas novas escolas em Bruxelas e no Luxemburgo.

3. ASPETOS FUNDAMENTAIS DO PO DE 2013 POR RUBRICA DO QUADRO FINANCEIRO

3.1. Competitividade para o crescimento e o emprego: rubrica 1A

3.1.1. Quadro-resumo

(em milhões de EUR, a preços correntes)

Orçamento		QF	Projeto de orçamento		Diferença		Diferença	
2012		2013	2013		2013 - 2012		2013 - 2012	
DA	DP	DA	DA	DP	DA	DP	DA	DP
15 403,0	11 482,9	15 623,0	16 032,0	13 552,8	4,1%	18,0%	629,0	2 069,9
			Margem = 91,0					

A margem da rubrica 1A não tem em conta as dotações relativas ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (500 milhões de EUR).

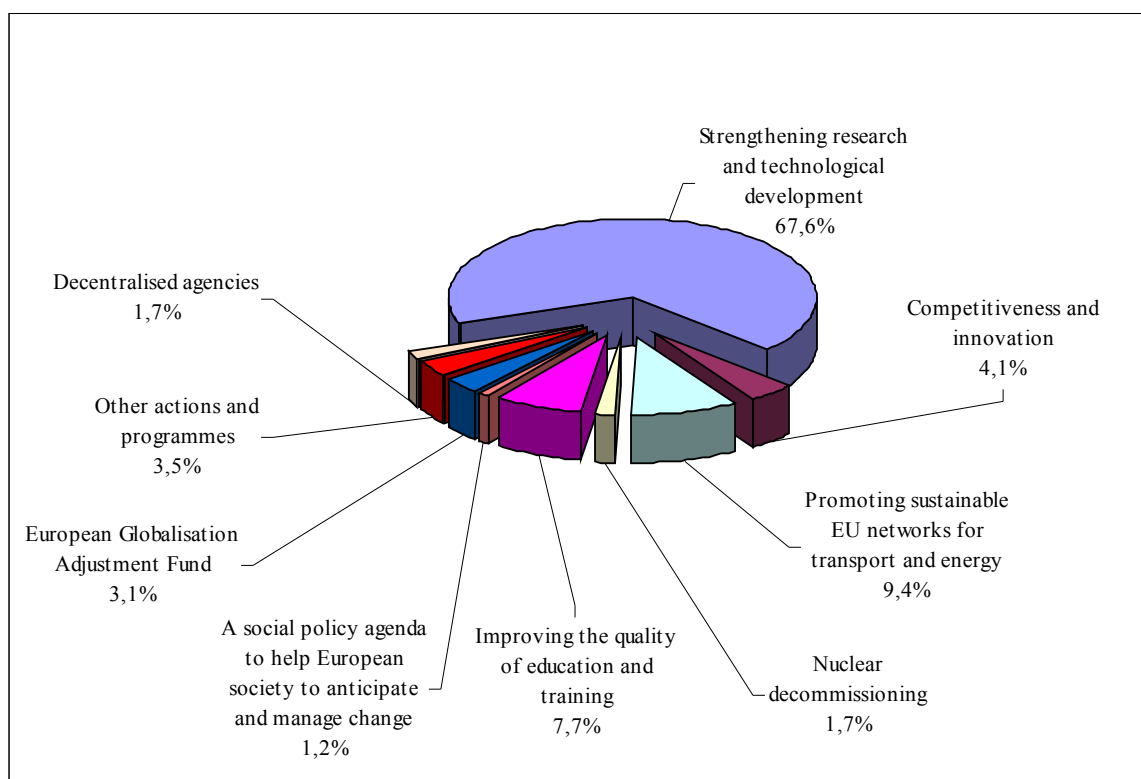
As despesas no âmbito da rubrica 1A são de importância crítica para o êxito dos esforços da UE para reforçar os investimentos que contribuem para um crescimento favorável à criação de emprego, em paralelo com o processo de consolidação orçamental. O objetivo principal consiste no desenvolvimento de uma economia inteligente, sustentável e inclusiva, suscetível de proporcionar oportunidades para o reforço da produtividade e para o crescimento das pequenas e médias empresas (PME) e que elimine os obstáculos à obtenção de um elevado nível de emprego, em especial dos jovens.



Em 2012, deve ser lançada uma fase-piloto da iniciativa Europa 2020 relativamente às obrigações destinadas ao financiamento de projetos nos domínios dos transportes, energia e tecnologias da informação e comunicação (TIC), abrangendo 2012 e 2013. Se for adotada, esta iniciativa «**obrigações para o financiamento de projetos**» será inteiramente financiada pela reafetação no âmbito das dotações dos programas existentes em 2012 e 2013, até aos seguintes montantes máximos: 200 milhões de EUR a partir do orçamento da rede transeuropeia de transportes (RTE-T), 20 milhões de EUR a partir do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI) e 10 milhões de EUR a partir do orçamento da rede transeuropeia de energia (RTE-E). O montante total de 230 milhões de EUR (dos quais 100 milhões de EUR para 2012 e 130 milhões de EUR para 2013) deverá ser associado a um financiamento de 700 milhões de EUR do Banco Europeu de Investimento (BEI) que, por sua vez,








pode atrair um montante de 3,5 mil milhões de EUR de financiamentos com base em obrigações. Subsequentemente, a iniciativa «obrigações para o financiamento de projetos» tornar-se-á parte do conjunto de instrumentos financeiros inovadores previstos para o Mecanismo Interligar a Europa, que constitui a proposta da Comissão para o próximo ciclo orçamental de investimentos a nível da UE em matéria de infraestruturas de transportes.

Ao mesmo tempo, a Comissão tem realizado de forma rigorosa poupanças com base na análise dos resultados nos domínios em que a execução regista atrasos, tendo conservado os programas e as iniciativas geradores de crescimento e emprego. Além disso, é aplicada uma política de contenção às agências de execução e às agências descentralizadas e, acima de tudo, às rubricas de despesas administrativas (despesas não operacionais). As margens resultantes foram parcialmente reorientadas em benefício dos objetivos acima referidos, na medida em que tenham capacidade para absorver financiamentos adicionais.

A rubrica 1A inclui muitas das iniciativas emblemáticas definidas na estratégia Europa 2020, nomeadamente «Uma União da inovação», «Juventude em movimento», «Uma Europa eficiente em termos de recursos», «Agenda para novas qualificações e novos empregos» e «Uma política industrial para a era da globalização». Os principais programas desta rubrica são o **Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (7.º PQ)**, o **Programa Aprendizagem ao Longo da Vida**, o **Programa para a Competitividade e a Inovação (PCI)**, as **redes transeuropeias (RTE)**, **GALILEO/EGNOS**, **GMES** e **Marco Polo II**, bem como o **Programa PROGRESS**. As outras ações que contribuem para os objetivos dos temas prioritários da estratégia Europa 2020 dizem respeito ao mercado interno, às estatísticas, aos serviços financeiros e à respetiva supervisão, à fiscalidade, à união aduaneira e à luta contra a fraude.



Rubrica 1A: Competitividade para o crescimento e o emprego Dotações de autorização		Projeto de orçamento	
		2013	
		EUR	%
	Reforço da investigação e do desenvolvimento tecnológico	10 837 153 795	67,7 %
	Competitividade e inovação	659 120 000	4,1 %

	Promoção de redes sustentáveis da UE de transportes e energia	1 508 980 000	9,4 %
	Desmantelamento nuclear	267 000 000	1,7 %
	Melhoria da qualidade da educação e da formação	1 239 576 000	7,7 %
	Uma agenda de política social para ajudar a sociedade europeia a antecipar e a gerir a mudança	197 081 000	1,2 %
	Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização	500 000 000	3,1 %
	Outras ações e programas	560 690 310	3,5 %
	Agências descentralizadas	262 446 741	1,7 %
Total		16 032 047 846	100,0 %

3.1.2. Afetação de poupanças com base na análise dos resultados

Ao elaborar o projeto de orçamento de 2013, a Comissão efetuou uma avaliação exaustiva da execução dos programas operacionais do âmbito da rubrica 1A e das necessidades correspondentes em matéria de despesas de apoio administrativo, financiadas diretamente a partir das dotações financeiras dos programas. Tal como indicado em pormenor no quadro infra, este exercício permitiu à Comissão financiar as necessidades suplementares para o projeto ITER em 2013 (360 milhões de EUR), reforçar um certo número de programas operacionais que contribuem de forma significativa para o crescimento e o emprego e aumentar a margem abaixo do limite máximo da rubrica. Foram obtidas poupanças decorrentes da análise dos resultados, tendo nomeadamente em conta a execução verificada ao longo dos últimos anos relativamente a certos programas operacionais, bem como analisando as necessidades das agências descentralizadas e de despesas de apoio administrativo, inclusive no caso das agências de execução.

(em milhões de EUR, a preços correntes)

Poupanças decorrentes da análise dos resultados dos programas e ações do âmbito da rubrica 1A – Competitividade para o crescimento e o emprego								
Programas/ações		Orçamento 2012	Programação financeira (janeiro de 2012)	Projeto de orçamento 2013	Diferenças			Proporção das poupanças decorrentes da análise dos resultados
					(3-1)	(3/1)	(3-2)	
		(1)	(2)	(3)	(3-1)	(3/1)	(3-2)	
Sétimo Programa-Quadro de Investigação (7.º PQ)	Empresas Comuns do 7.º PQ	687,1	1 066,3	750,8	63,7	9,3%	-315,5	59,4 %
	Agências de execução no domínio da investigação - 7.º PQ (REA + ERCEA)	86,3	106,0	88,3	2,0	2,3%	-17,7	3,3 %
	Despesas de apoio administrativo do 7.º PQ (XX 01 05)	661,3	692,9	674,8	13,6	2,1%	-18,1	3,4 %
Total das poupanças decorrentes da análise dos resultados relativamente ao 7.º PQ		1 434,7	1 865,2	1.513,9	79,2	5,5%	-351,3	66,1 %
Outros programas do âmbito da rubrica 1A	Rede transeuropeia de transportes (RTE-T)	1 275,4	1 528,0	1.410,0	134,6	9,8%	-118,0	22,2 %
	Melhorar o desempenho ambiental do sistema de transporte de mercadorias (Marco Polo 2)	62,8	71,1	60,0	-2,8	-4,5%	-11,1	2,1 %
	Programa para o Emprego e a Solidariedade Social (Progress)	92,4	98,0	92,7	0,3	0,4%	-5,3	1,0 %
	Adaptação dos programas Estatístico, Alfândega, antipoluição, Fiscalis, ISA e Hercules, bem como do EIT (estrutura de governação)	273,7	340,9	322,4	48,7	17,8%	-18,4	3,5 %
	Ajustamento de outras despesas operacionais no âmbito da rubrica 1A ⁽¹⁾	96,4	128,4	97,2	0,7	0,7%	-7,7	1,5 %
	Adaptação das agências descentralizadas (excluindo medidas de combate à poluição tomadas pela EMSA)	229,0	244,5	239,8	10,7	4,7%	-4,7	0,9 %

Adaptação das agências de execução não pertencentes ao domínio da investigação	46,9	27,0	46,9	0,0	0,1%	-3,6	0,7 %
Despesas de apoio administrativo de programas não pertencentes ao domínio da investigação	43,2	50,3	39,1	-4,1	-9,5%	-11,2	2,1 %
Total das poupanças decorrentes da análise dos resultados relativamente aos programas não pertencentes ao domínio da investigação	2 119,9	2 488,1	2 308,0	188,1	8,9%	-180,1	33,9 %
Total das poupanças decorrentes da análise dos resultados no âmbito da rubrica 1A	3 554,6	4 353,3	3 822,0	256,8	7,5%	-531,4	100,0%

(1) Diálogo social, comunicação sobre o euro, publicação dos contratos públicos e outras reduções de montante inferior a 1 milhão de EUR.

Utilização das poupanças realizadas com programas do âmbito da rubrica 1A – Competitividade para o crescimento e o emprego							
Reforço dos programas que apoiam o crescimento e o emprego	Financiamento do ITER					360,0	
Reforço dos programas de investigação (7.º PQ) em comparação com a programação financeira	7 545,0	7 849,3	8 280,4	735,4	9,7%	71,1	55,5 %
Reforço do programa Competitividade	591,8	618,0	637,7	45,9	7,8%	19,7	15,4 %
Reforço do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida	1 110,5	1 086,8	1 100,5	-10,0	-0,9%	13,6	10,6 %
Reforço do Instrumento de Microfinanciamento Europeu para o Emprego e a Inclusão Social	24,8	24,5	26,5	1,8	7,1%	2,0	1,6 %
Outras ações reforçadas em comparação com a programação financeira ⁽²⁾	132,8	104,1	125,8	-7,1	-5,3%	21,7	16,9 %
Reforço total relacionado com o crescimento e o emprego	9 404,8	9 682,8	10 170,9	766,1	8,1%	128,1	100,0 %
(2) Atividades de apoio à política europeia de transportes, atividades sem programação financeira para 2013 como «O teu primeiro emprego EURES» e a cátedra PEV no Colégio da Europa de Natolin.							
Programas em conformidade com a programação financeira	2 443,6	2 039,2	2 039,2	-404,3	-16,5%	0,0	
Rubrica 1A - Competitividade para o crescimento e o emprego	15 403,0	16 075,3	16 032,0	629,0	4,1%	-43,3	
Margem	-50,0	47,7	91,0	141,0		43,3	

3.1.3. Reforço da investigação e do desenvolvimento tecnológico

Em 2013, os **Sétimos Programas-Quadro** (CE e EURATOM) irão contribuir para a iniciativa emblemática «Uma União da inovação», através da consolidação e do desenvolvimento de um papel de liderança no apoio à investigação europeia e no incentivo à cooperação a nível da União e entre a UE e os países terceiros. A execução destes programas irá ajudar a desenvolver, como pedra angular da construção do **Espaço Europeu da Investigação**, uma agenda de investigação estratégica centrada em desafios como a segurança energética, os transportes, as alterações climáticas, a energia e a eficiência da utilização dos recursos. Os Sétimos Programas-Quadro (7.º PQ) continuam a ser uma componente essencial do esforço tendente a assegurar que as ideias inovadoras sejam transformadas em produtos e serviços geradores de crescimento e emprego. O conteúdo, a organização, as modalidades de execução e os instrumentos de gestão do 7.º PQ são concebidos como um contributo essencial para a realização da estratégia Europa 2020. As dotações de autorização propostas para o Sétimo Programa-Quadro (10 837 milhões de EUR) representam um aumento de 6,1 % em relação ao orçamento de 2012 (incluindo o ITER)⁹. Os níveis propostos de despesas incluem as dotações de autorização adicionais (360 milhões de EUR) necessárias para o projeto ITER, que são financiadas pelas poupanças decorrentes da análise dos resultados nesta rubrica, como indicado na secção 3.1.2.

O alargamento e o aprofundamento da estratégia de ação do **Espaço Europeu da Investigação** (EEI) será um objetivo importante em 2013, em sintonia com a estratégia Europa 2020. Será concedido apoio suplementar à governação do EEI, nomeadamente no plano da execução da «Visão 2020 para o EEI» e dos trabalhos adicionais relativos ao acompanhamento geral do EEI, aos indicadores e à análise económica dos progressos realizados em termos de níveis, eficácia e eficiência do investimento em matéria de investigação e desenvolvimento (I&D) na UE e da sua contribuição global para uma economia baseada no conhecimento.

9 Os montantes para 2013 destinados aos Programas-Quadro de Investigação foram recalculados em consonância com a programação financeira inicial, antes da redução que afetou o ITER.

No âmbito do 7.º PQ, serão tomadas medidas para assegurar a *integração da dimensão ecológica* nos sistemas de transportes europeus, desenvolver e criar uma bioeconomia europeia baseada no conhecimento (BBC), apoiar o ensino científico, promover uma abordagem ética no domínio da investigação e desenvolver e aplicar conceitos de construção que, nos planos técnico, económico e social, sejam suscetíveis de reduzir drasticamente o consumo de energia e as emissões de CO₂.

Várias atividades do âmbito dos temas de investigação do 7.º PQ contribuem para a resolução dos problemas relacionados com as alterações climáticas e a energia (energias limpas e a eficiência e a independência energéticas) através do desenvolvimento das estruturas de investigação da Europa ou da criação de novos conhecimentos com base nos projetos de investigação.

Também em 2013, será dada ênfase à aplicação do quadro político da cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia (CT), a fim de integrar a colaboração internacional com base no Programa-Quadro e estabelecer certos objetivos geográficos e temáticos, promovendo projetos pertinentes em regime de colaboração.

No domínio da fusão e cisão nucleares, a investigação continuará a garantir a rápida participação da indústria na preparação de ações de demonstração relativas à fusão, financiadas no âmbito do Programa-Quadro Euratom para 2012¹⁰.

O programa Cooperação do 7.º PQ prevê o apoio a parcerias público-privadas de longo prazo sob a forma de iniciativas tecnológicas conjuntas (ITC). Estas ITC¹¹ permitirão reunir os recursos setoriais, dos Estados-Membros e da Comissão em programas específicos de investigação. Propõe-se uma contribuição da UE para que a iniciativa tecnológica comum SESAR acompanhe a programação financeira para 2013, embora a contribuição da UE para as outras ITC seja inferior a esta programação financeira, a fim de ter em conta os resultados até ao momento, em especial no que se refere à contribuição dos Estados-Membros, que tem sido inferior à prevista. No entanto, a verba total de todas as iniciativas tecnológicas conjuntas (com exclusão do ITER) irá atingir 750,8 milhões de EUR em 2013, o que representa um aumento de 9,3 % em relação ao orçamento de 2012. Este nível de financiamento reflete as necessidades reais das ITC, cujas contribuições devem ser equivalentes às do setor e dos Estados-Membros participantes.

3.1.4. *Competitividade e inovação*

O **Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI)** inclui três programas específicos: o Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação (EIP), o Programa de Apoio à Política de TIC (ICT-PSP) e o Programa «Energia Inteligente - Europa». Para mais informações sobre estes programas, consultar o anexo IX (PCI). O nível geral das dotações de autorização requeridas para 2013 está acima do nível previsto na programação financeira, enquanto as poupanças a nível das despesas de apoio administrativo e a reafetação a partir do Programa «Energia Inteligente – Europa» (ver seguidamente) permitiram reforçar os instrumentos financeiros no âmbito do Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação (EIP) num montante de 14,7 milhões de EUR (+ 7,7 %) em comparação com a programação financeira inicial, o que reflete a maior mobilização verificada em 2011 dos instrumentos de investimento e de garantia. Além disso, a vertente do EIP que visa especificamente a competitividade das PME e a promoção da inovação é reforçada em 15,0 milhões de EUR (+ 10,6 %) em relação à programação financeira para 2013, a fim de manter o elevado nível de financiamento para estas ações do orçamento de 2012.

Os instrumentos financeiros no âmbito do Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação (EIP) têm como

10 JO L 47 de 18.2.2012, p. 25.

11 Iniciativas tecnológicas conjuntas no quadro da Investigação sobre a Gestão do Tráfego Aéreo no Céu Único Europeu (SESAR), Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores (IMI), *Clean Sky*, pilhas de combustível e hidrogénio (PCH), sistemas informáticos incorporados (ARTEMIS) e Plataforma Tecnológica Europeia para a Nanoeletrónica (ENIAC) . O anexo VII.2 (organismos criados pela União Europeia dotados de personalidade jurídica – Empresas Comuns) do presente documento apresenta mais informações sobre as seis atuais iniciativas tecnológicas conjuntas.

objetivo melhorar o acesso ao financiamento por parte das pequenas e médias empresas (PME), colmatando lacunas persistentes e reconhecidas a nível do mercado, reforçando, no que diz respeito às PME, o nível insuficiente dos capitais próprios e das garantias e proporcionando um efeito de alavanca aos instrumentos nacionais. A ajuda às PME inovadoras e em rápido crescimento no acesso a instrumentos financeiros adequados constitui um objetivo-chave. Estes instrumentos financeiros adquirem a máxima relevância no contexto dos esforços de recuperação da crise financeira e económica.

Em 2013, o programa de apoio à política das TIC, em conformidade com a iniciativa emblemática «Agenda digital para a Europa» da estratégia Europa 2020, visará a melhoria da utilização e a generalização da adoção das TIC pelos cidadãos, empresas e governos europeus, e impulsionará a competitividade e a inovação no contexto do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação. As dotações de autorização estão em conformidade com a programação financeira para 2013 (144,3 milhões de EUR), o que representa um aumento de 11,4 milhões de EUR (+ 8,5 %) em relação a 2012.

O programa «Energia Inteligente - Europa II» contribuirá para a superação de obstáculos não tecnológicos (incluindo obstáculos de carácter informativo, comportamental, institucional e financeiro) à inovação, bem como para a adoção, aplicação e divulgação de soluções que contribuam para fontes de energia sustentáveis, seguras e competitivas em termos de preços para a Europa. As dotações de autorização para 2013 (139,5 milhões de EUR) são fixadas a um nível ligeiramente acima do orçamento votado para 2012, que corresponde às necessidades reais estimadas para 2013.

3.1.5. Promoção de redes sustentáveis da UE no domínio dos transportes e da energia

A política de **transportes** contribuirá para a realização do objetivo prioritário de um crescimento sustentável da estratégia Europa 2020. As redes transeuropeias de elevada eficiência são essenciais para a mobilidade sustentável dos bens, cidadãos e energia e constituem um símbolo tangível da integração europeia.

No período 2007-2013, as **redes transeuropeias** (RTE) de transportes concentrar-se-ão em 30 projetos prioritários, com especial atenção para o financiamento dos troços transfronteiriços e dos projetos destinados a eliminar estrangulamentos e a garantir o crescimento na UE. As dotações de autorização são fixadas em 1 423,5 milhões de EUR, o que corresponde ao montante necessário para financiar a realização dos projetos que estão a ser planeados atualmente. Tal representa um aumento de 10,5 % em relação a 2012, refletindo a boa execução global do programa.

As outras prioridades de financiamento da UE no âmbito do programa RTE-T são as seguintes: Sistema Europeu de Gestão do Tráfego Ferroviário (ERTMS), Serviços de Informação Fluvial (RIS), Sistemas de Transportes Inteligentes (STI) e um instrumento de garantia de empréstimos RTE.

No âmbito dos **transportes terrestres, aéreos e marítimos**, a Comissão desenvolverá as suas ações tendo em vista a mobilidade sustentável no nosso continente, nomeadamente:

- Continuação da execução do segundo pacote do céu único europeu (SES II);
- Continuação do reforço do nível de segurança dos transportes;
- Consolidação dos trabalhos da Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA), da Agência Europeia da Segurança Marítima (EMSA) e da Agência Ferroviária Europeia (ERA). Prevê-se um pequeno aumento (+ 2,7 milhões de EUR) para as medidas de combate à poluição realizadas pela EMSA, que será coberto essencialmente pela reafetação a partir da rubrica operacional da rede transeuropeia de transportes (RTE-T).

Para o programa **Marco Polo**, a Comissão propõe um nível de financiamento em consonância com as

necessidades estimadas (61,7 milhões de EUR), ligeiramente abaixo do nível do orçamento de 2012 (64,5 milhões de EUR). A diferença face à programação financeira para 2013 (11,3 milhões de EUR) tem em conta os resultados da avaliação intercalar do programa, que revela progressos mais lentos do que o esperado em termos de correção de deficiências do mercado no setor do transporte de mercadorias, de apoio à transferência modal e de melhoria da competitividade dos modos de transporte de baixo teor de carbono em relação a outros modos.

A política da **energia** constitui um domínio prioritário da União Europeia e uma das principais políticas setoriais através da qual a estratégia Europa 2020 pode ser concretizada. No que diz respeito às energias convencionais e renováveis, deverá ser atingido o objetivo «20/20/20» para o clima e a energia, constante da estratégia Europa 2020: a redução das emissões de gases com efeito de estufa em 20 %, o aumento da utilização de fontes de energia renováveis para 20 % e a melhoria da eficiência energética em 20 %, a fim de promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva. As tarefas da Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER) foram alargadas¹², a fim de assegurar não só o bom funcionamento do mercado interno da eletricidade e do gás, mas igualmente a integridade e a transparência regulamentar dos mercados de negociação da energia. No contexto do mercado interno da energia, a Comissão irá prosseguir o desenvolvimento da rede transeuropeia de energia (RTE-E) ao apoiar projetos de interesse europeu, tanto no setor da eletricidade como no do gás.

No domínio da **energia nuclear**, a Comissão prestará assistência financeira adicional à Lituânia, Eslováquia e Bulgária com vista ao desmantelamento de reatores nucleares. O nível proposto de financiamento está em consonância com a programação financeira para 2013 (267 milhões de EUR), o que representa um aumento de 7,1 milhões de EUR em relação a 2012, tendo em conta as necessidades de financiamento das centrais nucleares de Bohunice e de Ignalina.

3.1.6. *Melhoria da qualidade da educação e da formação*

A qualidade da **educação e da formação** é fundamental para garantir o crescimento e a prosperidade.

O **Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida** tem como objetivo contribuir para o êxito da iniciativa emblemática «Juventude em movimento» através do incentivo ao desenvolvimento de estabelecimentos de ensino superior na Europa e da melhoria da qualidade geral do ensino e da formação na UE, combinando excelência e equidade no desenvolvimento da União Europeia enquanto sociedade do conhecimento avançada, caracterizada por um desenvolvimento económico sustentável, mais e melhores postos de trabalho e uma maior coesão social. Este programa integra programas importantes centrados em setores específicos (Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci, Grundtvig e Jean-Monnet), bem como um programa transversal que apoia atividades fundamentais específicas, como a aprendizagem de línguas. O programa apoiará igualmente as atividades que promovem a cooperação estratégica em matéria de educação e formação. Em 2013, o programa Erasmus Mundus II continuará a financiar novas categorias de bolsas individuais (a conceder a doutorandos e a estudantes europeus que frequentam cursos de mestrado Erasmus Mundus). As dotações de autorização solicitadas conjuntamente para o Programa Aprendizagem ao Longo da Vida e para o programa Erasmus Mundus cifram-se em 1 239,6 milhões de EUR, ou seja, 13,6 % acima da programação financeira para 2013, de forma a que se mantenham, em termos gerais, em consonância com o elevado nível de financiamento destes programas no orçamento de 2012.

O incentivo à inovação está estreitamente ligado às políticas de investigação, espírito empresarial e educação, sendo disso exemplo específico a criação do **Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT)** e as suas Comunidades de Conhecimento e Inovação, referidos na estratégia Europa 2020 como um elemento importante da iniciativa emblemática «Uma União da inovação» para promover o espírito empresarial através do apoio às jovens empresas inovadoras. O nível proposto de financiamento em 2013 (123,1 milhões de EUR) representa um aumento considerável em comparação com o orçamento de 2012 (+ 55,1 %).

3.1.7. *Uma agenda de política social para ajudar a sociedade europeia a antecipar e a gerir a mudança*

A **política social e de emprego** centrar-se-á em dois domínios principais:

- Programa Integrado para o Emprego e a Solidariedade Social (Progress), que apoia a execução da agenda de emprego e de política social. O nível proposto de financiamento (97,1 milhões de EUR) está em consonância com o orçamento de 2012 e ligeiramente abaixo da programação financeira (5,3 milhões de EUR), centrando-se em atividades com impacto significativo, nomeadamente em termos de melhoria das condições de trabalho nos Estados-Membros;
- Fomento do diálogo social e apoio à livre circulação de trabalhadores e aos estudos e relatórios especiais no domínio social.

Por outro lado, foi criado em 2010¹³ um novo **Instrumento de Microfinanciamento Europeu** para o Emprego e a Inclusão Social (Instrumento de Microfinanciamento «Progress») para permitir que os trabalhadores que perderam ou estão em risco de perder o seu emprego tenham maior facilidade no acesso ao crédito para criar as suas próprias pequenas empresas. O nível de financiamento proposto para este instrumento em 2013 eleva-se a 26,7 milhões de EUR, o que representa um reforço em relação à programação financeira (25 milhões de EUR), a fim de maximizar o seu contributo para a criação de empresas e de emprego.

No mesmo domínio de intervenção, a Comissão propõe prosseguir o financiamento da ação preparatória «O teu primeiro emprego EURES», com um montante de 4,5 milhões de EUR em dotações de autorização no seu terceiro ano.

O **Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)** destina-se a permitir um apoio adicional aos trabalhadores que sofrem as consequências de importantes mudanças estruturais nos padrões do comércio mundial, a fim de os ajudar na reintegração no mercado de trabalho. De acordo com o estabelecido no Acordo Interinstitucional de 17 de maio de 2006 sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (AI)¹⁴, o Fundo não pode exceder 500 milhões de EUR num determinado ano. Propõe-se que este montante seja inscrito na reserva; caso as condições para a mobilização do Fundo sejam preenchidas, os procedimentos de mobilização fixados no AI serão desencadeados. A fim de poder reagir mais rapidamente face a novos casos, a Comissão propõe a inscrição de uma quantia prudente de 50 milhões de EUR de dotações de pagamento.

3.1.8. *Política espacial*

Os programas de navegação por satélite da UE (**EGNOS** e **GALILEO**) constituirão um contributo importante para a estratégia Europa 2020 e, em especial, para a iniciativa emblemática «Uma política industrial para a era da globalização», tendo em vista o prosseguimento de uma política espacial eficaz. Em conformidade com a ficha financeira do programa, não foram, todavia, solicitadas quaisquer autorizações para o projeto de orçamento de 2013, enquanto o nível dos pagamentos (361 milhões de EUR) é ligeiramente inferior ao orçamento de 2012 (-1,6 %).

No mesmo domínio de intervenção, o Programa Europeu de Monitorização da Terra (GMES) fornece dados para aplicações específicas, com o objetivo final de permitir uma melhor gestão do ambiente e garantir uma segurança acrescida. O desenvolvimento de serviços baseados na observação da Terra desempenha um papel fundamental no reforço da competitividade e da inovação das empresas deste setor e dos mercados a jusante. O início do programa operacional do GMES teve lugar em 2011 e, como reflexo da sua crescente importância, as dotações de autorização (56 milhões de EUR) estão em conformidade com a programação financeira para 2013.

13 JO L 87 de 7.4.2010.

14 JO C 139 de 14.6.2006, ponto 28.

3.1.9. *Serviços financeiros e supervisão*

Em resposta à crise financeira, foram criadas, desde 1 de janeiro de 2011, três novas autoridades da UE, que fazem parte do Sistema Europeu de Supervisores Financeiros (SESF)¹⁵. A crise económica e financeira pôs em evidência a necessidade de manter um sistema financeiro estável e fiável. A tarefa destas agências consistirá em prestar assistência às autoridades nacionais na interpretação e aplicação coerentes das regras da UE e em associar as autoridades nacionais de supervisão numa rede sólida da UE. Em 2013, as agências irão continuar a crescer em termos de número de efetivos, com vista à realização do maior número de tarefas atribuídas pelo legislador, em plena coerência com os mapas financeiros que acompanham as novas e importantes propostas legislativas apresentadas pela Comissão em 2011.

A crise financeira veio abalar gravemente a confiança dos consumidores, dos pequenos investidores e das PME no sistema financeiro. Por conseguinte, é essencial que as preocupações dos utilizadores finais e de outras partes interessadas fora do setor sejam tidas em conta na elaboração de iniciativas que visam restabelecer a confiança dos cidadãos na solidez do setor financeiro, bem como na capacidade de a integração dos mercados financeiros lhes proporcionar benefícios concretos. Por conseguinte, a Comissão confirma o projeto-piloto que propôs em 2012, para o qual está previsto um montante de 1 milhão de EUR, destinado a reforçar a capacidade de as organizações da sociedade civil participarem no desenvolvimento das políticas da UE no domínio dos serviços financeiros.

3.1.10. *Outros programas e ações*

A **atividade política de comunicações eletrónicas e de segurança das redes** contribui para a iniciativa emblemática «Agenda digital para a Europa». Os objetivos principais consistem em promover e acompanhar o quadro regulamentar das **comunicações eletrónicas**, promover uma política da UE eficaz no que respeita ao espetro de radiofrequências e apoiar a utilização segura da Internet, bem como a prevenção dos problemas de segurança da informação e a governação da Internet.

As atividades do programa «**Internet mais segura**» (2009 – 2013), que visam a proteção das crianças que utilizam a Internet e outras tecnologias das comunicações, continuarão em 2013 a acompanhar a aplicação dos acordos de autorregulação relativamente aos princípios da UE para tornar as redes sociais mais seguras e a reforçar o papel das linhas diretas nos procedimentos de notificação e de retirada. A tónica será colocada no apoio à aplicação dos procedimentos de «notificação e retirada» de conteúdos de pornografia infantil e à melhoria através de uma base de dados europeia URL.

No domínio de intervenção **Estatísticas**, o novo programa estatístico quinquenal para 2013-2017 representará a continuidade do programa de 2008-2012. A título de novo elemento, prevê um trabalho de controlo baseado na análise de riscos realizado nas instalações das entidades envolvidas na elaboração de informações estatísticas nos Estados-Membros, nomeadamente para apoiar a governação económica da UE. A nova base jurídica deverá ser adotada até ao final de 2012. Tal como o seu antecessor, também inclui a produção e o fornecimento de produtos e a prestação de serviços aos utilizadores, a melhoria da qualidade das estatísticas e a continuação do desenvolvimento do Sistema Estatístico Europeu (SEE). O pedido orçamental (51,9 milhões de EUR) está em conformidade com a programação financeira para 2013. As áreas fundamentais que serão desenvolvidas são as estatísticas económicas, as contas nacionais e as estatísticas de preços, o comércio externo, as estatísticas das migrações, as estatísticas sociais e, mais genericamente, os indicadores de desenvolvimento sustentável (estatísticas sobre energia e ambiente).

O esforço de modernização e simplificação em matéria de estatísticas europeias das empresas e do comércio será igualmente apoiado pelo programa **MEETS**. O programa desempenha um papel importante no desenvolvimento

de todas as estatísticas sobre as empresas (entre 2009 e 2013) e será utilizado para desenvolver conjuntos específicos de indicadores, reapreciar as prioridades e aligeirar a carga sobre os respondentes através do recurso a meios mais eficientes de recolha de dados.

Por último, no que diz respeito ao programa **Alfândega**, a Comissão propõe manter as dotações de autorização estáveis ao nível do orçamento de 2012 (54,1 milhões de EUR), tendo em conta as necessidades identificadas do programa, com uma redução correspondente em relação à programação financeira para 2013 (4 milhões de EUR).

3.1.11. Dotações de pagamento para a rubrica 1A

O nível global de dotações de pagamento solicitado para a rubrica 1A (13 552,8 milhões de EUR, + 17,8 % em relação ao orçamento de 2012) resulta em grande medida de aumentos substanciais para os principais programas no âmbito desta rubrica, designadamente para a investigação, a competitividade e a aprendizagem ao longo da vida.

O aumento significativo do nível das dotações de autorização destinadas ao **Programa-Quadro de Investigação** (7.º PQ) no âmbito do atual quadro financeiro conduzirá também a um aumento importante dos pagamentos em 2013 relativamente ao mesmo (em cerca de 30 %, + 2 069 milhões de EUR). Esta evolução resulta em parte de pagamentos de pré-financiamentos para novos contratos, ou seja, as autorizações de 2012 que serão assinadas no início de 2013 (cerca de 40 % dos pagamentos relativos a autorizações por liquidar («RAL») no domínio da investigação em 2013), e do pagamento de pré-financiamentos para parte das autorizações de 2013 (cerca de 38 % de todos os pagamentos em 2013). Além disso, os pagamentos relacionados com os esforços de redução das autorizações por liquidar remanescentes serão efetuados mediante o aumento do nível de pagamentos intermédios e/ou finais sobre as autorizações nessa situação do período 2007-2011. Estes pagamentos devem corresponder a cerca de 37 % da totalidade dos pagamentos a realizar em 2013.

O **Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação** (PCI) registará um aumento significativo do nível de dotações de pagamento (+ 47,8 %, passando para 546,4 milhões de EUR), principalmente em consequência das necessidades adicionais do Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação (+ 73,3 %, passando para 307,6 milhões de EUR em 2013). Esta situação decorre nomeadamente do aumento das dotações de autorização proposto (+ 31 %, passando para 204,7 milhões de EUR) e do ciclo de dois anos das convenções de subvenção da *Enterprise Europe Network* (EEN), partindo de um nível relativamente baixo de dotações de pagamento disponíveis no orçamento de 2012 para esta rubrica orçamental (73 milhões de EUR). Por esta razão, o nível de dotações de pagamento disponíveis em 2011 na rubrica orçamental de financiamento do EEN (114 milhões de EUR) é uma base mais adequada para efeitos de comparação. Além disso, propõe-se que as dotações de pagamento para a vertente das TIC do programa PCI (Programa de Apoio à Política de TIC) aumentem 19,4 %, passando para 130,0 milhões de EUR, a fim de cobrir o aumento dos compromissos jurídicos em matéria de pagamentos intermédios. Por último, propõe-se que as dotações de pagamento para o Programa «Energia Inteligente – Europa» aumentem 35,3 %, passando para 107,4 milhões de EUR, a fim de cobrir o aumento das autorizações por liquidar.

Para o Programa **Aprendizagem ao Longo da Vida**, propõe-se um aumento substancial do nível das dotações de pagamento (+ 15,8 %, passando para 1 186,0 milhões de EUR), devido ao aumento do nível das dotações de autorização nos anos anteriores e ao nível globalmente elevado de execução deste programa. Além disso, em comparação com o orçamento de 2012, estão previstos aumentos importantes do nível das dotações de pagamento (em especial, em termos percentuais) para o programa Marco Polo (+ 96,4 %, passando para 51,7 milhões de EUR, devido à esperada recuperação em 2013 dos pagamentos não efetuados em 2011 e 2012), bem como para os programas Alfândega e Fiscalis (+ 22,0 %, passando para 61,1 milhões de EUR, a fim de ter em conta os elevados níveis de execução orçamental em 2011). Por outro lado, as dotações de pagamento devem manter-se globalmente estáveis para a rede transeuropeia de transportes (RTE-T, 793,5 milhões de EUR) e Galileo (361,0 milhões de EUR), prevendo-se uma redução das dotações de pagamento para os projetos no domínio da energia que visem o

relançamento da economia (490,9 milhões de EUR). Tal deve-se, principalmente, ao perfil destes projetos, que tendem a ser executados por lotes ao longo do projeto, por exemplo, quando os contratos públicos são celebrados ou quando os trabalhos ficam concluídos.

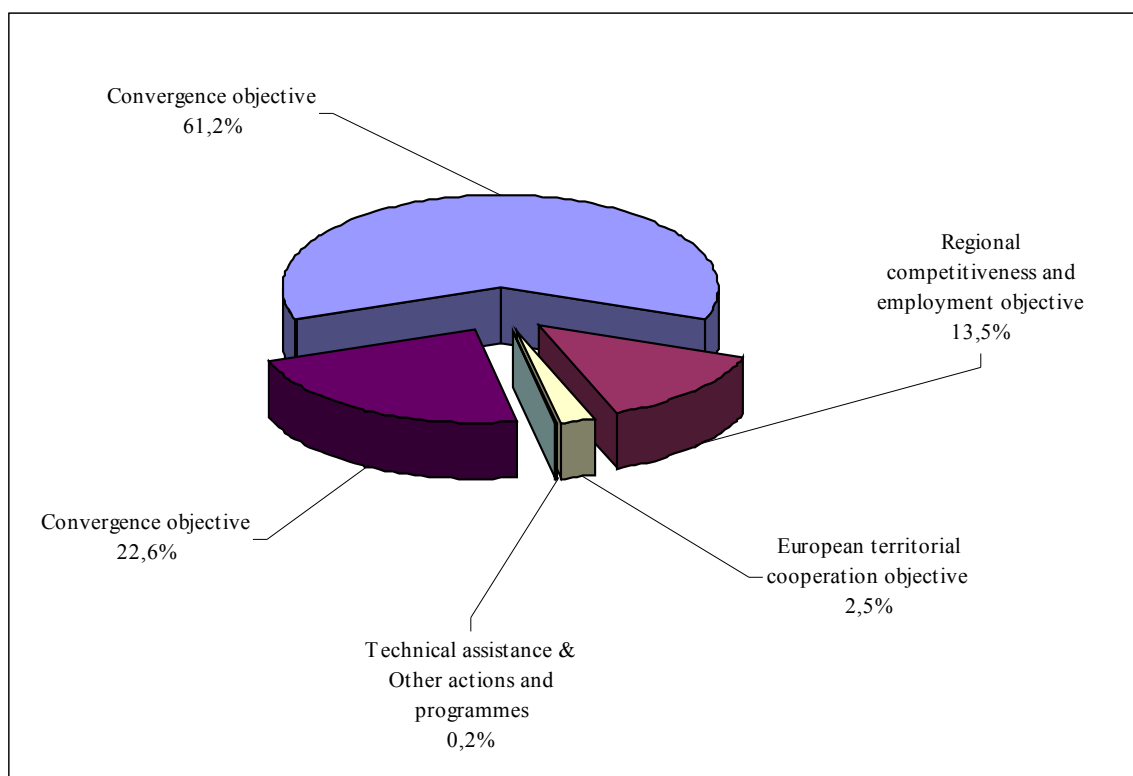
3.2. Coesão para o crescimento e o emprego: rubrica 1B

3.2.1. Quadro-resumo






(em milhões de EUR, a preços correntes)

Rubrica	Orçamento 2012		QF 2013	Projeto de orçamento 2013		Diferença 2013 / 2012		Diferença 2013 - 2012	
	DA	DP	DA	DA	DP	DA		DP	
Fundos estruturais	40 959,6	35 074,2		42 144,7	39 298,8	2,9%	12,0%	1 185,2	4 224,7
Fundo de Coesão	11 793,0	8 761,6		12 354,2	9 676,2	4,8%	10,4%	561,2	914,6
Total	52 752,6	43 835,7	54 524,0	54 498,9	48 975,0	3,3%	11,7%	1 746,4	5 139,3
				Margem = 25,1					

O nível total de dotações de autorização proposto (54 499 milhões de EUR, + 3,3 %) para a rubrica 1B está em conformidade com a verba anual para 2013, tal como aprovado no quadro financeiro para 2007-2013. A margem remanescente abaixo do limite máximo da rubrica 1B de cerca de 25 milhões de EUR refere-se exclusivamente às economias realizadas sobre a dotação para assistência técnica. O nível total proposto de dotações de pagamento (48 975 milhões de EUR, + 11,7 %) para esta rubrica segue principalmente a evolução prevista dos pagamentos intermédios no período 2007-13, para os quais se preveem 47 047 milhões de EUR (+ 14,9 %). Por sua vez, isso corresponde a apenas 86 % do nível das dotações de autorização para 2013. Por outro lado, as dotações de pagamento para o encerramento do período 2000-2006 irão diminuir 33 %, passando para 1 923 milhões de EUR.



Rubrica 1B: Coesão para o crescimento e o emprego (Dotações de autorização)	Projeto de orçamento	
	2013	
	EUR	%
Fundos estruturais	42 144 749 037	77,3 %

	–	Objetivo de convergência	33 359 355 155	61,2 %
	–	Objetivo de competitividade regional e emprego	7 329 295 906	13,4 %
	–	Objetivo de cooperação territorial europeia	1 369 097 976	2,5 %
	–	Assistência técnica e outras ações e programas	87 000 000	0,2 %
Fundo de Coesão			12 354 200 000	22,7 %
	–	Objetivo de convergência	12 331 032 022	22,6 %
	–	Assistência técnica	23 167 978	0,04 %
Total			54 498 949 037	100,0 %
Do qual objetivo de convergência			45 690 387 177	83,8 %

3.2.2. *Aspetos essenciais da rubrica 1B*

A rubrica 1B do Quadro Financeiro abrange os fundos estruturais, isto é, o **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)** e o **Fundo Social Europeu (FSE)**, bem como o **Fundo de Coesão (FC)**.

Estes fundos dizem respeito essencialmente aos seguintes domínios de intervenção:

- **Política regional** - FEDER e FC,
- **Emprego e assuntos sociais** - FSE.

O principal objetivo dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão consiste em reforçar a coesão económica, social e territorial entre regiões e Estados-Membros da UE, concedendo recursos adicionais às regiões e aos países em que o desenvolvimento económico regista um atraso. Os fundos estruturais visam também o reforço da competitividade, da capacidade de atração e do mercado de trabalho das regiões, bem como a melhoria da cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional. Os recursos disponíveis estão concentrados na promoção da convergência económica, em especial do crescimento sustentável, da competitividade e do emprego, em conformidade com a estratégia Europa 2020. Estes recursos são também instrumentos essenciais para lutar contra crises financeiras, económicas e sociais.

Para este efeito, o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão contribuem para três objetivos durante o período 2007-2013:

- O objetivo **Convergência** procura acelerar a convergência dos Estados-Membros e regiões menos desenvolvidos, em conformidade com as prioridades definidas pelas Orientações estratégicas comunitárias sobre a política de coesão 2007-2013. Este objetivo abrange, mediante o financiamento pelo FEDER e o FSE, as regiões cujo produto interno bruto (PIB) por habitante é inferior a 75 % da média da UE, bem como as regiões que teriam sido elegíveis se não fosse o efeito estatístico do alargamento («regiões em fase de supressão progressiva da ajuda»). O objetivo também abrange, mediante o financiamento pelo Fundo de Coesão, os Estados-Membros com um rendimento nacional bruto (RNB) inferior a 90 % da média comunitária. Este objetivo é a prioridade dos fundos e são-lhe atribuídos mais de 80 % da totalidade dos recursos.
- O objetivo **Competitividade regional e emprego** visa reforçar a competitividade, a capacidade de atração e o emprego das regiões não pertencentes ao grupo das menos desenvolvidas, em conformidade com as prioridades identificadas nas orientações estratégicas comunitárias. Além disso, as antigas regiões do objetivo 1 que, na ausência do alargamento, se situariam acima do limiar de 75 % aplicável na UE-15 para beneficiar do financiamento de convergência (as chamadas regiões em fase de integração progressiva), beneficiam de um financiamento transitório e específico ao abrigo deste objetivo, proveniente do FEDER e do FSE.
- No âmbito do objetivo **Cooperação territorial europeia**, o financiamento apoia a cooperação

transfronteiriça, transnacional e inter-regional através de um leque de ações relacionadas com a estratégia Europa 2020. Este objetivo também favorece o desenvolvimento de redes de cooperação e o intercâmbio de experiências entre regiões, sendo financiado exclusivamente pelo FEDER.

As prioridades globais do financiamento pelos fundos estruturais e pelo Fundo de Coesão estão definidas nos regulamentos dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão e nas orientações estratégicas comunitárias que indicam os tipos de intervenção suscetíveis de obter um financiamento da UE. No entanto, a atribuição precisa de financiamento às diferentes prioridades e projetos depende da programação efetiva que é realizada pelos Estados-Membros, em cooperação com a Comissão.

Prioridades para 2013

Pela sua natureza, os objetivos da política de coesão contribuem para a estratégia Europa 2020 em termos de promoção de um crescimento inteligente, mais ecológico e inclusivo das economias regionais, com base no conhecimento, na inovação e na utilização eficiente dos recursos. O alinhamento será reforçado através dos trabalhos em curso em matéria de adoção do quadro jurídico e dos mecanismos de execução para o período de programação posterior a 2013.

Tal como anunciado no Conselho Europeu de janeiro de 2012, as verbas não afetadas¹⁶ dos fundos estruturais poderão ser utilizados pelos Estados-Membros, a fim de reforçar os seus esforços para combater o desemprego dos jovens e apoiar as PME. Uma iniciativa conjunta específica foi lançada com 8 Estados-Membros, a fim de analisar as medidas destinadas a acelerar a execução e identificar uma eventual reprogramação nestes domínios.

A política de coesão continuará a ser um instrumento eficaz de luta contra a crise. Neste contexto, os Estados-Membros com necessidades especiais (designadamente, os Estados-Membros objeto de programas da UE/FMI) podem beneficiar de uma majoração de dez pontos percentuais das taxas de cofinanciamento¹⁷. Estes Estados-Membros são também objeto do novo mecanismo de partilha de riscos proposto¹⁸ destinado a colmatar problemas de liquidez defrontados por instituições financeiras, suscetíveis de afetar a parte de financiamento privado dos projetos apoiados pela política de coesão e outras operações nacionais que apoiam os mesmos objetivos. O mecanismo poderá acelerar a execução dos programas da política de coesão com vista a facilitar o investimento e o crescimento. Estas iniciativas poderão ter um impacto cumulativo sobre o nível de dotações de pagamento necessárias em 2013. A utilização do novo mecanismo dependerá, no entanto, da apresentação de um pedido por parte dos Estados-Membros elegíveis, não podendo por conseguinte ser avaliado com precisão o impacto potencial na presente fase.

Por último, o processo de encerramento dos programas para 2000-2006 deve entrar na sua fase final em 2013, em plena conformidade com os princípios da boa gestão financeira.

Síntese das dotações

O quadro seguinte resume as principais quantias necessárias na rubrica 1B por período (2000-2006 e 2007-2013) e por fundo, comparando as verbas de 2013 com as de 2012.

Período	Fundo	Orçamento 2012		Projeto de orçamento 2013		Diferença dos pagamentos entre 2013 e 2012
		Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	
2000-2006	FEDER		1 445,6		725,0	- 49,8 %
	FC		950,4		848,0	- 10,8 %

16 As verbas «não afetadas» representam a parte da dotação programada para o FEDER, o Fundo de Coesão e o FSE para o período 2007-2013, ainda não afetada a projetos já selecionados.

17 JO L 337 de 20.12.2011, p. 5.

18 COM(2011)655 de 12.10.2011.

	FSE		482,8		350,0	- 27,5 %
FE			1 928,4		1 075,0	- 44,3 %
	Todos		2 878,8		1 923,0	- 33,2 %
2007-2013	FEDER	29 759,1	24 903,7	30 534,2	27 606,5	10,9 %
	FC	11 793,0	7 811,2	12 354,2	8 828,2	13,0 %
	FSE	11 186,8	8 229,9	11 610,6	10 612,2	28,9 %
FE		40 945,9	33 133,6	42 144,7	38 218,7	15,3 %
	Todos	52 738,9	40 944,8	54 498,9	47 046,9	14,9 %
Total	FEDER	29 759,1	26 349,3	30 534,2	28 331,5	7,5 %
	FC	11 793,0	8 761,6	12 354,2	9 676,2	10,4 %
	FSE	11 186,8	8 712,7	11 610,6	10 962,2	25,8 %
FE		40 945,9	35 062,1	42 144,7	39 293,7	12,1 %
Todos		52 738,9	43 823,6	54 498,9	48 969,9	11,7 %
Projetos-piloto e ações preparatórias		13,7	12,1	0,0	5,1	- 57,6 %
Total da rubrica 1B		52 752,6	43 835,7	54 498,9	48 975,0	11,7 %

São descritas seguidamente as principais justificações das dotações de autorização e de pagamento. Para explicações mais pormenorizadas em relação aos dados, consultar o anexo X – Fundos estruturais e Fundo de Coesão.

3.2.3. Dotações de autorização da rubrica 1B

Relativamente a 2013, o total das dotações de autorização da **rubrica 1B** eleva-se a 54 498,9 milhões de EUR, o que corresponde a um aumento de 3,3 % face a 2012. Desta quantia, 42 144,7 milhões de EUR destinam-se aos **fundos estruturais** (FEDER e FSE), uma quantia análoga à verba de 2012, e 12 354,2 milhões de EUR ao **Fundo de Coesão**. Este último valor representa um aumento de 4,8 % em relação a 2012, o que resulta do aumento da dotação anual para os Estados-Membros da UE-12, tal como previsto no início do período de programação.

Todos os valores dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão estão em conformidade com as dotações decididas na base jurídica e são inteiramente coerentes com os limites máximos do quadro financeiro plurianual, tendo em consideração o impacto do ponto 17 do Acordo Interinstitucional de 17 de maio de 2006, sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira¹⁹. O ponto 17 do Acordo Interinstitucional refere-se ao ajustamento dos montantes afetados a partir dos fundos de apoio à coesão para os Estados-Membros em que se verificou uma divergência entre o PIB estimado e o PIB real para o período 2007-2009. Este impacto é especificado no ajustamento técnico do quadro financeiro para 2011²⁰ e envolve dotações de autorização adicionais no período 2011-2013, num total de 335,7 milhões de EUR por ano.

Os fundos estruturais e o Fundo de Coesão utilizam normalmente a totalidade dos recursos disponibilizados para efeitos de programação pelos Estados-Membros no âmbito da rubrica, o que volta agora a acontecer. Por conseguinte, não existe qualquer margem na rubrica 1B, com exceção de cerca de 25 milhões de EUR que se referem exclusivamente às economias realizadas em relação à dotação para assistência técnica.

3.2.4. Dotações de pagamento para a rubrica 1B

Relativamente à rubrica 1B, as dotações de pagamento totais foram fixadas em 48 975,0 milhões de EUR, o que representa um aumento de 11,7 % em relação a 2012. Este valor compreende uma componente principal, referente a pagamentos intermédios para os programas de 2007-2013, e um segundo elemento, referente aos reembolsos dos pagamentos finais destinados a apurar as autorizações por liquidar dos programas e projetos de 2000-2006.

Programas do período 2007-2013

19 JO C 139 de 14.6.2006. O teor do ponto 17 do Acordo Interinstitucional também consta do anexo II, ponto 10, do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

20 COM(2010)160 de 16.4.2010.

No que diz respeito aos programas do período 2007-2013, as dotações de pagamento para os fundos estruturais atingem 38 218,7 milhões de EUR, o que representa um aumento de 15,3 % em relação ao orçamento de 2012. Para o Fundo de Coesão, para o mesmo período, as dotações de pagamento aumentam 13,0 %, passando para 8 828,2 milhões de EUR. Se somarmos os fundos estruturais e o Fundo de Coesão, obtém-se uma quantia de 47 046,9 milhões de EUR. A quantia correspondente do orçamento de 2012 para pagamentos é de 40 944,8 milhões de EUR.

As dotações de pagamento para os programas do período 2007-2013, referentes ao FEDER, FSE e Fundo de Coesão, foram calculadas com base nas taxas de pagamento históricas relativamente às parcelas correspondentes das dotações de autorização do período de programação 2000-2006 (ver anexo X para informações adicionais). Esta estimativa diz estritamente respeito a 2013 e parte do princípio de que as necessidades de pagamentos dos anos anteriores terão sido satisfeitas. Se tal não fosse o caso, o nível proposto de dotações de pagamento para 2013 não seria muito provavelmente suficiente. O nível das dotações de pagamento para 2013 é influenciado pelo facto de a parcela de 2010 ser a última a ser sujeita à regra «n + 3»: os Estados-Membros que beneficiaram de um ano suplementar relativamente à regra de anulação automática de dotações terão, por conseguinte, de respeitar o prazo do final de 2013 para duas parcelas anuais de autorizações (parcelas de 2010 e 2011).

Relativamente ao Fundo de Coesão, as estimativas iniciais daí resultantes foram ajustadas para ter em conta o impacto potencial dos grandes projetos a nível da execução, tendo sido igualmente efetuado um ajustamento ao FSE com base na execução desde 2007.

Programas e projetos do período 2000-2006

Relativamente às autorizações por liquidar do período 2000-2006, as dotações de pagamento totais elevam-se a 1 923,0 milhões de EUR, repartidas entre o FEDER (725,0 milhões de EUR), o FSE (350,0 milhões de EUR) e o Fundo de Coesão (848,0 milhões de EUR), o que constitui uma diminuição de 33,2 % em relação ao orçamento de 2012.

No que diz respeito aos fundos estruturais, as dotações de pagamento foram estabelecidas com base nas atuais estimativas da taxa prevista de encerramentos. A quantia reservada para o encerramento só pode ser paga depois da análise dos documentos de encerramento de cada programa, transmitidos à Comissão pelos Estados-Membros.

Os projetos anteriores a 2007 do âmbito do Fundo de Coesão não estão sujeitos à regra «n+2»²¹ e, portanto, o seu perfil de pagamento não é comparável ao dos fundos estruturais. Além disso, o prazo de elegibilidade de um grande número desses projetos foi alargado para o final de 2010. No que se refere aos projetos adotados em 2004 ou posteriormente, a Comissão introduziu também um certo grau de flexibilidade relativamente à data final de elegibilidade. Por conseguinte, para uma série de projetos, os Estados-Membros solicitaram uma prorrogação até ao final de 2011 e, para alguns projetos de muito grande dimensão, que recebem apoios do Fundo de Coesão de, pelo menos, 100 milhões de EUR, solicitaram uma prorrogação até ao final de 2012.

3.3. Preservação e gestão dos recursos naturais: rubrica 2

3.3.1. Quadro-resumo

(em milhões de EUR, a preços correntes)

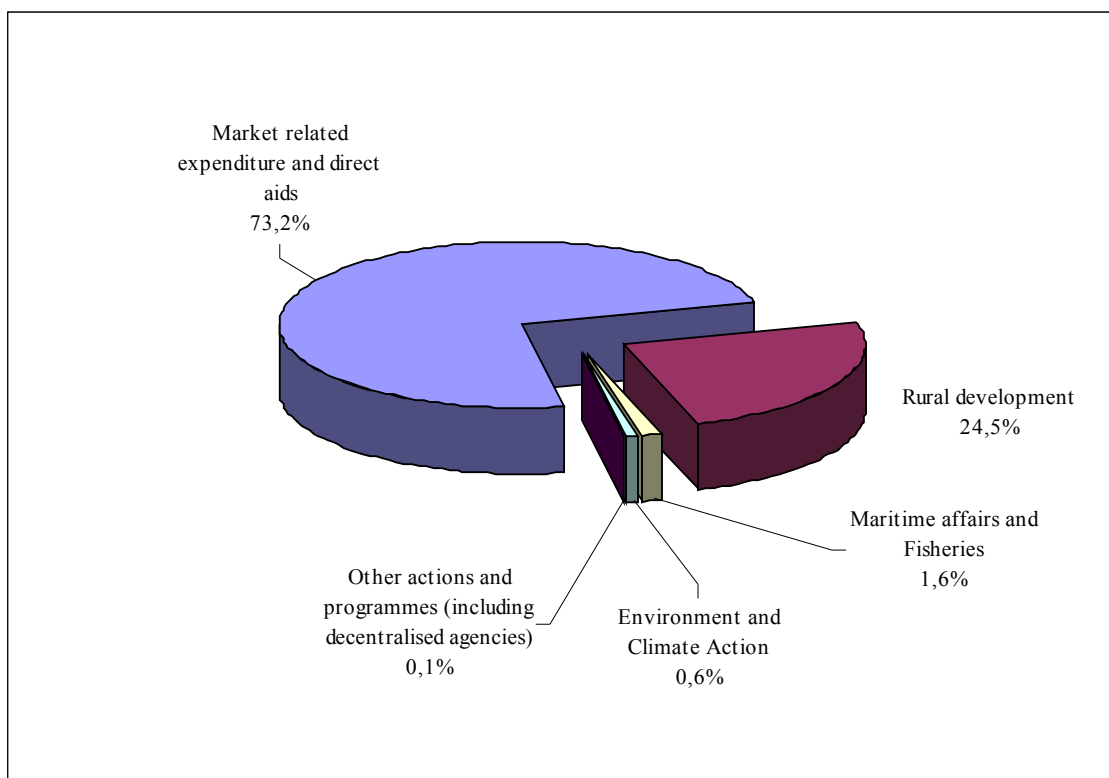
Orçamento		QF	Projeto de orçamento			Diferença		Diferença	
2012		2013	2013			2013 / 2012		2013 - 2012	
DA	DP	DA	DA	DP	DA	DP	DA	DP	
59 975,8	57 034,2	61 289,0	60 282,4	57 939,8	0,5%	1,6%	306,7	905,6	






21 A fim de evitar uma acumulação crescente de autorizações por liquidar de ano para ano, a denominada regra n+2 permite à Comissão anular autorizações quando não tenha sido recebido qualquer pedido de pagamento até ao final do segundo ano civil subsequente ao da autorização. No período de programação 2007-2013, a regra aplica-se igualmente ao Fundo de Coesão.

Para o projeto de orçamento de 2013, a Comissão propõe 60 308 milhões de EUR de dotações de autorização para a rubrica 2. Em comparação com o orçamento de 2012, as dotações de autorização aumentam ligeiramente em 332 milhões de EUR (+ 0,6 %), deixando assim uma margem de 981,5 milhões de EUR abaixo do limite máximo do quadro financeiro para 2013. A margem abaixo do sublimite máximo do FEAGA para as despesas de mercado e ajudas diretas é de 809 milhões de EUR.

O limite máximo da rubrica 2 aumenta no montante de 479 milhões de EUR. Por um lado, tal conduziu a um aumento da margem em relação a 2012, que ascende a 834 milhões de EUR. Por outro lado, o aumento do limite máximo é parcialmente compensado pela subida das despesas. Este facto deve-se, principalmente, ao aumento das necessidades de ajudas diretas, devido à integração progressiva dos Estados-Membros da UE-12. A Comissão também propõe uma hipótese realista de despesas negativas a título do apuramento das contas, tendo igualmente em conta o adiamento da dedução das correções financeiras, no âmbito do apuramento da conformidade das contas, aplicado aos Estados-Membros no âmbito da assistência financeira. Todavia, as dotações solicitadas aumentam menos do que as necessidades estimadas, uma vez que se prevê um aumento das receitas afetadas, em razão do impacto pontual no exercício orçamental de 2013 decorrente da extinção do fundo de reestruturação para o açúcar²². As necessidades em termos de despesas de mercado e de tomada de medidas veterinárias estão também a diminuir, para o que contribuíram as condições bastante estáveis e, em grande medida, favoráveis a nível dos mercados agrícolas e da saúde animal.

Tal como descrito em maior pormenor na secção 3.3.7, as dotações de pagamento para a rubrica 2 aumentaram 930,7 milhões de EUR (+ 1,6 %), devido à subida das dotações de autorização para as despesas não diferenciadas e, igualmente, às necessidades de pagamento suplementares para o desenvolvimento rural.



		2013	
		EUR	%
	Despesas de mercado e ajudas diretas	44 100 548 610	73,2 %
	Desenvolvimento rural	14 808 455 797	24,5 %
	Assuntos marítimos e pescas	944 752 712	1,6 %
	Ambiente e ação climática	366 591 000	0,6 %
	Outras ações e programas (incluindo agências descentralizadas)	57 363 297	0,1 %
Total		60 282 441 416	100,0 %

O seguinte quadro resume as principais variações da rubrica 2, em dotações de autorização:

Rubrica			2012			2013			Diferença		
			Orçame nto	Receitas afetadas	Necessi- dades	Pedidos PO	Receitas afetadas	Necessi- dades	Orçamen- to	Necessi- dades	% Orçament o
AGRI	05 02	Apoio ao mercado	3 230,8	310,0	3 540,8	2 812,3	400,0	3 212,3	-418,5	-328,5	-13,0%
	05 03 01	Ajudas diretas dissociadas	37 189,0	700,0	37 889,0	38 168,0	932,8	39 100,8	979,0	1 211,8	2,6%
		— das quais regime de pagamento único (RPU)	30 472,0	700,0	31 172,0	30 740,0	932,8	31 672,8	268,0	500,8	0,9%
		— das quais Regime de pagamento único por superfície (RPUS)	5 963,0		5 963,0	6 645,0		6 645,0	682,0	682,0	11,4%
	05 03 02 + 05 03 03	Outras ajudas diretas + Quantias adicionais de ajuda	3 321,7		3 321,7	2 858,9		2 858,9	-462,8	-462,8	-13,9%
		Outros	-138,1		-138,1	-10,8		-10,8	127,4	127,4	-92,2%
	<i>Total</i>		<i>43 603,4</i>	<i>1 010,0</i>	<i>44 613,4</i>	<i>43 828,5</i>	<i>1 332,8</i>	<i>45 161,3</i>	<i>225,1</i>	<i>547,9</i>	<i>0,5%</i>
MARE	11 01 + 11 02	Mercados da pesca	30,5		30,5	27,2		27,2	-3,3	-3,3	-10,7%
SANCO	17 04	Medidas veterinárias e fitossanitárias	335,8		335,8	274,7		274,7	-61,1	-61,1	-18,2%
Total — Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA)			43 969,6	1 010,0	44 979,6	44 130,3	1 332,8	45 463,1	160,7	483,5	0,4%
Título 05 AGRI	05 04 + BA	Desenvolvimento rural	14 616,9		14 616,9	14 808,5		14 808,5	191,6	191,6	1,3%
	05	Projetos-piloto/Ações preparatórias	5,5		5,5	0,0		0,0	-5,5	-5,5	-100,0%
	<i>Total do título 05 exceto FEAGA (Agricultura e desenvolvimento rural)</i>		<i>14 622,4</i>		<i>14 622,4</i>	<i>14 808,5</i>		<i>14 808,5</i>	<i>186,1</i>	<i>186,1</i>	<i>1,3%</i>
Título 17 SANCO	17	Projetos-piloto/Ações preparatórias	5,0		5,0	0,0		0,0	-5,0	-5,0	-100,0 %
	<i>Total do título 17 exceto FEAGA (Saúde e Defesa do Consumidor)</i>		<i>5,0</i>		<i>5,0</i>	<i>0,0</i>		<i>0,0</i>	<i>-5,0</i>	<i>-5,0</i>	<i>-100,0 %</i>
Título 11 MARE	11 03 + BA	Política comum das pescas (PCP)	156,9		156,9	151,3		151,3	-5,7	-5,7	-3,6%
	Outros PCP+BA		108,8		108,8	106,1		106,1	-2,6	-2,6	-2,4%
	11 08 05	Agência Europeia de Controlo das Pescas (EFCA)	9,0		9,0	8,9		8,9	-0,1	-0,1	-1,1%
	11 09 + BA	Política marítima	16,7		16,7	0,2		0,2	-16,5	-16,5	-98,8%
	11 06 + rubricas BA	Fundo das Pescas	672,7		672,7	687,2		687,2	14,4	14,4	2,1%
	11	Projetos-piloto/Ações preparatórias	1,5		1,5	0,0		0,0	-1,5	-1,5	-100,0%
	<i>Total do título 11 exceto FEAGA (Assuntos Marítimos e Pescas)</i>		<i>965,6</i>		<i>965,6</i>	<i>953,7</i>		<i>953,7</i>	<i>-11,9</i>	<i>-11,9</i>	<i>-1,2%</i>
Título 07 ENV / CLIMA	07 03 07 + BA	LIFE + (ambiente)	333,5		333,5	343,7		343,7	10,3	10,3	3,1%
	07 12 01 + BA	LIFE + (ação climática)	21,3		21,3	22,9		22,9	1,6	1,6	7,3%
	07 03 09	Agência Europeia do Ambiente (EEA)	35,7		35,7	35,8		35,8	0,1	0,1	0,2%
	07 03 60 + 70	Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA)	4,2		4,2	7,6		7,6	3,4	3,4	82,4%

	07	Outros	16,5		16,5	5,0		5,0	-11,5	-11,5	-69,7%
	<i>Total do título 07 (Ambiente e ação climática)</i>		<i>411,2</i>		<i>411,2</i>	<i>415,0</i>		<i>415,0</i>	<i>3,9</i>	<i>3,9</i>	<i>0,9%</i>
Títulos 02 (ENTR) + 23 (ECHO) + 32 (ENER)		Outros da rubrica 2	2,0		2,0	0,0		0,0	-2,0	-2,0	-100,0%
Total — exceto FEAGA			16 006,1		16 006,1	16 177,2		16 177,2	171,0	171,0	1,1%
Total rubrica 2			59 975,8	1 010,0	60 985,8	60 307,5	1 332,8	61 640,3	331,7	654,5	0,6%

3.3.2. Despesas agrícolas (despesas de mercado e ajudas diretas)

Contexto

A situação atual da política agrícola comum (PAC) é o resultado de sucessivas reformas: em 2003/2004 com a mudança fundamental para as ajudas diretas dissociadas e em 2008 com as reformas dos mercados das frutas e produtos hortícolas (e o programa de distribuição de fruta nas escolas), o minipacote do leite e a reforma do setor vitivinícola. O «exame de saúde» da PAC, acordado em 2008, veio modernizar, simplificar e racionalizar a PAC e retirou restrições aos agricultores, ajudando-os assim a reagir melhor aos sinais do mercado e a enfrentar novos desafios. Acordou-se igualmente em aumentar a modulação e introduzir um elemento progressivo, mediante o qual os pagamentos diretos aos agricultores financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) são reduzidos e as dotações são transferidas para o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Em consequência do processo de reforma dos mercados e da evolução dos mercados agrícolas, tem-se verificado nos últimos anos uma descida contínua das despesas de mercado, com exceção de 2010, devido às condições excecionais dos mercados na sequência da crise económica. A proporção das despesas de mercado deverá ser de 6,5 % das despesas totais do FEAGA em 2013. Cerca de 93 % da totalidade das ajudas diretas aos agricultores são dissociadas da produção, contra 92 % em 2012 e 85 % em 2010.

Dotações e receitas afetadas

Relativamente ao projeto de orçamento de 2013, as **dotações de autorização propostas** para cobrir as despesas relativas ao FEAGA, incluindo os montantes destinados às medidas veterinárias e fitossanitárias (274,7 milhões de EUR) e as despesas relacionadas com os mercados das pescas (27,2 milhões de EUR), elevam-se a 44 130,3 milhões de EUR²³, o que representa um aumento de 161 milhões de EUR (+ 0,4 %) em comparação com o orçamento de 2012. A margem abaixo do sublimite máximo do FEAGA da rubrica 2 eleva-se a 808,6 milhões de EUR. Por conseguinte, a Comissão não propôs, até 31 de março de 2012, a aplicação do mecanismo da disciplina financeira²⁴ em 2013.

Devido à existência de receitas afetadas, é importante distinguir entre as **dotações** orçamentais solicitadas e as **necessidades efetivas**. De acordo com o Regulamento Financeiro²⁵ e o Regulamento do Conselho relativo ao financiamento da PAC²⁶, certas operações (designadamente as correções para o apuramento de conformidade, as irregularidades e a imposição suplementar sobre o leite) geram receitas afetadas que revertem para o FEAGA, sendo utilizadas para cobrir parte das necessidades de rubricas específicas, consoante o requerido pela execução orçamental. Além disso, o saldo remanescente decorrente do termo do fundo de reestruturação para o açúcar em setembro de 2012 gera receitas afetadas ao FEAGA em 2013²⁷.

23 Após a transferência para o desenvolvimento rural (FEADER) dos montantes resultantes da modulação (obrigatória e voluntária) e de outras quantias específicas (algodão, vinho, tabaco, bem como ajudas diretas não utilizadas) provenientes do primeiro pilar da PAC (FEAGA).

24 Artigo 11.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho. Estão estabelecidas regras de disciplina financeira mais pormenorizadas nos artigos 12.º e 18.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho relativo ao financiamento da política agrícola comum. As regras em matéria de disciplina orçamental estão estabelecidas no artigo 19.º do mesmo regulamento.

25 Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho, com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento (CE, Euratom) n.º 1995/2006 do Conselho.

26 Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho.

27 A reforma da organização comum de mercado do açúcar estabeleceu um fundo temporário para a reestruturação do

As dotações do projeto de orçamento de 2013 são inferiores às necessidades estimadas, uma vez que um montante de 1 332,8 milhões de EUR de **receitas** foi **afetado ao FEAGA**, enquanto as receitas afetadas do orçamento de 2012 ascendem a 1 010 milhões de EUR. As receitas afetadas de 2013 foram atribuídas, no capítulo 05 02, ao Fundo operacional das organizações de produtores (400 milhões de EUR para o número 05 02 08 03) e, no capítulo 05 03, ao regime de pagamento único — RPU (932,8 milhões de EUR para o número 05 03 01 01). A diferença das receitas afetadas em relação ao orçamento de 2012 é principalmente devida ao impacto não recorrente, estimado em 647,8 milhões de EUR, do saldo remanescente do fundo temporário para a reestruturação do setor do açúcar, enquanto as receitas afetadas provenientes de decisões de apuramento de contas deverão ser inferiores em relação a 2012 (400 milhões de EUR no projeto de orçamento de 2013 em comparação com 600 milhões de EUR no orçamento de 2012, tendo em conta o adiamento da dedução das correções financeiras aplicadas aos Estados-Membros objeto de assistência financeira). As outras fontes e montantes de receitas afetadas no projeto de orçamento de 2013 são as irregularidades relativas ao FEAGA (166 milhões de EUR) e a imposição suplementar sobre o leite (119 milhões de EUR). Na presente fase do processo orçamental, não é previsível a transição de receitas afetadas de 2012 para 2013.

As **necessidades previstas cifram-se** em 45 463 milhões de EUR, o que representa um aumento de 484 milhões de EUR em relação a 2012. Esta situação resulta claramente de diversos fatores, com efeitos que se compensam entre si. Por um lado, continua a introdução progressiva das ajudas diretas concedidas aos novos Estados-Membros e verifica-se o impacto da orçamentação realista do apuramento das contas, o que conduz ao aumento das despesas. Por outro lado, as ajudas diretas são reduzidas mediante um aumento da modulação transferida para o desenvolvimento rural. Além disso, as despesas para as intervenções nos mercados agrícolas voltam a ser reduzidas, em comparação com 2012, tal como as despesas para ações veterinárias.

Intervenção nos mercados agrícolas

O projeto de orçamento de 2013 prevê uma diminuição de 419 milhões de EUR das dotações para **intervenções nos mercados agrícolas** em relação ao orçamento de 2012. Esta diminuição deve-se, em parte, a um aumento das receitas afetadas (+ 90 milhões de EUR). Sem o efeito das receitas afetadas, estima-se que as necessidades financeiras para as intervenções nos mercados sejam inferiores às de 2012 (- 329 milhões de EUR). Esta nova diminuição das necessidades para as intervenções nos mercados é, por um lado, consequência da situação dos mercados e das perspectivas para a maior parte dos setores que continuam estáveis e favoráveis e, por outro, decorre do termo de certas medidas ou da sua integração nas ajudas diretas (fécula de batata, forragens secas, parte da medidas POSEI).

Ajudas diretas e modulação

As dotações para **ajudas diretas** aumentam em comparação com o orçamento de 2012 (+ 516 milhões de EUR). Tendo em conta o valor de 232,8 milhões de EUR de receitas adicionais afetadas ao regime de pagamento único (RPU), as necessidades de ajudas diretas aumentam 749 milhões de EUR em relação a 2012, devendo-se tal principalmente ao efeito combinado da continuação da introdução progressiva das ajudas diretas nos novos Estados-Membros²⁸, do aumento da modulação e da integração de várias medidas de mercado existentes anteriormente nas ajudas diretas.

As dotações para as **ajudas diretas dissociadas** aumentam 979 milhões de EUR, partindo-se do pressuposto,

setor, que é financiado por receitas afetadas *ad hoc*, a pagar pelos detentores das quotas de açúcar e não a partir dos recursos próprios da UE. Porém, esta quantia específica de receitas afetadas teve de ser utilizada no âmbito do fundo para a reestruturação do setor do açúcar. Após o financiamento das despesas relacionadas com estas medidas de reestruturação, os montantes que possam estar disponíveis no fundo de reestruturação devem ser afetados ao FEAGA após o termo do fundo em 30 de setembro de 2012 (artigo 1.º, n.º 3, segundo parágrafo, do Regulamento (CE) n.º 320/2006 do Conselho).

28 Em relação ao ano civil de 2012, que tem um impacto no exercício orçamental de 2013, os Estados-Membros da UE-10 alcançam 90 % do nível de pagamentos diretos da UE-15, enquanto a Bulgária e a Roménia alcançam 60 % (artigo 121.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009).

tanto para o regime de pagamento único (RPU) como para o regime de pagamento único por superfície (RPUS), de uma certa subexecução dos limites máximos para os Estados-Membros. O aumento é devido, principalmente, ao aumento das necessidades (+ 682 milhões de EUR) para o **RPUS**. A continuação da introdução progressiva das ajudas diretas nos novos Estados-Membros²⁹ representa um montante adicional de 860 milhões de EUR, ao passo que o aumento dos montantes atribuídos a medidas de apoio específico ao abrigo do artigo 68.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho (- 152 milhões de EUR) e a modulação aplicada pela primeira vez aos novos Estados-Membros (- 14 milhões de EUR) compensam parcialmente esse aumento.

As necessidades do **RPU** também aumentam (+ 501 milhões de EUR), devido ao efeito combinado de vários fatores: a dissociação gradual das ajudas diretas e a sua integração no RPU estão a ser finalizadas em 2012, com impacto no orçamento da UE de 2013. Os seguintes regimes estão totalmente integrados no RPU: prémio especial para a carne de bovino, prémios ao abate, regimes das sementes, arroz, frutos de casca rija, proteaginosas, tomate, fécula de batata. Como resultado, os limites máximos do RPU antes da modulação foram aumentados no valor de 621 milhões de EUR. Um aumento adicional de 176 milhões de EUR provém da integração no RPU das anteriores medidas de apoio aos mercados: ajuda à transformação de fécula de batata, forragens secas e fibra de linho. A integração progressiva da Eslovénia e de Malta no RPU acrescenta às dotações cerca de 14 milhões de EUR e a fase final da execução da reforma do mercado vitivinícola um montante adicional de 11 milhões de EUR. Os referidos efeitos são parcialmente compensados pelo aumento da modulação (223 milhões de EUR) e pelo aumento líquido dos montantes atribuídos a medidas de apoio específico ao abrigo do artigo 68.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho (61 milhões de EUR), sendo ambos os montantes deduzidos às necessidades relativas ao RPU.

Desde o exercício de 2011, os Estados-Membros podem transferir montantes das respetivas dotações para o RPU e o RPUS para financiar medidas de apoio específico ao abrigo do artigo 68.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho. Relativamente a 2013, atribuíram montantes mais elevados a favor destas medidas, diminuindo assim os limites máximos brutos para os dois regimes num montante total de 213 milhões de EUR. Além disso, os tipos específicos de medidas agrícolas registam uma diminuição de 130 milhões de EUR antes da modulação, uma vez que estão integrados no apoio específico associado ou em dotações relativas ao RPU/RPUS. Tendo em conta a modulação, as dotações solicitadas aumentam 18 milhões de EUR para o apoio específico dissociado e 237 milhões de EUR para as medidas associadas.

As dotações para as **ajudas diretas associadas** diminuem em comparação com o orçamento de 2012 no montante de 463 milhões de EUR (após a modulação). Tal deve-se, sobretudo, à conclusão da dissociação, tal como descrito supra (- 652 milhões de EUR)³⁰. Ao mesmo tempo, o efeito de aumento das dotações a favor das medidas de apoio específico ao abrigo do artigo 68.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho, combinado com a diminuição de tipos específicos de medidas agrícolas, tal como descrito supra, é estimado em 156 milhões de EUR, tendo em conta as taxas de execução prováveis. Por último, o período de cinco anos de aplicação do regime «ajuda aos produtores de beterraba açucareira e de cana-de-açúcar» terminou em mais um Estado-Membro, o que implica uma redução das dotações no valor de 9 milhões de EUR. Por fim, algumas variações adicionais em comparação com o orçamento de 2012 são causadas por alterações na taxa de modulação e pelas estimativas orçamentais das necessidades de alguns regimes a níveis mais baixos do que em 2012, nomeadamente o prémio por vaca em aleitamento.

29 Exceto para Malta e a Eslovénia, tendo ambos aplicado o regime de pagamento único (RPU). O montante total necessário para a integração progressiva dos novos Estados-Membros é de 875 milhões de EUR.

30 Estes 652 milhões de EUR correspondem ao montante, antes da modulação, deduzido aos limites máximos das ajudas associadas no âmbito do processo de dissociação. Por outro lado, o aumento correspondente do limite máximo do RPU mencionado supra, ou seja, 621 milhões de EUR, é ligeiramente inferior. Parte da diferença (14 milhões de EUR) diz respeito ao «pagamento transitório para frutos de baga», relativamente ao qual os novos Estados-Membros poderão escolher se o fundem com os seus limites máximos do RPUS ou se o mantêm como um pagamento dissociado distinto. A outra parte da diferença (17 milhões de EUR) deve-se ao facto de certas ajudas serem dissociadas a uma taxa inferior à que se aplica ao limite máximo das ajudas associadas.

Os anteriores pressupostos para os vários regimes de ajudas diretas têm por base a execução em 2011. Estes parâmetros serão atualizados, se for caso disso, na carta retificativa do outono ao projeto de orçamento de 2013, com base nos resultados preliminares da execução em 2012.

A **modulação** continua a afetar o orçamento pelo oitavo ano consecutivo. Relativamente a 2012, as ajudas diretas³¹ na UE-15 serão reduzidas, em resultado da aplicação de uma taxa de modulação obrigatória de 10 %³² e da modulação progressiva para os agricultores que recebem mais de 300 000 EUR. Além disso, é aplicada no Reino Unido uma modulação voluntária, com montantes decrescentes. A modulação é também aplicada pela primeira vez aos Estados-Membros da UE-10. Como os níveis de apoio estão a atingir os níveis dos Estados-Membros da UE-15, é introduzida uma taxa de modulação de 4 % para os montantes superiores a 300 000 EUR. Se se incluírem todos os regimes, a modulação reduz as dotações disponíveis para a concessão de ajudas diretas num montante adicional de 252 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012.

Medidas veterinárias e fitossanitárias

As dotações para **medidas veterinárias e fitossanitárias** (domínio de intervenção 17 — Saúde e defesa do consumidor) revelam uma diminuição das autorizações, que passam de 336 milhões de EUR em 2012 para os 275 milhões de EUR propostos no PO de 2013, sem pôr em risco o objetivo de manutenção de um nível elevado de saúde animal. Esta diminuição reflete, por um lado, a melhoria da situação sanitária decorrente das medidas tomadas no passado, com a diminuição das necessidades, em especial no que diz respeito à erradicação da febre catarral ovina, bem como das encefalopatias espongiiformes transmissíveis (EET), tais como a encefalopatia espongiiforme bovina (BSE) e o tremor epizoótico dos ruminantes. Por outro lado, foi feito um esforço no sentido de prever com maior exatidão a capacidade de absorção dos Estados-Membros.

3.3.3. Transferências das despesas agrícolas para o desenvolvimento rural

Para o projeto de orçamento de 2013, a quantia adicional disponível para o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) totaliza 3 635 milhões de EUR, o que representa um aumento de cerca de 252 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012.

Estas dotações incluem a modulação obrigatória (2 641 milhões de EUR)³³, a modulação voluntária do Reino Unido (314 milhões de EUR)³⁴ e outras transferências resultantes da reforma do setor do algodão (22 milhões de EUR)³⁵, do setor vitivinícola (123 milhões de EUR)³⁶ e do setor do tabaco (484 milhões de EUR)³⁷, bem como de ajudas diretas não utilizadas (52 milhões de EUR)³⁸.

3.3.4. Desenvolvimento rural

O apoio prestado através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) representa um contributo vital para a sustentabilidade do meio rural e contribui para manter o equilíbrio entre as zonas urbanas e as zonas rurais, num quadro económico baseado na competitividade e no conhecimento. A fim de reforçar esta contribuição, o FEADER volta a ser reforçado em 2013 como referido, com base nos fundos suplementares provenientes da modulação (principalmente, a modulação adicional para enfrentar os novos desafios, tal como especificados no «exame de saúde») e em transferências específicas.

31 Com exceção das ajudas concedidas às regiões ultraperiféricas.
32 Artigo 7.º e artigo 9.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho.
33 Artigo 9.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho.
34 Artigo 4.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 378/2007 do Conselho.
35 Artigo 134.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho.
36 Artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1246/2008 do Conselho.
37 Artigo 135.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho.
38 Artigo 136.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho.

Os programas são concebidos em torno de três eixos temáticos relativos à melhoria da competitividade do setor agrícola e silvícola, à melhoria do ambiente e da paisagem rural e à melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, bem como ao incentivo à diversificação da economia rural. Estes eixos temáticos são complementados com um eixo horizontal que possibilita abordagens locais da base para o topo em relação ao desenvolvimento rural.

No que diz respeito a 2013, é necessária uma quantia de 14 808 milhões de EUR de dotações de autorização, o que representa um aumento de 1,3 % em relação a 2012. Tal como apresentado com mais pormenor na secção 3.3.7, a Comissão propõe um montante de 12 749 milhões de EUR de dotações de pagamento, representando um aumento de 5,4 % em comparação com 2012.

3.3.5. *Assuntos marítimos e pescas*

Para além de um montante relativamente pequeno de cerca de 27 milhões de EUR para os mercados das pescas, que é executado no âmbito da PAC, sobressaem dois instrumentos principais relacionados com a política comum das pescas (PCP): a) o Fundo Europeu das Pescas (FEP) e b) o chamado «segundo instrumento», que abrange todas as outras ações relacionadas com a PCP, incluindo as pescas internacionais e o direito do mar. Além disso, um instrumento destinado a apoiar o desenvolvimento da política marítima integrada (PMI) foi adotado no final de 2011³⁹.

Fundo Europeu das Pescas (FEP)

Para o FEP, a Comissão propõe 687,2 milhões de EUR de dotações de autorização e 523,5 milhões de EUR de dotações de pagamento, o que representa, respetivamente, um aumento de 2,2 % e de 7,3 % em relação ao orçamento de 2012. O aumento das dotações de autorização está inteiramente em conformidade com a dotação do FEP decidida no ato de base, enquanto as razões para o aumento das dotações de pagamento estão descritas com maior pormenor na secção 3.3.7.

Política Comum das Pescas (PCP)

Para a PCP (excluindo a Agência Europeia de Controlo das Pescas e a PMI), o montante total das dotações propostas eleva-se a 257,4 milhões de EUR para as autorizações e a 221 milhões de EUR para os pagamentos, o que representa respetivamente uma diminuição de 3,1 % e 4,9 % em relação a 2012.

As despesas relativas a atividades internacionais (151,2 milhões de EUR de dotações de autorização e 150,4 milhões de EUR de dotações de pagamento) são ligeiramente inferiores às de 2012. A maior parte das dotações solicitadas destina-se a financiar acordos de parceria no domínio das pescas (APP). Para 2013, é proposto um montante de 10,5 milhões de EUR para os APP em vigor, enquanto para a renovação dos acordos existentes prestes a expirar e para os novos acordos a negociar, é solicitado um montante de 129 milhões de EUR relativamente à rubrica de reserva. Se necessário, este montante será atualizado no outono de 2012 no âmbito da carta retificativa ao projeto de orçamento de 2013. A parte restante é necessária para garantir a participação da UE num número crescente de organizações internacionais e regionais de pescas, bem como nos trabalhos preparatórios correspondentes.

No que diz respeito à governação da PCP, à conservação, gestão e exploração dos recursos, bem como ao controlo e aplicação da PCP, a Comissão propõe 106,1 milhões de EUR para autorizações e 70,8 milhões de EUR para pagamentos. Em comparação com as autorizações para 2012, tal representa uma ligeira diminuição de 2,4 %. Além disso, prevê-se um montante de 8,9 milhões de EUR de dotações para a Agência Europeia de Controlo das Pescas (EFCA), o que representa um congelamento da contribuição da UE ao nível de 2012.

Política marítima integrada (PMI)

No que diz respeito à PMI, é prevista para 2013 apenas uma pequena quantia de autorizações para a assistência técnica, em consonância com o acordo alcançado pelos legisladores aquando da adoção da base jurídica. Todas as dotações operacionais devem ser autorizadas em 2012 e apenas são solicitadas para 2013 dotações de pagamento no valor de 15,2 milhões de EUR.

3.3.6. *Ambiente e ação climática*

No domínio do ambiente e ação climática, a rubrica 2 do quadro financeiro para 2007-2013 abrange as despesas relativas ao instrumento financeiro LIFE+, algumas ações preparatórias e projetos-piloto, bem como a contribuição da UE para a Agência Europeia do Ambiente (EEA) e parte da contribuição da UE para a Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).

São solicitadas dotações de autorização totais no valor de 415,0 milhões de EUR relativamente ao projeto de orçamento de 2013 a título do ambiente e ação climática na rubrica 2, o que corresponde a um aumento de 0,9 %. As dotações de pagamento neste domínio aumentam 5,6 %, passando para 328,6 milhões de EUR.

Ambiente

O programa LIFE+ é o instrumento financeiro da UE para o ambiente. No que diz respeito ao PO de 2013, a Comissão propõe um aumento de 3,3 % das dotações de autorização, passando de 354,8 milhões de EUR em 2012 para 366,6 milhões de EUR em 2013. Este valor fica um pouco aquém da programação financeira, devido à subida das autorizações por liquidar existentes no final de 2011. As dotações de pagamento para o LIFE + irão aumentar a um ritmo ligeiramente mais elevado (7,4 %), passando de 254,4 milhões de EUR em 2012 para 273,3 milhões de EUR em 2013. As razões para o aumento das dotações de pagamento são descritas com maior pormenor na secção 3.3.7.

A maior parte das dotações de autorização destinadas ao LIFE+ irá apoiar medidas relacionadas com os aspetos da eficiência de utilização dos recursos constantes da estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o que implica o apoio a projetos inovadores e de demonstração a nível nacional, regional e local, com o objetivo de melhorar a proteção da natureza e da biodiversidade, de reduzir a produção de resíduos e as emissões de gases com efeito de estufa, de aumentar a eficiência da utilização dos recursos, de desenvolver tecnologias limpas e de melhorar a gestão da qualidade do ar (em especial nas zonas urbanas). Uma parte deste montante é igualmente atribuída ao financiamento de medidas relacionadas com a ação climática (ver infra).

Para a Agência Europeia do Ambiente (EEA), a Comissão propõe congelar a contribuição total da UE para 2013 ao nível da de 2012, em conformidade com a abordagem global da Comissão relativa às agências descentralizadas (ver secção 4.3.1).

A Comissão propôs alargar as atividades da Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) nos domínios da legislação em matéria de biocidas e da exportação e importação de produtos químicos perigosos. As propostas conexas seguem atualmente o processo legislativo, com a adoção prevista para o verão de 2012, o que irá permitir o início da aplicação ainda no ano em curso.

No caso dos biocidas, as tarefas da ECHA, previstas pela autoridade legislativa, evoluíram de forma considerável desde a proposta inicial da Comissão⁴⁰, estando atualmente refletidas na ficha financeira legislativa revista que acompanha a Comunicação da Comissão respeitante à posição comum⁴¹. Tendo em consideração a importância da fase de arranque e a necessidade de dispor dos recursos financeiros e humanos necessários, a proposta da Comissão corresponde a pouco menos do que o montante previsto na ficha financeira legislativa, elevando-se a 6,1 milhões de EUR para 2013.

40 COM(2009)267 de 12.6.2009.

41 COM(2011)498 de 11.8.2011.

No caso da exportação e importação de produtos químicos perigosos, o pedido da Comissão de 1,6 milhões de EUR relativamente ao PO de 2013 é também ligeiramente inferior ao montante previsto na ficha financeira legislativa que acompanha a proposta legislativa da Comissão⁴².

Ação climática

A ação climática constitui uma das principais prioridades da Comissão, tal como exposto na estratégia Europa 2020. A fim de apoiar o papel da Comissão em matéria de elaboração e aplicação da legislação, incluindo o desenvolvimento do regime de comércio de licenças de emissão da UE e a preparação da transição para uma economia de baixo carbono até 2050, uma parte da dotação relativa ao programa LIFE+ é imputada à ação climática. A Comissão solicita para o efeito um montante de 22,9 milhões de EUR de dotações de autorização e de 21,4 milhões de EUR de dotações de pagamento.

A Comunicação de junho de 2011 sobre o próximo quadro financeiro plurianual sublinhou a necessidade de integrar a ação climática no futuro orçamento da UE, a fim de que, pelo menos 20 % das despesas da União Europeia estejam relacionadas com a ação climática⁴³. A adoção da estratégia de adaptação da UE também está prevista para 2013. Por conseguinte, a Comissão propõe que a ação preparatória sobre a «Integração da ação climática, adaptação e inovação» continue a ser executada, com um montante adicional de 5 milhões de EUR de dotações de autorização e de pagamento.

3.3.7. Dotações de pagamento para a rubrica 2

O nível global de dotações de pagamento solicitado para a rubrica 2 (57 964,9 milhões de EUR, + 1,6 % em comparação com o orçamento de 2012) resulta, por um lado, principalmente das despesas não diferenciadas do âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA, 44 112,9 milhões de EUR, + 0,5 % em comparação com o orçamento de 2012), tal como descrito nas secções 3.3.2 e 3.3.5, e, por outro lado, das dotações de pagamento relativas às despesas diferenciadas (13 852,0 milhões de EUR, + 5,3 % em comparação com o orçamento de 2012), nomeadamente para o desenvolvimento rural, o Fundo Europeu das Pescas e o programa LIFE+, tal como apresentado seguidamente.

No que se refere às dotações de pagamento para o **desenvolvimento rural**, o pedido da Comissão (12 749 milhões de EUR) representa um aumento de 5,4 % em comparação com 2012. Para além de um montante relativamente pequeno destinado à assistência técnica, prevê-se que os pagamentos intermédios para os programas do período 2007-2013 venham a exigir dotações de pagamento de 12 735 milhões de EUR, principalmente no âmbito das medidas agroambientais e do apoio às zonas desfavorecidas. O aumento é justificado dado a execução dos programas estar a acelerar, tal como indicado pela tendência para a melhoria da execução verificada desde o início do período de programação.

No que diz respeito aos programas do âmbito dos fundos estruturais do período 2000-2006 integrados na secção «Orientação» do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA), espera-se que todos os programas sejam encerrados em 2012 e, por conseguinte, apenas a menção «p.m.» será inscrita no projeto de orçamento de 2013.

No que se refere às dotações de pagamento para o **Fundo Europeu das Pescas (FEP)**, o pedido da Comissão (523,5 milhões de EUR) representa um aumento de 7,3 % em relação a 2012. Este nível de dotações de pagamento irá cobrir as necessidades crescentes dos programas do âmbito do FEP para 2007-2013 e alguns montantes remanescentes para a regularização das autorizações por liquidar relativamente aos programas do período 2000-2006 (conclusão do Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP)).

42 COM(2011)245 de 5.5.2011.

43 COM(2011)500 de 29.6.2011.

No que diz respeito ao período de programação 2007-2013, verifica-se um aumento das dotações de pagamento de 9,6 % (de 459,4 milhões de EUR em 2012 para 503,5 milhões de EUR em 2013). A abordagem seguida para determinar as dotações de pagamento para os programas do período 2007-2013 é semelhante à utilizada para os fundos estruturais (para mais explicações, ver texto da rubrica 1B) e tem por base as taxas de pagamento históricas das parcelas correspondentes de autorizações do período de programação de 2000-2006. No entanto, a estimativa inicial daí resultante para o projeto de orçamento de 2013 foi ajustada no sentido da baixa, no contexto de uma abordagem prudente para ter em conta um arranque mais lento da execução no período 2007-2013.

No que se refere ao IFOP no período 2000-2006, prevê-se que o exercício de encerramento prossiga em 2013, com uma taxa de encerramento estimada de 40 % dos programas remanescentes no final de 2012. Por este motivo, é solicitado um montante de 20 milhões de EUR para as dotações de pagamento.

Por último, no que se refere às dotações de pagamento para o **Life+**, o pedido da Comissão (273,3 milhões de EUR) representa um aumento de 7,4 % em comparação com 2012. Este reforço das dotações de pagamento é necessário, em especial, em relação a subvenções destinadas a ações, a fim de satisfazer as obrigações de pagamento nas condições definidas nas convenções de subvenção, tendo em conta os aumentos das dotações de autorização verificados desde 2007; os pagamentos intermédios e finais dos projetos em curso (em especial, os projetos financiados no quadro do orçamento de 2009, quando a autoridade orçamental votou um reforço orçamental de 30 milhões de EUR de dotações de autorização); e pagamentos de pré-financiamentos relativos às convenções de subvenção de 2012.

3.4. Liberdade, segurança e justiça: rubrica 3A

3.4.1. Quadro-resumo

(em milhões de EUR, a preços correntes)

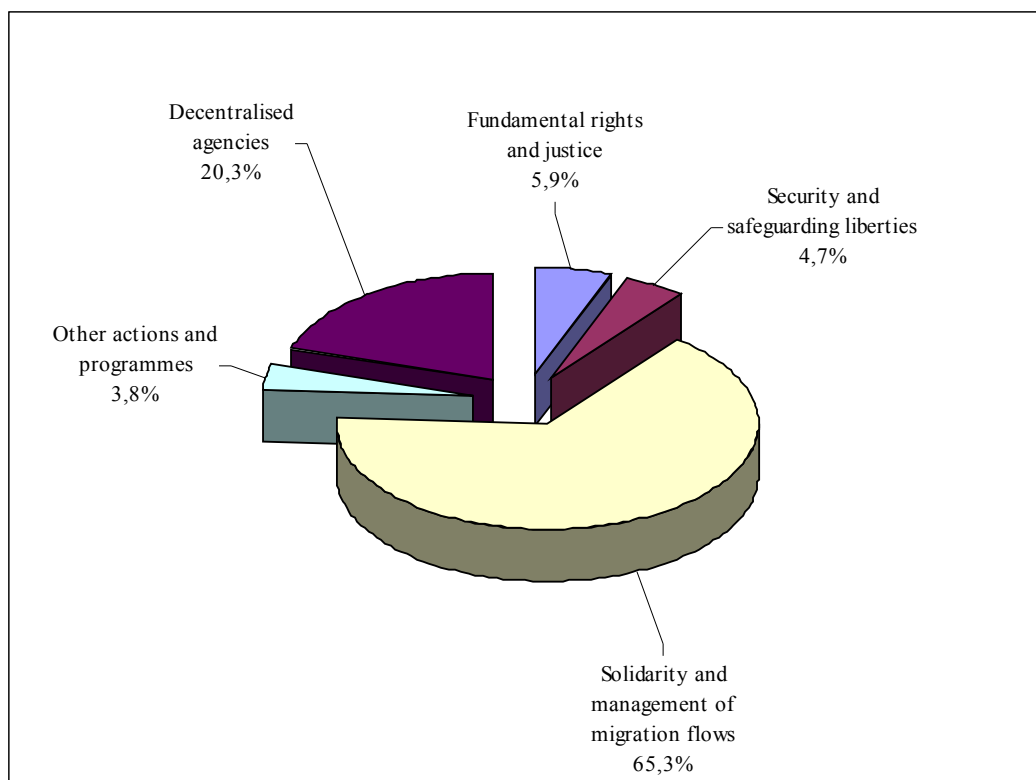
Orçamento		QF	Projeto de orçamento		Diferença		Diferença	
2012		2013	2013		2013 / 2012		2013 - 2012	
DA	DP	DA	DA	DP	DA	DP	DA	DP
1 367,8	835,6	1 661,0	1 392,2	928,3	1,8%	11,1%	24,4	92,8
			Margem = 268,8					






A rubrica 3A regista um aumento das dotações de autorização de 1,8 %, passando para 1 392,2 milhões de EUR. As dotações de pagamento aumentam 11,1 %, passando para 928,3 milhões de EUR. Tal como explicado com mais pormenor na secção 3.4.4, estes aumentos estão, na maior parte, ligados aos quatro fundos no âmbito da solidariedade e gestão dos fluxos migratórios, que atingiram a sua velocidade de cruzeiro e requerem pagamentos substanciais de pré-financiamentos aos Estados-Membros.

A margem da rubrica 3A eleva-se a 268,8 milhões de EUR, muito superior à margem indicativa prevista para 2013 na última programação financeira (34,3 milhões de EUR). Este aumento de 234,4 milhões de EUR explica-se por diferentes razões: em primeiro lugar, os esforços especiais desenvolvidos na vertente *segurança e proteção das liberdades*, a fim de avaliar as necessidades reais para que a Comissão possa realizar eficazmente os seus objetivos nesta matéria; em segundo lugar, uma redução das dotações previstas inicialmente para despesas de apoio técnico e administrativo (ver igualmente a secção 4.2.2); em terceiro lugar, uma abordagem rigorosa para a determinação do orçamento das oito agências descentralizadas no âmbito desta rubrica e, por último, um aumento mais moderado do que o previsto inicialmente na programação financeira para o *Fundo para as Fronteiras Externas*, o *Fundo Europeu de Regresso* e o *Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros*.

No que diz respeito às agências descentralizadas, a Comissão examinou os seus pedidos, com o objetivo de assegurar que os esforços de racionalização se estendam igualmente a estes organismos. Tal conduziu a um aumento contido da contribuição da UE e dos níveis de efetivos e em termos de justificação das funções atribuídas às agências por parte da autoridade legislativa. O nível global de dotações proposto para as agências ascende a 292,2 milhões de EUR, o que representa um aumento de 4,7 % em relação a 2012. O aumento resulta,

na sua quase totalidade, da criação da Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala, tendo a data prevista para o início das operações sido fixada em 1 de dezembro de 2012.



Rubrica 3A: Liberdade, segurança e justiça (Dotações de autorização)		Projeto de orçamento	
		2013	
		EUR	%
	Direitos fundamentais e justiça	81 900 000	5,9 %
	Segurança e salvaguarda de liberdades	66 150 000	4,7 %
	Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios	909 560 000	65,3 %
	Outras ações e programas	52 500 000	3,8 %
	Agências descentralizadas	282 117 200	20,3 %
Total		1 392 227 200	100,0 %

3.4.2. Reforçar a UE como espaço de liberdade, de segurança e de justiça

O Programa de Estocolmo, adotado pelo Conselho Europeu em dezembro de 2009, fixa as prioridades do desenvolvimento do espaço europeu de liberdade, de segurança e de justiça nos próximos cinco anos (2010-2014), colocando o cidadão no centro da ação da UE e abordando, nomeadamente, as questões da cidadania, justiça e segurança, bem como o asilo, a migração e a dimensão externa da justiça e dos assuntos internos.

As ações relacionadas com o Plano de Ação de aplicação do Programa de Estocolmo⁴⁴ serão financiadas dentro do limite máximo da rubrica 3A do atual quadro financeiro. Muitas das medidas e ações serão executadas através de uma utilização mais eficaz dos instrumentos e fundos existentes.

Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios

O programa geral **Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios** engloba quatro instrumentos financeiros

distintos, os chamados fundos.

As dotações de autorização propostas para o Fundo para as Fronteiras Externas (415,5 milhões de EUR) aumentam 18,9 % em comparação com o orçamento de 2012, ficando, no entanto, 65,2 milhões de EUR aquém da programação financeira, tendo em conta a capacidade de absorção prevista dos Estados-Membros. O Fundo para as Fronteiras Externas constitui um mecanismo de solidariedade que apoia os Estados-Membros que assumem uma carga financeira duradoura e pesada no domínio das fronteiras externas e da política de vistos. Para 2013, para além de outros investimentos, o Fundo financiará novas iniciativas em quatro áreas estratégicas que constituem uma prioridade para a UE: investimentos em infraestruturas, sistemas e equipamento de ponta destinados a reforçar a segurança nas fronteiras (incluindo o equipamento relacionado com os sistemas automáticos de controlos nas fronteiras (ABC - *Automatic Border Controls*)); o desenvolvimento e a aplicação das componentes nacionais do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR), que estará operacional em 2013; a criação e teste de sistemas nacionais compatíveis com o Sistema de Informação de Schengen (SIS II); e uma aplicação mais eficiente do Código das Fronteiras Schengen.

No domínio da migração, prevê-se um aumento dos recursos (+ 14,1 %) para o **Fundo Europeu de Regresso** (186,0 milhões de EUR, 8 milhões de EUR abaixo da programação financeira), a fim de apoiar os Estados-Membros na gestão integrada dos regressos e permitir a realização de ações conjuntas entre eles, promovendo assim a conjugação de recursos e de conhecimentos com os consequentes benefícios comuns e uma maior partilha de informações e experiências.

As dotações para o **Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros** (178,0 milhões de EUR, 5 milhões de EUR abaixo da programação financeira) aumentam 9,2 % em relação ao orçamento de 2012, refletindo a importância e os desafios inerentes a esta nova forma de solidariedade entre os Estados-Membros no que diz respeito aos imigrantes legalmente residentes na UE. O Fundo contribuirá para o desenvolvimento e a execução das estratégias nacionais de integração dos nacionais de países terceiros em todos os aspetos da sociedade. A necessidade de desenvolver e executar o processo de integração cresce todos os anos. As dotações de 2013 incidirão principalmente na aplicação dos princípios básicos comuns para a política de integração dos imigrantes. É indispensável a realização de ações de formação profissional e de educação cívica a fim de facilitar a integração dos nacionais de países terceiros.

O **Fundo Europeu para os Refugiados (FER)** continuará a apoiar o reforço da capacidade dos sistemas de asilo dos Estados-Membros em geral. O aumento das dotações irá permitir que os Estados-Membros continuem a concentrar os seus esforços em objetivos estratégicos fundamentais: apoiar a criação do Sistema Europeu Comum de Asilo, bem como os esforços voluntários dos Estados-Membros para proporcionar, no seu território, uma solução duradoura para os refugiados e as pessoas deslocadas, identificadas como elegíveis para reinstalação pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e a partilha voluntária dos encargos entre os Estados-Membros, consistindo na transferência de beneficiários de proteção internacional de um Estado-Membro para outro. Propõe-se um montante de 122,8 milhões de EUR para 2013 (+ 8,7 % em comparação com o orçamento de 2012), em consonância com a programação financeira.

A entrada em funcionamento do **Sistema de Informação de Schengen (SIS II)** está prevista para o primeiro semestre de 2013. As dotações de autorização para 2013 (36,7 milhões de EUR) irão cobrir as despesas (suportadas pela Comissão) com a manutenção em condições operacionais até à transferência, em 2013, do sistema para a Agência Europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala. Após a transferência para a agência, a Comissão continuará a suportar os custos da rede.

A nova **Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala** foi legalmente constituída em novembro de 2011⁴⁵. A data prevista para o início das atividades é 1 de dezembro de 2012, com a

45 Regulamento (UE) n.º 1077/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, que cria uma Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e

integração gradual dos sistemas existentes (Eurodac, VIS e SIS II) até ao final de 2013. As dotações de autorização para a agência (41 milhões de EUR) incluem as despesas relativas ao VIS (operacional desde outubro de 2011), que foi transferido para o orçamento da agência. As despesas relacionadas com as infraestruturas e os custos de funcionamento dos três locais da agência (sede em Tallin, instalações técnicas em Estrasburgo e instalações de salvaguarda em St. Johann im Pongau) aumentam substancialmente no projeto de orçamento de 2013 em antecipação do início das operações.

Direitos fundamentais e justiça

Este programa geral assenta em cinco programas específicos.

O programa específico **Direitos fundamentais e cidadania** promoverá o desenvolvimento de uma sociedade europeia fundada no respeito pelos direitos definidos na Carta dos Direitos Fundamentais da UE, o reforço da sociedade civil e a luta contra o racismo, a xenofobia e o antissemitismo. O nível das dotações em 2013 (15,8 milhões de EUR) está em conformidade com a programação financeira. Este nível de dotações permite à Comissão atingir os seus objetivos nesta matéria e reflete as necessidades do programa.

O Programa **Luta contra a violência (Daphne III)** promove ações para a prevenção da violência contra as mulheres e as crianças, através do apoio a organizações não governamentais (ONG), organismos de investigação e autoridades locais, correspondendo-lhe uma quantia de 18,4 milhões de EUR em 2013, de acordo com a programação financeira. As dotações para o programa **Informação e prevenção em matéria de droga** (3 milhões de EUR) destinam-se às ações para prevenir e reduzir a utilização de droga e para promover a sensibilização relativamente a este flagelo.

Os programas específicos **Justiça civil** (16,8 milhões de EUR) e **Justiça penal** (27,85 milhões de EUR) destinam-se a promover a cooperação entre os diferentes sistemas jurídicos, melhorando os contactos entre as autoridades judiciais e administrativas dos Estados-Membros e formando os profissionais do poder judiciário. O ligeiro aumento em comparação com 2012 é devido a um aumento do volume das ações de adjudicação de contratos relacionadas com a evolução da justiça eletrónica (desenvolvimento do portal e aperfeiçoamento técnico).

Segurança e proteção das liberdades

Esta vertente contém dois programas específicos.

O primeiro, **Prevenção, preparação e gestão das consequências em matéria de terrorismo** (12,45 milhões de EUR), destina-se a desenvolver e acompanhar a execução de instrumentos e políticas no domínio da luta contra o terrorismo e gestão de crises. Em 2013, as atividades centrar-se-ão nos domínios prioritários: proteção de infraestruturas críticas e gestão e comunicação em matéria de crises. O financiamento de ações em cooperação com o Centro Comum de Investigação (JRC) será mantido estável, com a ênfase no campo das infraestruturas críticas. Globalmente, o nível de dotações proposto para realizar as atividades previstas no âmbito deste programa eleva-se a 12,45 milhões de EUR, o que representa uma redução em comparação com o orçamento de 2012 (- 11,0 milhões de EUR) e a programação financeira para 2013 (- 13,1 milhões de EUR), o que reflete o ritmo mais lento da execução e um número ligeiramente inferior de atividades de intercâmbio e de divulgação em 2013.

O segundo programa **Prevenir e combater a criminalidade** (53,7 milhões de EUR) visa a aplicação efetiva da lei, a cooperação transfronteiriça, os intercâmbios de informações e a formação dos agentes responsáveis pela aplicação da lei, assim como a proteção das testemunhas e das vítimas. As ações prioritárias a realizar em 2013 foram cuidadosamente analisadas no contexto das limitações orçamentais. O nível de dotações permite à Comissão realizar os seus objetivos no domínio da prevenção e da luta contra a criminalidade e reflete as

necessidades reais do programa em termos de número previsto de vítimas assistidas e de casos investigados, dando ênfase à cooperação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei. No seu conjunto, é proposta uma redução de dotações em relação ao orçamento de 2012 (- 64,5 milhões de EUR) e à programação financeira para 2013 (- 67,5 milhões de EUR), em conformidade com as necessidades estimadas do programa.

3.4.3. Dotações de pagamento para a rubrica 3A

O nível global de dotações de pagamento solicitadas para a rubrica 3A (928,3 milhões de EUR, + 11,1 % em comparação com o orçamento de 2012) deve-se principalmente aos quatro fundos no âmbito da solidariedade e gestão dos fluxos migratórios. O reforço proposto para os quatro fundos, em comparação com o orçamento de 2012 (+ 18,0 %, passando para 489,1 milhões de EUR), é ligeiramente superior ao aumento correspondente das dotações de autorização (+ 14,1 %, que passam para 909,6 milhões de EUR). Esta evolução deve-se ao perfil dos programas, por um lado, devido ao facto de o primeiro e o segundo pagamentos de pré-financiamentos serem efetuados sobre um nível crescente de autorizações e, por outro, a um nível crescente de pagamentos de encerramento em relação a programas de trabalho anuais dos anos anteriores. O rácio mais baixo entre autorizações e pagamentos irá contribuir igualmente para a redução das autorizações por liquidar («RAL»).

3.5. Cidadania: rubrica 3B

3.5.1. Quadro-resumo

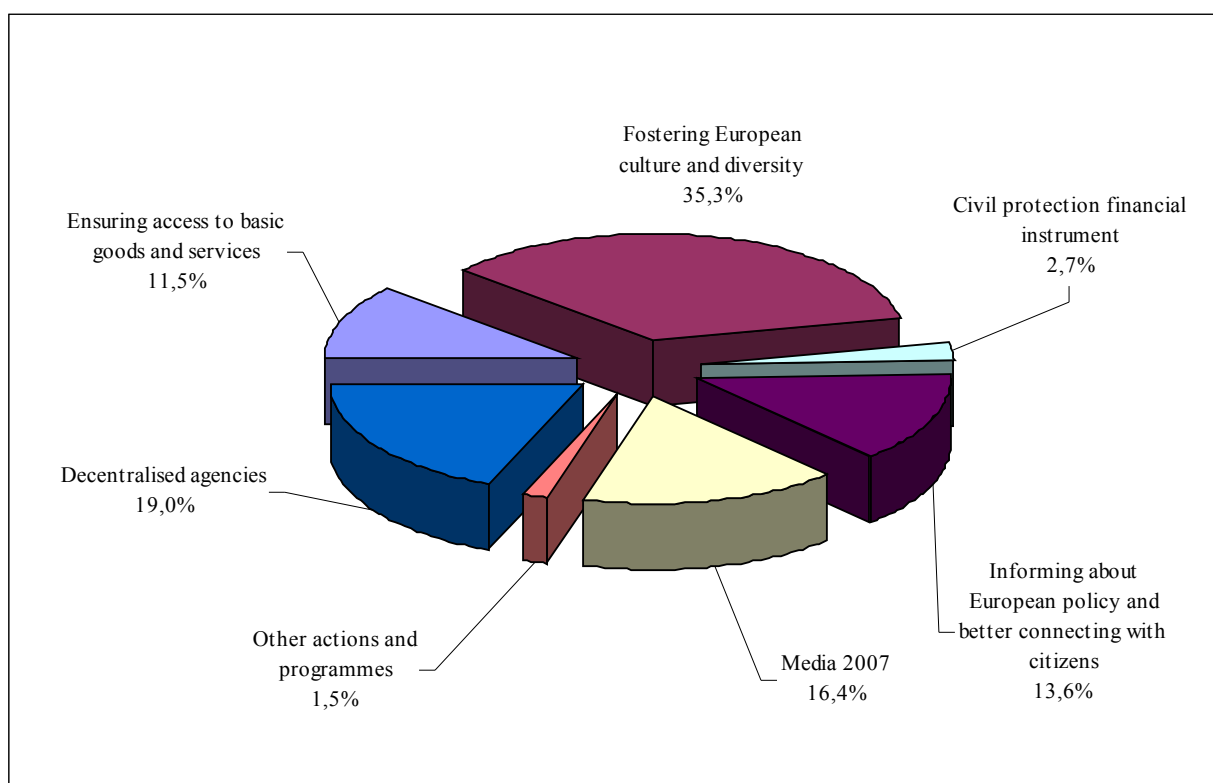
(em milhões de EUR, a preços correntes)








Orçamento		QF	Projeto de orçamento			Diferença		Diferença	
2012		2013	2013			2013 / 2012		2013 - 2012	
	DA	DP	DA	DA	DP	DA	DP	DA	DP
(1)	715,5	666,8	715,0	689,4	646,3	-3,6%	-3,1%	-26,1	-20,5
(2)	697,4	648,7				-1,2%	-0,4%		
			Margem = 25,6						
(1) Incluindo o orçamento rectificativo n.º 1 e o projeto de orçamento rectificativo n.º 2 relacionados com Fundo de Solidariedade da UE (FSUE).									
(2) Excluindo o Fundo de Solidariedade da UE (FSUE)									

A rubrica 3B Cidadania contribui para várias iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020, nomeadamente: «Juventude em movimento», «Agenda para novas qualificações e novos empregos», «Plataforma europeia contra a pobreza» e «Uma União da inovação». Mais especificamente, esta rubrica abrange questões de interesse fundamental para os cidadãos da Europa, nomeadamente a **saúde**, a **defesa dos consumidores** e a **proteção civil**. A missão crucial consiste em estabelecer laços com os cidadãos e comunicar sobre a Europa integra-se também nesta rubrica, através do financiamento de **programas culturais** e do domínio de intervenção **Comunicação**.

As dotações de autorização para esta rubrica diminuem 3,6 %, passando para 689,4 milhões de EUR, deixando uma margem de 25,6 milhões de EUR. A margem está, em geral, de acordo com a última programação financeira. Por um lado, as economias em relação à programação financeira são obtidas relativamente às despesas das agências descentralizadas, tais como o «Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças» (ECDC) e a «Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos» (EFSA), assim como a «Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores» (EAHC), tendo em conta as orientações gerais da Comissão em matéria de agências. As despesas com as rubricas de apoio administrativo, os programas não objeto de codecisão e as ações abrangidas pelas prerrogativas institucionais da Comissão são também reduzidas em comparação com a programação financeira inicial. Por outro lado, a Comissão propõe um aumento de 16,5 milhões de EUR para o programa Juventude em Ação, em comparação com a programação financeira para 2013.

As dotações de pagamento para esta rubrica diminuem 3,1 %, passando para 646,3 milhões de EUR. Se o Fundo de Solidariedade da UE (18,1 milhões de EUR de dotações de autorização e de pagamento em 2012) for excluído desta comparação, as dotações de autorização e de pagamento diminuem respetivamente 1,2 % e 0,4 %.



Rubrica 3B: Cidadania (Dotações de autorização)		Projeto de orçamento	
		2013	
		EUR	%
	Assegurar o acesso aos bens e serviços essenciais	79 000 000	11,5 %
	Melhorar a cultura e a diversidade europeias	243 288 000	35,3 %
	Instrumento Financeiro para a Proteção Civil	18 500 000	2,7 %
	Informar acerca da política europeia e comunicar melhor com os cidadãos	93 736 000	13,6 %
	Media 2007	113 409 000	16,4 %
	Outras ações e programas	10 420 000	1,5 %
	Agências descentralizadas	131 061 000	19,0%
Total		689 414 000	100,0 %

3.5.2. Assegurar o acesso aos bens e serviços essenciais

A **boa saúde** é decisiva para o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, bem como para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável. O investimento na qualidade da saúde da população e em atividades de prevenção permite obter benefícios económicos e sociais reais. Contribui igualmente para a competitividade da Europa, reforçando a produtividade, a participação no mercado de trabalho e o crescimento sustentável.

O programa Saúde incidirá nas novas ações destinadas a melhorar os sistemas de cuidados de saúde com um claro valor acrescentado a nível da UE, incluindo os sistemas transfronteiriços, os direitos dos doentes, a sustentabilidade dos sistemas de saúde e as tecnologias inovadoras, especialmente no que diz respeito à informação sobre a saúde e a segurança sanitária, nomeadamente a preparação e a reação face a ameaças emergentes para a saúde. Uma outra prioridade consiste em garantir produtos seguros, incluindo a alimentação segura e serviços seguros, bem como melhorar a preparação para fazer face às crises e promover a continuidade das atividades económicas em caso de crise. Globalmente, propõe-se um montante de 55,5 milhões de EUR de dotações de autorização, em grande medida em conformidade com a programação financeira, o que representa um

ligeiro aumento em relação ao orçamento de 2012 (53,9 milhões de EUR).

O objetivo global da **política dos consumidores** consiste em contribuir para o desenvolvimento de um mercado interno em que os produtos e serviços sejam seguros e em que os consumidores tenham em toda a UE o mesmo elevado grau de confiança nos produtos, comerciantes, tecnologias e métodos de venda nos mercados, com base em níveis elevados e uniformes de proteção.

A política dos consumidores é uma pedra angular no estabelecimento da confiança dos cidadãos no mercado interno. Uma aplicação e respeito da legislação existente mais rigorosos continuarão a ter uma importância fundamental, devendo ser dada uma maior importância à aplicação coerente e eficaz em todos os Estados-Membros.

Os objetivos específicos da política dos consumidores são uma melhoria da compreensão dos consumidores e dos mercados, da regulamentação no domínio da defesa do consumidor, da aplicação da lei, do acompanhamento e das vias de recurso, bem como uma melhoria da informação, formação e sensibilização dos consumidores. Estes objetivos serão alcançados mediante o desenvolvimento dos conhecimentos e das informações disponíveis, da cooperação na aplicação da lei, da vigilância dos mercados e da segurança dos produtos, da educação dos consumidores e do reforço da capacidade das organizações de consumidores. A avaliação das necessidades do programa (no montante de 23,5 milhões de EUR) levou a uma ligeira diminuição das dotações em comparação com o orçamento de 2012 (- 0,2 milhões de EUR), em consonância com a programação financeira para 2013.

3.5.3. *Melhorar a cultura e a diversidade europeias*

A melhoria da compreensão mútua e uma identidade europeia partilhada são essenciais numa União caracterizada pela diversidade social e cultural. Foram criados três programas para apoiar estes objetivos mediante o desenvolvimento de ligações nos domínios da cultura, juventude e cidadania.

O programa **Cultura 2007-2013** contribui, a nível da UE, para uma maior sensibilização para a existência de um património europeu comum e para a diversidade das culturas europeias, através do diálogo intercultural e da mobilidade transnacional dos artistas e dos profissionais da cultura e das suas obras. Em consonância com a estratégia Europa 2020, as indústrias criativas apoiadas por ações da UE contribuem para a inovação, a criação de emprego e o desenvolvimento territorial. O programa desempenha um papel único no sentido de incentivar a cooperação transfronteiriça, promover a aprendizagem pelos pares e a profissionalização do setor e promover o acesso dos cidadãos europeus a obras de outros Estados-Membros. Propõem-se dotações de autorização no montante de 63,8 milhões de EUR, em conformidade com a programação financeira para 2013.

O programa **Juventude em Ação** tem dois objetivos principais: o desenvolvimento dos recursos humanos na Europa através de um apoio especial às experiências de aprendizagem não formal e o desenvolvimento de uma cidadania ativa por parte dos jovens, mediante a promoção do potencial e bem-estar de todos os jovens, bem como o desenvolvimento das suas competências, criando mais oportunidades e incentivando a sua participação na vida democrática. Além disso, o programa contribui para aproximar a União Europeia dos jovens. O programa Juventude em Ação compensa a falta de oportunidades para os jovens em países em que não existem praticamente quaisquer programas destinados a este grupo-alvo. Pretende-se promover o diálogo com os cidadãos da UE e a participação cívica através de duas estratégias fundamentais – envolvendo diretamente os cidadãos com as instituições da UE por intermédio de estágios e visitas e mediante o cofinanciamento de projetos da sociedade civil selecionados por meio de convites à apresentação de propostas. É proposto um montante de 140,5 milhões de EUR em dotações de autorização para este domínio prioritário, ou seja, 16,5 milhões de EUR acima da programação financeira.

No âmbito do objetivo de promover a cidadania europeia encontra-se o programa **Europa para os cidadãos**, que inclui o apoio à sociedade civil e a uma série de organizações que promovem o interesse europeu, assim como a

geminção de cidades e outras atividades que envolvem diretamente os cidadãos, o apoio a várias organizações da sociedade civil que promovem a ideia europeia, bem como a organismos e a grupos de reflexão europeus. O nível de dotações de autorização proposto (30,0 milhões de EUR) está em conformidade com a programação financeira, embora seja ligeiramente inferior ao do orçamento de 2012 (31,8 milhões de EUR).

Com base na ação preparatória realizada em 2012, será lançado em 2013 o **Ano Europeu dos Cidadãos**, com um orçamento de 1 milhão de EUR. Deverá centrar as suas atividades no direito de livre circulação e de residência e na colocação deste direito no contexto mais vasto dos direitos dos cidadãos consagrados nos Tratados, com vista a reforçar o sentimento de pertença das pessoas à União Europeia.

O programa **Media 2007** tem como objetivos a preservação e valorização da diversidade cultural europeia e do seu património cinematográfico e audiovisual, garantindo o seu acesso aos cidadãos europeus e fomentando o diálogo intercultural, aumentando a circulação de obras audiovisuais europeias dentro e fora da União e reforçando a competitividade do setor audiovisual europeu no quadro de um mercado aberto e concorrencial. O programa Media 2007 apoia a formação e a ligação em rede de um número crescente de profissionais e o desenvolvimento e a circulação transfronteiriça dos filmes e obras audiovisuais europeus. O nível de dotações de autorização proposto (117,6 milhões de EUR em 2013, o que representa um aumento de 1,2 % em comparação com 2012) corresponde ao nível da programação financeira para 2013.

Por último, está previsto um nível estável de financiamento (18,2 milhões de EUR) para o **Instrumento Financeiro para a Proteção Civil**. Ao mesmo tempo, a Comissão propõe o estabelecimento e gestão de um Centro de Resposta de Emergência (CRE), responsável pela coordenação da resposta civil da UE a catástrofes. O CRE será criado sem recursos orçamentais suplementares, através da reafetação no quadro do orçamento existente. O resultado será uma poupança de 1,7 milhões de EUR em relação à programação financeira inicial para 2013.

3.5.4. Dotações de pagamento para a rubrica 3B

O nível global das dotações de pagamento para a rubrica 3B diminui 3,1 %, passando para 646,3 milhões de EUR. Se o Fundo de Solidariedade da UE (18,1 milhões de EUR de dotações de autorização e de pagamento em 2012) for excluído desta comparação, as dotações de pagamento diminuem 0,4 %. Em geral, esta diminuição global é o resultado líquido da proposta de aumento das dotações de pagamento para o programa Juventude em Ação (+ 4,8 %, passando para 129,8 milhões de EUR, devido ao aumento das dotações de autorização em anos recentes) e de diminuição das dotações de pagamento para os programas no domínio da saúde e defesa do consumidor (- 5,7 %, passando para 70,5 milhões de EUR, devido ao encerramento em curso do programa Saúde Pública do período 2003-2008).

3.6. A UE como protagonista global: rubrica 4

3.6.1. Quadro-resumo

(em milhões de EUR, a preços correntes, incluindo a Reserva para Ajudas de Emergência)

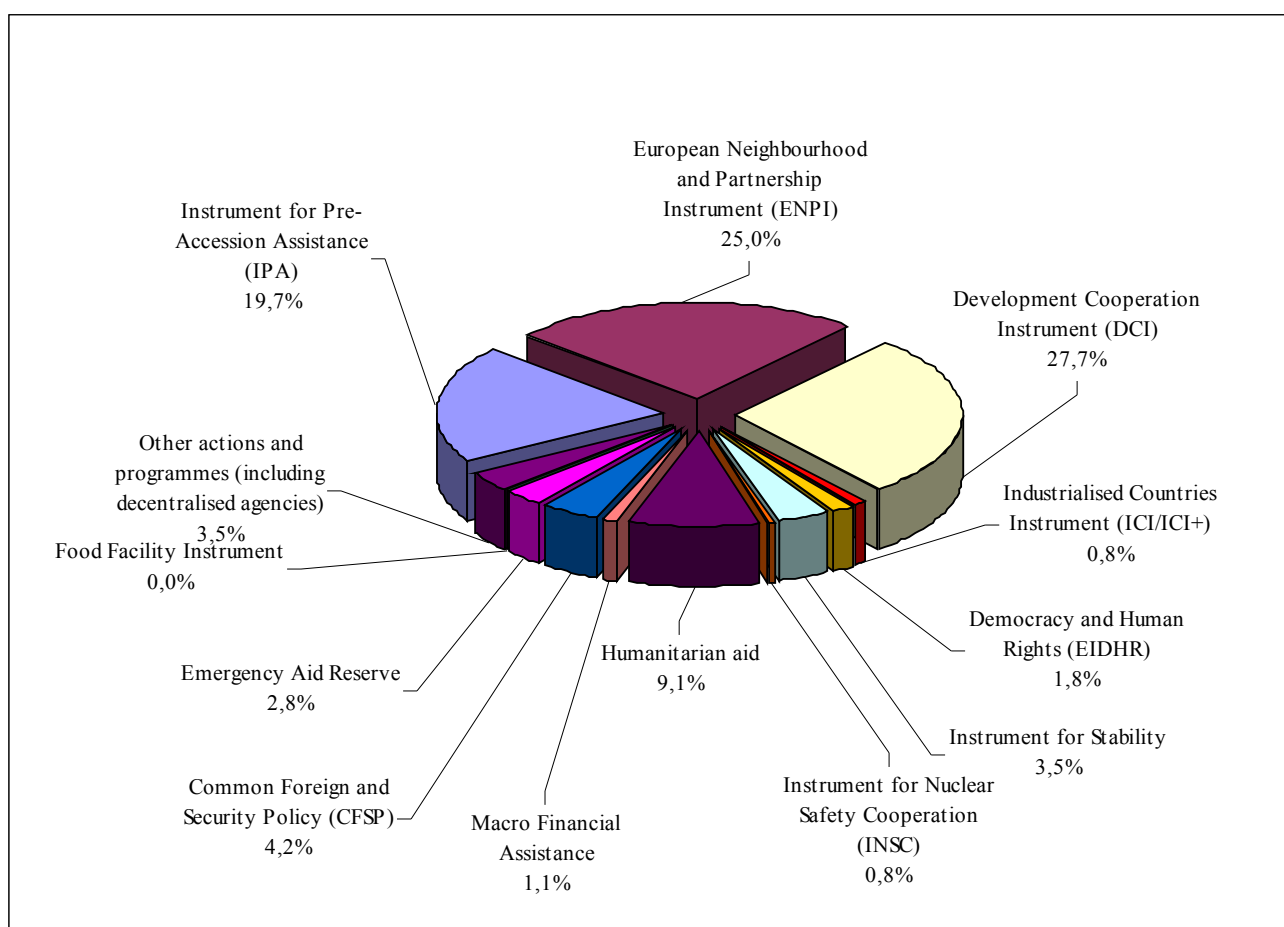
Orçamento ⁴⁶		QF	Projeto de orçamento		Diferença		Diferença	
2012		2013	2013		2013 / 2012		2013 - 2012	
DA	DP	DA	DA	DP	DA	DP	DA	DP
9 405,9	6 955,1	9 595,0	9 467,2	7 311,6	0,7%	5,1%	61,2	356,5
		Margem = 391,9						


Os instrumentos legislativos fundamentais em que se baseiam as principais políticas de relações externas são o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA), o Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP), o instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD), o instrumento de financiamento para

a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (IPI/IPI *Plus*)⁴⁷ e o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH). Estes grandes instrumentos de financiamento geográfico que prosseguem finalidades políticas são complementados por instrumentos concebidos para responder a necessidades específicas e, em especial, para dar resposta a situações de crise: o Instrumento de Estabilidade (IE), o Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear (ICSN), o Instrumento Financeiro para a Proteção Civil (IFPC), a ajuda humanitária, a assistência macrofinanceira (AM) e a Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

As dotações de autorização e de pagamento solicitadas no âmbito do PO de 2013 registam respetivamente um aumento de 0,7 % e 5,1 %, em comparação com o orçamento de 2012.












A margem da rubrica 4 eleva-se a 391,9 milhões de EUR⁴⁸, nível superior à margem prevista para 2013 na atualização da programação financeira de janeiro de 2012 (119,6 milhões de EUR). As razões para este aumento são expostas na secção 3.6.2.



Rubrica 4: A UE como protagonista global (Dotações de autorização)	Projeto de orçamento	
	2013	
	EUR	%
 Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA)	1 863 517 789	19,7 %

47 O Regulamento (CE) n.º 1934/2006 do Conselho que institui o instrumento foi alterado em 13 de dezembro de 2011, a fim de alargar (IPI *Plus*) o domínio geográfico do regulamento de modo a abranger a cooperação que não se enquadra na ajuda pública ao desenvolvimento (APD) com os países em vias de desenvolvimento.

48 Tal como previsto no Acordo Interinstitucional de maio de 2006, a margem da rubrica 4 não tem em conta as dotações relativas à Reserva para Ajudas de Emergência (264,1 milhões de EUR).

	Instrumento Europeu de Vizinhaça e Parceria (IEVP)	2 367 782 527	25,0 %
	Instrumento de financiamento da cooperaçaõ para o desenvolvimento (ICD)	2 618 879 755	27,7 %
	Instrumento de financiamento para a cooperaçaõ com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (IPI)	24 500 000	0,8 %
	Instrumento de financiamento para a cooperaçaõ com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (IPI <i>Plus</i>)	48 500 000	
	Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)	175 567 000	1,9 %
	Instrumento de Estabilidade	330 417 000	3,5 %
	Instrumento para a Cooperaçaõ no domínio da Segurança Nuclear (ICSN)	78 876 000	0,8 %
	Ajuda Humanitária	865 257 000	9,1 %
	Assistência macrofinanceira	100 000 000	1,0 %
	Política Externa e de Segurança Comum (PESC)	396 332 000	4,2 %
	Reserva para Ajudas de Emergência	264 115 000	2,8 %
	Outras ações e programas (incluindo agências descentralizadas e de execuçaõ)	333 424 640	3,5 %
	Total	9 467 168 711	100,0 %

3.6.2. Introdução

Em conformidade com o quadro financeiro para 2007-2013, o PO de 2013 continua a respeitar, em geral, o perfil das dotações financeiras plurianuais dos respetivos instrumentos. No entanto, para alguns instrumentos, a Comissão propõe o reforço do montante em relação à programação financeira, em função das suas prioridades políticas. Para outros programas, a Comissão propõe a redução dos montantes inicialmente programados, tendo em conta o exercício de avaliação do desempenho e de ganhos de eficiência.

Por conseguinte, é proposto um reforço das dotações em relação à programação financeira indicativa para os seguintes instrumentos:

- O **Instrumento Europeu de Vizinhaça e Parceria (IEVP)** é reforçado em 51,7 milhões de EUR em relação à programação financeira e em 44,5 milhões de EUR em comparaçaõ com o orçamento de 2012. O reforço está principalmente ligado à manutençaõ do apoio aos Territórios Palestinos Ocupados correspondente ao nível previsto no projeto de orçamento de 2012 (200 milhões de EUR), valor superior ao da programação financeira, e a um pequeno aumento (6,0 milhões de EUR) para a PEV-Leste, a fim de refletir o reforço significativo da política da UE relativa aos seus parceiros orientais.
- **Instrumento de financiamento para a cooperaçaõ com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (IPI/IPI *Plus*)**: O montante proposto para o instrumento é ligeiramente superior (em 0,3 milhões de EUR) à programação financeira e representa um aumento de 18,4 milhões de EUR em relação ao orçamento de 2012, devido à integraçaõ progressiva dos montantes previstos para a cooperaçaõ com os países em desenvolvimento não abrangidos pela ajuda pública ao desenvolvimento (APD).

Prevê-se também financiamento para algumas ações específicas que não são objeto de programação financeira plurianual, tais como:

- **Comunidade cipriota turca**: o mesmo montante que o proposto no projeto de orçamento de 2012, ou seja, 28,0 milhões de EUR, para prosseguir o apoio a esta comunidade.

Simultaneamente, a Comissão procedeu a um reexame rigoroso da programação orçamental dos instrumentos existentes, com base na execução orçamental, na capacidade de absorção e nos dados sobre o desempenho. Nesta base, a Comissão propõe que sejam reduzidos, em certa medida, os aumentos destinados a alguns instrumentos, em relação à programação financeira para 2013. Trata-se, nomeadamente, dos seguintes aspectos (montantes em dotações de autorização):

- **Provisionamento do Fundo de Garantia:** o provisionamento deste fundo é fixado em 155,7 milhões de EUR. Trata-se de um nível 104,5 milhões de EUR abaixo do orçamento de 2012 e 104,3 milhões de EUR inferior ao previsto na programação financeira para 2013. A redução é devida principalmente a desembolsos de empréstimos por parte do Banco Europeu de Investimento (BEI) inferiores aos previstos;
- **Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA):** o montante proposto representa uma diminuição de 2,4 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012 e de 99,3 milhões de EUR em relação à programação financeira. Esta evolução deve-se principalmente às reduções realizadas para ter em conta o facto de a Croácia deixar de ser um país em pré-adesão a partir de 1 de julho de 2013, o que implica uma redução de 67,6 milhões de EUR, na pendência da conclusão dos procedimentos de ratificação, bem como a níveis de despesas inferiores aos previstos nas rubricas de apoio administrativo;
- **Assistência macrofinanceira (AMF):** o montante proposto representa uma diminuição de 37,4 milhões de EUR em relação à programação financeira, mas um aumento de 4,4 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012. O montante proposto irá abranger a atual série de operações de AMF (algumas com atraso devido ao processo de tomada de decisão) e constituirá, além disso, um ponto de partida para outras eventuais operações, a criar no seguimento dos atuais programas ou em resposta a novos desenvolvimentos da Vizinhança Sul da União Europeia (países mediterrânicos árabes);
- **Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD):** a diminuição de 28,6 milhões de EUR em relação à programação financeira é o resultado líquido de um reforço destinado ao Programa Temático para o Ambiente e a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (ENRTP) de 45,9 milhões de EUR, e do total das reduções para alguns programas geográficos com base nos resultados de desempenho e nas informações sobre a sua capacidade de absorção. Nos últimos anos do atual QFP, os programas de cooperação com os Estados ACP, da América Latina e da Ásia têm sido postos em causa relativamente à realização dos objetivos referentes à redução da pobreza, ao desenvolvimento económico e à democracia e direitos humanos. No último ano do atual QFP, tal requer uma maior atenção, a fim de assegurar que os projetos sejam devidamente concluídos;
- **Instrumento de Estabilidade (IE):** o aumento de 21,1 milhões de EUR, em comparação com o orçamento de 2012, implica todavia uma diminuição de 41,4 milhões de EUR em comparação com a programação financeira. Neste caso, não foram identificadas quaisquer necessidades suplementares, em termos de prevenção e resolução de conflitos, que justifiquem o montante adicional previsto na programação financeira;
- **Instrumento de Ajuda Humanitária:** o montante proposto (865,3 milhões de EUR) representa uma redução de 10,0 milhões de EUR em relação à programação financeira e um aumento de 16,3 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012;
- **Política Externa e de Segurança Comum (PESC):** o nível proposto de dotações de autorização em 2013 (396,3 milhões de EUR) representa uma redução de 10 milhões de EUR em relação à programação financeira e um aumento de 33,4 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012;
- As **despesas de apoio administrativo** associadas diretamente à execução dos programas e imputadas às dotações correspondentes (as denominadas «antigas rubricas BA») aumentam ligeiramente em

comparação com o orçamento de 2012 (+ 0,5 %), passando para 246,6 milhões de EUR, sendo, no entanto, 14 % mais baixas em comparação com a programação financeira para 2013. A diferença face às dotações programadas foi mantida nas dotações operacionais dos respetivos instrumentos.

Quanto ao **Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)**, dada a natureza horizontal do instrumento, o nível de financiamento indicado pela programação financeira (175,6 milhões de EUR) foi mantido no projeto de orçamento, o que reflete o aumento do nível de recursos disponíveis em 2012.

3.6.3. *Instrumentos orientados para as políticas*

As ações fundamentais previstas para 2013 consistem na intensificação dos programas bilaterais, regionais e temáticos, no âmbito do **Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA)**, do **Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP)**, do **instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD)**, do **instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (IPI)** e do **Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)**. Embora os desafios associados às alterações climáticas não figurem explicitamente na nomenclatura orçamental, a intensificação dos esforços para abordar as suas causas e consequências nos países terceiros será objeto de um financiamento crescente através, nomeadamente, dos fundos autorizados no âmbito dos planos de ação anuais dos instrumentos geográficos.

3.6.3.1. Ajuda aos países candidatos e aos países potencialmente candidatos (IPA)

A UE continua a preparar os futuros alargamentos. As negociações de adesão com a Croácia foram concluídas em 30 de junho de 2011. O Tratado de Adesão⁴⁹ foi assinado em 9 de dezembro de 2011 e, sob reserva da conclusão dos procedimentos de ratificação, a Croácia irá aderir à União Europeia em 1 de julho de 2013, pelo que o apoio do orçamento da UE a este país, ao abrigo deste instrumento, será tido em conta. Estão em curso as negociações de adesão com a Turquia e a Islândia, ao mesmo tempo que os preparativos para a abertura das negociações de adesão com o Montenegro. Foi concedido o estatuto de candidato à Antiga República Jugoslava da Macedónia e à Sérvia. Os restantes parceiros dos Balcãs Ocidentais continuam a ser candidatos potenciais, tendo a perspetiva de se aproximar da adesão à UE quando reunirem as condições para tal. A Comissão continuará a avaliar periodicamente o nível de preparação de cada país em causa.

Desde 2007, a assistência de pré-adesão é prestada aos países candidatos e potencialmente candidatos com base no **Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA)**. O instrumento responde à necessidade de uma abordagem flexível, com vista a uma resposta rápida a novas prioridades. Estão incluídas a assistência à transição e o reforço institucional, a cooperação transfronteiriça, o desenvolvimento regional, o desenvolvimento dos recursos humanos e o desenvolvimento rural. Estas três últimas componentes só são acessíveis para os candidatos reconhecidos, a título de preparação para os fundos estruturais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, sendo orçamentadas no âmbito dos respetivos domínios de intervenção, ou seja, Alargamento, Política Regional, Emprego e Assuntos Sociais e Agricultura e Desenvolvimento Rural.

A dotação relativa ao IPA foi orçamentada com base numa repartição entre diferentes componentes, de acordo com o quadro financeiro indicativo plurianual (QFIP), adotado pela Comissão em outubro de 2011 e apresentado ao Parlamento Europeu e ao Conselho, juntamente com o pacote anual da Comissão em matéria de alargamento, de acordo com o artigo 5.º do Regulamento IPA. O QFIP será alterado no decurso de 2012, a fim de ter em conta a inclusão da Sérvia como país candidato ao abrigo do IPA. Tal pode implicar igualmente que as iniciativas sejam realizadas a nível orçamental.

Sumário das dotações de autorização do IPA em 2013 (em milhões de EUR, a preços correntes):

	Orçament	PO 2013	%
--	----------	---------	---

	o 2012		
Transição e assistência ao reforço institucional	941	919	-2,3 %
Cooperação transfronteiriça (incluindo o FEDER)	64	58	-9,4 %
Desenvolvimento regional	462	462	0,0 %
Desenvolvimento dos recursos humanos	112	113	0,9 %
Desenvolvimento rural	235	259	10,2 %
Despesas de apoio	53	53	0,0 %
TOTAL	1 867	1 864	-0,2 %

3.6.3.2. Apoio à comunidade cipriota turca

A Comissão propõe a prossecução do apoio à comunidade cipriota turca, a fim de a aproximar da União Europeia, e a preparação da reunificação da ilha. Os fundos propostos no orçamento (28 milhões de EUR) devem ser afetados, em especial, a programas de subvenções destinados a uma grande variedade de beneficiários na sociedade civil da comunidade: ONG, estudantes e professores, escolas, agricultores, pequenas aldeias e PME. Estas atividades estão orientadas para a reunificação. Deve ser dada prioridade, sempre que possível, aos projetos de reconciliação que criam pontes entre as duas comunidades e reforçam a confiança. Estas medidas salientam o forte interesse e empenhamento da UE na resolução da questão de Chipre e na sua reunificação.

3.6.3.3. Trabalhar em conjunto com os vizinhos (IEVP)

Em 2013, a UE prosseguirá os esforços para criar uma zona de paz, estabilidade e prosperidade entre a UE e os seus vizinhos, através do desenvolvimento de parcerias no contexto da Política Europeia de Vizinhança (PEV). A assistência financeira é concedida principalmente com base no **Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP)**, que abrange os parceiros visados pela Política Europeia de Vizinhança, isto é, os parceiros do Mediterrâneo Meridional e Oriental, incluindo os Territórios Palestinos Ocupados, bem como os parceiros da Europa Oriental, isto é, a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a República da Moldávia e a Ucrânia. As relações entre a UE e a Federação da Rússia, apesar de não serem regidas pela PEV (baseando-se numa parceria estratégica abrangente expressa em espaços comuns), pode igualmente beneficiar de financiamento limitado proveniente do IEVP, dado que o estatuto da Rússia passou de beneficiário a doador de assistência.

Em especial, em 2013, a UE irá prosseguir a mobilização de recursos orçamentais e não orçamentais para realizar as suas ambições em relação aos seus vizinhos das regiões fronteiriças a Sul e Leste. Foi dado um novo impulso à aplicação da abordagem renovada da Política Europeia de Vizinhança, sob a forma do programa SPRING (apoio à parceria, às reformas e ao crescimento inclusivo) e do Programa de Integração e Cooperação no âmbito da Parceria Oriental (EaPIC), o que permite a mobilização rápida de ajuda suplementar da UE, em conformidade com os princípios de «diferenciação, flexibilidade, condicionalidade, abordagens de incentivos, bem como a cooperação com agentes da sociedade civil» estabelecidos pela abordagem renovada da Política de Vizinhança (Comunicação conjunta: «Uma Parceria para a Democracia e a Prosperidade Partilhada com o Sul do Mediterrâneo» de março de 2011 e comunicação conjunta sobre uma abordagem renovada da PEV, de maio de 2011⁵⁰). O programa SPRING irá nomeadamente apoiar os países da primavera árabe que mostram um real empenhamento nas reformas democráticas. Em paralelo com o Programa SPRING, o EaPIC irá prestar assistência financeira adicional com base em incentivos aos países vizinhos da Europa Oriental. O EaPIC é adaptado para ter em conta a situação política e socioeconómica específica da vizinhança oriental, que é caracterizada, nomeadamente, pelas atuais negociações sobre novas relações bilaterais reforçadas com a UE. A programação financeira para 2013 foi atualizada em janeiro de 2012, a fim de ter em consideração as reafetações em benefício do IEVP. Tal como indicado anteriormente, o projeto de orçamento de 2013 propõe um montante suplementar de 51,7 milhões de EUR para o IEVP face à programação financeira para 2013, em especial para permitir que o apoio aos Territórios Palestinos Ocupados se mantenha ao nível do projeto de orçamento de 2012 da Comissão (200 milhões de EUR).

O processo de paz no Médio Oriente (PPMO) continuará a absorver um volume significativo de recursos financeiros. Através das suas intervenções políticas, nomeadamente a sua participação no Quarteto, a UE continuará a desenvolver os seus esforços no sentido de uma solução global para o Médio Oriente, tirando pleno partido das oportunidades oferecidas pelo quadro institucional criado pelo Tratado de Lisboa. Juntamente com o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), a Comissão continuará a centrar a assistência no apoio à capacidade da Autoridade Palestiniana para prestar serviços essenciais à população palestiniana, à consolidação do Estado palestiniano, aos refugiados palestinianos através da UNRWA, assim como aos esforços de reconstrução em Gaza. Os progressos nessa frente e o aumento das contribuições de outros doadores são necessários para evitar o colapso da Autoridade Palestiniana, para consolidar com êxito a construção do aparelho de Estado e para apoiar adequadamente a aplicação do Plano Palestiniano de Desenvolvimento Nacional (2011-2013). Juntamente com o SEAE, a Comissão acompanhará de perto a evolução.

O ano de 2013 será o quarto ano completo de aplicação da **Parceria Oriental** reforçada, que assegurará o reforço significativo das relações da UE com os seus parceiros da Europa Oriental, procurando criar as condições necessárias para uma associação política estreita e uma integração económica profunda entre a União Europeia e os parceiros desta região. É importante sublinhar que será realizada em 2013 a terceira Cimeira da Parceria Oriental, que avaliará os progressos realizados desde a Cimeira da Parceria Oriental de Varsóvia (2011) e definirá uma nova agenda para esta parceria. Para atingir os seus objetivos, a Parceria Oriental procura apoiar as reformas políticas e socioeconómicas, facilitando a aproximação e a convergência em relação à União Europeia. No quadro da componente bilateral da Parceria Oriental, a UE continuará a negociação de acordos de associação, nomeadamente com o objetivo de estabelecer, sempre que seja adequado, zonas de comércio livre abrangente e aprofundado e promover a cooperação no domínio da mobilidade. Além disso, a componente multilateral no âmbito da Parceria continuará a promover a aproximação regulamentar e a participação de outras partes interessadas, incluindo a sociedade civil, na aplicação da parceria. A Parceria Oriental contribuirá igualmente para consolidar a confiança e estreitar laços entre os próprios seis parceiros orientais. As questões como a reforma regulamentar, migrações, educação, energia, alterações climáticas e outras continuarão a estar no centro das atenções, através da aplicação do princípio ««mais por mais»».

As dotações de autorização relativas à Política Europeia de Vizinhança e à cooperação com a Rússia em 2013 irão totalizar 2 371 milhões de EUR.

Resumo das dotações de autorização do IEVP solicitadas para 2013, por componente e programa (em milhões de EUR, a preços correntes):

	Orçament o 2012	PO 2013	%
Países mediterrânicos	1 244	1 203	-3,2%
Palestina e processo de paz	200	200	0,0%
Europa Oriental	729	823	12,9%
Cooperação transfronteiriça (contribuição da rubrica 4)	92	84	-8,7%
Despesas de apoio	61	60	-1,5%
TOTAL	2 326	2 371	1,9%

3.6.3.4. Luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento

Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD)

O instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD) foi o que recebeu a maior dotação financeira de entre os instrumentos da UE no domínio das ações externas.

Este instrumento tem por objetivo geral a eliminação da pobreza nos países e regiões parceiros no contexto do desenvolvimento sustentável, incluindo a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), bem como a promoção da democracia, da boa governação e do respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de

direito.

O ICD inclui programas geográficos e temáticos e é constituído por quatro componentes principais.

A primeira componente consiste em prestar assistência à África do Sul e a 47 países em vias de desenvolvimento da América Latina, Ásia e Ásia Central, bem como do Médio Oriente (Irão, Iraque, Irão e Iémen). A segunda componente apoia a reestruturação da produção de açúcar em 18 países ACP. A terceira componente abrange 5 programas temáticos: investir nas pessoas, ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a energia, intervenientes não estatais e autoridades locais no processo de desenvolvimento, segurança alimentar e migração e asilo. A quarta componente relaciona-se com as medidas de acompanhamento no setor das bananas (MAB) a favor dos principais países ACP fornecedores de bananas, afetados pela liberalização decorrente do estatuto de nação mais favorecida (NMF) no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Comissão considera as alterações climáticas e a biodiversidade como prioridades fundamentais. O empenho e a ambição devem ser traduzidos em medidas concretas, em estreita cooperação com os aliados estratégicos da UE no contexto da ONU. Para o efeito, o projeto de orçamento de 2013 propõe um reforço de 45,9 milhões de EUR em relação à programação financeira, que passa para 217 milhões de EUR, para o programa temático «Ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais» (ENRTP). O reforço irá ser utilizado para o apoio a três tipos de ações importantes.

- O primeiro é a iniciativa das Nações Unidas «Energia sustentável para todos» que visa alcançar um acesso universal até 2030 e, por conseguinte, resolver um dos desafios mais difíceis de superar que a humanidade enfrenta: a redução da pobreza através do acesso à energia, no contexto do combate às alterações climáticas.
- O segundo repousa na continuação de esforços financeiros comparáveis aos três anos anteriores, imprescindíveis para ajudar a preparar os países parceiros para o regime de luta contra as alterações climáticas «pós-Quioto». A este respeito, 2013 será um ano fundamental para garantir o empenho necessário com vista à adoção de um acordo internacional global sobre as alterações climáticas.
- A terceira vertente de ação está ligada à economia verde (incluindo os produtos químicos e os resíduos). Propõe-se a continuação dos trabalhos de acompanhamento em função dos resultados da Conferência das Nações Unidas de 2012 sobre o desenvolvimento sustentável («Rio+20») e de outras ações específicas relacionadas com a economia verde e o consumo e produção sustentáveis nos países em desenvolvimento. Esta vertente permitirá igualmente à UE honrar o seu compromisso de Nagoia no sentido de reforçar, de forma significativa, os recursos destinados à biodiversidade mundial.

A acompanhar os reforços anteriores para o «financiamento de arranque rápido» em 2010-2012, a majoração de 2013 irá também evitar uma lacuna grave a nível dos recursos financeiros destinados à ação climática antes do início do próximo quadro financeiro plurianual.

A Comissão continua a dar uma ênfase especial à aplicação dos princípios estabelecidos na Declaração de Paris de 2005 sobre a eficácia da ajuda. Para tal, é dada especial atenção à ajuda aos países em desenvolvimento na definição de estratégias de redução da pobreza, melhoria das suas instituições e luta contra a corrupção; alinhamento dos outros doadores por estes objetivos; harmonização e simplificação dos procedimentos dos doadores; a necessidade de privilegiar a avaliação dos resultados e o reforço da responsabilização dos doadores e dos parceiros. O financiamento de ações conexas faz parte dos projetos específicos e das atividades de apoio como o acompanhamento, a auditoria e a avaliação.

Resumo das dotações de autorização do ICD, por componente e programa (em milhões de EUR, a preços correntes):

	Orçamento 2012	PO 2013	%
América Latina	364	365	0,3 %
Ásia	720	708	-1,7 %
Ásia Central	105	100	-4,8 %
Cooperação com o Iraque, Irão e Iémen	53	46	-13,2 %
África do Sul	128	129	0,8 %
Desenvolvimento humano e social	160	190	18,8 %
Ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a energia	201	217	8,0 %
Intervenientes não estatais no desenvolvimento	231	244	5,6 %
Segurança alimentar	246	258	4,9 %
Cooperação com países terceiros nos domínios da migração e do asilo	57	58	1,8 %
Apoio ao ajustamento a favor dos países signatários do Protocolo do Açúcar	175	177	1,1 %
Medidas de acompanhamento no setor das bananas (MAB)	41	23	-43,9 %
Despesas de apoio	104	104	0,0 %
TOTAL	2 584	2 620	1,4 %

3.6.3.5. Instrumento de financiamento para a cooperação com países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (IPI/IPI *Plus*)

IPI

A cooperação com estes países constitui um fator importante para o reforço do papel e do lugar da União Europeia no mundo, a consolidação das instituições multilaterais e a contribuição para um desenvolvimento equilibrado da economia mundial. Os grandes objetivos são a promoção dos interesses da UE junto dos principais parceiros industrializados e outros de elevado rendimento relativamente ao seguinte: i) política externa, de segurança e de desenvolvimento, ii) integração económica, incluindo o incentivo ao crescimento, comércio, investimento e emprego, e iii) questões mundiais, tais como a segurança energética e as alterações climáticas, bem como o fomento das ligações em rede e da visibilidade da UE, favorecendo os intercâmbios entre as pessoas e os contactos entre os meios educativo, científico e académico.

A dotação proposta para 2013 eleva-se a 25,0 milhões de EUR, o que representa um aumento de 0,3 milhões de EUR em relação à programação financeira e um aumento de 0,4 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012.

IPI *Plus*

Em 2009, a Comissão propôs o alargamento do âmbito do instrumento IPI aos países em desenvolvimento, a fim de colmatar a lacuna de elegibilidade para as atividades que não se enquadram na APD (ajuda pública ao desenvolvimento) nos países em desenvolvimento e dar um seguimento legislativo às ações preparatórias (intercâmbios comerciais e científicos com a Índia, a China e a cooperação com os países de rendimento médio na Ásia e na América Latina) e às ações anteriormente financiadas ao abrigo do instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento. A nova base jurídica («IPI *Plus*»), que adapta o Regulamento IPI, a fim de alargar o seu âmbito geográfico para poder cobrir as atividades que não se enquadram na APD nos países em desenvolvimento, foi adotada em 13 de dezembro de 2011⁵¹. A proposta de dotação para o instrumento IPI *Plus* é de 48,5 milhões de EUR em 2013, equivalente ao nível da programação financeira e implicando um aumento de 18 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012.

O montante total de dotações de autorização proposto para as duas componentes em 2013 é assim de 73,5 milhões de EUR, incluindo as despesas de apoio, em conformidade com a programação financeira e acima do previsto no orçamento de 2012 (54,6 milhões de EUR).

51 Regulamento (UE) n.º 1338/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1934/2006 do Conselho que institui um instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento, JO L 347 de 30.12.2011, p. 21.

3.6.3.6. Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)

A assistência ao abrigo deste instrumento destina-se a complementar os outros instrumentos relativos à execução das políticas da UE em matéria de democracia e de direitos humanos, que vão do diálogo político e iniciativas diplomáticas a vários instrumentos de cooperação financeira e técnica, nomeadamente os programas geográficos e temáticos e as intervenções por causa de crises no âmbito do Instrumento de Estabilidade. Este instrumento reflete o importante perfil político e os mandatos específicos do Tratado relativos ao desenvolvimento e à consolidação da democracia e do Estado de direito e ao respeito dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Aborda questões que se prendem com os direitos humanos a nível global, regional, nacional e local e com o processo de democratização, principalmente em parceria com a sociedade civil e independentemente do consentimento dos governos de países terceiros e de outras autoridades públicas. Esta independência facilita a cooperação com a sociedade civil e as intervenções a nível internacional, sem qualquer relação com critérios geográficos ou com crises específicas, e que requerem uma abordagem transnacional.

A Comunicação conjunta de 12 de dezembro de 2011⁵² reiterou o papel dos direitos humanos como uma referência central da ação externa da UE. Embora tenha sido sublinhado que uma abordagem horizontal que integre os direitos humanos nos diferentes instrumentos deva reforçar esta política, as intervenções realizadas ao abrigo do IEDDH terão um valor acrescentado especial. A fim de apoiar este compromisso renovado a favor de uma política de direitos humanos mais eficaz, o nível solicitado de dotações de autorização para 2013 foi fixado em 175,6 milhões de EUR, de acordo com a programação financeira e com uma especial atenção consagrada a formas de apoio dos esforços de reforma na região do Sul do Mediterrâneo (por exemplo, observação eleitoral, apoio às organizações de direitos humanos). Este montante implica uma diminuição de 0,6 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012.

3.6.4. Instrumentos específicos de resposta às crises

3.6.4.1. O Instrumento de Estabilidade (IE) e o Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear (ICSN)

O Instrumento de Estabilidade (IE) tem duas componentes: enquanto a primeira se destina a dar uma resposta adequada a situações de instabilidade e de crise, a segunda visa fazer face a desafios a mais longo prazo que se prendam com aspetos de estabilidade ou segurança.

A distribuição geográfica do apoio do IE nas situações de crise (primeira componente do IE) em 2013 será provavelmente muito semelhante à dos primeiros anos de aplicação, no âmbito dos quais foi mobilizada uma quantia total de cerca de 670 milhões de EUR para 203 ações em todo o mundo. Estas ações conduziram a um aumento significativo da capacidade de intervenção da UE em situações de crise em todo o mundo e em todas as fases do ciclo dos conflitos, incluindo no quadro da primavera árabe e do processo de paz do Médio Oriente com ações na Cisjordânia/Faixa de Gaza, Egito e Líbano.

Centros de excelência em matéria de QBRN (materiais químicos, biológicos, radiológicos e nucleares): desde 2011, cinco secretariados foram dotados de efetivos (Sudeste Asiático, Norte de África, Cáucaso, fachada atlântica e Médio Oriente). Em 2013, estão programados 14,3 milhões de EUR para o seu funcionamento. O apoio contínuo às iniciativas relativas à garantia nuclear multilateral (GNM) foi fixado em 20 milhões de EUR. Além disso, no que diz respeito ao apoio à formação e à reconversão de cientistas e engenheiros especializados anteriormente em armamento, juntamente com a luta contra o tráfico ilícito de materiais QBRN e as práticas financeiras fraudulentas, foi programado um montante de 10,3 milhões de EUR. As atividades de prevenção e de luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada e a salvaguarda da segurança das infraestruturas críticas, como as rotas marítimas internacionais, exigirão uma dotação de 33,3 milhões de EUR.

Através do Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear (ICSN), a UE continuará a promover uma verdadeira cultura de segurança nuclear. Em 2013, está previsto um montante de 77,5 milhões de EUR para o apoio aos organismos regulamentares especializados e o incentivo da segurança do tratamento e da eliminação de combustível nuclear irradiado e de resíduos radioativos, assim como o desenvolvimento e a aplicação de estratégias de desmantelamento de instalações existentes e de recuperação de antigas instalações nucleares. Estas ações serão alargadas para proporcionar um apoio semelhante às entidades reguladoras e aos operadores no domínio da energia nuclear em novos países e regiões (por exemplo, no Sudeste Asiático), bem como às autoridades internacionais com responsabilidade nestas áreas. A União Europeia continuará a contribuir para a ação internacional com vista à recuperação face à herança da era soviética no Noroeste da Rússia ou das consequências do acidente de Chernobil. Por último, na sequência do acidente ocorrido na central nuclear de Fukushima I no Japão, o ICSN dará apoio à organização de avaliações exaustivas dos riscos e da segurança das instalações nucleares («testes de resistência») em países parceiros que não pertencem à UE.

O financiamento solicitado em 2013 eleva-se a 330,4 milhões de EUR para o Instrumento de Estabilidade, o que corresponde a um aumento de 21,1 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012 (+ 6,8 %), sendo ligeiramente inferior (41,4 milhões de EUR) à programação financeira (- 2 %). O valor de 78,9 milhões de EUR previsto para o Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear está em conformidade com a programação financeira, sendo ligeiramente superior ao orçamento de 2012 (+ 1,5 milhões de EUR).

O quadro seguinte apresenta a repartição para 2013, por componente e programa (em milhões de EUR, a preços correntes):

	Orçamento 2012	PO 2013	%
Preparação e resposta às situações de crise	233	242	3,9 %
Ações no domínio da não proliferação de armas de destruição maciça	46	46	0,0 %
Ações transregionais nos domínios do crime organizado, tráfico, proteção de infraestruturas críticas, ameaças à saúde pública e luta contra o terrorismo	22	33	50,0 %
Assistência no setor nuclear	48	48	0,0 %
Contribuição para o BERD relativa ao Fundo de Proteção de Chernobil	28	29	3,5 %
Despesas de apoio	10	10	0,0 %
TOTAL	387	409	5,7 %

3.6.4.2. O Instrumento de Ajuda Humanitária e o Instrumento Financeiro para a Proteção Civil (IFPC)

Em 2013, as dotações da ajuda humanitária continuarão a financiar a assistência às regiões vítimas de crises esquecidas e complexas nos países mais vulneráveis (especialmente em África), bem como a prestar ajuda a regiões afetadas pelas consequências de catástrofes naturais, tais como ciclones, furacões, secas, sismos e inundações.

Em 2013, a Comissão irá prosseguir e alargar o âmbito dos seus trabalhos preparatórios relativos ao Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária (EVHAC) e retirará ensinamentos das ações preparatórias de 2011 e 2012, tendo em vista o lançamento oficial do corpo completo em 2014. Em 2013, a Comissão tenciona igualmente lançar, do ponto de vista operacional, o Centro de Resposta de Emergência (CRE), que terá por base o atual Centro de Informação e Vigilância (CIV). O nível proposto de financiamento para a ajuda humanitária foi fixado em 865,3 milhões de EUR para 2013, enquanto 3 milhões de EUR estão previstos para a ação preparatória relativa ao Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária.

O Instrumento Financeiro para a Proteção Civil (IFPC) procura ajudar os Estados-Membros a assegurar uma mobilização rápida, eficaz e eficiente da assistência europeia em matéria de proteção civil em qualquer tipo de emergência grave em países terceiros. Em 2011, o Mecanismo de Proteção Civil foi capaz de responder a 14 pedidos provenientes do exterior da UE por ocasião, por exemplo, de operações de evacuação e de repatriamento da Líbia e da Tunísia, do sismo seguido por um maremoto e um incidente nuclear ocorrido no Japão, das inundações no Salvador e no Paquistão, dos sismos na Nova Zelândia e na Turquia. A Comissão propõe a quantia

prevista na programação financeira para autorizações (5 milhões de EUR), o que equivale a um aumento de 1 milhão de EUR em comparação com o orçamento de 2012.

3.6.4.3. Assistência macrofinanceira

A **assistência macrofinanceira (AMF)** é um instrumento destinado a promover a estabilização económica e as reformas estruturais nos países terceiros beneficiários. A aceleração das reformas em países vizinhos, em conformidade com a política de vizinhança, e os esforços de ajustamento e de reforma dos países candidatos e dos países potencialmente candidatos durante o período de pré-adesão tiveram consequências financeiras para estes países. O montante proposto irá abranger a atual série de operações de AMF em preparação e constituirá um ponto de partida para possíveis operações adicionais, que serão realizadas no seguimento dos atuais programas ou em resposta a novos desenvolvimentos nos países vizinhos a sul da União Europeia (países mediterrânicos árabes).

O nível proposto de autorizações para 2013 foi fixado em 100,0 milhões de EUR, o que fica 37,4 milhões de EUR aquém da programação financeira (- 27 %) e implica uma diminuição de 4,5 milhões de EUR em relação ao orçamento de 2012.

3.6.5. Política Externa e de Segurança Comum (PESC)

A **Política Externa e de Segurança Comum (PESC)** tem como objetivo a salvaguarda dos valores comuns da União Europeia, o reforço da segurança internacional, a preservação da paz e a prevenção de conflitos e o desenvolvimento da democracia e do Estado de direito, bem como a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A Comissão assiste o Conselho e o SEAE na execução do orçamento da PESC, o que inclui a identificação, conceção e apoio das operações associadas às missões de gestão de crises da UE.

No decurso de 2013, serão realizadas algumas missões de gestão de crises que visam contribuir para a melhoria da estabilidade, nomeadamente nos Balcãs Ocidentais, Sul do Cáucaso, Afeganistão, Médio Oriente, Sul do Mediterrâneo, Corno de África e Oceano Índico Ocidental.

Tal como em 2012, muitos dos recursos (cerca de 55 %) serão absorvidos pelas operações da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) no Kosovo, no Afeganistão e na Geórgia. Estão a decorrer debates no Conselho relativamente à possibilidade de lançar várias novas missões da PCSD, especialmente em África. No que diz respeito às missões em curso, os aumentos prendem-se essencialmente com a Missão de Polícia da União Europeia no Afeganistão (EUPOL) e os representantes especiais da UE (REUE). As diminuições dizem respeito, principalmente, à Missão da União Europeia para o Estado de Direito no Kosovo (EULEX), devido à esperada redução de efetivos da missão, e à Missão de Vigilância da União Europeia na Geórgia (EUMM), devido à redução do número de efetivos destacados e de contratos adjudicados.

O nível proposto de dotações de autorização para 2013 foi fixado em 396,3 milhões de EUR, o que representa um aumento de 33,4 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012 (+ 9,2 %), que fica 10 milhões de EUR aquém da programação financeira.

3.6.6. Fundo de Garantia relativo às ações externas

Ao abrigo do atual quadro financeiro, os recursos para o provisionamento do Fundo de Garantia relativo às ações externas são orçamentados no quadro do processo orçamental anual e calculados com base na diferença entre o montante visado pelo Fundo (9 % do total dos montantes garantidos em dívida, acrescidos dos juros vencidos devidos pelos beneficiários) e o valor dos seus ativos líquidos.

As operações de empréstimo cobertas pelo Fundo de Garantia relativo às ações externas dizem respeito a três instrumentos diferentes que beneficiam de uma garantia do orçamento da UE: as garantias para os empréstimos

externos e as garantias de empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), os empréstimos externos da Euratom e os empréstimos concedidos a países terceiros a título da assistência macrofinanceira da UE. Cerca de 97 % do montante total em dívida coberto pelo Fundo de Garantia diz respeito a garantias emitidas relativamente a empréstimos e a garantias para financiamentos concedidos pelo BEI a favor de projetos em países terceiros (o limite máximo dos mandatos externos do BEI eleva-se a 29,5 mil milhões de EUR para o período 2007-2013).

Nesta base, a Comissão solicita uma verba de 155,7 milhões de EUR para 2013, 104,3 milhões de EUR abaixo da programação financeira e 104,5 milhões de EUR abaixo do orçamento de 2012.

3.6.7. Reserva para Ajudas de Emergência (RAE)

A Reserva para Ajudas de Emergência é financiada fora do âmbito do quadro financeiro e só será utilizada para dar uma resposta rápida a necessidades específicas de ajuda de países terceiros, na sequência de acontecimentos imprevistos, no caso de surgir uma necessidade no decurso do exercício. As respetivas dotações serão disponibilizadas, em primeiro lugar por razões humanitárias, mas igualmente para a gestão e proteção civis no quadro de crises, sempre que as circunstâncias o queijerem.

O nível proposto das dotações de autorização para a RAE para 2013 é de 264,1 milhões de EUR, de acordo com a programação financeira (um aumento de 5,2 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012). Atendendo à imprevisibilidade das crises e a fim de garantir simultaneamente a capacidade de resposta rápida da Comissão a eventuais crises urgentes, é proposto a fixação do nível das dotações de pagamento da RAE em 110 milhões de EUR.

3.6.8. Dotações de pagamento para a rubrica 4

O nível global de dotações de pagamento solicitado para a rubrica 4 (7 311,6 milhões de EUR, + 5,1 % em comparação com o orçamento de 2012) é devido principalmente a aumentos propostos no âmbito do IPA (+ 21,1 %, passando para 1 633,5 milhões de EUR), do IEVP (+ 11,6 %, passando para 1 471,6 milhões de EUR), da ajuda humanitária (+ 4,6 %, passando para 828,2 milhões de EUR) e da PESC (+ 5,9 %, passando para 320,5 milhões de EUR). Uma razão importante para estes aumentos é o facto de muitos dos instrumentos estarem agora a aproximar-se da sua velocidade de cruzeiro e as dotações de pagamento solicitadas corresponderem à execução de compromissos assumidos previamente. No domínio da assistência de pré-adesão e na sequência do longo processo de delegação de competências de gestão no âmbito da gestão descentralizada, os contratos e os pagamentos estão a avançar a bom ritmo e os pedidos de pagamentos intermédios e finais estão já a ser recebidos. O aumento das dotações de pagamento para a rubrica 4 é explicado igualmente pela crescente utilização de modalidades de gestão em que o desembolso é rápido como, por exemplo, a utilização de apoio orçamental direto ao abrigo do ICD e do IEVP.

3.7. Administração: rubrica 5

3.7.1. Quadro-resumo

(em milhões de EUR, a preços correntes)

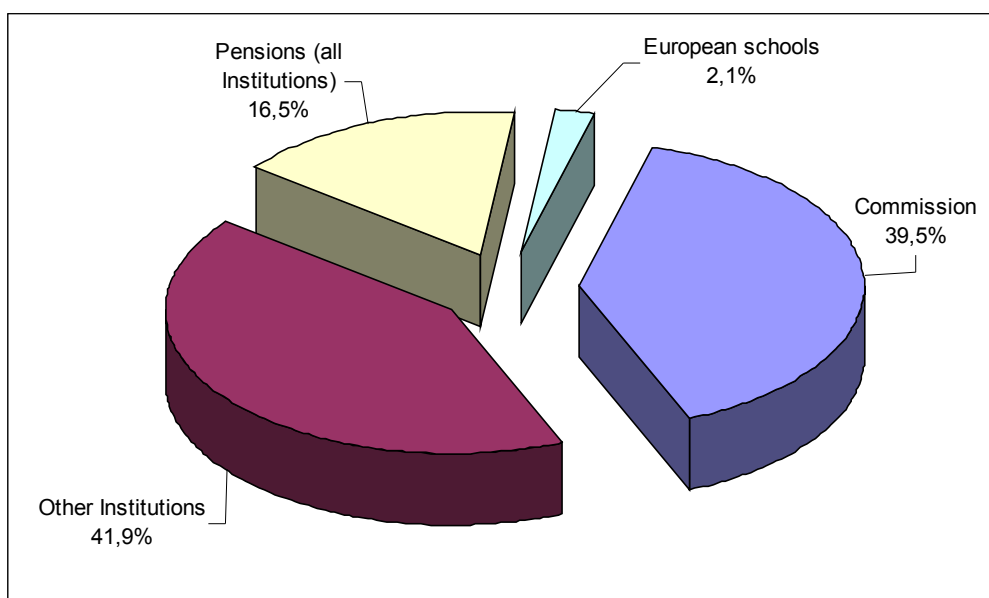
	Orçamento	QF	PO 2013	Diferença		Alargamento à Croácia 2013	PO 2013	Diferença	
	2012	2013	excluindo a Croácia	2013 – 2012			incluindo a Croácia	2013 – 2012	
	Dotações	Dotações	Dotações	Dotações	%		Dotações	Dotações	Dotações
Comissão	3 324,2		3 362,6	38,4	1,2 %	9,9	3 372,4	48,3	1,5%
Outras secções	3 463,7		3 555,2	91,5	2,6 %	23,0	3 578,2	114,5	3,3%
Pensões (todas as instituições)	1 322,5		1 413,1	90,5	6,8%		1 413,1	90,5	6,8%
Escolas Europeias (todas as instituições)	169,2		180,7	11,5	6,8%		180,7	11,5	6,8%

Total das despesas da rubrica 5	8 279,6	9 095,0	8 511,6	231,9	2,8 %	32,9	8 544,4	264,8	3,2%
							Margem = 636,6		
O cálculo da margem inclui uma quantia de 86 milhões de EUR correspondente às contribuições do pessoal para o regime de pensões ⁵³ .									

As despesas totais relativas à administração para todas as instituições em 2013 são estimadas em 8 511,6 milhões de EUR (+ 2,8% em comparação o orçamento de 2012), excluindo as despesas suplementares relacionadas com a adesão da Croácia, ascendendo a 8 544,4 milhões de EUR (+ 3,2 % em comparação com o orçamento de 2012) tendo em conta a Croácia, ficando assim uma margem de 636,6 milhões de EUR remanescente.

Esta estimativa inclui um montante global de 32,9 milhões de EUR (0,4 % do aumento global) destinado a cobrir as necessidades de todas as instituições relacionadas com a adesão da Croácia e tem igualmente em conta as poupanças geradas pela proposta da Comissão que altera o Estatuto dos Funcionários⁵⁴, estimadas em 25,4 milhões de EUR relativamente às estimativas das despesas efetuadas pela Comissão.

As percentagens das despesas estimadas são as seguintes:



3.7.2. Panorâmica das despesas administrativas por instituição

A rubrica 5 abrange as despesas administrativas do conjunto das instituições. O nível global das dotações requerido para a totalidade da rubrica em 2013 baseia-se na soma dos projetos de mapas previsionais das instituições, com uma exceção: a Comissão alinhou o pedido do Comité das Regiões (com exclusão do impacto da adesão da Croácia) pela taxa de inflação prevista (+ 1,9 %) ⁵⁵. Tal resultou num ajustamento em baixa no valor de 399 762 EUR, em comparação com o projeto de mapa previsional do Comité das Regiões.

Tal como mencionado na secção 1 do presente documento («Prioridades para o projeto de orçamento de 2013»), a Comissão procedeu a uma avaliação dos pedidos das outras instituições. Concretamente, a Comissão adotou a

53 A nota 1 do quadro que figura no quadro financeiro plurianual para 2007-2013 em anexo ao Acordo Interinstitucional de 17 de maio de 2006, sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira, JO C 139 de 14.6.2006, estabelece que: «As despesas das pensões incluídas abaixo do limite máximo desta rubrica são calculadas líquidas das contribuições do pessoal para o respetivo regime, dentro do limite de 500 milhões de EUR a preços de 2004 para o período 2007-2013».

54 COM(2011)890 de 13.12.2011.

55 O artigo 314.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia estabelece o seguinte: «Cada instituição ... elabora, antes de 1 de julho, uma previsão das suas despesas para o exercício orçamental seguinte. A Comissão reúne essas previsões num projeto de orçamento que pode incluir previsões divergentes.»

taxa de inflação prevista (+ 1,9 %) como parâmetro de referência para os aumentos solicitados pelas outras instituições (excluindo o impacto da Croácia). Com base neste parâmetro de referência, a Comissão considera justificados os aumentos solicitados pelo Tribunal de Justiça, pelo Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e pelo Provedor de Justiça Europeu, nomeadamente devido aos 12 juizes suplementares propostos para o Tribunal de Justiça; o efeito em relação a um ano completo do nível de pessoal do SEAE acordado em 2011, bem como as necessidades de imóveis e de segurança do SEAE na sede e nas delegações; e a subida das despesas com imóveis impostas ao Provedor de Justiça Europeu.

O quadro que se segue apresenta as despesas administrativas previstas discriminadas por instituição, bem como as despesas relativas às pensões e às Escolas Europeias, que, embora incluídas na secção da Comissão do orçamento geral, dizem respeito a todas as instituições e organismos. Os aumentos solicitados das despesas para 2013 (incluindo a adesão da Croácia), em comparação com o orçamento de 2012, variam entre 1,2 % para o Conselho e 8,4 % para o Tribunal de Justiça.

(em EUR, a preços correntes)

Instituição	Orçamento	PO 2013 excluindo a Croácia	Diferença		Alargamento à Croácia 2013	PO 2013 incluindo a Croácia	Diferença	
	2012		2013 – 2012				2013 – 2012	
Comissão	3 324 165 308	3 362 559 986	1,2 %	38 394 678	9 869 000	3 372 428 986	1,5%	48 263 678
Outras Instituições:	3 463 736 821	3 555 204 316	2,6 %	91 467 495	22 998 618	3 578 202 934	3,3%	114 466 113
Parlamento Europeu	1 717 868 121	1 750 459 921	1,9 %	32 591 800	8 931 750	1 759 391 671	2,4 %	41 523 550
Conselho Europeu e Conselho	533 920 000	535 011 300	0,2 %	1 091 300	5 500 000	540 511 300	1,2 %	6 591 300
Serviço Europeu para a Ação Externa	488 676 425	516 635 570	5,7 %	27 959 145		516 635 570	5,7 %	27 959 145
Tribunal de Justiça da União Europeia	348 335 000	372 322 500	6,9 %	23 987 500	5 203 500	377 526 000	8,4 %	29 191 000
Tribunal de Contas Europeu	142 476 614	143 809 250	0,9 %	1 332 636	900 000	144 709 250	1,6 %	2 232 636
Comité Económico e Social Europeu	128 816 588	131 261 507	1,9 %	2 444 919	1 463 224	132 724 731	3,0 %	3 908 143
Comité das Regiões	86 503 483	88 147 049	1,9 %	1 643 566	902 144	89 049 193	2,9 %	2 545 710
Provedor de Justiça Europeu	9 516 500	9 789 000	2,9 %	272 500	98 000	9 887 000	3,9 %	370 500
Autoridade Europeia para a Protecção de Dados	7 624 090	7 768 219	1,9 %	144 129		7 768 219	1,9 %	144 129
Comuns a todas as instituições:	1 491 739 867	1 593 786 576	6,8 %	102 046 709		1 593 786 576	6,8 %	102 046 709
Pensões	1 322 513 857	1 413 057 000	6,8%	90 543 143		1 413 057 000	6,8%	90 543 143
Escolas Europeias	169 226 010	180 729 576	6,8%	11 503 566		180 729 576	6,8%	11 503 566
Total	8 279 641 996	8 511 550 878	2,8 %	231 908 882	32 867 618	8 544 418 496	3,2%	264 776 500

Na sequência do alargamento da União Europeia à Croácia, o pedido da Comissão inclui 9,9 milhões de EUR destinados a cobrir o custo de 109 novos lugares e 11 lugares adicionais em termos de equivalente a tempo completo («ETC») para agentes contratuais, numa base trimestral. Globalmente, o pedido das outras instituições ligado à adesão da Croácia eleva-se a 23,0 milhões de EUR, com 138 novos lugares e 12 novos ETC de pessoal externo, numa base semestral. É apresentada na secção 4.1.1 uma panorâmica do número de lugares do quadro do pessoal solicitados por instituição.

No que diz respeito à adaptação das remunerações e pensões, o projeto de orçamento de 2013 baseia-se no aumento proposto pela Comissão em novembro de 2011⁵⁶ tendo em conta a adaptação de 2011 (1,7 %), à exceção do Conselho e do Tribunal de Justiça. Em dezembro de 2011, o Conselho decidiu⁵⁷ não adotar a proposta da Comissão, enquanto aguarda o resultado do acórdão do Tribunal de Justiça respeitante à rejeição pelo Conselho da adaptação anual das remunerações e das pensões do pessoal da UE.

O projeto de orçamento de 2013 baseia-se na adaptação salarial estimada de 1,6 % no final de 2012 e de 1,7 % para 2013.

A secção apresentada seguidamente contém os pedidos de despesas na secção da Comissão do orçamento geral

56 COM(2011) 820.

57 Decisão 2011/866/UE do Conselho.

(Comissão, serviços e organismos, pensões e Escolas Europeias). As explicações sobre os pedidos das outras instituições são fornecidas diretamente pelas instituições em causa, nos respetivos mapas previsionais.

Após um pedido orçamental para 2012 que representa um congelamento em termos nominais ao nível do orçamento de 2011, a Comissão avaliou cuidadosamente o seu pedido orçamental de dotações administrativas para 2013, tendo limitado a 1,5 % (incluindo a adesão da Croácia) o aumento em relação a 2012 (excluindo as pensões e as Escolas Europeias), ou seja, bastante abaixo da inflação prevista de 1,9 % em Bruxelas e de 2,5 % no Luxemburgo.

O projeto de pedido orçamental da Comissão para 2013 incorpora uma redução de 1 % dos recursos humanos (explicada em maior pormenor na secção 4.1.2), de acordo com a Comunicação «Um orçamento para a Europa 2020»⁵⁸, que propõe uma redução de pessoal de 5 % para todas as instituições ao longo de cinco anos. Além disso, a Comissão propôs uma redução de 1,1 % das dotações para o pessoal externo financiado a partir da rubrica 5, antes de ter em conta o efeito da adesão da Croácia.

Tal como acima referido, a Comissão solicita um montante de 9,9 milhões de EUR de dotações para 109 novos lugares e 11 ETC suplementares para agentes contratuais, em relação ao alargamento da UE à Croácia em 2013, numa base trimestral. Estes pedidos devem ser inscritos no orçamento a partir do início de 2013 a fim de permitir a realização dos recrutamentos em devido tempo.

A evolução das despesas administrativas está fundamentalmente associada a obrigações legais ou contratuais (tais como vencimentos, pensões, contratos de arrendamento ou outros). Dado que as despesas de remuneração do pessoal representam mais de dois terços das despesas administrativas da Comissão no âmbito da rubrica 5 (excluindo as pensões e as Escolas Europeias), o aumento limitado face ao orçamento de 2012, inferior à inflação prevista, foi conseguido graças à compensação do aumento das despesas decorrentes das obrigações legais e contratuais com uma redução dos lugares do quadro do pessoal de 1 %, congelando as dotações relativas ao pessoal externo e às tecnologias da informação, e com reduções nominais das dotações relativas a outros tipos de despesas. Em especial, foram conseguidas poupanças nos seguintes domínios: reuniões, comités e conferências, despesas de deslocação em serviço e de representação, estudos, despesas sociais, serviços linguísticos externos, equipamento geral, formação, aquisição de informações, publicações e despesas com a mobilidade.

3.7.3. Despesas administrativas da Comissão

O seguinte quadro apresenta a evolução segundo a natureza das despesas administrativas da Comissão:

(em EUR, a preços correntes)

Tipo de despesas		Orçamento 2012	PO 2013 excluindo a Croácia	Diferença		Alargamento à Croácia 2013	PO 2013 incluindo a Croácia	Diferença	
				2013 – 2012				2013 – 2012	
Remunerações do pessoal	Remuneração e outros direitos	2 105 029 000	2 166 217 000	2,9 %	61 188 000	2 871 000	2 169 088 000	3,0 %	64 059 000
	Pessoal externo (Regime Aplicável aos Outros Agentes, PND, trabalhadores temporários, despesas sociais conexas)	208 728 808	206 418 486	-1,1 %	-2 310 322	2 436 000	208 854 486	0,1 %	125 678
Subtotal		2 313 757 808	2 372 635 486	2,5 %	58 877 678	5 307 000	2 377 942 486	2,8 %	64 184 678
Membros	Membros (excluindo pensões)	13 573 000	13 786 000	1,6 %	213 000	304 000	14 090 000	3,8 %	517 000
	Membros (pensões)	7 304 000	5 618 000	-23,1 %	-1 686 000		5 618 000	-23,1 %	-1 686 000
		20 877 000	19 404 000	-7,1 %	-1 473 000	304 000	19 708 000	-5,6 %	-1 169 000
Outras despesas relativas ao	Custos de recrutamento	30 718.550	30 922 000	0,7 %	203 450	1 797 000	32 719 000	6,55%	2 000 450

peçoal									
	Cessação de funções («dégage ment»)	4 714 000	4 212 000	-10,6 %	-502 000		4 212 000	-10,6 %	-502 000
	Custos de formação	26 346 000	24 996 500	-5,1 %	-1 349 500	68 000	25 064 500	-4,9 %	-1 281 500
	Despesas sociais	15 070 000	14 711 000	-2,4 %	-359 000	-2 000	14 709 000	-2,4 %	-361 000
		76 848 550	74 841 500	-2,6 %	-2 007 050	1 863 000	76 704 500	-0,2 %	-144 050
Pessoal externo	Serviços TI	64 427 190	66 443 000	3,1 %	2 015 810	25 000	66 468 000	3,2 %	2 040 810
	Serviços linguísticos externos	37 489 960	34 884 000	-7,0 %	-2 605 960	1 062 000	35 946 000	-4,1 %	-1 543 960
		101 917 150	101 327 000	-0,6 %	-590 150	1 087 000	102 414 000	0,5 %	496 850
Rendas, aquisições e despesas relacionadas com os edifícios	Rendas e aquisições	320 802 000	316 748 000	-1,3 %	-4 054 000	14 000	316 762 000	-1,3 %	-4 040 000
	Despesas relacionadas com os edifícios	103 002 000	103 352 000	0,3 %	350 000	472 000	103 824 000	0,8 %	822 000
	Segurança	65 311 000	65 405 000	0,1 %	94 000	36 000	65 441 000	0,2 %	130 000
		489 115 000	485 505 000	-0,7 %	-3 610 000	522 000	486 027 000	-0,6 %	-3 088 000
Atividades de contacto	Missões e representações	66 706 700	66 112 000	-0,9 %	-594 700	-16 000	66 096 000	-0,9 %	-610 700
	Reuniões, comités e conferências	42 680 250	41 527 000	-2,7 %	-1 153 250	1 000	41 528 000	-2,7 %	-1 152 250
		109 386 950	107 639 000	-1,6 %	-1 747 950	-15 000	107 624 000	-1,6 %	-1 762 950
Informação	Jornal Oficial	11 806 000	11 515 000	-2,5 %	-291 000	290 000	11 805 000	0,0 %	-1 000
	Publicações	16 330 500	14 523 000	-11,1 %	-1 807 500	70 000	14 593 000	-10,6 %	-1 737 500
	Aquisição de informação	5 884 000	5 576 000	-5,2 %	-308 000	4 000	5 580 000	-5,2 %	-304 000
	Estudos e investigação	17 592 500	15 926 000	-9,5 %	-1 666 500		15 926 000	-9,5 %	-1 666 500
		51 613 000	47 540 000	-7,9 %	-4 073 000	364 000	47 904 000	-7,2 %	-3 709 000
Despesas de administração geral	Equipamento geral, veículos, mobiliário	20 499 000	19 409 000	-5,3 %	-1 090 000	183 000	19 592 000	-4,4%	-907 000
	Equipamento informático e sistemas de informação	87 456 850	85 742 000	-2,0 %	-1 714 850	148 000	85 890 000	-1,8%	-1 566 850
	Outras despesas administrativas	49 874 000	46 417 000	-6,9 %	-3 457 000	106 000	46 523 000	-6,7%	-3 351 000
	Mobilidade	2 820 000	2 100 000	-25,5 %	-720 000		2 100 000	-25,5%	-720 000
		160 649 850	153 668 000	-4,3 %	-6 981 077	437 000	154 105 000	-4,1 %	-6 544 850
	Subtotal	1 010 407 500	989 924 500	-2,0 %	-20 483 000	4 562 000	994 486 500	-1,6 %	-15 921 000
	Comissão	3 324 165 308	3 362 559 986	1,2 %	38 394 678	9 869 000	3 372 428 986	1,5%	48 263 678
Comuns a todas as instituições	Escolas Europeias	169 226 010	180 729 576	6,8%	11 503 566		180 729 576	6,8%	11 503 566
	Pensões do pessoal	1 322 513 857	1 413 057 000	6,8%	90 543 143		1 413 057 000	6,8%	90 543 143
	Total da secção III	4 815 905 175	4 956 346 562	2,9 %	140 441 387	9 869 000	4 966 215 562	3,1%	150 310 387

O aumento do total das dotações para a Comissão, as pensões e as Escolas Europeias é de **+ 2,9 % (+ 3,1 %, incluindo o impacto do alargamento à Croácia, a seguir designado por «incluindo a Croácia»)**, das quais:

- **Dotações administrativas da Comissão: + 1,2 % (+ 1,5 %, incluindo a Croácia).**
- **As dotações para as remunerações do pessoal aumentam 2,5 % (+ 2,8 %, incluindo a Croácia).**

Tal como explicado na secção 3.7.2, o projeto de orçamento de 2013 inclui o impacto da adaptação salarial esperada de 1,6 % no final de 2012 e de 1,7 % para 2013, assim como a progressão nas carreiras. As estimativas das adaptações para 2011 e 2012 (1,7 % e 1,6 %) são mais elevadas do que as taxas estimadas aquando da elaboração do orçamento de 2012 (0,9 % e 0,9 %). O impacto desta diferença de 1,2 % foi incorporado no projeto de orçamento de 2013.

- **As dotações relativas a pessoal externo** (Regime Aplicável aos Outros Agentes, peritos nacionais destacados, trabalhadores temporários e despesas sociais conexas) **diminuem 1,1 %, excluindo a Croácia, ao mesmo tempo que se mantêm estáveis em + 0,1 %, se a Croácia for tida em conta.**
- **As outras dotações administrativas diminuem globalmente 2,0 % (1,6 %, incluindo a Croácia),** com diferentes evoluções de acordo com as necessidades e capacidades de poupança específicas.

O único aumento significativo diz respeito aos custos de recrutamento, tendo em vista os novos lugares relacionados com a adesão da Croácia. A inflação estimada de 1,9 % em Bruxelas e de 2,5 % no Luxemburgo tem impacto a nível dos contratos indexados, especialmente dos edifícios. No entanto, o impacto das isenções temporárias para dois novos edifícios conduz a uma redução global dos custos de arrendamento e a um ligeiro aumento das despesas relacionadas com os edifícios. Foram conseguidas poupanças significativas no que diz respeito a reuniões, comités e conferências, despesas de deslocação em serviço e de representação, estudos, despesas sociais, serviços linguísticos externos, equipamento geral, formação, aquisição de informações, publicações e despesas com a mobilidade. As dotações globais para TI (serviços, equipamento e sistemas de informação) e as dotações para o Jornal Oficial situam-se ao mesmo nível que no orçamento de 2012.

– **Pensões: + 6,8 %**

Para as pensões, o aumento de 6,8 % das dotações, que resulta das adaptações anuais e do número crescente de pensionistas, é mais elevado do que no orçamento de 2012 (+ 4,8 %), devido a um aumento de cerca de 20 % do número de efetivos que se prevê que se aposentem em 2013 (de 735 em 2012 para 888 em 2013).

– **Escolas Europeias: + 6,8 %**

As dotações para as Escolas Europeias («tipo 1») correspondem aos montantes adotados pelo Conselho Superior das Escolas Europeias e é principalmente consequência da abertura de duas novas escolas (Bruxelas-4 (Laeken) e Luxemburgo-2) e da transferência temporária de algumas classes da escola Bruxelas-1 (Uccle) para as instalações de Berkendael, devido às obras de renovação de edifícios, bem como a um aumento significativo do número de filhos do pessoal, superior ao previsto, e a uma diminuição do número de professores destacados provenientes de alguns Estados-Membros.

O aumento da contribuição para as escolas nacionais nos Estados-Membros que oferecem secções com um currículo equivalente ao das Escolas Europeias (Escolas Europeias de «tipo 2») tem em conta o desenvolvimento das escolas nas zonas em que as agências estão localizadas e, em especial, uma nova escola em Haia.

Vários **serviços e organismos europeus** abrangidos pelo orçamento da Comissão prestam serviços a todas as instituições. A evolução do orçamento de cada serviço e organismo é a seguinte:

(em EUR, a preços correntes)

Serviços e organismos	Orçamento	PO 2013	Diferença		Alargamento à Croácia 2013	PO 2013	Diferença	
	2012	excluindo a Croácia	2013 – 2012			incluindo a Croácia	2013 – 2012	
Serviço das Publicações (OP)	83 077 750	84 522 000	1,7%	1 444 250	712 000	85 234 000	2,6 %	2 156 250
Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)	57 392 000	58 236 000	1,5%	844 000	74 000	58 310 000	1,6 %	918 000

Serviço Europeu de Seleção de Pessoal (EPSO), incluindo a Escola Europeia de Administração (EAS)	28 228 750	28 356 000	0,5%	127 250	353 000	28 709 000	1,7 %	480 250
Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais (PMO)	35 879 000	36 927 000	2,9%	1 048 000	73 000	37 000 000	3,1 %	1 121 000
Serviço de Infraestruturas e Logística em Bruxelas (OIB)	69 711 000	69 914 000	0,3%	203 000	134 000	70 048 000	0,5 %	337 000
Serviço de Infraestruturas e Logística no Luxemburgo (OIL)	25 266 000	25 371 000	0,4%	105 000	33 000	25 404 000	0,5 %	138 000
Total	299 554 500	303 326 000	1,3%	3 771 500	1 379 000	304 705 000	1,7 %	5 150 500

A aplicação a todos os serviços e organismos administrativos dos mesmos objetivos de contenção de custos que na administração central da Comissão limitou o aumento global das suas despesas a 1,7 %, em comparação com o orçamento de 2012 (+1,3 %, excluindo a Croácia).

O projeto de orçamento do Serviço das Publicações (OP) inclui um montante de 0,7 milhões de EUR relacionado com o alargamento, um ajustamento em alta das dotações para remunerações ao nível da execução e uma diminuição das despesas relativas às atividades de publicação, devido a ganhos de eficiência decorrentes da digitalização de publicações. O aumento do projeto de orçamento para o PMO é principalmente devido a investimentos necessários em sistemas informáticos.

A evolução das despesas relativas às **delegações e gabinetes de representação** é a seguinte:

(em EUR, a preços correntes)

Instituição	Orçamento 2012	PO 2013 excluindo a Croácia	Diferença 2013 – 2012		Alargamento à Croácia 2013	PO 2013 incluindo a Croácia	Diferença 2013 – 2012	
			%	Valor			%	Valor
Delegações (parte da Comissão, exceto SEAE)	184 335 000	194 630 000	5,6 %	10 295 000	-415 000	194 215 000	5,4 %	9 880 000
Gabinetes de representação (pessoal externo + infraestruturas)	41 153 000	41 621 000	1,1 %	468 000	1 175 000	42 796 000	4,0 %	1 643 000
Total	225 488 000	236 251 000	4,8 %	10 763 000	760 000	237 011 000	5,1 %	11 523 000

O aumento para as delegações tem em conta um ajustamento significativo em alta a fim de que as dotações para remunerações estejam ao nível da execução em 2011, uma vez que foram subestimadas nos orçamentos de 2011 e 2012, na sequência da transferência de uma parte do orçamento da Comissão para o SEAE. Contudo, o aumento do montante global das dotações para edifícios e despesas conexas foi limitado a 0,5 %, ao passo que as dotações para equipamento, mobiliário, fornecimentos e serviços diminuiu 0,6 %.

O aumento global de 4,0 % para os gabinetes de representação resulta principalmente do impacto significativo da abertura de um novo gabinete na Croácia (1,2 milhões de EUR). A aplicação dos mesmos objetivos de redução de custos que na administração central da Comissão e um esforço contínuo de racionalização limitaram o aumento a 1,1 % (excluindo o impacto do alargamento), devido principalmente à transferência da sede para os gabinetes de representação de uma parte das dotações para pessoal externo.

4. QUESTÕES HORIZONTAIS

A presente secção apresenta as seguintes quatro questões horizontais relativamente ao projeto de orçamento de 2013:

- recursos humanos por instituição, no que diz nomeadamente respeito à aplicação da redução do pessoal de 1 %, conforme proposto pela Comissão;
- despesas administrativas fora do âmbito da rubrica 5: rubricas orçamentais para assistência técnica e administrativa, incluindo as despesas de gestão administrativa do orçamento de investigação, e outras

rubricas de despesas;

- organismos criados pela União Europeia com personalidade jurídica: agências descentralizadas, Empresas Comuns, Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) e agências de execução;
- ações sem base jurídica específica: nomeadamente programas, atividades e agências descentralizadas cuja base jurídica se encontra pendente, projetos-piloto e ações preparatórias e ações financiadas no âmbito das prerrogativas da Comissão.

4.1. Recursos humanos

4.1.1. Recursos humanos por instituição

O quadro recapitulativo infra apresenta, para cada instituição, o número de lugares do quadro do pessoal autorizados no orçamento de 2012, bem como o número de lugares solicitados no âmbito do projeto de orçamento de 2013. Em especial, o quadro mostra o número suplementar de lugares solicitados, a fim de preparar a adesão da Croácia, tal como previsto em 1 de julho de 2013, bem como a medida em que cada instituição teve em conta a redução do pessoal de 1 %, como primeira fração da proposta da Comissão destinada a reduzir o número de lugares de todas as instituições e organismos em 5 % durante o período 2013-2017. Tal como indicado no quadro, excluindo o pedido referente à Croácia, o Conselho, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas seguiram a abordagem da Comissão a este respeito.

(número de lugares no quadro do pessoal das instituições)

Instituição	Orçamento 2012	2013		PO 2013 (excluindo a Croácia)	Evolução 2013 / 2012		Diferença integrando -1 %	Pedido relativo à Croácia para	PO 2013 (incluindo a Croácia)	Evolução 2013 / 2012	
		Objetivo de -1%									
Parlamento Europeu	6 684	-67	6 617	6 713	29	0,4%	96		6 713	29	0,4%
Conselho Europeu e Conselho	3 153	-32	3 121	3 107	-46	-1,5%	-14	46	3 153	0	0,0%
Comissão	25 065	-251	24 814	24 802	-263	-1,0%	-12	142 (**)	24 944	-121	-0,5%
Tribunal de Justiça da União Europeia	1 952	-20	1 932	1 952	0	0,0% (*)	20	63	2 015	63	3,2%
Tribunal de Contas	887	-9	878	878	-9	-1,0%	0	13	891	4	0,5%
Comité Económico e Social Europeu	724	-7	717	724	0	0,0%	7	10	734	10	1,4%
Comité das Regiões	531	-5	526	531	0	0,0%	5	6	537	6	1,1%
Provedor de Justiça Europeu	66	-1	65	67	1	1,5%	2		67	1	1,5%
Autoridade Europeia para a Proteção de Dados	43	0	43	45	2	4,7%	2		45	2	4,7%
Serviço Europeu para a Ação Externa	1 670	-17	1 653	1 670	0	0,0%	17		1 670	0	0,0%
Total das instituições	40 775	-409	40 366	40 489	-286	-0,7%	123	280	40 769	-6	0,0%

(*) excluindo o pedido de reforço do Tribunal de Justiça com 12 novos juizes, de referir que o Tribunal de Justiça decidiu efetivamente dar seguimento ao apelo da Comissão para uma redução de 1 % dos efetivos, o que conduz a uma redução de 14 lugares no seu quadro do pessoal

(**) dos quais 28 ETC de pessoal externo antecipados para a Croácia em 2012 (carta retificativa n.º 2/2012) e transformados em lugares no PO de 2013

A secção infra apresenta, com mais pormenor, o pedido da Comissão em termos de recursos humanos. As informações sobre os pedidos de recursos humanos para as outras instituições podem ser consultadas nos respetivos mapas previsionais para 2013. A secção 4.3.1 infra apresenta uma panorâmica do pedido da Comissão no que diz respeito aos lugares do quadro do pessoal para as agências descentralizadas, enquanto os níveis de pessoal das agências de execução foram tomados em consideração como parte dos recursos humanos da Comissão, tal como descrito em maior pormenor na secção 4.3.4.

4.1.2. Recursos humanos da Comissão

Num contexto em que se exige a todas as administrações públicas uma rigorosa economia de custos e eficiência máxima, a Comissão está firmemente empenhada em agir de modo responsável. O mapa previsionial da Comissão para 2013 **traduz a sua proposta de reduzir os efetivos em 5 % ao longo de cinco anos⁵⁹ em medidas orçamentais concretas**, sem prejuízo de um pedido limitado de pessoal adicional, a fim de fazer face à adesão da Croácia à União Europeia em 1 de julho de 2013. Todas as novas atividades não relacionadas com o alargamento serão cobertas através de ganhos de eficiência e de reafetações.

Tal permite uma redução de **1,18 % de todos os efetivos da Comissão** financiados no âmbito de todas as rubricas do quadro financeiro plurianual, incluindo uma redução de 1,05 % dos lugares do quadro do pessoal (- **263 lugares**) e uma redução de 1,56 % do pessoal externo (- **141** equivalentes a tempo completo estimados - a seguir designados por «ETC») financiado ao abrigo de todas as rubricas. Além disso, o aumento das despesas para as seis agências de execução no seu conjunto foi limitado a 1 %, ou seja, bastante abaixo da taxa de inflação.

Como resultado, o número total dos efetivos, incluindo as seis agências de execução em quem a Comissão delegou tarefas de execução (ver ponto 4.3.4), é **reduzido em 1 %**, tal como ilustrado no quadro infra.

Em setembro de 2011, a Comissão comunicou à autoridade orçamental a sua estimativa de recursos adicionais necessários para a **adesão da Croácia⁶⁰**, a saber, um reforço líquido de 384 ETC ao longo de 3 anos: 46 ETC antecipados para 2012, como autorizado pela autoridade orçamental, seguido de uma primeira fração de 125 ETC em 2013 e uma última de 213 ETC em 2014. Por conseguinte, a Comissão solicita **125 ETC para 2013** (114 lugares do quadro do pessoal e dotações para 11 agentes contratuais e a conversão de dotações em lugares nos seus quadros do pessoal para 28 dos 46 agentes contratuais integrados antecipadamente em 2012).

Apesar dos recursos humanos adicionais solicitados para a adesão da Croácia, a Comissão apresenta um mapa previsionial para 2013 que **reduz o seu número total de recursos humanos pelo terceiro ano consecutivo⁶¹**, com **uma redução líquida de 279 ETC** (121 lugares e 158 ETC estimados de pessoal externo).

A repartição dos recursos humanos por domínio de intervenção é descrita de forma mais pormenorizada no anexo III.1 do presente documento.

59 Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Um orçamento para a Europa 2020 (COM(2011) 500 final de 29.6.2011); Projeto de Acordo Interinstitucional entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre a cooperação no domínio orçamental e a boa gestão financeira, artigo 23.º (COM (2011) 403 final de 29.6.2011).

60 Carta retificativa n.º 2/2012, COM(2011)576 final de 16.9.2011.

61 -17 ETC no projeto de orçamento de 2012 e -100 ETC no projeto de orçamento de 2011.

Recursos humanos (RH) da Comissão, com exclusão do impacto da adesão da Croácia em 2013										RH da Comissão, incluindo o pedido relacionado com o alargamento de 2013			
										Pedido relacionado com o alargamento de 2013			
	Autorização orçamental de 2012 (lugares e ETC estimados de pessoal externo)	2013 Objetivo de -1 %	Transformação de lugares do quadro do pessoal em dotações	Transformação de dotações em lugares do quadro do pessoal	Transferência entre quadros do pessoal	Pedido de pessoal para 2013 sem o alargamento	2013 resultado total		Pedido de pessoal para 2013 <i>sem o alargamento</i>	Pedido de reforço	Transformação de dotações em lugares do quadro do pessoal	Pedido total PO 2013	Evolução entre 2013 e 2012
Lugares no quadro do pessoal													
Comissão	19 290	-173	-14	30	22	19 155	-0,70%	-135	19 155	95	20	19 270	-20
Investigação - ações diretas	1 956	-40				1 916	-2,04%	-40	1 916			1 916	-40
Investigação - ações indiretas	1 871	-19				1 852	-1,02%	-19	1 852	5		1 857	-14
OP	672	-7			-7	658	-2,08%	-14	658	3	8	669	-3
OLAF	384	-4			-4	376	-2,08%	-8	376	2		378	-6
EPSO	125	-1			-1	123	-1,60%	-2	123	2		125	
OIB	426	-4	-17		-6	399	-6,34%	-27	399	4		403	-23
OIL	153	-1	-7		-2	143	-6,54%	-10	143	1		144	-9
PMO	188	-1	-5		-2	180	-4,26%	-8	180	2		182	-6
Total de lugares na Comissão	25 065	-250	-43	30	0	24 802	-1,05%	-263	24 802	114	28	24 944	-121
Pessoal externo													
No âmbito da rubrica 5	4 644	-70	43	-30		4 587	-1,23%	-57	4 587	11	-28	4 570	-74
Fora do âmbito da rubrica 5	4 392	-84				4 308	-1,91%	-84	4 308		-	4 308	-84
Total do pessoal externo da Comissão	9 036	-154	43	-30	0	8 895	-1,56%	-141	8 895	11	-28	8 878	-158
Total dos RH da Comissão	34 101	-404	0	0	0	33 697	-1,18%	-404	33 697	125	0	33 822	-279
Total dos efetivos das agências de execução													
EACI	158	1				159	0,63%	1	159			159	1
EACEA	416					416	0,00%		416			416	
EAHC	50					50	0,00%		50			50	

TENTEA		99	1				100	1,01%	1		100			100	1
ERCEA		389					389	0,00%			389			389	
REA		513	45				558	8,77%	45		558			558	45
Total dos efetivos das agências de execução		1 625	47	0	0	0	1 672	2,89%	47		1 672	0	0	1 672	47
Total dos RH da Comissão e agências de execução		35 726	-357	0	0	0	35 369	-1,00%	-357		35 369	125	0	35 494	-232

O resultado líquido refletido no quadro supra integra o seguinte pedido de adaptação da estrutura dos quadros do pessoal da Comissão:

- A **transformação de lugares em dotações**: os antigos lugares de categoria D que se tornam vagos serão convertidos em dotações para agentes contratuais, tal como acordado no âmbito da reforma do Estatuto. Isto abrange igualmente o regresso gradual de lugares acordado aquando da criação dos serviços e organismos administrativos, a converter em agentes contratuais.
- Esta transformação de lugares em dotações é **parcialmente compensada pela transformação de um número limitado de dotações para pessoal externo em lugares**, a fim de assegurar a necessária estabilidade do pessoal.

O exercício de análise de 2007 revelou um desfasamento potencial entre a estrutura existente em matéria de pessoal e as necessidades futuras, chamando a atenção, em especial, para a importância de reduzir progressivamente os lugares de assistentes face aos lugares de administradores. O mapa previsional de 2013 acompanha a tendência e solicita a seguinte adaptação, neutra em termos orçamentais, dos quadros do pessoal existentes, a fim de permitir à Comissão adaptar os seus recursos humanos às prioridades políticas:

- A transformação de 209 lugares AST6 em 209 lugares AD5 no quadro do pessoal da Comissão;
- A transformação de 14 lugares AST6 em 14 lugares AD5 no quadro do pessoal de investigação (8 para as ações diretas e 6 para as ações indiretas);
- A conversão limitada dos quadros do pessoal dos serviços e organismos: 2 lugares AST6 em 2 lugares AD5 para o EPSO e 3 lugares AST6 convertidos em 3 lugares AD5 para o OIB.

À luz da **redução do pessoal no seu conjunto (- 279 ETC)**, são exigidos enormes esforços aos serviços da Comissão para **a realização dos objetivos da estratégia Europa 2020, dispondo de menos recursos humanos**:

- Sem prejuízo de esforços adicionais de reafetação empreendidos no decurso de 2013, a Comissão está atualmente a **reafetar 1 % dos seus lugares para 2012 entre as direções-gerais (255 lugares)** e a identificar todos os eventuais ganhos de eficiência, nomeadamente mediante a deslocação de efetivos das funções de apoio administrativo e de coordenação para as prioridades políticas. Esta reafetação destina-se a reafetar lugares para onde tenham o maior potencial para estimular o crescimento e o emprego, a saber, para aplicar plenamente a nova governação económica europeia, em especial o desenvolvimento de um melhor conhecimento e análise das situações específicas dos Estados-Membros, para libertar o potencial do mercado único, para estabilizar e assegurar um sistema financeiro que apoie a economia real, para garantir um espaço de segurança e de justiça e para obter um acesso mais vasto dos nossos produtos aos mercados situados fora da UE.
- Para além de algumas importantes reorganizações como a do Centro Comum de Investigação (que afeta 912 lugares), as diversas direções-gerais pretendem **reafetar a nível interno um número sem precedentes de lugares (cerca de 600)** a atividades operacionais, concentrando o reforço na elaboração de políticas, tal como ilustrado no quadro infra.

Reafetação a nível interno nas diversas DG			
Lugares no quadro do pessoal	Perfis de trabalho reduzidos	Funções reforçadas	Resultado líquido
Apoio administrativo	-101	39	-62
Coordenação geral	-37	22	-15
Gestão orçamental e luta contra a fraude	-114	90	-24
Redação, acompanhamento e aplicação legislativos	-32	61	29
Atividades linguísticas	-4	5	1

Gestão de programas	-63	97	34
Elaboração de políticas	-211	255	44
Comunicação	-33	26	-7
Total das DG	-595	595	0

A Comissão continuará a **afetar temporariamente agentes** à realização de atividades limitadas no tempo. Este mecanismo revelou-se uma maneira dinâmica e flexível de enfrentar picos de trabalho e de libertar esses lugares após esses picos, contribuindo assim para uma gestão dinâmica dos recursos humanos.

Além disso, a Comissão continua a explorar e a promover todas as possibilidades em matéria de flexibilidade. O mecanismo de **partilha de conhecimentos especializados para determinadas tarefas limitadas no tempo** está ainda a ser utilizado para possibilitar o destacamento temporário de funcionários dentro dos serviços que enfrentam continuamente uma maior carga de trabalho. A criação da **Task Force da Comissão para a Grécia** em julho de 2011 é um dos exemplos mais significativos.

Os referidos condicionalismos drásticos conduziram os serviços da Comissão a constantemente redefinir as prioridades das atividades e a adaptar a afetação dos recursos às prioridades, como ilustrado pelas diferentes **equipas responsáveis por países objeto de programas** criadas em várias DG, o que também envolve uma **redução das atividades** que se tornaram menos relevantes ou importantes do que possivelmente foram no passado.

A Comissão também continua empenhada em explorar eventuais economias de escala, através de uma **cooperação interinstitucional reforçada**, em especial através da prestação de serviços a outras instituições por intermédio de acordos de nível de serviço.

Por último, relativamente ao **equilíbrio geográfico**, a Comissão fixou o objetivo de recrutar um número total de nacionais dos novos Estados-Membros, pelo menos, semelhante ao número total dos novos lugares concedidos para o alargamento. Este objetivo tem sido realizado com êxito. A Comissão efetua um acompanhamento próximo e periódico do recrutamento de nacionais de todos os Estados-Membros com vista a garantir uma representação equilibrada de todas as nacionalidades em cada grupo de funções.

4.2. Despesas administrativas fora do âmbito da rubrica 5

4.2.1. Quadro-resumo

O quadro a seguir apresentado resume as despesas administrativas fora do âmbito da rubrica 5.

	Orçamento	Projeto de orçamento	Diferença
	2012 ⁽¹⁾	2013	2013 / 2012
Rubricas de assistência técnica e administrativa (antigas rubricas BA)	372 498 416	371 063 335	-0,4 %
Agências de execução (exceto agências de investigação)	79 253 000	79 051 000	-0,3 %
Subtotal - Despesas administrativas fora da investigação e da rubrica 5 ⁽²⁾	451 751 416	450 114 335	-0,4 %
Lugares do quadro do pessoal da investigação	392 842 100	402 329 000	2,4 %
Pessoal externo	90 239 100	90 262 000	0,0 %
Outras despesas administrativas	178 178 900	182 233 000	2,3 %
Agências de execução no domínio da investigação	86 339 000	88 300 000	2,3 %
Subtotal - Despesas administrativas da investigação direta e indireta ⁽³⁾	747 599 100	763 124 000	2,1 %
TOTAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS FORA DA RUBRICA 5	1 199 350 516	1 213 238 335	1,2 %

(1) O orçamento de 2012 inclui o orçamento rectificativo n.º 1 e os projetos de orçamentos rectificativos n.ºs 2 e 3.

(2) XX 01 04, excluindo as agências de execução no domínio da investigação e as despesas de gestão administrativa do ITER.

(3) Financiado no âmbito do limite máximo das despesas administrativas dos Programas-Quadro de Investigação (XX 01 05, Centro Comum de Investigação e agências de execução no domínio da investigação).

As secções a seguir apresentadas explicam o objetivo das despesas de apoio técnico e administrativo diretamente associadas aos programas operacionais, para as denominadas «antigas rubricas BA» (secção 4.2.2) e para as despesas administrativas do orçamento de investigação (secção 4.2.3).

4.2.2. *Despesas de apoio técnico e administrativo*

Muitos programas plurianuais da UE preveem quantias relativas a despesas de apoio técnico e administrativo, relacionadas diretamente com a execução dos programas operacionais e financiadas a partir das dotações do programa. Estas despesas de apoio técnico e administrativo estão claramente identificadas no orçamento da UE, em rubricas orçamentais específicas (rubricas XX 01 04, excluindo as agências de execução).

As dotações para apoio técnico e administrativo são utilizadas em atividades como a avaliação dos convites à apresentação de propostas, estudos, reuniões de peritos e auditorias, essenciais para a otimização dos recursos e para garantir uma boa gestão financeira. Além disso, nas delegações em países terceiros e num número limitado de rubricas orçamentais pré-identificadas, o pessoal de apoio pode ser financiado até aos limites máximos definidos no orçamento.

A Comissão utilizou as dotações para apoio administrativo do orçamento de 2012 como ponto de partida para o projeto de orçamento de 2013. Com base na execução de 2011 e na evolução dos programas a gerir em 2013, a Comissão procedeu a uma avaliação rigorosa das necessidades e propõe uma diminuição de 0,4 % em comparação com as dotações correspondentes totais do orçamento de 2012. Tal corresponde a um montante global de 371,1 milhões de EUR para 2013, um nível 15,1 % abaixo (em 65,9 milhões de EUR) da programação financeira plurianual para este tipo de despesas. A Comissão considera esta quantia necessária para assegurar a boa execução dos programas operacionais em 2013, como a seguir se indica.

Num grande número de rubricas de apoio administrativo, o nível de dotações solicitado pela Comissão mantém-se constante em termos nominais, o que reflete o rigor aplicado aos recursos administrativos em geral (ver secção 3.7). Esta abordagem rigorosa levou, designadamente, à redução das dotações para despesas de apoio administrativo ligadas ao seguinte:

- Competitividade (rubrica 1A): a redução prevista das dotações (- 4,1 milhões de EUR) diz nomeadamente respeito aos programas europeus de navegação por satélite (GALILEO e EGNOS, - 3 milhões de EUR) e ao Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI, - 1,2 milhões de EUR), devido principalmente ao perfil dos programas operacionais geridos;
- Coesão (rubrica 1B): a redução prevista das dotações (- 0,6 milhões de EUR) está relacionada com o FSE (- 0,3 milhões de EUR) e o FEDER (- 0,3 milhões de EUR).

No entanto, é solicitado um reforço do nível das dotações para as rubricas de apoio de um número limitado de programas importantes, nomeadamente para o Life+ (rubrica 2, + 1,0 milhões de EUR), que é necessário para tratar do maior número de candidaturas recebidas no âmbito do convite anual à apresentação de propostas Life+, bem como do número crescente de projetos plurianuais em curso que devem ser objeto de acompanhamento. Porém, este aumento continua a ficar aquém do nível das dotações previstas para esta rubrica orçamental na programação financeira para 2013.

Para «A UE como protagonista global» (rubrica 4, + 0,8 milhões de EUR), o aumento global é devido, nomeadamente, ao número de agentes contratuais e locais que gerem nas delegações as ações de ajuda externa «desconcentradas», cujo volume tem vindo a aumentar gradualmente ao longo do período 2007-2013, com importantes obrigações contratuais objeto de controlo.

As dotações para o pessoal externo financiado ao abrigo das rubricas orçamentais operacionais contribuem também para a redução do pessoal da Comissão em 5 % ao longo de 5 anos (ver secção 4.1). Para o PO de 2013, a redução do pessoal financiado ao abrigo de rubricas orçamentais operacionais resulta de uma diminuição de 54 ETC em comparação com o orçamento de 2012. O pessoal externo adicional necessário para a execução de novas prioridades tem sido coberto por reafetações. A evolução do pessoal externo diz nomeadamente respeito ao seguinte:

- Com vista à gestão de programas de ajuda externa:
 - uma reafetação das atividades do ICD para as do IEVP, estimada em 51 ETC adicionais, para fazer face à carga de trabalho resultante da aplicação da Comunicação conjunta da Comissão e do Conselho «Uma nova estratégia para uma vizinhança em mutação»⁶² e ao aumento do volume das dotações a gerir;
 - uma estimativa de 5 novos ETC para fazer face à evolução das dotações a gerir pelo Instrumento de Estabilidade, que aumentaram 40 % entre 2011 e 2013.
- No que diz respeito ao Instrumento de Assistência de Pré-Adesão, a adesão da Croácia à União Europeia, prevista para 1 de julho de 2013, e a eliminação progressiva das atividades de pré-adesão durante o período de transição, previsto no artigo 44.º do Tratado de Adesão, implicam o seguinte:
 - uma redução de 49 ETC nos sublimites máximos que financiam o pessoal externo das rubricas orçamentais relativas ao Instrumento de Assistência de Pré-Adesão no âmbito dos domínios de intervenção Emprego (rubrica orçamental 04 01 04 13, - 4 ETC), Política Regional (13 01 04 02, - 8 ETC) e Alargamento (22 01 04 01, - 37 ETC);
 - a reafetação subsequente por seis meses de 32 ETC para a rubrica orçamental «Eliminação progressiva da ajuda de adesão aos novos Estados-Membros» (22 01 04 02), a fim de realizar as restantes tarefas relacionadas com a conclusão dos programas de pré-adesão na Croácia.

O documento de trabalho II («Recursos humanos da Comissão») que acompanha o PO de 2013 fornece mais pormenores sobre as despesas de apoio técnico e administrativo diretamente relacionadas com a gestão dos programas da UE.

4.2.3. Despesas administrativas do orçamento de investigação

Como indicado no quadro 4.2.1, as despesas administrativas financiadas ao abrigo do orçamento de investigação compreendem:

- Despesas relativas ao pessoal de investigação indireta (XX 01 05 01);
- Despesas relativas ao pessoal externo de investigação indireta (XX 01 05 02);
- Outras despesas de gestão no domínio da investigação indireta (XX 01 05 03);
- Investigação direta (Centro Comum de Investigação, 10 01 05);
- Agências de execução no domínio da investigação (ERCEA e REA).

O documento de trabalho II («Recursos humanos da Comissão») que acompanha o PO de 2013 fornece informações pormenorizadas sobre (o preenchimento dos) os lugares do quadro do pessoal de investigação

abrangidos pelo orçamento de investigação.

Tal como explicado na secção 4.1, a redução total de 1 % de lugares do quadro do pessoal prevista no PO de 2013 é aplicada igualmente ao quadro do pessoal de investigação (ações diretas e indiretas). Ao mesmo tempo, a Comissão solicita uma adaptação neutra do ponto de vista orçamental do quadro do pessoal de investigação, semelhante à adaptação requerida em termos de lugares do quadro do pessoal da Comissão. Em comparação com o orçamento de 2012, está previsto um aumento próximo da taxa de inflação para as despesas relativas ao pessoal de investigação indireta (XX 01 05 01, + 1,8 %), enquanto o aumento para as despesas relativas ao pessoal de investigação direta (10 01 05 01, + 3,0 %) deve-se principalmente à evolução prevista do custo de vida nos diferentes locais do Centro Comum de Investigação, bem como ao impacto da progressão média na carreira.

As dotações para as despesas relativas ao pessoal externo de investigação estão congeladas em 2013 ao nível do orçamento de 2012, tanto relativamente à investigação indireta (XX 01 05 02) como à investigação direta (10 01 05 02).

O nível de dotações para as outras despesas de gestão da investigação indireta (XX 01 05 03) está congelado ao nível de 2012, enquanto outras despesas de gestão da investigação direta (10 01 05 03) indicam um aumento de 4,1 %, devido principalmente às despesas do JRC relacionadas com a renovação e a construção de edifícios. Todavia, o nível de dotações para outras despesas de gestão no domínio da investigação fica aquém tanto da programação financeira como dos limites máximos previstos para este tipo de despesas nas bases jurídicas relevantes. Uma tal diminuição foi disponibilizada para efeitos de reafetação no âmbito da rubrica 1A, tendo em conta as necessidades de financiamento adicionais do ITER.

Em termos gerais, as dotações para outras despesas de gestão são utilizadas no financiamento de ações fundamentais para assegurar uma correta execução, como por exemplo sistemas informáticos diretamente relacionados com a apresentação, avaliação e acompanhamento das propostas, auditorias externas, seminários e atividades de comunicação, relativamente a todos os programas-quadro.

O anexo VIII do presente documento contém uma repartição pormenorizada das despesas de apoio à investigação, quer por tipo de dotações quer por serviço da Comissão.

4.3. Organismos criados pela União Europeia com personalidade jurídica

O anexo VII contém as principais informações orçamentais relativas a todos os organismos da UE (agências descentralizadas, agências de execução, Empresas Comuns e EIT). Além disso, o documento de trabalho III específico, que acompanha o PO de 2013, apresenta informações muito pormenorizadas e exaustivas sobre as «agências», com uma apresentação transparente relativamente às receitas, despesas e níveis de efetivos dos vários organismos da União que recebem efetivamente uma contribuição a cargo do orçamento da UE.

4.3.1. Agências descentralizadas

Como parte da elaboração do PO de 2013, a Comissão procedeu a uma avaliação exaustiva das necessidades para cada uma das agências descentralizadas, também com vista à tradução no nível efetivo das contribuições da UE para as agências descentralizadas da primeira fração de 1 % da redução de pessoal de 5 % durante o período 2013-2017, que a Comissão propõe aplicar a todas as instituições e organismos da UE. Em geral, este exercício permitiu à Comissão chegar a um aumento de 0,4 % das despesas para todas as agências descentralizadas, em comparação com o orçamento de 2012, excluindo-se a nova Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça, que estará operacional no final de 2012. Tal significa uma redução de mais de 1 % em termos reais, apesar da dimensão das tarefas e da fase de arranque em curso de uma série de agências.

Em geral, o nível da contribuição da UE proposto e o número de efetivos de cada agência reflete a sua fase de

desenvolvimento. A classificação das agências como «em velocidade de cruzeiro», «com novas tarefas» e «em fase de arranque» tem impacto no crescimento das contribuições que recebem da UE e no número de efetivos: normalmente, as agências recém-criadas ou a quem foram recentemente confiadas novas tarefas requerem dotações suplementares e reforços de pessoal, para desempenharem as tarefas relacionadas com os seus mandatos novos ou recentemente alargados, enquanto as que se encontram em velocidade de cruzeiro têm estruturas e orçamentos estáveis. As consequências da classificação atualizada de determinadas agências⁶³ em termos de recursos humanos e financeiros propostos no quadro do projeto de orçamento de 2013 são pormenorizadamente descritas em seguida.

No projeto de orçamento de 2013, a Comissão prossegue a sua política de dedução das receitas afetadas que provêm da recuperação dos excedentes das agências descentralizadas do exercício de 2011 às contribuições da UE de 2013 para as agências em questão, a fim de adaptar a necessidade de dotações adicionais inscrita no PO de 2013.

Além disso, ao avaliar as necessidades das agências descentralizadas para o exercício de 2013, a Comissão teve em conta a dimensão relativa do excedente das agências de 2011 (em comparação com as receitas das agências recebidas em 2011). Deste modo, a Comissão cumpre os requisitos do Regulamento Financeiro-Quadro, o Regulamento (CE, Euratom) n.º 2343/2002⁶⁴, com a redação que lhe foi dada em julho de 2008⁶⁵.

Como se mostra no quadro sobre as agências descentralizadas (anexo VI.1), a contribuição total solicitada da UE para as agências descentralizadas em 2013 ascende a 772,2 milhões de EUR. Esta quantia total é composta pelas quantias inscritas no PO de 2013 (748,0 milhões de EUR) e pelas receitas afetadas, que provêm da recuperação do excedente de 2011 (24,2 milhões de EUR).

Verifica-se assim um aumento da contribuição total da UE relativamente ao orçamento de 2012 no valor de 23,9 milhões de EUR, ou seja, + 3,2 %. Este aumento resulta inteiramente das necessidades adicionais relacionadas com o financiamento das agências «em fase de arranque»⁶⁶, no montante de 31,1 milhões de EUR, dos quais 21,2 milhões de EUR dizem respeito à recém-criada Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça. A contribuição da UE para as agências «com novas tarefas»⁶⁷ deve diminuir em 5,0 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2012, devido principalmente ao regresso proposto em 2013 à programação financeira existente para o Frontex. Regra geral, a contribuição da UE para as agências «em velocidade de cruzeiro» é congelada ao nível do orçamento de 2012, bastante abaixo da programação financeira para 2013. Globalmente, excluindo a Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça, a abordagem restritiva seguida pela Comissão conduz a um aumento da contribuição da UE para as agências descentralizadas de 0,4 %, em comparação com o orçamento de 2012.

63 A classificação das agências descentralizadas é decidida numa base anual. Assim, a classificação das agências em 2013 não prejudica o próximo exercício orçamental.

64 JO L 357 de 31.12.2002, p. 72.

65 JO L 181 de 10.7.2008, p. 23.

66 Gabinete do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE), Autoridade Bancária Europeia (EBA), Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA), Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) – atividades relacionadas com os biocidas, Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) – atividades de «consentimento prévio informado», Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça, Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (GEAA) e Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA).

67 Agência do GNSS Europeu (GSA), Agência Europeia da Segurança Marítima (EMSA), Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA), Agência Europeia de Medicamentos (EMA), Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER), FRONTEX e Eurojust.

No que diz respeito aos efetivos das agências descentralizadas, o aumento de 257 lugares previsto para 2013 refere-se ao seguinte:

- As agências «*em fase de arranque*», para as quais são solicitados 175 novos lugares, dizendo respeito, principalmente, à recém-criada Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (+ 45 lugares), às atividades relacionadas com os biocidas da Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA, + 36 lugares) no âmbito da rubrica 2, às três autoridades de supervisão financeira (EBA, + 25 lugares, EIOPA, + 11 lugares, e ESMA, + 46 lugares, dos quais 15 lugares serão financiados com base nas quotizações adicionais do setor), bem como ao Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (GEAA, + 7 lugares);
- As agências «*com novas tarefas*», para as quais estão revistos 44 novos lugares, dizendo respeito à Agência do GNSS Europeu (GSA, + 13 lugares), à Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER, + 6 lugares), à FRONTEX (+ 4 lugares), bem como à Agência Europeia de Medicamentos (EMA, + 21 postos de trabalho, que serão financiados com base nas quotizações adicionais do setor);
- Por último, as agências «*em velocidade de cruzeiro*», para as quais está previsto um aumento líquido de 38 lugares, decorrente, por um lado, de 60 lugares adicionais para a Agência Europeia para a Segurança da Aviação (AESA), que serão financiados a partir das quotizações adicionais do setor, e, por outro lado, da redução do número de lugares para várias agências, tais como o Centro de Tradução, a Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA, para as suas atividades no domínio dos produtos químicos no âmbito da rubrica 1A), a Agência Europeia para a Segurança da Aviação (AESA, os lugares são financiados a partir da contribuição da UE), a Agência Ferroviária Europeia (ERA), o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC) e a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA).

Como indicado no anexo VII.1, o número total de lugares do quadro do pessoal solicitado para 2013 ascende a 5 115. Este número global inclui os lugares do quadro do pessoal financiados a partir da contribuição da UE para as agências e de outras receitas dessas agências, nomeadamente as quotizações cobradas ao setor.

As duas agências⁶⁸, que asseguram integral e permanentemente o seu autofinanciamento pelas receitas das quotizações do setor, são apresentadas separadamente no anexo VII.1. Desta forma, faz-se uma clara distinção entre as agências que são total ou parcialmente dependentes da contribuição do orçamento da UE, cujo nível tem de ser aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho enquanto autoridade orçamental, e as agências integralmente autofinanciadas, que têm as suas próprias autoridades orçamentais, em conformidade com os seus atos constitutivos. Quanto a estas últimas, a Comissão não tem qualquer autoridade para avaliar o seu orçamento e número de efetivos, contrariamente às agências que recebem efetivamente uma contribuição do orçamento da UE, nos termos do artigo 185.º do Regulamento Financeiro⁶⁹. Por esta razão, a Comissão não inclui os quadros do pessoal das agências integralmente autofinanciadas nos volumes oficiais do projeto de orçamento.

4.3.2. *Empresas Comuns*

O anexo VII.2 apresenta um quadro sobre as sete Empresas Comuns atualmente existentes.

A contribuição total da UE para as Empresas Comuns deve diminuir 10,6 % em comparação com o orçamento de 2012, passando para 1 657,7 milhões de EUR, financiados a partir do Sétimo Programa-Quadro de Investigação (CE, Euratom) e das redes transeuropeias (relativamente à SESAR, especificamente). Os efetivos das Empresas Comuns deverão manter-se globalmente estáveis, com uma diminuição do número total de lugares de um, passando para 381 lugares em 2013, devido à Empresa Comum ENIAC.

68 Instituto de Harmonização no Mercado Interno (IHMI) e Instituto Comunitário das Variedades Vegetais (ICVV).
69 JO L 390 de 30.12.2006, p. 1.

A diminuição da contribuição total da UE para as Empresas Comuns resulta sobretudo da Empresa Comum ITER, cuja contribuição da UE deve diminuir de 1 116,9 milhões de EUR em 2012 para 906,9 milhões de EUR em 2013 (incluindo as necessidades de financiamento adicionais no valor de 360 milhões de EUR em 2013).

Propõe-se que a contribuição da UE para a iniciativa tecnológica comum SESAR siga a programação financeira para 2013, enquanto a contribuição da UE para as outras ITC é inferior à programação financeira para 2013, a fim de ter em conta o seu desempenho histórico. No entanto, a verba total de todas as iniciativas tecnológicas conjuntas⁷⁰ (com exclusão da ITER) atingirá 750,8 milhões de EUR, o que representa um aumento de 9,3 % em relação ao orçamento de 2012. Este nível de financiamento reflete as necessidades reais das ITC com vista a colmatar as contribuições do setor e dos Estados-Membros participantes. A Comissão propõe reafetar a poupança correspondente em relação à programação financeira para 2013 (315 milhões de EUR) para cobrir parte das necessidades de financiamento adicionais da Empresa Comum ITER em 2013 (162 milhões de EUR) e, em parte (153 milhões de EUR), a fim de reforçar as dotações de autorização na rubrica operacional TIC.

4.3.3. Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT)

O anexo VII.3 apresenta um quadro sobre o EIT. Como reflexo da sua fase de arranque, a contribuição prevista da UE para o EIT aumenta de 79,3 para 123,1 milhões de EUR. Além disso, são solicitados seis lugares adicionais para além dos 28 lugares autorizados no âmbito do orçamento de 2012.

O aumento da contribuição da UE para o EIT está em grande medida relacionado com o reforço previsto das despesas operacionais (título 3), principalmente através das Comunidades de Conhecimento e Inovação (CCI), que visam promover e integrar atividades de ensino superior, de investigação e de inovação segundo os padrões mais exigentes.

4.3.4. Agências de execução

Para a elaboração do PO de 2013, a Comissão voltou a avaliar cuidadosamente as necessidades das agências de execução. Tal como para 2012, o nível solicitado de dotações para as agências de execução para 2013 é inferior à quantia prevista na ficha financeira indicativa que acompanha a criação ou a última extensão do mandato da agência em questão. O nível proposto de redução de dotações é de 24,2 milhões de EUR (- 12,6 %), sendo inferior à quantia prevista na programação financeira mais recente para 2013.

Globalmente, em comparação com o orçamento de 2012, a Comissão limitou a 1 % o aumento, em termos nominais, da contribuição da UE para todas as agências de execução, o que significa uma redução de cerca de 1 %, tendo em conta a taxa de inflação esperada.

O aumento nominal de 1% da contribuição global da UE prevista para as agências de execução (de 165,6 milhões de EUR no orçamento de 2012 para 167,4 milhões de EUR no PO de 2013) corresponde inteiramente à entrada em funcionamento gradual da agência de execução no domínio da investigação (REA), devendo-se tal ao recrutamento progressivo de pessoal, em conformidade com o previsto aquando da criação da agência. Todavia, a contribuição da UE para a agência de execução no domínio da investigação ainda está 9,3 milhões de EUR abaixo da programação financeira para 2013. Por outro lado, a contribuição da UE para as cinco agências de execução «em velocidade de cruzeiro» (EACI, EACEA, EAHC, TEN-T EA e ERCEA) sofre um ligeiro decréscimo, passando de 118,3 milhões de EUR no orçamento de 2012 para 118,1 milhões de EUR no PO de 2013, devido à EACEA. A contribuição da UE para a EACI, EAHC, TEN-T EA e CEI está congelada ao nível de 2012.

No quadro desta tentativa global de alcançar uma maior consolidação das necessidades orçamentais das agências

70 Iniciativas tecnológicas conjuntas no quadro da Investigação sobre a Gestão do Tráfego Aéreo no Céu Único Europeu (SESAR), Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores (IMI), *Clean Sky*, Pilhas de Combustível e Hidrogénio (PCH), sistemas informáticos incorporados (ARTEMIS) e a Plataforma Tecnológica Europeia para a Nanoeletrónica (ENIAC).

de execução, a Comissão propõe um **aumento limitado do pessoal de 47 ETC** concentrado na agência de execução no domínio da investigação⁷¹ (REA), em conformidade com a evolução do pessoal acordada pela autoridade orçamental quando o mandato de cada agência de execução foi estabelecido ou revisto⁷². Contudo, como mencionado na secção 4.1, o número total de efetivos, **combinando os serviços da Comissão e as agências de execução, regista uma redução de 1 %** (o que exclui os pedidos em relação à adesão da Croácia).

O anexo VI.4 apresenta uma panorâmica das agências de execução, tanto no que respeita à contribuição da UE para as agências a partir dos programas operacionais geridos, como aos quadros do pessoal e ao pessoal externo.

4.4. Ações sem base jurídica específica

Nos termos do artigo 49.º do Regulamento Financeiro⁷³, «a execução das dotações inscritas no orçamento para qualquer ação (...) da União Europeia requer a adoção prévia de um ato de base». No entanto, o Regulamento Financeiro prevê igualmente cinco exceções a esta regra: 1) projetos-piloto; 2) ações preparatórias; 3) ações preparatórias no domínio da aplicação do título V do TUE (respeitante à PESC); 4) ações realizadas por força de incumbências decorrentes das prerrogativas da Comissão no plano institucional e das competências específicas que lhe são atribuídas pelos Tratados; e 5) funcionamento de cada instituição no âmbito da respetiva autonomia administrativa.

4.4.1. Programas, atividades e agências descentralizadas cuja base jurídica se encontra pendente

Como indicado acima, as dotações serão inscritas na reserva até à adoção da base jurídica pela autoridade legislativa. Por conseguinte, foram inscritas na reserva dotações para os seguintes programas, atividades e agências descentralizadas, num total de 185,7 milhões de EUR (em dotações de autorização):

- Apoio a organizações que representam as PME e as partes interessadas da sociedade interessadas nas atividades de normalização, 3,7 milhões de EUR;
- Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação - contribuição para os títulos 1 e 2, 0,4 milhões de EUR;
- Acordos internacionais de pesca, 129 milhões de EUR;
- Avaliação de Schengen, 0,7 milhões de EUR;
- Programa Estatístico Europeu 2013-2017 — Despesas de gestão administrativa, 2,9 milhões de EUR;
- Programa Estatístico Europeu 2013-2017, 49 milhões de EUR.

O quadro financeiro (ver a secção 3 – Aspetos fundamentais do PO de 2013 por rubrica do quadro financeiro) apresenta, nas rubricas correspondentes, informações mais pormenorizadas sobre estas novas iniciativas.

71 A Comissão propõe 45 ETC adicionais para a agência de execução no domínio da investigação (REA): 12 agentes temporários e 33 agentes contratuais necessários para a gestão dos programas delegados nas agências, tal como previsto aquando da respetiva criação.

72 Parlamento Europeu, por força das disposições operacionais aplicáveis e da aprovação do Comité de Regulamentação das Agências de Execução do Conselho.

73 JO L 390 de 30.12.2006, p. 1.

4.4.2. *Projetos-piloto e ações preparatórias*

A Comissão incluiu no PO de 2013 as seguintes propostas de projetos-piloto e ações preparatórias, num total de 15,5 milhões de EUR (em dotações de autorização):

- 04 03 13 — Ação preparatória — O teu primeiro emprego EURES (terceiro ano), 4,5 milhões de EUR;
- 07 13 03 — Ação preparatória — Integração da ação climática e adaptação (terceiro ano), 5 milhões de EUR;
- 12 02 04 — Projeto-piloto — Reforço da capacidade de intervenção dos utilizadores finais e de outras entidades extrasetoriais na elaboração de políticas da UE na área dos serviços financeiros (segundo ano), 1 milhão de EUR;
- 15 02 33 — Ação preparatória destinada a cobrir as despesas de formação de estudantes que se especializem na PEV e despesas com atividades académicas conexas, incluindo a criação de uma cátedra PEV no Colégio da Europa de Natolin (segundo ano), 2 milhões de EUR;
- 23 02 04 — Ação preparatória — Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária (segundo ano), 3 milhões de EUR.

Por último, a Comissão propõe a inscrição da menção «p.m.» para um novo projeto-piloto relativo à Casa da História Europeia (artigo 15 04 70).

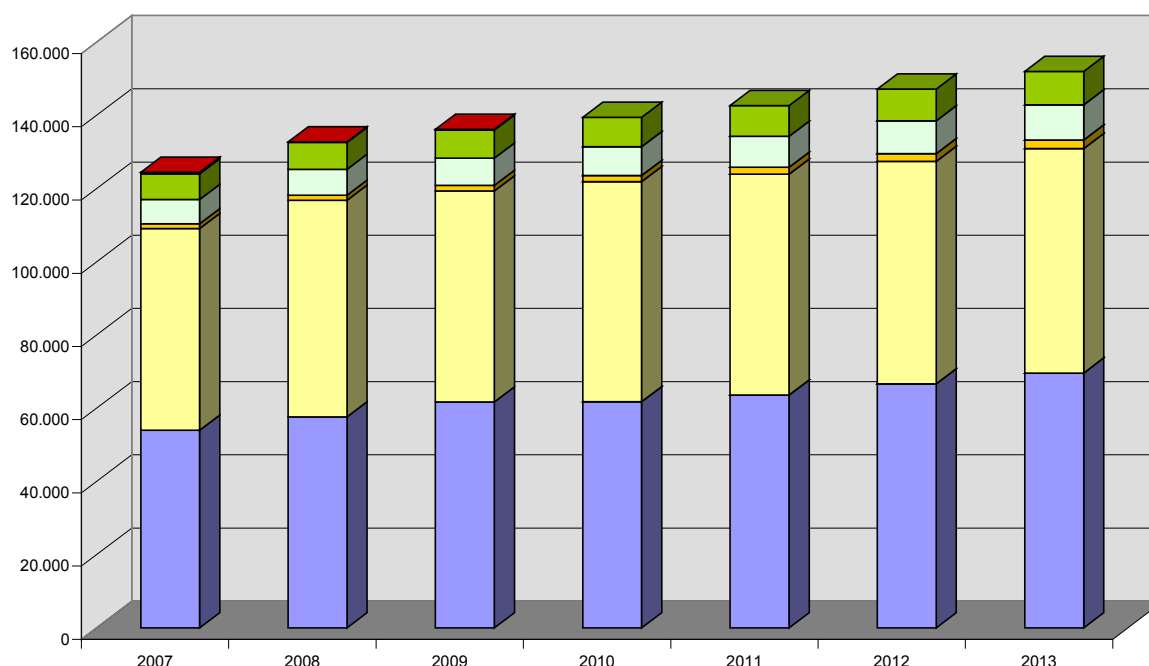
O documento de trabalho IV que acompanha o PO de 2013 apresenta informações pormenorizadas sobre os projetos-piloto e as ações preparatórias.

4.4.3. *Ações financiadas no âmbito das prerrogativas da Comissão*

No PO de 2013, as ações financiadas ao abrigo das prerrogativas da Comissão ascendem a 272,0 milhões de EUR. Esta quantia total representa uma diminuição em relação tanto ao orçamento de 2012 (276,1 milhões de EUR) como à programação financeira para 2013, conforme adaptada em janeiro de 2012, que ascendia a 276,5 milhões de EUR. Esta diminuição em comparação com o orçamento de 2012 é, em primeiro lugar, devida ao nível reduzido de dotações (- 6,8 milhões de EUR) previsto para as atividades de apoio à política europeia de transportes e aos direitos dos passageiros, de modo a consolidar o aumento substancial registado por esta rubrica no ano passado, tendo em vista as tarefas de execução da Comissão no contexto do Céu Único Europeu e de outras políticas conexas de transportes aéreos. Podem ser consultadas informações adicionais no anexo IV (quadros recapitulativos da programação financeira para 2013) sobre as ações financiadas ao abrigo das prerrogativas da Comissão.

5. ANEXO — DADOS PORMENORIZADOS

5.1. Anexo I — Quadro financeiro plurianual para 2007-2013 a preços correntes



(em milhões de EUR, a preços correntes)

DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total 2007-2013
1. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	53 979	57 653	61 696	63 555	63 974	67 614	70 147	438 618
Competitividade para o crescimento e o emprego	8 918	10 386	13 269	14 167	12 987	14 853	15 623	90 203
Coesão para o crescimento e o emprego	45 061	47 267	48 427	49 388	50 987	52 761	54 524	348 415
2. PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	55 143	59 193	56 333	59 955	59 888	60 810	61 289	412 611
Das quais: despesas de mercado e pagamentos diretos ⁽¹⁾	45 759	46 217	46 679	47 146	47 617	48 093	48 574	330 085
3. CIDADANIA, LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	1 273	1 362	1 518	1 693	1 889	2 105	2 376	12 216
Liberdade, segurança e justiça	637	747	867	1 025	1 206	1 406	1 661	7 549
Cidadania	636	615	651	668	683	699	715	4 667
4. A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL	6 578	7 002	7 440	7 893	8 430	8 997	9 595	55 935
5. ADMINISTRAÇÃO ⁽²⁾	7 039	7 380	7 525	7 882	8 091	8 523	9 095	55 535
6. COMPENSAÇÕES	445	207	210					862
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	124 457	132 797	134 722	140 978	142 272	148 049	152 502	975 777
em percentagem do RNB ⁽³⁾	1,02 %	1,08 %	1,16 %	1,18 %	1,15 %	1,13 %	1,15 %	1,12 %
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE PAGAMENTO	122 190	129 681	120 445	134 289	133 700	141 360	143 911	925 576
em percentagem do RNB ⁽³⁾	1,00 %	1,05 %	1,04 %	1,12 %	1,08 %	1,08 %	1,08 %	1,06 %
Margem disponível	0,24%	0,19 %	0,20 %	0,11 %	0,15 %	0,15 %	0,15 %	0,17 %
Limite máximo dos recursos próprios em percentagem do RNB	1,24 %	1,24 %	1,24 %	1,23 %	1,23 %	1,23 %	1,23 %	1,23 %

(1) Esta quantia ainda não tem em consideração a modulação e outras transferências para o desenvolvimento rural.

(2) As despesas com pensões incluídas no limite máximo desta rubrica são calculadas líquidas das contribuições do pessoal para o regime correspondente, dentro do limite de 500 milhões de EUR a preços de 2004 para o período 2007-2013.

(3) Os dados têm por base o ajustamento técnico do quadro financeiro para 2013 em função da evolução do RNB, adotado pela Comissão em 20 de abril de 2012 (COM(2012) 184).

5.2. Anexo II — Projeto de orçamento de 2013 por rubrica do quadro financeiro

5.2.1. Projeto de orçamento de 2013 por rubrica do quadro financeiro (dados agregados)

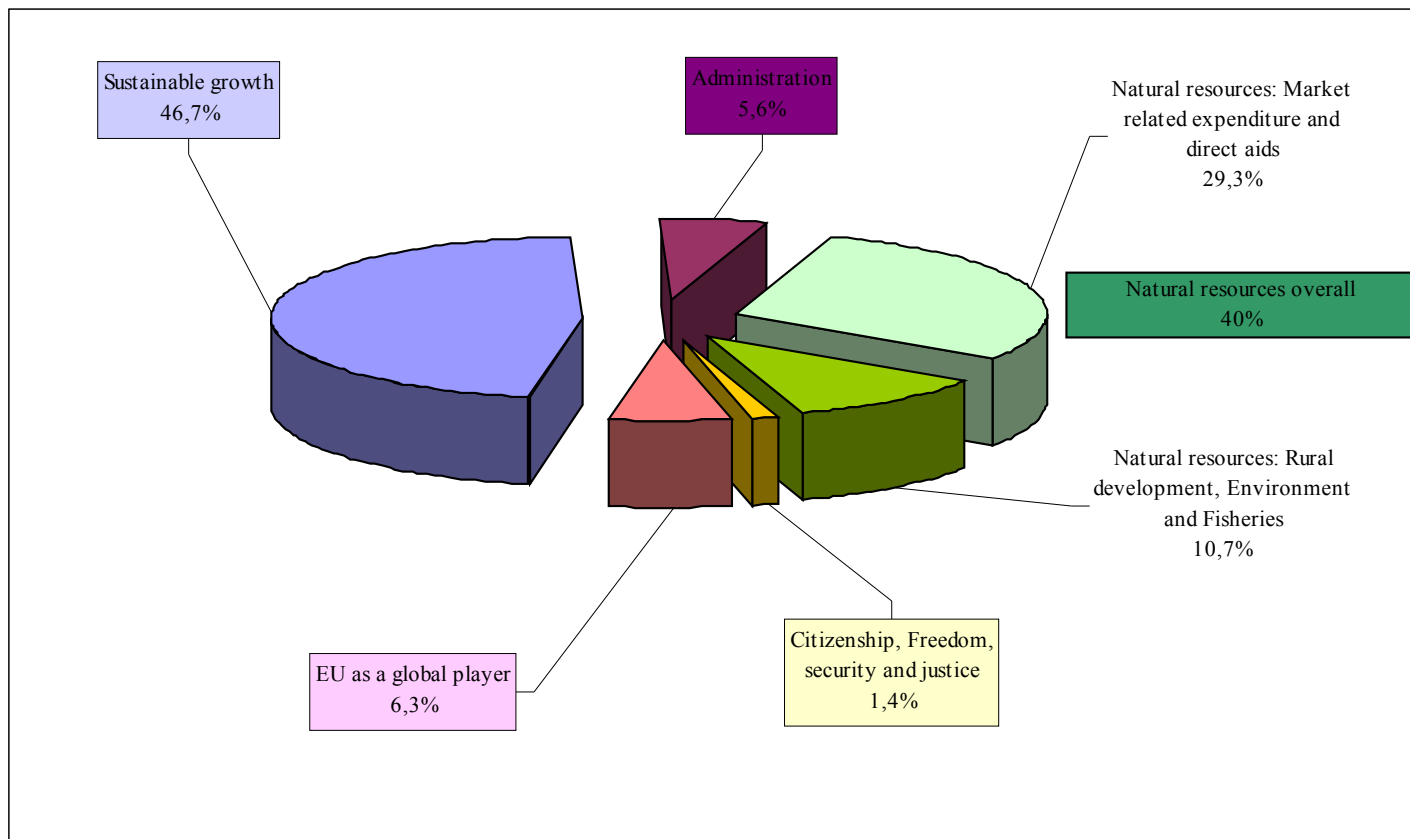
	Orçamento		Quadro Financeiro		Projeto de orçamento		Diferença		Diferença	
	2012 ⁽¹⁾		2013		2013		2013 / 2012		2013 – 2012	
	(1)		(2)		(3)		(3 / 1)		(3 – 1)	
	EUR		EUR		EUR		%		EUR	
	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP
1. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	68 155 576 141	55 318 662 427	70 147 000 000		70 530 996 883	62 527 845 408	3,5%	13,0%	2 375 420 742	7 209 182 981
Margem ⁽²⁾					116 003 117					
— Competitividade para o crescimento e o emprego	15 403 000 000	11 482 916 106	15 623 000 000		16 032 047 846	13 552 811 245	4,1%	18,0%	629 047 846	2 069 895 139
Margem ⁽²⁾					90 952 154					
— Coesão para o crescimento e o emprego	52 752 576 141	43 835 746 321	54 524 000 000		54 498 949 037	48 975 034 163	3,3%	11,7%	1 746 372 896	5 139 287 842
Margem					25 050 963					
2. PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	59 975 774 185	57 034 220 262	61 289 000 000		60 282 441 416	57 939 809 132	0,5%	1,6%	306 667 231	905 588 870
Dos quais: despesas de mercado e pagamentos diretos	43 969 637 305	43 875 978 049	48 574 000 000		44 100 548 610	44 083 131 204	0,3%	0,5%	130 911 305	207 153 155
Margem					1 006 558 584					
Dos quais: despesas de mercado e pagamentos diretos ⁽³⁾					838 441 390					
3. CIDADANIA, LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA (4)	2 083 305 022	1 502 339 740	2 376 000 000		2 081 641 200	1 574 600 126	-0,1%	4,8%	-1 663 822	72 260 386
Margem					294 358 800					
— Liberdade, segurança e justiça	1 367 806 560	835 577 878	1 661 000 000		1 392 227 200	928 328 376	1,8%	11,1%	24 420 640	92 750 498
Margem					268 772 800					
— Cidadania (5)	715 498 462	666 761 862	715 000 000		689 414 000	646 271 750	-3,6%	-3,1%	-26 084 462	-20 490 112
⁽³⁾					25 586 000					
4. A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL	9 405 937 000	6 955 083 523	9 595 000 000		9 467 168 711	7 311 588 051	0,7%	5,1%	61 231 711	356 504 528
Margem ⁽⁶⁾					391 946 289					
5. ADMINISTRAÇÃO	8 279 641 996	8 277 736 996	9 095 000 000		8 544 418 496	8 545 518 496	3,2%	3,2%	264 776 500	267 781 500
Margem ⁽⁷⁾					636 581 504					
6. COMPENSAÇÕES	p.m.	p.m.			p.m.	p.m.	0,0%	0,0%		
Margem										
Total	147 900 234 344	129 088 042 948	152 502 000 000	143 911 000 000	150 906 666 706	137 899 361 213	2,0%	6,8%	3 006 432 362	8 811 318 265
Margem ^(8,9)					2 445 448 294	6 207 638 787				
Dotações em % do RNB ⁽¹⁰⁾	1,15 %	1,00 %	1,14 %	1,08 %	1,13 %	1,03 %				

(1) O orçamento de 2012 inclui o orçamento retificativo n.º 1 e os projetos de orçamentos retificativos n.ºs 2 e 3.

(2) A margem da rubrica 1A não tem em conta as dotações relacionadas com o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (500 milhões de EUR).

- (3) Após a transferência da modulação para o desenvolvimento rural e dos setores do algodão e vitivinícola para a reestruturação das respetivas regiões (3 635,0 milhões de EUR).
- (4) Se o Fundo de Solidariedade da UE for excluído desta comparação para a rubrica 3, as dotações de autorização e de pagamento aumentam respetivamente 0,8 % e 6,1 %.
- (5) Se o Fundo de Solidariedade da UE for excluído desta comparação para a rubrica 3B, as dotações de autorização e de pagamento diminuem respetivamente 1,2 % e 0,4 %.
- (6) A margem da rubrica 4 não tem em conta as dotações relacionadas com a Reserva para Ajudas de Emergência (264,1 milhões de EUR).
- (7) Quanto ao cálculo da margem abaixo do limite máximo da rubrica 5, tem-se em conta a nota 1 do quadro financeiro para 2007-2013 relativamente a uma quantia de 86 milhões de EUR a título das contribuições do pessoal para o financiamento do regime de pensões.
- (8) A margem global relativa às autorizações não tem em conta as dotações relacionadas com o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (500 milhões de EUR), a Reserva para Ajudas de Emergência (264,1 milhões de EUR) e as contribuições do pessoal para o regime de pensões (86 milhões de EUR).
- (9) A margem global relativa aos pagamentos não tem em conta as dotações relacionadas com a Reserva para Ajudas de Emergência (110 milhões de EUR) e com as contribuições do pessoal para o regime de pensões (86 milhões de EUR).
- (10) O PO baseia-se nas previsões de 21 de maio de 2012 do RNB emitidas após a reunião do Comité Consultivo dos Recursos Próprios (CCRP).

Dados por rubrica do quadro financeiro, em dotações de autorização (dados agregados)



5.2.2. Projeto de orçamento de 2013 por rubrica do quadro financeiro (dados pormenorizados)

	Orçamento		Quadro Financeiro		Projeto de orçamento		Diferença		Diferença	
	2012 ⁽¹⁾		2013		2013		2013 / 2012		2013 – 2012	
	(1)		(2)		(3)		(3 / 1)		(3 – 1)	
	EUR		EUR		EUR		%		EUR	
	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP
1. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	68 155 576 141	55 318 662 427	70 147 000 000		70 530 996 883	62 527 845 408	3,5%	13,0%	2 375 420 742	7 209 182 981
Margem ⁽²⁾					116 003 117					
1A. Competitividade para o crescimento e o emprego	15 403 000 000	11 482 916 106	15 623 000 000		16 032 047 846	13 552 811 245	4,1%	18,0%	629 047 846	2 069 895 139
Margem ⁽²⁾					90 952 154					
— Sétimo Programa-Quadro de Investigação	10 211 961 606	7 003 460 600			10 837 153 795	8 969 343 416	6,1%	28,1%	625 192 189	1 965 882 816
— Desmantelamento	29 403 800	25 856 656			30 900 000	31 500 000	5,1%	21,8%	1 496 200	5 643 344
— RTE	1 360 035 119	823 039 534			1 446 305 000	793 467 280	6,3%	-3,6%	86 269 881	-29 572 254
— Projetos no domínio da energia para o relançamento da economia	p.m.	767 617 749			0	490 878 254	0,0%	-36,1%	0	-276 739 495
— EGNOS e Galileo	171 000 000	366 900 430			1 000 000	361 000 000	-99,4%	-1,6%	-170 000 000	-5 900 430
— Marco Polo	64 508 800	26 305 740			61 675 000	51 675 000	-4,4%	96,4%	-2 833 800	25 369 260
— Aprendizagem ao longo da vida e Erasmus Mundus	1 247 238 000	1 024 547 926			1 239 576 000	1 185 959 000	-0,6%	15,8%	-7 662 000	161 411 074
— Programa-Quadro para a Competitividades e a Inovação (PCI)	614 370 600	369 664 992			659 120 000	546 405 000	7,3%	47,8%	44 749 400	176 740 008
— Agenda de política social	196 170 000	161 721 520			197 081 000	170 097 408	0,5%	5,2%	911 000	8 375 888
— Alfândega 2013 e Fiscalis 2013	82 332 000	50 123 558			84 132 000	61 132 000	2,2%	22,0%	1 800 000	11 008 442
— Desmantelamento nuclear	259 904 000	208 667 747			267 000 000	190 000 000	2,7%	-8,9%	7 096 000	-18 667 747
— Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização	500 000 000	50 000 000			500 000 000	50 000 000	0,0%	0,0%		
— Outras ações e programas	417 028 400	353 652 906			445 658 310	393 087 485	6,9%	11,2%	28 629 910	39 434 579
— Agências descentralizadas	249 047 675	251 356 748			262 446 741	258 266 402	5,4%	2,7%	13 399 066	6 909 654
1B. Coesão para o crescimento e o emprego	52 752 576 141	43 835 746 321	54 524 000 000		54 498 949 037	48 975 034 163	3,3%	11,7%	1 746 372 896	5 139 287 842
Margem					25 050 963					
— Fundos estruturais	40 945 861 563	35 062 057 685			42 144 749 037	39 293 700 000	2,9%	12,1%	1 198 887 474	4 231 642 315
— Objetivo da convergência	32 303 313 367	28 122 000 000			33 359 355 155	31 224 000 000	3,3%	11,0%	1 056 041 788	3 102 000 000
— Objetivo de competitividade regional e de emprego	7 202 942 076	5 917 797 130			7 329 295 906	6 819 000 000	1,8%	15,2%	126 353 830	901 202 870
— Objetivo de cooperação territorial europeia	1 352 006 120	953 160 555			1 369 097 976	1 177 200 000	1,3%	23,5%	17 091 856	224 039 445
— Assistência técnica	87 600 000	69 100 000			87 000 000	73 500 000	-0,7%	6,4%	-600 000	4 400 000
— Outras ações e programas	13 700 000	12 100 000			p.m.	5 134 163	-100,0%	-57,6%	-13 700 000	-6 965 837
— Fundo de Coesão	11 793 014 578	8 761 588 636			12 354 200 000	9 676 200 000	4,8%	10,4%	561 185 422	914 611 364
2. PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	59 975 774 185	57 034 220 262	61 289 000 000		60 282 441 416	57 939 809 132	0,5%	1,6%	306 667 231	905 588 870
Dos quais: despesas de mercado e pagamentos diretos	43 969 637 305	43 875 978 049	48 574 000 000		44 100 548 610	44 083 131 204	0,3%	0,5%	130 911 305	207 153 155

<i>Margem</i>					1 006 558 584					
<i>Dos quais: despesas de mercado e pagamentos diretos</i> ⁽³⁾					838 441 390					
— Despesas de mercado e ajudas diretas	43 969 637 305	43 875 978 049			44 100 548 610	44 083 131 204	0,3%	0,5%	130 911 305	207 153 155
— Mercados agrícolas	43 603 370 537	43 601 329 559			43 798 656 842	43 804 236 204	0,4%	0,5%	195 286 305	202 906 645
— Mercado da pesca	30 496 768	29 136 025			27 221 768	27 225 000	-10,7%	-6,6%	-3 275 000	-1 911 025
— Saúde animal e fitossanidade	335 770 000	245 512 465			274 670 000	251 670 000	-18,2%	2,5%	-61 100 000	6 157 535
— Desenvolvimento rural	14 616 899 442	12 092 985 808			14 808 455 797	12 748 563 000	1,3%	5,4%	191 556 355	655 577 192
— Fundo Europeu das Pescas	672 725 602	487 852 069			687 157 712	523 450 000	2,1%	7,3%	14 432 110	35 597 931
— Gestão das pescas e acordos internacionais	282 315 000	235 116 737			262 325 000	241 372 000	-7,1%	2,7%	-19 990 000	6 255 263
— Life +	354 755 000	254 356 763			366 591 000	273 350 000	3,3%	7,5%	11 836 000	18 993 237
— Outras ações e programas	30 500 000	37 989 000			5 000 000	17 579 631	-83,6%	-53,7%	-25 500 000	-20 409 369
— Agências descentralizadas	48 941 836	49 941 836			52 363 297	52 363 297	7,0%	4,8%	3 421 461	2 421 461
3. CIDADANIA, LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA (4)	2 083 305 022	1 502 339 740	2 376 000 000		2 081 641 200	1 574 600 126	-0,1%	4,8%	-1 663 822	72 260 386
<i>Margem</i>					294 358 800					
3A. Liberdade, segurança e justiça	1 367 806 560	835 577 878	1 661 000 000		1 392 227 200	928 328 376	1,8%	11,1%	24 420 640	92 750 498
<i>Margem</i>					268 772 800					
— Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios	797 190 000	414 343 273			909 560 000	489 130 000	14,1%	18,0%	112 370 000	74 786 727
— Segurança e proteção das liberdades	141 650 000	43 250 243			66 150 000	43 750 000	-53,3%	1,2%	-75 500 000	499 757
— Direitos fundamentais e justiça	82 200 000	58 610 660			81 900 000	65 180 016	-0,4%	11,2%	-300 000	6 569 356
— Outras ações e programas	71 080 000	59 207 142			52 500 000	57 714 160	-26,1%	-2,5%	-18 580 000	-1 492 982
— Agências descentralizadas	275 686 560	260 166 560			282 117 200	272 554 200	2,3%	4,8%	6 430 640	12 387 640
3B. Cidadania (5)	715 498 462	666 761 862	715 000 000		689 414 000	646 271 750	-3,6%	-3,1%	-26 084 462	-20 490 112
<i>Margem</i>					25 586 000					
— Saúde pública e programa de defesa do consumidor	77 640 000	74 750 000			79 000 000	70 500 000	1,8%	-5,7%	1 360 000	-4 250 000
— Cultura 2007-2013	59 053 000	51 050 000			59 906 000	51 550 000	1,4%	1,0%	853 000	500 000
— Juventude em Ação	140 388 000	123 780 000			141 230 000	129 780 000	0,6%	4,8%	842 000	6 000 000
— Media 2007	112 477 000	105 560 000			113 409 000	106 400 000	0,8%	0,8%	932 000	840 000
— Europa para os cidadãos	28 450 000	28 230 000			26 580 000	28 750 000	-6,6%	1,8%	-1 870 000	520 000
— Instrumento Financeiro para a Proteção Civil	18 250 000	14 250 000			18 500 000	15 300 000	1,4%	7,4%	250 000	1 050 000
— Ações de comunicação	93 760 000	86 120 000			93 736 000	88 100 000	0,0%	2,3%	-24 000	1 980 000
— Fundo Europeu de Solidariedade	18 061 682	18 061 682			p.m.	p.m.	-100,0%	-100,0%	-18 061 682	-18 061 682
— Outras ações e programas	35 612 000	35 974 400			25 992 000	27 294 750	-27,0%	-24,1%	-9 620 000	-8 679 650
— Agências descentralizadas	131 806 780	128 985 780			131 061 000	128 597 000	-0,6%	-0,3%	-745 780	-388 780
4. A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL	9 405 937 000	6 955 083 523	9 595 000 000		9 467 168 711	7 311 588 051	0,7%	5,1%	61 231 711	356 504 528
<i>Margem</i> ⁽⁶⁾					391 946 289					
— Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA)	1 865 925 450	1 349 296 525			1 863 517 789	1 633 542 640	-0,1%	21,1%	-2 407 661	284 246 115

— Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP)	2 323 528 576	1 318 124 311			2 367 782 527	1 471 614 454	1,9%	11,6%	44 253 951	153 490 143
— Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD)	2 584 156 944	2 048 336 110			2 618 879 755	2 041 718 457	1,3%	-0,3%	34 722 811	-6 617 653
— Instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento	24 121 000	19 954 828			24 500 000	19 100 000	1,6%	-4,3%	379 000	-854 828
— Instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (ICI+)	30 500 000	8 361 937			48 500 000	17 500 000	59,0%	109,3%	18 000 000	9 138 063
— Democracia e direitos humanos	176 125 000	154 008 116			175 567 000	139 981 000	-0,3%	-9,1%	-558 000	-14 027 116
— Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear	77 330 000	66 184 313			78 876 000	70 805 000	2,0%	7,0%	1 546 000	4 620 687
— Instrumento de Estabilidade	309 278 000	200 392 185			330 417 000	216 100 000	6,8%	7,8%	21 139 000	15 707 815
— Ajuda humanitária	848 978 500	792 087 438			865 257 000	828 151 000	1,9%	4,6%	16 278 500	36 063 562
— Assistência macrofinanceira	95 550 000	79 050 000			100 000 000	97 000 000	4,7%	22,7%	4 450 000	17 950 000
— Política Externa e de Segurança Comum (PESC)	362 964 000	302 777 340			396 332 000	320 500 000	9,2%	5,9%	33 368 000	17 722 660
— Garantias da CE para operações de empréstimo	260 170 000	260 170 000			155 660 000	155 660 000	-40,2%	-40,2%	-104 510 000	-104 510 000
— Reserva para Ajudas de Emergência	258 937 000	90 000 000			264 115 000	110 000 000	2,0%	22,2%	5 178 000	20 000 000
— Outras ações e programas	168 328 000	246 295 890			157 738 140	169 389 000	-6,3%	-31,2%	-10 589 860	-76 906 890
— Agências descentralizadas	20 044 530	20 044 530			20 026 500	20 526 500	-0,1%	2,4%	-18 030	481 970
5. ADMINISTRAÇÃO	8 279 641 996	8 277 736 996	9 095 000 000		8 544 418 496	8 545 518 496	3,2%	3,2%	264 776 500	267 781 500
Margem ⁽⁷⁾					636 581 504					
— Comissão	3 324 165 308	3 322 160 308			3 372 428 986	3 373 528 986	1,5%	1,5%	48 263 678	51 368 678
— Outras instituições	3 463 736 821	3 463 836 821			3 578 202 934	3 578 202 934	3,3%	3,3%	114 466 113	114 366 113
— Parlamento Europeu	1 717 868 121	1 717 868 121			1 759 391 671	1 759 391 671	2,4%	2,4%	41 523 550	41 523 550
— Conselho Europeu e Conselho	533 920 000	533 920 000			540 511 300	540 511 300	1,2%	1,2%	6 591 300	6 591 300
— Tribunal de Justiça da União Europeia	348 335 000	348 335 000			377 526 000	377 526 000	8,4%	8,4%	29 191 000	29 191 000
— Tribunal de Contas	142 476 614	142 476 614			144 709 250	144 709 250	1,6%	1,6%	2 232 636	2 232 636
— Comité Económico e Social Europeu	128 816 588	128 816 588			132 724 731	132 724 731	3,0%	3,0%	3 908 143	3 908 143
— Comité das Regiões	86 503 483	86 503 483			89 049 193	89 049 193	2,9%	2,9%	2 545 710	2 545 710
— Provedor de Justiça Europeu	9 516 500	9 516 500			9 887 000	9 887 000	3,9%	3,9%	370 500	370 500
— Autoridade Europeia para a Proteção de Dados	7 624 090	7 624 090			7 768 219	7 768 219	1,9%	1,9%	144 129	144 129
— Serviço Europeu para a Ação Externa	488 676 425	488 776 425			516 635 570	516 635 570	5,7%	5,7%	27 959 145	27 859 145
— Pensões (todas as instituições)	1 322 513 857	1 322 513 857			1 413 057 000	1 413 057 000	6,8%	6,8%	90 543 143	90 543 143
— Escolas Europeias	169 226 010	169 226 010			180 729 576	180 729 576	6,8%	6,8%	11 503 566	11 503 566
6. COMPENSAÇÕES	p.m.	p.m.			p.m.	p.m.	0,0%	0,0%		
Margem										
Total	147 900 234 344	129 088 042 948	152 502 000 000	143 911 000 000	150 906 666 706	137 899 361 213	2,0%	6,8%	3 006 432 362	8 811 318 265

Margem ^(8,9)					2 445 448 294	6 207 638 787				
Dotações em % do RNB ⁽¹⁰⁾	1,15 %	1,00 %	1,14 %	1,08 %	1,13 %	1,03 %				

(1) O orçamento de 2012 inclui o orçamento retificativo n.º 1 e os projetos de orçamentos retificativos n.ºs 2 e 3.

(2) A margem da rubrica 1A não tem em conta as dotações relacionadas com o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (500 milhões de EUR).

(3) Após a transferência da modulação para o desenvolvimento rural e dos setores do algodão e vitivinícola para a reestruturação das respetivas regiões (3 635,0 milhões de EUR).

(4) Se o Fundo de Solidariedade da UE for excluído desta comparação para a rubrica 3, as dotações de autorização e de pagamento aumentam respetivamente 0,8 % e 6,1 %.

(5) Se o Fundo de Solidariedade da UE for excluído desta comparação para a rubrica 3B, as dotações de autorização e de pagamento diminuem respetivamente 1,2 % e 0,4 %.

(6) A margem da rubrica 4 não tem em conta as dotações relacionadas com a Reserva para Ajudas de Emergência (264,1 milhões de EUR).

(7) Quanto ao cálculo da margem abaixo do limite máximo da rubrica 5, tem-se em conta a nota 1 do quadro financeiro para 2007-2013 relativamente a uma quantia de 86 milhões de EUR a título das contribuições do pessoal para o financiamento do regime de pensões.

(8) A margem global relativa às autorizações não tem em conta as dotações relacionadas com o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (500 milhões de EUR), a Reserva para Ajudas de Emergência (264,1 milhões de EUR) e as contribuições do pessoal para o regime de pensões (86 milhões de EUR).

(9) A margem global relativa aos pagamentos não tem em conta as dotações relacionadas com a Reserva para Ajudas de Emergência (110 milhões de EUR) e com as contribuições do pessoal para o regime de pensões (86 milhões de EUR).

(10) O PO baseia-se nas previsões de 21 de maio de 2012 do RNB emitidas após a reunião do Comité Consultivo dos Recursos Próprios (CCRP).

5.3. Anexo III — Projeto de orçamento de 2013 por domínio de intervenção e rubrica do quadro financeiro

5.3.1. Projeto de orçamento de 2013 por domínio de intervenção (incluindo Recursos humanos)

(dotações de autorização, em milhões de EUR, em lugares e/ou pessoa/anos)

Designação	Orçamento		Projeto de orçamento		Diferença	
	2012 ⁽¹⁾		2013		2013-2012	
	Dotações de autorização	Recursos humanos (2)	Dotações de autorização	Recursos humanos (2)	Dotações de autorização	Recursos humanos (2)
	1	2	3	4	3/1	4-2
01 Assuntos económicos e financeiros	611,0	698	559,1	758	-8,5%	60
02 Empresa	1 150,7	984	1 145,2	964	-0,5%	-20
03 Concorrência	91,5	883	93,7	872	2,4%	-11
04 Emprego e assuntos sociais	11 580,9	786	11 998,5	777	3,6%	-9
05 Agricultura e desenvolvimento rural	58 587,0	1 120	58 994,3	1 104	0,7%	-16
06 Mobilidade e transportes	1 664,2	509	1 740,5	499	4,6%	-10
07 Ambiente e ação climática	491,9	718	496,0	713	0,8%	-5
08 Investigação	6 580,0	1 808	6 859,9	1 784	4,3%	-24
09 Sociedade da informação e <i>Media</i>	1 677,7	1 124	1 805,5	1 114	7,6%	-10
10 Investigação direta	410,9	2 745	424,1	2 691	3,2%	-54
11 Assuntos marítimos e pescas	1 033,0	368	1 023,2	362	-0,9%	-6
12 Mercado interno	100,9	609	103,2	613	2,2%	4
13 Política regional	42 063,3	763	43 380,2	744	3,1%	-19
14 Fiscalidade e união aduaneira	142,8	534	145,4	527	1,8%	-7
15 Educação e cultura	2 695,7	643	2 763,8	631	2,5%	-12
16 Comunicação	262,0	1 079	261,9	1 089	0,0%	10
17 Saúde e defesa do consumidor	686,4	941	630,5	924	-8,1%	-17
18 Assuntos internos	1 263,9	365	1 293,4	356	2,3%	-9
19 Relações externas ⁽³⁾	4 816,1	197	4 889,0	202	1,5%	5
20 Comércio ⁽³⁾	104,2	749	108,6	740	4,2%	-9
21 Desenvolvimento e relações com os países ACP ^{(3),(4)}	1 497,7	3 202	1 567,6	3 133	4,7%	-69
22 Alargamento ⁽³⁾	1 087,5	898	1 059,8	871	-2,5%	-27
23 Ajuda humanitária	899,7	280	918,7	284	2,1%	4
24 Luta contra a fraude	78,8	431	80,0	438	1,5%	7
25 Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico	193,6	1 566	195,6	1 550	1,1%	-16
26 Administração da Comissão	1 023,4	3 791	1 035,9	3 720	1,2%	-71
27 Orçamento ⁽⁵⁾	68,5	474	68,2	605	-0,4%	131
28 Auditoria	11,8	112	12,1	111	2,5%	-1
29 Estatísticas	134,1	801	135,2	781	0,8%	-20
30 Pensões e despesas conexas	1 334,5	0	1 422,9	0	6,6%	
31 Serviços linguísticos	397,9	3 918	402,8	3 879	1,2%	-39
32 Energia	718,1	655	733,6	640	2,2%	-15
33 Justiça	217,6	350	215,8	346	-0,8%	-4
40 Reservas	758,9	0	764,1	0	0,7%	
Total	144 436,5	34 101	147 328,5	33 822	2,0%	-279
Outras instituições (excluindo as pensões)	3 463,7		3 578,2			
Total geral	147 900,2	34 101	150 906,7	33 822	2,0%	-279

(1) O orçamento de 2012 inclui o orçamento retificativo n.º 1 e os projetos de orçamentos retificativos n.ºs 2 e 3.

(2) Cobre os lugares do quadro do pessoal e todas as dotações para pessoal externo, expressos em estimativas de equivalente a tempo completo.

(3) Inclui os agentes da Comissão que trabalham nas delegações da União abrangidas pelo domínio de intervenção em causa. O domínio de intervenção 19 «Relações externas» abrange também os lugares nas delegações de serviços não relacionados com a ação externa.

(4) Inclui o pessoal contratado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento.

(5) Os dados relativos aos recursos humanos do domínio de intervenção 27 «Orçamento» incluem os efetivos (108 lugares e 23 unidades equivalentes a tempo completo de pessoal externo) necessários para o gabinete do novo membro croata da Comissão e outros agentes ainda por reafetar a um domínio específico. Esta reafetação diz respeito, nomeadamente, ao imperativo de assegurar, no âmbito da redução total de efetivos de 1 %, a capacidade administrativa adequada aos serviços da Comissão no que diz respeito às ações relacionadas com os Estados-Membros que beneficiam de assistência financeira, cujas necessidades não eram ainda completamente previsíveis

aquando da elaboração do projeto de orçamento de 2013.

5.3.2. Projeto de orçamento de 2013 por domínio de intervenção e rubrica do quadro financeiro

Domínio de intervenção	Total	1. Crescimento sustentável		2. Preservação e gestão dos recursos naturais	3. Cidadania, liberdade, segurança e justiça		A UE como protagonista global	5. Administração
		1A. Competitividade	1B. Coesão		3A. Liberdade, segurança e justiça	3B. Cidadania		
01 Assuntos económicos e financeiros	559,1	210,7					255,7	92,7
02 Empresa	1 145,2	1 058,8		p.m.		p.m.		86,4
03 Concorrência	93,7							93,7
04 Emprego e assuntos sociais	11 998,5	199,0	11 610,6				114,5	74,5
05 Agricultura e desenvolvimento rural	58 994,3			58 607,1			266,0	121,2
06 Mobilidade e transportes	1 740,5	1 697,8						42,6
07 Ambiente e ação climática	496,0			415,0			3,5	77,5
08 Investigação	6 859,9	6 849,6						10,3
09 Sociedade da informação e <i>Media</i>	1 805,5	1 757,8				1,0		46,8
10 Investigação direta	424,1	424,1						p.m.
11 Assuntos marítimos e pescas	1 023,2			985,6				37,6
12 Mercado interno	103,2	39,2						64,0
13 Política regional	43 380,2	p.m.	42 807,6			p.m.	503,4	69,3
14 Fiscalidade e união aduaneira	145,4	87,8					1,3	56,4
15 Educação e cultura	2 763,8	2 339,3				330,4	21,4	72,7
16 Comunicação	261,9					129,5		132,4
17 Saúde e defesa do consumidor	630,5	39,2		274,7		210,1	0,5	106,1
18 Assuntos internos	1 293,4					1 255,7		37,6
19 Relações externas	4 889,0		80,8				4 786,1	22,1
20 Comércio	108,6						13,9	94,7
21 Desenvolvimento e relações com os países ACP	1 567,6						1 343,2	224,4
22 Alargamento	1 059,8					p.m.	1 017,2	42,6
23 Ajuda humanitária	918,7			p.m.		18,5	873,3	27,0
24 Luta contra a fraude	80,0	21,7						58,3
25 Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico	195,6							195,6
26 Administração da Comissão	1 035,9	40,8						995,1
27 Orçamento	68,2	p.m.						68,2
28 Auditoria	12,1							12,1
29 Estatísticas	135,2	57,2						78,0
30 Pensões e despesas conexas	1 422,9							1 422,9
31 Serviços linguísticos	402,8							402,8
32 Energia	733,6	666,0		—			3,2	64,4
33 Justiça	215,8	43,1				136,5		36,2
40 Reservas	764,1	500,0				p.m.	264,1	p.m.
Total	147 328,5	16 032,0	54 498,9	60 282,4	1 392,2	689,4	9 467,2	4 966,2
Outras instituições (excluindo as pensões)	3 578,2							3 578,2
Total geral	150 906,7	16 032,0	54 498,9	60 282,4	1 392,2	689,4	9 467,2	8 544,4
Limites máximos	152 502,0	15 623,0	54 524,0	61 289,0	1 661,0	715,0	9 595,0	9 095,0
Margem (*)	2 445,4	91,0	25,1	1 006,6	268,8	25,6	391,9	636,6

(*) A margem da rubrica 1A não tem em conta as dotações relativas ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (500 milhões de EUR).

A margem da rubrica 4 não tem em conta as dotações relacionadas com a Reserva para Ajudas de Emergência (264,1 milhões de EUR).

Para calcular a margem abaixo do limite máximo da rubrica 5, tem-se em conta a nota (1) do quadro financeiro para 2007-2013 relativamente a uma quantia de 86 milhões de EUR de contribuições do pessoal para o regime de pensões.

5.4. Anexo IV — Programação financeira

5.4.1. Resumo global

(a preços correntes, em milhões de EUR)

RUBRICA 1A – COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO	Orçamento	
	2012	Projeto de orçamento 2013
Programas objeto de codecisão	13 259,824	14 076,226
Decisões do Conselho	1 639,080	1 460,748
Agências descentralizadas	229,048	239,784
Prerrogativas	77,987	71,735
Projetos-piloto e ações preparatórias	25,900	7,500
Outros	171,161	176,055
Total	15 403,000	16 032,048
Do qual, Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização	500,000	500,000
Do qual, Instrumento de Flexibilidade	50,000	
Total líquido	14 853,000	15 532,048
Limite máximo do quadro financeiro	14 853,000	15 623,000
	Margem	90,952
RUBRICA 1B – COESÃO PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO	Orçamento	
	2012	Projeto de orçamento 2013
Programas objeto de codecisão	52 738,876	54 498,949
Projetos-piloto e ações preparatórias	11,200	
Outros	2,500	
Total	52 752,576	54 498,949
Limite máximo do quadro financeiro	52 761,000	54 524,000
	Margem	8,424
		25,051
RUBRICA 2 – PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	Orçamento	
	2012	Projeto de orçamento 2013
Programas objeto de codecisão	371,415	366,791
Decisões do Conselho	59 524,917	59 883,357
Agências descentralizadas	48,942	52,363
Projetos-piloto e ações preparatórias	30,500	5,000
Total	59 975,774	60 307,511
Limite máximo do quadro financeiro	60 810,000	61 289,000
	Margem	834,226
		981,489
RUBRICA 3A – LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	Orçamento	
	2012	Projeto de orçamento 2013
Programas objeto de codecisão	556,210	622,080
Decisões do Conselho	511,050	473,800
Agências descentralizadas	275,687	282,117
Prerrogativas	6,800	7,000
Projetos-piloto e ações preparatórias	9,500	
Outros	8,560	7,230
Total	1 367,807	1 392,227
Limite máximo do quadro financeiro	1 406,000	1 661,000
	Margem	38,193
		268,773
RUBRICA 3B — CIDADANIA	Orçamento	
	2012	Projeto de orçamento 2013
Programas objeto de codecisão	436,950	439,067
Decisões do Conselho	18,250	18,500
Agências descentralizadas	131,807	131,061
Prerrogativas	99,830	99,486

Projetos-piloto e ações preparatórias	10,250	
Outros	18,412	1,300
Total	715,498	689,414
Do qual, Fundo de Solidariedade da União Europeia		
Total líquido	715,498	689,414
Limite máximo do quadro financeiro	699,000	715,000
	Margem	1,563
		25,586
RUBRICA 4 – A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL	Orçamento	Projeto de orçamento
	2012	2013
Programas objeto de codecisão	6 535,569	6 674,750
Decisões do Conselho	2 720,379	2 654,542
Agências descentralizadas	20,045	20,026
Prerrogativas	67,586	71,655
Projetos-piloto e ações preparatórias	12,900	3,000
Outros	49,458	43,195
Total	9 405,937	9 467,169
Do qual, Reserva para Ajudas de Emergência	258,937	264,115
Do qual, Fundo de Solidariedade da União Europeia		
Do qual, Instrumento de Flexibilidade	150,000	
Total líquido	8 997,000	9 203,054
Limite máximo do quadro financeiro	8 997,000	9 595,000
	Margem	391,946
RUBRICA 5 — ADMINISTRAÇÃO	Orçamento	Projeto de orçamento
	2012	2013
Despesas da Comissão, excluindo pensões e Escolas Europeias	3 324,165	3 372,429
Despesas de outras instituições, excluindo pensões	3 463,737	3 578,203
Pensões (todas as instituições)	1 322,514	1 413,057
Escolas Europeias	169,226	180,730
Total	8 279,642	8 544,418
Limite máximo do quadro financeiro	8 523,000	9 095,000
Contribuição do pessoal para o financiamento do regime de pensões	84,000	86,000
	Margem	327,358
		636,582
TOTAL GERAL POR RUBRICA DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL	Orçamento	Projeto de orçamento
	2012	2013
1A — Competitividade para o crescimento e o emprego	15 403,000	16 032,048
1B — Coesão para o crescimento e o emprego	52 752,576	54 498,949
2 — Preservação e gestão dos recursos naturais	59 975,774	60 307,511
3A — Liberdade, segurança e justiça	1 367,807	1 392,227
3B — Cidadania	715,498	689,414
4 — A UE como protagonista global	9 405,937	9 467,169
5 — Administração	8 279,642	8 544,418
Total	147 900,234	150 931,737

5.4.2. Quadro recapitulativo por programa

(a preços correntes, em milhões de EUR)

Designação da rubrica	Tipo	Período	Quantia de referência	Quantia total	Orçamento final					Orçamento	Projeto de orçamento
					2007	2008	2009	2010	2011		
(*)	(**)	(***)									
RUBRICA 1A – COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO					8 849,931	10 537,979	13 631,246	14 433,405	13 052,935	14 898,904	15 536,974
Programas objeto de codecisão					8 170,988	9 771,493	12 749,956	13 547,518	12 156,570	13 259,824	14 076,226
Sétimo programa-quadro de atividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração	co	(07-13)	50 521,000	50 230,208	5 082,007	5 594,278	6 152,592	6 932,938	7 977,302	8 839,986	9 651,105
Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI)	co	(07-13)	3 621,300	3 692,592	387,685	412,446	509,326	525,708	583,936	614,371	659,120
Programa para o Emprego e a Solidariedade Social (Progress)	co	(07-13)	683,250	676,410	81,900	95,720	102,580	108,716	93,630	96,760	97,104
Medidas antipoluição	co	(07-13)	154,000	147,062	25,000	18,000	18,446	20,500	22,453	20,000	22,663
Apoio para melhorar o desempenho ambiental do sistema de transporte de mercadorias (Marco Polo II)	co	(07-13)	450,000	409,740	56,000	39,080	64,971	63,940	59,565	64,509	61,675
Programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo)	co	(07-13)	3 005,000	3 002,000		910,000	829,658	894,400	195,942	171,000	1,000
Rede transeuropeia de transportes (RTE-T)	co	(07-13)	8 013,000	7 900,531	930,968	969,425	934,582	1 062,440	1 241,400	1 338,211	1 423,505
Redes transeuropeias de energia (RTE-E)	co	(07-13)	155,000	163,104	22,032	23,500	26,738	21,460	24,750	21,824	22,800
Proteção das crianças que utilizam a Internet e outras tecnologias da comunicação (Para uma Internet mais segura)	co	(06-08)	45,000	28,370	12,470	15,180	0,720				
Promover a utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha (Para uma Internet mais segura)	co	(09-13)	55,000	54,750			10,930	11,070	15,000	14,900	2,850
Programa destinado a tornar os conteúdos digitais na Europa mais acessíveis, utilizáveis e exploráveis (eContent Plus)	co	(06-08)	149,000	90,700	47,530	43,170					
Programa no domínio aduaneiro na Comunidade (Alfândega 2013)	co	(08-13)	323,800	302,846		43,000	49,500	51,450	50,632	54,132	54,132
Informatização do sistema de impostos especiais de consumo (EMCS)	co	(06-08)	35,000	12,800	7,300	5,500					
Fiscalis 2003-2007	co	(06-07)	67,250	16,500	16,500						
Programa destinado a melhorar o funcionamento dos sistemas de tributação no mercado interno (Fiscalis 2013)	co	(08-13)	156,900	152,700		20,600	22,100	24,000	27,800	28,200	30,000
Programa para o ensino superior e a compreensão intercultural com países terceiros (Erasmus Mundus)	co	(06-08)	230,000	525,644	59,200	95,300	371,144				
Programa para o ensino superior e a compreensão intercultural com países terceiros (Erasmus Mundus 2)	co	(09-13)	493,690	496,751			75,573	98,018	100,836	109,868	112,456
Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT)	co	(07-13)	308,700	304,089		2,900	5,800	30,200	62,800	79,324	123,065
Programa de ação no domínio da aprendizagem ao longo da vida (LLL)	co	(07-13)	6 970,000	7 059,258	847,571	898,978	984,120	1 009,300	1 054,799	1 137,370	1 127,120
Ações no domínio da proteção dos interesses financeiros da Comunidade (Hercule II)	co	(07-13)	98,525	98,875	13,725	13,800	14,000	14,100	15,000	14,250	14,000
Serviços pan-europeus de administração em linha (eGovernment) a administrações públicas, empresas e cidadãos (IDAbe)	co	(06-09)	148,700	71,400	30,000	21,800	19,600				
Soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias (ISA)	co	(10-13)	103,500	101,360				23,800	25,400	26,060	26,100

Produção de informações estatísticas	co	(06-07)	220,600	51,100	51,100						
Programa Estatístico Comunitário 2008-2012	co	(08-12)	274,200	253,005		48,816	52,120	50,019	54,150	47,900	
Programa Estatístico Europeu 2013-2017	pc	(13-17)		51,900							51,900
Modernização das Estatísticas Europeias das Empresas e do Comércio (MEETS)	co	(08-13)	42,500	39,486			5,455	10,655	9,436	8,660	5,280
Apoio a serviços financeiros e à auditoria	pc	(10-13)	38,700	28,500				6,000	7,350	7,500	7,650
Relançamento da economia: Apoio financeiro comunitário a projetos no domínio da energia (PREE)	co	(09-13)	3 980,000	3 980,000			2 000,000	1 980,000			
Instrumento microfinanceiro europeu para o emprego e a inclusão social	pc	(10-13)	100,000	101,950				25,250	25,000	25,000	26,700
Programa europeu de observação da Terra (Monitorização Global do Ambiente e da Segurança - GMES)	pc	(11-13)	107,000	106,000					10,000	40,000	56,000
Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)	co	(07-13)		3 251,226	18,611	49,036	52,349	500,000	371,222	500,000	500,000
Decisões do Conselho					678,943	766,486	881,290	885,887	896,365	1 639,080	1 460,748
Sétimo programa-quadro de atividades de investigação e formação em matéria nuclear (7.º PQ - Euratom)	dc	(07-11)	2 751,000	2 740,321	404,193	495,986	599,290	609,487	631,365		
Programa-quadro de atividades de investigação e formação em matéria nuclear (Euratom 2012)	pd	(12-13)		2 558,024						1 371,976	1 186,048
Exploração do reator de alto fluxo (HFR)	pd	(09-11)									
Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento de Bohunice)	dc	(07-13)	423,000	422,828	57,000	58,000	59,000	60,000	62,000	61,828	65,000
Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento de Ignalina)	dc	(07-13)	837,000	837,076	113,000	114,000	119,000	120,000	121,000	123,076	127,000
Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento de Kozloduy)	dc	(07-13)	300,000	527,000	74,000	76,000	77,000	75,000	75,000	75,000	75,000
Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007) - Para uma Sociedade Justa	dc	(06-07)	11,000	9,000	9,000						
Programa para a proteção do euro contra a contrafação (Pericles)	dc	(07-13)	7,000	6,900	1,000	1,000	1,000	0,900	1,000	1,000	1,000
Conclusão do Sistema de Informação Antifraude (AFIS)	dc	(00-07)		11,250	5,750		5,500				
Sistema de Informação Antifraude (AFIS)	dc	(08-13)	44,750	36,400		6,500	5,500	5,500	6,000	6,200	6,700
Contribuições financeiras para o Fundo Internacional para a Irlanda	dc	(07-10)	60,000	60,000	15,000	15,000	15,000	15,000			
RUBRICA 1B – COESÃO PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO					45 060,972	47 255,949	48 413,884	49 382,092	50 970,094	52 738,876	54 498,949
Programas objeto de codecisão					45 060,972	47 255,949	48 413,884	49 382,092	50 970,094	52 738,876	54 498,949
Total fundos estruturais	co	(07-13)		278 333,508	37 941,406	39 100,897	39 117,250	39 191,847	39 891,498	40 945,862	42 144,749
Total Fundo de Coesão	co	(07-13)		69 987,308	7 119,566	8 155,052	9 296,634	10 190,245	11 078,596	11 793,015	12 354,200
⁽¹⁾ Para a rubrica 1B, alguns valores dos orçamentos de 2007, 2008 e 2009 foram ajustados para ter em conta a reprogramação em conformidade com o ponto 48 do Acordo Interinstitucional.											
RUBRICA 2 – PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS					54 203,840	55 505,594	56 261,871	59 411,753	58 612,619	59 896,332	60 250,148
Programas objeto de codecisão					239,620	265,944	317,150	306,855	364,340	371,415	366,791
Instrumento Financeiro para o Ambiente (Life+)	co	(07-13)	2 143,409	2 192,115	239,620	265,944	317,150	306,855	341,200	354,755	366,591
Inquéritos sobre a estrutura das explorações agrícolas (incluindo «despesas de mercado e ajudas diretas»)	co	(08-13)	58,850	59,835		8,000	15,400	15,100	0,550	20,235	0,550
Política marítima integrada (PMI).	co	(11-13)	40,000	40,000					23,140	16,660	0,200
Decisões do Conselho					53 964,220	55 239,650	55 944,721	59 104,898	58 248,279	59 524,917	59 883,357
Despesas de mercado e ajudas diretas (após transferência para o desenvolvimento rural)	dc	(07-13)		299 173,310	42 310,161	41 006,490	41 045,696	43 819,775	42 891,202	43 969,637	44 130,349

RUBRICA 4 – A UNIÃO EUROPEIA COMO PROTAGONISTA GLOBAL <i>(sem Reserva para Ajudas de Emergência)</i>					6 466,146	7 378,753	7 880,370	8 006,800	8 611,962	8 997,011	9 065,177
Programas objeto de codecisão <i>(sem Reserva para Ajudas de Emergência)</i>					4 843,701	5 446,431	5 811,451	5 824,963	6 204,247	6 276,632	6 410,635
Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP)	co	(07-13)	11 181,000	13 393,781	1 653,020	1 675,319	1 616,938	1 775,629	1 975,987	2 326,262	2 370,628
Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD)	co	(07-13)	16 897,000	17 136,528	2 178,876	2 249,534	2 381,629	2 440,882	2 679,851	2 585,489	2 620,267
Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)	co	(07-13)	1 104,000	1 127,616	140,591	147,211	157,361	193,043	137,718	176,125	175,567
Instrumento de Estabilidade (IE)	co	(07-13)	2 062,000	1 655,445	139,054	181,096	186,303	219,159	290,138	309,278	330,417
Ajuda Humanitária	co	(07-13)	5 614,000	6 384,170	732,160	931,271	887,051	1 043,900	1 075,553	848,978	865,257
Instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (ICI+)	pc	(10-13)		124,000					45,000	30,500	48,500
Facilidade de resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento	co	(08-10)	1 000,000	996,520		262,000	582,170	152,350			
Decisões do Conselho					1 622,445	1 932,322	2 068,919	2 181,837	2 407,715	2 720,379	2 654,542
Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA)	dc	(07-13)	11 468,000	11 392,524	1 263,090	1 497,233	1 518,103	1 585,600	1 796,793	1 867,058	1 864,647
Instrumento de Cooperação para a Segurança Nuclear	dc	(07-13)	524,000	519,008	70,040	72,523	73,973	70,453	75,813	77,330	78,876
Assistência macrofinanceira	dc	(07-13)	753,000	445,079	58,201	19,000	81,600	90,185	0,543	95,550	100,000
Política Externa e de Segurança Comum	dc	(07-13)	1 980,000	2 055,631	159,270	285,250	242,900	281,541	327,374	362,964	396,332
Fundo de Garantia relativo às ações externas	dc	(07-13)	1 400,000	758,980	18,000		92,460	93,810	138,880	260,170	155,660
Instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (ICI) ⁽¹⁾	dc	(07-13)	172,000	178,965	22,200	28,055	29,306	24,094	25,640	24,635	25,035
Instrumento Financeiro para a Proteção Civil	dc	(07-13)	56,000	42,314	5,114	3,200	3,000	8,000	14,000	4,000	5,000
Cooperação com a Gronelândia	dc	(07-13)	175,000	195,658	26,530	27,061	27,577	28,154	28,672	28,672	28,992
(1) O procedimento decisório relacionado com qualquer revisão do ICI deve passar a corresponder ao processo legislativo ordinário (por exemplo, a codecisão), o que foi o caso do ICI+.											
RUBRICA 5 — ADMINISTRAÇÃO					6 977,863	7 279,525	7 597,446	7 907,973	8 172,839	8 279,642	8 544,418
Programas objeto de codecisão					6 977,863	7 279,525	7 597,446	7 907,973	8 172,839	8 279,642	8 544,418
Despesas da Comissão, excluindo pensões e Escolas Europeias	dc	(07-13)		23 862,474	3 311,378	3 410,705	3 513,295	3 614,143	3 316,358	3 324,165	3 372,429
Despesas de outras instituições, excluindo pensões	dc	(07-13)		21 473,857	2 577,189	2 673,841	2 805,654	2 946,829	3 428,404	3 463,737	3 578,203
Pensões (todas as instituições)	dc	(07-13)		8 330,328	959,630	1 050,769	1 129,955	1 192,789	1 261,614	1 322,514	1 413,057
Escolas Europeias	dc	(07-13)		1 093,049	129,666	144,210	148,542	154,212	166,463	169,226	180,730
RUBRICA 6 — COMPENSAÇÕES					444,646	206,636	209,113				
Programas objeto de codecisão					444,646	206,636	209,113				
Compensações	dc	(07-13)		860,395	444,646	206,636	209,113				
(*) Legenda relativa ao tipo de base jurídica: co = codecisão, dc = decisão, pc = proposta de codecisão, pd = proposta de decisão											
(**) Para programas objeto de codecisão, corresponde à quantia de referência na base jurídica; para atos de base não objeto de codecisão, corresponde à quantia da ficha financeira.											
(***) A quantia total apenas tem em conta o período abrangido pelo programa em questão.											

5.4.3. Ações financiadas no âmbito das prerrogativas da Comissão

(a preços correntes, em milhões de EUR)

Rubrica	Designação da rubrica	Orçamento	
		2012	Projeto de orçamento 2013
TOTAL GERAL		276,051	272,035
RUBRICA 1A – COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO		77,987	71,735
01 02 04	Prince — Comunicação relativa à União Económica e Monetária, incluindo o euro	5,500	5,000
02 01 04 01	Funcionamento e desenvolvimento do mercado interno, nomeadamente nos domínios da notificação, da certificação e da aproximação setorial — Despesas de gestão administrativa	1,000	1,000
02 03 01	Funcionamento e desenvolvimento do mercado interno, nomeadamente nos domínios da notificação, da certificação e da aproximação setorial	18,550	19,300
04 01 04 02	Relações laborais e diálogo social — Despesas de gestão administrativa	0,260	0,260
04 03 02	Despesas de consultas sindicais prévias	0,450	0,450
06 01 04 02	Transportes — Despesas de gestão administrativa	0,800	0,700
06 01 04 07	Segurança e proteção dos utentes de transportes — Despesas de gestão administrativa		
06 01 04 09	Informação e comunicação — Despesas de gestão administrativa	0,496	0,500
06 02 03	Atividades de apoio à política europeia dos transportes e direitos dos passageiros	31,770	25,000
06 02 11	Segurança dos transportes	2,300	2,510
09 01 04 01	Definição e execução da política da União no domínio das comunicações eletrónicas — Despesas de gestão administrativa	0,690	0,690
09 02 01	Definição e execução da política da União no domínio das comunicações eletrónicas	2,405	2,405
12 01 04 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno — Despesas de gestão administrativa	0,700	0,700
12 02 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno	8,800	8,800
12 02 02	Programa SOLVIT e Plano de Ação sobre Serviços de Assistência no âmbito do Mercado Único		
14 01 04 01	Realização e desenvolvimento do mercado interno — Despesas de gestão administrativa	0,120	0,120
14 02 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno	3,400	3,500
32 01 04 04	Segurança e proteção dos utentes de energia — Despesas de gestão administrativa		
32 01 04 05	Informação e comunicação — Despesas de gestão administrativa	0,496	0,500
32 04 16	Segurança das instalações e infra-estruturas de energia	0,250	0,300
RUBRICA 3A – LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA		6,800	7,000
18 08 01	Prince — Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	2,800	2,900
18 08 05	Apreciação e avaliação de impacto	0,600	0,600
33 05 01	Prince — Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	2,800	2,900
33 05 02	Apreciação e avaliação de impacto	0,600	0,600
RUBRICA 3B — CIDADANIA		99,830	99,486
09 01 04 06	Outras medidas no setor audiovisual e dos meios de comunicação — Despesas de gestão administrativa		
09 02 05	Outras medidas no setor audiovisual e dos meios de comunicação	0,950	0,950
15 05 06	Acontecimentos anuais especiais	1,500	
16 01 04 01	Ações de comunicação — Despesas de gestão administrativa	3,200	3,200
16 01 04 02	Visitas à Comissão — Despesas de gestão administrativa	0,650	0,800
16 02 02	Ações multimédia	31,460	28,400
16 02 03	Informação para a comunicação social	4,950	5,150
16 03 01	Centros de informação	13,750	13,800
16 03 02 01	Comunicação das representações da Comissão	6,870	7,226
16 03 04	Parceria para a comunicação sobre a Europa	13,000	12,500
16 04 01	Análise da opinião pública	6,150	6,600
16 04 02 01	Instrumentos de informação e comunicação escritos e em linha	14,380	16,860
16 05 02	Visitas à Comissão	2,970	4,000
RUBRICA 4 — A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL		67,586	71,655
07 01 04 04	Contribuição para as atividades internacionais em matéria de ambiente e ação climática — Despesas de gestão administrativa	0,300	0,300

07 02 01	Contribuição para atividades multilaterais e internacionais nos domínios do ambiente e da ação climática	3,050	3,200
19 01 04 05	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria — Despesas de gestão administrativa		
19 11 01	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria	14,000	14,840
19 11 02	Atividades de informação sobre a UE — Relações externas	11,500	12,300
19 11 03	A União Europeia no mundo	2,500	1,490
20 01 04 01	Relações comerciais externas, incluindo o acesso a mercados dos países terceiros — Despesas de gestão administrativa	0,430	0,430
20 02 01	Relações comerciais externas, incluindo o acesso aos mercados dos países terceiros	7,300	9,000
20 02 03	Assistência no âmbito do comércio — Iniciativas multilaterais	3,825	4,500
21 01 04 03	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria — Despesas de gestão administrativa		
21 01 04 04	Coordenação e sensibilização no domínio do desenvolvimento — Despesas de gestão administrativa	0,204	0,270
21 08 01	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria	9,577	11,000
21 08 02	Coordenação e sensibilização no domínio do desenvolvimento	9,900	9,325
22 02 10 01	Prince — Informação e comunicação	5,000	5,000
RUBRICA 5 — ADMINISTRAÇÃO		23,848	22,159
01 02 02	Coordenação e vigilância da União Económica e Monetária	9,000	9,000
16 02 04	Exploração dos estúdios de radiodifusão e de televisão e equipamentos audiovisuais	6,755	5,553
16 03 02 02	Espaços públicos europeus	1,440	1,300
16 04 02 02	Resumo em linha da legislação (SCAD+)		
16 04 04	Publicações escritas de carácter geral	2,700	2,300
25 02 01 01	Arquivos históricos da União	2,215	2,268
25 02 04 01	Bases de dados documentais	0,760	0,760
25 02 04 02	Publicações digitais	0,978	0,978

5.5. Anexo V — Poupanças baseadas na análise dos resultados no quadro do projeto de orçamento de 2013

A presente secção resume os ganhos de eficiência conseguidos no âmbito da elaboração do projeto de orçamento de 2013.

5.5.1. Despesas administrativas no âmbito da rubrica 5 para todas as instituições

Tal como indicado no quadro a seguir apresentado, a maioria das instituições esforçou-se para conter o crescimento dos seus orçamentos administrativos para um nível abaixo da taxa de inflação (com exceção das despesas ligadas à adesão da Croácia):

(em EUR, a preços correntes)

Instituição	Orçamento	PO 2013	Diferença	
	2012	excluindo a Croácia	2013 – 2012	
Conselho Europeu e Conselho	533 920 000	535 011 300	0,2 %	1 091 300
Tribunal de Contas Europeu	142 476 614	143 809 250	0,9 %	1 332 636
Comissão	3 324 165 308	3 362 559 986	1,2 %	38 394 678
Parlamento Europeu	1 717 868 121	1 750 459 921	1,9 %	32 591 800
Comité Económico e Social Europeu	128 816 588	131 261 507	1,9 %	2 444 919
Autoridade Europeia para a Proteção de Dados	7 624 090	7 768 219	1,9 %	144 129
Comité das Regiões	86 503 483	88 147 049	1,9 %	1 643 566
Provedor de Justiça Europeu	9 516 500	9 789 000	2,9 %	272 500
Serviço Europeu para a Ação Externa	488 676 425	516 635 570	5,7 %	27 959 145
Tribunal de Justiça da União Europeia	348 335 000	372 322 500	6,9 %	23 987 500

As razões para os aumentos solicitados superiores à taxa de inflação (1,9 %) podem ser resumidas do seguinte modo:

- O Tribunal de Justiça solicitou um aumento de 6,9 %. No entanto, tal está relacionado com o reforço

proposto do Tribunal (12 juizes adicionais e o respetivo pessoal) e com algumas despesas pontuais relacionadas com imoveis. Sem estas açoes especificas, o aumento solicitado pelo Tribunal de Justiça para as despesas correntes estaria limitado a 0,72 %.

- O Provedor de Justiça solicitou um aumento de 2,9 %. No entanto, a maioria destes custos está relacionada com a adaptação das despesas de arrendamento na sequência de uma mudança.
- O Serviço Europeu para a Ação Externa solicitou um aumento de 5,7 %. Na presente fase, considera-se que este aumento decorre do período de transição, na sequência da criação deste novo serviço.
- Por último, a Comissão propõe a alteração da estimativa do Comité das Regiões (pedido inicial: + 2,4 %), a fim de a alinhar pelo nível da taxa de inflação prevista (1,9 %).

5.5.2. Despesas administrativas da Comissão no âmbito da rubrica 5

O aumento moderado das despesas administrativas da Comissão (+ 1,2 %, excluindo a Croácia) resulta da redução de pessoal e de uma avaliação muito cuidadosa das suas necessidades administrativas.

Como indicado na secção 4.1.2 «Recursos humanos da Comissão», esta instituição pretende reduzir o seu nível de pessoal em 1 % (todos os tipos de pessoal, incluindo lugares do quadro, pessoal externo e agências de execução). No que se refere nomeadamente à rubrica 5, a redução de **efetivos inscritos no quadro do pessoal administrativo** é de 204 lugares, o que conduz a uma proposta de quadro do pessoal de 21 034 lugares, embora o pessoal externo no âmbito da rubrica 5 seja reduzido em 57 ETC (- 1,23 %).

Além disso, a Comissão efetuou igualmente uma avaliação muito restritiva das suas necessidades de outras despesas administrativas. Tal como indicado no quadro seguinte, tal conduziu a uma redução de 2 % deste tipo de despesas:

(em EUR, a preços correntes)

Tipo das despesas		Orçamento	PO 2013	Diferença	
		2012	excluindo a Croácia	2013 – 2012	
Rendas, aquisições e despesas relacionadas com os edificios	Rendas e aquisições	320 802 000	316 748 000	-1,3 %	-4 054 000
	Despesas relacionadas com os edificios	103 002 000	103 352 000	0,3 %	350 000
	Segurança	65 311 000	65 405 000	0,1 %	94 000
		489 115 000	485 505 000	-0,7 %	-3 610 000
Atividades de contacto	Missões e representações	66 706 700	66 112 000	-0,9 %	-594 700
	Reuniões, comités e conferências	42 680 250	41 527 000	-2,7 %	-1 153 250
		109 386 950	107 639 000	-1,6 %	-1 747 950
Informação	Jornal Oficial	11 806 000	11 515 000	-2,5 %	-291 000
	Publicações	16 330 500	14 523 000	-11,1 %	-1 807 500
	Aquisição de informações	5 884 000	5 576 000	-5,2 %	-308 000
	Estudos e investigações	17 592 500	15 926 000	-9,5 %	-1 666 500
		51 613 000	47 540 000	-7,9 %	-4 073 000
Despesas administrativas gerais	Equipamento geral, veículos e mobiliário	20 499 000	19 409 000	-5,3 %	-1 090 000
	Equipamento informático e sistemas de informação	87 456 850	85 742 000	-2,0 %	-1 714 850
	Outras despesas administrativas	49 874 000	46 417 000	-6,9 %	-3 457 000
	Mobilidade	2 820 000	2 100 000	-25,5 %	-720 000
		160 649 850	153 668 000	-4,3 %	-6 981 077
Total das despesas administrativas não relacionadas com pessoal		1 010 407 500	989 924 500	-2,0 %	-20 483 000

5.5.3. Despesas administrativas fora do âmbito da rubrica 5 e agências descentralizadas

A Comissão propõe-se igualmente controlar estritamente as despesas administrativas e o número de efetivos do pessoal externo fora do âmbito da rubrica 5.

Como indicado na secção 4.1.2 «Recursos humanos da Comissão», esta instituição pretende reduzir o seu nível de pessoal em 1 % (todos os tipos de pessoal, incluindo lugares do quadro, pessoal externo e agências de execução). Fora do âmbito da rubrica 5, a redução de **efetivos do quadro do pessoal de investigação** é de 59 lugares, o que conduz a uma proposta de quadro do pessoal de 3 768 lugares.

No que diz respeito às **despesas de apoio administrativo** diretamente relacionadas com a execução dos programas operacionais e financiadas a partir das dotações dos programas (as denominadas «antigas rubricas BA»), a Comissão propõe uma redução do número de ETC de 84 unidades (- 1,91 %).

O resultado desta redução e a diminuição de outras despesas administrativas financiadas por estas rubricas são resumidos, por rubrica do quadro financeiro, no seguinte quadro:

(em milhões de EUR, a preços correntes)

Rubrica	Orçamento de 2012	Projeto de orçamento de 2013	Diferença	Programação financeira para 2013
Rubrica 1A — Competitividade para o crescimento e o emprego	43,2	39,1	-9,5 %	50,3
Rubrica 1B — Coesão para o crescimento e o emprego	31,8	31,2	-1,9 %	31,2
Rubrica 2 — Preservação e gestão dos recursos naturais	39,0	40,4	3,7 %	45,1
Rubrica 3A — Liberdade, segurança e justiça	4,4	4,5	2,3 %	5,1
Rubrica 3B — Cidadania	8,8	9,3	5,3 %	10,9
Rubrica 4 — A UE como protagonista global	245,4	246,6	0,5 %	294,4
Total	372,5	371,1	-0,4 %	437,0

Tal como indicado no quadro, a proposta para 2013 representa uma redução em comparação com 2012 e uma redução acentuada em comparação com a programação financeira para 2013 (- 15 %).

Como apresentado no anexo VII (ponto 5.7.4), para as **agências de execução**, a Comissão manteve igualmente uma abordagem muito restritiva, limitando o crescimento das despesas a 1,1 %, o que representa uma redução de 0,8 % em termos reais, considerando a taxa de inflação prevista. Tendo em conta as necessidades adicionais da agência REA relacionadas com a evolução dos programas de investigação, tal implica uma forte limitação do crescimento das despesas de todas as agências de execução. O seguinte quadro ilustra estas limitações:

(em milhões de EUR, a preços correntes)

Agência de execução	Orçamento de 2012	Projeto de orçamento de 2013	Diferença
Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação (EACI)	15,680	15,680	0,0 %
Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA)	46,698	46,496	-0,4 %
Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores (EAHC)	7,070	7,070	0,0 %
Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes (TEN-T EA)	9,805	9,805	0,0 %
Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação (ERCEA)	39,000	39,000	0,0 %
Agência de Execução para a Investigação (REA)	47,339	49,300	4,1 %
Total	165,592	167,351	1,1 %

Por último, no que diz respeito às **agências descentralizadas**, tal como indicado igualmente no anexo VII, a Comissão propõe uma forte contenção, limitando o aumento da contribuição da UE a favor de todas as agências descentralizadas no seu conjunto a 0,3 %, excluindo a recém-criada Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no âmbito da rubrica 3A.

Os quadros infra mostram o resultado de acordo com a classificação das agências como agências «em fase de arranque», «com novas tarefas» e «em velocidade de cruzeiro». O primeiro quadro mostra a contribuição total da

UE (incluindo as receitas afetadas decorrentes da execução dos anos anteriores), ao passo que o segundo mostra a proposta de dotações orçamentais para 2013.

(contribuição da UE em milhões de EUR, a preços correntes)

Agências descentralizadas	Orçamento de 2012	Projeto de orçamento de 2013	Diferença
Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala	19,800	41,000	107,1 %
Agências em fase de arranque	60,354	70,260	16,4 %
Agências com novas tarefas	241,609	236,556	-2,1 %
Agências em velocidade de cruzeiro	426,517	424,348	-0,5 %
Total, excluindo a Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala	728,480	731,164	0,4 %

(dotações em milhões de EUR, a preços correntes)

Agências descentralizadas	Orçamento de 2012	Projeto de orçamento de 2013	Diferença
Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala	19,800	41,000	107,1 %
Agências em fase de arranque	60,354	65,442	8,4 %
Agências com novas tarefas	229,691	229,389	-0,1 %
Agências em velocidade de cruzeiro	417,684	412,181	-1,3 %
Total, excluindo a Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala	707,729	707,013	-0,1%

5.5.4. Avaliação dos resultados dos programas operacionais

Na elaboração da sua proposta, a Comissão efetuou uma avaliação cuidadosa de cada programa, propondo a redução da dotação para os programas que não apresentem resultados suficientes ou que revelem problemas em termos de ritmo de execução.

Esta abordagem levou a um aumento das margens no projeto de orçamento de 2013 em comparação com as margens constantes da programação financeira atualizada de janeiro de 2012. O quadro infra apresenta esta evolução. Para a rubrica 2, o quadro mostra apenas a evolução fora do sublimite máximo do FEAGA, uma vez que não é prevista na programação financeira qualquer margem abaixo deste sublimite máximo.

(margem em milhões de EUR, a preços correntes)

Rubrica	Programação financeira para 2013	Projeto de orçamento de 2013	Diferença
Rubrica 1A — Competitividade para o crescimento e o emprego	47,7	101,5	53,8
Rubrica 1B — Coesão para o crescimento e o emprego	0,4	25,1	24,7
Rubrica 2 — Preservação e gestão dos recursos naturais	125,5	173,8	48,4
Rubrica 3A — Liberdade, segurança e justiça	34,3	268,8	234,4
Rubrica 3B — Cidadania	27,389	25,586	-1,8
Rubrica 4 — A UE como protagonista global	119,6	428,9	309,4
Total	354,8	1.152,7	797,8

Este aumento das margens explica-se em parte pela redução das despesas de apoio administrativo e das despesas relativas às agências de execução ou às agências descentralizadas (a título de exemplo, o aumento da margem para a rubrica 1B está apenas relacionado com a evolução das despesas de apoio administrativo), embora a maior parte do aumento reflita os ajustamentos efetuados na parte operacional dos programas.

O quadro infra mostra os principais ajustamentos efetuados em alguns programas operacionais em comparação com a programação financeira para 2013, atualizada em janeiro de 2012.

(dotações de autorização, apenas a parte operacional dos programas, em milhões de EUR, a preços correntes)

Panorama das poupanças baseadas na análise dos resultados, efetuadas a nível dos programas operacionais, no âmbito do projeto de orçamento de 2013						
Rubrica	Designação do programa	Orçamen to de 2012	2013 Programação financeira	2013 Projeto de	Diferenças	Razões subjacentes

				orçament o			
		(1)	(2)	(3)	(3/1)	(3-2)	
1A	Empresas Comuns do Sétimo Programa-Quadro	687,1	1.066,3	750,8	9,3 %	-315,5	Este nível de financiamento reflete as necessidades efetivas das EC/ITC cujas contribuições devem equivaler às contribuições do setor e dos Estados-Membros participantes.
	Melhorar o desempenho ambiental do sistema de transporte de mercadorias (Marco Polo 2)	62,8	71,1	60,0	-4,5 %	-11,1	O nível proposto de financiamento reflete a avaliação intercalar do programa, o qual revela progressos mais lentos do que o esperado em termos de melhoria da competitividade dos modos de transporte de baixo carbono.
	Programa para o Emprego e a Solidariedade Social (Progress)	92,4	98,0	92,7	0,4 %	-5,3	O nível proposto de financiamento tem em conta a execução do orçamento e o desempenho e incide nas atividades com um impacto significativo.
	Rede transeuropeia de transportes (RTE-T)	1275,4	1.528,0	1.410,0	10,6 %	-118,0	Os projetos RTE-T estão a evoluir de forma satisfatória e o orçamento de 2013 aumenta 10,6 %. Todavia, em virtude de alguns atrasos nos projetos, verifica-se uma redução em comparação com a programação financeira para 2013.
2	Instrumento Financeiro para o Ambiente (LIFE)	335,6	356,2	346,2	3,2 %	-10,0	Redução das autorizações a fim de conter o crescimento das autorizações por liquidar.
3A	Fundo para as Fronteiras Externas (FFE)	349,1	480,2	415,0	18,9 %	-65,2	Ajustamento tendo em conta a capacidade de absorção prevista dos Estados-Membros.
	Prevenção e luta contra a criminalidade	117,6	120,6	53,2	-54,8 %	-67,4	O nível de dotações permite que o programa realize os seus objetivos no domínio da prevenção e luta contra a criminalidade. Reflete as necessidades reais estimadas em termos de número previsto de vítimas assistidas e de processos investigados.
	Prevenção, preparação e gestão das consequências do terrorismo	23,3	25,1	12,1	-48,0 %	-13,0	O nível de dotações reflete um número ligeiramente inferior de atividades de intercâmbio e de divulgação necessárias em 2013
3B	Instrumento Financeiro para a Proteção Civil (IFPC)	18,0	19,9	18,2	1,1 %	-1,7	O Centro de Resposta de Emergência (CRE) será criado sem necessidade de recursos adicionais.
4	Fundo de Garantia relativo às ações externas	260,2	260,0	155,7	-40,2 %	-104,3	Os montantes são calculados com base na diferença entre o montante visado do Fundo (9 % do total dos montantes garantidos pendentes) e o valor dos ativos líquidos do Fundo.
	Instrumento de Estabilidade (IE)	301,1	358,2	321,3	6,7 %	-36,9	Um menor aumento em comparação com a programação financeira, a fim de ter em conta os resultados da execução em 2011.
	Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD)	2 481,0	2.547,4	2.509,8	1,2 %	-37,6	O programa foi ajustado a fim de ter em conta as dificuldades de absorção, especialmente em alguns países da Ásia e da América Latina.

5.6. Anexo VI — Financiamento da estratégia Europa 2020

(Dotações de autorização (1), em milhões de EUR)

Iniciativa emblemática	Ação específica	Atividade	Rubrica	Nomenclatura orçamental	Orçamento	Projeto de orçamento	Diferença
					2012 ⁽²⁾	2013	2013 / 2012
1	Concluir o Espaço Europeu da Investigação (EEI)	7.º Programa-Quadro de Investigação	1A	02 04; 06 06; 08; 10; 09 04; 09 05; 15 07; 32 06	10 212,0	10 837,2	+ 625,2
	Melhorar as condições gerais para que as empresas inovem	Programa-Quadro para a Competitividades e a Inovação (PCI)	1A	01 04 04, 02 01 04 04, 02 01 04 30, 02 02 01, 09 01 04 03, 09 03 01, 32 01 04 06, 32 01 04 30 e 32 04 06	614,4	659,2	+ 44,8
	Reforçar e desenvolver os instrumentos da UE de apoio à inovação	Eixo 1 do desenvolvimento rural	2	Parte de 05 04 com base em estimativas	4 913,8	4 977,8	+ 64,0
		Investigação e desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo	1B	Parte de 13 03; 13 04 com base em estimativas	7 836,8	8 090,7	+ 253,9
	Promover parcerias do conhecimento e reforçar a articulação entre o sistema educativo, as empresas e a investigação e inovação	Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia	1A	15 02 11 01; 15 02 11 02	79,3	123,1	+ 43,8
Iniciativa emblemática 1 - Uma União da inovação					23 656,3	24 688,0	+ 1 031,7 (+ 4,4 %)
2	Integrar e melhorar os programas da UE de mobilidade para universitários e investigadores	Programa de aprendizagem ao longo da vida e Erasmus Mundus	1A	15 01 04 14; 15 01 04 22; 15 01 04 30; 15 02 02; 15 02 22;	1 247,2	1 239,5	- 7,7
	Enquadramento para o emprego dos jovens	Programa Juventude em Ação	3B	15 05 55	139,6	140,4	+ 0,8
		O teu primeiro emprego EURES	1A	04 03 13	3,3	4,5	+ 1,2
Iniciativa emblemática 2 — Juventude em movimento					1 390,1	1 384,4	-5,7 (- 0,4 %)
3	Quadro jurídico que estimule os investimentos em infraestruturas de acesso à Internet de alta velocidade	Quadro regulamentar da agenda digital	1A	09 02	30,6	18,0	- 12,6
	Utilização dos fundos estruturais nesta agenda	Banda larga e tecnologias da informação e das comunicações	1B	Parte de 13 03; 13 04 com base em estimativas	2 318,4	2 393,5	+ 75,1
		Banda larga no âmbito do desenvolvimento rural	2	Parte de 05 04 com base em estimativas	54,7	55,4	+ 0,7
	Criar o mercado único dos conteúdos e serviços em linha	Política dos consumidores	3B	17 02	21,1	20,7	- 0,4
	Iniciativa emblemática 3 - Agenda digital para a Europa					2 424,8	2 487,6
4	Mobilizar os instrumentos financeiros da UE	Ambiente	1B	Parte de 13 03; 13 04 com base em estimativas	7 141,3	7 372,7	+ 231,4
		Energia	1B	Parte de 13 03; 13 04 com base em estimativas	1 660,1	1 713,9	+ 53,8
		Outros transportes (transportes limpos)	1B	Parte de 13 03; 13 04 com base em estimativas	2 645,4	2 731,1	+ 85,7
		Transportes ferroviários	1B	Parte de 13 03; 13 04 com base em estimativas	3 668,0	3 786,8	+ 118,8
	Apresentar propostas para modernizar e reduzir as emissões de carbono do setor dos transportes	Desempenho ambiental de todos os modos de transporte	1A	Parte de 06 02 — objetivo n.º 3 (06 02 06)	62,8	60,0	- 2,8
	Plano de Ação para a Eficiência Energética	Ambiente e ação climática	2	07 02; 07 03; 07 12; 07 13	415,5	425,8	+ 10,3
	Capacidade de prevenção e resposta às catástrofes	Eixo 2 do desenvolvimento rural	2	Parte de 05 04 com base em estimativas	6 494,7	6 579,3	+ 84,6

	Iniciativa emblemática 4 - Uma Europa eficiente em termos de recursos			Total da iniciativa emblemática 4	22 087,8	22 669,6	+ 581,8 (+ 2,6 %)
5	Estabelecer uma política industrial	RTE-E	1A	32 03	21,1	22,2	+ 1,1
	Melhorar o ambiente empresarial	Mercado interno dos produtos e políticas setoriais	1A	02 03	43,6	42,8	- 0,8
	Reestruturação de setores	Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)	1A	04 05	p.m.	p.m.	0,0
	Encorajar a internacionalização das PME	Política comercial	4	20 02	11,7	13,9	+ 2,2
	Redes de transportes e logísticas para facilitar o acesso das empresas aos mercados	Completar e aprofundar o mercado interno dos serviços de transporte	1A	Parte de 06 02 — objetivo n.º 1	18,0	13,8	- 4,2
		Melhorar a segurança dos transportes e promover os direitos dos passageiros e as normas mínimas de trabalho	1A	Parte de 06 02 — objetivo n.º 2	129,1	127,1	- 2,0
		RTE-T	1A	06 03	1 325,4	1410,0	+ 84,6
	Política espacial eficaz	Programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo)	1A	02 05	176,9	11,7	- 165,2
		Promover a utilização operacional dos serviços da UE de monitorização da Terra (GMES)	1A	02 02 15 — Parte do objetivo n.º 9	39,0	55,0	+ 16,0
	Iniciativa emblemática 5 — Uma política industrial para a era da globalização			Total da iniciativa emblemática 5	1764,8	1 696,5	- 68,3 (- 3,9 % ⁽⁴⁾)
6	Agenda da flexigurança	Diálogo social e acordos entre parceiros sociais	1A	Parte de 04 02 — objetivo n.º 2 (04 03 03 01; 04 03 03 02; 04 03 03 03)	41,5	41,4	- 0,1
	Promover a mobilidade da mão de obra na UE	Mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na Europa	1A	04 03 04; 04 03 05	26,9	26,5	- 0,4
		Capital humano	1B	Parte de 13 03; 13 04 com base em estimativas	120,0	124,0	+ 4,0
		Medidas do mercado de trabalho			153,2	158,1	+ 4,9
		Reforço do investimento no capital humano		Parte de 04 02 — objetivo n.º 2	3 714,8	3 735,8	+ 21,0
		Aumentar a adaptabilidade da mão de obra		Parte de 04 02 — objetivo n.º 3	1 983,2	1 994,3	+ 11,1
		Reforçar a adaptabilidade da mão de obra e das empresas		Parte de 04 02 — objetivo n.º 1	3 149,0	3 167,3	+ 18,3
	Reforçar a capacidade dos parceiros sociais	Reforçar a capacidade institucional	1B	04 02 — Parte do objetivo n.º 4	300,8	300,8	0,0
	Iniciativa emblemática 6 — Agenda para novas qualificações e novos empregos			Total da iniciativa emblemática 6	9489,4	9 548,2	+ 58,8 (+ 0,6 %)
7	Inclusão social	Reforçar a inclusão social e a igualdade de oportunidades	1B	04 02 — Parte do objetivo n.º 4	1 597,4	1 606,3	+ 8,9
		Instrumento de microfinanciamento «Progress»	1A	04 04 15	24,8	26,5	+ 1,8
		Emprego, solidariedade social e igualdade (PROGRESS)	1A	04 04 (exceto 04 04 15); 33 06	139,1	133,2	- 5,9
		Inclusão social	1B	Parte de 13 03; 13 04 com base em estimativas	37,2	38,4	+ 1,2
	Inovação social	Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros	3A	Parte de 18 03 — objetivo n.º 1; realizações 1-6 (18 03 09)	162,5	177,5	+ 15,0
	Proteção social	Projetos-piloto sobre a integração social	1A	04 03 12	p.m.	p.m.	- 1,0
	Iniciativa emblemática 7 — Plataforma Europeia contra a Pobreza			Total da iniciativa emblemática 7	1 961,0	1 981,9	+ 21,0 (+ 1,1 %)
				Total Europa 2020	62 774,2	64 456,2	+ 1 682,0 (+ 2,7 %)

Orçamento total da UE (Comissão – secção III)	144 436,5	147 353,2	+ 2 916,7 (+ 2,0 %)
Europa 2020/orçamento da UE	43,5 %	43,7 %	

(1) Despesas (dotações de autorização) relacionadas com a estratégia Europa 2020, tal como definido na Comunicação da Comissão «Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo» (de março de 2010) e nas Comunicações da Comissão sobre as sete iniciativas emblemáticas (agosto de 2010 — janeiro de 2011). Quanto ao desenvolvimento rural e à política regional (FEDER + Fundo de Coesão), os valores são estimativas anuais baseadas na dotação plurianual 2007-2013.

(2) O orçamento de 2012 inclui o orçamento retificativo n.º 1 e os projetos de orçamentos retificativos n.ºs 2 e 3.

(3) Este montante não inclui o apoio aos jovens no âmbito dos programas operacionais do FSE, nos quais representa cerca de 1/3 dos beneficiários. Além disso, no âmbito da iniciativa «Oportunidades para a Juventude» da Comissão, o financiamento adicional do FSE no valor máximo de 3 mil milhões de EUR está a ser orientado para medidas destinadas a apoiar o emprego dos jovens e a mobilidade nos 15 Estados-Membros com os níveis mais elevados de desemprego juvenil.

(4) Se os programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo) forem excluídos desta comparação, a iniciativa emblemática 5 regista um aumento de 6,1 %.

5.7. Anexo VII - Organismos criados pela União Europeia com personalidade jurídica

5.7.1. Agências descentralizadas

5.7.1.1. Organismos descentralizados da rubrica 1A – Competitividade para o crescimento e o emprego

(em milhões de EUR)

Designação da agência descentralizada	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento				Projeto de orçamento (PO)						Variação		Classificação PO
				2012				2013						Contribuição da UE	PO/orçamento	
				Receitas totais da agência	Contribuição da UE			Receitas estimadas pela agência	Das quais: pedido de contribuição da agência	Contribuição prevista da UE						
					Contribuição total da UE	Da qual: orçamento	Da qual: receitas afetadas			Contribuição total da UE	Da qual: PO	Da qual: receitas afetadas	2013/2012			
Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) - legislação relativa aos produtos químicos	02 03 03	Helsínquia	2006	248,976				193,883								Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				456	456			461	461	451			-5			
Agência do GNSS Europeu	02 05 02	Bruxelas	2004	12,750	12,494	11,840	0,654	15,141	14,776	12,409	11,700	0,709	-0,7%	-1,2%		Novas tarefas
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				44	44			77	77	57			13			
Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (EUROFOUND)	04 04 03	Dublin	1975	20,544	20,384	20,289	0,095	20,740	20,384	20,371	20,115	0,256	-0,1%	-0,9%		Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				101	101			101	101	101						
Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA)	04 04 04	Bilbau	1994	15,882	14,682	14,570	0,112	15,119	15,160	14,678	14,035	0,643		-3,7%		Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				44	44			44	44	44						
Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA)	06 02 01	Colónia	2002	152,500	34,862	33,297	1,565	164,880	36,524	34,862	34,556	0,306		3,8%		Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				634	634			706	706	692			58			
O número total previsto de lugares do quadro do pessoal para a EASA em 2013 (692) pode ser repartido por lugares financiados a partir de quotizações cobradas ao setor (465, mais 60 em relação a 2012) e por lugares financiados a partir da contribuição da UE (227, menos 2 em relação a 2012).																
Agência Europeia da Segurança Marítima (EMSA)	06 02 02	Lisboa	2002	54,813	53,229	53,229		58,237	56,617	55,892	53,872	2,020	5,0%	1,2%		Novas tarefas
<i>Dos quais: medidas antipoluição</i>	06 02 02 03				20,000	20,000		22,663	22,663	22,663	22,663		13,3%	13,3%		
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				213	213			215	215	213						
Agência Ferroviária Europeia (ERA)	06 02 08	Lille Valenciennes	2004	25,799	25,007	24,487	0,520	27,345	26,504	25,007	24,871	0,136		1,6%		Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				144	144			146	146	143			-1			

Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA)	09 02 03	Heraclion	2004	8,550	8,336	8,244	0,092	8,549	8,336	8,336	8,206	0,129		-0,5%	Novas tarefas	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				47	47			47	47	47						
Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Electrónicas (ORECE) — Gabinete	09 02 04	Riga	2009	4,605	4,293	4,293		4,491	4,261	4,193	3,769	0,424		-2,3%	-12,2%	Fase de arranque
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				16	16			16	16	16						
Autoridade Bancária Europeia (ABE)	12 04 02	Londres	2011	20,747	8,299	8,299		25,705	10,282	9,872	8,545	1,327		19,0%	3,0%	Fase de arranque
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				68	68	68		95	95	93				25		
Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (AESPCR)	12 04 03	Francoforte	2011	15,655	6,262	6,262		18,768	7,507	6,960	5,838	1,122		11,1%	-6,8%	Fase de arranque
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				69	69			82	82	80				11		
Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM)	12 04 04	Paris	2011	20,279	7,120	7,120		28,282	8,638	8,357	6,633	1,724		17,4%	-6,8%	Fase de arranque
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				75	75			121	121	121				46		
Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP)	15 02 25	Salónica	1975	17,897	17,434	17,009	0,425	17,909	17,434	17,434	17,385	0,049			2,2%	Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				101	101			100	100	100				-1		
Agência Europeia de Medicamentos (EMA)	17 03 10	Londres	1993	219,705	38,841	28,966	9,875	239,065	46,597	39,230	39,230			1,0%	35,4%	Novas tarefas
<i>Dos quais: contribuição especial a favor dos medicamentos órfãos</i>	17 03 10 03				6,000	6,000		6,000	6,000	6,000	6,000					
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				590	590			611	611	611				21		
Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER)	32 04 10	Ljubljana	2009	7,419	7,242	7,242		11,357	9,644	8,831	7,369	1,462		21,9%	1,8%	Novas tarefas
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				43	43			49	49	49				6		
Instituto Europeu para a Igualdade de Género	33 06 03	Vilnius	2006	7,742	7,742	5,901	1,841	8,200	8,100	7,478	6,322	1,156		-3,4%	7,1%	Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				30	30			30	30	30						
Total das agências descentralizadas - rubrica 1A				853,862	266,227	251,048	15,179	857,671	290,764	273,909	262,446	11,463		2,9%	4,5%	
<i>Dos quais: contribuição especial a favor dos medicamentos órfãos e medidas antipoluição</i>					26,000	26,000		28,663	28,633	28,663	28,663			10,2%	10,2%	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				2 675	2 675			2 901	2 901	2 848				173		

5.7.1.2. Agências descentralizadas da rubrica 2 – Preservação e gestão dos recursos naturais

(em milhões de EUR)

Designação da agência descentralizada	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento				Projeto de orçamento (PO)						Variação		Classificação PO
				2012				2013						Contribuição da EU	PO/orçamento	
				Receitas totais da agência	Contribuição da EU			Receitas estimadas pela agência	Das quais: pedido de contribuição da agência	Contribuição prevista da UE			2013/2012			2013/2012
					Contribuição total da UE	Da qual: orçamento	Da qual: receitas afetadas			Contribuição total da UE	Da qual: PO	Da qual: receitas afetadas				
Agência Europeia do Ambiente (AEA)	07 03 09	Copenhaga	1990	41,627	36,309	35,727	0,582	41,669	36,309	36,309	35,797	0,512		0,2%	Velocidade de cruzeiro	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				136	136			138	138	138			2			
Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) – atividades no domínio da legislação em matéria de biocidas	07 03 60	Helsínquia	2012	3,228	2,728	2,728		9,583	6,352	6,071	6,071		122,5%	122,5%	Fase de arranque	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				11	11			47	47	47			36			
Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) – atividades PIC	07 03 70	Helsínquia	2012	1,456	1,456	1,456		1,632	1,632	1,562	1,562		7,3%	7,3%	Fase de arranque	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				3	3			5	5	5			2			
Agência Europeia de Controlo das Pescas (EFCA)	11 08 05	Vigo	2005	9,217	9,217	9,031	0,186	9,217	9,217	9,217	8,934	0,283		-1,1%	Velocidade de cruzeiro	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				54	54			54	54	54						
Total das agências descentralizadas – rubrica 2				55,528	49,710	48,942	0,768	62,101	53,510	53,158	52,363	0,795	6,9%	7,0%		
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				204	204			244	244	244			40			

5.7.1.3. Agências descentralizadas da rubrica 3A – Liberdade, segurança e justiça

(em milhões de EUR)

Designação da agência descentralizada	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento				Projeto de orçamento (PO)						Variação		Classificação PO	
				2012				2013						Contribuição da EU	PO/orçamento	2013	
				Receitas totais da agência	Contribuição da EU			Receitas estimadas pela agência	Das quais: pedido de contribuição da agência	Contribuição prevista da UE			2013/2012				2013/2012
					Contribuição total da UE	Da qual: orçamento	Da qual: receitas afetadas			Contribuição total da UE	Da qual: PO	Da qual: receitas afetadas					
Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX)	18 02 03	Varsóvia	2004	93,960	88,500	88,500		87,389	81,000	79,500	78,959	0,541	-10,2%	-10,8%	Novas tarefas		
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				143	143			161	161	147			4				
Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da JLS	18 02 11	Taline – Estrasburgo	2011	19,800	19,800	19,800		54,400	54,400	41,000	41,000		107,1%	107,1%	Fase de arranque		
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				75	75			120	120	120			45				
Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO)	18 03 14	Valeta	2010	10,000	10,000	10,000		15,000	15,000	12,000	12,000		20,0%	20,0%	Fase de arranque		
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				38	38			48	48	45			7				
Serviço Europeu de Polícia (Europol)	18 05 02	Haia	1995	84,075	83,655	82,505	1,150	85,833	83,893	82,120	75,182	6,938	-1,8%	-8,9%	Velocidade de cruzeiro		
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				457	457			457	457	457							
Academia Europeia de Polícia (AEP)	18 05 05	Bramshill	2005	8,451	8,451	8,451		8,924	8,924	8,450	8,450				Velocidade de cruzeiro		
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				28	28			28	28	28							
Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA)	18 05 11	Lisboa	1993	16,219	15,551	14,565	0,986	16,540	15,550	15,550	15,447	0,103		6,1%	Velocidade de cruzeiro		
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				84	84			84	84	84							
Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA)	33 02 03	Viena	2007	20,376	20,196	20,196		23,255	23,050	21,246	21,024	0,222	5,2%	4,1%	Fase de arranque		

<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				75	75			78	78	78			3		
Eurojust	33 03 02	Haia	2002	32,967	32,967	31,670	1,297	36,610	36,610	32,358	30,053	2,305	-1,8%	-5,1%	Novas tarefas
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				213	213			221	221	213					
Total das agências descentralizadas - rubrica 3A				285,848	279,120	275,687	3,433	327,951	318,427	292,225	282,116	10,109	4,7%	2,3%	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				1 113	1 113			1 197	1 197	1 172			59		

5.7.1.4. Agências descentralizadas da rubricas 3B – Cidadania

(em milhões de EUR)

Designação da agência descentralizada	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento			Projeto de orçamento (PO)						Variação		Classificação PO
				2012			2013						Contribuição da EU	PO/orçamento	
				Receitas totais da agência	Contribuição da EU		Receitas estimadas pela agência	Das quais: pedido de contribuição da agência	Contribuição prevista da UE			2013/2012			
Contribuição total da UE	Da qual: orçamento	Da qual: receitas afetadas	Contribuição total da UE		Da qual: PO	Da qual: receitas afetadas			2013						
Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC)	17 03 03	Estocolmo	2004	58,090	56,727	56,727		58,201	56,727	56,727	56,727				Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				200	200			198	198	198			-2		
Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA)	17 03 07	Parma	2002	78,131	76,351	75,080	1,271	77,910	76,000	76,000	74,334	1,666	-0,5%	-1,0%	Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				355	355			351	351	351			-4		
Total das agências descentralizadas - rubrica 3B				136,221	133,078	131,807	1,271	136,111	132,727	132,727	131,061	1,666	-0,3%	-0,6%	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				555	555			549	549	549			-6		

5.7.1.5. Agências descentralizadas da rubrica 4 – A UE como protagonista global

(em milhões de EUR)

Designação da agência descentralizada	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento				Projeto de orçamento (PO)						Variação		Classificação PO
				2012				2013						Contribuição da EU	PO/orçamento	
				Receitas totais da agência	Contribuição da EU			Receitas estimadas pela agência	Das quais: pedido de contribuição da agência	Contribuição prevista da UE						
					Contribuição total da UE	Da qual: orçamento	Da qual: receitas afetadas			Contribuição total da UE	Da qual: PO	Da qual: receitas afetadas				
													2013/2012	2013/2012		
Fundação Europeia para a Formação (ETF)	15 02 27	Turim	1990	20,145	20,145	20,045	0,100	21,016	21,016	20,145	20,027	0,118		-0,1%	Velocidade de cruzeiro	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				96	96			96	96	96						
Total das agências descentralizadas – rubrica 4				20,145	20,145	20,045	0,100	21,016	21,016	20,145	20,027	0,118		-0,1%		
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				96	96			96	96	96						

5.7.1.6. Agências descentralizadas da rubrica 5 – Administração

(em milhões de EUR)

Designação da agência descentralizada	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento				Projeto de orçamento (PO)						Variação		Classificação PO
				2012				2013						Contribuição da EU	PO/orçamento	
				Receitas totais da agência	Contribuição da EU			Receitas estimadas pela agência	Das quais: pedido de contribuição da agência	Contribuição prevista da UE						
					Contribuição total da UE	Da qual: orçamento	Da qual: receitas afetadas			Contribuição total da UE	Da qual: PO	Da qual: receitas afetadas				
													2013/2012	2013/2012		
Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia	31 01 09	Luxemburgo	1994	44,051				44,255							Velocidade de cruzeiro	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				215	215			206		206				-9		

Total das agências descentralizadas – rubrica 5				44,051				44,255						
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				215	215			206		206			-9	

5.7.1.7. Total das agências descentralizadas

(em milhões de EUR)

Designação da agência descentralizada	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento			Projeto de orçamento (PO)					Variação		Classificação PO	
				2012			2013					Contribuição da UE	PO/orçamento	2013	
				Receitas totais da agência	Contribuição da UE		Receitas estimadas pela agência	Das quais: pedido de contribuição da agência	Contribuição prevista da UE						2013/2012
	Contribuição total da UE	Da qual: orçamento	Da qual: receitas afetadas			Contribuição total da UE	Da qual: PO	Da qual: receitas afetadas							
Total das agências descentralizadas				1 395,655	748,280	727,529	20,751	1 449,104	816,444	772,164	748,013	24,151	3,2%	2,8%	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				4 858	4 858			5 193	5 193	5 115			257		
do qual agências descentralizadas «em velocidade de cruzeiro»				849,346	426,517	417,684	8,833	811,641	431,742	424,348	412,182	12,166	-0,5%	-1,3%	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				3 135	3 135			3 200	3 200	3 173			38		
do qual agências descentralizadas «com novas tarefas»				430,163	241,609	229,691	11,918	456,348	253,579	236,557	229,390	7,166	-2,1%	-0,1%	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				1 293	1 293			1 381	1 381	1 337			44		
do qual agências descentralizadas «em fase de arranque»				116,146	80,154	80,154		181,116	131,122	111,260	106,441	4,819	38,8%	32,8%	
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				430	430			612	612	605			175		
Total das agências descentralizadas, excluindo a Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala				1375,855	728,480	707,729	20,751	1 394,704	762,044	731,164	707,013	24,151	0,4%	-0,1%	

<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				4 783	4 783			5 073	5 073	4 995			212		
-------------------------------------	--	--	--	-------	-------	--	--	-------	-------	-------	--	--	-----	--	--

5.7.1.8. Agências descentralizadas autofinanciadas

(em milhões de EUR)

Designação da agência descentralizada	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento			Projeto de orçamento (PO)						Variação		Classificação PO	
				2012			2013						Contribuição da EU	PO/orçamento		
				Receitas totais da agência	Contribuição da EU		Receitas estimadas pela agência	Das quais: pedido de contribuição da agência	Contribuição prevista da UE			2013/2012			2013/2012	2013
	Contribuição total da UE	Da qual: orçamento	Da qual: receitas afetadas			Contribuição total da UE	Da qual: PO	Da qual: receitas afetadas								
Instituto de Harmonização do Mercado Interno (OHIM)		Alicante	1993	174,945				188,445								Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				775				775								
Instituto Comunitário das Variedades Vegetais (CPVO)		Angers	1994	13,154				13,634								Velocidade de cruzeiro
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				46				45					-1			
Total das agências descentralizadas autofinanciadas				188,099				202,079								
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				821				820								

5.7.2. Empresas Comuns

(em milhões de EUR)

Designação da Empresa Comum	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento		Projeto de orçamento				Variação da contribuição da UE
				2012 ⁽¹⁾		2013				
				Receitas totais da Empresa Comum	Das quais: contribuição da UE	Receitas estimadas ⁽²⁾ pela Empresa Comum	Das quais: pedido de contribuição da Empresa Comum	Contribuição da EU (PO 2013)	2013 / 2012	
Empresa Comum Europeia para o ITER — Fusão para a Produção de Energia (F4E)		Barcelona	2007							

Empresa Comum Europeia para o ITER — Fusão para a Produção de Energia (F4E) — Despesas de gestão administrativa	08 01 04 40				39,000		39,390	39,390	1,0%	
Euratom — Empresa Comum Europeia para o ITER - Fusão para a Produção de Energia (F4E)	08 20 02				1 077,945		867,465	867,465	-19,5%	
Total da Empresa Comum Europeia para o ITER - Fusão para a produção de energia (F4E)					1 362,436	1 116,945	1 116,155	906,855	906,855	-18,8%
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>					262	262	262	262	262	
Empresa Comum «Iniciativa sobre medicamentos inovadores» (IMI)		Bruxelas	2007							
Cooperação — Saúde — Empresa Comum «Iniciativa sobre medicamentos inovadores» (IMI)	08 02 02				294,300		207,068	207,068	-29,6%	
Cooperação - Saúde - Despesas de apoio para a Empresa Comum «Iniciativa sobre medicamentos inovadores» (IMI)	08 02 03				5,700		4,240	4,240	-25,6%	
Total da Empresa Comum «Iniciativa sobre medicamentos inovadores» (IMI)					373,438	300,000	221,657	211,308	211,308	-29,6%
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>					29	29	29	29	29	
Empresa Comum <i>Clean Sky</i>		Bruxelas	2007							
Cooperação — Transportes — Empresa Comum <i>Clean Sky</i>	08 07 02				137,460		226,514	226,514	64,8%	
Cooperação — Transportes — Despesas de apoio à Empresa Comum <i>Clean Sky</i>	08 07 03				2,540		2,889	2,889	13,7%	
Total da Empresa Comum <i>Clean Sky</i>					183,628	140,000	251,816	229,403	229,403	63,9%
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>					18	18	18	18	18	
Empresa Comum ARTEMIS		Bruxelas	2007							
Cooperação – Tecnologias da informação e das comunicações – Empresa Comum ARTEMIS	09 04 01 02				53,721		73,099	65,000	21,0%	
Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Despesas de apoio para a Empresa Comum ARTEMIS	09 04 01 03				1,758		0,912	0,912	-48,1%	
Total da Empresa Comum ARTEMIS					58,121	55,479	69,226	74,011	65,912	18,8%
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>					8	8	8	8	8	
Empresa Comum ENIAC		Bruxelas	2007							
Cooperação – Tecnologias da informação e das comunicações – Empresa Comum ENIAC	09 04 01 04				53,721		136,647	110,000	104,8%	
Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Despesas de apoio para a Empresa Comum ENIAC	09 04 01 05				1,299		0,429	0,429	-67,0%	
Total da Empresa Comum ENIAC					57,720	55,020	115,393	136,076	110,429	100,7%
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>					8	8	7	7	7	-1
Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» (PCH)		Bruxelas	2008							
Investigação relacionada com os transportes (incluindo a aeronáutica) — Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» (PCH)	06 06 02 02				2,980		2,656	2,656	-10,9%	
Despesas de apoio para a Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» (PCH)	08 05 03				1,239		1,239	1,239	0,0%	

Cooperação — Nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção — Empresa Comum «Pilhas de combustível e hidrogénio» (PCH)	08 04 02				9,866		8,792	8,792	-10,9%
Cooperação — Energia — Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» (PCH)	08 05 02				10,374		15,006	15,006	44,7%
Cooperação — Ambiente — Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» (PCH)	08 06 02				4,433		3,951	3,951	-10,9%
Cooperação — Transportes — Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» (PCH)	08 07 04				19,666		17,526	17,526	-10,9%
Investigação relacionada com a energia — Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» (PCH)	32 06 02				29,455		26,249	26,249	-10,9%
Total da Empresa Comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio» (PCH)					94,785	78,013	80,621	75,419	-3,3%
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>					18	18	18	18	
Empresa Comum SESAR		Bruxelas	2007						
Empresa Comum SESAR — Apoio financeiro dos projetos de interesse comum das redes transeuropeias de transportes – RTE	06 03 05				50,000				-100,0%
Empresa Comum SESAR — Apoio financeiro da investigação relacionada com os transportes (incluindo a aeronáutica) – 7.º PQ	06 06 02 03				58,600		58,325	58,325	-0,5%
Total da Empresa Comum SESAR					129,076	108,600	95,837	58,325	-46,3%
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>					39	39	39	39	
Total das Empresas Comuns					2 259,204	1 854,057	1 950,705	1 692,397	-10,6%
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>					382	382	381	381	-1

(1) O orçamento de 2012 inclui o orçamento retificativo n.º 1 e os projetos de orçamentos retificativos n.ºs 2 e 3.

(2) Este montante inclui as dotações previstas no PO de 2013, a estimativa da contribuição da EFTA e as contribuições dos Estados-Membros participantes e do setor privado. A contribuição da EFTA incluída para 2013 foi calculada com base na contribuição de 2012, ou seja, 2,60 %.

5.7.3. Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia

(em milhões de EUR)

Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT)	Rubrica orçamental	Localização	Ano de criação	Orçamento		2013			Variação da contribuição da UE
				2012	2012	2013	2013	2013	
				Receitas totais do EIT	Das quais: contribuição da UE	Receitas estimadas pelo EIT	Das quais: pedido de contribuição do EIT	Contribuição da UE (PO 2013)	2013 / 2012
Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia	15 02 11	Budapeste	2008	90,238	79,324	130,302	125,480	123,065	55,1%
<i>Quadro do pessoal autorizado</i>				28	28	34	34	34	6

5.7.4. Agências de Execução

(em milhões de EUR)

Designação da agência de execução	Rubrica do orçamento operacional	Localização	Ano de criação	Contribuição da UE para o orçamento operacional da agência		Variação em % PO 2013 / 2012	Pessoal da agência de execução							
				Orçamento	PO		Quadro do pessoal autorizado		Agentes contratuais*		Peritos nacionais destacados*		Total de efetivos*	
							Orçamento	PO	Orçamento	PO	Orçamento	PO	Orçamento	PO
				2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	
Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação (EACI)		Bruxelas	2004											
Contribuição do Programa-Quadro para a Competitividade e Inovação — Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação	02 01 04 30			7,583	7,583	0,0 %								
Contribuição do Programa Marco Pólo II	06 01 04 32			1,555	1,555	0,0 %								
Contribuição do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa «Energia Inteligente para a Europa»	32 01 04 30			6,542	6,542	0,0 %								
Total da EACI				15,680	15,680	0,0%	<i>37</i>	<i>37</i>	<i>121</i>	<i>122</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>158</i>	<i>159</i>
Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA)		Bruxelas	2005											
Contribuição dos programas da rubrica 1A	15 01 04 30			21,444	21,395	-0,2%								
Contribuição dos programas da rubrica 3B	15 01 04 31			15,572	15,572	0,0 %								
Contribuição dos programas da rubrica 4	15 01 04 32			0,600	0,263	-56,2%								
Contribuição dos programas da rubrica 3B	16 01 04 30			3,370	3,370	0,0 %								
Subvenção dos programas das Relações Externas	19 01 04 30			4,579	4,767	4,1%								
Contribuição para os programas da rubrica 4 no domínio de intervenção Alargamento	22 01 04 30			1,133	1,129	-0,4%								
Total da EACEA				46,698	46,496	-0,4%	<i>103</i>	<i>103</i>	<i>313</i>	<i>313</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>416</i>	<i>416</i>
Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores (EAHC)		Luxemburgo	2005											
Contribuição dos programas da rubrica 3B	17 01 04 30			5,900	5,900	0,0 %								
Contribuição dos programas da rubrica 2	17 01 04 31			1,170	1,170	0,0 %								
Total da EAHC				7,070	7,070	0,0%	<i>12</i>	<i>12</i>	<i>38</i>	<i>38</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>50</i>	<i>50</i>
Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes (TEN-T EA)	06 01 04 31	Bruxelas	2006	9,805	9,805	0,0 %								

Total da TEN-T EA				9,805	9,805	0,0%									
							<i>33</i>	<i>33</i>	<i>66</i>	<i>67</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>99</i>	<i>100</i>	
Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação (ERCEA)	08 01 04 30	Bruxelas	2007	39,000	39,000	0,0%									
Total da ERCEA				39,000	39,000	0,0%	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>281</i>	<i>281</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>389</i>	<i>389</i>	
Agência de Execução para a Investigação (REA)	08 01 04 31	Bruxelas	2007	47,339	49,300	4,1%									
Total da REA				47,339	49,300	4,1%	<i>128</i>	<i>140</i>	<i>385</i>	<i>418</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>513</i>	<i>558</i>	
Total das agências de execução				165,592	167,351	1,1%	<i>413</i>	<i>425</i>	<i>1 204</i>	<i>1 239</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>1 625</i>	<i>1 672</i>	

* Estimativa (equivalentes a tempo completo) com base nos custos médios.

5.8. Anexo VIII – 7.º Programa-Quadro de Investigação (7.º PQ)

5.8.1. Introdução

O 7.º Programa-Quadro de atividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração⁷⁴ (7.º PQ) é o principal instrumento da União Europeia para o financiamento da investigação na Europa. O 7.º PQ, que abrange o período entre 2007 e 2013, visa a realização dos objetivos estabelecidos no artigo 179.º do TFUE através da contribuição para a criação de uma sociedade do conhecimento com base no Espaço Europeu da Investigação, ou seja, apoiando a cooperação internacional a todos os níveis em toda a UE, promovendo o dinamismo, a criatividade e a excelência da investigação europeia na fronteira dos conhecimentos, incentivando tanto a quantidade como a qualidade do potencial humano no domínio da investigação e tecnologia na Europa, bem como a capacidade de investigação e inovação em toda a Europa, e garantindo a sua utilização otimizada.

O 7.º PQ contribui significativamente para as prioridades da Estratégia Europa 2020, em especial no que respeita ao crescimento inteligente e sustentável e à inovação. Quando apropriado, e no âmbito do quadro legislativo em vigor, os programas de trabalho do 7.º PQ darão apoio à execução da «União da Inovação», uma das sete iniciativas emblemáticas anunciadas no quadro da Estratégia Europa 2020.

O Programa-Quadro de Investigação da CE está organizado em programas específicos que correspondem aos quatro grandes objetivos da política de investigação europeia: cooperação transnacional baseada em temas definidos em função das políticas (Cooperação), investigação proposta por iniciativa dos próprios investigadores (Ideias), apoio a investigadores individuais (Pessoas) e apoio a capacidades de investigação (Capacidades).

O Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica de atividades de investigação e formação em matéria nuclear (2007 a 2013)⁷⁵⁷⁶ está articulado em dois programas específicos:

- investigação sobre energia de fusão, com o objetivo de desenvolver tecnologias para uma energia segura, sustentável, responsável do ponto de vista ambiental e economicamente viável;
- cisão nuclear e proteção contra radiações, com os objetivos de promover em especial os desempenhos ao nível da segurança, a eficiência na utilização dos recursos e a relação custo-eficácia da cisão nuclear e de outras aplicações das radiações na indústria e na medicina.

Estão previstas ações diretas em ambos os programas-quadro.

Os 7.ºs Programas-Quadro baseiam-se, em ambos os casos, nas realizações dos seus predecessores para a criação do Espaço Europeu da Investigação, levando-as mais longe no sentido do desenvolvimento da economia e sociedade do conhecimento na Europa.

O 7.º PQ da CE dispõe, para 2013, de um orçamento operacional de **8 998,3 milhões de EUR** para ações indiretas que visam a prossecução de quatro objetivos, cada um deles com um programa próprio:

Cooperação (5 687,4 milhões de EUR)

Esta parte do programa contribuirá para o cumprimento do grande objetivo da política de investigação da UE que consiste em desenvolver um Espaço Europeu da Investigação aberto e competitivo, elemento essencial da

74 Decisão n.º 1982/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006 (JO L 412 de 30.12.2006, p. 1).

75 Decisão 2006/970/Euratom do Conselho, de 18 de dezembro de 2006 (JO L 400 de 30.12.2006, p. 60).

76 Decisão 2012/93/Euratom do Conselho, de 19 de dezembro de 2011, relativa ao Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom) de atividades de investigação e formação em matéria nuclear (2012-2013) (JO L 47 de 18.2.2012, p. 25).

iniciativa emblemática «União da Inovação», caracterizada pela procura da excelência no domínio da investigação e da livre circulação de investigadores, conhecimentos e tecnologias no seio de um mercado único da investigação e da inovação em toda a UE. Atribui também grande importância ao potencial de inovação da investigação, incluindo, quando relevante, uma centragem na resolução dos grandes desafios sociais, como salientado na Estratégia Europa 2020. A cada vez maior importância da valorização do potencial de crescimento e emprego do setor da investigação, impulsionado pela inovação e partindo de uma economia baseada no conhecimento, assume um significado especial no quadro da crise económica como forma de limitar os seus efeitos e de garantir uma recuperação rápida no próximo ciclo de relançamento da economia.

O Programa Cooperação abrange todo o leque de atividades de investigação realizadas em cooperação transnacional, desde projetos em colaboração e redes até à coordenação de programas nacionais de investigação. Em 2012, o orçamento solicitado no âmbito desta componente do programa será consagrado ao financiamento da investigação em colaboração nos domínios da saúde, alimentação, agricultura e biotecnologias, tecnologias da informação e das comunicações, nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção, energia, ambiente (incluindo as alterações climáticas), transportes (incluindo a aeronáutica), bem como investigação em ciências socioeconómicas e ciências humanas. Além disso, serão desenvolvidas ações e iniciativas tecnológicas nos domínios do espaço e da segurança.

Em especial, as atividades de investigação financiadas no âmbito dos domínios temáticos do ambiente (incluindo as alterações climáticas), bem como da alimentação, agricultura e pescas e da biotecnologia (Iniciativa Europeia sobre Bioenergia) contribuirão para desenvolver formas e meios de atenuação das alterações climáticas ou de adaptação a essas alterações. Além disso, a questão do clima como uma ameaça à segurança será abordada ligando os aspetos socioeconómicos (com especial incidência nos conflitos), ambientais e de relações externas.

No domínio dos transportes, as iniciativas de investigação visam o desenvolvimento de sistemas inovadores respeitadores do ambiente e competitivos para todos os modos de transporte de superfície (caminho de ferro, estradas e vias navegáveis interiores) e uma melhor integração dos vários modos de transporte. As prioridades incluem o apoio à indústria europeia no domínio da aeronáutica (tecnologias relacionadas com a implementação do Céu Único) e do espaço (GALILEO: investigação e esforços contínuos de demonstração, em paralelo com o Programa Galileo, com financiamento direto das fases de implantação).

No domínio da energia, as atividades de investigação visam apoiar os atuais objetivos da política energética, em especial os estabelecidos no Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas (Plano SET), mediante o desenvolvimento e demonstração de áreas tecnológicas selecionadas (incluindo programas de demonstração em larga escala) que deverão permitir melhorias significativas em termos da potencial quota de mercado das energias renováveis (em especial através da redução de custos e da melhoria do serviço) e a redução das emissões decorrentes da produção de energia (incluindo emissões de gases com efeito de estufa), com uma tónica no «carvão limpo» que visa a «produção de energia com emissões nulas» utilizando tecnologias de captação e armazenagem de CO₂, bem como através de uma maior eficiência energética e poupança de energia com vista ao desenvolvimento de redes de energia inteligentes.

O Programa Cooperação do 7.º PQ prevê o apoio a parcerias público-privadas de longo prazo sob a forma de iniciativas tecnológicas conjuntas (ITC). As iniciativas tecnológicas conjuntas abrangerão domínios de grande interesse público europeu incidindo em assuntos identificados em diálogo com a indústria, especialmente no âmbito das plataformas tecnológicas europeias. Combinarão investimentos do setor privado e financiamento público nacional e europeu, incluindo financiamento proveniente do Programa-Quadro. As ITC concentrarão os recursos das empresas, dos Estados-Membros e da Comissão em programas específicos de investigação. Criarão a massa crítica para a investigação e inovação europeias, consolidarão a comunidade europeia de investigação em áreas estratégicas fundamentais e simplificarão o financiamento de projetos a fim de permitir uma mais rápida aplicação dos resultados da investigação.

Em 2013, a Comissão deverá, ao abrigo do tema «Saúde», discutir a proposta de recondução da Parceria entre a Europa e os Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos (EDCTP). Os efeitos das doenças associadas à pobreza continuam a representar um enorme desafio nos países em desenvolvimento, particularmente em África. São urgentemente necessárias novas intervenções no domínio da Medicina. O desenvolvimento de novos medicamentos, vacinas ou microbicidas é dispendioso, em especial porque exige ensaios clínicos. Os esforços de investigação em curso na Europa nesse domínio continuam a ser muito fragmentados e, portanto, pouco eficazes, ao passo que as capacidades de investigação e os investimentos continuam a não ser adequados nos países em desenvolvimento. Com base no sucesso da primeira EDCTP, lançada em 2003, esta segunda fase visa a realização de 120 novos ensaios clínicos com vista a reforçar as capacidades de África em matéria de investigação clínica e a formar 350 investigadores e médicos africanos.

Ao abrigo do tema «Alimentação, agricultura e pescas e biotecnologia», prevê-se que seja criada uma parceria público-privada para as indústrias baseadas na biologia, no seguimento da Comunicação da Comissão intitulada «Inovação para um Crescimento Sustentável: Bioeconomia para a Europa»⁷⁷. As ITC IMI (Medicamentos Inovadores), *Clean Sky*, ARTEMIS (Sistemas Informáticos Incorporados) e ENIAC (Plataforma Tecnológica Europeia para a Nanoelectrónica) foram adotadas pelo Conselho em dezembro de 2007, enquanto a proposta da Comissão relativa à ITC PCH (Pilhas de Combustível e Hidrogénio) foi adotada em maio de 2008. No final de 2009, as ITC ARTEMIS, *Clean Sky* e IMI tornaram-se autónomas. As ITC PCH e ENIAC tornaram-se autónomas em 2010 (respetivamente em maio e novembro).

A Empresa Comum SESAR, que se tornou um organismo da Comunidade em 1 de janeiro de 2009, é responsável pela fase de desenvolvimento do SESAR (Investigação e Gestão do Tráfego Aéreo no Céu Único Europeu), garantindo a modernização do sistema de gestão do tráfego aéreo europeu mediante a racionalização e concentração das atividades públicas e privadas de investigação e desenvolvimento no domínio da gestão do tráfego aéreo na Comunidade.

Ideias (1 707,2 milhões de EUR)

O orçamento operacional solicitado pela Comissão ao abrigo desta componente do programa será dedicado à introdução de uma nova dinâmica na investigação, privilegiando a excelência através da concorrência e atraindo os melhores investigadores. Esta componente do programa complementa os regimes de financiamento existentes a nível nacional e europeu. Ao estabelecer padrões de referência de excelência a nível mundial nas suas avaliações e na investigação que financia, o Conselho Europeu da Investigação (CEI) vai elevar o estatuto, a visibilidade e a atratividade da investigação de ponta europeia, potenciando uma poderosa dinâmica no sentido de uma maior qualidade do sistema global de investigação na Europa. Desse modo, o CEI apoia a excelência no domínio da investigação em toda a União Europeia e nos Países Associados.

O CEI será apoiado no financiamento de projetos da iniciativa dos investigadores em todos os domínios científicos e tecnológicos, incluindo a engenharia, as ciências socioeconómicas e as ciências humanas. A execução do Programa «Ideias» é externalizada, estando confiada à Agência Executiva do CEI, que tem como objetivo a conceção e implantação de formas de gestão eficientes, eficazes, transparentes e responsáveis das subvenções CEI, com base em boas práticas existentes e na simplificação de práticas, quando adequado.

Pessoas (954,2 milhões de EUR)

No âmbito da legislação em vigor em matéria de Programas-Quadro, este programa de trabalho apoia inteiramente as iniciativas do Espaço Europeu da Investigação relacionadas com os investigadores, tal como a Comissão havia proposto em 2008. O objetivo destas iniciativas é tornar a Europa mais atraente para os investigadores e estabelecer uma «circulação de cérebros» equilibrada no interior da UE e também na relação com países terceiros. O programa de trabalho «Pessoas», ao promover também a mobilidade geográfica e intersetorial

dos investigadores, fundamentais para o impulso da inovação europeia, apoia ativamente a Estratégia Europa 2020 da Comissão e, em particular, três iniciativas emblemáticas: União da Inovação, Juventude em Movimento e a Agenda para Novas Qualificações e Novos Empregos.

Esta parte do programa visa o reforço quantitativo e qualitativo do potencial humano em investigação e tecnologia na Europa, incentivando as pessoas a enveredarem pela profissão de investigador, encorajando os investigadores europeus a permanecerem na Europa e atraindo para a Europa os melhores investigadores de todo o mundo. O programa é executado através de investimentos sistemáticos em pessoas, especialmente mediante um conjunto coerente de Ações Marie Curie, tomando especialmente em consideração o valor acrescentado europeu em termos do seu efeito estruturante no Espaço Europeu da Investigação. A dimensão de mobilidade integrada nas ações, o aumento da cooperação internacional e a transferência de conhecimentos entre organizações e empresas do ramo da investigação de diferentes países são outras tantas características fundamentais do programa. As ações são destinadas a investigadores em todas as fases da carreira, do setor público ou privado, bem como à transferência de conhecimentos entre setores, e com o resto do mundo.

Ao externalizar a gestão das atividades do Programa «Pessoas», bem como as ações referentes às PME no âmbito do Programa «Capacidades», confiando-as à Agência de Execução para a Investigação, os serviços da Comissão poderão concentrar a sua atenção no desenvolvimento de políticas. A gestão dos programas é confiada a um serviço específico, que pode dedicar a sua atenção ao desenvolvimento das competências técnicas e de gestão necessárias com vista a melhorar a administração do Programa-Quadro. O resultado será uma maior eficácia e flexibilidade na execução do programa, a simplificação dos procedimentos utilizados e uma maior proximidade da ação externalizada relativamente aos beneficiários finais, proporcionando melhores respostas a pedidos de informação de (potenciais) beneficiários.

Capacidades (649,5 milhões de EUR)

Esta parte do programa contribuirá para o cumprimento do grande objetivo da política de investigação da UE que consiste em desenvolver um Espaço Europeu da Investigação aberto e competitivo, elemento essencial da iniciativa emblemática «União da Inovação», caracterizada pela procura da excelência no domínio da investigação e da livre circulação de investigadores, conhecimentos e tecnologias no seio de um mercado único da investigação e da inovação em toda a UE. Ao financiar uma investigação de ponta e de excelência em áreas prioritárias e ao congregar os recursos de investigação, este programa ajudará a impulsionar os investimentos em I&D e em inovação na Europa, a melhorar a integração da I&D europeia e a aumentar a excelência da investigação. Esses objetivos serão alcançados através do apoio a uma vasta gama de iniciativas para: otimizar as infraestruturas de investigação já existentes ou a desenvolver na Europa; reforçar a capacidade de inovação das PME; aumentar o potencial de investigação das regiões europeias e dos agregados regionais centrados na investigação; libertar todo o potencial de investigação nas regiões de convergência e ultraperiféricas da UE; estimular uma integração harmoniosa das realizações científicas e tecnológicas na sociedade europeia; aumentar a coerência das políticas de investigação nacionais e da União Europeia; e construir parcerias estratégicas de I&D com países exteriores à UE. Com o seu impacto combinado, estes programas permitirão a emergência e o reforço de polos europeus de excelência em vários domínios.

Euratom (Ações indiretas)

Para 2013, é proposta uma dotação de **993,2 milhões de EUR** para despesas operacionais relacionadas com as ações indiretas financiadas pelo **7.º Programa-Quadro Euratom**, sendo **937,4 milhões de EUR** dedicados ao programa de energia de fusão. A fusão nuclear oferece a perspetiva de um abastecimento quase ilimitado de energia não poluente, com o ITER a constituir o próximo passo crucial na via para esse objetivo último.

Centro Comum de Investigação (Ações diretas)

		5 519,669	954,252	1 515,172	60,981	197,127	751,097	8 998,298
<i>Despesas administrativas relativas às ações indiretas CE</i>		261,941 (**)	3,000	78,930	9,650	4,100	19,984	377,605
<i>Total das ações indiretas CE</i>		5 781,610	957,252	1 594,102	70,631	201,227	771,081	9 375,903
Energia de fusão		71,845						71,845
Empresa Comum ITER		865,510						865,510
Cisão nuclear e proteção contra as radiações		55,839						55,839
<i>Despesas operacionais relativas às ações indiretas Euratom</i>		993,194						993,194
<i>Despesas administrativas relativas às ações indiretas Euratom</i>		74,829 (*)						74,829
<i>Ações indiretas Euratom</i>		1 068,023						1 068,023
Total das ações indiretas		6 849,633	957,252	1 594,102	70,631	201,227	771,081	10 443,926
TOTAL GERAL	393,228	6 849,633	957,252	1 594,102	70,631	201,227	771,081	10 837,154

(*) Incluindo a empresa comum / iniciativa tecnológica conjunta

(**) Incluindo as agências de execução

5.8.3. Quadro-resumo – 7.º Programa-Quadro de Investigação – Despesas operacionais e administrativas

Rubrica	Dotações de autorização 2013						Dotações de pagamento 2013					
	Despesas operacionais	Pessoal «Investigação»	Pessoal externo	Outras despesas de gestão	Outras despesas administrativas	Total	Despesas operacionais	Pessoal «Investigação»	Pessoal externo	Outras despesas de gestão	Outras despesas administrativas	Total
Ações diretas												
Programa específico CE	32,898	145,865	32,407	64,032		275,203	33,000	145,865	32,407	64,032		275,305
Programa específico Euratom	10,250	59,235	10,593	37,948		118,025	10,400	59,235	10,593	37,948		118,175
Conclusão de ações anteriores												0,000
Ações diretas — Total	43,148	205,100	43,000	101,980		393,228	43,400	205,100	43,000	101,980		393,480
Ações indiretas												
<i>Programa CE</i>												
Programa específico «Cooperação»	5 687,364	158,808	41,474	63,304	16,081	5 967,031	4 769,609	158,808	41,474	63,304	16,081	5 049,276
Programa específico «Ideias»	1 707,158	0,368	0,087	0,154	39,000	1 746,767	1 226,786	0,368	0,087	0,154	39,000	1 266,395
Programa específico «Pessoas»	954,252	2,157	0,748	0,434	26,547	984,138	800,000	2,157	0,748	0,434	26,547	829,886
Programa específico «Capacidades»	649,524	13,056	3,339	5,377	6,672	677,967	631,106	13,056	3,339	5,377	6,672	659,549
<i>Total das ações indiretas — Programa CE</i>	8 998,298	174,389	45,647	69,269	88,300	9 375,903	7 427,502	174,389	45,647	69,269	88,300	7 805,107
Programa Euratom ⁽¹⁾	993,194	22,840	1,615	10,984	39,390	1 068,023	641,984	22,840	1,615	10,984	39,390	716,813
Conclusão de ações anteriores							53,944					53,944
Ações indiretas — Total	9 991,492	197,229	47,262	80,253	127,690	10 443,926	8 123,429	197,229	47,262	80,253	127,690	8 575,863
Investigação – Total geral UE-27	10 034,640	402,329	90,262	182,233	127,690	10 837,154	8 166,829	402,329	90,262	182,233	127,690	8 969,343

Rubrica	Dotações de autorização								Dotações de pagamento								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	pós-2013	Total
Ações diretas																	
<i>Programa específico CE</i>																	
Dotações para pessoal e recursos	196,183	203,481	207,714	218,882	227,001	235,416	242,305	1 530,982	196,183	203,481	207,714	218,882	227,001	235,416	242,305	0,000	1 530,982
Dotações operacionais	28,847	29,425	30,000	30,613	31,226	31,531	32,898	214,540	11,539	26,828	29,120	32,000	28,470	29,032	33,000	24,551	214,540
<i>Programa específico CE — Total</i>	225,030	232,906	237,714	249,495	258,227	266,947	275,203	1 745,522	207,722	230,309	236,834	250,882	255,471	264,448	275,305	24,551	1 745,522
<i>Programa específico Euratom</i>																	
Dotações para pessoal e recursos	87,624	90,822	92,326	97,568	100,937	104,648	107,775	681,701	87,624	90,822	92,326	97,568	100,937	104,648	107,775	0,000	681,701
Dotações operacionais	8,818	8,994	8,200	9,358	9,544	9,895	10,250	65,059	4,409	8,924	9,060	9,300	9,046	9,073	10,400	4,848	65,059
<i>Programa Específico Euratom — Total</i>	96,442	99,816	100,526	106,926	110,481	114,543	118,025	746,759	92,033	99,746	101,386	106,868	109,983	113,721	118,175	4,848	746,759

Ações diretas — Total	321,472	332,722	338,240	356,421	368,708	381,490	393,228	2 492,281	299,755	330,055	338,220	357,750	365,453	378,169	393,480	29,399	2 492,281
Ações indiretas																	
<i>Programa específico CE</i>																	
<i>Dotações administrativas</i>																	
Programa específico «Cooperação»	194,211	203,514	233,598	241,646	254,220	277,213	279,667	1 684,069	194,211	203,514	233,598	241,646	254,220	277,213	279,667	0,000	1 684,069
Programa específico «Ideias»	39,479	30,703	29,744	35,626	36,215	39,854	39,609	251,230	39,479	30,703	29,744	35,626	36,215	39,854	39,609	0,000	251,230
Programa específico «Pessoas»	24,217	23,830	22,450	27,232	26,996	28,397	29,886	183,008	24,217	23,830	22,450	27,232	26,996	28,397	29,886	0,000	183,008
Programa específico «Capacidades»	23,884	22,986	30,419	32,307	30,609	27,017	28,443	195,665	23,884	22,986	30,419	32,307	30,609	27,017	28,443	0,000	195,665
<i>Dotações administrativas — Programa específico CE — Subtotal</i>	281,791	281,033	316,211	336,811	348,040	372,481	377,605	2 313,972	281,791	281,033	316,211	336,811	348,040	372,481	377,605	0,000	2 313,972
<i>Dotações operacionais</i>																	
Programa específico «Cooperação»	3 476,434	3 613,837	3 770,544	4 087,509	4 621,649	5 220,474	5 687,364	30 477,810	499,631	2 292,631	2 630,619	3 207,400	3 706,335	3 685,972	4 769,609	9 685,613	30 477,810
Programa específico «Ideias»	260,843	516,123	778,926	1 101,632	1 299,081	1 564,948	1 707,158	7 228,711	2,000	318,308	219,787	514,641	714,484	818,083	1 226,786	3 414,622	7 228,711
Programa específico «Pessoas»	430,179	471,887	503,034	534,190	764,407	905,662	954,252	4 563,611	6,000	232,731	393,004	309,866	557,230	588,806	800,000	1 675,974	4 563,611
Programa específico «Capacidades»	407,730	478,490	546,164	623,301	685,898	509,474	649,524	3 900,581	99,697	340,860	488,020	459,125	633,100	507,526	631,106	741,146	3 900,581
<i>Dotações operacionais — Programa específico CE — Subtotal</i>	4 575,186	5 080,337	5 598,668	6 346,632	7 371,035	8 200,558	8 998,298	46 170,713	607,328	3 184,530	3 731,430	4 491,032	5 611,149	5 600,387	7 427,502	15 517,354	46 170,713
<i>Programas específicos CE — Total</i>	4 856,977	5 361,370	5 914,879	6 683,443	7 719,075	8 573,039	9 375,903	48 484,685	889,119	3 465,563	4 047,641	4 827,843	5 959,189	5 972,868	7 805,107	15 517,354	48 484,685
<i>Programa Euratom</i>																	
Dotações administrativas	31,470	69,510	70,621	68,028	72,794	74,054	74,829	461,306	31,470	69,510	70,621	68,028	72,794	74,054	74,829	0,000	461,306
Dotações operacionais (1)	276,281	326,660	428,143	434,533	448,090	1 183,379	993,194	4 090,280	91,400	271,000	266,500	300,735	270,874	421,748	641,984	1 826,039	4 090,280
<i>Programa específico Euratom — Total</i>	307,751	396,170	498,764	502,561	520,884	1 257,433	1 068,023	4 551,586	122,870	340,510	337,121	368,763	343,668	495,802	716,813	1 826,039	4 551,586
Ações indiretas — Total	5 164,728	5 757,540	6 413,643	7 186,004	8 239,959	9 830,472	10 443,926	53 036,271	1 011,989	3 806,073	4 384,762	5 196,606	6 302,857	6 468,670	8 521,920	17 343,394	53 036,271
Investigação — Total geral	5 486,200	6 090,262	6 751,883	7 542,425	8 608,667	10 211,962	10 837,154	55 528,552	1 311,744	4 136,128	4 722,982	5 554,356	6 668,310	6 846,839	8 915,400	17 372,792	55 528,552

(1) E incluída uma quantia de 650 milhões de EUR para o ITER, relacionada com o Orçamento Retificativo n.º 1/2012.

Rubrica	Execução	Orçamento	Projeto de orçamento	Diferença	Descrição das despesas
	2011	2012	2013	2013 / 2012	
7.º PQ CE					
Remunerações e subsídios relativos ao pessoal no ativo					
7.º PQ CE Ações indiretas XX 01 05 01	167 550 382	170 245 000	174 389 000	2,43%	Esta rubrica destina-se a cobrir despesas de pessoal dos programas específicos do 7.º Programa-Quadro de Investigação: «Cooperação», «Ideias», «Pessoas», «Capacidades» e «Energia nuclear», previstas nos respetivos quadros do pessoal e afetadas aos domínios de intervenção «Empresa e Indústria» (título 02), «Mobilidade e Transportes» (título 06), «Investigação» (título 08), «Sociedade da Informação e <i>Media</i> » (título 09), «Educação e Cultura» (título 15) e «Energia» (título 32).

DG ENTR (02 01 05 01)	9 302 240	11 730 000	11 184 000	-4,65%	
DG MOVE (06 01 05 01)	5 473 000	6 000 000	5 750 000	-4,17%	
DG RTD (08 01 05 01)	101 366 818	100 763 000	104 953 000	4,16%	
DG INFISO (09 01 05 01)	47 750 472	48 100 000	48 600 000	1,04%	
DG EAC (15 01 05 01)	1 753 542	1 952 000	1 952 000	0,00%	
DG ENER (32 01 05 01)	1 904 310	1 700 000	1 950 000	14,71%	
7.º PQ CE Ações diretas 10 01 05 01 JRC	128 363 301	141 697 000	145 865 475	2,94%	Para mais pormenores, queira consultar a descrição da despesa apresentada abaixo para o artigo 10 01 05.
Pessoal externo					
7.º PQ CE Ações indiretas XX 01 05 02	44 100 033	45 625 000	45 647 000	0,05%	Esta rubrica destina-se a cobrir despesas de pessoal externo dos programas específicos do 7.º Programa-Quadro de Investigação: «Cooperação», «Ideias», «Pessoas», «Capacidades» e «Energia nuclear», previstas nos respetivos quadros do pessoal e afetadas aos domínios de intervenção «Empresa e Indústria» (título 02), «Mobilidade e Transportes» (título 06), «Investigação» (título 08), «Sociedade da Informação e <i>Media</i> » (título 09), «Educação e Cultura» (título 15) e «Energia» (título 32).
DG ENTR (02 01 05 02)	3 127 676	3 650 000	3 650 000	0,00%	
DG MOVE (06 01 05 02)	2 606 980	2 900 000	2 800 000	-3,45%	
DG RTD (08 01 05 02)	25 429 077	24 650 000	24 672 000	0,09%	
DG INFISO (09 01 05 02)	11 549 101	12 875 000	12 875 000	0,00%	
DG EAC (15 01 05 02)	570 000	700 000	700 000	0,00%	
DG ENER (32 01 05 02)	817 200	850 000	950 000	11,76%	
7.º PQ CE Ações diretas 10 01 05 02 JRC	39 935 571	32 400 000	32 407 225	0,02%	Para mais pormenores, queira consultar a descrição da despesa apresentada abaixo para o artigo 10 01 05.
Outras despesas de gestão					
7.º PQ CE Ações indiretas XX 01 05 03	62 844 963	70 272 000	69 269 000	-1,43%	Esta rubrica destina-se a cobrir outras despesas de gestão dos programas específicos do 7.º Programa-Quadro de Investigação: «Cooperação», «Ideias», «Pessoas», «Capacidades» e «Energia nuclear», previstas nos respetivos quadros do pessoal e afetadas aos domínios de intervenção «Empresa e Indústria» (título 02), «Mobilidade e Transportes» (título 06), «Investigação» (título 08), «Sociedade da Informação e <i>Media</i> » (título 09), «Educação e Cultura» (título 15) e «Energia» (título 32). Estas despesas estão relacionadas com: <ul style="list-style-type: none"> – Manutenção e desenvolvimento (incluindo <i>software</i> e <i>hardware</i>) dos sistemas de TI diretamente relacionados com a apresentação, avaliação e seguimento de projetos do 7.º PQ (incluindo a Plataforma de Avaliação do 7.º PQ, o ESSP, o URF e outros); – Auditorias externas; – Custos de reuniões de peritos, conferências, <i>workshops</i> e seminários; – Informação e comunicação sobre o 7.º PQ; – Missões (seguimento dos projetos e missões de informação aos potenciais participantes sobre os convites à apresentação de propostas), formação e custos de representação.
DG ENTR (02 01 05 03)	7 168 137	4 625 000	5 150 000	11,35%	
DG MOVE (06 01 05 03)	508 079	1 445 000	1 100 000	-23,88%	
DG RTD (08 01 05 03)	33 832 043	45 039 000	44 016 000	-2,27%	
DG INFISO (09 01 05 03)	19 628 195	17 955 000	17 455 000	-2,78%	
DG EAC (15 01 05 03)	649 107	348 000	348 000	0,00%	

DG ENER (32 01 05 03)	1 059 402	860 000	1 200 000	39,53%	
7.º PQ CE Ações diretas 10 01 05 03 JRC	58 656 695	61 319 000	64 031 900	4,42%	Para mais pormenores, queira consultar a descrição da despesa apresentada abaixo para o artigo 10 01 05.
Total das despesas administrativas					
7.º PQ CE Ações indiretas XX 01 05	274 495 379	286 142 000	289 305 000	1,11%	
DG ENTR (02 01 05)	19 598 053	20 005 000	19 984 000	-0,10%	
DG MOVE (06 01 05)	8 588 059	10 345 000	9 650 000	-6,72%	
DG RTD (08 01 05)	160 627 938	170 452 000	173 641 000	1,87%	
DG INFISO (09 01 05)	78 927 767	78 930 000	78 930 000	0,00%	
DG EAC (15 01 05)	2 972 649	3 000 000	3 000 000	0,00%	
DG ENER (32 01 05)	3 780 912	3 410 000	4 100 000	20,23%	
7.º PQ CE Ações diretas 10 01 05 JRC	226 955 567	235 416 000	242 304 600	2,93%	
Total 7.º PQ CE	501 450 946	521 558 000	531 609 600	1,93%	
7.º PQ EURATOM					
7.º PQ Ações indiretas Euratom	36 892 339	35 054 000	35 439 000	1,10%	
Remunerações e subsídios relativos ao pessoal no ativo vinculado à investigação direta DG RTD (08 01 05 01)	24 250 000	23 456 000	22 840 000	-2,63%	Queira consultar a descrição da despesa apresentada acima para a rubrica XX 01 05 01 do 7.º PQ CE
Pessoal externo vinculado à investigação indireta DG RTD (08 01 05 02)	1 495 000	1 637 000	1 615 000	-1,34%	Queira consultar a descrição da despesa apresentada acima para a rubrica XX 01 05 02 do 7.º PQ CE
Outras despesas de gestão da investigação indireta DG RTD (08 01 05 03)	11 147 339	9 961 000	10 984 000	10,27%	Queira consultar a descrição da despesa apresentada acima para a rubrica XX 01 05 03 do 7.º PQ CE
7.º PQ Ações diretas Euratom	100 911 080	104 648 100	107 775 400	2,99%	
Remunerações e subsídios relativos ao pessoal no ativo vinculado à investigação direta JRC (10 01 05 01)	51 949 699	57 444 100	59 234 525	3,12%	Para mais pormenores, queira consultar a descrição da despesa apresentada abaixo para a rubrica 10 01 05
Pessoal externo vinculado à investigação direta JRC (10 01 05 02)	13 658 251	10 577 100	10 592 775	0,15%	
Outras despesas de gestão da investigação direta JRC (10 01 05 03)	35 303 130	36 626 900	37 948 100	3,61%	
Total 7.º PQ EURATOM	137 803 419	139 702 100	143 214 400	2,51%	
Total Geral 7.º PQ CE + EURATOM	639 254 365	661 260 100	674 824 000	2,05%	

Artigo 10 01 05 — Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Investigação direta»

Este artigo destina-se a cobrir as despesas relacionadas com os Programas-Quadro da CE (7.º PQ, 2007-2013) e da Euratom (7.º PQ, 2007-2011 e 2012-2013) em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico.

Número 10 01 05 01 — Despesas relativas ao pessoal da investigação (205 milhões de EUR)

Estas dotações destinam-se a financiar despesas relacionadas com o pessoal permanente abrangido pelo Estatuto do Pessoal que ocupa postos no quadro de pessoal do JRC. O pessoal permanente desenvolve atividades científicas e técnicas em apoio do processo de elaboração das políticas 2020 da UE nos diferentes polos do JRC: Ispra (IT), Geel (BE), Karlsruhe (DE), Petten (NL) e Sevilha (ES).

O pedido do JRC inclui uma redução de 1% nos respetivos quadros do pessoal, em conformidade com a proposta da Comissão incluída no futuro quadro financeiro plurianual e que visa uma redução de 5% do pessoal durante o período 2013-2017. Os custos de pessoal abrangem o salário de base, os diferentes subsídios e reembolsos e as contribuições decorrentes de disposições estatutárias.

O aumento do orçamento (3%) reflete a evolução esperada dos quadros de pessoal e do custo de vida nos diferentes polos do JRC, combinada com o impacto da evolução da carreira dos funcionários públicos. Com efeito, tendo em conta a estrutura etária dos funcionários do JRC, a progressão dos funcionários do JRC na respetiva carreira não será compensada pelo nível relativamente limitado de passagens à reforma previsto para os próximos dois anos.

Número 08 01 05 02 — Pessoal externo vinculado à investigação (43 milhões de EUR)

O pessoal externo solicitado pelo JRC para 2013 mantém-se ao mesmo nível de 2012, em equivalente a tempo inteiro. O aumento de 0,15% reflete a evolução esperada do custo de vida nos diferentes polos do JRC, combinada com o impacto da evolução média da carreira dos funcionários públicos, que será menor do que o verificado para os funcionários permanentes, dada a natureza finita dos contratos em causa.

Importa aqui notar que o custo do pessoal responsável por tarefas administrativas e financeiras representa apenas 15% das dotações para as rubricas 10 01 05 01 (pessoal permanente) e 10 01 05 02 (pessoal externo). Esse custo inclui o pessoal que trabalha nas unidades responsáveis pelos recursos humanos, pelo orçamento e finanças, pelos contratos de aquisição, pelo recrutamento e formação, pelas tecnologias da informação, pelo controlo interno e ainda pela gestão dos recursos nos institutos localizados em Geel, Karlsruhe, Petten e Sevilha.

Número 10 01 05 03 — Outras despesas de gestão no domínio da investigação (102 milhões de EUR)

As dotações solicitadas, que representam um aumento de 4%, são necessárias para financiar as seguintes despesas:

1. Despesas de pessoal não cobertas pelos números 10 01 05 01 e 10 01 05 02 (14,2 milhões de EUR) Estas despesas repartem-se por: deslocações em serviço (8,6 milhões de EUR), formação (2,2 milhões de EUR), despesas médicas e custos sociais (2,2 milhões de EUR), despesas relacionadas com concursos e recrutamento (1,0 milhões de EUR), custos de representação (0,12 milhões de EUR) e reformas antecipadas autorizadas pelo Conselho em 30.9.2002 (0,08 milhões de EUR).

2. Despesas relacionadas com os recursos necessários à execução das atividades do JRC (87,8 milhões de EUR). Estas despesas incluem:
- Os custos de funcionamento normal dos institutos. Estas despesas, que são fixas e anuais, representam cerca de 55% desta rubrica orçamental:
 - Despesas de apoio científico e técnico aos institutos do JRC: Manutenção regular dos edifícios e das infraestruturas técnicas, consumíveis e fluidos, manutenção do equipamento científico e técnico, etc.;
 - Despesas de apoio administrativo para os institutos: consumíveis, telecomunicações, transportes, abastecimentos diversos, etc.;
 - Despesas relacionadas com a segurança e proteção dos diferentes polos (proteção contra radiações, combate a incêndios, etc.);
 - Despesas relacionadas com as tecnologias de informação e comunicação (ou seja, salas informáticas, servidores, etc.).
 - Despesas com obras de manutenção, renovação, reabilitação e construção. Esta rubrica, que representa cerca de 37% desta rubrica orçamental, cobre as despesas variáveis do JRC, nomeadamente custos excecionais de manutenção, obras de renovação, adaptação a novas normas, etc. Esta rubrica inclui ainda o financiamento dos grandes investimentos, nomeadamente a construção de novos edifícios, a renovação completa dos edifícios existentes e a aquisição de equipamentos importantes relacionados com a infraestrutura técnica das instalações. A maior parte dos polos do JRC tem previstos para 2013 vários grandes investimentos com vista a assegurar o cumprimento das normas de segurança da UE e dos objetivos ambientais UE/20/20/20, bem como das licenças de funcionamento e da regulamentação nacional de cada país de acolhimento. Com efeito, a estrutura de base e a estrutura científica do JRC datam dos anos 60 e estão agora a ser objeto de trabalhos significativos de renovação, de modo a garantir que o JRC possa continuar a conduzir o seu programa plurianual de investigação. As razões para esse investimento são:
 - O JRC é diretamente responsável pela gestão de cinco sítios, quatro dos quais incluem instalações nucleares, pelo que deve assegurar nesses sítios um ambiente de trabalho seguro e protegido que evite a exposição dos trabalhadores, da população circundante e do ambiente a riscos inaceitáveis.
 - Os equipamentos e as infraestruturas científicas desses sítios devem observar a regulamentação da Comissão e a regulamentação nacional em matéria de Saúde e Segurança (nomeadamente sendo sujeitos a inspeções) e deverão acompanhar a evolução das normas de modo a garantir o cumprimento das condições de licenciamento.
 - O âmbito das atividades do JRC, em particular quando envolvem o manuseamento de materiais sensíveis, exige uma proteção física efetiva contra o roubo ou a libertação desses materiais, como condição para o licenciamento dos sítios.
 - A iniciativa Europa 2020 promove uma economia mais eficiente na utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva. O JRC comprometeu-se a cumprir os objetivos 20/20/20 em todos os seus sítios. Esta iniciativa deve ser vista no contexto da crescente sensibilização para a necessidade de a Comissão atuar de forma exemplar na aplicação dos objetivos da política europeia nos domínios do clima e da energia («As autoridades públicas devem liderar dando o exemplo», como indicado pela Comissão na sua Comunicação «Energia

2020»).

Em resumo, o orçamento solicitado para 2013 é coerente com a anunciada evolução do quadro financeiro estabelecido para os programas específicos não-nuclear (2007-2013) e nuclear (2012-2013). A repartição das dotações para a investigação direta em 2013 é apresentada no quadro infra (com exceção das contribuições dos Estados da EFTA, exclusivamente relacionadas com a participação nas atividades não-nucleares do programa).

Programa-Quadro	Pessoal permanente (10 01 05 01)	Pessoal externo (10 01 05 02)	Outras despesas (10 01 05 03)
CE (não-nuclear)	145 865 475	32 407 225	64 031 900
Euratom (nuclear)	59 234 525	10 592 775	37 948 100
Total	205 100 000	43 000 000	101 980 000

5.9. Anexo IX - Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI)

(em milhões de EUR, arredondados)

Quadro-resumo – Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI)					
Projeto de orçamento de 2013					
Programas específicos PCI	Domínio de intervenção				
	ECFIN (*)	ENTR (*)	ENER	INFSO	Total
Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação (* incluindo aecoinovação (ENV))	204,7	169,1			373,8
Programa de Apoio à Política de TIC				145,7	145,7
Programa «Energia Inteligente - Europa II»			139,6		139,6
Total	204,7	169,1	139,6	145,7	659,1

O Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI) contribui para o reforço da competitividade e da capacidade de inovação na União Europeia, o avanço da sociedade do conhecimento e o desenvolvimento sustentável baseado num crescimento económico equilibrado.

O PCI tem uma dotação de cerca de 3,6 mil milhões de EUR para o período de 2007-2013 e, num esforço para ter em devida conta os seus múltiplos objetivos, é organizado em torno de três programas plurianuais específicos:

- 1) O Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação (EIP);
- 2) O Programa de Apoio à Política de TIC (ICT-PSP);
- 3) O Programa «Energia Inteligente — Europa II» (EIE II).

5.9.1. Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação (EIP)

O Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação (EIP) é um programa específico que se destina a apoiar as empresas, nomeadamente as pequenas e médias empresas, a inovação (incluindo aecoinovação) e a competitividade industrial.

O EIP facilita o acesso ao financiamento para o arranque e o crescimento das PME e o investimento em atividades de inovação, presta serviços às empresas, fornecendo, nomeadamente, informações sobre a legislação da UE, encoraja um ambiente adequado para as empresas e a inovação mediante a promoção do intercâmbio das melhores práticas entre os Estados-Membros e procura otimizar as tecnologias ambientais.

Foi-lhe atribuído cerca de 60 % da dotação global do programa (cerca de 2,2 mil milhões de EUR), um quinto dos quais (430 milhões de EUR) é consagrado à promoção daecoinovação em 2013.

Em especial, os instrumentos financeiros têm-se revelado pertinentes no presente contexto económico, incentivando o investimento produtivo nas PME, e parecem ser atualmente objeto de uma procura muito elevada. Por conseguinte, em 2013, a Comissão propõe reforçar as garantias e os instrumentos de capital de risco em 15

milhões de EUR; o nível total das dotações excederá em cerca de 31 milhões de EUR o nível de 2012.

5.9.2. Programa de Apoio à Política de TIC (ICT-PSP)

O Programa de Apoio à Política de TIC (ICT-PSP) destina-se a estimular a inovação e a competitividade, promovendo uma mais ampla aceitação e uma melhor utilização das TIC pelos cidadãos, administrações públicas e empresas, em especial as PME.

Ao programa ICT-PSP foi atribuída uma dotação total de cerca de 734 milhões de EUR para o período de 2007-2013.

O programa contribui para um contexto favorável ao desenvolvimento de serviços baseados em TIC e ajuda a superar obstáculos como a falta de interoperabilidade e a fragmentação do mercado.

A tónica é colocada numa maior adoção das TIC em áreas de interesse público, respondendo aos desafios enfrentados pela UE, como a transição para uma economia de baixo carbono ou uma sociedade em envelhecimento.

O programa ICT-PSP apoia, nomeadamente:

- Ações-piloto, envolvendo organizações públicas e privadas, destinadas a validar, em situações reais, os serviços baseados em TIC inovadores e interoperáveis em áreas como a saúde, envelhecimento e inclusão, bibliotecas digitais, serviços públicos melhorados, eficiência energética e mobilidade inteligente;
- *Web* multilingue e evolução da Internet;
- Ações de ligação em rede para partilhar experiências e preparar a implantação de soluções baseadas em TIC inovadoras nos domínios referidos, bem como monitorização da sociedade da informação através de avaliações comparativas, análises e ações de sensibilização.

5.9.3. Programa «Energia Inteligente — Europa II» (EIE II)

O programa «Energia Inteligente — Europa II» contribui para alcançar os objetivos da política energética da UE e cumprir o objetivo de energia limpa e eficiente.

Com cerca de 750 milhões de EUR de fundos disponibilizados entre 2007 e 2013, o programa EIE II ajuda a realizar os objetivos ambiciosos em matéria de alterações climáticas e energia que a UE se propôs alcançar.

A União Europeia aposta na iniciativa «20-20-20»:

- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20 % relativamente aos níveis de 1990 (até 30 % se as condições o permitirem),
- aumentar a utilização de fontes de energia renováveis para 20 %, e
- melhorar a eficiência energética em 20 % até 2020.

O objetivo do programa é contribuir para uma energia segura, sustentável e competitiva em termos de preços para a Europa, prevendo Ações destinadas a:

- incentivar a eficiência energética e a utilização racional dos recursos energéticos,

- promover fontes de energia novas e renováveis e apoiar a diversificação energética,
- promover a eficiência energética e a utilização de fontes de energia novas e renováveis nos transportes.

O programa apoia igualmente a implementação de legislação específica em matéria de energia.

5.10. Anexo X — Fundos estruturais e Fundo de Coesão

5.10.1. Dotações de autorização do projeto de orçamento de 2013

(em EUR)

Domínio de intervenção	EMPL	REGIO		DEVCO	TOTAL
Fundo	FSE	FEDER	FC	FEDER	
Objetivo «Convergência»	8 277 649 354	25 081 705 801	12 331 032 022		45 690 387 177
Objetivo «Competitividade regional»	3 307 212 956	4 022 082 950			7 329 295 906
Objetivo «Cooperação territorial»					1 369 097 976
- Cooperação territorial europeia		1 202 729 810			
- Programa PEACE		34 060 138			
- Contribuição CT do IPA		51 491 401			
- Contribuição IEVP				80 816 627	
Assistência técnica					
- AT operacional	10 000 000	50 000 000	18 967 978		78 967 978
- Gestão administrativa	15 700 000	11 300 000	4 200 000		31 200 000
Total	11 610 562 310	30 453 370 100	12 354 200 000	80 816 627	54 498 949 037
FSE- Fundo Social Europeu					
FEDER- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional					
FC- Fundo de Coesão					
IPA- Instrumento de Assistência de Pré-Adesão					
IEVP- Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria					
CT- Cooperação transfronteiriça					

Todos os valores dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão resultam das dotações decididas na base jurídica e respeitam inteiramente os limites máximos do Acordo Interinstitucional (AI) de 17 de maio de 2006 entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão, tendo em conta os efeitos do ponto 17 desse acordo.

As dotações anuais a preços correntes para os fundos estruturais e o Fundo de Coesão são obtidas mediante a indexação das quantias definidas a preços de 2004 a uma taxa única de 2 % ao ano. A assistência técnica representa 0,25 % do total global de cada fundo.

O ajustamento técnico do quadro financeiro para 2013 inclui o ajustamento das quantias atribuídas, a título dos fundos de apoio à coesão, aos Estados-Membros afetados pela divergência entre o PIB estimado e real para o período de 2007-2009 (ponto 17 do AI). Este ajustamento envolve dotações de autorização adicionais, em 2013, num total de 335,7 milhões de EUR. Desta quantia, 331,2 milhões de EUR foram atribuídos ao objetivo «Convergência» (dos quais 70,3 milhões de EUR no âmbito do Fundo de Coesão) e 4,5 milhões de EUR ao objetivo «Competitividade regional e emprego».

Normalmente, os fundos estruturais e o Fundo de Coesão absorverão inteiramente os recursos disponíveis na rubrica e, portanto, não haverá margem disponível dentro da sub-rubrica 1B, exceto para cerca de 25 milhões de EUR da dotação não programável (assistência técnica). Para os fundos estruturais, esta margem é de 17,2 milhões de EUR.

De igual modo, para o Fundo de Coesão, é deixada uma margem de 7,4 milhões de EUR ao abrigo da dotação para a assistência técnica de 30,6 milhões de EUR. É atribuído um montante de 4,2 milhões de EUR a despesas administrativas, sendo cerca de 18,9 milhões de EUR incluídos na rubrica operacional como parte da dotação global da assistência técnica (o Fundo de Coesão não tem uma rubrica separada para a assistência técnica

operacional).

Só há uma rubrica orçamental da rubrica 1B que não diz respeito aos domínios de intervenção «Política regional» e «Emprego e assuntos sociais»: trata-se da rubrica orçamental relativa ao Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP), «Cooperação transfronteiriça (CT), contribuição da rubrica 1B», que se encontra no âmbito do domínio de intervenção «Relações externas».

5.10.2. Dotações de pagamento do projeto de orçamento de 2013

(em milhões de EUR)

Domínio de intervenção	EMPL		REGIO		DEVCO	TOTAL
	FSE	FEDER	FC	FEDER	FEDER	
Período de programação 2007-13						
Objetivo «Convergência»	7 400,0	22 933,0	8 824,0			39 157,0
Objetivo «Competitividade regional»	3 190,0	3 490,0				6 680,0
Objetivo «Cooperação territorial»						1 132,2
- Cooperação territorial europeia		952,0				
- Programa PEACE		45,0				
- Contribuição CT do IPA		50,0				
- Contribuição IEVP					85,2	
Assistência técnica						
- AT operacional	6,5	40,5				47,0
- Gestão administrativa	15,7	11,3	4,2			31,5
Projetos-piloto/Ações preparatórias		4,6				4,6
Subtotal (2007-13)	10 612,2	27 526,4	8 828,2		85,2	47 052,0
Período de programação anterior a 2007						
Fundo de Coesão			848,0			848,0
Objetivo n.º 1						891,0
- Programa principal	273,0	618,0				
- Programa PEACE	0,0	0,0				
Objetivo n.º 2	0,0	62,0				62,0
Objetivo n.º 3	70,0					70,0
Iniciativas comunitárias						52,0
- EQUAL	7,0					
- URBAN		3,0				
- INTERREG III		42,0				
Assistência técnica	0,0	0,0				0,0
Subtotal (pré-2007)	350,0	725,0	848,0		0,0	1 923,0
Total geral	10 962,2	28 251,4	9 676,2		85,2	48 975,0

O orçamento global dos pagamentos é em grande medida composto por duas componentes:

- pagamentos intermédios para os programas de 2007-2013, que é a maior componente,
- e reembolsos para executar as autorizações por liquidar de programas e projetos de 2000-2006.

Programas do período 2007-2013

As dotações de pagamento referentes aos fundos estruturais (FEDER e FSE) foram calculadas com base nas taxas históricas de execução dos pagamentos em relação às parcelas de autorizações correspondentes do período de programação 2000-2006, partindo-se da premissa de que a percentagem de uma parcela de autorizações equivalente paga num dado ano não se altera significativamente entre dois períodos de programação.

Para o FEDER e o FSE, isto implica a análise das taxas de execução dos pagamentos das parcelas de autorizações

do período 2000-2006 para a UE-15 (uma vez que assim se obtêm as séries cronológicas mais longas). Pela subtração de quaisquer pré-pagamentos feitos em ambos os períodos, pode obter-se uma série de percentagens mostrando a forma como cada parcela de autorizações foi paga nos anos subsequentes.

Normalmente, devido à restrição de «n+2», quase todos os pagamentos feitos se estendem por três anos. A parcela de autorizações do FEDER de 2005, por exemplo, foi paga do seguinte modo:

2005 (ano n):	3 %
2006 (n+1):	14 %
2007 (n+2):	42 %
2008 (n+3):	36 %

Os dados do período 2000-2006 podem então ser extraídos e aplicados ao ano correspondente dos dados do período 2007-2013. Por conseguinte, para fazer a previsão dos pagamentos para 2013, aplica-se às parcelas de autorizações de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 uma série de percentagens, referentes às parcelas de autorizações correspondentes do período precedente (2000 para 2007, 2001 para 2008 e assim por diante).

Para os países «n+2», isso significa a aplicação das seguintes percentagens para o FEDER e o FSE para se chegar aos pagamentos estimados para 2013:

	FSE	FEDER
Parcela das DA (EM n+2)	% a aplicar à parcela das DA	% a aplicar à parcela das DA
2007	0 %	0 %
2008	0 %	0 %
2009	1 %	1 %
2010	27 %	24 %
2011	40 %	38 %
2012	18 %	14 %
2013	4 %	1 %

Para o novo período de programação, a regra «n+2» é substituída por «n+3» para alguns Estados-Membros. Por conseguinte, constroem-se dois modelos para cada fundo, de modo a ter em conta o facto de que o efeito mais provável do acréscimo de um ano será uma maior distribuição da taxa de pagamentos ao longo do tempo. Este aspeto é integrado no modelo mediante a simples redistribuição das percentagens utilizadas para os países «n+2», repartindo-as proporcionalmente de modo a ter em conta o ano extra.

	FSE	FEDER
Parcela das DA (EM n+3)	% a aplicar à parcela das DA	% a aplicar à parcela das DA
2007	0 %	0 %
2008	2 %	0 %
2009	23 %	22 %
2010	26 %	30 %
2011	34 %	30 %
2012	11 %	8 %
2013	3 %	1 %

Para 2011, 2012 e 2013, as parcelas de autorizações estão sujeitas à regra «n+2» para todos os Estados-Membros, restringindo assim a três anos o período ao longo do qual é feita a maioria dos pagamentos. Não obstante, para os países «n+3», o modelo prevê uma transição gradual para a distribuição aplicada para a regra «n+2».

Para o Fundo de Coesão, não há dados comparáveis do período de programação precedente, pois a regra «n+2»/«n+3» é uma nova característica deste fundo em 2007-2013 (os anteriores projetos do Fundo de Coesão estavam sujeitos a regras e regulamentos distintos). Assim, para o novo período de programação, foi decidido aplicar às autorizações do Fundo de Coesão os mesmos valores percentuais utilizados para o FEDER. Tal como com o FEDER e o FSE, houve igualmente uma separação entre os Estados-Membros «n+2» e «n+3» para ter em conta o facto de a Espanha ser o único país elegível para o Fundo de Coesão que não está no grupo «n+3».

Outro fator a ter em conta é a quantia que não foi paga devido à execução dos novos programas ter sido mais lenta do que o esperado, dada a necessidade de aprovação prévia dos sistemas de gestão e controlo para o recebimento de pagamentos intermédios. Assim, como alguns pagamentos previstos entre 2008 e 2010 não se efetuaram, o modelo tem quantias em falta, pois os pagamentos totais ao longo do período de programação não estarão integralmente contabilizados. Estas quantias em falta estão, pois, distribuídas equitativamente ao longo dos três anos subsequentes, como rácio dos pagamentos esperados em anos futuros.

Os valores sofreram um posterior ajustamento quando as estimativas iniciais resultantes foram corrigidas para ter em conta o impacto potencial de grandes projetos no FC, com o possível efeito que isso possa ter nos pagamentos intermédios, bem como a execução dos programas do FSE mais lenta do que o esperado inicialmente. Para ter em conta o efeito do acima exposto, as previsões para o FSE e o FC foram reduzidas em 10 %. Não foi aplicada nenhuma redução às estimativas de pagamento do FEDER. O quadro seguinte mostra os resultados para o FEDER.

Ano de autorização		Quantia inicial (em milhões de EUR)	Quantia menos pagamentos antecipados	Percentagens (com base em 2000-2006)	Estimativa dos pagamentos necessários	Quantias em falta 2007- 2012	Estimativa dos pagamentos em falta
2007	N+2	11 963	5 854	0%	0		
	N+3	15 260	5 741	0%	0		
2008	N+2	12 144	12 025	0%	0		
	N+3	16 306	15 760	0,4%	61		
2009	N+2	11 851	11 850	1%	78		
	N+3	16 324	16 323	22%	3 588		
2010	N+2	11 701	11 701	24%	2 752		
	N+3	16 509	16 488	30%	4 965		
2011	N+2	11 755	11 755	38%	4 469		
	N+3	17 052	17 052	30%	5 163		
2012	N+2	11 892	11 892	14%	1 711		
	N+3	17 706	17 706	8%	1 396		
2013	N+2	11 991	11 991	1%	117		
	N+3	18 490	18 490	1%	135		
Total	N+2	83 297	77 068	77,6%	9 126	3 297	12 423
	N+3	117 645	107 560	91,4%	15 307	-261	15 046
Todos os EM					24 434	3 036	27 469

Acrescentando as quantias para a assistência técnica e a contribuição para a cooperação transfronteiriça no âmbito do IEVP, obtêm-se as quantias totais das despesas do FEDER para o período 2007-2013, como se pode ver no quadro seguinte. Uma lógica semelhante à acima indicada para o FEDER foi igualmente aplicada ao FSE e ao Fundo de Coesão.

(em milhões de EUR)

	FEDER
FEDER segundo o modelo	27 469,36
Gestão administrativa	11,30
Assistência técnica operacional	40,50
CT IEVP	85,20
Total do FEDER	27 606,36
Do qual:	
DEVCO	85,20
REGIO	27 521,16

Programas do período 2000-2006

Como todos os programas se aproximam do encerramento, as previsões já não se baseiam no modelo utilizado nos anos anteriores e acima descrito, mas sim numa análise mais detalhada das autorizações por liquidar e do modelo de encerramento previsto.

Em relação aos fundos estruturais, os programas do período 2000-2006, no que respeita às principais rubricas orçamentais, alcançaram o limiar de 95 % para pagamentos antecipados e intermédios no início de 2011. Quanto aos restantes 5 %, o pagamento do saldo final só pode ser feito depois de os Estados-Membros enviarem à Comissão os documentos de encerramento exigidos para cada programa, e quando a Comissão tiver efetuado as avaliações e os controlos de auditoria necessários. Os pagamentos para 2013 foram estimados tendo em conta uma taxa de encerramento de 40 % com base na plena execução das rubricas orçamentais de 2012 em causa, e após dedução das anulações de autorizações esperadas ou já efetuadas.

No que respeita ao Fundo de Coesão, as autorizações por liquidar no final de 2012 são estimadas em aproximadamente 2,8 mil milhões de EUR. Parte-se do pressuposto de que o equivalente a cerca de um terço das autorizações por liquidar remanescentes previstas será pago em 2013, correspondendo a cerca de 0,8 mil milhões de EUR.

5.11. Anexo XI — Impacto financeiro da adesão da Croácia (necessidades de despesas operacionais)

Tal como mencionado na secção 1 do presente documento («Prioridades do projeto de orçamento de 2013»), a adesão da Croácia, prevista para 1 de julho de 2013, implica despesas operacionais adicionais, em conformidade com o pacote financeiro acordado no quadro da Conferência de Adesão de 30 de junho de 2011, conforme indicado no quadro abaixo.

(em milhões de EUR, a preços correntes)

Pacote financeiro para a Croácia, adesão em 1 de julho de 2013	2013	
	DA	DP
1. Crescimento sustentável	496,8	167,4
1A Competitividade para o crescimento e o emprego ⁽¹⁾	47,4	17,6
1B Coesão para o crescimento e o emprego	449,4	149,8
dos quais, fundos estruturais	299,6	89,9
dos quais, Fundo de Coesão	149,8	59,9
2. Preservação e gestão dos recursos naturais	20,4	12,1
despesas de mercado ⁽¹⁾	9,0	9,0
pagamentos diretos		
reserva para desminagem		
desenvolvimento rural		
Fundo Europeu das Pescas	8,7	2,2
Outro apoio da PCP, LIFE + ⁽¹⁾	2,7	0,9
3. Cidadania, liberdade, segurança e justiça	73,3	42,2
3A Liberdade, segurança e justiça ⁽¹⁾	2,1	1,1
Mecanismo financeiro Schengen	40,0	40,0
3B Cidadania ⁽¹⁾	2,2	1,1
Instrumento de Transição	29,0	
4. A UE como protagonista global		77,6
5. Administração	22,0	22,0
6. Compensações (mecanismo de tesouraria)	75,0	75,0
Total	687,5	396,3

1) As despesas que não foram objeto de pré-afetação são apresentadas apenas a título de exemplo.

Na devida altura, a Comissão irá apresentar uma proposta de ajustamento do quadro financeiro (2007-2013) em função do alargamento à Croácia, em conformidade com o disposto no ponto 29 do Acordo Interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira, de modo a ter em conta as necessidades de despesas operacionais decorrentes da adesão deste país. Subsequentemente, a Comissão irá apresentar, no início de 2013, um projeto de orçamento retificativo relativamente à integração das dotações suplementares para a Croácia no orçamento de 2013.

Nos primeiros seis meses de 2013, a Croácia continuará a ser elegível para efeitos de assistência de pré-adesão, no âmbito da rubrica 4, no montante de 93,5 milhões de EUR em dotações de autorização ao abrigo do programa

Document II

Figures by budget line

6. DADOS POR RUBRICA ORÇAMENTAL

Os dados da execução referem-se a todas as dotações autorizadas, incluindo as dotações orçamentais do exercício, as dotações adicionais e as receitas afectadas.

6.1. Despesas administrativas por domínio de intervenção

Classificação por natureza

Título Capítulo Artigo Número	Designação	QF	Dotações 2012	Projeto de orçamento 2013	Diferença
XX 01	Despesas administrativas atribuídas aos domínios de intervenção				
XX 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo dos domínios de intervenção				
XX 01 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo vinculado à instituição				
XX 01 01 01 01	Remunerações e subsídios	5	1 828 502 000	1 868 948 000	40 446 000
XX 01 01 01 02	Despesas e subsídios relativos ao recrutamento, transferências e cessação definitiva de funções	5	13 104 000	15 061 000	1 957 000
XX 01 01 01 03	Adaptações das remunerações	5	8 158 000	15 766 000	7 608 000
	<i>Subtotal</i>		1 849 764 000	1 899 775 000	50 011 000
XX 01 01 02	Despesas relativas ao pessoal da Comissão no ativo das delegações da União				
XX 01 01 02 01	Remunerações e subsídios	5	102 776 000	112 290 000	9 514 000
XX 01 01 02 02	Despesas e subsídios relativos ao recrutamento, transferências e cessação definitiva de funções	5	7 484 000	7 491 000	7 000
XX 01 01 02 03	Dotações para cobrir eventuais adaptações das remunerações	5	438 000	885 000	447 000
	<i>Subtotal</i>		110 698 000	120 666 000	9 968 000
	<i>Artigo XX 01 01 — Subtotal</i>		1 960 462 000	2 020 441 000	59 979 000
XX 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão				
XX 01 02 01	Pessoal externo vinculado à instituição				
XX 01 02 01 01	Agentes contratuais	5	66 268 808	67 307 486	1 038 678
XX 01 02 01 02	Pessoal das agências e assistência técnica e administrativa de apoio a diferentes atividades	5	23 810 000	23 545 000	-265 000
XX 01 02 01 03	Funcionários nacionais destacados temporariamente nos serviços da instituição	5	40 316 000	39 727 000	-589 000
	<i>Subtotal</i>		130 394 808	130 579 486	184 678
XX 01 02 02	Pessoal externo da Comissão em serviço nas delegações da União				
XX 01 02 02 01	Remunerações de outro pessoal	5	6 434 000	7 619 000	1 185 000
XX 01 02 02 02	Formação de jovens peritos e de peritos nacionais destacados	5	3 500 000	2 300 000	-1 200 000
XX 01 02 02 03	Despesas relativas a outro pessoal e pagamentos de outros serviços	5	256 000	256 000	
	<i>Subtotal</i>		10 190 000	10 175 000	-15 000
XX 01 02 11	Outras despesas de gestão da instituição				
XX 01 02 11 01	Despesas de deslocação em serviço e de representação	5	56 891 000	56 391 000	-500 000
XX 01 02 11 02	Despesas relativas a conferências e reuniões	5	27 508 000	27 008 000	-500 000
XX 01 02 11 03	Reuniões de comités	5	11 363 000	12 863 000	1 500 000
			2 000 000		-2 000 000
			13 363 000		-500 000
XX 01 02 11 04	Estudos e consultas	5	7 900 000	6 400 000	-1 500 000

XX 01 02 11 05	Informação e sistemas de gestão	5	26 985 000	26 985 000	
XX 01 02 11 06	Aperfeiçoamento profissional e formação na gestão propriamente dita	5	14 368 000	13 500 000	-868 000
	<i>Subtotal</i>		145 015 000	143 147 000	-1 868 000
	<i>40 01 40</i>		2 000 000		-2 000 000
			147 015 000		-3 868 000
XX 01 02 12	Outras despesas de gestão do pessoal da Comissão em serviço nas delegações da União				
XX 01 02 12 01	Despesas relativas às deslocações em serviço, conferências e receções	5	6 541 000	6 328 000	-213 000
XX 01 02 12 02	Aperfeiçoamento profissional do pessoal das delegações	5	522 000	500 000	-22 000
	<i>Subtotal</i>		7 063 000	6 828 000	-235 000
	<i>Artigo XX 01 02 — Subtotal</i>		292 662 808	290 729 486	-1 933 322
	<i>40 01 40</i>		2 000 000		-2 000 000
			294 662 808		-3 933 322
XX 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação, bem como a imóveis				
XX 01 03 01	Despesas da Comissão relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação				
XX 01 03 01 03	Equipamento em matéria de tecnologias da informação e comunicação	5	54 288 154	54 525 000	236 846
XX 01 03 01 04	Serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação	5	63 796 000	63 545 000	-251 000
	<i>Subtotal</i>		118 084 154	118 070 000	-14 154
XX 01 03 02	Imóveis e despesas conexas ao pessoal da Comissão em serviço nas delegações da União				
XX 01 03 02 01	Aquisição, arrendamento e despesas conexas	5	46 690 000	46 908 000	218 000
XX 01 03 02 02	Equipamento, mobiliário, fornecimentos e serviços	5	9 694 000	9 638 000	-56 000
	<i>Subtotal</i>		56 384 000	56 546 000	162 000
	<i>Artigo XX 01 03 — Subtotal</i>		174 468 154	174 616 000	147 846
XX 01 05	Despesas relacionadas com o pessoal no ativo vinculado à investigação indireta				
XX 01 05 01	Remunerações e subsídios relativos ao pessoal no ativo vinculado à investigação indireta	1.1	193 701 000	197 229 000	3 528 000
XX 01 05 02	Pessoal externo vinculado à investigação indireta	1.1	47 262 000	47 262 000	
XX 01 05 03	Outras despesas de gestão da investigação indireta	1.1	80 233 000	80 253 000	20 000
	<i>Subtotal</i>		321 196 000	324 744 000	3 548 000
	<i>Artigo XX 01 05 — Subtotal</i>		2 748 788 962	2 810 530 486	61 741 524
	Capítulo XX 01 — Total		2 000 000		-2 000 000
	<i>40 01 40</i>		2 750 788 962		59 741 524
	Total + reserva				

6.2. Despesas por domínio de intervenção

Título Capítulo Artigo Número	Designação	QF	Dotações 2012		Projeto de orçamento 2013		Diferença	
			Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos
01	Assuntos económicos e financeiros							
01 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Assuntos económicos e financeiros»							
01 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Assuntos económicos e financeiros »	5	54 238 966	54 238 966	65 038 268	65 038 268	10 799 302	10 799 302
01 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para o apoio ao domínio de intervenção « Assuntos económicos e financeiros »							
01 01 02 01	Pessoal externo	5	4 337 593	4 337 593	6 533 609	6 533 609	2 196 016	2 196 016

01 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	5 127 344	5 127 344	7 805 800	7 805 800	2 678 456	2 678 456
	40 01 40		329 267	329 267			-329 267	-329 267
			5 456 611	5 456 611			2 349 189	2 349 189
	<i>Artigo 01 01 02 — Subtotal</i>		9 464 937	9 464 937	14 339 409	14 339 409	4 874 472	4 874 472
	40 01 40		329 267	329 267			-329 267	-329 267
			9 794 204	9 794 204			4 545 205	4 545 205
01 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação e outras despesas de funcionamento do domínio de intervenção « Assuntos económicos e financeiros »							
01 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Assuntos económicos e financeiros»	5	3 458 051	3 458 051	4 042 093	4 042 093	584 042	584 042
01 01 03 04	Outras despesas de funcionamento	5	300 000	300 000	300 000	300 000		
	<i>Artigo 01 01 03 — Subtotal</i>		3 758 051	3 758 051	4 342 093	4 342 093	584 042	584 042
	<i>Capítulo 01 01 — Subtotal</i>		67 461 954	67 461 954	83 719 770	83 719 770	16 257 816	16 257 816
	40 01 40		329 267	329 267			-329 267	-329 267
			67 791 221	67 791 221			15 928 549	15 928 549
01 02	União Económica e Monetária							
01 02 02	Coordenação e vigilância da União Económica e Monetária	5	9 000 000	9 000 000	9 000 000	9 000 000		
01 02 04	Prince — Comunicação relativa à União Económica e Monetária, incluindo o euro	1.1	5 500 000	4 082 630	5 000 000	4 500 000	-500 000	417 370
	<i>Capítulo 01 02 — Subtotal</i>		14 500 000	13 082 630	14 000 000	13 500 000	-500 000	417 370
01 03	Questões económicas e financeiras internacionais							
01 03 01	Participação no capital de instituições financeiras internacionais							
01 03 01 01	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento — Colocação à disposição da parte realizada do capital subscrito	4	—	—	—	—		
01 03 01 02	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento — Parte mobilizável do capital subscrito	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 01 03 01 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
01 03 02	Assistência macrofinanceira	4	95 550 000	79 050 000	100 000 000	97 000 000	4 450 000	17 950 000
	<i>Capítulo 01 03 — Subtotal</i>		95 550 000	79 050 000	100 000 000	97 000 000	4 450 000	17 950 000
01 04	Operações e instrumentos financeiros							
01 04 01	Garantias da União Europeia a operações de contração de empréstimos da União e do Euratom e operações de concessão de empréstimos do BEI							
01 04 01 01	Garantia da União Europeia aos empréstimos da União destinados ao apoio das balanças de pagamentos	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
01 04 01 02	Garantia dos empréstimos contraídos pelo Euratom	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
01 04 01 03	Garantia da União Europeia a favor dos empréstimos contraídos pela União para efeitos de assistência financeira no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		

01 04 01 04	Garantia da União Europeia aos empréstimos da União destinados à concessão de assistência macrofinanceira a países terceiros	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
01 04 01 05	Garantia dos empréstimos Euratom destinados a financiar a melhoria da segurança e eficácia do parque nuclear dos países da Europa Central e Oriental e da Comunidade de Estados Independentes	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
01 04 01 06	Garantia da União Europeia aos empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento a países terceiros	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
01 04 01 14	Provisionamento do Fundo de Garantia	4						
	<i>Artigo 01 04 01 — Subtotal</i>							
	<i>Programa-Q</i>							
01 04 04	quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação	1.1						
	<i>Conclusão</i>							
01 04 05	do programa para as empresas: melhoria do quadro financeiro das pequenas e médias empresas (PME)	1.1						
	<i>Conclusão</i>							
01 04 06	da iniciativa Emprego (1998-2000)	1.1						
	<i>Fundo</i>							
01 04 09	Europeu de Investimento							
01 04 09 01	Fundo Europeu de Investimento — Colocação à disposição da parte realizada do capital subscrito	1.1						
01 04 09 02	Fundo Europeu de Investimento — Parte mobilizável do capital subscrito	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 01 04 09 — Subtotal</i>							
	<i>Segurança</i>							
01 04 10	nuclear	1.1	p.m.	p.m.	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	<i>Capítulo 01 04 — Subtotal</i>							
	<i>Título 01 — Subtotal</i>							
	40 01 40							
			329 267	329 267			-329 267	-329 267
			611 021 221	510 818 958			-51 941 451	-19 939 188
02	Empresa							
02 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Empresa»							
	<i>Despesas</i>							
02 01 01	relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção « Empresa »	5						
	<i>Pessoal</i>							
02 01 02	externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção « Empresa »							
02 01 02 01	Pessoal externo	5	5 819 863	5 819 863	5 755 924	5 755 924	-63 939	-63 939
02 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	4 881 377	4 881 377	4 383 761	4 383 761	-497 616	-497 616
	40 01 40							
			52 383	52 383			-52 383	-52 383
			4 933 760	4 933 760			-549 999	-549 999
	<i>Artigo 02 01 02 — Subtotal</i>							
	40 01 40							
			10 701 240	10 701 240	10 139 685	10 139 685	-561 555	-561 555
			52 383	52 383			-52 383	-52 383
			10 753 623	10 753 623			-613 938	-613 938

02 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Empresa »	5	4 549 061	4 549 061	4 463 544	4 463 544	-85 517	-85 517
02 01 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção « Empresa »							
02 01 04 01	Funcionamento e desenvolvimento do mercado interno, nomeadamente nos domínios da notificação, da certificação e da aproximação setorial — Despesas de gestão administrativa	1.1	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000		
02 01 04 02	Normalização e aproximação das legislações — Despesas de gestão administrativa	1.1	160 000	160 000	160 000	160 000		
02 01 04 04	Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa para o espírito empresarial e a inovação — Despesas de gestão administrativa	1.1	6 000 000	6 000 000	5 000 000	5 000 000	-1 000 000	-1 000 000
02 01 04 05	Programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo) — Despesas de gestão administrativa	1.1	4 000 000	4 000 000	1 000 000	1 000 000	-3 000 000	-3 000 000
02 01 04 06	Programa Europeu de Observação da Terra (GMES) — Despesas de gestão administrativa	1.1	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000		
02 01 04 30	Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação — Contribuição do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação	1.1	7 583 000	7 583 000	7 583 000	7 583 000		
	<i>Artigo 02 01 04 — Subtotal</i>		19 743 000	19 743 000	15 743 000	15 743 000	-4 000 000	-4 000 000
02 01 05	Despesas de apoio às atividades de investigação no domínio de intervenção « Empresa »							
02 01 05 01	Despesas relativas ao pessoal de investigação	1.1	11 730 000	11 730 000	11 184 000	11 184 000	-546 000	-546 000
02 01 05 02	Pessoal externo vinculado à investigação	1.1	3 650 000	3 650 000	3 650 000	3 650 000		
02 01 05 03	Outras despesas de gestão para a investigação	1.1	4 625 000	4 625 000	5 150 000	5 150 000	525 000	525 000
	<i>Artigo 02 01 05 — Subtotal</i>		20 005 000	20 005 000	19 984 000	19 984 000	-21 000	-21 000
	<i>Capítulo 02 01 — Subtotal</i>		126 246 294	126 246 294	122 149 738	122 149 738	-4 096 556	-4 096 556
	<i>40 01 40</i>		52 383	52 383			-52 383	-52 383
			126 298 677	126 298 677			-4 148 939	-4 148 939
02 02	Competitividade, política industrial, inovação e espírito empresarial							
02 02 01	Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa para o espírito empresarial e a inovação	1.1	156 100 000	73 215 162	156 500 000	155 000 000	400 000	81 784 838
02 02 02	Complemento dos trabalhos sobre a competitividade, a inovação e o espírito empresarial							
02 02 02 01	Apoio ao Centro de Cooperação Industrial UE-Japão e participação em vários grupos internacionais de estudos	1.1	2 390 000	1 905 227	2 290 000	1 900 000	-100 000	-5 227

02 02 02 02	Conclusão e complemento dos trabalhos relativos ao programa para a empresa e o espírito empresarial, nomeadamente para as pequenas e médias empresas (PME)	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 02 02 02 — Subtotal</i>		2 390 000	1 905 227	2 290 000	1 900 000	-100 000	-5 227
02 02 03	Melhoria do enquadramento empresarial para as pequenas e médias empresas (PME)							
02 02 03 01	Projeto-piloto — Consolidação do mercado interno — Projeto-piloto de cooperação e constituição de agregados de pequenas e médias empresas (PME)	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 02 03 02	Ação preparatória — Apoio às pequenas e médias empresas (PME) no novo enquadramento financeiro	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 02 03 04	Projeto-piloto — Erasmus para Jovens Empresários	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 02 03 05	Ação preparatória — Erasmus para Jovens Empresários	1.1	p.m.	3 930 000	p.m.	1 500 000		-2 430 000
02 02 03 06	Ação preparatória — Normas e procedimentos harmonizados para as atividades eletrónicas entre pequenas e médias empresas (PME) europeias de setores de atividade conexos	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 02 02 03 — Subtotal</i>		p.m.	3 930 000	p.m.	1 500 000		-2 430 000
02 02 04	Lei das Pequenas Empresas	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 02 07	Projeto-piloto — Ações no domínio do setor do têxtil e do calçado	1.1	p.m.	632 000	p.m.	p.m.		-632 000
02 02 08	Ação relativa ao turismo							
02 02 08 01	Ação preparatória — Destinos europeus de excelência	1.1	p.m.	1 036 000	p.m.	p.m.		-1 036 000
02 02 08 02	Ação preparatória — Turismo sustentável	1.1	p.m.	700 000	p.m.	p.m.		-700 000
02 02 08 03	Ação preparatória — Turismo social na Europa	1.1	p.m.	921 000	p.m.	700 000		-221 000
02 02 08 04	Ação preparatória — Promoção de produtos turísticos europeus e transnacionais e, em especial, dos produtos culturais e industriais	1.1	2 000 000	1 000 000	p.m.	520 000	-2 000 000	-480 000
02 02 08 05	Ação preparatória — Turismo e acessibilidade para todos	1.1	1 000 000	500 000	p.m.	500 000	-1 000 000	
	<i>Artigo 02 02 08 — Subtotal</i>		3 000 000	4 157 000	p.m.	1 720 000	-3 000 000	-2 437 000
02 02 09	Ação preparatória — A União Europeia assume o seu papel num mundo globalizado	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 02 10	Ação preparatória — Empresários inovadores Euromed em prol da mudança	1.1	2 000 000	1 000 000	p.m.	500 000	-2 000 000	-500 000
02 02 11	Ações preparatórias — Serviços operacionais GMES	1.1	p.m.	2 500 000	p.m.	1 350 000		-1 150 000
02 02 12	Projeto-piloto — Facilitar o acesso dos artesãos e das pequenas empresas da construção aos seguros para encorajar a inovação e a promoção das tecnologias ecológicas na União Europeia	1.1	p.m.	600 000	p.m.	286 000		-314 000

02 02 13	<i>Ação preparatória — Oportunidades de internacionalização das pequenas e médias empresas (PME)</i>	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 02 15	<i>Programa Europeu de Monitorização da Terra (GMES)</i>	1.1	39 000 000	32 207 413	55 000 000	52 000 000	16 000 000	19 792 587
02 02 16	<i>Projeto-piloto — Rede Europeia de Competências em matéria de Terras Raras</i>	1.1	1 000 000	500 000	p.m.	300 000	-1 000 000	-200 000
02 02 17	<i>Projeto-piloto — Desenvolvimento das « Criativas Europeias Regiões »</i>	3.2	1 000 000	500 000	p.m.	500 000	-1 000 000	
	<i>Capítulo 02 02 — Subtotal</i>		204 490 000	121 146 802	213 790 000	215 056 000	9 300 000	93 909 198
02 03	Mercado interno dos produtos e políticas setoriais							
02 03 01	<i>Funcionamento e desenvolvimento do mercado interno, nomeadamente nos domínios da notificação, da certificação e da aproximação setorial</i>	1.1	18 550 000	14 334 567	19 300 000	14 500 000	750 000	165 433
02 03 03	<i>Agência Europeia dos Produtos Químicos — Legislação relativa aos produtos químicos</i>							
02 03 03 01	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Legislação relativa aos produtos químicos — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 03 03 02	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Legislação relativa aos produtos químicos — Contribuição para o título 3	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 02 03 03 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 03 04	<i>Normalização e aproximação das legislações</i>							
02 03 04 01	Apoio a atividades de normalização efetuadas pelo CEN, CENELEC e ETSI	1.1	23 500 000	15 559 356	23 500 000	15 000 000		-559 356
02 03 04 02	Apoio às organizações representativas das PME e dos agentes da sociedade civil nas atividades de normalização	1.1			p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
	40 02 41				3 700 000	700 000		
					3 700 000	700 000		
	<i>Artigo 02 03 04 — Subtotal</i>		23 500 000	15 559 356	23 500 000	15 000 000		-559 356
	40 02 41				3 700 000	700 000		
					27 200 000	15 700 000		
02 03 05	<i>Ação preparatória — RECAP: reciclagem a nível local das sucatas plásticas internas geradas pelas grandes regiões da UE que se dedicam à conversão de polímeros</i>	2	1 500 000	750 000	p.m.	375 000	-1 500 000	-375 000
	<i>Capítulo 02 03 — Subtotal</i>		43 550 000	30 643 923	42 800 000	29 875 000	-750 000	-768 923
	40 02 41				3 700 000	700 000		
					46 500 000	30 575 000		
02 04	Cooperação — Espaço e segurança							
02 04 01	<i>Investigação sobre segurança e espaço</i>							
02 04 01 01	Investigação espacial	1.1	251 267 503	235 885 279	312 710 000	295 000 000	61 442 497	59 114 721
02 04 01 02	Investigação em matéria de segurança	1.1	242 951 017	136 087 661	300 730 000	198 000 000	57 778 983	61 912 339

02 04 01 03	Investigação relativa aos transportes (Galileo)	1.1	105 300 000	54 435 064	137 657 000	160 000 000	32 357 000	105 564 936
	<i>Artigo 02 04 01 — Subtotal</i>		599 518 520	426 408 004	751 097 000	653 000 000	151 578 480	226 591 996
02 04 02	<i>Ação preparatória — Reforço da investigação europeia em matéria de segurança</i>	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 04 03	<i>Dotações provenientes da participação de terceiros (não « Espaço Económico Europeu ») na investigação e no desenvolvimento tecnológico</i>	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
02 04 04	<i>Conclusão dos programas de investigação anteriores</i>	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
02 04 04 01	Conclusão dos programas (anteriores a 2003)	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
02 04 04 02	Conclusão do sexto programa-quadro comunitário (2003-2006)	1.1	—	2 721 753	—	300 000		-2 421 753
	<i>Artigo 02 04 04 — Subtotal</i>		—	2 721 753	—	300 000		-2 421 753
	<i>Capítulo 02 04 — Subtotal</i>		599 518 520	429 129 757	751 097 000	653 300 000	151 578 480	224 170 243
02 05	Programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo)							
02 05 01	<i>Programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo)</i>	1.1	167 000 000	362 900 430	p.m.	360 000 000	-167 000 000	-2 900 430
02 05 02	<i>Agência do GNSS Europeu</i>							
02 05 02 01	Agência do GNSS Europeu — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	7 920 676	7 920 676	9 337 065	9 337 065	1 416 389	1 416 389
02 05 02 02	Agência do GNSS Europeu (GSA) — Contribuição para o título 3	1.1	1 919 324	1 919 324	2 362 935	2 362 935	443 611	443 611
	<i>Artigo 02 05 02 — Subtotal</i>		9 840 000	9 840 000	11 700 000	11 700 000	1 860 000	1 860 000
	<i>Capítulo 02 05 — Subtotal</i>		176 840 000	372 740 430	11 700 000	371 700 000	-165 140 000	-1 040 430
	<i>Título 02 — Subtotal</i>		1 150 644 814	1 079 907 206	1 141 536 738	1 392 080 738	-9 108 076	312 173 532
	40 01 40		52 383	52 383			3 647 617	647 617
	40 02 41		1 150 697 197	1 079 959 589			-5 460 459	312 821 149
					3 700 000	700 000		
					1 145 236 738	1 392 780 738		
03	Concorrência							
03 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Concorrência»							
03 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Concorrência »</i>	5	75 644 783	75 644 783	78 498 004	78 498 004	2 853 221	2 853 221
03 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção « Concorrência »</i>							
03 01 02 01	Pessoal externo	5	5 877 977	5 877 977	5 600 063	5 600 063	-277 914	-277 914
03 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	5 123 619	5 123 619	4 680 350	4 680 350	-443 269	-443 269
	40 01 40		14 967	14 967			-14 967	-14 967
			5 138 586	5 138 586			-458 236	-458 236
	<i>Artigo 03 01 02 — Subtotal</i>		11 001 596	11 001 596	10 280 413	10 280 413	-721 183	-721 183
	40 01 40		14 967	14 967			-14 967	-14 967
			11 016 563	11 016 563			-736 150	-736 150

03 01 03	<i>Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção</i> « <i>Concorrência</i> »	5	4 829 787	4 829 787	4 878 609	4 878 609	48 822	48 822
	<i>Capítulo 03 01 — Subtotal</i> 40 01 40		91 476 166	91 476 166	93 657 026	93 657 026	2 180 860	2 180 860
			14 967 91 491 133	14 967 91 491 133			-14 967 2 165 893	-14 967 2 165 893
03 03	Cartéis, política anti-trust e liberalização							
03 03 02	<i>Pedidos de indemnização resultantes de ações judiciais contra as decisões da Comissão no domínio da política de concorrência</i>	5	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 03 03 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Título 03 — Subtotal</i> 40 01 40		91 476 166	91 476 166	93 657 026	93 657 026	2 180 860	2 180 860
			14 967 91 491 133	14 967 91 491 133			-14 967 2 165 893	-14 967 2 165 893
04	Emprego e assuntos sociais							
04 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Emprego e assuntos sociais»							
04 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção</i> « <i>Emprego e assuntos sociais</i> »	5	59 956 236	59 956 236	61 544 901	61 544 901	1 588 665	1 588 665
04 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão no domínio de intervenção</i> « <i>Emprego e assuntos sociais</i> »							
04 01 02 01	Pessoal externo	5	4 282 694	4 282 694	4 184 867	4 184 867	-97 827	-97 827
04 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	5 101 560	5 101 560	4 908 191	4 908 191	-193 369	-193 369
	40 01 40		16 966 5 118 526	16 966 5 118 526			-16 966 -210 335	-16 966 -210 335
	<i>Artigo 04 01 02 — Subtotal</i> 40 01 40		9 384 254	9 384 254	9 093 058	9 093 058	-291 196	-291 196
			16 966 9 401 220	16 966 9 401 220			-16 966 -308 162	-16 966 -308 162
04 01 03	<i>Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção</i> « <i>Emprego e assuntos sociais</i> »	5	3 828 101	3 828 101	3 824 983	3 824 983	-3 118	-3 118
04 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção</i> « <i>Emprego e assuntos sociais</i> »							
04 01 04 01	Fundo Social Europeu (FSE) e assistência técnica não operacional — Despesas de gestão administrativa	1.2	16 000 000	16 000 000	15 700 000	15 700 000	-300 000	-300 000
04 01 04 02	Relações laborais e diálogo social — Despesas de gestão administrativa	1.1	260 000	260 000	260 000	260 000		
04 01 04 04	EURES (Serviços de Emprego Europeus) — Despesas de gestão administrativa	1.1	470 000	470 000	470 000	470 000		

04 01 04 06	Análise, estudos e campanhas de sensibilização sobre a situação social, a demografia e a família — Despesas de gestão administrativa	1.1	100 000	100 000	175 000	175 000	75 000	75 000
04 01 04 08	Livre circulação de trabalhadores, coordenação dos sistemas de segurança social e medidas relativas aos migrantes, incluindo os migrantes de países terceiros — Despesas de gestão administrativa	1.1	400 000	400 000	400 000	400 000		
04 01 04 10	Progress — Despesas de gestão administrativa	1.1	2 847 000	2 847 000	2 847 000	2 847 000		
04 01 04 11	Instrumento de microfinanciamento europeu «Progress» — Despesas de funcionamento administrativo	1.1	250 000	250 000	200 000	200 000	-50 000	-50 000
04 01 04 13	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) — Desenvolvimento dos recursos humanos — Despesas de gestão administrativa	4	1 471 500	1 471 500	1 365 000	1 365 000	-106 500	-106 500
04 01 04 14	Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) — Despesas de gestão administrativa	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 04 01 04 — Subtotal</i>		21 798 500	21 798 500	21 417 000	21 417 000	-381 500	-381 500
	<i>Capítulo 04 01 — Subtotal</i>		94 967 091	94 967 091	95 879 942	95 879 942	912 851	912 851
	<i>40 01 40</i>		16 966 94 984 057	16 966 94 984 057			-16 966 895 885	-16 966 895 885
04 02	Fundo Social Europeu							
04 02 01	<i>Conclusão do Fundo Social Europeu (FSE) — Objetivo n.º 1 (2000-2006)</i>	1.2	p.m.	430 000 000	p.m.	273 000 000		-157 000 000
04 02 02	<i>Conclusão do programa especial de apoio à paz e à reconciliação na Irlanda do Norte e nos condados fronteiriços da República da Irlanda (2000-2006)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
04 02 03	<i>Conclusão do Fundo Social Europeu (FSE) — Objetivo n.º 1 (antes de 2000)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
04 02 04	<i>Conclusão do Fundo Social Europeu (FSE) — Objetivo n.º 2 (2000-2006)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
04 02 05	<i>Conclusão do Fundo Social Europeu (FSE) — Objetivo n.º 2 (antes de 2000)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
04 02 06	<i>Conclusão do Fundo Social Europeu (FSE) — Objetivo n.º 3 (2000-2006)</i>	1.2	p.m.	42 822 534	p.m.	70 000 000		27 177 466
04 02 07	<i>Conclusão do Fundo Social Europeu (FSE) — Objetivo n.º 3 (antes de 2000)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
04 02 08	<i>Conclusão da iniciativa Equal (2000-2006)</i>	1.2	p.m.	10 000 000	p.m.	7 000 000		-3 000 000
04 02 09	<i>Conclusão de anteriores programas de iniciativa comunitária (antes de 2000)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		

04 02 10	<i>Conclusão do Fundo Social Europeu (FSE) — Assistência técnica e medidas inovadoras (2000-2006)</i>	1.2	—	p.m.	—	p.m.		
04 02 11	<i>Conclusão do Fundo Social Europeu (FSE) — Assistência técnica e medidas inovadoras (antes de 2000)</i>	1.2	—	—	—	—		
04 02 17	<i>Fundo Social Europeu (FSE) — Convergência</i>	1.2	7 904 534 226	5 889 000 000	8 277 649 354	7 400 000 000	373 115 128	1 511 000 000
04 02 18	<i>Fundo Social Europeu (FSE) — PEACE</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
04 02 19	<i>Fundo Social Europeu (FSE) — Competitividade regional e emprego</i>	1.2	3 256 259 513	2 318 412 030	3 307 212 956	3 190 000 000	50 953 443	871 587 970
04 02 20	<i>Fundo Social Europeu (FSE) — Assistência técnica operacional (2007-2013)</i>	1.2	10 000 000	6 500 000	10 000 000	6 500 000		
	<i>Capítulo 04 02 — Subtotal</i>		11 170 793 739	8 696 734 564	11 594 862 310	10 946 500 000	424 068 571	2 249 765 436
04 03	Trabalhar na Europa — Diálogo social e mobilidade							
04 03 02	<i>Despesas de consultas sindicais prévias</i>	1.1	450 000	317 538	450 000	250 000		-67 538
04 03 03	<i>Diálogo social e dimensão social da União</i>							
04 03 03 01	Relações laborais e diálogo social	1.1	16 500 000	13 155 141	16 500 000	13 500 000		344 859
04 03 03 02	Ações de formação e informação destinadas a organizações de trabalhadores	1.1	17 000 000	14 062 392	17 400 000	14 500 000	400 000	437 608
04 03 03 03	Informação, consulta e participação dos representantes das empresas	1.1	7 500 000	5 443 506	7 000 000	6 500 000	-500 000	1 056 494
	<i>Artigo 04 03 03 — Subtotal</i>		41 000 000	32 661 039	40 900 000	34 500 000	-100 000	1 838 961
04 03 04	<i>EURES (Serviços de Emprego Europeus)</i>	1.1	20 600 000	14 969 643	20 800 000	16 000 000	200 000	1 030 357
04 03 05	<i>Livre circulação de trabalhadores, coordenação dos sistemas de segurança social e medidas para os migrantes, incluindo os migrantes de países terceiros</i>	1.1	6 270 000	4 989 881	5 692 000	5 200 000	-578 000	210 119
04 03 06	<i>Ação preparatória ENEA em prol de um envelhecimento ativo e da mobilidade dos idosos</i>	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
04 03 07	<i>Análise, estudos e campanhas de sensibilização sobre a situação social, a demografia e a família</i>	1.1	2 160 000	1 451 602	4 130 000	4 000 000	1 970 000	2 548 398
04 03 08	<i>Projeto-piloto — Promoção da proteção do direito à habitação</i>	1.1	1 000 000	500 000	p.m.	400 000	-1 000 000	-100 000
04 03 09	<i>Projeto-piloto — Condições de vida e de trabalho dos trabalhadores destacados</i>	1.1	—	75 000	—	p.m.		-75 000
04 03 10	<i>Projeto-piloto — Medidas a favor da conservação de empregos</i>	1.1	—	450 000	—	200 000		-250 000
04 03 11	<i>Projeto-piloto — Reforçar a mobilidade e a integração dos trabalhadores na União</i>	1.1	—	50 000	—	30 000		-20 000

04 03 12	Projeto-piloto — Total colaboração entre administrações públicas, empresas com fins lucrativos e empresas sem fins lucrativos para fins de inclusão social e laboral	1.1	—	1 000 000	—	800 000			-200 000
04 03 13	Ação preparatória — O teu primeiro emprego EURES	1.1	3 250 000	2 125 000	4 500 000	2 000 000	1 250 000		-125 000
04 03 14	Projeto-piloto — Solidariedade social para a integração social	1.1	1 000 000	1 000 000	p.m.	750 000	-1 000 000		-250 000
04 03 15	Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações (2012)	1.1	2 700 000	2 400 000	p.m.	300 000	-2 700 000		-2 100 000
	Capítulo 04 03 — Subtotal		78 430 000	61 989 703	76 472 000	64 430 000	-1 958 000		2 440 297
04 04	Emprego, solidariedade social e igualdade dos géneros								
	Progress								
04 04 01									
04 04 01 01	Emprego	1.1	20 558 000	16 330 519	20 558 000	18 000 000			1 669 481
04 04 01 02	Proteção social e inclusão social	1.1	28 485 000	24 042 153	28 485 000	25 500 000			1 457 847
04 04 01 03	Condições de trabalho	1.1	8 525 000	7 711 634	7 260 000	8 500 000	-1 265 000		788 366
04 04 01 06	Apoio à execução	1.1	1 354 000	907 251	1 200 000	1 200 000	-154 000		292 749
	Artigo 04 04 01 — Subtotal		58 922 000	48 991 557	57 503 000	53 200 000	-1 419 000		4 208 443
	Fundação								
04 04 03	Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho								
04 04 03 01	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	13 265 379	13 265 379	13 263 000	13 263 000	-2 379		-2 379
04 04 03 02	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho — Contribuição para o título 3	1.1	7 023 721	7 023 721	6 852 000	6 852 000	-171 721		-171 721
	Artigo 04 04 03 — Subtotal		20 289 100	20 289 100	20 115 000	20 115 000	-174 100		-174 100
	Agência								
04 04 04	Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho								
04 04 04 02	Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	6 978 964	6 978 964	6 978 964	6 978 964			
04 04 04 03	Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho — Contribuição para o título 3	1.1	7 590 736	7 590 736	7 056 036	7 056 036	-534 700		-534 700
	Artigo 04 04 04 — Subtotal		14 569 700	14 569 700	14 035 000	14 035 000	-534 700		-534 700
04 04 07	Conclusão dos programas anteriores	1.1	—	453 626	p.m.	500 000	p.m.		46 374
04 04 08	Projeto-piloto — Incentivar a transformação de trabalho precário em trabalho com direitos	1.1	—	450 000	p.m.	450 000	p.m.		
04 04 10	Projeto-piloto — Acompanhamento dos trabalhadores durante as mutações industriais	1.1	—	—	—	—			
04 04 11	Projeto-piloto — Prevenção dos maus-tratos a pessoas idosas	1.1	—	500 000	p.m.	300 000	p.m.		-200 000
04 04 12	Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010)	1.1	p.m.	408 263	p.m.	450 000			41 737

04 04 15	Instrumento de Microfinanciamento Europeu « Progress »	1.1	24 750 000	22 454 464	26 500 000	21 400 000	1 750 000	-1 054 464
04 04 16	Projeto-piloto — Saúde e segurança dos trabalhadores mais velhos no trabalho	1.1	2 000 000	1 000 000	p.m.	650 000	-2 000 000	-350 000
04 04 17	Ação preparatória — Medidas de ativação destinadas aos jovens — execução da iniciativa « Juventude em Movimento »	1.1	4 000 000	2 000 000	p.m.	1 200 000	-4 000 000	-800 000
	<i>Capítulo 04 04 — Subtotal</i>		124 530 800	111 116 710	118 153 000	112 300 000	-6 377 800	1 183 290
04 05	Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)							
04 05 01	Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)	1.1	p.m.	50 000 000	p.m.	50 000 000		
	<i>Capítulo 04 05 — Subtotal</i>		p.m.	50 000 000	p.m.	50 000 000		
04 06	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IAP) — Desenvolvimento dos recursos humanos							
04 06 01	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IAP) — Desenvolvimento dos recursos humanos	4	112 150 000	59 719 121	113 157 077	65 000 000	1 007 077	5 280 879
	<i>Capítulo 04 06 — Subtotal</i>		112 150 000	59 719 121	113 157 077	65 000 000	1 007 077	5 280 879
	<i>Título 04 — Subtotal</i>		11 580 871 630	9 074 527 189	11 998 524 329	11 334 109 942	417 652 699	2 259 582 753
	<i>40 01 40</i>		16 966	16 966			-16 966	-16 966
			11 580 888 596	9 074 544 155			417 635 733	2 259 565 787
05	Agricultura e desenvolvimento rural							
05 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Agricultura e desenvolvimento rural»							
05 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção « Agricultura e desenvolvimento rural »	5	100 726 475	100 726 475	102 335 094	102 335 094	1 608 619	1 608 619
05 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio no domínio de intervenção « Agricultura e desenvolvimento rural »							
05 01 02 01	Pessoal externo	5	3 883 348	3 883 348	3 777 053	3 777 053	-106 295	-106 295
05 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	8 528 713	8 528 713	8 447 218	8 447 218	-81 495	-81 495
	<i>40 01 40</i>		498 392	498 392			-498 392	-498 392
			9 027 105	9 027 105			-579 887	-579 887
	<i>Artigo 05 01 02 — Subtotal</i>		12 412 061	12 412 061	12 224 271	12 224 271	-187 790	-187 790
	<i>40 01 40</i>		498 392	498 392			-498 392	-498 392
			12 910 453	12 910 453			-686 182	-686 182
05 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Agricultura e desenvolvimento rural »	5	6 431 209	6 431 209	6 360 072	6 360 072	-71 137	-71 137
05 01 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção « Agricultura e desenvolvimento rural »							

05 01 04 01	Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) — Assistência técnica não operacional	2	8 750 000	8 750 000	8 909 500	8 909 500	159 500	159 500
05 01 04 03	Assistência de pré-adesão no domínio da agricultura e desenvolvimento rural (IPARD) — Despesas de gestão administrativa	4	110 000	110 000	p.m.	p.m.	-110 000	-110 000
05 01 04 04	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) — Assistência técnica não operacional	2	5 255 000	5 255 000	5 000 000	5 000 000	-255 000	-255 000
	<i>Artigo 05 01 04 — Subtotal</i>		14 115 000	14 115 000	13 909 500	13 909 500	-205 500	-205 500
05 01 06	<i>Despesas relativas às análises e inspeções agrícolas, à comunicação e ao órgão de conciliação no âmbito do apuramento das contas do FEOGA, secção Garantia, do FEAGA e do FEADER</i>	5	270 000	270 000	270 000	270 000		
	<i>Capítulo 05 01 — Subtotal</i>		133 954 745	133 954 745	135 098 937	135 098 937	1 144 192	1 144 192
	<i>40 01 40</i>		498 392 134 453 137	498 392 134 453 137			-498 392 645 800	-498 392 645 800
05 02	Intervenções nos mercados agrícolas							
	<i>Cereais</i>							
05 02 01								
05 02 01 01	Restituições à exportação de cereais	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 01 02	Intervenções sob a forma de armazenagem de cereais	2	2 000 000	2 000 000	100 000	100 000	-1 900 000	-1 900 000
05 02 01 03	Intervenções relativas à fécula de batata	2	41 000 000	41 000 000	100 000	100 000	-40 900 000	-40 900 000
05 02 01 99	Outras medidas (cereais)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 05 02 01 — Subtotal</i>		43 000 000	43 000 000	200 000	200 000	-42 800 000	-42 800 000
	<i>Arroz</i>							
05 02 02								
05 02 02 01	Restituições à exportação de arroz	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 02 02	Intervenção sob a forma de armazenagem de arroz	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 02 99	Outras medidas (arroz)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 05 02 02 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 03	<i>Restituições relativas aos produtos fora do Anexo I</i>	2	12 000 000	12 000 000	8 000 000	8 000 000	-4 000 000	-4 000 000
	<i>Programas alimentares</i>							
05 02 04								
05 02 04 01	Programas a favor das pessoas mais necessitadas	2	500 000 000	500 000 000	500 000 000	500 000 000		
05 02 04 99	Outras medidas (programas alimentares)	2	100 000	100 000	100 000	100 000		
	<i>Artigo 05 02 04 — Subtotal</i>		500 100 000	500 100 000	500 100 000	500 100 000		
05 02 05	<i>Açúcar</i>							
05 02 05 01	Restituições à exportação de açúcar e isoglicose	2	1 000 000	1 000 000	p.m.	p.m.	-1 000 000	-1 000 000
05 02 05 03	Restituições para a utilização de açúcar na indústria química	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 05 08	Intervenções sob forma de armazenagem de açúcar	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 05 99	Outras medidas (açúcar)	2	200 000	200 000	100 000	100 000	-100 000	-100 000
	<i>Artigo 05 02 05 — Subtotal</i>		1 200 000	1 200 000	100 000	100 000	-1 100 000	-1 100 000
05 02 06	<i>Azeite</i>							
05 02 06 03	Medidas sob a forma de armazenagem de azeite	2	23 000 000	23 000 000	17 000 000	17 000 000	-6 000 000	-6 000 000
05 02 06 05	Medidas de melhoria da qualidade	2	45 000 000	45 000 000	45 000 000	45 000 000		
05 02 06 99	Outras medidas (azeite)	2	500 000	500 000	100 000	100 000	-400 000	-400 000
	<i>Artigo 05 02 06 — Subtotal</i>		68 500 000	68 500 000	62 100 000	62 100 000	-6 400 000	-6 400 000

			Plantas					
05 02 07	têxteis							
05 02 07 01	Ajudas ao linho têxtil e ao cânhamo	2	17 000 000	17 000 000	10 000 000	10 000 000	-7 000 000	-7 000 000
05 02 07 03	Algodão — Programas nacionais de reestruturação	2	10 000 000	10 000 000	10 000 000	10 000 000		
05 02 07 99	Outras medidas (plantas têxteis)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 05 02 07 — Subtotal</i>		27 000 000	27 000 000	20 000 000	20 000 000	-7 000 000	-7 000 000
			Frutas e					
05 02 08	produtos hortícolas							
05 02 08 01	Restituições à exportação para as frutas e produtos hortícolas	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 08 03	Fundo operacional das organizações de produtores	2	496 000 000	496 000 000	267 000 000	267 000 000	-229 000 000	-229 000 000
05 02 08 09	Compensações financeiras para incentivar a transformação de citrinos	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 08 11	Ajudas a grupos de produtores para reconhecimento preliminar	2	195 000 000	195 000 000	253 000 000	253 000 000	58 000 000	58 000 000
05 02 08 12	Regime de distribuição de fruta nas escolas	2	90 000 000	90 000 000	90 000 000	90 000 000		
05 02 08 99	Outras medidas (frutas e produtos hortícolas)	2	7 000 000	7 000 000	1 000 000	1 000 000	-6 000 000	-6 000 000
	<i>Artigo 05 02 08 — Subtotal</i>		788 000 000	788 000 000	611 000 000	611 000 000	-177 000 000	-177 000 000
			Produtos do					
05 02 09	setor vitivinícola							
05 02 09 04	Intervenções sob forma de armazenagem de álcool	2	200 000	200 000	p.m.	p.m.	-200 000	-200 000
05 02 09 08	Programas nacionais de apoio ao setor vitivinícola	2	1 086 700 000	1 086 700 000	1 065 600 000	1 065 600 000	-21 100 000	-21 100 000
05 02 09 09	Regime de arranque	2	20 000 000	20 000 000	5 000 000	5 000 000	-15 000 000	-15 000 000
05 02 09 99	Outras medidas (setor vitivinícola)	2	2 000 000	2 000 000	1 000 000	1 000 000	-1 000 000	-1 000 000
	<i>Artigo 05 02 09 — Subtotal</i>		1 108 900 000	1 108 900 000	1 071 600 000	1 071 600 000	-37 300 000	-37 300 000
			Promoção					
05 02 10								
05 02 10 01	Medidas de promoção: pagamentos pelos Estados-Membros	2	54 000 000	54 000 000	60 000 000	60 000 000	6 000 000	6 000 000
05 02 10 02	Medidas de promoção: pagamentos diretos pela União	2	1 410 000	1 118 891	1 040 000	1 140 000	-370 000	21 109
05 02 10 99	Outras medidas (promoção)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 05 02 10 — Subtotal</i>		55 410 000	55 118 891	61 040 000	61 140 000	5 630 000	6 021 109
			Outros					
05 02 11	produtos vegetais e outras medidas							
05 02 11 01	Forragens secas	2	97 000 000	97 000 000	500 000	500 000	-96 500 000	-96 500 000
05 02 11 03	Lúpulo — Ajuda às organizações de produtores	2	2 300 000	2 300 000	2 300 000	2 300 000		
05 02 11 04	POSEI (excluindo ajudas diretas e o artigo 11 02 03)	2	257 000 000	257 000 000	230 000 000	230 000 000	-27 000 000	-27 000 000
05 02 11 05	Fundo comunitário para o tabaco (excluindo o artigo 17 03 02)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 11 99	Outras medidas (outros produtos/medidas)	2	200 000	200 000	200 000	200 000		
	<i>Artigo 05 02 11 — Subtotal</i>		356 500 000	356 500 000	233 000 000	233 000 000	-123 500 000	-123 500 000
			Leite e					
05 02 12	produtos lácteos							
05 02 12 01	Restituições para o leite e produtos lácteos	2	1 000 000	1 000 000	100 000	100 000	-900 000	-900 000
05 02 12 02	Intervenção sob a forma de armazenagem de leite em pó desnatado	2	-10 000 000	-10 000 000	p.m.	p.m.	10 000 000	10 000 000
05 02 12 03	Ajuda para o escoamento de leite desnatado	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 12 04	Intervenção sob a forma de armazenagem de manteigas e natas	2	10 000 000	10 000 000	9 000 000	9 000 000	-1 000 000	-1 000 000

05 02 12 08	Leite para as escolas	2	90 000 000	90 000 000	74 000 000	74 000 000	-16 000 000	-16 000 000
05 02 12 99	Outras medidas (leite e produtos lácteos)	2	100 000	100 000	100 000	100 000		
	<i>Artigo 05 02 12 — Subtotal</i>		91 100 000	91 100 000	83 200 000	83 200 000	-7 900 000	-7 900 000
	Carne de							
05 02 13	bovino							
05 02 13 01	Restituições para a carne de bovino	2	39 000 000	39 000 000	5 000 000	5 000 000	-34 000 000	-34 000 000
05 02 13 02	Intervenções sob a forma de armazenagem de carne de bovino	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 13 03	Medidas excecionais de apoio	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 13 04	Restituições para animais vivos	2	7 000 000	7 000 000	2 000 000	2 000 000	-5 000 000	-5 000 000
05 02 13 99	Outras medidas (carne de bovino)	2	100 000	100 000	100 000	100 000		
	<i>Artigo 05 02 13 — Subtotal</i>		46 100 000	46 100 000	7 100 000	7 100 000	-39 000 000	-39 000 000
	Carnes de							
05 02 14	ovino e de caprino							
05 02 14 01	Intervenções sob a forma de armazenagem de carnes de ovino e de caprino	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 14 99	Outras medidas (carne de ovino e caprino)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 05 02 14 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	Carne de							
05 02 15	suíno, ovos e aves de capoeira, apicultura e outros produtos animais							
05 02 15 01	Restituições para a carne de suíno	2	19 000 000	19 000 000	5 000 000	5 000 000	-14 000 000	-14 000 000
05 02 15 02	Intervenções sob a forma de armazenamento de carne de suíno	2	13 000 000	13 000 000	p.m.	p.m.	-13 000 000	-13 000 000
05 02 15 03	Medidas excecionais de apoio ao mercado da carne de suíno	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 15 04	Restituições para os ovos	2	4 000 000	4 000 000	p.m.	p.m.	-4 000 000	-4 000 000
05 02 15 05	Restituições para a carne de aves de capoeira	2	65 000 000	65 000 000	77 000 000	77 000 000	12 000 000	12 000 000
05 02 15 06	Ajuda especial à apicultura	2	32 000 000	32 000 000	30 000 000	30 000 000	-2 000 000	-2 000 000
05 02 15 07	Medidas excecionais de apoio ao mercado para os setores da carne de aves de capoeira e dos ovos	2	p.m.	p.m.	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000
05 02 15 99	Outras medidas (carne de suíno, aves, ovos, apicultura, outros produtos animais)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 05 02 15 — Subtotal</i>		133 000 000	133 000 000	114 000 000	114 000 000	-19 000 000	-19 000 000
	Apoio aos							
05 02 17	agricultores							
05 02 17 01	Projeto-piloto — Apoio a cooperativas de agricultores	2	p.m.	1 195 000	p.m.	p.m.		-1 195 000
05 02 17 02	Projeto-piloto — Observatório europeu dos preços e margens agrícolas	2	1 000 000	500 000	p.m.	p.m.	-1 000 000	-500 000
05 02 17 03	Projeto-piloto — Apoio às iniciativas de agricultores e consumidores com vista à redução das emissões de carbono e do consumo de energia e à comercialização da produção alimentar a nível local	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 02 17 07	Projeto-piloto — Medidas de combate à especulação nos produtos agrícolas de base	2	1 500 000	750 000	p.m.	p.m.	-1 500 000	-750 000
	<i>Artigo 05 02 17 — Subtotal</i>		2 500 000	2 445 000	p.m.	p.m.	-2 500 000	-2 445 000
	<i>Capítulo 05 02 — Subtotal</i>		3 233 310 000	3 232 963 891	2 771 440 000	2 771 540 000	-461 870 000	-461 423 891
05 03	Ajudas diretas							
	Ajudas							
05 03 01	diretas dissociadas							

05 03 01 01	Regime de pagamento único — RPU	2	30 472 000 000	30 472 000 000	30 635 000 000	30 635 000 000	163 000 000	163 000 000
05 03 01 02	Regime de pagamento único por superfície — RPUS	2	5 963 000 000	5 963 000 000	6 665 000 000	6 665 000 000	702 000 000	702 000 000
05 03 01 03	Pagamentos separados para o açúcar	2	283 000 000	283 000 000	282 000 000	282 000 000	-1 000 000	-1 000 000
05 03 01 04	Pagamento específico para as frutas e produtos hortícolas	2	13 000 000	13 000 000	13 000 000	13 000 000		
05 03 01 05	Apoio específico (artigo 68.º) — Ajudas diretas dissociadas	2	458 000 000	458 000 000	469 000 000	469 000 000	11 000 000	11 000 000
05 03 01 06	Pagamento específico para os frutos de bagas	2			12 000 000	12 000 000	12 000 000	12 000 000
05 03 01 99	Outras (ajudas diretas dissociadas)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 05 03 01 — Subtotal</i>		37 189 000 000	37 189 000 000	38 076 000 000	38 076 000 000	887 000 000	887 000 000
	Outras							
05 03 02	ajudas diretas							
05 03 02 01	Pagamentos por superfície	2	4 000 000	4 000 000	4 000 000	4 000 000		
05 03 02 04	Ajuda suplementar para o trigo duro: zonas tradicionais	2	500 000	500 000	500 000	500 000		
05 03 02 05	Ajuda à produção para as sementes	2	24 000 000	24 000 000	500 000	500 000	-23 500 000	-23 500 000
05 03 02 06	Prémios por vaca em aleitamento	2	939 000 000	939 000 000	922 000 000	922 000 000	-17 000 000	-17 000 000
05 03 02 07	Prémio complementar por vaca em aleitamento	2	51 000 000	51 000 000	51 000 000	51 000 000		
05 03 02 08	Prémio especial para a carne de bovino	2	72 000 000	72 000 000	500 000	500 000	-71 500 000	-71 500 000
05 03 02 09	Prémio ao abate de bovinos — Vitelos	2	7 000 000	7 000 000	1 000 000	1 000 000	-6 000 000	-6 000 000
05 03 02 10	Prémio ao abate de bovinos — Adultos	2	53 000 000	53 000 000	1 000 000	1 000 000	-52 000 000	-52 000 000
05 03 02 13	Prémio para ovelhas e cabras	2	22 000 000	22 000 000	22 000 000	22 000 000		
05 03 02 14	Prémio suplementar para ovelhas e cabras	2	7 000 000	7 000 000	7 000 000	7 000 000		
05 03 02 18	Pagamentos aos produtores de batata para fécula	2	102 000 000	102 000 000	100 000	100 000	-101 900 000	-101 900 000
05 03 02 19	Ajuda por superfície a favor do arroz	2	153 000 000	153 000 000	1 000 000	1 000 000	-152 000 000	-152 000 000
05 03 02 21	Ajuda para os olivais	2	3 000 000	3 000 000	2 000 000	2 000 000	-1 000 000	-1 000 000
05 03 02 22	Ajuda para o tabaco	2	500 000	500 000	500 000	500 000		
05 03 02 23	Ajuda por superfície para o lúpulo	2	100 000	100 000	100 000	100 000		
05 03 02 24	Prémio específico à qualidade para o trigo duro	2	500 000	500 000	500 000	500 000		
05 03 02 25	Prémio para as proteaginosas	2	50 000 000	50 000 000	500 000	500 000	-49 500 000	-49 500 000
05 03 02 26	Pagamentos por superfície para as frutas de casca rija	2	88 000 000	88 000 000	2 000 000	2 000 000	-86 000 000	-86 000 000
05 03 02 28	Ajuda aos bichos-da-seda	2	500 000	500 000	500 000	500 000		
05 03 02 36	Pagamentos por tipos específicos de exploração e produção de qualidade	2	117 000 000	117 000 000	4 000 000	4 000 000	-113 000 000	-113 000 000
05 03 02 39	Quantias adicionais para os produtores de beterraba e de cana-de-açúcar	2	30 000 000	30 000 000	21 000 000	21 000 000	-9 000 000	-9 000 000
05 03 02 40	Ajudas por superfície ao algodão	2	249 000 000	249 000 000	240 000 000	240 000 000	-9 000 000	-9 000 000
05 03 02 41	Pagamento transitório para as frutas e produtos hortícolas — Tomate	2	21 000 000	21 000 000	1 000 000	1 000 000	-20 000 000	-20 000 000
05 03 02 42	Pagamento transitório para as frutas e produtos hortícolas — Produtos diferentes do tomate	2	35 000 000	35 000 000	34 000 000	34 000 000	-1 000 000	-1 000 000
05 03 02 43	Pagamento transitório para frutos de baga	2	11 000 000	11 000 000	100 000	100 000	-10 900 000	-10 900 000
05 03 02 44	Apoio específico (artigo 68.º) — Ajudas diretas associadas	2	866 000 000	866 000 000	1 101 000 000	1 101 000 000	235 000 000	235 000 000
05 03 02 50	POSEI — Programas de apoio da União Europeia	2	395 000 000	395 000 000	417 000 000	417 000 000	22 000 000	22 000 000
05 03 02 51	POSEI — Outras ajudas diretas e anteriores regimes	2	100 000	100 000	100 000	100 000		

05 03 02 52	POSEI — Ilhas do mar Egeu	2	18 000 000	18 000 000	18 000 000	18 000 000		
05 03 02 99	Outros (ajudas diretas)	2	1 500 000	1 500 000	2 000 000	2 000 000	500 000	500 000
	<i>Artigo 05 03 02 — Subtotal</i>		3 320 700 000	3 320 700 000	2 854 900 000	2 854 900 000	-465 800 000	-465 800 000
	Quantias							
05 03 03	adicionais de ajuda	2	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000		
	<i>Capítulo 05 03 — Subtotal</i>		40 510 700 000	40 510 700 000	40 931 900 000	40 931 900 000	421 200 000	421 200 000
05 04	Desenvolvimento rural							
	Medidas de							
05 04 01	apoio ao desenvolvimento rural							
	financiadas pelo FEOGA, secção							
	Garantia — Período de							
	programação 2000-2006							
05 04 01 14	Medidas de apoio ao desenvolvimento rural financiadas pelo FEOGA, secção Garantia — Período de programação 2000-2006	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 05 04 01 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	Medidas de							
05 04 02	apoio ao desenvolvimento rural							
	financiadas pelo FEOGA, secção							
	Orientação — Conclusão dos							
	programas anteriores							
05 04 02 01	Conclusão do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, secção Orientação — Regiões do objetivo n.º 1 (2000-2006)	2	p.m.	85 339 148	p.m.	p.m.		-85 339 148
05 04 02 02	Conclusão do programa especial de apoio à paz e à reconciliação na Irlanda do Norte e na região fronteiriça da República da Irlanda (2000-2006)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 04 02 03	Conclusão dos programas anteriores nas regiões dos objetivos n.ºs 1 e 6 (anteriores a 2000)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 04 02 04	Conclusão dos programas anteriores nas regiões do objetivo n.º 5b (anteriores a 2000)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 04 02 05	Conclusão dos programas anteriores nas regiões fora do objetivo n.º 1 (anteriores a 2000)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 04 02 06	Conclusão da iniciativa Leader (2000-2006)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 04 02 07	Conclusão das iniciativas anteriores da Comunidade (anteriores a 2000)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 04 02 08	Conclusão das medidas inovadoras anteriores (anteriores a 2000)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
05 04 02 09	Conclusão do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, secção Orientação — Assistência técnica operacional (2000-2006)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 05 04 02 — Subtotal</i>		p.m.	85 339 148	p.m.	p.m.		-85 339 148
	Outras							
05 04 03	medidas							
05 04 03 02	Recursos genéticos vegetais e animais — Conclusão de medidas anteriores	2	p.m.	412 933	p.m.	p.m.		-412 933
	<i>Artigo 05 04 03 — Subtotal</i>		p.m.	412 933	p.m.	p.m.		-412 933
	Instrumento							
05 04 04	transitório para o financiamento do desenvolvimento rural pelo FEOGA, secção Garantia para os novos Estados-Membros — Conclusão dos programas (2004-2006)	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		

05 04 05	Desenvolvimento rural financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) (2007-2013)						
05 04 05 01	Programas de desenvolvimento rural	2	14 589 123 242	11 994 891 297	14 788 920 797	12 735 000 000	199 797 555 740 108 703
05 04 05 02	Assistência técnica operacional	2	22 521 200	7 500 363	14 535 000	8 563 000	-7 986 200 1 062 637
05 04 05 03	Projeto-piloto — Programa de intercâmbio para jovens agricultores	2	1 500 000	750 000	p.m.	750 000	-1 500 000
	<i>Artigo 05 04 05 — Subtotal</i>		14 613 144 442	12 003 141 660	14 803 455 797	12 744 313 000	190 311 355 741 171 340
	<i>Capítulo 05 04 — Subtotal</i>		14 613 144 442	12 088 893 741	14 803 455 797	12 744 313 000	190 311 355 655 419 259
05 05	Medidas de pré-adesão no domínio da agricultura e do desenvolvimento rural						
05 05 01	Instrumento especial de adesão para a agricultura e o desenvolvimento rural (Sapard) — Conclusão de medidas anteriores						
05 05 01 01	Instrumento de pré-adesão Sapard — Conclusão do programa (2000-2006)	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
05 05 01 02	Instrumento de pré-adesão Sapard — Conclusão da ajuda de pré-adesão relativa a oito países candidatos	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
	<i>Artigo 05 05 01 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
05 05 02	Instrumento de assistência de pré-adesão para o desenvolvimento rural (IPARD)	4	234 458 000	54 586 457	259 328 000	117 400 000	24 870 000 62 813 543
	<i>Capítulo 05 05 — Subtotal</i>		234 458 000	54 586 457	259 328 000	117 400 000	24 870 000 62 813 543
05 06	Aspetos internacionais do domínio de intervenção «Agricultura e desenvolvimento rural»						
05 06 01	Acordos internacionais em matéria agrícola	4	6 360 000	5 780 674	6 629 000	6 629 000	269 000 848 326
	<i>Capítulo 05 06 — Subtotal</i>		6 360 000	5 780 674	6 629 000	6 629 000	269 000 848 326
05 07	Auditoria das despesas agrícolas						
05 07 01	Controlo das despesas agrícolas						
05 07 01 02	Ações de controlo e de prevenção — Pagamentos diretos pela União	2	6 500 000	6 500 000	6 800 000	6 800 000	300 000 300 000
05 07 01 06	Apuramento das contas dos exercícios anteriores para despesas em gestão partilhada no âmbito do FEOGA, secção Garantia (medidas anteriores) e do FEAGA	2	-200 000 000	-200 000 000	-56 000 000	-56 000 000	144 000 000 144 000 000
05 07 01 07	Apuramento da conformidade das contas dos exercícios anteriores para despesas em gestão partilhada no âmbito do FEOGA, secção Garantia (medidas anteriores) e do FEAGA	2	p.m.	p.m.	108 300 000	108 300 000	108 300 000 108 300 000
05 07 01 10	Apuramento das contas dos exercícios anteriores relativas ao desenvolvimento rural no âmbito do FEADER	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
05 07 01 11	Apuramento da conformidade das contas dos exercícios anteriores relativas ao desenvolvimento rural no âmbito do FEADER	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
	<i>Artigo 05 07 01 — Subtotal</i>		-193 500 000	-193 500 000	59 100 000	59 100 000	252 600 000 252 600 000
05 07 02	Resolução de litígios	2	800 000	800 000	p.m.	p.m.	-800 000 -800 000
	<i>Capítulo 05 07 — Subtotal</i>		-192 700 000	-192 700 000	59 100 000	59 100 000	251 800 000 251 800 000

05 08	Estratégia política e coordenação no domínio de intervenção «Agricultura e desenvolvimento rural»							
05 08 01	<i>Rede de informação contabilística agrícola (RICA)</i>	2	14 410 160	12 574 403	14 636 655	14 518 700	226 495	1 944 297
05 08 02	<i>Inquéritos sobre a estrutura das explorações agrícolas</i>	2	20 235 377	20 031 352	450 000	5 950 000	-19 785 377	-14 081 352
05 08 03	<i>Reestruturação dos sistemas de inquérito agrícola</i>	2	1 460 000	1 336 980	1 550 687	1 648 004	90 687	311 024
05 08 06	<i>Ações de informação relativas à política agrícola comum</i>	2	8 000 000	8 000 000	8 000 000	8 000 000		
05 08 09	<i>Fundo Europeu de Garantia Agrícola (FEAGA) — Assistência técnica operacional</i>	2	1 705 000	1 705 000	2 670 000	2 670 000	965 000	965 000
05 08 10	<i>Projeto-piloto — Avaliação dos custos para o consumidor final decorrentes do cumprimento da legislação da UE nos domínios do ambiente, do bem-estar animal e da segurança alimentar</i>	2	p.m.	750 000	p.m.	939 631		189 631
05 08 11	<i>Projeto-piloto — Intercâmbio de boas práticas para fins de simplificação do controlo da condicionalidade</i>	2	1 000 000	500 000	p.m.	p.m.	-1 000 000	-500 000
05 08 12	<i>Projeto-piloto — Coordenação da investigação sobre o recurso à homeopatia e à fitoterapia na criação de gado</i>	2	500 000	250 000	p.m.	p.m.	-500 000	-250 000
	<i>Capítulo 05 08 — Subtotal</i>		47 310 537	45 147 735	27 307 342	33 726 335	-20 003 195	-11 421 400
	<i>Título 05 — Subtotal</i>		58 586 537 724	55 879 327 243	58 994 259 076	56 799 707 272	407 721 352	920 380 029
	<i>40 01 40</i>		498 392	498 392			-498 392	-498 392
			58 587 036 116	55 879 825 635			407 222 960	919 881 637
06	Mobilidade e transportes							
06 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Mobilidade e transportes»							
06 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção « Mobilidade e transportes »</i>	5	34 374 908	34 374 908	35 652 889	35 652 889	1 277 981	1 277 981
06 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção « Mobilidade e transportes »</i>							
06 01 02 01	Pessoal externo	5	2 522 065	2 522 065	2 374 972	2 374 972	-147 093	-147 093
06 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	2 514 628	2 514 628	2 389 096	2 389 096	-125 532	-125 532
	<i>40 01 40</i>		59 867	59 867			-59 867	-59 867
			2 574 495	2 574 495			-185 399	-185 399
	<i>Artigo 06 01 02 — Subtotal</i>		5 036 693	5 036 693	4 764 068	4 764 068	-272 625	-272 625
	<i>40 01 40</i>		59 867	59 867			-59 867	-59 867
			5 096 560	5 096 560			-332 492	-332 492
06 01 03	<i>Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Mobilidade e transportes »</i>	5	2 194 778	2 194 778	2 215 808	2 215 808	21 030	21 030

06 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção « Mobilidade e transportes »							
06 01 04 01	Programa Marco Polo II — Despesas de gestão administrativa	1.1	109 800	109 800	120 000	120 000	10 200	10 200
06 01 04 02	Transportes — Despesas de gestão administrativa	1.1	799 800	799 800	700 000	700 000	-99 800	-99 800
06 01 04 04	Apoio financeiro aos projetos de interesse comum da rede transeuropeia de transportes — Despesas de gestão administrativa	1.1	3 000 000	3 000 000	3 700 000	3 700 000	700 000	700 000
06 01 04 07	Segurança e proteção dos utentes de transportes — Despesas de gestão administrativa	1.1	p.m.	p.m.	—	—	—	—
06 01 04 09	Informação e comunicação — Despesas de gestão administrativa	1.1	496 000	496 000	500 000	500 000	4 000	4 000
06 01 04 31	Redes transeuropeias de transportes — Agência de execução	1.1	9 805 000	9 805 000	9 805 000	9 805 000		
06 01 04 32	Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação — Contribuição do Programa Marco Polo II	1.1	1 555 000	1 555 000	1 555 000	1 555 000		
	<i>Artigo 06 01 04 — Subtotal</i>		15 765 600	15 765 600	16 380 000	16 380 000	614 400	614 400
06 01 05	Despesas de apoio às atividades de investigação no domínio de intervenção « Mobilidade e transportes »							
06 01 05 01	Despesas relativas ao pessoal de investigação	1.1	6 000 000	6 000 000	5 750 000	5 750 000	-250 000	-250 000
06 01 05 02	Pessoal externo vinculado à investigação	1.1	2 900 000	2 900 000	2 800 000	2 800 000	-100 000	-100 000
06 01 05 03	Outras despesas de gestão para a investigação	1.1	1 445 000	1 445 000	1 100 000	1 100 000	-345 000	-345 000
	<i>Artigo 06 01 05 — Subtotal</i>		10 345 000	10 345 000	9 650 000	9 650 000	-695 000	-695 000
	<i>Capítulo 06 01 — Subtotal</i>		67 716 979	67 716 979	68 662 765	68 662 765	945 786	945 786
	<i>40 01 40</i>		59 867 67 776 846	59 867 67 776 846			-59 867 885 919	-59 867 885 919
06 02	Transportes interiores, aéreos e marítimos							
06 02 01	Agência Europeia para a Segurança da Aviação							
06 02 01 01	Agência Europeia para a Segurança da Aviação — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	26 435 440	26 435 440	26 435 440	26 435 440		
06 02 01 02	Agência Europeia para a Segurança da Aviação — Contribuição para o título 3	1.1	6 861 336	6 861 336	8 120 371	8 120 371	1 259 035	1 259 035
	<i>Artigo 06 02 01 — Subtotal</i>		33 296 776	33 296 776	34 555 811	34 555 811	1 259 035	1 259 035
06 02 02	Agência Europeia da Segurança Marítima							
06 02 02 01	Agência Europeia da Segurança Marítima — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	26 167 678	26 167 678	22 776 724	22 776 724	-3 390 954	-3 390 954
06 02 02 02	Agência Europeia da Segurança Marítima — Contribuição para o título 3	1.1	7 061 416	8 870 489	8 431 789	9 000 000	1 370 373	129 511
06 02 02 03	Agência Europeia da Segurança Marítima — Medidas antipoluição	1.1	20 000 000	20 500 000	22 663 000	18 414 450	2 663 000	-2 085 550
	<i>Artigo 06 02 02 — Subtotal</i>		53 229 094	55 538 167	53 871 513	50 191 174	642 419	-5 346 993
06 02 03	Atividades de apoio à política europeia dos transportes e direitos dos passageiros							
		1.1	31 770 000	16 307 145	25 000 000	15 126 157	-6 770 000	-1 180 988

06 02 06	Programa Marco Polo II	1.1	62 844 000	24 187 314	60 000 000	50 000 000	-2 844 000	25 812 686
06 02 07	Conclusão do programa Marco Polo	1.1	p.m.	453 626	—	p.m.	—	-453 626
06 02 08	Agência Ferroviária Europeia							
06 02 08 01	Agência Ferroviária Europeia — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	17 459 892	17 459 892	17 853 400	17 853 400	393 508	393 508
06 02 08 02	Agência Ferroviária Europeia — Contribuição para o título 3	1.1	7 027 508	7 027 508	7 018 000	7 018 000	-9 508	-9 508
	<i>Artigo 06 02 08 — Subtotal</i>		24 487 400	24 487 400	24 871 400	24 871 400	384 000	384 000
06 02 11	Segurança dos transportes	1.1	2 300 000	2 086 677	2 510 000	1 800 000	210 000	-286 677
06 02 12	Projeto- piloto — Segurança nas redes traseuropeias de transportes rodoviários	1.1	—	p.m.	—	—		—
06 02 13	Ação preparatória — Facilitar o tráfego transfronteiriço nos pontos de passagem das fronteiras do Nordeste da União (aspetos de segurança do tráfego e de proteção dos condutores)	1.1	—	300 000	—	p.m.		-300 000
06 02 14	Ação Preparatória – Interface europeia de informação e reserva para todos os modos de transporte	1.1	1 500 000	750 000	—	750 000	-1 500 000	
	<i>Capítulo 06 02 — Subtotal</i>		209 427 270	157 407 105	200 808 724	177 294 542	-8 618 546	19 887 437
06 03	Redes transeuropeias							
06 03 01	Conclusão do apoio financeiro aos projetos de interesse comum da rede traseuropeia de transportes	1.1	—	36 290 043	—	10 000 000		-26 290 043
06 03 03	Apoio financeiro aos projetos de interesse comum da rede traseuropeia de transportes	1.1	1 275 406 119	714 278 771	1 410 000 000	708 000 000	134 593 881	-6 278 771
06 03 05	Empresa Comum SESAR	1.1	50 000 000	40 826 298	—	45 000 000	-50 000 000	4 173 702
	<i>Capítulo 06 03 — Subtotal</i>		1 325 406 119	791 395 112	1 410 000 000	763 000 000	84 593 881	-28 395 112
06 06	Investigação relativa aos transportes							
06 06 02	Investigação relativa aos transportes (incluindo a aeronáutica)							
06 06 02 01	Investigação relativa aos transportes (incluindo a aeronáutica)	1.1	p.m.	13 608 766	p.m.	10 665 913		-2 942 853
06 06 02 02	Investigação relacionada com os transportes (incluindo a aeronáutica) — Empresa Comum «Pilhas de combustível e hidrogénio»	1.1	2 980 000	1 680 794	2 656 000	3 833 000	-324 000	2 152 206
06 06 02 03	Empresa Comum SESAR	1.1	58 600 000	40 826 298	58 324 795	45 000 000	-275 205	4 173 702
	<i>Artigo 06 06 02 — Subtotal</i>		61 580 000	56 115 858	60 980 795	59 498 913	-599 205	3 383 055
06 06 04	Dotações provenientes da participação de terceiros (não « Espazo Económico Europeu ») na investigação e no desenvolvimento tecnológico	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
06 06 05	Conclusão dos programas anteriores							
06 06 05 01	Conclusão de programas (anteriores a 2003)	1.1	—	p.m.	—	p.m.		

06 06 05 02	Conclusão do sexto programa-quadro comunitário (2003-2006)	1.1	—	6 668 295	—	589 829		-6 078 466
	<i>Artigo 06 06 05 — Subtotal</i>		—	6 668 295	—	589 829		-6 078 466
	<i>Capítulo 06 06 — Subtotal</i>		61 580 000	62 784 153	60 980 795	60 088 742	-599 205	-2 695 411
	<i>Título 06 — Subtotal</i>		1 664 130 368	1 079 303 349	1 740 452 284	1 069 046 049	76 321 916	-10 257 300
	<i>40 01 40</i>		59 867	59 867			-59 867	-59 867
			1 664 190 235	1 079 363 216			76 262 049	-10 317 167
07	Ambiente e ação climática							
07 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»							
07 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»</i>							
	»	5	60 955 506	60 955 506	62 161 378	62 161 378	1 205 872	1 205 872
07 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»</i>							
07 01 02 01	Pessoal externo	5	5 521 692	5 521 692	5 521 765	5 521 765	73	73
07 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	5 926 675	5 926 675	5 960 762	5 960 762	34 087	34 087
	<i>40 01 40</i>		89 800	89 800			-89 800	-89 800
			6 016 475	6 016 475			-55 713	-55 713
	<i>Artigo 07 01 02 — Subtotal</i>		11 448 367	11 448 367	11 482 527	11 482 527	34 160	34 160
	<i>40 01 40</i>		89 800	89 800			-89 800	-89 800
			11 538 167	11 538 167			-55 640	-55 640
07 01 03	<i>Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»</i>							
	»	5	3 891 903	3 891 903	3 863 296	3 863 296	-28 607	-28 607
07 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»</i>							
07 01 04 01	LIFE+ (Instrumento financeiro para o ambiente — 2007-2013) — Despesas de gestão administrativa	2	17 200 000	17 200 000	18 200 000	18 200 000	1 000 000	1 000 000
07 01 04 04	Contribuição para as atividades internacionais em matéria de ambiente e ação climática — Despesas de gestão administrativa	4	300 000	300 000	300 000	300 000		
07 01 04 05	Aplicação da política e da legislação da União em matéria de ação climática — Despesas de gestão administrativa	2	2 000 000	2 000 000	2 150 000	2 150 000	150 000	150 000
	<i>Artigo 07 01 04 — Subtotal</i>		19 500 000	19 500 000	20 650 000	20 650 000	1 150 000	1 150 000
	<i>Capítulo 07 01 — Subtotal</i>		95 795 776	95 795 776	98 157 201	98 157 201	2 361 425	2 361 425
	<i>40 01 40</i>		89 800	89 800			-89 800	-89 800
			95 885 576	95 885 576			2 271 625	2 271 625
07 02	Questões globais sobre o ambiente e a ação climática							
07 02 01	<i>Contribuição para atividades multilaterais e internacionais nos domínios do ambiente e da ação climática</i>	4	3 050 000	2 684 697	3 200 000	3 200 000	150 000	515 303

07 02 02	<i>Conclusão do LIFE (instrumento financeiro comunitário para o ambiente — 2000-2006) — Operações fora do território da União</i>	4	—	238 640	—	p.m.	—	—	-238 640
07 02 03	<i>Projeto-piloto — Vigilância Ambiental da Bacia do mar Negro e Programa-Quadro Europeu para o desenvolvimento da região do mar Negro</i>	4	—	700 000	—	p.m.	—	—	-700 000
07 02 04	<i>Ação preparatória — Vigilância ambiental da bacia do mar Negro e Programa-Quadro Europeu para o desenvolvimento da região do mar Negro</i>	4	p.m.	600 000	—	150 000	—	—	-450 000
07 02 05	<i>Ação preparatória — Avaliação estratégica do impacto ambiental no desenvolvimento do Ártico Europeu</i>	4	1 000 000	500 000	p.m.	500 000	-1 000 000	—	—
	<i>Capítulo 07 02 — Subtotal</i>		4 050 000	4 723 337	3 200 000	3 850 000	-850 000	—	-873 337
07 03	Desenvolvimento e aplicação da política e legislação ambiental da União								
07 03 01	<i>Conclusão da proteção das florestas</i>	2	—	p.m.	—	p.m.	—	—	—
07 03 03	<i>Conclusão do LIFE III (Instrumento financeiro para o ambiente — 2000-2006) — Projetos no território da União — Parte I (proteção da natureza)</i>	2	—	9 482 128	—	7 800 000	—	—	-1 682 128
07 03 04	<i>Conclusão do LIFE III (Instrumento financeiro para o ambiente — 2000-2006) — Projetos no território da União — Parte II (proteção do ambiente)</i>	2	—	1 896 426	—	900 000	—	—	-996 426
07 03 06	<i>Conclusão das ações de sensibilização e outras ações gerais baseadas nos programas de ação da Comunidade no domínio do ambiente</i>	2	—	p.m.	—	p.m.	—	—	—
07 03 07	<i>LIFE+ (Instrumento financeiro para o ambiente — 2007-2013)</i>	2	316 255 000	208 606 805	325 541 000	225 000 000	9 286 000	—	16 393 195
07 03 09	<i>Contribuição para a Agência Europeia do Ambiente</i>								
07 03 09 01	Agência Europeia do Ambiente — Contribuição para os títulos 1 e 2	2	22 598 731	22 598 731	22 835 305	22 835 305	236 574	—	236 574
07 03 09 02	Agência Europeia do Ambiente — Contribuição para o título 3	2	13 128 165	13 128 165	12 962 092	12 962 092	-166 073	—	-166 073
	<i>Artigo 07 03 09 — Subtotal</i>		35 726 896	35 726 896	35 797 397	35 797 397	70 501	—	70 501
07 03 10	<i>Ação preparatória — Natura 2000</i>	2	—	—	—	—	—	—	—
07 03 11	<i>Projeto-piloto — Proteção e conservação das florestas</i>	2	—	p.m.	—	—	—	—	—
07 03 12	<i>Ação preparatória — Futura base jurídica sobre a informação harmonizada relativa às florestas da UE</i>	2	1 000 000	500 000	p.m.	250 000	-1 000 000	—	-250 000

07 03 13	<i>Ação preparatória — Um sistema integrado de comunicação e de gestão dos riscos relativos à orla costeira</i>	2	—	400 000	—	p.m.	—	—	-400 000
07 03 15	<i>Projeto-piloto — Comércio de emissões de dióxido de enxofre e de óxido de azoto no mar Báltico</i>	2	—	p.m.	—	—	—	—	—
07 03 16	<i>Projeto-piloto — Desenvolvimento de ações de prevenção a fim de pôr termo à desertificação na Europa</i>	2	—	900 000	—	p.m.	—	—	-900 000
07 03 17	<i>Ação preparatória — Clima da bacia panoniana</i>	2	—	1 400 000	—	1 200 000	—	—	-200 000
07 03 18	<i>Projeto-piloto — Recuperação de navios obsoletos não destinados à pesca profissional</i>	2	—	200 000	—	p.m.	—	—	-200 000
07 03 19	<i>Projeto-piloto — Perdas económicas resultantes do desperdício de grandes quantidades de água nas cidades</i>	2	—	300 000	—	390 000	—	—	90 000
07 03 21	<i>Projeto-piloto — Certificação de práticas agrícolas com baixas emissões de carbono</i>	2	—	400 000	—	370 000	—	—	-30 000
07 03 22	<i>Projeto-piloto — Investigação complexa sobre métodos para combater a proliferação da ambrósia e as alergias provocadas por pólen</i>	2	—	700 000	—	p.m.	—	—	-700 000
07 03 24	<i>Projeto-piloto — Sistema europeu de depósito-reembolso para latas de alumínio</i>	2	—	110 000	—	p.m.	—	—	-110 000
07 03 25	<i>Conclusão do desenvolvimento de novas iniciativas políticas</i>	2	—	p.m.	—	p.m.	—	—	—
07 03 26	<i>Projeto-piloto — Análise das publicações sobre o potencial impacto das alterações climáticas nas zonas de proteção da água potável em toda a União e a identificação das prioridades entre os diferentes tipos de abastecimento de água potável</i>	2	p.m.	250 000	—	185 000	—	—	-65 000
07 03 27	<i>Ação preparatória — Regime BEST (regime voluntário para a biodiversidade e os serviços ligados aos ecossistemas nos territórios das regiões ultraperiféricas e nos países e territórios ultramarinos da União)</i>	2	2 000 000	2 000 000	p.m.	1 200 000	-2 000 000	—	-800 000
07 03 28	<i>Projeto-piloto — Ciclo de reciclagem dos plásticos e impacto no meio marinho</i>	2	p.m.	500 000	—	325 000	—	—	-175 000
07 03 29	<i>Ação preparatória — Desenvolvimento de ações de prevenção a fim de pôr termo à desertificação na Europa</i>	2	1 000 000	1 000 000	p.m.	800 000	-1 000 000	—	-200 000
07 03 30	<i>Projeto-piloto — Precipitação Atmosférica — Preservação e Utilização Eficaz da Água Potável</i>	2	1 500 000	750 000	p.m.	375 000	-1 500 000	—	-375 000

07 03 31	<i>Projeto-piloto — Estudo comparado das pressões e medidas contidas nos planos de gestão das principais bacias hidrográficas da União</i>	2	p.m.	750 000	—	600 000	—	-150 000
07 03 32	<i>Projeto-piloto — Impacto a longo prazo das habitações neutras do ponto de vista das emissões de carbono nos sistemas de tratamento de águas residuais</i>	2	1 500 000	750 000	p.m.	p.m.	-1 500 000	-750 000
07 03 33	<i>Projeto-piloto — Recuperação de resíduos marinhos</i>	2	1 000 000	500 000	p.m.	250 000	-1 000 000	-250 000
07 03 34	<i>Projeto-piloto — Disponibilidade, utilização e sustentabilidade da água para a produção de energia nuclear e fóssil</i>	2	500 000	250 000	p.m.	125 000	-500 000	-125 000
07 03 35	<i>Projeto-piloto — Novos conhecimentos para uma gestão integrada da atividade humana no mar</i>	2	2 000 000	1 000 000	p.m.	500 000	-2 000 000	-500 000
07 03 60	<i>Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de biocidas — Contribuição para programas no âmbito da rubrica 2</i>							
07 03 60 01	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de biocidas — Contribuição para os títulos 1 e 2 da rubrica 2	2	p.m.	p.m.	3 956 133	3 956 133	3 956 133	3 956 133
	40 02 41		1 491 930	1 491 930			-1 491 930	-1 491 930
			1 491 930	1 491 930			2 464 203	2 464 203
07 03 60 02	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de biocidas — Contribuição para o título 3 da rubrica 2	2	p.m.	p.m.	2 114 367	2 114 367	2 114 367	2 114 367
	40 02 41		1 236 510	1 236 510			-1 236 510	-1 236 510
			1 236 510	1 236 510			877 857	877 857
	<i>Artigo 07 03 60 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	6 070 500	6 070 500	6 070 500	6 070 500
	40 02 41		2 728 440	2 728 440			-2 728 440	-2 728 440
			2 728 440	2 728 440			3 342 060	3 342 060
07 03 70	<i>Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de importação e exportação de produtos químicos perigosos</i>							
07 03 70 01	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de importação e exportação de produtos químicos perigosos — Contribuição para os títulos 1 e 2	2	p.m.	p.m.	590 000	590 000	590 000	590 000
	40 02 41		345 214	345 214			-345 214	-345 214
			345 214	345 214			244 786	244 786
07 03 70 02	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de importação e exportação de produtos químicos perigosos — Contribuição para o título 3	2	p.m.	p.m.	971 500	971 500	971 500	971 500
	40 02 41		1 110 386	1 110 386			-1 110 386	-1 110 386
			1 110 386	1 110 386			-138 886	-138 886
	<i>Artigo 07 03 70 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	1 561 500	1 561 500	1 561 500	1 561 500
	40 02 41		1 455 600	1 455 600			-1 455 600	-1 455 600
			1 455 600	1 455 600			105 900	105 900

07 03 72	Projeto-piloto — Eficiência dos recursos na prática – Fechar o ciclo dos minerais	2	1 000 000	500 000	p.m.	250 000	-1 000 000	-250 000
	<i>Capítulo 07 03 — Subtotal</i>		363 481 896	268 872 255	368 970 397	283 949 397	5 488 501	15 077 142
	40 02 41		4 184 040	4 184 040			-4 184 040	-4 184 040
			367 665 936	273 056 295			1 304 461	10 893 102
07 12	Aplicação da política e da legislação da União em matéria de ação climática							
07 12 01	Aplicação da política e da legislação da União em matéria de ação climática	2	19 300 000	15 171 404	20 700 000	19 300 000	1 400 000	4 128 596
	<i>Capítulo 07 12 — Subtotal</i>		19 300 000	15 171 404	20 700 000	19 300 000	1 400 000	4 128 596
07 13	Integração da ação climática e inovação							
07 13 03	Ação preparatória — Integração da ação, adaptação e inovação climáticas	2	5 000 000	3 750 000	5 000 000	5 000 000		1 250 000
	<i>Capítulo 07 13 — Subtotal</i>		5 000 000	3 750 000	5 000 000	5 000 000		1 250 000
	<i>Título 07 — Subtotal</i>		487 627 672	388 312 772	496 027 598	410 256 598	8 399 926	21 943 826
	40 01 40, 40 02 41		4 273 840	4 273 840			-4 273 840	-4 273 840
			491 901 512	392 586 612			4 126 086	17 669 986
08	Investigação							
08 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Investigação»							
08 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção							
	« Investigação »	5	9 193 290	9 193 290	9 041 655	9 041 655	-151 635	-151 635
08 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão do domínio de intervenção							
	« Investigação »							
08 01 02 01	Pessoal externo	5	210 031	210 031	268 912	268 912	58 881	58 881
08 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	392 244	392 244	394 554	394 554	2 310	2 310
	40 01 40		4 490	4 490			-4 490	-4 490
			396 734	396 734			-2 180	-2 180
	<i>Artigo 08 01 02 — Subtotal</i>		602 275	602 275	663 466	663 466	61 191	61 191
	40 01 40		4 490	4 490			-4 490	-4 490
			606 765	606 765			56 701	56 701
08 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção							
	« Investigação »	5	586 975	586 975	561 934	561 934	-25 041	-25 041
08 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção							
	« Investigação »							
08 01 04 30	Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação (ERCEA)	1.1	39 000 000	39 000 000	39 000 000	39 000 000		
08 01 04 31	Agência de Execução para a Investigação (REA)	1.1	47 339 000	47 339 000	49 300 000	49 300 000	1 961 000	1 961 000
08 01 04 40	Empresa Comum Europeia para o ITER — Fusão para a Produção de Energia (F4E) — Despesas de gestão administrativa	1.1	39 000 000	39 000 000	39 390 000	39 390 000	390 000	390 000
	<i>Artigo 08 01 04 — Subtotal</i>		125 339 000	125 339 000	127 690 000	127 690 000	2 351 000	2 351 000
08 01 05	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção							
	« Investigação »							

08 01 05 01	Despesas relativas ao pessoal de investigação	1.1	124 219 000	124 219 000	127 793 000	127 793 000	3 574 000	3 574 000
08 01 05 02	Pessoal externo vinculado à investigação	1.1	26 287 000	26 287 000	26 287 000	26 287 000		
08 01 05 03	Outras despesas de gestão no domínio da investigação	1.1	55 000 000	55 000 000	55 000 000	55 000 000		
	<i>Artigo 08 01 05 — Subtotal</i>		205 506 000	205 506 000	209 080 000	209 080 000	3 574 000	3 574 000
	<i>Capítulo 08 01 — Subtotal</i>		341 227 540	341 227 540	347 037 055	347 037 055	5 809 515	5 809 515
	<i>40 01 40</i>		4 490	4 490			-4 490	-4 490
			341 232 030	341 232 030			5 805 025	5 805 025
08 02	Cooperação — Saúde							
	<i>Cooperação</i>							
08 02 01	— Saúde	1.1	639 533 855	398 334 028	791 490 000	627 563 000	151 956 145	229 228 972
	<i>Cooperação</i>							
08 02 02	— Saúde — Empresa comum							
	<i>Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores</i>	1.1	294 300 000	90 725 107	207 068 000	125 650 000	-87 232 000	34 924 893
	<i>Cooperação</i>							
08 02 03	— Saúde — Despesas de apoio à empresa comum							
	<i>Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores</i>	1.1	5 700 000	4 875 567	4 240 000	4 240 000	-1 460 000	-635 567
	<i>Capítulo 08 02 — Subtotal</i>		939 533 855	493 934 702	1 002 798 000	757 453 000	63 264 145	263 518 298
08 03	Cooperação — Alimentação, agricultura e pescas e biotecnologia							
	<i>Cooperação</i>							
08 03 01	— Alimentação, agricultura e pescas e biotecnologia	1.1	312 784 295	181 450 215	356 725 000	317 924 000	43 940 705	136 473 785
	<i>Capítulo 08 03 — Subtotal</i>		312 784 295	181 450 215	356 725 000	317 924 000	43 940 705	136 473 785
08 04	Cooperação — Nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção							
	<i>Cooperação</i>							
08 04 01	— Nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção	1.1	501 040 344	362 900 430	606 664 000	588 708 000	105 623 656	225 807 570
	<i>Cooperação</i>							
08 04 02	— Nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção — Empresa comum							
	<i>Pilhas de Combustível e Hidrogénio</i>	1.1	9 866 000	5 766 488	8 792 000	12 691 000	-1 074 000	6 924 512
	<i>Capítulo 08 04 — Subtotal</i>		510 906 344	368 666 918	615 456 000	601 399 000	104 549 656	232 732 082
08 05	Cooperação — Energia							
	<i>Cooperação</i>							
08 05 01	— Energia	1.1	178 319 521	112 930 985	201 580 000	154 894 000	23 260 479	41 963 015
	<i>Cooperação</i>							
08 05 02	— Energia — Empresa comum							
	<i>Pilhas de Combustível e Hidrogénio</i>	1.1	10 374 000	30 756 719	15 006 000	13 345 000	4 632 000	-17 411 719
	<i>Despesas de apoio à empresa comum</i>							
08 05 03	<i>Pilhas de Combustível e Hidrogénio</i>	1.1	1 239 000	1 124 084	1 239 000	1 239 000		114 916
	<i>Capítulo 08 05 — Subtotal</i>		189 932 521	144 811 788	217 825 000	169 478 000	27 892 479	24 666 212
08 06	Cooperação — Ambiente (incluindo as alterações climáticas)							
	<i>Cooperação</i>							
08 06 01	— Ambiente (incluindo as alterações climáticas)	1.1	280 840 359	211 873 065	332 635 000	266 288 000	51 794 641	54 414 935
	<i>Cooperação</i>							
08 06 02	— Ambiente — Empresa comum							
	<i>Pilhas de Combustível e Hidrogénio</i>	1.1	4 433 000	2 153 814	3 951 000	5 703 000	-482 000	3 549 186
	<i>Capítulo 08 06 — Subtotal</i>		285 273 359	214 026 879	336 586 000	271 991 000	51 312 641	57 964 121
08 07	Cooperação — transportes (incluindo a aeronáutica)							

08 07 01	<i>Cooperação</i> — Transportes (incluindo a aeronáutica)	1.1	323 818 270	289 945 649	311 890 000	328 340 000	-11 928 270	38 394 351
08 07 02	<i>Cooperação</i> — Transportes — Empresa comum Clean Sky	1.1	137 460 000	131 555 035	226 514 477	133 151 243	89 054 477	1 596 208
08 07 03	<i>Cooperação</i> — Transportes — Despesas de apoio à empresa comum Clean Sky	1.1	2 540 000	2 304 418	2 888 523	2 889 000	348 523	584 582
08 07 04	<i>Cooperação</i> — Transportes — Empresa comum Pilhas de Combustível e Hidrogénio	1.1	19 666 000	7 129 179	17 526 000	25 298 000	-2 140 000	18 168 821
	<i>Capítulo 08 07 — Subtotal</i>		483 484 270	430 934 281	558 819 000	489 678 243	75 334 730	58 743 962
08 08	Cooperação — Ciências socioeconómicas e ciências humanas							
08 08 01	<i>Cooperação</i> — Ciências socioeconómicas e ciências humanas	1.1	92 395 240	54 274 481	112 181 000	67 960 000	19 785 760	13 685 519
	<i>Capítulo 08 08 — Subtotal</i>		92 395 240	54 274 481	112 181 000	67 960 000	19 785 760	13 685 519
08 09	Cooperação — Mecanismo de financiamento com partilha de riscos (MFPR)							
08 09 01	<i>Cooperação</i> — Mecanismo de financiamento com partilha de riscos (MFPR)	1.1	198 004 478	181 450 215	p.m.	p.m.	-198 004 478	-181 450 215
	<i>Capítulo 08 09 — Subtotal</i>		198 004 478	181 450 215	p.m.	p.m.	-198 004 478	-181 450 215
08 10	«Ideias»							
08 10 01	<i>Ideias</i> « »	1.1	1 564 948 330	818 082 810	1 707 158 000	1 226 786 278	142 209 670	408 703 468
	<i>Capítulo 08 10 — Subtotal</i>		1 564 948 330	818 082 810	1 707 158 000	1 226 786 278	142 209 670	408 703 468
08 12	Capacidades — Infraestruturas de investigação							
08 12 01	<i>Capacidades</i> — Infraestruturas de investigação	1.1	50 228 387	126 769 285	74 663 000	134 969 000	24 434 613	8 199 715
	<i>Capítulo 08 12 — Subtotal</i>		50 228 387	126 769 285	74 663 000	134 969 000	24 434 613	8 199 715
08 13	Capacidades — Investigação em benefício das pequenas e médias empresas (PME)							
08 13 01	<i>Capacidades</i> — Investigação em benefício das pequenas e médias empresas (PME)	1.1	251 176 486	182 498 997	270 553 000	236 953 000	19 376 514	54 454 003
	<i>Capítulo 08 13 — Subtotal</i>		251 176 486	182 498 997	270 553 000	236 953 000	19 376 514	54 454 003
08 14	Capacidades — Regiões do conhecimento							
08 14 01	<i>Capacidades</i> — Regiões do conhecimento	1.1	20 078 078	18 299 254	26 496 000	20 700 000	6 417 922	2 400 746
	<i>Capítulo 08 14 — Subtotal</i>		20 078 078	18 299 254	26 496 000	20 700 000	6 417 922	2 400 746
08 15	Capacidades — Potencial de investigação							
08 15 01	<i>Capacidades</i> — Potencial de investigação	1.1	66 609 035	56 521 742	73 939 000	58 000 000	7 329 965	1 478 258
	<i>Capítulo 08 15 — Subtotal</i>		66 609 035	56 521 742	73 939 000	58 000 000	7 329 965	1 478 258
08 16	Capacidades — Ciência na sociedade							
08 16 01	<i>Capacidades</i> — Ciência na sociedade	1.1	44 828 259	27 650 291	63 376 000	38 456 000	18 547 741	10 805 709
	<i>Capítulo 08 16 — Subtotal</i>		44 828 259	27 650 291	63 376 000	38 456 000	18 547 741	10 805 709
08 17	Capacidades — Atividades de cooperação internacional							

08 17 01	Capacidades — Atividades de cooperação internacional	1.1	32 102 471	31 917 093	39 683 000	27 597 000	7 580 529	-4 320 093
	<i>Capítulo 08 17 — Subtotal</i>		32 102 471	31 917 093	39 683 000	27 597 000	7 580 529	-4 320 093
08 18	Capacidades — Mecanismo de financiamento com partilha de riscos (MFPR)							
08 18 01	Capacidades — Mecanismo de financiamento com partilha de riscos (MFPR)	1.1	p.m.	p.m.	50 000 000	50 000 000	50 000 000	50 000 000
	<i>Capítulo 08 18 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	50 000 000	50 000 000	50 000 000	50 000 000
08 19	Capacidades — Apoio ao desenvolvimento coerente de políticas de investigação							
08 19 01	Capacidades — Apoio ao desenvolvimento coerente de políticas de investigação	1.1	13 101 602	9 434 504	13 411 000	9 850 000	309 398	415 496
	<i>Capítulo 08 19 — Subtotal</i>		13 101 602	9 434 504	13 411 000	9 850 000	309 398	415 496
08 20	Euratom — Energia de fusão							
08 20 01	Euratom — Energia de fusão	1.1	61 374 000	59 610 025	71 845 000	84 374 000	10 471 000	24 763 975
08 20 02	Euratom — Empresa comum europeia para o ITER — Fusão para a produção de energia (F4E)	1.1	1 067 900 000	312 239 530	865 510 000	500 610 000	-202 390 000	188 370 470
	<i>Capítulo 08 20 — Subtotal</i>		1 129 274 000	371 849 555	937 355 000	584 984 000	-191 919 000	213 134 445
08 21	Euratom — Cisão nuclear e proteção contra radiações							
08 21 01	Euratom — Cisão nuclear e proteção contra radiações	1.1	54 105 000	49 898 809	55 839 000	57 000 000	1 734 000	7 101 191
	<i>Capítulo 08 21 — Subtotal</i>		54 105 000	49 898 809	55 839 000	57 000 000	1 734 000	7 101 191
08 22	Conclusão de anteriores programas-quadro e de outras atividades							
08 22 01	Conclusão dos programas anteriores a 1999	1.1	—	—	—	—		
08 22 02	Conclusão do quinto programa-quadro (1998-2002)							
08 22 02 01	Conclusão do quinto programa-quadro CE (1998-2002)	1.1	—	—	—	—		
08 22 02 02	Conclusão do quinto programa-quadro Euratom (1998-2002)	1.1	—	—	—	—		
	<i>Artigo 08 22 02 — Subtotal</i>		—	—	—	—		
08 22 03	Conclusão do sexto programa-quadro (2003-2006)							
08 22 03 01	Conclusão do sexto programa-quadro CE (2003-2006)	1.1	—	108 870 129	—	25 253 000		-83 617 129
08 22 03 02	Conclusão do sexto programa-quadro Euratom (2003-2006)	1.1	—	4 989 881	—	1 801 000		-3 188 881
	<i>Artigo 08 22 03 — Subtotal</i>		—	113 860 010	—	27 054 000		-86 806 010
08 22 04	Dotações provenientes da participação de terceiros (não « Espaço Económico Europeu ») na investigação e no desenvolvimento tecnológico	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 08 22 — Subtotal</i>		p.m.	113 860 010	p.m.	27 054 000		-86 806 010
08 23	Programa de investigação do Fundo de Investigação do Carvão e do Aço							

08 23 01	Programa de Investigação do Aço	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
08 23 02	Programa de Investigação do Carvão	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 08 23 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Título 08 — Subtotal</i> <i>40 01 40</i>		6 579 993 550	4 217 559 369	6 859 900 055	5 495 269 576	279 906 505	1 277 710 207
			4 490	4 490			-4 490	-4 490
			6 579 998 040	4 217 563 859			279 902 015	1 277 705 717
09	Sociedade da informação e meios de comunicação							
09 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Sociedade da informação e meios de Comunicação»							
09 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Sociedade da informação e meios de comunicação »	5	39 970 823	39 970 823	40 276 463	40 276 463	305 640	305 640
09 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio do domínio de intervenção « Sociedade da informação e meios de comunicação »							
09 01 02 01	Pessoal externo	5	2 264 044	2 264 044	2 349 798	2 349 798	85 754	85 754
09 01 02 11	Outras despesas de gestão <i>40 01 40</i>	5	1 856 338	1 856 338	1 684 783	1 684 783	-171 555	-171 555
			24 695	24 695			-24 695	-24 695
			1 881 033	1 881 033			-196 250	-196 250
	<i>Artigo 09 01 02 — Subtotal</i> <i>40 01 40</i>		4 120 382	4 120 382	4 034 581	4 034 581	-85 801	-85 801
			24 695	24 695			-24 695	-24 695
			4 145 077	4 145 077			-110 496	-110 496
09 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e das comunicações do domínio de intervenção « Sociedade da informação e meios de comunicação »	5	2 552 066	2 552 066	2 503 160	2 503 160	-48 906	-48 906
09 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção « Sociedade da informação e meios de comunicação »							
09 01 04 01	Definição e execução da política da União no domínio das comunicações eletrónicas — Despesas de gestão administrativa	1.1	690 000	690 000	690 000	690 000		
09 01 04 03	Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Apoio à Política de Tecnologias da Informação e da Comunicação — Despesas de gestão administrativa	1.1	1 480 000	1 480 000	1 480 000	1 480 000		
09 01 04 04	Programa «Internet mais segura» — Despesas de gestão administrativa	1.1	200 000	200 000	150 000	150 000	-50 000	-50 000
09 01 04 06	Outras medidas no setor audiovisual e dos meios de comunicação — Despesas de gestão administrativa	3.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 09 01 04 — Subtotal</i>		2 370 000	2 370 000	2 320 000	2 320 000	-50 000	-50 000
09 01 05	Despesas de apoio às atividades de investigação do domínio de intervenção « Sociedade da informação e meios de comunicação »							

09 01 05 01	Despesas relativas ao pessoal de investigação	1.1	48 100 000	48 100 000	48 600 000	48 600 000	500 000	500 000
09 01 05 02	Pessoal externo vinculado à investigação	1.1	12 875 000	12 875 000	12 875 000	12 875 000		
09 01 05 03	Outras despesas de gestão no domínio da investigação	1.1	17 955 000	17 955 000	17 455 000	17 455 000	-500 000	-500 000
	<i>Artigo 09 01 05 — Subtotal</i>		78 930 000	78 930 000	78 930 000	78 930 000		
	<i>Capítulo 09 01 — Subtotal</i>		127 943 271	127 943 271	128 064 204	128 064 204	120 933	120 933
	<i>40 01 40</i>		24 695 127 967 966	24 695 127 967 966			-24 695 96 238	-24 695 96 238
09 02	Quadro regulamentar da agenda digital							
09 02 01	<i>Definição e execução da política da União no domínio das comunicações eletrónicas</i>							
09 02 02	<i>Promover uma utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha</i>							
09 02 02 01	Programa «Internet mais segura»	1.1	14 700 000	13 294 857	2 700 000	12 700 000	-12 000 000	-594 857
09 02 02 02	Conclusão do programa «Para uma Internet mais segura plus» — Promover a utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha	1.1	—	75 302	—	p.m.		-75 302
	<i>Artigo 09 02 02 — Subtotal</i>		14 700 000	13 370 159	2 700 000	12 700 000	-12 000 000	-670 159
09 02 03	<i>Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação</i>							
09 02 03 01	Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	5 502 248	5 502 248	5 434 458	5 434 458	-67 790	-67 790
	<i>40 02 41</i>		391 985 5 894 233	391 985 5 894 233	391 985 5 826 443	391 985 5 826 443		
09 02 03 02	Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação — Contribuição para o título 3	1.1	2 349 885	2 349 885	2 379 815	2 379 815	29 930	29 930
	<i>Artigo 09 02 03 — Subtotal</i>		7 852 133	7 852 133	7 814 273	7 814 273	-37 860	-37 860
	<i>40 02 41</i>		391 985 8 244 118	391 985 8 244 118	391 985 8 206 258	391 985 8 206 258		
09 02 04	<i>Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) — Gabinete</i>							
09 02 04 01	Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) — Gabinete — Contribuição para o títulos 1 e 2	1.1	3 620 881	3 620 881	3 165 705	3 165 705	-455 176	-455 176
09 02 04 02	Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) — Gabinete — Contribuição para o título 3	1.1	672 056	672 056	602 991	602 991	-69 065	-69 065
	<i>Artigo 09 02 04 — Subtotal</i>		4 292 937	4 292 937	3 768 696	3 768 696	-524 241	-524 241
09 02 05	<i>Outras medidas no setor audiovisual e dos meios de comunicação</i>							
09 02 06	<i>Ação preparatória — Erasmus para Jornalistas</i>							
	<i>Capítulo 09 02 — Subtotal</i>		30 200 070	28 279 731	17 637 969	27 382 969	-12 562 101	-896 762
	<i>40 02 41</i>		391 985 30 592 055	391 985 28 671 716	391 985 18 029 954	391 985 27 774 954		
09 03	Adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação							

09 03 01	Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa de Apoio à Política de Tecnologias da Informação e da Comunicação (PAP TIC)	1.1	132 850 000	108 870 129	144 265 000	130 000 000	11 415 000	21 129 871
09 03 02	Conclusão do programa eContent plus — Promoção dos conteúdos digitais europeus	1.1	—	8 029 172	—	1 384 016		-6 645 156
09 03 03	Ação preparatória — Sistema baseado na Internet visando a melhoria da legislação e a participação dos cidadãos	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
09 03 04	Conclusão dos programas anteriores							
09 03 04 01	Conclusão das redes transeuropeias no domínio das telecomunicações (eRTE)	1.1	—	1 949 683	—	p.m.		-1 949 683
09 03 04 02	Conclusão do programa MODINIS	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
	<i>Artigo 09 03 04 — Subtotal</i>		—	1 949 683	—	p.m.		-1 949 683
	<i>Capítulo 09 03 — Subtotal</i>		132 850 000	118 848 984	144 265 000	131 384 016	11 415 000	12 535 032
09 04	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações (TIC)							
09 04 01	Apoio à cooperação em matéria de investigação no domínio das tecnologias da informação e das comunicações (TIC — Cooperação)							
09 04 01 01	Apoio à cooperação em matéria de investigação no domínio das tecnologias da informação e das comunicações (TIC — Cooperação)	1.1	1 244 472 420	949 891 875	1 301 428 065	1 140 000 000	56 955 645	190 108 125
09 04 01 02	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Empresa Comum ARTEMIS	1.1	53 721 430	27 217 532	65 000 000	29 239 766	11 278 570	2 022 234
09 04 01 03	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Despesas de apoio à Empresa Comum ARTEMIS	1.1	1 758 156	1 595 089	911 793	911 793	-846 363	-683 296
09 04 01 04	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Empresa Comum ENIAC	1.1	53 721 430	36 290 043	110 000 000	55 555 555	56 278 570	19 265 512
09 04 01 05	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Despesas de apoio à Empresa Comum ENIAC	1.1	1 298 789	1 178 328	429 142	429 142	-869 647	-749 186
	<i>Artigo 09 04 01 — Subtotal</i>		1 354 972 225	1 016 172 867	1 477 769 000	1 226 136 256	122 796 775	209 963 389
09 04 02	Dotações provenientes da participação de terceiros (fora do Espaço Económico Europeu) na investigação e no desenvolvimento tecnológico	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
09 04 03	Conclusão de programas-quadro comunitários anteriores (anteriores a 2007)	1.1	—	10 633 890	—	11 000 000		366 110
	<i>Capítulo 09 04 — Subtotal</i>		1 354 972 225	1 026 806 757	1 477 769 000	1 237 136 256	122 796 775	210 329 499
09 05	Capacidades — Infraestruturas de investigação							
09 05 01	Capacidades — Infraestruturas de investigação	1.1	31 349 262	54 435 064	37 403 000	54 580 897	6 053 738	145 833
	<i>Capítulo 09 05 — Subtotal</i>		31 349 262	54 435 064	37 403 000	54 580 897	6 053 738	145 833
	<i>Título 09 — Subtotal</i>		1 677 314 828	1 356 313 807	1 805 139 173	1 578 548 342	127 824 345	222 234 535

		416 680	416 680	391 985	391 985	-24 695	-24 695
		1 677 731 508	1 356 730 487	1 805 531 158	1 578 940 327	127 799 650	222 209 840
	40 01 40, 40 02 41						
10	Investigação direta						
10 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Investigação direta»						
	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Investigação direta»</i>						
10 01 05	Despesas relativas ao pessoal da investigação	199 141 100	199 141 100	205 100 000	205 100 000	5 958 900	5 958 900
10 01 05 01	Pessoal externo vinculado à investigação	42 977 100	42 977 100	43 000 000	43 000 000	22 900	22 900
10 01 05 02	Outras despesas de gestão no domínio da investigação	97 945 900	97 945 900	101 980 000	101 980 000	4 034 100	4 034 100
10 01 05 03	<i>Artigo 10 01 05 — Subtotal</i>	340 064 100	340 064 100	350 080 000	350 080 000	10 015 900	10 015 900
	<i>Capítulo 10 01 — Subtotal</i>	340 064 100	340 064 100	350 080 000	350 080 000	10 015 900	10 015 900
10 02	Dotações operacionais diretas para a investigação — Sétimo programa-quadro (2007-2013) — UE						
	<i>Atividades não nucleares do Centro Comum de Investigação (CCI)</i>						
10 02 01	Dotações provenientes da participação de terceiros (não «Espaço Económico Europeu») na investigação e no desenvolvimento tecnológico	31 531 064	29 032 034	32 898 000	33 000 000	1 366 936	3 967 966
10 02 02	<i>Capítulo 10 02 — Subtotal</i>	31 531 064	29 032 034	32 898 000	33 000 000	1 366 936	3 967 966
10 03	Dotações operacionais diretas para a investigação — Sétimo programa-quadro (2007-2011 e 2012-2013) — Euratom						
	<i>Atividades nucleares do Centro Comum de Investigação (JRC)</i>						
10 03 01	Dotações provenientes da participação de terceiros (não «Espaço Económico Europeu») na investigação e no desenvolvimento tecnológico	9 894 900	9 072 511	10 250 000	10 400 000	355 100	1 327 489
10 03 02	<i>Capítulo 10 03 — Subtotal</i>	9 894 900	9 072 511	10 250 000	10 400 000	355 100	1 327 489
10 04	Conclusão de programas-quadro anteriores e outras atividades						
	<i>Conclusão dos programas comuns anteriores</i>						
10 04 01	Conclusão do programa comum anterior — CE	—	6 351	—	p.m.		-6 351
10 04 01 01	Conclusão dos programas comuns anteriores — Euratom	—	49 899	—	p.m.		-49 899
10 04 01 02	<i>Artigo 10 04 01 — Subtotal</i>	—	56 250	—	p.m.		-56 250
10 04 02	<i>Serviços e trabalhos prestados por conta de terceiros</i>	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
10 04 03	<i>Apoio IDT a políticas da União numa base concorrencial</i>	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
10 04 04	<i>Exploração do reator de alto fluxo (HFR)</i>						

10 04 04 01	Exploração do reator de alto fluxo (HFR) — Conclusão dos programas complementares HFR anteriores	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
10 04 04 02	Exploração do reator de alto fluxo (HFR) — Programas complementares HFR	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 10 04 04 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 10 04 — Subtotal</i>		p.m.	56 250	p.m.	p.m.		-56 250
10 05	Obrigações históricas resultantes das atividades nucleares realizadas pelo Centro Comum de Investigação no âmbito do Tratado Euratom							
10 05 01	Desmantelamento de instalações nucleares e gestão dos resíduos	1.1	29 403 800	25 856 656	30 900 000	31 500 000	1 496 200	5 643 344
	<i>Capítulo 10 05 — Subtotal</i>		29 403 800	25 856 656	30 900 000	31 500 000	1 496 200	5 643 344
	<i>Título 10 — Subtotal</i>		410 893 864	404 081 551	424 128 000	424 980 000	13 234 136	20 898 449
11	Assuntos Marítimos e Pescas							
11 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Assuntos marítimos e pescas»							
11 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Assuntos marítimos e pescas »	5	29 678 337	29 678 337	30 412 839	30 412 839	734 502	734 502
11 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção « Assuntos marítimos e pescas »							
11 01 02 01	Pessoal externo	5	2 550 747	2 550 747	2 514 500	2 514 500	-36 247	-36 247
11 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	2 779 656	2 779 656	2 792 542	2 792 542	12 886	12 886
	40 01 40		19 779	19 779			-19 779	-19 779
			2 799 435	2 799 435			-6 893	-6 893
	<i>Artigo 11 01 02 — Subtotal</i>		5 330 403	5 330 403	5 307 042	5 307 042	-23 361	-23 361
	40 01 40		19 779	19 779			-19 779	-19 779
			5 350 182	5 350 182			-43 140	-43 140
11 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Assuntos marítimos e pescas »	5	1 894 910	1 894 910	1 890 142	1 890 142	-4 768	-4 768
11 01 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção « Assuntos marítimos e pescas »							
11 01 04 01	Medidas estruturais no setor das pescas — Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP) e Fundo Europeu das Pescas (FEP) — Assistência técnica não operacional	2	850 000	850 000	850 000	850 000		
11 01 04 02	Diálogo reforçado com o setor das pescas e com as pessoas afetadas pela política comum das pescas — Despesas de gestão administrativa	2	200 000	200 000	180 000	180 000	-20 000	-20 000
11 01 04 03	Apoio à gestão dos recursos da pesca (recolha de dados de base e melhoramento da consultoria científica) — Despesas de gestão administrativa	2	425 000	425 000	445 000	445 000	20 000	20 000
11 01 04 04	Acordos internacionais de pesca — Despesas de gestão administrativa	2	1 700 000	1 700 000	1 800 000	1 800 000	100 000	100 000

11 01 04 05	Contribuições para organizações internacionais — Despesas de gestão administrativa	2	400 000	400 000	450 000	450 000	50 000	50 000
11 01 04 06	Inspeção e vigilância das atividades de pesca nas águas da UE e outras — Despesas de gestão administrativa	2	—	—	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
11 01 04 07	Programa de apoio ao aprofundamento da política marítima integrada (PMI) — Despesas de gestão administrativa	2	100 000	100 000	200 000	200 000	100 000	100 000
11 01 04 08	Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) — Assistência técnica não operacional	2	500 000	500 000	725 000	725 000	225 000	225 000
	<i>Artigo 11 01 04 — Subtotal</i>		4 175 000	4 175 000	4 650 000	4 650 000	475 000	475 000
	<i>Capítulo 11 01 — Subtotal</i>		41 078 650	41 078 650	42 260 023	42 260 023	1 181 373	1 181 373
	<i>40 01 40</i>		19 779	19 779			-19 779	-19 779
			41 098 429	41 098 429			1 161 594	1 161 594
11 02	Mercados da pesca							
	Intervenções para os produtos da pesca							
11 02 01	Intervenções para os produtos da pesca — Novas ações	2	15 000 000	14 412 834	11 500 000	11 500 000	-3 500 000	-2 912 834
11 02 01 03	Ação preparatória — Observatório dos preços de mercado no setor da pesca	2	—	1 734 000	—	550 000		-1 184 000
	<i>Artigo 11 02 01 — Subtotal</i>		15 000 000	16 146 834	11 500 000	12 050 000	-3 500 000	-4 096 834
	Programa Pesca a favor das regiões ultraperiféricas							
11 02 03	Programa Pesca a favor das regiões ultraperiféricas — Novas ações	2	14 996 768	14 223 191	14 996 768	15 000 000		776 809
	<i>Artigo 11 02 03 — Subtotal</i>		14 996 768	14 223 191	14 996 768	15 000 000		776 809
	<i>Capítulo 11 02 — Subtotal</i>		29 996 768	30 370 025	26 496 768	27 050 000	-3 500 000	-3 320 025
11 03	Pesca a nível internacional e Direito do Mar							
	Acordos internacionais de pesca							
11 03 01	Acordos internacionais de pesca	2	25 500 000	26 200 000	29 010 000	29 010 000	3 510 000	2 810 000
	<i>40 02 41</i>		119 200 000	120 800 000	115 220 000	115 220 000	-3 980 000	-5 580 000
			144 700 000	147 000 000	144 230 000	144 230 000	-470 000	-2 770 000
11 03 02	Contribuições para organizações internacionais	2	4 400 000	4 172 136	4 800 000	4 500 000	400 000	327 864
11 03 03	Trabalhos preparatórios para novas organizações internacionais de pesca e outras contribuições não obrigatórias para organizações internacionais	2	5 500 000	5 215 170	4 500 000	4 000 000	-1 000 000	-1 215 170
11 03 04	Contribuição financeira da União Europeia para os órgãos criados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982	2	200 000	189 643	200 000	200 000		10 357
	<i>Capítulo 11 03 — Subtotal</i>		35 600 000	35 776 949	38 510 000	37 710 000	2 910 000	1 933 051
	<i>40 02 41</i>		119 200 000	120 800 000	115 220 000	115 220 000	-3 980 000	-5 580 000
			154 800 000	156 576 949	153 730 000	152 930 000	-1 070 000	-3 646 949
11 04	Governança da política comum da pesca							
	Reforço do diálogo com o setor e os meios interessados na política comum da pesca							
11 04 01	Reforço do diálogo com o setor e os meios interessados na política comum da pesca	2	6 400 000	5 641 866	5 390 000	4 877 000	-1 010 000	-764 866
	<i>Capítulo 11 04 — Subtotal</i>		6 400 000	5 641 866	5 390 000	4 877 000	-1 010 000	-764 866
11 06	Fundo Europeu das Pescas (FEP)							

11 06 01	<i>Conclusão do Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP) — Objetivo n.º 1 (2000-2006)</i>	2	p.m.	21 334 787	p.m.	15 000 000			-6 334 787
11 06 02	<i>Conclusão do programa especial de apoio à paz e à reconciliação na Irlanda do Norte e na região fronteiriça da República da Irlanda (2000-2006)</i>	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			
11 06 03	<i>Conclusão de programas anteriores — Antigos objetivos n.ºs 1 e 6 (anteriores a 2000)</i>	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			
11 06 04	<i>Conclusão do Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP) — Extra objetivo n.º 1 (2000-2006)</i>	2	p.m.	7 111 596	p.m.	5 000 000			-2 111 596
11 06 05	<i>Conclusão de programas anteriores — Antigo objetivo n.º 5A (anteriores a 2000)</i>	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			
11 06 06	<i>Conclusão de programas anteriores — Iniciativas anteriores a 2000</i>	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			
11 06 08	<i>Conclusão de programas anteriores — Antigas medidas de assistência técnica operacional (anteriores a 2000)</i>	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			
11 06 09	<i>Medida específica destinada a promover a reconversão de navios e pescadores que, até 1999, estavam dependentes do acordo de pesca com Marrocos</i>	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			
11 06 11	<i>Fundo Europeu das Pescas (FEP) — Assistência técnica operacional</i>	2	4 346 082	3 413 566	3 500 000	2 600 000	-846 082		-813 566
11 06 12	<i>Fundo Europeu das Pescas (FEP) — Objetivo de convergência</i>	2	507 543 231	341 356 590	519 652 868	375 000 000	12 109 637		33 643 410
11 06 13	<i>Fundo Europeu das Pescas (FEP) — Objetivo não ligado à Convergência</i>	2	159 986 289	113 785 530	163 154 844	125 000 000	3 168 555		11 214 470
	<i>Capítulo 11 06 — Subtotal</i>		671 875 602	487 002 069	686 307 712	522 600 000	14 432 110		35 597 931
11 07	Conservação, gestão e exploração dos recursos aquáticos vivos								
11 07 01	<i>Apoio à gestão dos recursos da pesca (recolha de dados de base)</i>	2	47 500 000	38 307 795	46 000 000	35 500 000	-1 500 000		-2 807 795
11 07 02	<i>Apoio à gestão dos recursos da pesca (reforço da consultoria científica)</i>	2	4 500 000	3 318 745	5 200 000	4 000 000	700 000		681 255
11 07 03	<i>Projeto-piloto — Instrumentos para uma governação comum e uma gestão sustentável da pesca: Promoção da investigação resultante da colaboração entre cientistas e partes interessadas</i>	2	1 500 000	750 000	—	750 000	-1 500 000		
	<i>Capítulo 11 07 — Subtotal</i>		53 500 000	42 376 540	51 200 000	40 250 000	-2 300 000		-2 126 540
11 08	Controlo e execução da política comum das pescas								

11 08 01	Contribuição financeira aos Estados-Membros para despesas no âmbito do controlo	2	47 430 000	23 894 961	46 330 000	23 350 000	-1 100 000	-544 961
11 08 02	Inspeção e vigilância das atividades de pesca nas águas da UE e noutros locais	2	2 300 000	2 180 889	2 600 000	2 400 000	300 000	219 111
11 08 05	Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECP)							
11 08 05 01	Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECP) — Contribuição para os títulos 1 e 2	2	7 337 359	7 337 359	7 311 359	7 311 359	-26 000	-26 000
11 08 05 02	Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECP) — Contribuição para o título 3	2	1 693 541	2 693 541	1 622 541	1 622 541	-71 000	-1 071 000
	<i>Artigo 11 08 05 — Subtotal</i>		9 030 900	10 030 900	8 933 900	8 933 900	-97 000	-1 097 000
	<i>Capítulo 11 08 — Subtotal</i>		58 760 900	36 106 750	57 863 900	34 683 900	-897 000	-1 422 850
11 09	Política marítima							
11 09 01	Ação preparatória — Política marítima	2	—	2 600 000	—	345 000		-2 255 000
11 09 02	Projeto-piloto — Ligação em rede e melhores práticas no domínio da política marítima	2	—	2 200 000	—	—		-2 200 000
11 09 05	Programa de apoio ao aprofundamento da política marítima integrada (PMI)	2	16 560 000	2 370 532	—	15 240 000	-16 560 000	12 869 468
	<i>Capítulo 11 09 — Subtotal</i>		16 560 000	7 170 532	—	15 585 000	-16 560 000	8 414 468
	<i>Título 11 — Subtotal</i>		913 771 920	685 523 381	908 028 403	725 015 923	-5 743 517	39 492 542
	<i>40 01 40, 40 02 41</i>		119 219 779	120 819 779	115 220 000	115 220 000	-3 999 779	-5 599 779
			1 032 991 699	806 343 160	1 023 248 403	840 235 923	-9 743 296	33 892 763
12	Mercado interno							
12 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Mercado interno»							
12 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Mercado interno »	5	46 765 864	46 765 864	50 859 308	50 859 308	4 093 444	4 093 444
12 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio do domínio de intervenção « Mercado interno »							
12 01 02 01	Pessoal externo	5	6 568 336	6 568 336	6 454 085	6 454 085	-114 251	-114 251
12 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	3 394 875	3 394 875	3 525 911	3 525 911	131 036	131 036
	<i>40 01 40</i>		97 284	97 284			-97 284	-97 284
			3 492 159	3 492 159			33 752	33 752
	<i>Artigo 12 01 02 — Subtotal</i>		9 963 211	9 963 211	9 979 996	9 979 996	16 785	16 785
	<i>40 01 40</i>		97 284	97 284			-97 284	-97 284
			10 060 495	10 060 495			-80 499	-80 499
12 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Mercado interno »	5	2 985 919	2 985 919	3 160 879	3 160 879	174 960	174 960
12 01 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção « Mercado interno »							
12 01 04 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno — Despesas de gestão administrativa	1.1	700 000	700 000	700 000	700 000		

	<i>Artigo 12 01 04 — Subtotal</i>		700 000	700 000	700 000	700 000		
	<i>Capítulo 12 01 — Subtotal</i>		60 414 994	60 414 994	64 700 183	64 700 183	4 285 189	4 285 189
	<i>40 01 40</i>		97 284	97 284			-97 284	-97 284
			60 512 278	60 512 278			4 187 905	4 187 905
12 02	Política do mercado interno							
	Implementação e desenvolvimento do mercado interno							
12 02 01		1.1	8 800 000	7 167 283	8 800 000	8 000 000		832 717
	Programa SOLVIT e Plano de Ação sobre Serviços de Assistência no âmbito do Mercado Único							
12 02 02		1.1	p.m.	1 088 701	p.m.	950 000		-138 701
	Projeto-piloto — Fórum do Mercado Único							
12 02 03		1.1	1 200 000	600 000	—	855 000	-1 200 000	255 000
	Projeto-piloto — Reforço da capacidade de intervenção dos utilizadores finais e de outras entidades extrasetoriais na elaboração de políticas da União na área dos serviços financeiros							
12 02 04		1.1	1 250 000	1 125 000	1 000 000	750 000	-250 000	-375 000
	<i>Capítulo 12 02 — Subtotal</i>		11 250 000	9 980 984	9 800 000	10 555 000	-1 450 000	574 016
12 04	Livre circulação de capitais, direito das sociedades e governo das sociedades							
	Atividades específicas no domínio dos serviços financeiros, da informação financeira e da auditoria							
12 04 01		1.1	7 500 000	5 443 506	7 650 000	7 600 000	150 000	2 156 494
	Autoridade Bancária Europeia							
12 04 02		1.1	7 099 000	7 099 000	7 474 000	7 274 000	375 000	175 000
12 04 02 01	Autoridade Bancária Europeia — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1						
12 04 02 02	Autoridade Bancária Europeia — Contribuição para o título 3	1.1	1 200 000	1 200 000	1 071 000	1 071 000	-129 000	-129 000
	<i>Artigo 12 04 02 — Subtotal</i>		8 299 000	8 299 000	8 545 000	8 345 000	246 000	46 000
	Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma							
12 04 03		1.1	5 070 000	5 070 000	4 809 000	4 509 000	-261 000	-561 000
12 04 03 01	Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1						
12 04 03 02	Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma — Contribuição para o título 3	1.1	1 192 000	1 192 000	1 029 000	1 029 000	-163 000	-163 000
	<i>Artigo 12 04 03 — Subtotal</i>		6 262 000	6 262 000	5 838 000	5 538 000	-424 000	-724 000
	Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados							
12 04 04		1.1	5 838 477	5 838 477	5 433 000	5 433 000	-405 477	-405 477
12 04 04 01	Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1						
12 04 04 02	Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados — Contribuição para o título 3	1.1	1 281 523	1 281 523	1 200 000	1 200 000	-81 523	-81 523
	<i>Artigo 12 04 04 — Subtotal</i>		7 120 000	7 120 000	6 633 000	6 633 000	-487 000	-487 000
	<i>Capítulo 12 04 — Subtotal</i>		29 181 000	27 124 506	28 666 000	28 116 000	-515 000	991 494
	<i>Título 12 — Subtotal</i>		100 845 994	97 520 484	103 166 183	103 371 183	2 320 189	5 850 699
	<i>40 01 40</i>		97 284	97 284			-97 284	-97 284
			100 943 278	97 617 768			2 222 905	5 753 415
13	Política regional							

13 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Política regional»								
13 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Política regional »	5	59 156 818	59 156 818	60 311 948	60 311 948	1 155 130	1 155 130	
13 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio do domínio de intervenção « Política regional »								
13 01 02 01	Pessoal externo	5	2 137 197	2 137 197	2 105 270	2 105 270	-31 927	-31 927	
13 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	3 094 285	3 094 285	3 101 813	3 101 813	7 528	7 528	
	40 01 40		16 463 3 110 748	16 463 3 110 748			-16 463 -8 935	-16 463 -8 935	
	Artigo 13 01 02 — Subtotal		5 231 482	5 231 482	5 207 083	5 207 083	-24 399	-24 399	
	40 01 40		16 463 5 247 945	16 463 5 247 945			-16 463 -40 862	-16 463 -40 862	
13 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Política regional »	5	3 777 060	3 777 060	3 748 355	3 748 355	-28 705	-28 705	
13 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção « Política regional »								
13 01 04 01	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Despesas de gestão administrativa	1.2	11 600 000	11 600 000	11 300 000	11 300 000	-300 000	-300 000	
13 01 04 02	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) — Componente de desenvolvimento regional — Despesas de gestão administrativa	4	5 659 450	5 659 450	5 116 000	5 116 000	-543 450	-543 450	
13 01 04 03	Fundo de Coesão — Despesas de gestão administrativa	1.2	4 200 000	4 200 000	4 200 000	4 200 000			
	Artigo 13 01 04 — Subtotal		21 459 450	21 459 450	20 616 000	20 616 000	-843 450	-843 450	
	Capítulo 13 01 — Subtotal		89 624 810	89 624 810	89 883 386	89 883 386	258 576	258 576	
	40 01 40		16 463 89 641 273	16 463 89 641 273			-16 463 242 113	-16 463 242 113	
13 03	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e outras operações regionais								
13 03 01	Conclusão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Objetivo n.º 1 (2000-2006)	1.2	p.m.	1 200 000 000	p.m.	618 000 000		-582 000 000	
13 03 02	Conclusão do programa especial de apoio à paz e à reconciliação na Irlanda do Norte e na região fronteiriça da República da Irlanda (2000-2006)	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			
13 03 03	Conclusão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Objetivo n.º 1 (até 2000)	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			

13 03 04	<i>Conclusão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Objetivo n.º 2 (2000-2006)</i>	1.2	p.m.	145 596 619	p.m.	62 000 000	-83 596 619
13 03 05	<i>Conclusão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Objetivo n.º 2 (até 2000)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
13 03 06	<i>Conclusão da iniciativa comunitária Urban (2000-2006)</i>	1.2	p.m.	10 000 000	p.m.	3 000 000	-7 000 000
13 03 07	<i>Conclusão dos programas anteriores — Iniciativas da Comunidade (até 2000)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
13 03 08	<i>Conclusão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Assistência técnica e medidas inovadoras (2000-2006)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
13 03 09	<i>Conclusão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Assistência técnica e medidas inovadoras (até 2000)</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
13 03 12	<i>Contribuição da União para o Fundo Internacional para a Irlanda</i>	1.1	p.m.	13 608 766	p.m.	p.m.	-13 608 766
13 03 13	<i>Conclusão da iniciativa comunitária Interreg III (2000-2006)</i>	1.2	p.m.	90 000 000	p.m.	42 000 000	-48 000 000
13 03 14	<i>Apoio às regiões fronteiriças com os países candidatos — Conclusão dos programas anteriores (2000-2006)</i>	1.2	—	—	p.m.	p.m.	p.m.
13 03 16	<i>Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Convergência</i>	1.2	24 398 779 141	20 603 000 000	25 081 705 801	22 933 000 000	682 926 660
13 03 17	<i>Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — PEACE</i>	1.2	33 392 292	40 000 000	34 060 138	45 000 000	667 846
13 03 18	<i>Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Competitividade regional e emprego</i>	1.2	3 946 682 563	3 400 965 947	4 022 082 950	3 490 000 000	75 400 387
13 03 19	<i>Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Cooperação territorial europeia</i>	1.2	1 168 910 427	685 160 555	1 202 729 810	952 000 000	33 819 383
13 03 20	<i>Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) — Assistência técnica operacional</i>	1.2	50 000 000	35 000 000	50 000 000	40 000 000	5 000 000
13 03 21	<i>Projeto-piloto — Coordenação pan-europeia dos métodos de integração da população cigana</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
13 03 22	<i>Projeto-piloto — Erasmus para os representantes eleitos a nível local e regional</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	

13 03 23	<i>Projeto-piloto — Reforçar a cooperação regional e local através da promoção da política regional da União à escala mundial</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	92 000		92 000
13 03 24	<i>Ação preparatória — Promoção de um ambiente mais favorável ao microcrédito na Europa</i>	1.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
13 03 26	<i>Projeto-piloto — Renovação sustentável das zonas suburbanas</i>	1.2	500 000	500 000	p.m.	142 163	-500 000	-357 837
13 03 27	<i>Ação preparatória — RURBAN — Parceria para um desenvolvimento urbano e rural sustentável</i>	1.2	p.m.	1 000 000	p.m.	p.m.		-1 000 000
13 03 28	<i>Ação preparatória — Reforçar a cooperação regional e local através da promoção da política regional da União à escala mundial</i>	1.2	2 000 000	2 000 000	p.m.	1 500 000	-2 000 000	-500 000
13 03 29	<i>Definição de um modelo de governação para a região do Danúbio na União Europeia —melhor e mais eficaz coordenação</i>	1.2	1 500 000	1 500 000	p.m.	400 000	-1 500 000	-1 100 000
13 03 30	<i>Projeto-piloto — Para uma identidade regional comum, a reconciliação das nações e a cooperação económica e social, incluindo uma plataforma pan-europeia de competências e de excelência na macrorregião do Danúbio</i>	1.2	2 000 000	2 000 000	p.m.	600 000	-2 000 000	-1 400 000
13 03 31	<i>Assistência técnica e divulgação de informações sobre a estratégia da União Europeia para a região do Mar Báltico e melhoria dos conhecimentos sobre a estratégia das macrorregiões</i>	1.2	2 500 000	2 500 000	p.m.	500 000	-2 500 000	-2 000 000
13 03 32	<i>Ação preparatória sobre um Fórum Atlântico para a Estratégia Atlântica da União Europeia</i>	1.2	1 200 000	600 000	p.m.	600 000	-1 200 000	
13 03 33	<i>Ação preparatória — Acompanhamento de Maiote e de qualquer outro território potencialmente interessado no processo de transição para o estatuto de região ultraperiférica</i>	1.2	2 000 000	1 000 000	p.m.	600 000	-2 000 000	-400 000
13 03 34	<i>Ação preparatória — Erasmus para os representantes eleitos a nível local e regional</i>	1.2	2 000 000	1 000 000	p.m.	700 000	-2 000 000	-300 000
13 03 40	<i>Mecanismo de partilha de riscos financiado a partir da dotação « Convergência do FEDER »</i>	1.2			p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
13 03 41	<i>Mecanismo de partilha de riscos financiado a partir da dotação « Competitividade regional e emprego do FEDER »</i>	1.2			p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
<i>Capítulo 13 03 — Subtotal</i>			29 611 464 423	26 235 431 887	30 390 578 699	28 190 134 163	779 114 276	1 954 702 276

13 04	Fundo de coesão							
13 04 01	Fundo de Coesão — Conclusão de projetos anteriores (até 2007)	1.2	p.m.	950 388 636	p.m.	848 000 000		-102 388 636
13 04 02	Fundo de Coesão	1.2	11 788 814 578	7 807 000 000	12 350 000 000	8 824 000 000	561 185 422	1 017 000 000
13 04 03	Mecanismo de partilha de riscos financiado a partir da dotação do FC	1.2			p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
	<i>Capítulo 13 04 — Subtotal</i>		11 788 814 578	8 757 388 636	12 350 000 000	9 672 000 000	561 185 422	914 611 364
13 05	Operações de pré-adesão relacionadas com as políticas estruturais							
13 05 01	Instrumento Estrutural de Pré-Adesão (ISPA) — Conclusão de projetos anteriores (2000-2006)							
13 05 01 01	Instrumento estrutural de pré-adesão (ISPA) — Conclusão de outros projetos anteriores (2000-2006)	4	p.m.	235 009 566	p.m.	300 000 000		64 990 434
13 05 01 02	Instrumento estrutural de pré-adesão — Conclusão da assistência de pré-adesão relativa a oito países candidatos	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 13 05 01 — Subtotal</i>		p.m.	235 009 566	p.m.	300 000 000		64 990 434
13 05 02	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) — Componente de desenvolvimento regional	4	462 453 000	141 897 374	462 000 000	216 200 000	-453 000	74 302 626
13 05 03	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) — Componente da cooperação transfronteiriça (CT)							
13 05 03 01	Cooperação transfronteiriça — Contribuição da sub-rubrica 1B	1.2	50 481 765	50 000 000	51 491 401	50 000 000	1 009 636	
13 05 03 02	Cooperação transfronteiriça (CT) e participação dos países candidatos e potencialmente candidatos em programas de cooperação transnacionais e inter-regionais dos fundos estruturais — Contribuição da rubrica 4	4	42 406 903	28 636 770	36 279 051	40 000 000	-6 127 852	11 363 230
	<i>Artigo 13 05 03 — Subtotal</i>		92 888 668	78 636 770	87 770 452	90 000 000	-5 118 216	11 363 230
	<i>Capítulo 13 05 — Subtotal</i>		555 341 668	455 543 710	549 770 452	606 200 000	-5 571 216	150 656 290
13 06	Fundo de solidariedade							
13 06 01	Fundo de Solidariedade da União Europeia — Estados-Membros	3.2	18 061 682	18 061 682	p.m.	p.m.	-18 061 682	-18 061 682
13 06 02	Fundo de Solidariedade da União Europeia — Estados cuja adesão se encontra em curso de negociação	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 13 06 — Subtotal</i>		18 061 682	18 061 682	p.m.	p.m.	-18 061 682	-18 061 682
	<i>Título 13 — Subtotal</i>		42 063 307 161	35 556 050 725	43 380 232 537	38 558 217 549	1 316 925 376	3 002 166 824
	<i>40 01 40</i>		16 463	16 463			-16 463	-16 463
			42 063 323 624	35 556 067 188			1 316 908 913	3 002 150 361
14	Fiscalidade e união aduaneira							
14 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Fiscalidade e união aduaneira»							
14 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Fiscalidade e união aduaneira »	5	44 067 833	44 067 833	45 105 529	45 105 529	1 037 696	1 037 696

14 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio do domínio de intervenção « Fiscalidade e união aduaneira »							
14 01 02 01	Pessoal externo	5	5 852 798	5 852 798	5 693 615	5 693 615	-159 183	-159 183
14 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	2 773 625	2 773 625	2 837 477	2 837 477	63 852	63 852
	40 01 40		151 912	151 912			-151 912	-151 912
			2 925 537	2 925 537			-88 060	-88 060
	Artigo 14 01 02 — Subtotal		8 626 423	8 626 423	8 531 092	8 531 092	-95 331	-95 331
	40 01 40		151 912	151 912			-151 912	-151 912
			8 778 335	8 778 335			-247 243	-247 243
14 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Fiscalidade e união aduaneira »	5	2 813 654	2 813 654	2 803 284	2 803 284	-10 370	-10 370
14 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção « Fiscalidade e união aduaneira »							
14 01 04 01	Realização e desenvolvimento do mercado interno — Despesas de gestão administrativa	1.1	120 000	120 000	120 000	120 000		
14 01 04 02	Alfândega 2013 e Fiscalis 2013 — Despesas de gestão administrativa	1.1	1 132 000	1 132 000	1 132 000	1 132 000		
	Artigo 14 01 04 — Subtotal		1 252 000	1 252 000	1 252 000	1 252 000		
	Capítulo 14 01 — Subtotal		56 759 910	56 759 910	57 691 905	57 691 905	931 995	931 995
	40 01 40		151 912	151 912			-151 912	-151 912
			56 911 822	56 911 822			780 083	780 083
14 02	Estratégia política e coordenação da Direção-Geral da Fiscalidade e união aduaneira							
14 02 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno	1.1	3 400 000	2 404 215	3 500 000	2 600 000	100 000	195 785
	Capítulo 14 02 — Subtotal		3 400 000	2 404 215	3 500 000	2 600 000	100 000	195 785
14 03	Aspetos internacionais de fiscalidade e das alfândegas							
14 03 03	Participação em organizações internacionais no domínio das alfândegas e fiscal	4	1 300 000	1 240 927	1 250 000	1 250 000	-50 000	9 073
14 03 04	Boa governação no domínio fiscal	4	p.m.	668 191	p.m.	400 000		-268 191
	Capítulo 14 03 — Subtotal		1 300 000	1 909 118	1 250 000	1 650 000	-50 000	-259 118
14 04	Política aduaneira							
14 04 01	Conclusão dos anteriores programas Alfândega	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
14 04 02	Alfândega 2013	1.1	53 000 000	31 753 788	53 000 000	39 000 000		7 246 212
	Capítulo 14 04 — Subtotal		53 000 000	31 753 788	53 000 000	39 000 000		7 246 212
14 05	Política fiscal							
14 05 02	Informatização do sistema de impostos especiais de consumo (EMCS)	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
14 05 03	Fiscalis 2013	1.1	28 200 000	17 237 770	30 000 000	21 000 000	1 800 000	3 762 230
	Capítulo 14 05 — Subtotal		28 200 000	17 237 770	30 000 000	21 000 000	1 800 000	3 762 230
	Título 14 — Subtotal		142 659 910	110 064 801	145 441 905	121 941 905	2 781 995	11 877 104
	40 01 40		151 912	151 912			-151 912	-151 912
			142 811 822	110 216 713			2 630 083	11 725 192

15	Educação e cultura							
15 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Educação e cultura»							
15 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção «Educação e cultura»	5	52 261 852	52 261 852	53 016 976	53 016 976	755 124	755 124
15 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Educação e cultura»							
15 01 02 01	Pessoal externo	5	3 973 490	3 973 490	3 885 021	3 885 021	-88 469	-88 469
15 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	3 361 487	3 361 487	3 333 017	3 333 017	-28 470	-28 470
	40 01 40		29 933 3 391 420	29 933 3 391 420			-29 933 -58 403	-29 933 -58 403
	Artigo 15 01 02 — Subtotal		7 334 977	7 334 977	7 218 038	7 218 038	-116 939	-116 939
	40 01 40		29 933 7 364 910	29 933 7 364 910			-29 933 -146 872	-29 933 -146 872
15 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Educação e Cultura»	5	3 336 828	3 336 828	3 294 977	3 294 977	-41 851	-41 851
15 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Educação e cultura»							
15 01 04 14	Erasmus Mundus— Despesas de gestão administrativa	1.1	914 000	914 000	914 000	914 000		
15 01 04 17	Cooperação com países terceiros em matéria de educação e de formação profissional — Despesas de gestão administrativa	4	80 000	80 000	80 000	80 000		
15 01 04 22	Aprendizagem ao longo da vida — Despesas de gestão administrativa	1.1	8 750 000	8 750 000	8 500 000	8 500 000	-250 000	-250 000
15 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas a título da rubrica 1A	1.1	21 444 000	21 444 000	21 395 000	21 395 000	-49 000	-49 000
15 01 04 31	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas no âmbito da rubrica 3B	3.2	15 572 000	15 572 000	15 572 000	15 572 000		
15 01 04 32	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas no âmbito da rubrica 4	4	600 000	600 000	263 000	263 000	-337 000	-337 000
15 01 04 44	Programa Cultura (2007-2013) — Despesas de gestão administrativa	3.2	550 000	550 000	550 000	550 000		
15 01 04 55	Juventude em Ação — Despesas de gestão administrativa	3.2	780 000	780 000	780 000	780 000		
15 01 04 60	MEDIA 2007 – Programa de apoio ao setor audiovisual europeu — Despesas de gestão administrativa	3.2	725 000	725 000	725 000	725 000		
15 01 04 68	MEDIA Mundus — Despesas de gestão administrativa	3.2	75 000	75 000	75 000	75 000		
	Artigo 15 01 04 — Subtotal		49 490 000	49 490 000	48 854 000	48 854 000	-636 000	-636 000
15 01 05	Despesas de apoio às atividades de investigação do domínio de intervenção «Educação e cultura»							

15 01 05 01	Despesas relativas ao pessoal e investigação	1.1	1 952 000	1 952 000	1 952 000	1 952 000		
15 01 05 02	Pessoal externo vinculado à investigação	1.1	700 000	700 000	700 000	700 000		
15 01 05 03	Outras despesas de gestão no domínio da investigação	1.1	348 000	348 000	348 000	348 000		
	<i>Artigo 15 01 05 — Subtotal</i>		3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000		
15 01 60	Aquisição de informação							
15 01 60 01	Existências bibliotecárias, subscrições e aquisições e conservação de livros	5	2 734 000	2 734 000	2 534 000	2 534 000	-200 000	-200 000
	<i>Artigo 15 01 60 — Subtotal</i>		2 734 000	2 734 000	2 534 000	2 534 000	-200 000	-200 000
15 01 61	Despesas com a organização de estágios nos serviços da instituição							
	<i>Capítulo 15 01 — Subtotal</i>	5	7 000 000	7 000 000	6 650 000	6 650 000	-350 000	-350 000
	<i>40 01 40</i>		125 157 657	125 157 657	124 567 991	124 567 991	-589 666	-589 666
			29 933	29 933			-29 933	-29 933
			125 187 590	125 187 590			-619 599	-619 599
15 02	Aprendizagem ao longo da vida, incluindo o multilinguismo							
	<i>Erasmus</i>							
15 02 02	Mundus	1.1	105 654 000	86 188 852	108 291 000	97 150 000	2 637 000	10 961 148
	<i>Cooperação</i>							
15 02 03	com países terceiros em matéria de educação e de formação profissional	4	9 000 000	7 636 472	1 024 000	3 600 000	-7 976 000	-4 036 472
	<i>Conclusão</i>							
15 02 09	dos programas anteriores no domínio da educação e da formação	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
	<i>Instituto</i>							
15 02 11	Europeu de Inovação e Tecnologia							
15 02 11 01	Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia — Estrutura de direção	1.1	4 493 000	3 169 028	4 765 110	4 765 110	272 110	1 596 082
15 02 11 02	Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia — Comunidades de Conhecimento e Inovação (CCI)	1.1	74 831 000	65 512 600	118 300 000	103 569 690	43 469 000	38 057 090
	<i>Artigo 15 02 11 — Subtotal</i>		79 324 000	68 681 628	123 065 110	108 334 800	43 741 110	39 653 172
15 02 22	Programa de aprendizagem ao longo da vida	1.1	1 110 476 000	907 251 074	1 100 476 000	1 058 000 000	-10 000 000	150 748 926
	<i>Ação</i>							
15 02 23	preparatória — Programa do tipo Erasmus para os aprendizes	1.1	—	p.m.	—	275 000		275 000
	<i>Centro</i>							
15 02 25	Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional							
15 02 25 01	Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	12 668 834	12 668 834	12 430 000	12 430 000	-238 834	-238 834
15 02 25 02	Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional — Contribuição para o título 3	1.1	4 340 066	4 340 066	4 954 900	4 954 900	614 834	614 834
	<i>Artigo 15 02 25 — Subtotal</i>		17 008 900	17 008 900	17 384 900	17 384 900	376 000	376 000
	<i>Fundação</i>							
15 02 27	Europeia para a Formação							
15 02 27 01	Fundação Europeia para a Formação — Contribuição para os títulos 1 e 2	4	14 468 414	14 468 414	15 081 500	15 081 500	613 086	613 086
15 02 27 02	Fundação Europeia para a Formação — Contribuição para o título 3	4	5 576 116	5 576 116	4 945 000	5 445 000	-631 116	-131 116
	<i>Artigo 15 02 27 — Subtotal</i>		20 044 530	20 044 530	20 026 500	20 526 500	-18 030	481 970

15 02 30	<i>Projeto-piloto — Política europeia de vizinhança — Reforço da educação através de bolsas e intercâmbios</i>	1.1	—	—	—	—		
15 02 31	<i>Projeto-piloto destinado a cobrir as despesas de formação de estudantes que se especializem na Política Europeia de Vizinhança (PEV) e despesas com atividades académicas conexas, incluindo a criação de uma cátedra PEV no Colégio da Europa (Campus de Natolin)</i>	1.1	p.m.	580 000	p.m.	579 935		-65
15 02 32	<i>Projeto-piloto — Política europeia de vizinhança — Reforço da educação através de bolsas e intercâmbios</i>	1.1	p.m.	p.m.	—	p.m.	—	
15 02 33	<i>Ação preparatória destinada a cobrir as despesas de formação de estudantes que se especializem na Política Europeia de Vizinhança (PEV) e despesas com atividades académicas conexas e outros módulos educativos, incluindo o funcionamento da cátedra PEV no Colégio da Europa de Natolin</i>	1.1	3 500 000	1 750 000	2 000 000	1 600 000	-1 500 000	-150 000
	<i>Capítulo 15 02 — Subtotal</i>		1 345 007 430	1 109 141 456	1 372 267 510	1 307 451 135	27 260 080	198 309 679
15 04	Desenvolvimento da cooperação cultural e audiovisual na Europa							
15 04 09	<i>Conclusão dos programas/ações anteriores</i>							
15 04 09 01	Conclusão dos programas/ações anteriores no domínio da cultura e das línguas	3.2	—	p.m.	—	p.m.		
15 04 09 02	Conclusão de anteriores programas MEDIA	3.2	—	p.m.	—	p.m.		
	<i>Artigo 15 04 09 — Subtotal</i>		—	p.m.	—	p.m.		
15 04 10	<i>Projeto-piloto — Economia da diversidade cultural</i>	3.2	750 000	375 000	p.m.	225 000	-750 000	-150 000
15 04 44	<i>Programa Cultural (2007-2013)</i>	3.2	58 503 000	50 500 000	59 356 000	51 000 000	853 000	500 000
15 04 45	<i>Projeto-piloto — Mobilidade dos artistas</i>	3.2	—	350 000	—	p.m.		-350 000
15 04 46	<i>Ação preparatória — A cultura nas relações externas</i>	3.2	500 000	250 000	p.m.	150 000	-500 000	-100 000
15 04 50	<i>Marca do Património Europeu</i>	3.2	350 000	250 000	300 000	318 750	-50 000	68 750
15 04 66	<i>MEDIA 2007 — Programa de apoio ao setor audiovisual europeu</i>							
15 04 66 01	MEDIA 2007 — Programa de apoio ao setor audiovisual europeu	3.2	106 752 000	100 000 000	108 109 000	101 000 000	1 357 000	1 000 000
15 04 66 02	Ação preparatória — Aplicação dos programas MEDIA 2007 em países terceiros	4	—	p.m.	—	p.m.		
15 04 66 03	Ação preparatória — Circulação de obras audiovisuais num ambiente digital	3.2	2 000 000	1 000 000	p.m.	p.m.	-2 000 000	-1 000 000
	<i>Artigo 15 04 66 — Subtotal</i>		108 752 000	101 000 000	108 109 000	101 000 000	-643 000	
15 04 68	<i>MEDIA Mundus</i>	3.2	4 925 000	4 760 000	4 500 000	4 600 000	-425 000	-160 000

15 04 70	<i>Projeto-piloto — Casa da História Europeia</i>				p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
	<i>Capítulo 15 04 — Subtotal</i>	173 780 000	157 485 000	172 265 000	157 293 750	-1 515 000	-191 250	
15 05	Incentivo e promoção da cooperação no domínio da juventude e dos desportos							
15 05 06	<i>Acontecimentos anuais especiais</i>	3.2	1 500 000	2 700 000	p.m.	450 000	-1 500 000	-2 250 000
15 05 09	<i>Conclusão dos programas/ações anteriores no domínio da juventude</i>	3.2	—	p.m.	—	p.m.		
15 05 10	<i>Ação Preparatória — Amicus — Associação de Estados-Membros para a Criação de um Serviço Comunitário Universal</i>	3.2	—	p.m.	—	p.m.		
15 05 11	<i>Ação preparatória no domínio do desporto</i>	3.2	p.m.	2 300 000	p.m.	209 000		-2 091 000
15 05 20	<i>Ação preparatória — Parcerias europeias em matéria de desporto</i>	3.2	4 000 000	2 000 000	p.m.	500 000	-4 000 000	-1 500 000
15 05 55	<i>Juventude em Ação</i>	3.2	139 608 000	123 000 000	140 450 000	129 000 000	842 000	6 000 000
	<i>Capítulo 15 05 — Subtotal</i>		145 108 000	130 000 000	140 450 000	130 159 000	-4 658 000	159 000
15 07	Pessoas — Programa para a mobilidade dos investigadores							
15 07 77	<i>Pessoas</i>	1.1	905 662 068	588 805 947	954 252 000	800 000 000	48 589 932	211 194 053
15 07 78	<i>Dotações provenientes da participação de terceiros (não « Espaço Económico Europeu ») na investigação e no desenvolvimento tecnológico</i>	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
15 07 79	<i>Projeto-Piloto — Parcerias de conhecimento</i>	1.1	1 000 000	750 000	p.m.	499 900	-1 000 000	-250 100
	<i>Capítulo 15 07 — Subtotal</i>		906 662 068	589 555 947	954 252 000	800 499 900	47 589 932	210 943 953
	<i>Título 15 — Subtotal</i>		2 695 715 155	2 111 340 060	2 763 802 501	2 519 971 776	68 087 346	408 631 716
	40 01 40		29 933	29 933			-29 933	-29 933
			2 695 745 088	2 111 369 993			68 057 413	408 601 783
16	Comunicação							
16 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Comunicação»							
16 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção « Comunicação »</i>							
16 01 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção «Comunicação»: sede	5	61 854 849	61 854 849	65 551 998	65 551 998	3 697 149	3 697 149
	<i>Artigo 16 01 01 — Subtotal</i>		61 854 849	61 854 849	65 551 998	65 551 998	3 697 149	3 697 149
16 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção « Comunicação »</i>							
16 01 02 01	Pessoal externo da Direção-Geral da Comunicação: sede	5	7 276 540	7 276 540	6 190 249	6 190 249	-1 086 291	-1 086 291
16 01 02 03	Pessoal externo da Direção-Geral da Comunicação: representações da Comissão	5	15 749 000	15 749 000	16 265 000	16 265 000	516 000	516 000

16 01 02 11	Outras despesas de gestão da Direção-Geral Comunicação: sede	5	3 299 156	3 299 156	3 365 317	3 365 317	66 161	66 161
	40 01 40		5 987 3 305 143	5 987 3 305 143			-5 987 60 174	-5 987 60 174
	<i>Artigo 16 01 02 — Subtotal</i>		26 324 696	26 324 696	25 820 566	25 820 566	-504 130	-504 130
	40 01 40		5 987 26 330 683	5 987 26 330 683			-5 987 -510 117	-5 987 -510 117
16 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação, imóveis e despesas conexas do domínio de intervenção							
	« Comunicação »							
16 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação da Direção-Geral da Comunicação: sede	5	3 949 324	3 949 324	4 074 022	4 074 022	124 698	124 698
16 01 03 03	Imóveis e despesas conexas da Direção-Geral da Comunicação: representações da Comissão	5	25 404 000	25 404 000	26 531 000	26 531 000	1 127 000	1 127 000
16 01 03 04	Outras despesas administrativas	5	1 350 000	1 350 000	1 317 000	1 317 000	-33 000	-33 000
	<i>Artigo 16 01 03 — Subtotal</i>		30 703 324	30 703 324	31 922 022	31 922 022	1 218 698	1 218 698
16 01 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção							
	« Comunicação »							
16 01 04 01	Ações de comunicação — Despesas de gestão administrativa	3.2	3 200 000	3 200 000	3 200 000	3 200 000		
16 01 04 02	Visitas à Comissão — Despesas de gestão administrativa	3.2	650 000	650 000	800 000	800 000	150 000	150 000
16 01 04 03	Europa para os cidadãos — Despesas de gestão administrativa	3.2	230 000	230 000	250 000	250 000	20 000	20 000
16 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura	3.2	3 370 000	3 370 000	3 370 000	3 370 000		
	<i>Artigo 16 01 04 — Subtotal</i>		7 450 000	7 450 000	7 620 000	7 620 000	170 000	170 000
	<i>Capítulo 16 01 — Subtotal</i>		126 332 869	126 332 869	130 914 586	130 914 586	4 581 717	4 581 717
	40 01 40		5 987 126 338 856	5 987 126 338 856			-5 987 4 575 730	-5 987 4 575 730
16 02	Comunicação e meios de comunicação social							
	<i>Ações</i>							
16 02 02	multimédia	3.2	26 960 000	23 500 000	28 400 000	29 000 000	1 440 000	5 500 000
	40 02 41		4 500 000 31 460 000	4 500 000 28 000 000			-4 500 000 -3 060 000	-4 500 000 1 000 000
16 02 03	Informação para a comunicação social	3.2	4 950 000	4 000 000	5 150 000	4 200 000	200 000	200 000
16 02 04	Exploração dos estúdios de radiodifusão e de televisão e equipamentos audiovisuais	5	6 755 000	6 500 000	5 553 000	5 553 000	-1 202 000	-947 000
16 02 06	Ação Preparatória — Bolsas de investigação europeias a favor do jornalismo de investigação transfronteiras	5	1 000 000	500 000	p.m.	p.m.	-1 000 000	-500 000
16 02 07	Projeto- piloto — Partilhar a Europa em linha	5	1 000 000	500 000	p.m.	p.m.	-1 000 000	-500 000
	<i>Capítulo 16 02 — Subtotal</i>		40 665 000	35 000 000	39 103 000	38 753 000	-1 562 000	3 753 000
	40 02 41		4 500 000 45 165 000	4 500 000 39 500 000			-4 500 000 -6 062 000	-4 500 000 -747 000
16 03	Comunicação a nível local							
16 03 01	Centros de informação	3.2	13 750 000	12 000 000	13 800 000	12 700 000	50 000	700 000

16 03 02	Comunicação das representações da Comissão							
16 03 02 01	Comunicação das representações da Comissão	3.2	5 870 000	5 560 000	7 226 000	6 600 000	1 356 000	1 040 000
	40 02 41		<u>1 000 000</u> 6 870 000	<u>1 000 000</u> 6 560 000			<u>-1 000 000</u> 356 000	<u>-1 000 000</u> 40 000
16 03 02 02	Espaços públicos europeus	5	1 440 000	1 440 000	1 300 000	1 300 000	-140 000	-140 000
	Artigo 16 03 02 — Subtotal		7 310 000	7 000 000	8 526 000	7 900 000	1 216 000	900 000
	40 02 41		<u>1 000 000</u> 8 310 000	<u>1 000 000</u> 8 000 000			<u>-1 000 000</u> 216 000	<u>-1 000 000</u> -100 000
16 03 04	Parceria para a comunicação sobre a Europa							
16 03 04	Parceria para a comunicação sobre a Europa	3.2	10 700 000	10 200 000	12 500 000	12 000 000	1 800 000	1 800 000
	40 02 41		<u>2 300 000</u> 13 000 000	<u>2 400 000</u> 12 600 000			<u>-2 300 000</u> -500 000	<u>-2 400 000</u> -600 000
16 03 05	EuroGlobo							
16 03 05 01	Ação preparatória — EuroGlobo	3.2	—	—	—	—	—	—
16 03 05 02	Finalização do projeto-piloto EuroGlobo	3.2	—	—	—	—	—	—
	Artigo 16 03 05 — Subtotal		—	—	—	—	—	—
	Capítulo 16 03 — Subtotal		31 760 000	29 200 000	34 826 000	32 600 000	3 066 000	3 400 000
	40 02 41		<u>3 300 000</u> 35 060 000	<u>3 400 000</u> 32 600 000			<u>-3 300 000</u> -234 000	<u>-3 400 000</u>
16 04	Instrumentos de análise e de comunicação							
16 04 01	Análise da opinião pública							
16 04 01	Análise da opinião pública	3.2	6 150 000	6 000 000	6 600 000	5 900 000	450 000	-100 000
16 04 02	Instrumentos de informação e comunicação escritos e em linha							
16 04 02 01	Instrumentos de informação e comunicação escritos e em linha	3.2	14 380 000	13 760 000	16 860 000	14 500 000	2 480 000	740 000
16 04 02 02	Resumo em linha da legislação (SCAD+)	5	—	p.m.	—	p.m.	—	—
	Artigo 16 04 02 — Subtotal		14 380 000	13 760 000	16 860 000	14 500 000	2 480 000	740 000
16 04 04	Publicações escritas de carácter geral							
	Capítulo 16 04 — Subtotal	5	2 700 000	2 500 000	2 300 000	2 100 000	-400 000	-400 000
			23 230 000	22 260 000	25 760 000	22 500 000	2 530 000	240 000
16 05	Promoção da cidadania europeia							
16 05 01	Europa para os cidadãos							
16 05 01 01	Europa para os Cidadãos	3.2	28 220 000	28 000 000	26 330 000	28 500 000	-1 890 000	500 000
16 05 01 02	Ação preparatória para a preservação de sítios comemorativos na Europa	3.2	p.m.	p.m.	—	—	—	—
	Artigo 16 05 01 — Subtotal		28 220 000	28 000 000	26 330 000	28 500 000	-1 890 000	500 000
16 05 02	Visitas à Comissão							
16 05 02	Visitas à Comissão	3.2	2 970 000	2 500 000	4 000 000	3 200 000	1 030 000	700 000
16 05 03	2011 — Ano Europeu do Voluntariado							
16 05 03 01	Ação preparatória — 2011 — Ano Europeu do Voluntariado	3.2	—	—	—	—	—	—
16 05 03 02	2011 — Ano Europeu do Voluntariado	3.2	—	900 000	—	p.m.	—	-900 000
	Artigo 16 05 03 — Subtotal		—	900 000	—	p.m.	—	-900 000
16 05 06	Casa da Sociedade Civil Europeia							
16 05 06	Casa da Sociedade Civil Europeia	3.2	p.m.	p.m.	—	—	—	—
16 05 07	2013 — Ano Europeu dos Cidadãos							
16 05 07 01	Ação preparatória — 2013 — Ano Europeu dos Cidadãos	3.2	1 000 000	600 000	p.m.	150 000	-1 000 000	-450 000
16 05 07 02	2013 — Ano Europeu dos Cidadãos	3.2	—	—	1 000 000	500 000	1 000 000	500 000
	Artigo 16 05 07 — Subtotal		1 000 000	600 000	1 000 000	650 000	—	50 000
	Capítulo 16 05 — Subtotal		32 190 000	32 000 000	31 330 000	32 350 000	-860 000	350 000

	<i>Título 16 — Subtotal</i>		254 177 869	244 792 869	261 933 586	257 117 586	7 755 717	12 324 717
	<i>40 01 40, 40 02 41</i>		7 805 987	7 905 987			-7 805 987	-7 905 987
			261 983 856	252 698 856			-50 270	4 418 730
17	Saúde e defesa do consumidor							
17 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»							
17 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»	5	77 743 252	77 743 252	79 114 480	79 114 480	1 371 228	1 371 228
17 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»							
17 01 02 01	Pessoal externo	5	7 776 354	7 776 354	7 596 367	7 596 367	-179 987	-179 987
17 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	9 661 525	9 661 525	9 785 151	9 785 151	123 626	123 626
	<i>40 01 40</i>		280 045	280 045			-280 045	-280 045
			9 941 570	9 941 570			-156 419	-156 419
	<i>Artigo 17 01 02 — Subtotal</i>		17 437 879	17 437 879	17 381 518	17 381 518	-56 361	-56 361
	<i>40 01 40</i>		280 045	280 045			-280 045	-280 045
			17 717 924	17 717 924			-336 406	-336 406
17 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação, imóveis e despesas conexas do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»							
17 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»: sede	5	4 963 771	4 963 771	4 916 922	4 916 922	-46 849	-46 849
17 01 03 03	Despesas relativas a imóveis e despesas conexas do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»: Grange	5	5 338 000	5 338 000	4 700 000	4 700 000	-638 000	-638 000
	<i>Artigo 17 01 03 — Subtotal</i>		10 301 771	10 301 771	9 616 922	9 616 922	-684 849	-684 849
17 01 04	Despesas de apoio a ações do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»							
17 01 04 01	Intervenções fitossanitárias — Despesas de gestão administrativa	2	600 000	600 000	600 000	600 000		
17 01 04 02	Programa de ação da União Europeia no domínio da saúde — Despesas de gestão administrativa	3.2	1 400 000	1 400 000	1 500 000	1 500 000	100 000	100 000
17 01 04 03	Programa de ação da União no domínio da política dos consumidores — Despesas de gestão administrativa	3.2	950 000	950 000	1 100 000	1 100 000	150 000	150 000
17 01 04 05	Segurança dos alimentos para animais e para consumo humano e atividades conexas — Despesas de gestão administrativa	2	700 000	700 000	600 000	600 000	-100 000	-100 000
17 01 04 07	Erradicação das doenças animais e fundo de emergência — Despesas de gestão administrativa	2	300 000	300 000	300 000	300 000		
17 01 04 30	Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores — Contribuição de programas no âmbito da rubrica 3B	3.2	5 900 000	5 900 000	5 900 000	5 900 000		

17 01 04 31	Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores — Contribuição de programas no âmbito da rubrica 2	2	1 170 000	1 170 000	1 170 000	1 170 000		
	<i>Artigo 17 01 04 — Subtotal</i>		11 020 000	11 020 000	11 170 000	11 170 000	150 000	150 000
	<i>Capítulo 17 01 — Subtotal</i>		116 502 902	116 502 902	117 282 920	117 282 920	780 018	780 018
	<i>40 01 40</i>		280 045	280 045			-280 045	-280 045
			116 782 947	116 782 947			499 973	499 973
17 02	Política dos consumidores							
<i>17 02 01</i>	<i>Conclusão das ações da União em benefício dos consumidores</i>	3.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
<i>17 02 02</i>	<i>Ação da União no domínio da política dos consumidores</i>	3.2	21 090 000	19 000 000	20 700 000	19 000 000	-390 000	
<i>17 02 03</i>	<i>Ação preparatória — Medidas de controlo no domínio da política dos consumidores</i>	3.2	p.m.	860 400	p.m.	150 000		-710 400
<i>17 02 04</i>	<i>Projeto-piloto — Transparência e estabilidade nos mercados financeiros</i>	1.1	p.m.	325 000	p.m.	200 000		-125 000
	<i>Capítulo 17 02 — Subtotal</i>		21 090 000	20 185 400	20 700 000	19 350 000	-390 000	-835 400
17 03	Saúde pública							
<i>17 03 01</i>	<i>Medidas no domínio da proteção da saúde pública</i>							
<i>17 03 01 01</i>	<i>Conclusão do programa de saúde pública (2003-2008)</i>	3.2	p.m.	10 500 000	p.m.	3 000 000		-7 500 000
	<i>Artigo 17 03 01 — Subtotal</i>		p.m.	10 500 000	p.m.	3 000 000		-7 500 000
<i>17 03 03</i>	<i>Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças</i>							
<i>17 03 03 01</i>	<i>Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças — Contribuição para os títulos 1 e 2</i>	3.2	36 936 900	36 936 900	37 390 000	37 390 000	453 100	453 100
<i>17 03 03 02</i>	<i>Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças — Contribuição para o título 3</i>	3.2	19 790 100	19 790 100	19 337 000	19 337 000	-453 100	-453 100
	<i>Artigo 17 03 03 — Subtotal</i>		56 727 000	56 727 000	56 727 000	56 727 000		
<i>17 03 04</i>	<i>Ação preparatória — Saúde pública</i>	3.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
<i>17 03 05</i>	<i>Acordos internacionais e participação em organizações internacionais no âmbito da saúde pública e do controlo do tabaco</i>	4	200 000	190 912	192 000	192 000	-8 000	1 088
<i>17 03 06</i>	<i>Ação da União no domínio da saúde</i>	3.2	48 300 000	37 000 000	49 800 000	40 000 000	1 500 000	3 000 000
<i>17 03 07</i>	<i>Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos</i>							
<i>17 03 07 01</i>	<i>Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos — Contribuição para os títulos 1 e 2</i>	3.2	48 266 209	48 266 209	46 890 000	46 890 000	-1 376 209	-1 376 209
<i>17 03 07 02</i>	<i>Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos — Contribuição para o título 3</i>	3.2	26 813 571	23 992 571	27 444 000	24 980 000	630 429	987 429
	<i>Artigo 17 03 07 — Subtotal</i>		75 079 780	72 258 780	74 334 000	71 870 000	-745 780	-388 780
<i>17 03 08</i>	<i>Projeto-piloto — Nova situação do emprego no setor da saúde: boas práticas para melhorar a formação profissional e as qualificações dos profissionais da saúde e respetivas remunerações</i>	1.1	p.m.	300 000	p.m.	p.m.		-300 000

17 03 09	Projeto-piloto — Investigação complexa — Saúde, Ambiente, Transportes e Alterações Climáticas — Melhoria da qualidade do ar interior e exterior	2	p.m.	1 600 000	p.m.	p.m.			-1 600 000
	Agência Europeia de Medicamentos								
17 03 10 01	Agência Europeia de Medicamentos — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	7 655 333	7 655 333	6 165 000	6 165 000		-1 490 333	-1 490 333
17 03 10 02	Agência Europeia de Medicamentos — Contribuição para o título 3	1.1	15 310 667	15 310 667	27 065 000	27 065 000		11 754 333	11 754 333
17 03 10 03	Contribuição especial a favor dos medicamentos órfãos	1.1	6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000			
	<i>Artigo 17 03 10 — Subtotal</i>		28 966 000	28 966 000	39 230 000	39 230 000		10 264 000	10 264 000
17 03 11	Projeto-piloto — Consumo de frutos e produtos hortícolas	2	1 000 000	1 000 000	—	500 000		-1 000 000	-500 000
17 03 12	Projeto-piloto — Regime alimentar saudável: primeiros anos de vida e envelhecimento da população	2	1 000 000	500 000	—	200 000		-1 000 000	-300 000
17 03 13	Projeto-piloto — Desenvolvimento e aplicação de estratégias bem sucedidas de prevenção da diabetes de tipo 2	2	1 000 000	500 000	—	200 000		-1 000 000	-300 000
17 03 14	Ação preparatória — Resistência antimicrobiana (RAM): Investigação das causas da utilização elevada e inapropriada de antibióticos	2	1 000 000	500 000	—	200 000		-1 000 000	-300 000
17 03 15	Ação preparatória — Criação de uma rede de peritos da União em matéria de assistência adaptada a adolescentes com problemas psicológicos	3.2	1 000 000	500 000	—	200 000		-1 000 000	-300 000
	<i>Capítulo 17 03 — Subtotal</i>		214 272 780	210 542 692	220 283 000	212 319 000		6 010 220	1 776 308
17 04	Segurança dos alimentos para consumo humano e animal, saúde animal, bem-estar dos animais e fitossanidade								
17 04 01	Programas de erradicação e de vigilância das doenças animais e de vigilância das condições físicas dos animais que representem um risco para a saúde pública causado por um fator externo								
17 04 01 01	Programas de erradicação e vigilância das doenças animais e de vigilância das condições físicas dos animais que representem um risco para a saúde pública causado por um fator externo — Novas ações	2	259 000 000	184 901 486	200 000 000	185 000 000		-59 000 000	98 514
17 04 01 02	Projeto-piloto – Rede coordenada a nível europeu para o bem-estar dos animais	2	1 000 000	500 000	—	300 000		-1 000 000	-200 000
	<i>Artigo 17 04 01 — Subtotal</i>		260 000 000	185 401 486	200 000 000	185 300 000		-60 000 000	-101 486
17 04 02	Outras ações nos domínios veterinário, do bem-estar dos animais e da saúde pública								
17 04 02 01	Outras ações nos domínios veterinário, do bem-estar dos animais e da saúde pública — Novas ações	2	18 000 000	12 326 766	14 000 000	13 000 000		-4 000 000	673 234

	<i>Artigo 17 04 02 — Subtotal</i>		18 000 000	12 326 766	14 000 000	13 000 000	-4 000 000	673 234
17 04 03	Fundo de emergência para doenças veterinárias e para outras doenças animais que representem um risco para a saúde pública							
17 04 03 01	Fundo de emergência para doenças veterinárias e para outras doenças animais que representem um risco para a saúde pública — Novas ações	2	10 000 000	9 482 128	10 000 000	10 000 000		517 872
17 04 03 03	Ação preparatória — Postos de controlo (locais de repouso) no âmbito do transporte de animais	2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 17 04 03 — Subtotal</i>		10 000 000	9 482 128	10 000 000	10 000 000		517 872
17 04 04	Intervenções fitossanitárias							
17 04 04 01	Intervenções fitossanitárias — Novas ações	2	14 000 000	9 482 128	14 000 000	13 000 000		3 517 872
	<i>Artigo 17 04 04 — Subtotal</i>		14 000 000	9 482 128	14 000 000	13 000 000		3 517 872
17 04 06	Conclusão das ações anteriores nos domínios veterinário e fitossanitário	3.2	p.m.	347 000	p.m.	p.m.		-347 000
17 04 07	Segurança dos alimentos para animais e para consumo humano e atividades conexas							
17 04 07 01	Segurança dos alimentos para animais e para consumo humano e atividades conexas — Novas ações	2	32 000 000	26 549 957	34 000 000	28 000 000	2 000 000	1 450 043
	<i>Artigo 17 04 07 — Subtotal</i>		32 000 000	26 549 957	34 000 000	28 000 000	2 000 000	1 450 043
17 04 09	Acordos internacionais e participação em organizações internacionais nos domínios da segurança alimentar, saúde dos animais, bem-estar animal e fitossanitário	4	250 000	238 640	276 000	276 000	26 000	37 360
	<i>Capítulo 17 04 — Subtotal</i>		334 250 000	243 828 105	272 276 000	249 576 000	-61 974 000	5 747 895
	<i>Título 17 — Subtotal</i>		686 115 682	591 059 099	630 541 920	598 527 920	-55 573 762	7 468 821
	<i>40 01 40</i>		280 045	280 045			-280 045	-280 045
			686 395 727	591 339 144			-55 853 807	7 188 776
18	Assuntos internos							
18 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Assuntos internos»							
18 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Assuntos internos »	5	30 477 753	30 477 753	31 645 793	31 645 793	1 168 040	1 168 040
18 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para o apoio ao domínio de intervenção « Assuntos internos »							
18 01 02 01	Pessoal externo	5	2 830 564	2 830 564	2 260 869	2 260 869	-569 695	-569 695
18 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	1 810 130	1 810 130	1 741 785	1 741 785	-68 345	-68 345
	<i>40 01 40</i>		39 662	39 662			-39 662	-39 662
			1 849 792	1 849 792			-108 007	-108 007
	<i>Artigo 18 01 02 — Subtotal</i>		4 640 694	4 640 694	4 002 654	4 002 654	-638 040	-638 040
	<i>40 01 40</i>		39 662	39 662			-39 662	-39 662
			4 680 356	4 680 356			-677 702	-677 702
18 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Assuntos internos »	5	1 945 951	1 945 951	1 966 770	1 966 770	20 819	20 819

18 01 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção « Assuntos internos »							
18 01 04 02	Fundo Europeu para os Refugiados — Despesas de gestão administrativa	3.1	500 000	500 000	500 000	500 000		
18 01 04 03	Medidas de urgência em caso de afluxo maciço de refugiados — Despesas de gestão administrativa	3.1	200 000	200 000	200 000	200 000		
18 01 04 08	Fundo para as Fronteiras Externas — Despesas de gestão administrativa	3.1	500 000	500 000	500 000	500 000		
18 01 04 09	Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros — Despesas de gestão administrativa	3.1	500 000	500 000	500 000	500 000		
18 01 04 10	Fundo Europeu de Regresso — Despesas de gestão administrativa	3.1	500 000	500 000	500 000	500 000		
18 01 04 16	Prevenção, preparação e gestão das consequências do terrorismo — Despesas de gestão administrativa	3.1	200 000	200 000	350 000	350 000	150 000	150 000
18 01 04 17	Prevenção e luta contra a criminalidade — Despesas de gestão administrativa	3.1	600 000	600 000	550 000	550 000	-50 000	-50 000
	<i>Artigo 18 01 04 — Subtotal</i>		3 000 000	3 000 000	3 100 000	3 100 000	100 000	100 000
	<i>Capítulo 18 01 — Subtotal</i>		40 064 398	40 064 398	40 715 217	40 715 217	650 819	650 819
	<i>40 01 40</i>		39 662	39 662			-39 662	-39 662
			40 104 060	40 104 060			611 157	611 157
18 02	Solidariedade — Fronteiras externas, regresso, política de vistos e livre circulação de pessoas							
18 02 03	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas							
18 02 03 01	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas — Contribuição para os títulos 1 e 2	3.1	29 000 000	29 000 000	29 000 000	29 000 000		
18 02 03 02	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas — Contribuição para o título 3	3.1	50 500 000	40 500 000	49 959 000	49 959 000	-541 000	9 459 000
	40 02 41		9 000 000	9 000 000			-9 000 000	-9 000 000
			59 500 000	49 500 000			-9 541 000	459 000
	<i>Artigo 18 02 03 — Subtotal</i>		79 500 000	69 500 000	78 959 000	78 959 000	-541 000	9 459 000
	<i>40 02 41</i>		9 000 000	9 000 000			-9 000 000	-9 000 000
			88 500 000	78 500 000			-9 541 000	459 000
18 02 04	Sistema de Informação de Schengen (SIS II)	3.1	10 360 000	13 678 411	36 750 000	22 500 000	26 390 000	8 821 589
	40 02 41		5 180 000	6 131 702			-5 180 000	-6 131 702
			15 540 000	19 810 113			21 210 000	2 689 887
18 02 05	Sistema de Informação de Vistos (VIS)	3.1	38 740 000	27 356 823	8 750 000	28 500 000	-29 990 000	1 143 177
18 02 06	Fundo para as Fronteiras Externas	3.1	349 100 000	187 482 911	415 000 000	235 000 000	65 900 000	47 517 089
18 02 07	Avaliação de Schengen	3.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	40 02 41		560 000	528 270	730 000	730 000	170 000	201 730
			560 000	528 270	730 000	730 000		
18 02 08	Ação preparatória — Conclusão da gestão dos regressos no domínio da migração	3.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
18 02 09	Fundo Europeu de Regresso	3.1	162 500 000	72 242 766	185 500 000	93 000 000	23 000 000	20 757 234

18 02 10	<i>Ação preparatória — Gestão das migrações — Solidariedade em ação</i>	3.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			
18 02 11	<i>Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça</i>								
18 02 11 01	Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça — Contribuição para os títulos 1 e 2	3.1	13 860 000	13 860 000	30 100 000	24 707 000	16 240 000	10 847 000	
18 02 11 02	Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça — Contribuição para o título 3	3.1	5 940 000	5 940 000	10 900 000	9 730 000	4 960 000	3 790 000	
	<i>Artigo 18 02 11 — Subtotal</i>		19 800 000	19 800 000	41 000 000	34 437 000	21 200 000	14 637 000	
18 02 12	<i>Mecanismo de Schengen para a Croácia</i>	3.1			p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
	<i>Capítulo 18 02 — Subtotal</i>		660 000 000	390 060 911	765 959 000	492 396 000	105 959 000	102 335 089	
	<i>40 02 41</i>		14 740 000	15 659 972	730 000	730 000	-14 010 000	-14 929 972	
			674 740 000	405 720 883	766 689 000	493 126 000	91 949 000	87 405 117	
18 03	Fluxos migratórios — Políticas comuns de imigração e asilo								
18 03 03	<i>Fundo Europeu para os Refugiados</i>	3.1	102 530 000	57 682 805	112 330 000	60 000 000	9 800 000	2 317 195	
18 03 04	<i>Medidas de urgência em caso de afluxo maciço de refugiados</i>	3.1	9 800 000	5 037 429	9 800 000	5 300 000		262 571	
18 03 05	<i>Rede Europeia das Migrações</i>	3.1	8 000 000	4 150 690	6 500 000	3 900 000	-1 500 000	-250 690	
18 03 06	<i>Ação preparatória — Conclusão da integração dos nacionais de países terceiros</i>	3.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.			
18 03 07	<i>Conclusão de ARGO</i>	3.1	p.m.	p.m.	—	p.m.	—		
18 03 09	<i>Fundo Europeu para a Integração de nacionais de países terceiros</i>	3.1	162 500 000	85 018 402	177 500 000	89 000 000	15 000 000	3 981 598	
18 03 11	<i>Eurodac</i>	3.1	500 000	377 335	p.m.	p.m.	-500 000	-377 335	
18 03 14	<i>Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo — EASO</i>								
18 03 14 01	Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo — Contribuição para os títulos 1 e 2	3.1	5 058 000	5 058 000	7 000 000	7 000 000	1 942 000	1 942 000	
18 03 14 02	Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo — Contribuição para o título 3	3.1	4 942 000	2 422 000	5 000 000	2 000 000	58 000	-422 000	
	<i>Artigo 18 03 14 — Subtotal</i>		10 000 000	7 480 000	12 000 000	9 000 000	2 000 000	1 520 000	
18 03 15	<i>Projeto-piloto — Rede de contactos e debate entre municípios e autoridades locais específicas sobre experiências e boas práticas no domínio da reinstalação e integração de refugiados</i>	3.1	p.m.	500 000	p.m.	225 000		-275 000	
18 03 16	<i>Projeto-piloto — Financiamento para as vítimas de tortura</i>	3.1	2 000 000	1 000 000	p.m.	p.m.	-2 000 000	-1 000 000	
18 03 17	<i>Ação preparatória — Possibilitar a reinstalação de refugiados em situações de emergência</i>	3.1	3 000 000	1 500 000	p.m.	p.m.	-3 000 000	-1 500 000	

18 03 18	Projeto-piloto — Análise das políticas de acolhimento, proteção e integração dos menores não acompanhados na União	3.1	1 000 000	500 000	p.m.	p.m.	-1 000 000	-500 000
	<i>Capítulo 18 03 — Subtotal</i>		299 330 000	163 246 661	318 130 000	167 425 000	18 800 000	4 178 339
18 05	Segurança e proteção das liberdades							
18 05 01	Programas de cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos — Título VI							
18 05 01 01	Conclusão dos programas de cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos e AGIS	3.1	p.m.	p.m.	—	p.m.	—	
18 05 01 03	Conclusão do Erasmus para juizes (programa de intercâmbio para autoridades judiciais)	3.1	—	—	—	—	—	
	<i>Artigo 18 05 01 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	—	p.m.	—	
18 05 02	Serviço Europeu de Polícia — Europol							
18 05 02 01	Serviço Europeu de Polícia — Contribuição para os títulos 1 e 2	3.1	61 635 739	61 635 739	56 600 000	56 600 000	-5 035 739	-5 035 739
18 05 02 02	Serviço Europeu de Polícia — Contribuição para o título 3	3.1	20 869 261	17 869 261	18 582 500	18 582 500	-2 286 761	713 239
	<i>Artigo 18 05 02 — Subtotal</i>		82 505 000	79 505 000	75 182 500	75 182 500	-7 322 500	-4 322 500
18 05 04	Ação preparatória — Conclusão das ações preparatórias para as vítimas de atos terroristas	3.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
18 05 05	Academia Europeia de Polícia							
18 05 05 01	Academia Europeia de Polícia — Contribuição para os títulos 1 e 2	3.1	3 917 430	3 917 430	4 622 140	4 622 140	704 710	704 710
18 05 05 02	Academia Europeia de Polícia — Contribuição para o título 3	3.1	4 533 210	4 533 210	3 828 500	3 828 500	-704 710	-704 710
	<i>Artigo 18 05 05 — Subtotal</i>		8 450 640	8 450 640	8 450 640	8 450 640		
18 05 06	Projeto-piloto — Conclusão da luta contra o terrorismo	3.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
18 05 07	Conclusão da unidade de gestão de crises	3.1	p.m.	p.m.	—	p.m.	—	
18 05 08	Prevenção, preparação e gestão das consequências do terrorismo	3.1	23 280 000	7 546 710	12 100 000	7 850 000	-11 180 000	303 290
18 05 09	Prevenção e luta contra a criminalidade	3.1	117 570 000	34 903 533	53 150 000	35 000 000	-64 420 000	96 467
18 05 11	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência							
18 05 11 01	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência — Contribuição para os títulos 1 e 2	3.1	10 629 367	10 629 367	11 091 894	11 091 894	462 527	462 527
18 05 11 02	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência — Contribuição para o título 3	3.1	3 935 553	3 935 553	4 355 106	4 355 106	419 553	419 553
	<i>Artigo 18 05 11 — Subtotal</i>		14 564 920	14 564 920	15 447 000	15 447 000	882 080	882 080
	<i>Capítulo 18 05 — Subtotal</i>		246 370 560	144 970 803	164 330 140	141 930 140	-82 040 420	-3 040 663
18 08	Estratégia política e coordenação							
18 08 01	Prince — Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	3.1	2 800 000	1 437 648	2 900 000	1 500 000	100 000	62 352
18 08 05	Apreciação e avaliação de impacto	3.1	600 000	377 335	600 000	400 000		22 665
	<i>Capítulo 18 08 — Subtotal</i>		3 400 000	1 814 983	3 500 000	1 900 000	100 000	85 017
	<i>Título 18 — Subtotal</i>		1 249 164 958	740 157 756	1 292 634 357	844 366 357	43 469 399	104 208 601

		40 01 40, 40 02 41	14 779 662 1 263 944 620	15 699 634 755 857 390	730 000 1 293 364 357	730 000 845 096 357	-14 049 662 29 419 737	-14 969 634 89 238 967
19	Relações externas							
19 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Relações externas»							
19 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção «Relações externas»							
19 01 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo no «Serviço dos Instrumentos de Política Externa»	5	7 394 602	7 394 602	7 397 717	7 397 717	3 115	3 115
19 01 01 02	Despesas relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção «Relações externas» das delegações da União	5	6 376 989	6 376 989	7 044 871	7 044 871	667 882	667 882
	<i>Artigo 19 01 01 — Subtotal</i>		13 771 591	13 771 591	14 442 588	14 442 588	670 997	670 997
19 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Relações externas»							
19 01 02 01	Pessoal externo do «Serviço dos Instrumentos de Política Externa»	5	1 685 884	1 685 884	1 674 052	1 674 052	-11 832	-11 832
19 01 02 02	Pessoal externo do domínio de intervenção «Relações externas» das delegações da União	5	817 380	817 380	857 444	857 444	40 064	40 064
19 01 02 11	Outras despesas de gestão do «Serviço dos Instrumentos de Política Externa»	5	567 077	567 077	585 573	585 573	18 496	18 496
	40 01 40		16 345 583 422	16 345 583 422			-16 345 2 151	-16 345 2 151
19 01 02 12	Outras despesas de gestão do domínio de intervenção «Relações externas» das delegações da União	5	441 438	441 438	435 830	435 830	-5 608	-5 608
	<i>Artigo 19 01 02 — Subtotal</i>		3 511 779	3 511 779	3 552 899	3 552 899	41 120	41 120
	40 01 40		16 345 3 528 124	16 345 3 528 124			-16 345 24 775	-16 345 24 775
19 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação, imóveis e despesas conexas do domínio de intervenção «Relações externas»							
19 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços do domínio das tecnologias da informação e da comunicação do «Serviço dos Instrumentos de Política Externa»	5	472 132	472 132	459 764	459 764	-12 368	-12 368
19 01 03 02	Imóveis e despesas conexas do domínio de intervenção «Relações externas» das delegações da União	5	3 524 000	3 524 000	3 609 319	3 609 319	85 319	85 319
	<i>Artigo 19 01 03 — Subtotal</i>		3 996 132	3 996 132	4 069 083	4 069 083	72 951	72 951
19 01 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Relações externas»							
19 01 04 01	Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD) — Despesas de gestão administrativa	4	59 632 000	59 632 000	57 680 196	57 680 196	-1 951 804	-1 951 804
19 01 04 02	Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP) — Despesas de gestão administrativa	4	58 507 566	58 507 566	57 314 454	57 314 454	-1 193 112	-1 193 112

19 01 04 03	Instrumento de Estabilidade (IE) — Despesas de gestão administrativa	4	8 144 000	8 144 000	9 100 000	9 100 000	956 000	956 000
19 01 04 04	Política Externa e de Segurança Comum (PESC) — Despesas de gestão administrativa	4	500 000	500 000	500 000	500 000		
19 01 04 05	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria — Despesas de gestão administrativa	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
19 01 04 06	Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear (ICSN) — Despesas de gestão administrativa	4	1 274 300	1 274 300	1 400 000	1 400 000	125 700	125 700
19 01 04 07	Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH) — Despesas de gestão administrativa	4	11 460 000	11 460 000	10 981 000	10 981 000	-479 000	-479 000
19 01 04 08	Instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (ICI) — Despesas de gestão administrativa	4	100 000	100 000	100 000	100 000		
19 01 04 20	Despesas de apoio administrativo no domínio de intervenção «Relações externas»	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
19 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas das relações externas	4	4 579 000	4 579 000	4 767 000	4 767 000	188 000	188 000
	<i>Artigo 19 01 04 — Subtotal</i>		144 196 866	144 196 866	141 842 650	141 842 650	-2 354 216	-2 354 216
	<i>Capítulo 19 01 — Subtotal</i>		165 476 368	165 476 368	163 907 220	163 907 220	-1 569 148	-1 569 148
	<i>40 01 40</i>		16 345	16 345			-16 345	-16 345
			165 492 713	165 492 713			-1 585 493	-1 585 493
19 02	Cooperação com países terceiros nos domínios da migração e do asilo							
<i>19 02 01</i>	<i>Cooperação com países terceiros nos domínios da migração e do asilo</i>	4	57 648 000	57 684 001	58 000 000	32 000 000	352 000	-25 684 001
	<i>Capítulo 19 02 — Subtotal</i>		57 648 000	57 684 001	58 000 000	32 000 000	352 000	-25 684 001
19 03	Política Externa e de Segurança Comum (PESC)							
<i>19 03 01</i>	<i>Operações de gestão de crises, prevenção, resolução e estabilização de conflitos, processos de acompanhamento e de segurança</i>							
19 03 01 01	Missão de Observação na Geórgia	4	31 000 000	26 632 197	23 000 000	23 000 000	-8 000 000	-3 632 197
19 03 01 02	EULEX Kosovo	4	155 000 000	133 160 983	140 000 000	110 000 000	-15 000 000	-23 160 983
19 03 01 03	EUPOL Afeganistão	4	53 000 000	42 955 156	61 000 000	58 000 000	8 000 000	15 044 844
19 03 01 04	Outras operações e medidas de gestão de crises	4	61 714 000	51 586 278	90 000 000	65 000 000	28 286 000	13 413 722
	<i>Artigo 19 03 01 — Subtotal</i>		300 714 000	254 334 614	314 000 000	256 000 000	13 286 000	1 665 386
<i>19 03 02</i>	<i>Não proliferação e desarmamento</i>	4	20 000 000	14 557 025	19 500 000	18 000 000	-500 000	3 442 975
<i>19 03 04</i>	<i>Ações de emergência</i>	4	35 000 000	28 636 770	34 000 000	25 000 000	-1 000 000	-3 636 770
<i>19 03 05</i>	<i>Ações preparatórias e de acompanhamento</i>	4	6 750 000	4 510 291	8 332 000	5 000 000	1 582 000	489 709
<i>19 03 06</i>	<i>Representantes especiais da União Europeia</i>	4	p.m.	238 640	20 000 000	16 000 000	20 000 000	15 761 360
	<i>Capítulo 19 03 — Subtotal</i>		362 464 000	302 277 340	395 832 000	320 000 000	33 368 000	17 722 660
19 04	Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)							

19 04 01	Instrumento <i>Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)</i>	4	126 665 000	103 411 196	128 165 000	95 000 000	1 500 000	-8 411 196
19 04 03	Observação <i>eleitoral</i>	4	38 000 000	33 409 566	36 421 000	33 000 000	-1 579 000	-409 566
19 04 04	Ação <i>preparatória — Criação de uma rede de prevenção de conflitos</i>	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
19 04 05	Conclusão <i>da cooperação anterior</i>	4	p.m.	5 727 354	p.m.	1 000 000		-4 727 354
19 04 06	Projeto-piloto — Fórum da Sociedade Civil UE-Rússia	4	400 000	200 000	p.m.	400 000	-400 000	200 000
19 04 07	Projeto-piloto — Financiamento para as vítimas de tortura	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 19 04 — Subtotal</i>		165 065 000	142 748 116	164 586 000	129 400 000	-479 000	-13 348 116
19 05	Relações e cooperação com países terceiros industrializados							
19 05 01	Cooperação <i>com países terceiros industrializados</i>	4	24 021 000	19 854 828	24 400 000	19 000 000	379 000	-854 828
19 05 02	Organização <i>para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana (KEDO)</i>	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
19 05 03	Projeto-piloto — Métodos transatlânticos para lidar com desafios globais	4	p.m.	300 000	p.m.	p.m.		-300 000
	<i>Capítulo 19 05 — Subtotal</i>		24 021 000	20 154 828	24 400 000	19 000 000	379 000	-1 154 828
19 06	Resposta a situações de crise e ameaças globais à segurança							
19 06 01	Preparação e resposta a situações de crise							
19 06 01 01	Preparação e resposta a situações de crise (Instrumento de Estabilidade)	4	232 834 000	150 772 596	241 717 000	160 000 000	8 883 000	9 227 404
19 06 01 02	Conclusão da anterior cooperação	4	p.m.	238 640	p.m.	p.m.		-238 640
	<i>Artigo 19 06 01 — Subtotal</i>		232 834 000	151 011 236	241 717 000	160 000 000	8 883 000	8 988 764
19 06 02	Ações para proteger os países e as populações contra as grandes ameaças tecnológicas							
19 06 02 01	Ações em matéria de atenuação do risco e de capacidade de resposta no que se refere a materiais ou agentes químicos, nucleares e biológicos (Instrumento de Estabilidade)	4	46 300 000	28 636 770	46 300 000	32 000 000		3 363 230
19 06 02 03	Política da União no domínio da luta contra a proliferação de armas ligeiras	4	p.m.	820 921	p.m.	86 000		-734 921
	<i>Artigo 19 06 02 — Subtotal</i>		46 300 000	29 457 691	46 300 000	32 086 000		2 628 309
19 06 03	Ações transregionais nos domínios da criminalidade organizada, tráfico, proteção de infraestruturas críticas, ameaças à saúde pública e luta contra o terrorismo (Instrumento de Estabilidade)	4	22 000 000	12 600 179	33 300 000	15 000 000	11 300 000	2 399 821
19 06 04	Assistência no domínio nuclear	4	76 055 700	64 910 013	77 476 000	69 405 000	1 420 300	4 494 987
19 06 06	Cooperação Consular	4	p.m.	p.m.	—	—	—	—
19 06 07	Projeto-piloto — Apoio às ações de vigilância e proteção de navios da União que transitam por zonas ameaçadas por atos de pirataria	4	p.m.	600 000	p.m.	340 000		-260 000

19 06 08	<i>Ação preparatória — Intervenção de urgência para fazer face à crise económica e financeira nos países em desenvolvimento</i>	4	p.m.	200 000	p.m.	200 000		
19 06 09	<i>Projeto-piloto — Programa relativo a atividades de consolidação da paz realizadas por ONG</i>	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 19 06 — Subtotal</i>			377 189 700	258 779 119	398 793 000	277 031 000	21 603 300 18 251 881
19 08	Política europeia de vizinhança e relações com a Rússia							
19 08 01	<i>Cooperação financeira no âmbito da política europeia de vizinhança e parceria</i>							
19 08 01 01	Cooperação financeira no âmbito da política europeia de vizinhança e parceria com os países mediterrânicos	4		1 243 861 010	671 552 312	1 203 630 000	695 500 000	-40 231 010 23 947 688
19 08 01 02	Assistência financeira no âmbito da política europeia de vizinhança e parceria à Palestina, ao processo de paz e à UNRWA	4		200 000 000	180 000 000	200 000 000	233 300 000	53 300 000
19 08 01 03	Cooperação financeira no âmbito da política europeia de vizinhança e parceria com a Europa Oriental	4		728 385 000	331 699 712	822 850 000	412 800 000	94 465 000 81 100 288
19 08 01 04	Projeto-piloto — Ações de prevenção e de regeneração do fundo do mar Báltico	4	p.m.		500 000	p.m.	p.m.	-500 000
19 08 01 05	Ação preparatória — Minorias na Rússia — Desenvolvimento da cultura, dos meios de comunicação e da sociedade civil	4	p.m.		2 500 000	p.m.	1 286 000	-1 214 000
19 08 01 06	Ação preparatória — Nova estratégia euro-mediterrânica para a promoção do emprego dos jovens	4		1 500 000	750 000	p.m.	750 000	-1 500 000
19 08 01 08	Projeto-piloto — Financiamento da PEV — Preparação do pessoal para trabalhos relacionados com a PEV da União	4	p.m.		560 000	p.m.	550 000	-10 000
	<i>Artigo 19 08 01 — Subtotal</i>			2 173 746 010	1 187 562 024	2 226 480 000	1 344 186 000	52 733 990 156 623 976
19 08 02	<i>Cooperação transfronteiriça (CT) — Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP)</i>							
19 08 02 01	Contribuição da rubrica 4 para a cooperação transfronteiriça (CT)	4		92 775 000	76 364 721	83 988 073	72 700 000	-8 786 927 -3 664 721
19 08 02 02	Contribuição da rubrica 1B (política regional) para a cooperação transfronteiriça (CBC)	1.2		99 221 636	78 000 000	80 816 627	85 200 000	-18 405 009 7 200 000
	<i>Artigo 19 08 02 — Subtotal</i>			191 996 636	154 364 721	164 804 700	157 900 000	-27 191 936 3 535 279
19 08 03	<i>Conclusão dos protocolos financeiros com os países mediterrânicos</i>	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 19 08 — Subtotal</i>			2 365 742 646	1 341 926 745	2 391 284 700	1 502 086 000	25 542 054 160 159 255
19 09	Relações com a América Latina							
19 09 01	<i>Cooperação com países em desenvolvimento da América Latina</i>	4		364 323 000	277 589 580	364 564 000	290 000 000	241 000 12 410 420
19 09 02	<i>Ação preparatória — Cooperação com os países do grupo de rendimento médio na América Latina</i>	4	p.m.		500 000	p.m.	500 000	
19 09 03	<i>Atividades de cooperação que não se enquadram na ajuda pública ao desenvolvimento (América Latina)</i>	4		10 000 000	2 863 677	16 000 000	3 000 000	6 000 000 136 323
	<i>Capítulo 19 09 — Subtotal</i>			374 323 000	280 953 257	380 564 000	293 500 000	6 241 000 12 546 743

19 10	Relações com a Ásia, a Ásia Central e o Médio Oriente (Iraque, Irão e Iémen)							
19 10 01	Cooperação com os países em desenvolvimento da Ásia							
19 10 01 01	Cooperação com os países em desenvolvimento da Ásia	4	520 903 500	403 106 931	506 690 519	391 000 000	-14 212 981	-12 106 931
19 10 01 02	Ajuda à reabilitação e reconstrução do Afeganistão	4	198 915 000	152 729 442	201 000 000	139 000 000	2 085 000	-13 729 442
19 10 01 03	Ação preparatória — Intercâmbio empresarial e científico com a Índia	4	p.m.	2 300 000	p.m.	3 600 000		1 300 000
19 10 01 04	Ação preparatória — Intercâmbio empresarial e científico com a China	4	p.m.	3 300 000	p.m.	3 700 000		400 000
19 10 01 05	Ação preparatória — Cooperação com os países do grupo de rendimento médio da Ásia	4	p.m.	530 000	p.m.	550 000		20 000
19 10 01 06	Ação preparatória — União Europeia-Ásia — Integração de políticas e práticas	4	p.m.	200 000	p.m.	300 000		100 000
	<i>Artigo 19 10 01 — Subtotal</i>		719 818 500	562 166 373	707 690 519	538 150 000	-12 127 981	-24 016 373
19 10 02	Cooperação com os países em desenvolvimento da Ásia Central	4	105 232 000	72 546 485	100 300 000	62 000 000	-4 932 000	-10 546 485
19 10 03	Cooperação com o Iraque, Irão e Iémen	4	52 651 000	38 182 361	45 500 000	26 300 000	-7 151 000	-11 882 361
19 10 04	Atividades de cooperação que não se enquadram na ajuda pública ao desenvolvimento (Ásia, Ásia Central, Iraque, Irão e Iémen)	4	18 500 000	4 543 701	29 500 000	13 000 000	11 000 000	8 456 299
	<i>Capítulo 19 10 — Subtotal</i>		896 201 500	677 438 920	882 990 519	639 450 000	-13 210 981	-37 988 920
19 11	Estratégia política e coordenação do domínio de intervenção «Relações externas»							
19 11 01	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria	4	14 000 000	11 454 708	14 840 000	12 000 000	840 000	545 292
19 11 02	Atividades de informação sobre a UE — Relações externas	4	11 500 000	13 077 458	12 300 000	12 300 000	800 000	-777 458
19 11 03	A União Europeia no mundo	4	2 500 000	3 913 692	1 490 000	1 200 000	-1 010 000	-2 713 692
	<i>Capítulo 19 11 — Subtotal</i>		28 000 000	28 445 858	28 630 000	25 500 000	630 000	-2 945 858
19 49	Despesas relativas à gestão administrativa de programas autorizados nos termos do anterior Regulamento Financeiro							
19 49 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Relações externas»							
19 49 04 04	Cooperação técnica e financeira com os países em desenvolvimento da Ásia — Despesas de gestão administrativa	4	—	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
19 49 04 05	Cooperação técnica e financeira com os países em desenvolvimento da América Latina — Despesas de gestão administrativa	4	—	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
19 49 04 06	Assistência aos países parceiros da Europa Oriental e da Ásia Central — Despesas de gestão administrativa	4	—	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.

19 49 04 12	MEDA (medidas de acompanhamento das reformas das estruturas económicas e sociais nos países terceiros mediterrânicos) — Despesas de gestão administrativa	4	—	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 19 49 04 — Subtotal</i>		—	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 19 49 — Subtotal</i>		—	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Título 19 — Subtotal</i>		4 816 131 214	3 275 884 552	4 888 987 439	3 401 874 220	72 856 225	125 989 668	
	<i>40 01 40</i>		16 345	16 345			-16 345	-16 345	
			4 816 147 559	3 275 900 897			72 839 880	125 973 323	
20	Comércio								
20 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Comércio»								
20 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção «Comércio»								
20 01 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo da Direção-Geral do Comércio	5	47 265 499	47 265 499	49 112 626	49 112 626	1 847 127	1 847 127	
20 01 01 02	Despesas relativas ao pessoal no ativo das delegações da União	5	13 244 517	13 244 517	14 089 743	14 089 743	845 226	845 226	
	<i>Artigo 20 01 01 — Subtotal</i>		60 510 016	60 510 016	63 202 369	63 202 369	2 692 353	2 692 353	
20 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Comércio»								
20 01 02 01	Pessoal externo da Direção-Geral do Comércio	5	3 531 000	3 531 000	3 258 902	3 258 902	-272 098	-272 098	
20 01 02 02	Pessoal externo da Direção-Geral do Comércio nas delegações da União	5	6 484 544	6 484 544	6 459 410	6 459 410	-25 134	-25 134	
20 01 02 11	Outras despesas de gestão da Direção-Geral do Comércio	5	4 359 091	4 359 091	4 388 200	4 388 200	29 109	29 109	
	<i>40 01 40</i>		37 417	37 417			-37 417	-37 417	
			4 396 508	4 396 508			-8 308	-8 308	
20 01 02 12	Outras despesas de gestão da Direção-Geral do Comércio nas delegações da União	5	1 634 953	1 634 953	1 541 546	1 541 546	-93 407	-93 407	
	<i>Artigo 20 01 02 — Subtotal</i>		16 009 588	16 009 588	15 648 058	15 648 058	-361 530	-361 530	
	<i>40 01 40</i>		37 417	37 417			-37 417	-37 417	
			16 047 005	16 047 005			-398 947	-398 947	
20 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação, imóveis e despesas conexas do domínio de intervenção «Comércio»								
20 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação da Direção-Geral do Comércio	5	3 017 820	3 017 820	3 052 323	3 052 323	34 503	34 503	
20 01 03 02	Imóveis e despesas conexas da Direção-Geral do Comércio nas delegações da União	5	13 051 851	13 051 851	12 766 295	12 766 295	-285 556	-285 556	
	<i>Artigo 20 01 03 — Subtotal</i>		16 069 671	16 069 671	15 818 618	15 818 618	-251 053	-251 053	
20 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Comércio»								
20 01 04 01	Relações comerciais externas, incluindo o acesso a mercados dos países terceiros — Despesas de gestão administrativa	4	430 000	430 000	430 000	430 000			
	<i>Artigo 20 01 04 — Subtotal</i>		430 000	430 000	430 000	430 000			
	<i>Capítulo 20 01 — Subtotal</i>		93 019 275	93 019 275	95 099 045	95 099 045	2 079 770	2 079 770	

			40 01 40			37 417 93 056 692	37 417 93 056 692			-37 417 2 042 353	-37 417 2 042 353
20 02	Política comercial										
20 02 01	<i>Relações comerciais externas, incluindo o acesso aos mercados dos países terceiros</i>	4	7 300 000	7 159 193	9 000 000	8 500 000	1 700 000	1 340 807			
20 02 03	<i>Assistência no âmbito do comércio — Iniciativas multilaterais</i>	4	3 825 000	1 336 383	4 500 000	3 000 000	675 000	1 663 617			
	<i>Capítulo 20 02 — Subtotal</i>		11 125 000	8 495 576	13 500 000	11 500 000	2 375 000	3 004 424			
	<i>Título 20 — Subtotal</i>		104 144 275	101 514 851	108 599 045	106 599 045	4 454 770	5 084 194			
	40 01 40		37 417 104 181 692	37 417 101 552 268			-37 417 4 417 353	-37 417 5 046 777			
21	Desenvolvimento e relações com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)										
21 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Desenvolvimento e relações com os países ACP»										
21 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Desenvolvimento e relações com os países ACP »</i>										
21 01 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo da Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação — EuropeAid	5	75 944 564	75 944 564	76 751 322	76 751 322	806 758	806 758			
21 01 01 02	Despesas relativas ao pessoal no ativo da Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação — EuropeAid nas delegações da União	5	82 410 328	82 410 328	91 583 327	91 583 327	9 172 999	9 172 999			
	<i>Artigo 21 01 01 — Subtotal</i>		158 354 892	158 354 892	168 334 649	168 334 649	9 979 757	9 979 757			
21 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção « Desenvolvimento e relações com os países ACP »</i>										
21 01 02 01	Pessoal externo da Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação — EuropeAid	5	4 727 382	4 727 382	3 932 838	3 932 838	-794 544	-794 544			
21 01 02 02	Pessoal externo da Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação — EuropeAid nas delegações da União	5	1 307 808	1 307 808	1 314 748	1 314 748	6 940	6 940			
21 01 02 11	Outras despesas de gestão da Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação — EuropeAid	5	6 767 892	6 767 892	6 379 288	6 379 288	-388 604	-388 604			
	40 01 40		29 933 6 797 825	29 933 6 797 825			-29 933 -418 537	-29 933 -418 537			
21 01 02 12	Outras despesas de gestão da Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação — EuropeAid nas delegações da União	5	4 316 278	4 316 278	4 277 589	4 277 589	-38 689	-38 689			
	<i>Artigo 21 01 02 — Subtotal</i>		17 119 360	17 119 360	15 904 463	15 904 463	-1 214 897	-1 214 897			
	40 01 40		29 933 17 149 293	29 933 17 149 293			-29 933 -1 244 830	-29 933 -1 244 830			

21 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação, imóveis e despesas conexas do domínio de intervenção						
	« Desenvolvimento e relações com os países ACP »						
21 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação da Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação — EuropeAid	5	4 848 928	4 848 928	4 770 054	4 770 054	-78 874
21 01 03 02	Imóveis e despesas conexas da Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação — EuropeAid nas delegações da União	5	34 456 890	34 456 890	35 424 800	35 424 800	967 910
	<i>Artigo 21 01 03 — Subtotal</i>		39 305 818	39 305 818	40 194 854	40 194 854	889 036
21 01 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção						
	« Desenvolvimento e relações com os países ACP »						
21 01 04 01	Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD) — Despesas de gestão administrativa	4	43 533 300	43 533 300	46 438 261	46 438 261	2 904 961
21 01 04 03	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria — Despesas de gestão administrativa	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
21 01 04 04	Coordenação e sensibilização no domínio do desenvolvimento — Despesas de gestão administrativa	4	204 000	204 000	270 000	270 000	66 000
21 01 04 05	Facilidade de resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento — Despesas de gestão administrativa	4	—	—	—	—	
21 01 04 10	Contribuição do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para as despesas comuns de apoio administrativo	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
21 01 04 20	Despesas administrativas de apoio no domínio de intervenção «Desenvolvimento e relações com os países ACP»	4	230 000	230 000	275 000	275 000	45 000
	<i>Artigo 21 01 04 — Subtotal</i>		43 967 300	43 967 300	46 983 261	46 983 261	3 015 961
	<i>Capítulo 21 01 — Subtotal</i>		258 747 370	258 747 370	271 417 227	271 417 227	12 669 857
	<i>40 01 40</i>		29 933	29 933			-29 933
			258 777 303	258 777 303			12 639 924
21 02	Segurança alimentar						
	Segurança alimentar						
21 02 01		4	246 264 700	181 366 213	258 629 000	185 000 000	12 364 300
21 02 02	Conclusão da convenção relativa à ajuda alimentar	4	p.m.	4 772 795	p.m.	1 100 000	-3 672 795
21 02 03	Facilidade de resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento	4	p.m.	29 114 050	p.m.	p.m.	-29 114 050
21 02 04	Projeto-piloto — Financiamento da produção agrícola	4	p.m.	800 000	p.m.	514 000	-286 000
	<i>Capítulo 21 02 — Subtotal</i>		246 264 700	216 053 058	258 629 000	186 614 000	12 364 300
21 03	Intervenientes não estatais no desenvolvimento						

21 03 01	<i>Interveniente s não estatais no desenvolvimento</i>	4	198 461 980	175 638 859	208 700 000	175 000 000	10 238 020	-638 859
21 03 02	<i>Autoridades locais no desenvolvimento</i>	4	32 556 020	11 454 708	35 700 000	19 600 000	3 143 980	8 145 292
21 03 03	<i>Ação preparatória — Rede africana regional de organizações da sociedade civil consagradas ao Objetivo de Desenvolvimento do Milénio n.º 5</i>	4	2 000 000	1 000 000	p.m.	500 000	-2 000 000	-500 000
	<i>Capítulo 21 03 — Subtotal</i>		233 018 000	188 093 567	244 400 000	195 100 000	11 382 000	7 006 433
21 04	Ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a energia							
21 04 01	<i>Ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a energia</i>	4	200 713 000	162 275 032	217 150 000	162 000 000	16 437 000	-275 032
21 04 05	<i>Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis (GEEREF)</i>	4	p.m.	p.m.	p.m.	200 000		200 000
21 04 06	<i>Ação preparatória — Gestão da água nos países em desenvolvimento</i>	4	p.m.	1 500 000	p.m.	1 500 000		
	<i>Capítulo 21 04 — Subtotal</i>		200 713 000	163 775 032	217 150 000	163 700 000	16 437 000	-75 032
21 05	Desenvolvimento humano e social							
21 05 01	<i>Desenvolvimento humano e social</i>							
21 05 01 01	Saúde	4	38 190 000	15 463 856	58 552 000	30 000 000	20 362 000	14 536 144
21 05 01 02	Educação	4	p.m.	8 113 752	40 693 000	9 000 000	40 693 000	886 248
21 05 01 03	Outros aspetos do desenvolvimento humano e social	4	71 440 000	17 683 206	40 300 000	23 000 000	-31 140 000	5 316 794
21 05 01 04	Igualdade dos géneros	4	p.m.	12 958 139	p.m.	10 000 000		-2 958 139
21 05 01 05	Projeto-piloto — Controlo qualitativo e quantitativo das despesas no domínio da saúde e da educação	4	p.m.	50 000	p.m.	p.m.		-50 000
21 05 01 06	Ação preparatória — Transferência de tecnologia relacionada com os produtos farmacêuticos para países em desenvolvimento	4	p.m.	1 384 000	p.m.	1 385 000		1 000
21 05 01 07	Ação preparatória — Investigação e desenvolvimento no domínio das doenças relacionadas com a pobreza, das doenças tropicais e das doenças negligenciadas	4	p.m.	2 800 000	p.m.	1 270 000		-1 530 000
21 05 01 08	Projeto-piloto — Reforço dos cuidados de saúde prestados às vítimas de violência sexual na República Democrática do Congo (RDC)	4	p.m.	80 000	p.m.	400 000		320 000
21 05 01 09	Ação preparatória — Reforço dos cuidados de saúde prestados às vítimas de violência sexual na República Democrática do Congo (RDC)	4	2 000 000	1 000 000	p.m.	500 000	-2 000 000	-500 000
	<i>Artigo 21 05 01 — Subtotal</i>		111 630 000	59 532 953	139 545 000	75 555 000	27 915 000	16 022 047
21 05 02	<i>Fundo Mundial de luta contra a SIDA, a tuberculose e o paludismo (GFATM)</i>	4	50 000 000	47 727 951	50 000 000	50 000 000		2 272 049
21 05 03	<i>Desenvolvimento humano e social — Conclusão da anterior cooperação</i>	4	p.m.	4 772 795	p.m.	3 600 000		-1 172 795
	<i>Capítulo 21 05 — Subtotal</i>		161 630 000	112 033 699	189 545 000	129 155 000	27 915 000	17 121 301

21 06	Cooperação geográfica com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)						
21 06 02	<i>Relações com a África do Sul</i>	4	127 869 000	137 456 498	128 611 000	135 000 000	742 000 -2 456 498
21 06 03	<i>Apoio ao ajustamento a favor dos países signatários do Protocolo do Açúcar</i>	4	174 824 444	130 000 000	177 000 000	141 000 000	2 175 556 11 000 000
21 06 04	<i>Ações de recuperação e de reconstrução a favor dos países em desenvolvimento, nomeadamente dos países ACP</i>	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
21 06 05	<i>Ajuda aos produtores de bananas dos países ACP</i>	4	p.m.	22 909 416	p.m.	12 700 000	-10 209 416
21 06 06	<i>Atividades de cooperação que não se enquadram na ajuda pública ao desenvolvimento (África do Sul)</i>	4	2 000 000	954 559	3 000 000	1 500 000	1 000 000 545 441
21 06 07	<i>Medidas de acompanhamento no setor das bananas</i>	4	41 000 000	33 409 566	23 371 779	53 000 000	-17 628 221 19 590 434
	<i>Capítulo 21 06 — Subtotal</i>		345 693 444	324 730 039	331 982 779	343 200 000	-13 710 665 18 469 961
21 07	Outras ações de cooperação e programas ad hoc						
21 07 01	<i>Acordos de associação com os países e territórios ultramarinos</i>	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
21 07 02	<i>Cooperação com a Gronelândia</i>	4	28 442 000	26 727 652	28 717 140	28 662 000	275 140 1 934 348
21 07 03	<i>Acordo com a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e outros organismos das Nações Unidas</i>	4	310 000	295 913	326 000	326 000	16 000 30 087
21 07 04	<i>Acordos sobre produtos de base</i>	4	3 358 000	2 577 309	5 155 000	5 155 000	1 797 000 2 577 691
	<i>Capítulo 21 07 — Subtotal</i>		32 110 000	29 600 874	34 198 140	34 143 000	2 088 140 4 542 126
21 08	Estratégia política e coordenação do domínio de intervenção «Desenvolvimento e relações com os países ACP»						
21 08 01	<i>Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria</i>	4	9 577 000	8 466 001	11 000 000	9 000 000	1 423 000 533 999
21 08 02	<i>Coordenação e sensibilização no domínio do desenvolvimento</i>	4	9 900 000	8 100 518	9 325 000	5 329 000	-575 000 -2 771 518
	<i>Capítulo 21 08 — Subtotal</i>		19 477 000	16 566 519	20 325 000	14 329 000	848 000 -2 237 519
21 49	Despesas relativas à gestão administrativa de programas autorizados nos termos do anterior Regulamento Financeiro						
21 49 04	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Desenvolvimento e relações com os países ACP»</i>						
21 49 04 01	Outras ajudas em produtos, ações de apoio e transporte, distribuição, medidas de acompanhamento e de controlo da execução — Despesas de gestão administrativa	4	—	p.m.	—	p.m.	

21 49 04 02	Outras medidas de cooperação e estratégias sectoriais — Despesas de gestão administrativa	4	—	p.m.	—	p.m.		
21 49 04 05	Programa europeu para a reconstrução e o desenvolvimento (PERD) — Despesas de gestão administrativa	4	—	p.m.	—	p.m.		
	<i>Artigo 21 49 04 — Subtotal</i>		—	p.m.	—	p.m.		
	<i>Capítulo 21 49 — Subtotal</i>		—	p.m.	—	p.m.		
	<i>Título 21 — Subtotal</i>		1 497 653 514	1 309 600 158	1 567 647 146	1 337 658 227	69 993 632	28 058 069
	<i>40 01 40</i>		<u>29 933</u> 1 497 683 447	<u>29 933</u> 1 309 630 091			<u>-29 933</u> 69 963 699	<u>-29 933</u> 28 028 136
22	Alargamento							
22 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Alargamento»							
22 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no domínio de intervenção «Alargamento»</i>							
22 01 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo da Direção-Geral do Alargamento	5	23 382 932	23 382 932	23 117 867	23 117 867	-265 065	-265 065
22 01 01 02	Despesas relativas ao pessoal no ativo da Direção-Geral do Alargamento nas delegações da União	5	8 666 166	8 666 166	7 948 059	7 948 059	-718 107	-718 107
	<i>Artigo 22 01 01 — Subtotal</i>		32 049 098	32 049 098	31 065 926	31 065 926	-983 172	-983 172
22 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Alargamento»</i>							
22 01 02 01	Pessoal externo da Direção-Geral do Alargamento	5	2 912 342	2 912 342	2 000 922	2 000 922	-911 420	-911 420
22 01 02 02	Pessoal externo da Direção-Geral do Alargamento nas delegações da União	5	1 580 268	1 580 268	1 543 398	1 543 398	-36 870	-36 870
22 01 02 11	Outras despesas de gestão da Direção-Geral do Alargamento	5	1 769 647	1 769 647	1 209 726	1 209 726	-559 921	-559 921
	<i>40 01 40</i>		<u>8 082</u> 1 777 729	<u>8 082</u> 1 777 729			<u>-8 082</u> -568 003	<u>-8 082</u> -568 003
22 01 02 12	Outras despesas de gestão da Direção-Geral do Alargamento nas delegações da União	5	670 331	670 331	573 035	573 035	-97 296	-97 296
	<i>Artigo 22 01 02 — Subtotal</i>		6 932 588	6 932 588	5 327 081	5 327 081	-1 605 507	-1 605 507
	<i>40 01 40</i>		<u>8 082</u> 6 940 670	<u>8 082</u> 6 940 670			<u>-8 082</u> -1 613 589	<u>-8 082</u> -1 613 589
22 01 03	<i>Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação, imóveis e despesas conexas do domínio de intervenção «Alargamento»</i>							
22 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação da Direção-Geral do Alargamento	5	1 492 960	1 492 960	1 436 764	1 436 764	-56 196	-56 196
22 01 03 02	Despesas relativas a imóveis e despesas conexas da Direção-Geral do Alargamento nas delegações da União	5	5 351 259	5 351 259	4 745 586	4 745 586	-605 673	-605 673
	<i>Artigo 22 01 03 — Subtotal</i>		6 844 219	6 844 219	6 182 350	6 182 350	-661 869	-661 869

22 01 04	Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção							
	Alargamento							
22 01 04 01	Assistência de pré-adesão — Despesas de gestão administrativa	4	40 237 500	40 237 500	40 430 024	40 430 024	192 524	192 524
22 01 04 02	Eliminação progressiva da ajuda de adesão aos novos Estados-Membros — Despesas de gestão administrativa	4	1 040 000	1 040 000	2 277 300	2 277 300	1 237 300	1 237 300
22 01 04 04	Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações (TAIEX) no âmbito da pré-adesão — Despesas de gestão administrativa	4	3 095 600	3 095 600	2 985 600	2 985 600	-110 000	-110 000
22 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição de programas no âmbito da rubrica 4 do domínio de intervenção «Alargamento»	4	1 133 000	1 133 000	1 129 000	1 129 000	-4 000	-4 000
	<i>Artigo 22 01 04 — Subtotal</i>		45 506 100	45 506 100	46 821 924	46 821 924	1 315 824	1 315 824
	<i>Capítulo 22 01 — Subtotal</i>		91 332 005	91 332 005	89 397 281	89 397 281	-1 934 724	-1 934 724
	<i>40 01 40</i>		8 082	8 082			-8 082	-8 082
			91 340 087	91 340 087			-1 942 806	-1 942 806
22 02	Processo e estratégia de alargamento							
22 02 01	Assistência à transição e ao reforço institucional dos países candidatos	4	323 026 643	246 827 484	293 880 176	284 743 000	-29 146 467	37 915 516
22 02 02	Assistência à transição e ao reforço institucional dos potenciais países candidatos	4	442 833 982	343 436 015	453 337 844	361 073 000	10 503 862	17 636 985
22 02 03	Administração es civis interinas nos Balcãs Ocidentais	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
22 02 04	Cooperação transfronteiriça e cooperação regional							
22 02 04 01	Cooperação transfronteiriça (CT) entre países beneficiários do IPA e participação em programas transnacionais/inter-regionais do FEDER e em programas do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria relativos às bacias marítimas	4	18 729 148	19 053 952	18 787 731	18 161 000	58 583	-892 952
22 02 04 02	Cooperação transfronteiriça (CT) com os Estados-Membros	4	3 282 324	3 379 139	3 347 971	2 198 000	65 647	-1 181 139
	<i>Artigo 22 02 04 — Subtotal</i>		22 011 472	22 433 091	22 135 702	20 359 000	124 230	-2 074 091
22 02 05	Conclusão da anterior assistência							
22 02 05 01	Conclusão da assistência de pré-adesão Phare	4	—	p.m.	—	p.m.		
22 02 05 02	Conclusão da assistência CARDS	4	p.m.	4 118 922	p.m.	2 000 000		-2 118 922
22 02 05 03	Conclusão da anterior cooperação com a Turquia	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
22 02 05 04	Conclusão da cooperação com Malta e Chipre	4	—	—	—	—		
22 02 05 05	Conclusão das ações preparatórias relativas ao impacto do alargamento nas regiões fronteiriças da União	3.2	—	p.m.	—	p.m.		
22 02 05 09	Conclusão do instrumento de transição para novos Estados-Membros	3.2	—	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	
22 02 05 10	Conclusão de Ações de Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações (TAIEX) no âmbito do instrumento de transição	3.2	—	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	

	<i>Artigo 22 02 05 — Subtotal</i>		p.m.	4 118 922	p.m.	2 000 000		-2 118 922
22 02 06	<i>Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações (TAIEX) no âmbito da pré-adesão</i>	4	12 000 000	10 500 149	12 000 000	9 827 000		-673 149
22 02 07	<i>Programas regionais, horizontais e « ad hoc »</i>							
22 02 07 01	Programas regionais e horizontais	4	146 656 613	138 263 100	142 566 299	148 907 000	-4 090 314	10 643 900
22 02 07 02	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria	4	3 590 000	4 215 333	3 500 000	3 944 000	-90 000	-271 333
22 02 07 03	Apoio financeiro com vista à promoção do desenvolvimento económico da comunidade cipriota turca	4	28 000 000	48 017 182	28 000 000	14 433 000		-33 584 182
	<i>Artigo 22 02 07 — Subtotal</i>		178 246 613	190 495 615	174 066 299	167 284 000	-4 180 314	-23 211 615
22 02 08	<i>Projeto-piloto — Preservação e restauro do património cultural em zonas atingidas por conflitos</i>	4	p.m.	240 000	p.m.	932 000		692 000
22 02 09	<i>Ação preparatória — Preservação e restauro do património cultural em zonas atingidas por conflitos</i>	4	3 000 000	2 000 000	p.m.	p.m.	-3 000 000	-2 000 000
22 02 10	<i>Informação e comunicação</i>							
22 02 10 01	Prince — Informação e comunicação	4	5 000 000	4 416 745	5 000 000	6 410 000		1 993 255
22 02 10 02	Informação e comunicação para países terceiros	4	10 000 000	5 438 123	10 000 000	8 756 000		3 317 877
	<i>Artigo 22 02 10 — Subtotal</i>		15 000 000	9 854 868	15 000 000	15 166 000		5 311 132
22 02 11	<i>Instrumento de Transição para reforço institucional após a adesão</i>	3.2			p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
	<i>Capítulo 22 02 — Subtotal</i>		996 118 710	829 906 144	970 420 021	861 384 000	-25 698 689	31 477 856
	<i>Título 22 — Subtotal</i>		1 087 450 715	921 238 149	1 059 817 302	950 781 281	-27 633 413	29 543 132
	<i>40 01 40</i>		8 082 1 087 458 797	8 082 921 246 231			-8 082 -27 641 495	-8 082 29 535 050
23	Ajuda humanitária							
23 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Ajuda humanitária»							
23 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Ajuda humanitária »</i>	5	20 085 339	20 085 339	21 576 676	21 576 676	1 491 337	1 491 337
23 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção « Ajuda humanitária »</i>							
23 01 02 01	Pessoal externo	5	2 044 842	2 044 842	2 102 924	2 102 924	58 082	58 082
23 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	2 010 969	2 010 969	1 944 339	1 944 339	-66 630	-66 630
	<i>40 01 40</i>		13 470 2 024 439	13 470 2 024 439			-13 470 -80 100	-13 470 -80 100
	<i>Artigo 23 01 02 — Subtotal</i>		4 055 811	4 055 811	4 047 263	4 047 263	-8 548	-8 548
	<i>40 01 40</i>		13 470 4 069 281	13 470 4 069 281			-13 470 -22 018	-13 470 -22 018
23 01 03	<i>Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Ajuda humanitária »</i>	5	1 282 414	1 282 414	1 340 979	1 340 979	58 565	58 565

23 01 04	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Ajuda humanitária»</i>							
23 01 04 01	Ajuda humanitária — Despesas de gestão administrativa	4	9 350 000	9 350 000	9 600 000	9 600 000	250 000	250 000
23 01 04 02	Proteção civil — Despesas de gestão administrativa	3.2	250 000	250 000	300 000	300 000	50 000	50 000
	<i>Artigo 23 01 04 — Subtotal</i>		9 600 000	9 600 000	9 900 000	9 900 000	300 000	300 000
	<i>Capítulo 23 01 — Subtotal</i>		35 023 564	35 023 564	36 864 918	36 864 918	1 841 354	1 841 354
	<i>40 01 40</i>		13 470 35 037 034	13 470 35 037 034			-13 470 1 827 884	-13 470 1 827 884
23 02	Ajuda humanitária, incluindo ajuda a populações desenraizadas, ajuda alimentar e preparação para catástrofes							
23 02 01	<i>Ajuda humanitária</i>	4	553 261 000	518 574 685	560 551 000	555 551 000	7 290 000	36 976 315
23 02 02	<i>Ajuda alimentar</i>	4	251 580 000	230 602 367	259 187 000	230 000 000	7 607 000	-602 367
23 02 03	<i>Preparação para catástrofes</i>	4	34 787 500	33 560 386	35 919 000	33 000 000	1 131 500	-560 386
23 02 04	<i>Ação preparatória — Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária</i>	4	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000		
	<i>Capítulo 23 02 — Subtotal</i>		842 628 500	785 737 438	858 657 000	821 551 000	16 028 500	35 813 562
23 03	Instrumento Financeiro para a Proteção Civil							
23 03 01	<i>Proteção civil na União</i>	3.2	18 000 000	14 000 000	18 200 000	15 000 000	200 000	1 000 000
23 03 02	<i>Projeto-piloto — Cooperação transfronteiriça na luta contra as catástrofes naturais</i>	3.2	p.m.	p.m.	—	—	—	—
23 03 03	<i>Conclusão de anteriores programas e ações no domínio da proteção civil e da poluição marinha</i>	3.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
23 03 04	<i>Projeto-piloto — Reforçar a cooperação entre os Estados-Membros na luta contra os incêndios florestais</i>	3.2	p.m.	p.m.	—	—	—	—
23 03 05	<i>Ação preparatória — Capacidade de resposta rápida da União</i>	2	p.m.	3 500 000	p.m.	500 000		-3 000 000
23 03 06	<i>Intervenções de proteção civil em países terceiros</i>	4	4 000 000	3 818 236	5 000 000	4 200 000	1 000 000	381 764
	<i>Capítulo 23 03 — Subtotal</i>		22 000 000	21 318 236	23 200 000	19 700 000	1 200 000	-1 618 236
	<i>Título 23 — Subtotal</i>		899 652 064	842 079 238	918 721 918	878 115 918	19 069 854	36 036 680
	<i>40 01 40</i>		13 470 899 665 534	13 470 842 092 708			-13 470 19 056 384	-13 470 36 023 210
24	Luta contra a fraude							
24 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Luta contra a fraude»							
24 01 06	<i>Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)</i>	5	57 392 000	57 392 000	58 310 000	58 310 000	918 000	918 000
	<i>Capítulo 24 01 — Subtotal</i>		57 392 000	57 392 000	58 310 000	58 310 000	918 000	918 000
24 02	Luta contra a fraude							
24 02 01	<i>Programas operacionais de luta contra a fraude</i>	1.1	14 250 000	10 524 112	14 000 000	10 650 000	-250 000	125 888

24 02 02	<i>Péricles</i>	1.1	1 000 000	866 425	1 000 000	900 000		33 575
24 02 03	<i>Sistema de Informação Antifraude (AFIS)</i>	1.1	6 200 000	4 536 255	6 700 000	5 700 000	500 000	1 163 745
24 02 04	<i>Projeto-piloto — Desenvolvimento de um mecanismo de avaliação da União no domínio da luta contra a corrupção especialmente destinado a identificar e reduzir os custos da corrupção nos contratos públicos com fundos da União</i>	5	p.m.	750 000	p.m.	p.m.		-750 000
	<i>Capítulo 24 02 — Subtotal</i>		21 450 000	16 676 792	21 700 000	17 250 000	250 000	573 208
	<i>Título 24 — Subtotal</i>		78 842 000	74 068 792	80 010 000	75 560 000	1 168 000	1 491 208
25	Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico							
25 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico»							
25 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção</i>							
	« <i>Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico</i> »							
25 01 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção «Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico»	5	141 332 506	141 332 506	144 255 495	144 255 495	2 922 989	2 922 989
25 01 01 03	Vencimentos, subsídios e pagamentos relacionados com os membros da instituição	5	9 248 000	9 248 000	9 685 000	9 685 000	437 000	437 000
	<i>Artigo 25 01 01 — Subtotal</i>		150 580 506	150 580 506	153 940 495	153 940 495	3 359 989	3 359 989
25 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção</i>							
	« <i>Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico</i> »							
25 01 02 01	Pessoal externo do domínio de intervenção «Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico»	5	6 339 934	6 339 934	6 324 516	6 324 516	-15 418	-15 418
25 01 02 03	Conselheiros especiais	5	609 000	609 000	844 000	844 000	235 000	235 000
25 01 02 11	Outras despesas de gestão do domínio de intervenção «Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico»	5	12 133 119	12 133 119	12 841 109	12 841 109	707 990	707 990
25 01 02 13	Outras despesas de gestão dos membros da instituição	5	4 325 000	4 325 000	4 405 000	4 405 000	80 000	80 000
	<i>Artigo 25 01 02 — Subtotal</i>		23 407 053	23 407 053	24 414 625	24 414 625	1 007 572	1 007 572
25 01 03	<i>Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção</i>							
	« <i>Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico</i> »							
25 01 06	<i>Legislar melhor e reforço institucional</i>							
25 01 06 01	Comité de Avaliação do Impacto	5	1 000	1 000	p.m.	p.m.	-1 000	-1 000
	<i>Artigo 25 01 06 — Subtotal</i>		1 000	1 000	p.m.	p.m.	-1 000	-1 000

25 01 07	Qualidade da legislação							
25 01 07 01	Codificação do direito da União	5	930 000	930 000	600 000	600 000	-330 000	-330 000
	<i>Artigo 25 01 07 — Subtotal</i>		930 000	930 000	600 000	600 000	-330 000	-330 000
25 01 08	Aconselhamento jurídico, litígios e infrações							
25 01 08 01	Despesas de contencioso	5	3 700 000	3 700 000	3 700 000	3 700 000		
	<i>Artigo 25 01 08 — Subtotal</i>		3 700 000	3 700 000	3 700 000	3 700 000		
25 01 09	Projeto-piloto — Sistema interinstitucional para identificar as tendências a longo prazo							
		5	p.m.	p.m.	—	p.m.	—	
25 01 10	Ação preparatória — Sistema interinstitucional para identificar as tendências a longo prazo							
		5	2 000 000	1 000 000	p.m.	1 000 000	-2 000 000	
	<i>Capítulo 25 01 — Subtotal</i>		189 627 357	188 627 357	191 620 521	192 620 521	1 993 164	3 993 164
25 02	Relações com a sociedade civil, transparência e informação							
25 02 01	Instituições de interesse europeu							
25 02 01 01	Arquivos históricos da União	5	2 215 000	2 215 000	2 268 000	2 268 000	53 000	53 000
	<i>Artigo 25 02 01 — Subtotal</i>		2 215 000	2 215 000	2 268 000	2 268 000	53 000	53 000
25 02 04	Informação e publicações							
25 02 04 01	Bases de dados documentais	5	760 000	760 000	760 000	760 000		
25 02 04 02	Publicações digitais	5	978 000	978 000	978 000	978 000		
	<i>Artigo 25 02 04 — Subtotal</i>		1 738 000	1 738 000	1 738 000	1 738 000		
	<i>Capítulo 25 02 — Subtotal</i>		3 953 000	3 953 000	4 006 000	4 006 000	53 000	53 000
	<i>Título 25 — Subtotal</i>		193 580 357	192 580 357	195 626 521	196 626 521	2 046 164	4 046 164
26	Administração da Comissão							
26 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Administração da Comissão»							
26 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção «Administração da Comissão»							
		5	105 722 828	105 722 828	106 958 668	106 958 668	1 235 840	1 235 840
26 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Administração da Comissão»							
26 01 02 01	Pessoal externo	5	5 584 921	5 584 921	5 869 647	5 869 647	284 726	284 726
26 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	17 676 594	17 676 594	17 986 456	17 986 456	309 862	309 862
	40 01 40		2 275	2 275			-2 275	-2 275
			17 678 869	17 678 869			307 587	307 587
	<i>Artigo 26 01 02 — Subtotal</i>		23 261 515	23 261 515	23 856 103	23 856 103	594 588	594 588
	40 01 40		2 275	2 275			-2 275	-2 275
			23 263 790	23 263 790			592 313	592 313
26 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Administração da Comissão»							
		5	6 750 218	6 750 218	6 647 424	6 647 424	-102 794	-102 794
26 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Administração da Comissão»							

26 01 04 01	Soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias (ISA) — Despesas de gestão administrativa	1.1	560 000	560 000	400 000	400 000	-160 000	-160 000
	<i>Artigo 26 01 04 — Subtotal</i>		560 000	560 000	400 000	400 000	-160 000	-160 000
26 01 09	Apoio administrativo ao Serviço das Publicações							
26 01 09 01	Serviço das Publicações	5	83 077 750	83 077 750	85 234 000	85 234 000	2 156 250	2 156 250
	<i>Artigo 26 01 09 — Subtotal</i>		83 077 750	83 077 750	85 234 000	85 234 000	2 156 250	2 156 250
26 01 10	Consolidação do direito da União							
26 01 10 01	Consolidação do direito da União	5	1 000 000	1 000 000	1 070 000	1 070 000	70 000	70 000
	<i>Artigo 26 01 10 — Subtotal</i>		1 000 000	1 000 000	1 070 000	1 070 000	70 000	70 000
26 01 11	Jornal Oficial da União Europeia (L e C)							
26 01 11 01	Jornal Oficial da União Europeia	5	11 806 000	11 806 000	11 805 000	11 805 000	-1 000	-1 000
	<i>Artigo 26 01 11 — Subtotal</i>		11 806 000	11 806 000	11 805 000	11 805 000	-1 000	-1 000
26 01 12	Sínteses da legislação da UE							
26 01 12 01	Sínteses da legislação da UE	5			533 000	533 000	533 000	533 000
26 01 20	Serviço Europeu de Seleção do Pessoal							
26 01 20 01	Serviço Europeu de Seleção do Pessoal	5	26 728 750	26 728 750	28 709 000	28 709 000	1 980 250	1 980 250
	40 01 40		1 500 000	1 500 000			-1 500 000	-1 500 000
			28 228 750	28 228 750			480 250	480 250
26 01 21	Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais							
26 01 21 01	Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais	5	35 879 000	35 879 000	37 000 000	37 000 000	1 121 000	1 121 000
26 01 22	Infraestruturas e Logística (Bruxelas)							
26 01 22 01	Serviço de Infraestruturas e Logística em Bruxelas	5	69 711 000	69 711 000	70 048 000	70 048 000	337 000	337 000
26 01 22 02	Aquisição e arrendamento de imóveis em Bruxelas	5	207 983 000	207 983 000	203 592 000	203 592 000	-4 391 000	-4 391 000
26 01 22 03	Despesas relativas a imóveis em Bruxelas	5	70 272 000	70 272 000	71 229 000	71 229 000	957 000	957 000
26 01 22 04	Despesas com equipamento e mobiliário em Bruxelas	5	9 163 000	9 163 000	8 271 000	8 271 000	-892 000	-892 000
26 01 22 05	Serviços, fornecimentos e outras despesas de funcionamento em Bruxelas	5	9 126 810	9 126 810	9 930 000	9 930 000	803 190	803 190
26 01 22 06	Vigilância de imóveis em Bruxelas	5	32 788 000	32 788 000	32 500 000	32 500 000	-288 000	-288 000
	<i>Artigo 26 01 22 — Subtotal</i>		399 043 810	399 043 810	395 570 000	395 570 000	-3 473 810	-3 473 810
26 01 23	Infraestruturas e Logística (Luxemburgo)							
26 01 23 01	Serviço de Infraestruturas e Logística no Luxemburgo	5	25 266 000	25 266 000	25 404 000	25 404 000	138 000	138 000
26 01 23 02	Aquisição e arrendamento de imóveis no Luxemburgo	5	40 319 000	40 319 000	40 091 000	40 091 000	-228 000	-228 000
26 01 23 03	Despesas relativas a imóveis no Luxemburgo	5	17 357 000	17 357 000	17 481 000	17 481 000	124 000	124 000
26 01 23 04	Despesas com equipamento e mobiliário no Luxemburgo	5	1 087 000	1 087 000	1 087 000	1 087 000		
26 01 23 05	Serviços, fornecimentos e outras despesas de funcionamento no Luxemburgo	5	1 019 036	1 019 036	1 034 000	1 034 000	14 964	14 964
26 01 23 06	Vigilância de imóveis no Luxemburgo	5	5 640 000	5 640 000	5 640 000	5 640 000		
	<i>Artigo 26 01 23 — Subtotal</i>		90 688 036	90 688 036	90 737 000	90 737 000	48 964	48 964
26 01 40	Segurança e acompanhamento							
26 01 40 01	Segurança e acompanhamento	5	8 321 000	8 321 000	8 044 000	8 044 000	-277 000	-277 000
26 01 50	Política e gestão do pessoal							
26 01 50 01	Serviço Médico	5	5 350 000	5 350 000	5 554 000	5 554 000	204 000	204 000
26 01 50 02	Despesas de concursos, seleção e recrutamento	5	1 850 000	1 850 000	1 620 000	1 620 000	-230 000	-230 000

26 01 50 04	Cooperação interinstitucional na esfera social	5	7 537 000	7 537 000	7 048 000	7 048 000	-489 000	-489 000
26 01 50 06	Funcionários da instituição temporariamente destacados em serviços públicos nacionais, organizações internacionais ou instituições ou empresas públicas ou privadas	5	264 000	264 000	250 000	250 000	-14 000	-14 000
26 01 50 07	Danos	5	150 000	150 000	150 000	150 000		
26 01 50 08	Seguros diversos	5	58 000	58 000	58 000	58 000		
26 01 50 09	Cursos de línguas	5	3 744 000	3 744 000	3 524 000	3 524 000	-220 000	-220 000
	<i>Artigo 26 01 50 — Subtotal</i>		18 953 000	18 953 000	18 204 000	18 204 000	-749 000	-749 000
	Escolas							
26 01 51	Europeias							
26 01 51 01	Gabinete do secretário-geral das Escolas Europeias (Bruxelas)	5	7 627 207	7 627 207	7 673 453	7 673 453	46 246	46 246
26 01 51 02	Bruxelas I (Uccle)	5	24 446 700	24 446 700	24 424 693	24 424 693	-22 007	-22 007
26 01 51 03	Bruxelas II (Woluwe)	5	22 758 847	22 758 847	24 039 614	24 039 614	1 280 767	1 280 767
26 01 51 04	Bruxelas III (Ixelles)	5	22 759 039	22 759 039	24 014 470	24 014 470	1 255 431	1 255 431
26 01 51 05	Bruxelas IV (Laeken)	5	9 694 355	9 694 355	10 761 577	10 761 577	1 067 222	1 067 222
26 01 51 11	Luxemburgo I	5	24 498 581	24 498 581	20 889 162	20 889 162	-3 609 419	-3 609 419
26 01 51 12	Luxemburgo II	5	10 007 959	10 007 959	17 326 827	17 326 827	7 318 868	7 318 868
26 01 51 21	Mol (BE)	5	5 937 428	5 937 428	6 180 552	6 180 552	243 124	243 124
26 01 51 22	Frankfurt am Main (DE)	5	7 346 564	7 346 564	6 997 604	6 997 604	-348 960	-348 960
26 01 51 23	Karlsruhe (DE)	5	3 054 845	3 054 845	2 823 058	2 823 058	-231 787	-231 787
26 01 51 24	Munique (DE)	5	344 180	344 180	348 531	348 531	4 351	4 351
26 01 51 25	Alicante (ES)	5	8 097 123	8 097 123	7 946 274	7 946 274	-150 849	-150 849
26 01 51 26	Varese (IT)	5	9 670 615	9 670 615	11 121 451	11 121 451	1 450 836	1 450 836
26 01 51 27	Bergen (NL)	5	4 304 020	4 304 020	4 641 900	4 641 900	337 880	337 880
26 01 51 28	Culham (UK)	5	4 828 547	4 828 547	4 692 410	4 692 410	-136 137	-136 137
26 01 51 31	Contribuição da União para as Escolas Europeias do tipo II	5	3 850 000	3 850 000	6 848 000	6 848 000	2 998 000	2 998 000
	<i>Artigo 26 01 51 — Subtotal</i>		169 226 010	169 226 010	180 729 576	180 729 576	11 503 566	11 503 566
	<i>Capítulo 26 01 — Subtotal</i>		981 017 917	981 017 917	995 497 771	995 497 771	14 479 854	14 479 854
	<i>40 01 40</i>		1 502 275	1 502 275			-1 502 275	-1 502 275
			982 520 192	982 520 192			12 977 579	12 977 579
26 02	Produção de multimédia							
26 02 01	Procedimentos de celebração e de publicação dos contratos públicos de fornecimentos, de obras e de serviços							
	<i>Capítulo 26 02 — Subtotal</i>	1.1	14 800 000	12 157 164	14 738 200	14 500 000	-61 800	2 342 836
			14 800 000	12 157 164	14 738 200	14 500 000	-61 800	2 342 836
26 03	Serviços a administrações públicas, empresas e cidadãos							
26 03 01	Redes para a transferência de dados entre administrações							
26 03 01 01	Soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias (ISA)	1.1	25 500 000	11 794 264	25 700 000	15 000 000	200 000	3 205 736
26 03 01 02	Conclusão dos programas IDA e IDABC anteriores	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 26 03 01 — Subtotal</i>		25 500 000	11 794 264	25 700 000	15 000 000	200 000	3 205 736
26 03 02	Projeto-piloto — Programa Administração Pública e Erasmus	5	p.m.	p.m.	—	—	—	—
26 03 03	Ação preparatória — Programa Administração Pública e Erasmus	5	600 000	300 000	p.m.	300 000	-600 000	
	<i>Capítulo 26 03 — Subtotal</i>		26 100 000	12 094 264	25 700 000	15 300 000	-400 000	3 205 736
	<i>Título 26 — Subtotal</i>		1 021 917 917	1 005 269 345	1 035 935 971	1 025 297 771	14 018 054	20 028 426
	<i>40 01 40</i>		1 502 275	1 502 275			-1 502 275	-1 502 275
			1 023 420 192	1 006 771 620			12 515 779	18 526 151

27	Orçamento							
27 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Orçamento»							
27 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção							
	« Orçamento »	5	41 769 511	41 769 511	42 331 385	42 331 385	561 874	561 874
27 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção							
	« Orçamento »							
27 01 02 01	Pessoal externo da Direção-Geral do Orçamento	5	4 461 606	4 461 606	4 351 505	4 351 505	-110 101	-110 101
27 01 02 09	Pessoal externo — Gestão não descentralizada	5	1 652 723	1 652 723	4 400 981	4 400 981	2 748 258	2 748 258
27 01 02 11	Outras despesas de gestão da Direção-Geral do Orçamento	5	7 758 058	7 758 058	7 906 099	7 906 099	148 041	148 041
	40 01 40		<u>10 028</u> <u>7 768 086</u>	<u>10 028</u> <u>7 768 086</u>			<u>-10 028</u> <u>138 013</u>	<u>-10 028</u> <u>138 013</u>
27 01 02 19	Outras despesas de gestão — Gestão não descentralizada	5	9 309 894	9 309 894	5 950 713	5 950 713	-3 359 181	-3 359 181
	40 01 40		<u>90 265</u> <u>9 400 159</u>	<u>90 265</u> <u>9 400 159</u>			<u>-90 265</u> <u>-3 449 446</u>	<u>-90 265</u> <u>-3 449 446</u>
	Artigo 27 01 02 — Subtotal		23 182 281	23 182 281	22 609 298	22 609 298	-572 983	-572 983
	40 01 40		<u>100 293</u> <u>23 282 574</u>	<u>100 293</u> <u>23 282 574</u>			<u>-100 293</u> <u>-673 276</u>	<u>-100 293</u> <u>-673 276</u>
27 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção							
	« Orçamento »	5	2 666 910	2 666 910	2 630 873	2 630 873	-36 037	-36 037
27 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção							
	« Orçamento »	5	204 000	204 000	150 000	150 000	-54 000	-54 000
27 01 11	Despesas excepcionais relativas a crises	5	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
27 01 12	e Contabilidade							
27 01 12 01	Encargos financeiros	5	420 000	420 000	390 000	390 000	-30 000	-30 000
27 01 12 02	Assunção de despesas incorridas em relação com a gestão de tesouraria	5	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
27 01 12 03	Aquisição de informações financeiras sobre a solvência de beneficiários dos fundos do orçamento geral da União e de devedores da Comissão	5	200 000	200 000	130 000	130 000	-70 000	-70 000
	Artigo 27 01 12 — Subtotal		620 000	620 000	520 000	520 000	-100 000	-100 000
	Capítulo 27 01 — Subtotal		68 442 702	68 442 702	68 241 556	68 241 556	-201 146	-201 146
	40 01 40		<u>100 293</u> <u>68 542 995</u>	<u>100 293</u> <u>68 542 995</u>			<u>-100 293</u> <u>-301 439</u>	<u>-100 293</u> <u>-301 439</u>
27 02	Execução orçamental, controlo e quitação							
27 02 01	Défice transitado do exercício anterior	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
27 02 02	Compensações temporárias e forfetárias para os novos Estados-Membros	6	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	Capítulo 27 02 — Subtotal		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	Título 27 — Subtotal		68 442 702	68 442 702	68 241 556	68 241 556	-201 146	-201 146
	40 01 40		<u>100 293</u> <u>68 542 995</u>	<u>100 293</u> <u>68 542 995</u>			<u>-100 293</u> <u>-301 439</u>	<u>-100 293</u> <u>-301 439</u>
28	Auditoria							

28 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Auditoria»						
28 01 01	Despesas relacionadas com o pessoal no ativo do domínio de intervenção «Auditoria»	5	9 992 705	9 992 705	10 171 861	10 171 861	179 156
28 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Auditoria»						
28 01 02 01	Pessoal externo	5	638 226	638 226	722 884	722 884	84 658
28 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	506 890	506 890	540 004	540 004	33 114
	<i>Artigo 28 01 02 — Subtotal</i>		1 145 116	1 145 116	1 262 888	1 262 888	117 772
28 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Auditoria»	5	638 018	638 018	632 176	632 176	-5 842
	<i>Capítulo 28 01 — Subtotal</i>		11 775 839	11 775 839	12 066 925	12 066 925	291 086
	<i>Título 28 — Subtotal</i>		11 775 839	11 775 839	12 066 925	12 066 925	291 086
29	Estatísticas						
29 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Estatísticas»						
29 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção «Estatísticas»	5	63 953 318	63 953 318	64 730 030	64 730 030	776 712
29 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Estatísticas»						
29 01 02 01	Pessoal externo	5	5 552 910	5 552 910	5 267 684	5 267 684	-285 226
29 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	3 928 587	3 928 587	3 958 458	3 958 458	29 871
	40 01 40		29 933 3 958 520	29 933 3 958 520			-29 933 -62
	<i>Artigo 29 01 02 — Subtotal</i>		9 481 497	9 481 497	9 226 142	9 226 142	-255 355
	40 01 40		29 933 9 511 430	29 933 9 511 430			-29 933 -285 288
29 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Estatísticas»	5	4 083 307	4 083 307	4 022 937	4 022 937	-60 370
29 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Estatísticas»						
29 01 04 01	Número 29 01 04 01 — Programa estatístico da União 2008-2012 — Despesas de gestão administrativa	1.1	2 900 000	2 900 000	—	—	-2 900 000
29 01 04 04	Modernização das Estatísticas Europeias das Empresas e do Comércio (MEETS) — Despesas de gestão administrativa	1.1	250 000	250 000	280 000	280 000	30 000
29 01 04 05	Programa estatístico europeu 2013-2017 — Despesas de gestão administrativa	1.1			p.m.	p.m.	p.m.
	40 01 40				2 900 000 2 900 000	2 900 000 2 900 000	
	<i>Artigo 29 01 04 — Subtotal</i>		3 150 000	3 150 000	280 000	280 000	-2 870 000

31 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Serviços linguísticos»							
31 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo no domínio de intervenção « Serviços linguísticos »	5	319 167 022	319 167 022	325 088 599	325 088 599	5 921 577	5 921 577
31 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção « Serviços linguísticos »							
31 01 02 01	Pessoal externo	5	11 324 662	11 324 662	11 606 822	11 606 822	282 160	282 160
31 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	5 240 431	5 240 431	4 991 191	4 991 191	-249 240	-249 240
	<i>Artigo 31 01 02 — Subtotal</i>		16 565 093	16 565 093	16 598 013	16 598 013	32 920	32 920
31 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação e outras despesas de funcionamento do domínio de intervenção « Serviços linguísticos »							
31 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Serviços linguísticos»	5	20 378 257	20 378 257	20 204 082	20 204 082	-174 175	-174 175
31 01 03 04	Equipamento e serviços técnicos para as salas de conferências da Comissão	5	1 283 000	1 283 000	1 783 000	1 783 000	500 000	500 000
	<i>Artigo 31 01 03 — Subtotal</i>		21 661 257	21 661 257	21 987 082	21 987 082	325 825	325 825
31 01 06	Despesas de interpretação							
31 01 06 01	Despesas com a interpretação	5	22 923 000	22 923 000	21 013 000	21 013 000	-1 910 000	-1 910 000
31 01 06 02	Formação e aperfeiçoamento profissional de intérpretes de conferência	5	457 000	457 000	422 500	422 500	-34 500	-34 500
31 01 06 03	Despesas com tecnologias de informação suportadas pela Direção-Geral da Interpretação	5	1 242 000	1 242 000	1 256 000	1 256 000	14 000	14 000
	<i>Artigo 31 01 06 — Subtotal</i>		24 622 000	24 622 000	22 691 500	22 691 500	-1 930 500	-1 930 500
31 01 07	Despesas de tradução							
31 01 07 01	Despesas de tradução	5	13 538 000	13 538 000	14 000 000	14 000 000	462 000	462 000
31 01 07 02	Despesas de apoio às ações da Direção-Geral da Tradução	5	1 721 000	1 721 000	1 721 000	1 721 000		
	<i>Artigo 31 01 07 — Subtotal</i>		15 259 000	15 259 000	15 721 000	15 721 000	462 000	462 000
31 01 08	Atividades de cooperação interinstitucional							
31 01 08 01	Atividades de cooperação interinstitucional no domínio linguístico	5	673 000	673 000	673 000	673 000		
	<i>Artigo 31 01 08 — Subtotal</i>		673 000	673 000	673 000	673 000		
31 01 09	Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia							
31 01 09 01	Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia — Contribuição para os títulos 1 e 2	5	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
31 01 09 02	Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia — Contribuição para o título 3	5	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Artigo 31 01 09 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 31 01 — Subtotal</i>		397 947 372	397 947 372	402 759 194	402 759 194	4 811 822	4 811 822

		<i>Título 31 — Subtotal</i>		397 947 372	397 947 372	402 759 194	402 759 194	4 811 822	4 811 822
32	Energia								
32 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Energia»								
32 01 01	Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção «Energia»								
	»	5	56 159 007	56 159 007	55 996 613	55 996 613	-162 394	-162 394	
32 01 02	Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção «Energia»								
32 01 02 01	Pessoal externo	5	3 119 918	3 119 918	2 853 813	2 853 813	-266 105	-266 105	
32 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	1 917 719	1 917 719	1 992 249	1 992 249	74 530	74 530	
	40 01 40		23 947	23 947			-23 947	-23 947	
			1 941 666	1 941 666			50 583	50 583	
	<i>Artigo 32 01 02 — Subtotal</i>		5 037 637	5 037 637	4 846 062	4 846 062	-191 575	-191 575	
	40 01 40		23 947	23 947			-23 947	-23 947	
			5 061 584	5 061 584			-215 522	-215 522	
32 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Energia»								
	»	5	3 585 654	3 585 654	3 480 160	3 480 160	-105 494	-105 494	
32 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Energia»								
32 01 04 01	Energias convencionais — Despesas de gestão administrativa	1.1	700 000	700 000	600 000	600 000	-100 000	-100 000	
32 01 04 02	Apoio financeiro aos projetos de interesse comum da rede transeuropeia de energia — Despesas de gestão administrativa	1.1	694 400	694 400	600 000	600 000	-94 400	-94 400	
32 01 04 03	Energia nuclear — Despesas de gestão administrativa	1.1	195 200	195 200	250 000	250 000	54 800	54 800	
32 01 04 04	Segurança e proteção dos utentes de energia — Despesas de gestão administrativa	1.1	p.m.	p.m.	—	—	—	—	
32 01 04 05	Informação e comunicação — Despesas de gestão administrativa	1.1	496 000	496 000	500 000	500 000	4 000	4 000	
32 01 04 06	Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa «Energia Inteligente — Europa» — Despesas de gestão administrativa	1.1	992 000	992 000	800 000	800 000	-192 000	-192 000	
32 01 04 07	Projetos no domínio da energia para o relançamento da economia — Despesas de gestão administrativa	1.1	p.m.	p.m.	—	—	—	—	
32 01 04 30	Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação — Contribuição do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa «Energia Inteligente — Europa»	1.1	6 542 000	6 542 000	6 542 000	6 542 000			
	<i>Artigo 32 01 04 — Subtotal</i>		9 619 600	9 619 600	9 292 000	9 292 000	-327 600	-327 600	
32 01 05	Despesas de apoio às atividades de investigação do domínio de intervenção «Energia»								
32 01 05 01	Despesas relativas ao pessoal da investigação	1.1	1 700 000	1 700 000	1 950 000	1 950 000	250 000	250 000	
32 01 05 02	Pessoal externo vinculado à investigação	1.1	850 000	850 000	950 000	950 000	100 000	100 000	

32 01 05 03	Outras despesas de gestão no domínio da investigação	1.1	860 000	860 000	1 200 000	1 200 000	340 000	340 000
	<i>Artigo 32 01 05 — Subtotal</i>		3 410 000	3 410 000	4 100 000	4 100 000	690 000	690 000
	Contribuição							
32 01 06	da Comunidade Europeia da Energia Atômica para o funcionamento da Agência de Aprovisionamento	5	98 000	98 000	98 000	98 000		
	<i>Capítulo 32 01 — Subtotal</i>		77 909 898	77 909 898	77 812 835	77 812 835	-97 063	-97 063
	<i>40 01 40</i>		23 947	23 947			-23 947	-23 947
			77 933 845	77 933 845			-121 010	-121 010
32 03	Redes transeuropeias							
	Conclusão							
32 03 01	do apoio financeiro aos projetos de interesse comum da rede transeuropeia de energia	1.1	—	5 897 132	—	1 862 280		-4 034 852
	Apoio							
32 03 02	financeiro aos projetos de interesse comum da rede transeuropeia de energia	1.1	21 129 600	12 247 890	22 200 000	14 500 000	1 070 400	2 252 110
	<i>Capítulo 32 03 — Subtotal</i>		21 129 600	18 145 022	22 200 000	16 362 280	1 070 400	-1 782 742
32 04	Energias convencionais e renováveis							
	Conclusão							
32 04 01	do programa « Energia Inteligente — Europa » (2003-2006)	1.1	—	453 626	—	p.m.		-453 626
	Conclusão							
32 04 02	do programa « Energia Inteligente — Europa » (2003-2006): parte externa — Coopener	4	—	p.m.	—	p.m.		
	Atividades de							
32 04 03	apoio à política energética europeia e ao mercado interno da energia	1.1	3 720 000	3 765 092	3 600 000	1 700 000	-120 000	-2 065 092
	Conclusão							
32 04 04	do programa-quadro Energia (1999-2002) — Energias convencionais e renováveis	1.1	—	p.m.	—	—		—
	Plano							
32 04 05	Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas (Plano SET)	1.1	p.m.	p.m.	—	—	—	—
	Programa-							
32 04 06	Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa « Energia Inteligente — Europa »	1.1	129 813 600	71 854 285	132 250 000	100 000 000	2 436 400	28 145 715
	Projeto-							
32 04 07	piloto — Segurança energética — Biocombustíveis	1.1	—	p.m.	—	—		—
	Agência de							
32 04 10	Cooperação dos Reguladores da Energia							
32 04 10 01	Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	6 864 725	6 864 725	6 967 383	6 967 383	102 658	102 658
32 04 10 02	Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia — Contribuição para o título 3	1.1	377 125	377 125	402 412	402 412	25 287	25 287
	<i>Artigo 32 04 10 — Subtotal</i>		7 241 850	7 241 850	7 369 795	7 369 795	127 945	127 945
	Comunidade							
32 04 11	da Energia	4	2 724 787	2 600 970	3 159 716	3 159 716	434 929	558 746

32 04 12	<i>Projeto-piloto — Programa-quadro europeu para o desenvolvimento e o intercâmbio de experiências em matéria de desenvolvimento urbano sustentável</i>	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
32 04 13	<i>Ação preparatória — Ilhas europeias para uma política comum da energia</i>	1.1	—	2 000 000	—	p.m.		-2 000 000
32 04 14	<i>Projetos no domínio da energia para o relançamento da economia</i>							
32 04 14 01	Projetos no domínio da energia para o relançamento da economia — Redes de energia	1.1	p.m.	526 288 963	—	212 400 000	—	-313 888 963
32 04 14 02	Projetos no domínio da energia para o relançamento da economia — Captação e armazenamento do carbono (CAC)	1.1	p.m.	124 293 397	—	154 531 897	—	30 238 500
32 04 14 03	Projetos no domínio da energia para o relançamento da economia — Sistema europeu de rede eólica offshore	1.1	p.m.	73 487 337	—	75 164 809	—	1 677 472
32 04 14 04	Projetos no domínio da energia para o relançamento da economia — Iniciativas no domínio da eficiência energética e das energias renováveis	1.1	p.m.	43 548 052	—	48 781 548	—	5 233 496
	<i>Artigo 32 04 14 — Subtotal</i>		p.m.	767 617 749	—	490 878 254	—	-276 739 495
32 04 16	<i>Segurança das instalações e infra-estruturas de energia</i>	1.1	250 000	571 568	300 000	186 677	50 000	-384 891
32 04 17	<i>Projeto-piloto — Apoio à conservação dos recursos naturais e combate às alterações climáticas através de um aumento da utilização da energia solar (energia térmica solar e fotovoltaica)</i>	2	p.m.	p.m.	—	—	—	—
32 04 18	<i>Projeto-piloto — Segurança energética — Gás de xisto</i>	1.1	200 000	100 000	—	60 000	-200 000	-40 000
32 04 19	<i>Ação preparatória — Mecanismos de cooperação para a aplicação da Diretiva « Fontes de Energia Renováveis »</i>	2	500 000	250 000	—	150 000	-500 000	-100 000
	<i>Capítulo 32 04 — Subtotal</i>		144 450 237	856 455 140	146 679 511	603 504 442	2 229 274	-252 950 698
32 05	Energia nuclear							
32 05 01	<i>Salvaguarda s nucleares</i>	1.1	20 410 000	17 237 770	20 550 000	18 000 000	140 000	762 230
32 05 02	<i>Segurança nuclear e proteção contra as radiações</i>	1.1	2 182 400	1 451 602	2 200 000	2 000 000	17 600	548 398
32 05 03	<i>Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento)</i>	1.1	259 904 000	208 667 747	267 000 000	190 000 000	7 096 000	-18 667 747
	<i>Capítulo 32 05 — Subtotal</i>		282 496 400	227 357 119	289 750 000	210 000 000	7 253 600	-17 357 119
32 06	Investigação relativa à energia							
32 06 01	<i>Investigação relativa à energia</i>	1.1	162 633 457	104 333 874	170 878 000	117 200 000	8 244 543	12 866 126
32 06 02	<i>Investigação relativa à energia — Empresa comum « Pilhas de Combustível e Hidrogénio »</i>	1.1	29 455 000	13 392 047	26 249 000	37 891 000	-3 206 000	24 498 953

32 06 03	<i>Dotações provenientes da participação de terceiros (não « Espaço Económico Europeu ») na investigação e no desenvolvimento tecnológico</i>	1.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
32 06 04	<i>Conclusão dos programas anteriores</i>							
32 06 04 01	Conclusão dos programas (anteriores a 2003)	1.1	—	p.m.	—	p.m.		
32 06 04 02	Conclusão do Sexto Programa-Quadro (2003-2006)	1.1	p.m.	22 681 277	p.m.	15 000 000		-7 681 277
	<i>Artigo 32 06 04 — Subtotal</i>		p.m.	22 681 277	p.m.	15 000 000		-7 681 277
	<i>Capítulo 32 06 — Subtotal</i>		192 088 457	140 407 198	197 127 000	170 091 000	5 038 543	29 683 802
	<i>Título 32 — Subtotal</i>		718 074 592	1 320 274 377	733 569 346	1 077 770 557	15 494 754	-242 503 820
	<i>40 01 40</i>		23 947	23 947			-23 947	-23 947
			718 098 539	1 320 298 324			15 470 807	-242 527 767
33	Justiça							
33 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Justiça»							
33 01 01	<i>Despesas relativas ao pessoal no ativo do domínio de intervenção « Justiça »</i>	5	29 278 629	29 278 629	29 899 109	29 899 109	620 480	620 480
33 01 02	<i>Pessoal externo e outras despesas de gestão para apoio ao domínio de intervenção « Justiça »</i>							
33 01 02 01	Pessoal externo	5	3 133 125	3 133 125	3 145 057	3 145 057	11 932	11 932
33 01 02 11	Outras despesas de gestão	5	1 441 795	1 441 795	1 336 067	1 336 067	-105 728	-105 728
	<i>40 01 40</i>		6 413	6 413			-6 413	-6 413
			1 448 208	1 448 208			-112 141	-112 141
	<i>Artigo 33 01 02 — Subtotal</i>		4 574 920	4 574 920	4 481 124	4 481 124	-93 796	-93 796
	<i>40 01 40</i>		6 413	6 413			-6 413	-6 413
			4 581 333	4 581 333			-100 209	-100 209
33 01 03	<i>Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção « Justiça »</i>	5	1 869 390	1 869 390	1 858 213	1 858 213	-11 177	-11 177
33 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção « Justiça »</i>							
33 01 04 01	Direitos fundamentais e cidadania — Despesas de gestão administrativa	3.1	300 000	300 000	300 000	300 000		
33 01 04 02	Medidas para combater a violência (Daphne) — Despesas de gestão administrativa	3.1	400 000	400 000	400 000	400 000		
33 01 04 03	Justiça penal — Despesas de gestão administrativa	3.1	350 000	350 000	350 000	350 000		
33 01 04 04	Justiça civil — Despesas de gestão administrativa	3.1	250 000	250 000	250 000	250 000		
33 01 04 05	Prevenção e informação em matéria de droga — Despesas de gestão administrativa	3.1	50 000	50 000	50 000	50 000		
33 01 04 06	Programa Progress — Despesas de gestão administrativa	1.1	1 533 000	1 533 000	1 533 000	1 533 000		
	<i>Artigo 33 01 04 — Subtotal</i>		2 883 000	2 883 000	2 883 000	2 883 000		
	<i>Capítulo 33 01 — Subtotal</i>		38 605 939	38 605 939	39 121 446	39 121 446	515 507	515 507

		40 01 40	6 413 38 612 352	6 413 38 612 352			-6 413 509 094	-6 413 509 094
33 02	Direitos fundamentais e cidadania							
33 02 01	<i>Conclusão de medidas para combater a violência exercida contra as crianças, os adolescentes e as mulheres</i>	3.1	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
33 02 02	<i>Conclusão da ação preparatória destinada a apoiar a sociedade civil nos novos Estados-Membros</i>	3.1	—	—	—	—		
33 02 03	<i>Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia</i>							
33 02 03 01	Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Contribuição para os títulos 1 e 2	3.1	13 168 151	13 168 151	13 354 880	13 354 880	186 729	186 729
33 02 03 02	Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Contribuição para o título 3	3.1	7 027 849	7 027 849	7 669 520	7 669 520	641 671	641 671
	<i>Artigo 33 02 03 — Subtotal</i>		20 196 000	20 196 000	21 024 400	21 024 400	828 400	828 400
33 02 04	<i>Direitos fundamentais e cidadania</i>	3.1	15 300 000	12 263 403	15 500 000	13 500 000	200 000	1 236 597
33 02 05	<i>Luta contra a violência (Daphne)</i>	3.1	19 500 000	14 716 084	18 000 000	17 000 000	-1 500 000	2 283 916
33 02 06	<i>Cooperação europeia entre as autoridades nacionais e internacionais responsáveis pelos direitos da criança e as organizações da sociedade civil que promovem e defendem os direitos da criança</i>	3.1	—	p.m.	—	—		—
33 02 07	<i>Aplicação a nível europeu de um mecanismo de alerta rápido em caso de rapto ou de desaparecimento de crianças</i>	3.1	—	p.m.	—	—		—
33 02 08	<i>Ação preparatória — Unificação das legislações nacionais em matéria de violência com base no género e de violência contra as crianças</i>	3.1	—	p.m.	—	—		—
33 02 09	<i>Metodologia europeia para a elaboração de políticas baseadas em provas no que diz respeito aos direitos da criança</i>	3.1	p.m.	943 339	p.m.	p.m.		-943 339
	<i>Capítulo 33 02 — Subtotal</i>		54 996 000	48 118 826	54 524 400	51 524 400	-471 600	3 405 574
33 03	Justiça penal e Justiça civil							
33 03 01	<i>Conclusão de programas anteriores de cooperação judicial em matéria civil</i>	3.1	—	p.m.	—	p.m.		
33 03 02	<i>Eurojust</i>							
33 03 02 01	Eurojust — Contribuição para os títulos 1 e 2	3.1	23 447 325	23 447 325	22 302 366	22 302 366	-1 144 959	-1 144 959
33 03 02 02	Eurojust — Contribuição para o título 3	3.1	8 222 675	8 222 675	7 751 294	7 751 294	-471 381	-471 381
	<i>Artigo 33 03 02 — Subtotal</i>		31 670 000	31 670 000	30 053 660	30 053 660	-1 616 340	-1 616 340
33 03 04	<i>Justiça penal</i>	3.1	26 950 000	18 017 770	27 500 000	23 000 000	550 000	4 982 230
33 03 05	<i>Justiça civil</i>	3.1	16 100 000	9 433 387	16 550 000	7 500 000	450 000	-1 933 387

33 03 06	<i>Projeto-piloto — Avaliação do impacto de medidas legislativas relativas ao direito dos contratos</i>	3.1	p.m.	400 000	p.m.	p.m.				-400 000
33 03 07	<i>Projeto-piloto — Cobrança rápida e eficaz das dívidas pendentes de pequenas e médias empresas (PME) com atividades transfronteiriças</i>	3.1	2 000 000	1 500 000	—	750 000	-2 000 000			-750 000
33 03 08	<i>Projeto-piloto — Formação Judiciária Europeia</i>	3.1	1 500 000	750 000	p.m.	750 000	-1 500 000			
	<i>Capítulo 33 03 — Subtotal</i>		78 220 000	61 771 157	74 103 660	62 053 660	-4 116 340			282 503
33 04	Prevenção e informação em matéria de droga									
33 04 01	<i>Prevenção e informação em matéria de droga</i>	3.1	3 000 000	2 830 016	3 000 000	2 830 016				
	<i>Capítulo 33 04 — Subtotal</i>		3 000 000	2 830 016	3 000 000	2 830 016				
33 05	Estratégia política e coordenação									
33 05 01	<i>Prince — Espaço de liberdade, de segurança e de justiça</i>	3.1	2 800 000	2 377 214	2 900 000	2 400 000	100 000			22 786
33 05 02	<i>Apreciação e avaliação de impacto</i>	3.1	600 000	377 335	600 000	689 160				311 825
	<i>Capítulo 33 05 — Subtotal</i>		3 400 000	2 754 549	3 500 000	3 089 160	100 000			334 611
33 06	Igualdade									
33 06 01	<i>Antidiscriminação e diversidade</i>	1.1	21 000 000	17 237 770	22 283 000	17 730 623	1 283 000			492 853
33 06 02	<i>Igualdade dos géneros</i>	1.1	12 458 000	9 072 511	12 938 000	10 681 785	480 000			1 609 274
33 06 03	<i>Instituto Europeu para a Igualdade de Género</i>									
33 06 03 01	Instituto Europeu para a Igualdade de Género — Contribuição para os títulos 1 e 2	1.1	2 318 277	2 318 277	2 885 800	2 885 800	567 523			567 523
33 06 03 02	Instituto Europeu para a Igualdade de Género — Contribuição para o título 3	1.1	3 582 523	3 582 523	3 436 568	3 436 568	-145 955			-145 955
	<i>Artigo 33 06 03 — Subtotal</i>		5 900 800	5 900 800	6 322 368	6 322 368	421 568			421 568
33 06 04	<i>Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos em 2007</i>	1.1	—	—	—	—				
33 06 05	<i>Conclusão dos programas anteriores</i>	1.1	—	453 626	—	p.m.				-453 626
33 06 06	<i>Apoio ao custo de funcionamento da Plataforma das Organizações Não Governamentais Sociais Europeias</i>	3.2	p.m.	p.m.	—	—				—
33 06 07	<i>Projeto-piloto — Emprego de pessoas com perturbações do espectro do autismo</i>	1.1	—	300 000	—	p.m.				-300 000
	<i>Capítulo 33 06 — Subtotal</i>		39 358 800	32 964 707	41 543 368	34 734 776	2 184 568			1 770 069
	<i>Título 33 — Subtotal</i>		217 580 739	187 045 194	215 792 874	193 353 458	-1 787 865			6 308 264
	<i>40 01 40</i>		6 413 217 587 152	6 413 187 051 607			-6 413 -1 794 278			-6 413 6 301 851
40	Reservas									
40 01	Reservas para despesas administrativas									
40 01 40	<i>Reserva administrativa</i>		3 500 000	3 500 000	2 900 000	2 900 000	-600 000			-600 000
40 01 42	<i>Reserva para imprevistos</i>	5	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.				

	<i>Capítulo 40 01 — Subtotal</i>		3 500 000	3 500 000	2 900 000	2 900 000	-600 000	-600 000
40 02	Reservas para intervenções financeiras							
	<i>Dotações</i>							
40 02 40	<i>não diferenciadas</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Dotações</i>							
40 02 41	<i>diferenciadas</i>		146 316 025	148 935 997	169 041 985	121 941 985	22 725 960	-26 994 012
	<i>Reserva para ajudas de emergência</i>	4	258 937 000	90 000 000	264 115 000	110 000 000	5 178 000	20 000 000
40 02 42								
40 02 43	<i>Reserva para o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização</i>	1.1	500 000 000	p.m.	500 000 000	p.m.		
	<i>Capítulo 40 02 — Subtotal</i>		905 253 025	238 935 997	933 156 985	231 941 985	27 903 960	-6 994 012
40 03	Reserva negativa							
	<i>Reserva negativa (rubrica 3B — Cidadania)</i>	3.2	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
40 03 01								
40 03 02	<i>Reserva negativa (rubrica 4 — A UE como protagonista global)</i>	4	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Capítulo 40 03 — Subtotal</i>		p.m.	p.m.	p.m.	p.m.		
	<i>Título 40 — Subtotal</i>		908 753 025	242 435 997	936 056 985	234 841 985	27 303 960	-7 594 012
	Total		144 436 497 523	125 624 206 127	147 328 463 772	134 321 158 279	2 891 966 249	8 696 952 152
	Of which Reserves: 40 01 40, 40 02 41		149 816 025	152 435 997	171 941 985	124 841 985	22 125 960	-27 594 012

7. ALTERAÇÕES DE NOMENCLATURA ENTRE O ORÇAMENTO DE 2012 E O PROJETO DE ORÇAMENTO DE 2013

7.1. Apresentação geral das alterações de nomenclatura nos títulos e atividades

Domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»

- A atividade «Questões globais sobre a ação climática» (07 11) é transferida para a atividade «Questões globais sobre o ambiente e a ação climática» (07 02)

Domínio de intervenção «Administração da Comissão»

- As despesas relativas ao mobiliário da Comissão em Bruxelas e no Luxemburgo (antigo artigo XX 01 03 atribuído a diferentes domínios de intervenção) são transferidas para o domínio de intervenção «Administração da Comissão» (26 01).
- As despesas relativas a fornecimentos da Comissão em Bruxelas e no Luxemburgo (antigo artigo XX 01 03 atribuído a diferentes domínios de intervenção) são transferidas para o domínio de intervenção «Administração da Comissão» (26 01).

7.2. Apresentação geral das alterações de nomenclatura nas rubricas orçamentais

Orçamento de 2012 ⁽¹⁾	Projeto de orçamento de 2013	Rubricas do projeto de orçamento de 2013 ⁽²⁾	Ação
01 01 03 01	01 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Assuntos económicos e financeiros»	Parcialmente transferido
02 01 03	02 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Empresa»	Parcialmente transferido
02 02 05 05		Projeto-piloto — Medidas para promover a cooperação e parcerias entre micro, pequenas e médias empresas	Suprimido
02 02 06		Projeto-piloto — Regiões do conhecimento	Suprimido
15 04 51	02 02 17	Projeto-piloto — Desenvolvimento das regiões criativas europeias	Transferido
02 03 04	02 03 04 01	Apoio às atividades de normalização realizadas pelo CEN, CENELEC e ETSI	Transferido
	02 03 04 02	Apoio a organizações que representam as PME e as partes interessadas da sociedade em atividades de	Novo

		normalização	
07 03 71	02 03 05	Ação preparatória — RECAP: reciclagem a nível local das sucatas plásticas internas geradas pelas grandes regiões da União que se dedicam à conversão de polímeros	Transferido
03 01 03	03 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Concorrência»	Parcialmente transferido
04 01 03	04 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Emprego e assuntos sociais»	Parcialmente transferido
05 01 03	05 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Agricultura e desenvolvimento rural»	Parcialmente transferido
05 02 05 99	05 02 05 99	Outras medidas (açúcar)	Transferido
05 02 16 01			
05 02 12 05	05 02 12 99	Outras medidas (leite e produtos lácteos)	Transferido
05 02 12 06			
05 02 12 99			
	05 03 01 06	Pagamento específico para os frutos de baga	Novo
05 03 02 27	05 03 02 99	Outros (ajudas diretas)	Transferido
05 03 02 99			
05 02 16 02	05 07 01 07	Apuramento da conformidade das contas dos exercícios anteriores para despesas em gestão partilhada no âmbito do FEOGA, secção Garantia (medidas anteriores) e do FEAGA	Transferido
05 07 01 07			
06 01 03	06 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Mobilidade e transportes»	Parcialmente transferido
07 01 03	07 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»	Parcialmente transferido
07 02 01	07 02 01	Contribuição para acordos ambientais e climáticos multilaterais e internacionais	Transferido
07 11 01			
19 11 05	07 02 05	Preparatory action — Strategic environmental impact assessment on the development of the European Arctic	Transferido
07 03 05		Finalização do instrumento financeiro LIFE I (1991-1995) e LIFE II (1996-1999) — Projetos no território da União — Parte I (proteção da natureza) e parte II (proteção do ambiente)	Suprimido
07 13 04		Ação preparatória — Política marítima	Suprimido
08 01 03	08 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Investigação»	Parcialmente transferido
09 01 03	09 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Sociedade da informação e meios de comunicação»	Parcialmente transferido
11 01 03	11 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Assuntos marítimos e pescas»	Parcialmente transferido
12 01 03	12 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Mercado interno»	Parcialmente transferido
13 01 03	13 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Política regional»	Parcialmente transferido
	13 03 40	Instrumento de partilha de riscos financiado a partir da dotação do FEDER para a convergência	Novo
	13 03 41	Instrumento de partilha de riscos financiado a partir da dotação do FEDER para a competitividade regional e o emprego	Novo
	13 04 03	Instrumento de partilha de riscos financiado a partir da dotação do FC	Novo
14 01 03	14 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Fiscalidade e união aduaneira»	Parcialmente transferido
14 03 01		Cooperação aduaneira e assistência internacional — Conclusão dos programas anteriores	Suprimido
14 05 01		Conclusão dos anteriores programas Fiscais	Suprimido
15 01 03	15 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Educação e cultura»	Parcialmente transferido
15 02 29		Projeto-piloto — Cooperação entre institutos europeus de tecnologia	Suprimido
	15 04 70	Projeto-piloto — Casa da História Europeia	Novo
16 01 03 01	16 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação da Direção-Geral da Comunicação: sede	Parcialmente transferido
16 02 05		Projeto-piloto — Bolsas de investigação europeias a favor do jornalismo de investigação transfronteiras	Suprimido
16 05 04		Conclusão dos programas/ações anteriores no domínio da participação cívica	Suprimido
	16 05 07 02	2013 — Ano Europeu dos Cidadãos	Novo
17 01 03 01	17 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»: sede	Parcialmente transferido
17 01 04 06		Projeto-piloto — Desenvolvimento de métodos de produção de animais mais respeitadores do seu bem-estar	Suprimido

17 03 02		Fundo Comunitário do Tabaco — Pagamentos diretos efetuados pela União	Suprimido
18 01 03	18 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Assuntos internos»	Parcialmente transferido
	18 02 12	Schengen Facility for Croatia	Novo
19 01 03 01	19 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do «Serviço dos Instrumentos de Política Externa»	Parcialmente transferido
19 06 04 01	19 06 04	Assistência no domínio nuclear	Transferido
19 06 04 02			
20 01 03 01	20 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação da Direção-Geral do Comércio	Parcialmente transferido
21 01 03 01	21 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação da Direção-Geral do Desenvolvimento e da Cooperação — EuropeAid	Parcialmente transferido
22 01 03 01	22 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação da Direção-Geral do Alargamento	Parcialmente transferido
	22 02 11	Instrumento de Transição para reforço institucional após a adesão	Novo
23 01 03	23 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Ajuda humanitária»	Parcialmente transferido
25 01 03	25 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Coordenação das políticas da Comissão e aconselhamento jurídico»	Parcialmente transferido
26 01 03	26 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Administração da Comissão»	Parcialmente transferido
	26 01 12	Sínteses da legislação da UE	Novo
01 01 03 01	26 01 22 04	Despesas com equipamento e mobiliário em Bruxelas	Parcialmente transferido
02 01 03			Parcialmente transferido
03 01 03			Parcialmente transferido
04 01 03			Parcialmente transferido
05 01 03			Parcialmente transferido
06 01 03			Parcialmente transferido
07 01 03			Parcialmente transferido
08 01 03			Parcialmente transferido
09 01 03			Parcialmente transferido
11 01 03			Parcialmente transferido
12 01 03			Parcialmente transferido
13 01 03			Parcialmente transferido
14 01 03			Parcialmente transferido
15 01 03			Parcialmente transferido
16 01 03 01			Parcialmente transferido
17 01 03 01			Parcialmente transferido
18 01 03			Parcialmente transferido
19 01 03 01			Parcialmente transferido
20 01 03 01			Parcialmente transferido
21 01 03 01			Parcialmente transferido
22 01 03 01			Parcialmente transferido

23 01 03			Parcialmente transferido
25 01 03			Parcialmente transferido
26 01 03			Parcialmente transferido
26 01 22 04			Transferido
27 01 03			Parcialmente transferido
28 01 03			Parcialmente transferido
29 01 03			Parcialmente transferido
31 01 03 01			Parcialmente transferido
32 01 03			Parcialmente transferido
33 01 03			Parcialmente transferido
XX 01 03 01 03			Parcialmente transferido
01 01 03 01	26 01 22 05	Serviços, fornecimentos e outras despesas de funcionamento em Bruxelas	Parcialmente transferido
02 01 03			Parcialmente transferido
03 01 03			Parcialmente transferido
04 01 03			Parcialmente transferido
05 01 03			Parcialmente transferido
06 01 03			Parcialmente transferido
07 01 03			Parcialmente transferido
08 01 03			Parcialmente transferido
09 01 03			Parcialmente transferido
11 01 03			Parcialmente transferido
12 01 03			Parcialmente transferido
13 01 03			Parcialmente transferido
14 01 03			Parcialmente transferido
15 01 03			Parcialmente transferido
16 01 03 01			Parcialmente transferido
17 01 03 01			Parcialmente transferido
18 01 03			Parcialmente transferido
19 01 03 01			Parcialmente transferido
20 01 03 01			Parcialmente transferido
21 01 03 01			Parcialmente transferido
22 01 03 01			Parcialmente transferido
23 01 03			Parcialmente transferido

25 01 03			Parcialmente transferido
26 01 03			Parcialmente transferido
26 01 22 05			Transferido
27 01 03			Parcialmente transferido
28 01 03			Parcialmente transferido
29 01 03			Parcialmente transferido
31 01 03 01			Parcialmente transferido
32 01 03			Parcialmente transferido
33 01 03			Parcialmente transferido
XX 01 03 01 04			Parcialmente transferido
26 01 40 02	26 01 22 06	Vigilância de imóveis em Bruxelas	Transferido
01 01 03 01	26 01 23 04	Despesas com equipamento e mobiliário no Luxemburgo	Parcialmente transferido
02 01 03			Parcialmente transferido
03 01 03			Parcialmente transferido
04 01 03			Parcialmente transferido
05 01 03			Parcialmente transferido
06 01 03			Parcialmente transferido
07 01 03			Parcialmente transferido
08 01 03			Parcialmente transferido
09 01 03			Parcialmente transferido
11 01 03			Parcialmente transferido
12 01 03			Parcialmente transferido
13 01 03			Parcialmente transferido
14 01 03			Parcialmente transferido
15 01 03			Parcialmente transferido
16 01 03 01			Parcialmente transferido
17 01 03 01			Parcialmente transferido
18 01 03			Parcialmente transferido
19 01 03 01			Parcialmente transferido
20 01 03 01			Parcialmente transferido
21 01 03 01			Parcialmente transferido
22 01 03 01			Parcialmente transferido
23 01 03			Parcialmente transferido

25 01 03			Parcialmente transferido
26 01 03			Parcialmente transferido
26 01 23 04			Transferido
27 01 03			Parcialmente transferido
28 01 03			Parcialmente transferido
29 01 03			Parcialmente transferido
31 01 03 01			Parcialmente transferido
32 01 03			Parcialmente transferido
33 01 03			Parcialmente transferido
XX 01 03 01 03			Parcialmente transferido
01 01 03 01	26 01 23 05	Serviços, fornecimentos e outras despesas de funcionamento no Luxemburgo	Parcialmente transferido
02 01 03			Parcialmente transferido
03 01 03			Parcialmente transferido
04 01 03			Parcialmente transferido
05 01 03			Parcialmente transferido
06 01 03			Parcialmente transferido
07 01 03			Parcialmente transferido
08 01 03			Parcialmente transferido
09 01 03			Parcialmente transferido
11 01 03			Parcialmente transferido
12 01 03			Parcialmente transferido
13 01 03			Parcialmente transferido
14 01 03			Parcialmente transferido
15 01 03			Parcialmente transferido
16 01 03 01			Parcialmente transferido
17 01 03 01			Parcialmente transferido
18 01 03			Parcialmente transferido
19 01 03 01			Parcialmente transferido
20 01 03 01			Parcialmente transferido
21 01 03 01			Parcialmente transferido
22 01 03 01			Parcialmente transferido
23 01 03			Parcialmente transferido
25 01 03			Parcialmente transferido

26 01 03			Parcialmente transferido
26 01 23 05			Transferido
27 01 03			Parcialmente transferido
28 01 03			Parcialmente transferido
29 01 03			Parcialmente transferido
31 01 03 01			Parcialmente transferido
32 01 03			Parcialmente transferido
33 01 03			Parcialmente transferido
XX 01 03 01 04			Parcialmente transferido
26 01 40 01	26 01 40	Segurança e acompanhamento	Transferido
27 01 03	27 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Orçamento»	Parcialmente transferido
28 01 03	28 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Auditoria»	Parcialmente transferido
29 01 03	29 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Estatísticas»	Parcialmente transferido
	29 01 04 05	Programa Estatístico Europeu 2013-2017 – Despesas de gestão administrativa	Novo
	29 02 05	Programa Estatístico Europeu 2013-2017	Novo
31 01 03 01	31 01 03 01	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Serviços linguísticos»	Parcialmente transferido
32 01 03	32 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Energia»	Parcialmente transferido
33 01 03	33 01 03	Despesas relativas a equipamento e serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação do domínio de intervenção «Justiça»	Parcialmente transferido
XX 01 03 01 03	XX 01 03 01 03	Equipamento em matéria de tecnologias da informação e comunicação	Parcialmente transferido
XX 01 03 01 03	XX 01 03 01 04	Serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação	Parcialmente transferido
XX 01 03 01 04	XX 01 03 01 04	Serviços em matéria de tecnologias da informação e comunicação	Parcialmente transferido

(1) O orçamento de 2012 inclui o orçamento retificativo n.º 1 e os projetos de orçamentos retificativos n.º 2 e n.º 3.

(2) Exceto para as rubricas orçamentais suprimidas em 2013, para as quais a designação corresponde à do orçamento de 2012.

Document III

Changes in budgetary remarks and establishment plan staff tables

8. CHANGES IN BUDGETARY REMARKS

9. CHANGES IN ESTABLISHMENT PLAN STAFF TABLES

Document IV

Human resources and decentralised administrative appropriations for 2013

10. 2013 COMMISSION HUMAN RESOURCES – GETTING THE BEST FROM STABLE HUMAN RESOURCES

The Commission remains more than ever committed to address the challenges of the 21st century by optimizing the tools and procedures of the Lisbon Treaty and to deliver on the targets of the **Europe 2020 strategy for smart, sustainable and inclusive growth**. As the date of future accessions remains unknown, the Commission statement of estimates for 2012 (hereafter ‘Draft Budget’ or ‘2012 DB’) does not comprise any request for additional resources but remains in line with the Commission commitment to meet all staffing needs up to 2013 under **constant resources** as announced in the ‘screening’ of human resources exercise⁷⁸. In this context, delivering on the EU agenda and ambition will more than ever require **redeployment efforts**.

For the third year on a row, the Commission **requests no new posts** and maintains a stable level of establishment plan posts.

This **zero-growth of human resources** concerns both establishment plan posts and appropriations for external personnel, with the only two possible exceptions announced in the screening exercise relating to, respectively, appropriations for external personnel financed under former ‘BA’ lines to manage de-concentrated external aid actions in delegations, and linguistic services where necessary to adjust to demand.

Optimizing the new competences received under the **Lisbon Treaty** in order to serve the **Europe 2020 strategy**⁷⁹ in a context of zero-growth of human resources requires a sustained effort of rationalization, reprioritisation and more creative arrangements illustrated by:

- The constitution of a **pool of redeployment between services** providing thus far **101 posts for reallocation in 2012** as a result of the return of previous temporary allocations, posts freed as a result of tasks transferred to other bodies, synergies derived from specific exercises and requested transformations of non-allocated appropriations for external personnel into posts;
- A sustained effort of **internal redeployment** within services (**some 480 posts**) to sustain operational activities, concentrating in particular resources on **policy making** profiles;
- The continued effort to **adjust the structure of establishment plan posts** linked to the reduction of clerical tasks as a result of IT developments and the growing need for administrators. The 2012 DB request will follow up on this trend by requesting, under constant resources, a budgetary neutral upgrading of some **294** existing establishment plan posts;
- The request in the 2012 DB to **transform appropriations of external personnel into establishment plan posts** up to the reserve transformation of posts into appropriations for external personnel (11 conversions of former D-posts as agreed in the framework of the reform of the Staff Regulations and 31 posts from the administrative offices as agreed on their creation). These transformations aim at correcting the potential unbalance reported by the Court of Auditors between external personnel and officials to supervise them in the external aid sector as well as the necessity to ensure the required stability of staff in the audit field.
 - Further **temporary allocation of tasks for non permanent activities** between and within services to allow for rapid reaction to new challenges and optimal adjustments between higher peaks and

78 *‘Planning & optimising Commission human resources to serve EU priorities’*, (SEC(2007)530) of 24.04.2007), expressly established under the baseline scenario of a stable financial framework, a stable linguistic regime and stable competencies for the Commission.

79 *‘Innovation Union’*, *‘Youth on the move’*, *‘A digital agenda for Europe’*, *‘Resources efficient Europe’*, *‘An industrial policy for the globalisation era’*, *‘An agenda for new skills and jobs’* and *‘European Platform against poverty’* as set out in the Communication of 03/03/2010 *‘Europe 2020 – A strategy for smart, sustainable and inclusive growth’* (COM(2010)2020).

relative troughs of workload to make the most of existing resources⁸⁰.

11. 2013 PRE-ALLOCATION ON THE OPERATING BUDGET

11.1. Establishment plan posts (operating budget – Commission & Offices)

11.1.1. *Serving needs by internal redeployment*

Notwithstanding the internal reorganisation conducted at the beginning of its mandate which affected some 1 730 posts, the creation of the European External Action service which implied the transfer of 1 114 posts, the split of former DG JLS into DG HOME and JUST and the transfer of the non discrimination policy to the latter (another series of movements affecting some 200 posts) or else the reorganisation and reinforcement of DG ECFIN to ensure appropriate monitoring of Member States economic and financial situation affecting another 230 posts, Commission departments, including requested upgradings of AST into AD posts, reported an intention to redeploying internally almost 480 posts, with a particular emphasis on policy making profiles.

At this stage, 101 posts are foreseen to become available to the Commission pool of redeployment for a 2012 allocation at year end based upon:

- **50** posts due to return to the pool at the end of **temporary allocations**,
- **1** post returning to the pool as a result of **tasks delegated to an executive agency**,
- **35** posts resulting from the synergies to be derived from the merge of DG AIDCO and DG DEV⁸¹ into DG DEVCO,
- **15** transformations of unallocated appropriations for external personnel into posts requested in the 2012 DB.

Based on a prudent approach to a rapidly evolving environment in order to allow for swift response to possible economic and political developments in Europe and the South Mediterranean area, the following pre-allocation 2012 is foreseen at this stage, notwithstanding the immediate complementary allocation 2011 summarized in document V bis to the present statement of estimates:

- **30 posts** to be allocated in order to:
 - Renew temporary reinforcement of departments most affected by the workload linked to the enhanced economic and financial monitoring and counsel to Members States;
 - Pursue accession negotiations with Iceland;
 - And adjust staffing needs to the actual workload deriving from the deployment of new areas of exclusive competence in accordance with the Lisbon Treaty, notably with regards to trade policy and civil protection.
- **72 posts** to be provisionally kept in reserve until the 2012 Final Allocation at year end.

80 E.g. the regular redeployment policy called '*décloisonnement*' in DG COMP linked to the evolution of activity and cases to be handled, the mechanism of temporary internal transfers named 'floaters' to face temporarily heavier workload in ECHO, multiple interservices and internal task force or else the wide-spread constitution of pools of contract agents to replace absent personnel.

81 Administrative and budgetary decision taken by the Commission in its 1934th meeting of 27/10/2010.

- Tables 1 to 3 reproduced in Annex summarise resulting post allocation (including returns due) by Commission department.

11.1.2. Changes in the establishment plan of the Commission (see tables 11.1 and 11.2 in Annex)

11.1.2.1. Adjusting staff structure to future needs

The 2007 screening report had already revealed a need to adapt the existing staff structure in terms of function groups (administrators/assistants). For 2012, Commission services reported the need to adjust the AD/AST mix, notably due to further reduction in clerical tasks replaced by IT facilities and a growing need for more political strategic and expert profiles. As a result, and in the view of making the operation neutral in budgetary terms, the Commission requests the upgrade of **236 AST6 into 236 AD5** posts on the Commission establishment plan.

11.1.2.2. Career policy measures

In order to follow the career policy measures applied by the Commission (Article 6 of the new Staff Regulations and, for officials recruited before 1st May 2004, Articles 6, 9 and 10 of Annex XIII), the following conversions will be requested for 2012:

AD16			AST11	+30
AD15			AST10	+60
AD14	+57		AST9	+55
AD13	+399		AST8	+75
AD12	-390		AST7	-105
AD11	-22		AST6	+310
AD10	+115		AST5	+30
AD9	-110		AST4	-135
AD8	+165		AST3	+115
AD7	+110		AST2	+5
AD6	+245		AST1	-440
AD5	-569			

11.1.2.3. Transformation of some former D-category posts into appropriations for contract agents

In accordance with the principles approved in the last revision of the Staff Regulations, a certain number of former D* posts will be transferred into appropriations. This allows the Commission to recruit contract agents as referred to in article 3a of the Conditions of Employment of Other Servants ('CEOS') in Function Group I.

Accordingly, the modifications requested to the establishment plan for 2012 include the conversion of **11 posts**: 2 AST7, 2 AST6, 5 AST5 and 2 AST4, into appropriations for contract agents already advanced in 2010 and for which posts are currently frozen. It also includes some posts for which the conversion is already planned further in 2011.

11.1.2.4. Transformation of appropriations for external personnel into posts of the Commission establishment plan

In order to secure sufficient staff stability to perform different specialised tasks, in particular in the financial management of external aid action programmes and audit as well as for further redeployment, the Commission request the transformation of appropriations corresponding to 42 contract agents (Function Group IV) into establishment plan posts.

These posts are requested in function group AST, that is to say the same function group as those posts reduced in the establishment plans of the Offices (31 AST posts) or in the Commission (11 former D* posts). The split is as follows:

AST10	1
-------	---

AST8	5
AST7	2
AST6	8
AST5	13
AST4	11
AST3	2
Total	42

11.1.2.5. Conversion of temporary and permanent posts

Based on its assessment of needs, the Commission proposes to convert 1 AD14 and 1 AD12 temporary posts into permanent posts. In parallel, in order to secure outside expertise to develop its knowledge-base, EPSO has an interest in converting 2 permanent posts into 2 temporary posts (see point 2.1.3.3 below).

11.1.3. Changes in the establishment plans of the offices (see tables 11 in Annex)

11.1.3.1. Adjusting staff structure to future needs

As the Commission, several offices experience a need for adjusting their AD/AST mix, in particular to reinforce internal control and supervision. As a result, and in the view of making the operation neutral in budgetary terms, the Commission requests the transformation of 17 AST6 into 17 AD5 posts, broken down as follows in their respective establishment plan:

OP: 4 AST6 into 4 AD5
EPSO: 2 AST6 into 2 AD5
OIB: 6 AST 6 into 6 AD5
OIL: 2 AST 6 into 2 AD5
PMO: 3 AST 6 into 3 AD5

11.1.3.2. Career policy measures

The administrative offices, EPSO and OPOCE will rely on the Commission to cover their promotion needs as explained under point 2.1.4 below (technical exchanges with the Commission establishment plan).

In the case of OLAF, the establishment plan also includes the estimated number of posts needed to cover the promotions in accordance with the Staff Regulations (see table 11.6 and 11.7 in Annex).

11.1.3.3. Conversion of temporary and permanent posts

In order to ensure outside expertise in EPSO, it is proposed to convert 2 permanent posts: 1 AD13 and 1 AD8 into 2 temporary posts.

11.1.3.4. Transformation of posts into appropriations for contract agents

In accordance with the Communication of 06/11/2002 relating to the creation of the administrative offices⁸², the establishment plans of the administrative offices will consolidate the conversion of posts into appropriations for contract agents. Accordingly, it is proposed to reduce the establishment plan posts of the Offices by 31 AST posts (OIB: - 17, OIL: - 9, PMO: - 5), for which the transformation into appropriations has already been made in 2010.

82 Communication from Mr. Neil Kinnock: 'Creation of three administrative Offices' Doc C(2002) 4367f, 4368f and 4369 final of 6th November 2002.

11.1.4. *Transfer of activities and other technical adjustments between establishment plans (Commission and offices)*

For 2012, the agreed transfer of certain activities between services results in the following movements of posts between establishment plans:

- 2 AD5 return from PMO to the Commission at the end of a temporary reinforcement granted to absorb transfer of pension right (1 return still due);
- The Commission redeploys 5 posts to PMO to enable PMO to take over the payment of Commission contract agents in delegations (a tasks previously assumed by RELEX K4 now transferred to the EEAS);
- Staff mobility of one mail clerk entail the movement of 1 AST5 post from the Commission (DG HR) to OIB.

Besides, technical adjustments between the Commission establishment plan and the establishment plan of the Offices are necessary to regularise the movements of posts that occurred in 2010, resulting from both the promotion exercise and the mobility of officials⁸³. The corresponding adjustments are detailed in table 11.1 reproduced in Annex for the Commission and tables 11.5 to 11.12 for the offices concerned.

11.2. **Decentralised administrative appropriations under heading 5 of the multiannual financial framework (MFF) – the so-called ‘global envelope’**

The pre-allocation of decentralised administrative appropriations under heading 5 of the MFF (known as the ‘global envelope’) is presented in Annex (see tables 4 to 7).

In a context in which Member States have and/or are cutting on administrative expenditure in their national budgets, the 2012 budget request for these lines (XX 010201 and XX 010211) **decreases by 4,6 %** in order to reach the Commission's effort to budget consolidation consisting in limiting the overall budget request for Heading 5.

The most important savings (other than adjustment of appropriations to past implementation records) concern administrative sub-posts **which decrease globally by 6,5 %**. Most sub-posts of external personnel (contract agents and agency staff (*intérimaires*)) remain relatively stable, as they benefit from the estimated salary adjustment of 0,9%. Cuts on external personnel concern seconded national experts (SNEs) and technical assistance which decrease respectively by 4,5% and 3,7%. Resulting appropriations should however enable a number of temporary allocations of external personnel (*e.g.* to manage the European Economic Recovery Plan, regularization of Commission copyrights and media monitoring, the Food Facility, the Banana Accompanying measures, the Emergency Response Centre and support to the Turkish Cypriote community as well as to cope with the administrative workload linked to the application of Iceland).

11.2.1. *External personnel of the global envelope*

2012 overall appropriations for external personnel (EUR 128,31 million including expected salary adjustment) decrease by almost 3,0 million (- 2,27%) as a result of the expected salary adjustment (+ 0,9 %), coupled with reduction in appropriations corresponding to 26 external personnel linked to above mentioned 42 transformations

83 This procedure is described in decisions taken in 1980 on the exchange of posts between the Commission's Operating Establishment Plan and that of the Publications Office (OP), to take into account the promotion of OPOCE officials and the mobility in the previous year. To regularise the effective movements of posts, a technical adjustments in the corresponding Establishment plans is made, by means of an exchange of posts between the Commission Operating Establishment Plan and that of OP. The same procedure is also applied to the Administrative Offices (OIB, OIL, PMO) and EPSO.

of appropriations into posts, reduction in SNEs (EUR -1,8 million) and reduction in technical assistance (EUR -0,5 million).

The Commission also pursues implementation of the replacement mechanism for long-term absences in accordance with the policy set out following the reform of the Staff Regulations⁸⁴. This dedicated pre-allocation accounts for some EUR 18,6 million in 2012 corresponding to an estimate of 514 FTE, based on provisional average standard cost⁸⁵. This amount has been pre-allocated to services according to the 2010 absences statistics recorded in SYSPER2, weighted against past allocations and past implementation of the envelope. Table 6 in Annex details appropriations for replacement purposes as pre-allocated to each DG.

11.2.2. Other decentralised administrative appropriations of the global envelope

The sub-posts of the global envelope for IT development remains stable. So does the sub-post for committees, which underwent a severe horizontal cut from the budget authority in 2011, sometimes below the level of 2010 implementation for some services. All other sub-posts undergo the abovementioned reductions as follows: EUR -4 million (-6,7%) on missions, EUR -2,1 million (-9,7%) on meetings, EUR -0,4 million (-5%) on conferences, EUR -1,5 million (-15,7%) on studies, EUR -0,95 million (-11%) for centralised training (including language courses) and EUR -1,2 million (-14,7%) for decentralised training.

In total, other decentralised administrative appropriations (missions, meetings and conferences, committees, studies, training, development of information systems) decrease by 6,5% from EUR 157,2 million in 2011 to EUR 147 million in 2012 (see table 7 in Annex).

11.3. Other external personnel financed under heading 5 of the MFF

Outside the global envelope, other external personnel financed under heading 5 of the MFF (detailed in tables 4 and 9 in Annex) include freelance interpreters (SCIC), freelance translators (DGT) and external personnel in the offices and representations offices in the Member States. Appropriations for 2012 amount to EUR 105,5 million, accounting for an estimate of 2 099 FTE. The variation compared to 2011 (a decrease of EUR 1,2 million with an estimated increase of 16 FTE) results from several adaptations between categories and function groups.

11.4. Other external personnel financed under operational budget lines (former BA lines)

In 2000, the Commission committed to the following⁸⁶:

- To phase out a number of Technical Assistance Offices (the so-called ‘BATs’) and, for a limited number of them, to integrate their activities in its services. For these very specific cases, the budgetary authority allowed the Commission to temporarily finance external personnel at headquarters through a specific budgetary comment establishing a sub-ceiling under the operational lines of the programmes concerned (the so-called former ‘BA lines’). These authorisations are without prejudice to the so-called ‘mini budgets’ whereby Structural Funds may historically finance external personnel from the operational appropriations concerned.
- To improve the management of external aid through the de-concentration policy. To this end, the budgetary authority allowed the Commission to finance external personnel in delegations from the operational lines of the programmes concerned.

In the 2012 DB, the evolution of external personnel financed under operational budget lines (detailed in table 8 in Annex) may be summarised as follows.

84 C(2005) 4754 of 9 December 2005.

85 Based on the standard cost of Function Group II contract agents.

86 Amending Letter 1/2001, SEC(2000)1363 final of 04/09/2000.

At headquarters, the total amount available for external personnel, as earmarked by the sub-ceilings, remains **stable** at EUR 38,3 million as a result of the freeze of appropriations.

In delegations, the total amount available for external personnel **increases by 4,0 %** from EUR 178 million in 2011 to EUR 185,2 million in 2012, i.e. an *estimated* increase of 49 FTE resulting from the following evolution.

- With regard to the **management of external aid programmes**, the volume of which slightly increases in appropriations to be managed, with heavy contractual obligations to be monitored, additional appropriations for an estimated number of 32 extra FTE of external personnel are requested (*i.e.* an increase of EUR 4.8 million), in line with the initial projection announced in the financial statements accompanying the Commission legislative proposals for 2007-2013 basic acts concerned recalled in the 2007 screening report⁸⁷. This increase is justified by the following elements:
 - Based on substantially increased 2011 average costs taking account of increased security, a further adjustment of + 0,9 % expected on salaries (DB 2012 hypothesis for salary adjustment) and a + 1,6 % inflation increase on infrastructure in delegations (as for heading 5 appropriations in delegations);
 - An estimate of 12 additional FTE to manage the increase in appropriations under the European Neighbourhood and Partnership Instrument (ENPI);
 - An estimate of 2 additional FTE to face the increase in appropriations to be managed with numerous NGOs under the European Instrument for Democracy and Human Rights;
 - And an estimate of 18 additional FTE to ensure proper sound financial management of the great number of grants of small amount under the Development Cooperation Instrument;
- With regard to the **pre-accession instrument** which undergoes a substantial evolution in appropriations to be managed from 2011 to 2012 in line with the financial programming (+ 14 %):
 - An increase (+EUR 195 000) of the sub-ceiling under line 04 01 04 13 ‘Instrument for Pre-Accession assistance’ corresponding to an estimate of 2 additional FTE taking account of the evolution of the instrument;
 - An increase (+ EUR 1 756 500) of the sub-ceiling under line 13 01 04 02 corresponding to an estimate of 15 additional FTE, taking account of the evolution of the instrument and reinforcement required in the delegations of the new candidate countries.

12. 2013 PRE-ALLOCATION ON THE RESEARCH BUDGET

12.1. Indirect Research

12.1.1. Adjusting staff structure to future needs

The Commission statement of estimates for 2012 integrates a modification of the establishment plan for research indirect action in order to upgrade 16 AST6 into 16 AD 5, respectively for INFSO (8), RTD (6) and MOVE (2)

87 'Planning and optimising Commission human resources to serve EU priorities' - SEC(2007)530 of 24/04/2007 – Footnote 17 'In accordance with the financial statements attached to the basic acts for the period 2007-2013, a maximum of some 775 FTE was estimated necessary compared to actual staffing level on BA lines in April 2006. Compared to the resources budgeted for 2007, this could lead to an increase of up to 500 FTE over the period depending on the management mode chosen'.

(see table 11.4 reproduced in Annex) so as to upgrade the work profile of staff dedicated to the follow up of indirect research activities.

12.1.2. Career policy measures

The 2012 statement of estimate for the Commission also integrates a modification to the establishment plan of the indirect research budget in order to follow career policy measures (Article 6 of the Staff Regulations) applied by the Commission. In 2010, the Commission applied the same promotion threshold to all staff across its different establishment plans. While the promotion rate was within the statutory provisions at Commission level, the over-proportional representation of staff of AD12 grade on the indirect research establishment plan could translate into an over-occupation at AD13 grade in 2011. In order to allow for this, the Commission is currently requesting application of the flexibility foreseen under Article 47 of the Financial Regulation. This amendment is duly factored into the establishment plan requested for 2012 (see table 11.4 reproduced in Annex).

12.1.3. External personnel (XX 01 05 02)

For 2012, appropriations for external personnel under the Research budget (XX 01 05 lines) decrease by 2,7 % from EUR 48,6 million to EUR 47,3 million. This results in an estimate of 867 FTE available to the Research DGs concerned (see tables 9 & 10 on the overall pre-allocation of human resources by Commission services reproduced in Annex). The relative decrease (estimated at - 24 FTE) is parallel to the gradual increase in staffing of the 2 executive agencies managing externalised FP7 programmes.

12.2. Direct Research

12.2.1. Adjusting staff structure to future needs

The Commission statement of estimates for 2012 integrates a request to upgrade 25 AST6 into 25 AD5 in the establishment plan of the Joint Research Centre in order to upgrade the work profile of staff dedicated to the research activities (see table 11.3 reproduced in Annex).

12.2.2. Career policy measures (budget line 10 01 05 01)

The 2012 establishment plan requested for the Joint Research Centre plan also reflects modifications requested to follow career policy measures in accordance with Article 6 of the new Staff Regulations as applied by the Commission (see table 11.3 in Annex).

12.2.3. External personnel (budget line 10 01 05 02)

For 2012, appropriations for external personnel under budget line 10 01 05 02 increase from EUR 41,6 million in 2011 to EUR 43,0 million, accounting for an *estimate* of 789 FTE available to JRC (see tables 9 and 10 in Annex). This situation is due to the increased budget for direct research to be managed under the 7th Research Framework Programme.

13. OVERALL PRE-ALLOCATION OF HUMAN RESOURCES BY SERVICE FOR 2013

Tables 9 and 10 in Annex summarise the overall pre-allocation of human resources (posts and estimated full time equivalent units (FTE) of external personnel financed under all headings of the MAFF) by Commission service for 2012.

14. HUMAN RESOURCES REQUESTED IN EXECUTIVE AGENCIES

Six executive agencies are financed from chapters XX 01 04. The 2012 DB includes appropriations on the respective operational lines to cover the following staffing requirements:

- ‘Education, Audiovisual and Culture Executive Agency’ (EACEA): the establishment plan of the agency includes 103 posts (of which 34 seconded from the Commission) and an estimated total of 313 contract agents are planned;
- ‘Executive agency for Competitiveness and Innovation’ (EACI): the establishment plan of the agency includes 37 posts, of which 11 seconded from the Commission. In addition, an estimated total of 121 contract agents are planned;
- ‘Executive agency for Health and Consumers’ (EAHC): the establishment plan of the agency includes 12 posts, of which 7 seconded from the Commission. In addition, an estimated total of 38 contract agents are planned;
- ‘Trans-European Transport Network Executive Agency’ (TEN-T EA): the establishment plan of the agency would include 33 posts, of which 7 seconded from the Commission. In addition, an estimated total of 66 contract agents are planned;
- ‘European Research Council Executive Agency’ (ERCEA): the establishment plan of the agency includes 100 posts, of which 14 seconded from the Commission. Furthermore, the executive agency plans to have an estimated number of 281 contract agents and 8 Seconded National Experts (SNE) ;
- ‘Research Executive Agency’ (REA): the establishment plan of the agency includes 128 posts, of which 26 seconded from the Commission. Furthermore, the executive agency plans to have an estimated number of 385 contract agents.

For the executive agencies, posts of officials seconded from the Commission are frozen in the Commission establishment plan in accordance with the regulation on executive agencies. A corresponding number of posts are therefore without budgetary coverage in the Commission establishment plan for the year concerned (‘*Abatement agences exécutives*’).

Any decrease in the number of Commission officials seconded to Executive Agencies leads to posts being freed for redeployment within the Commission, as the activities for which these posts were granted no longer exist in the Commission (one more post will be freed in 2012 by DG ENV for an activity now performed by EACI).

15. TECHNICAL

ANNEXES

Index	
Table 1	2012 DB pre-allocation of Establishment Plan Posts – Commission
Table 2	2012 DB - Returns by Commission services due by 1/1/2012
Table 3	2012 DB - Outstanding temporary allocations due to return in the years to come
Table 4	2012 DB - Appropriations for external personnel under all headings of the MAFF
Table 5	2012 DB - Appropriations for external personnel of the «global envelope»
Table 6	2012 DB - Additional appropriations for the replacement of absent personnel
Table 7	2012 DB - Other decentralised administrative appropriations of the global envelope
Table 8	2012 DB - Appropriations for external personnel authorised on former «BA lines»
Table 9	2012 DB - Overall human resources available to Commission services excluding structural surcharge
Table 10	2012 DB - Overall human resources available to Commission services including structural surcharge
Table 11	2012 DB - Proposed modifications to the Establishment plans

Table 11.1	SECTION III - Commission without Offices - Permanent posts
Table 11.2	SECTION III - Commission without Offices - Temporary posts
Table 11.3	RESEARCH BUDGET - Direct actions (JRC) - Permanent posts
Table 11.4	RESEARCH BUDGET - Indirect actions - Permanent posts
Table 11.5	Publications Office (OP) - Permanent posts
Table 11.6	European Anti-Fraud Office (OLAF) – Permanent posts
Table 11.7	European Anti-Fraud Office (OLAF) – Temporary posts
Table 11.8a	European Personnel Selection Office (EPSO) - Permanent posts
Table 11.8b	EPSO of which European Administrative School
Table 11.9	European Personnel Selection Office (EPSO) - Temporary posts
Table 11.10	Office for «Infrastructures and Logistics in Brussels» (OIB) - Permanent posts
Table 11.11	Office for «Infrastructures and Logistics in Luxembourg» (OIL) - Permanent posts
Table 11.12	Office for Administration and Settlement of Individual Entitlements (PMO) - Permanent posts

Document IVbis

Complementary allocation of human resources for 2012

16. BACKGROUND

When adopting the allocation of human resources and decentralised administrative expenditure for 2011⁸⁸, the Commission decided to keep 10 posts in reserve in order to cater for unforeseen needs requiring additional resources in the course of 2011. The present decision constitutes the final adjustment to the 2011 allocation through the allocation of this reserve.

Since the end of 2010, a number of unforeseen needs have arisen and require rapid reinforcement of the services concerned in order to allow the Commission to deliver on its most prominent initiatives and to meet its regulatory mandates in terms of budget management and internal audit.

The resulting complementary allocation 2011 and its duration are spelt out below for each of the three services concerned.

Posts will be made available upon adoption of the present decision taking account of function groups currently unoccupied in the 2011 establishment plan.

17. RESULTING ALLOCATION

17.1. Allocation of the 10 posts in reserve

Commission services concerned	2011 Complementary Allocation	SPLIT		End date
		AD	AST	
CLIMA	5	5		31/12/2012
FPI	4	3	1	No end date
IAS	1	1		31/12/2013
Total	10	9	1	

17.2. Justification by DG

17.2.1. DG CLIMA

The temporary allocation aims at ensuring timely and secure deployment of the Emission Trading System (ETS)

platform by the start of the 3rd trading period on 1 January 2013. It follows on the recently organised cyber-attacks on Member States' national registries, which demonstrated the need for an in-depth reinforcement of the security aspects of the future EU Transaction Log and Community Registry whilst reducing dependence on external service providers in view of the sensibility of the issue.

17.2.2. FPI

Following the entry into force of the Lisbon Treaty, and in particular the creation of the European External Action Service (EEAS) with related transfer of Commission staff, some further fine-tuning is necessary to resolve staffing difficulties in the service responsible for the financial implementation of Foreign Policy instruments (FPI). In this context, a complementary allocation of 4 posts is therefore granted to FPI without end date.

17.2.3. IAS

Pending revision foreseen in 2013, Articles 85 and 186a of the Financial Regulation, as modified by Regulation 1081/2010 as regards the EEAS, oblige the Commission internal auditor to act as the internal auditor of the EEAS in respect of the implementation of the EEAS section of the budget. A temporary reinforcement of 1 post is granted to this effect.

Document II

Financial Programming 2013 (Provisional figures)

18. INTRODUÇÃO

De acordo com o ponto 46 do Acordo Interinstitucional, de 17 de Maio de 2006, sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (AI)⁸⁹, a programação financeira das acções da UE é estabelecida no momento da adopção do projecto de orçamento. Esta programação financeira abrange o período 2007-2013 do quadro financeiro plurianual.

Os quadros da programação financeira apresentados à autoridade orçamental em Janeiro de 2011, na sequência da adopção do orçamento de 2011, foram actualizados de modo a reflectir a evolução registada desde então. A programação financeira continua a ser de carácter indicativo e, enquanto tal, não condiciona qualquer decisão que a Comissão ou a autoridade orçamental possam vir a tomar em futuros processos orçamentais. Chama-se a atenção a este respeito para a flexibilidade de 5 % aplicável a todas as dotações financeiras dos programas plurianuais adoptados segundo o procedimento de co-decisão, tal como previsto no ponto 37 do AI. O AI define as circunstâncias em que as quantias de referência podem ser ultrapassadas em mais de 5 %, ao mesmo tempo que permite à Comissão e à autoridade orçamental uma certa margem discricionária relativamente aos desvios inferiores ao limite de 5 %.

Neste contexto, a Comissão aplica um conjunto de regras à orçamentação e à programação: regra geral, as alterações são sistematicamente compensadas nos anos seguintes do período de programação, a fim de continuar a respeitar as dotações financeiras da correspondente base jurídica. Podem ser ponderadas excepções a esta regra geral se a Comissão tiver argumentos importantes para não respeitar a dotação financeira, que serão explicitados nos documentos de programação financeira transmitidos à autoridade orçamental. Em especial, o PO de 2012 inclui várias deduções às dotações financeiras para permitir libertar maiores margens no âmbito das rubricas 1A, 2, 3A e 3B ou para financiar necessidades imprevistas no âmbito da rubrica 4. Estas reduções não têm sido, regra geral, compensadas relativamente a 2013. Enquanto a regra geral de compensação é aplicada às propostas da

Comissão, não é aplicada no caso de o Parlamento Europeu ou o Conselho alterarem a proposta de PO.

Os quadros da programação financeira para o período 2007-2013 foram adaptados de acordo com a abordagem acima indicada. Para além da quantia de referência e da quantia total contidas na programação financeira, o quadro «*Síntese por programa*» permite um controlo facilitado do limite de 5 % previsto no ponto 37 do AI. As colunas correspondentes ao orçamento de 2011 e a exercícios precedentes incluem todas as dotações autorizadas e são apresentadas na nomenclatura do PO de 2012. Para 2011, os valores correspondem ao orçamento autorizado, incluindo os projectos de orçamentos rectificativos propostos pela Comissão.

A programação financeira das rubricas de despesas 1A, 1B, 2, 3A, 3B e 4 do quadro financeiro plurianual para o período 2010-2013 é apresentada, respectivamente, por domínio de intervenção nos **quadros 2 a 7** em anexo. Um novo quadro recapitulativo (**quadro 1**) mostra a situação das margens para todas as rubricas do quadro financeiro.

O documento centra-se nas principais alterações para 2013, em relação à versão anterior da programação financeira transmitida em Janeiro de 2011. As alterações para 2012 são apresentadas em pormenor em «*Apresentação política do projecto de orçamento de 2012*» e são referidas no presente documento apenas quando implicam adaptações para os restantes exercícios da programação financeira ou da quantia total programada.

Sempre que pertinente, são apresentados quadros por rubrica, com uma síntese dessas alterações. As alterações são classificadas em três categorias principais:

- 1) programas plurianuais de despesas,
- 2) prerrogativas institucionais da Comissão,
- 3) agências descentralizadas.

Relativamente aos programas, são apresentadas as alterações pormenorizadas tanto para a gestão administrativa (incluindo as agências de execução) como para as rubricas operacionais. Note-se que a programação das despesas de apoio associadas directamente à execução de programas da UE (incluindo as anteriores «rubricas BA») é apresentada separadamente das despesas operacionais imputadas aos mesmos programas, mantendo-se assim a distinção entre despesas administrativas e despesas operacionais. As alterações são explicitadas no texto em anexo. Todos os valores dizem respeito a dotações de autorização.

19. RUBRICA 1A - COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO

Alterações na programação financeira 2012-2013 relativamente a Janeiro de 2011, em milhões de EUR

Rubrica 1A - Competitividade para o crescimento e o emprego	2012	2013
Programas		
Actividades do 7.º Programa-Quadro de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração	-164,216	-356,000
<i>Dos quais, despesas operacionais</i>	32,567	-506,888
<i>Dos quais, rubrica de gestão administrativa</i>	-19,717	-13,011
<i>Dos quais, empresa comum</i>	-163,900	163,899
<i>Dos quais, agência de execução</i>	-13,167	
Programa-Quadro de actividades de investigação e formação em matéria nuclear (Euratom 2012)	750,000	550,000
<i>Dos quais, empresa comum</i>	1 106,900	904,900
<i>Dos quais, rubrica de gestão administrativa</i>	139,702	145,458
<i>Dos quais, despesas operacionais</i>	-496,602	-500,358
Promover uma utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha (<i>Para uma Internet mais segura plus</i>)	3,900	-4,000
<i>Dos quais, rubrica de gestão administrativa</i>	-0,100	
<i>Dos quais, despesas operacionais</i>	4,000	-4,000
Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI)	5,661	-0,700
<i>Dos quais, rubrica de gestão administrativa</i>	-3,353	-0,700

	<i>Dos quais, despesas operacionais</i>	9,014
Programa destinado a melhorar o funcionamento dos sistemas de tributação no mercado interno (Fiscalis 2013)		-2,200
	<i>Dos quais, despesas operacionais</i>	-2,200
Redes transeuropeias de energia (RTE-E)		-0,176
	<i>Dos quais, rubrica de gestão administrativa</i>	-0,006
	<i>Dos quais, despesas operacionais</i>	-0,170
Programa «Alfândegas 2013» na Comunidade (Alfândegas 2013)		-4,568
	<i>Dos quais, despesas operacionais</i>	-4,568
Agências		
Agência Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER)		1,315
Outras alterações (proposta alterada relativa à reapreciação do quadro financeiro (2007-2013))⁹⁰		+ 650,000
	Nova margem	50,547

Como já havia sido indicado em Janeiro de 2011, foram recentemente propostas várias iniciativas novas e importantes que reduziram consideravelmente a margem disponível no âmbito desta rubrica para os dois últimos anos do quadro financeiro plurianual 2007-2013. Na sequência de uma análise aprofundada das necessidades desta rubrica realizada no contexto da elaboração do PO de 2012, a margem para 2012 é agora significativamente superior (129,4 milhões de EUR), sendo ligeiramente aumentada para 2013 (50,6 milhões de EUR).

19.1. Programas

19.1.1. Sétimo Programa-Quadro de Investigação — CE (7.º PQ CE)

Na sequência da proposta relativa ao 7.º PQ Euratom para o período de 2012-2013⁹¹ e tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "ponto da situação sobre o ITER e opções para o futuro"⁹², as necessidades financeiras adicionais do ITER foram parcialmente cobertas através de uma reafectação de fundos no âmbito do 7.º PQ CE em 2012 (100 milhões de EUR) e em 2013 (360 milhões de EUR). Todas as rubricas orçamentais do 7.º PQ CE contribuíram para a reafectação mediante a aplicação de uma chave de redistribuição baseada na sua quota do 7.º PQ CE. Além disso, em 2012 o 7.º PQ CE contribuiu para o reforço da margem da rubrica 1A com cerca de 60 milhões de EUR, provenientes das diferentes acções do programa.

Em consequência de ambas as operações, o orçamento do 7.º PQ CE ascende actualmente a 8 747,7 milhões de EUR em 2012 e a 9 569,0 milhões de EUR em 2013.

No âmbito da elaboração do PO de 2012 foi realizada uma reavaliação das necessidades de pessoal no âmbito do Sétimo Programa-Quadro de Investigação, de que resultaram poupanças no valor de 32,7 milhões de EUR em 2012 e 2013 (19,7 milhões de EUR em 2012 e de 13,0 milhões de EUR em 2013). Essas quantias foram reafectadas às rubricas operacionais a partir das rubricas de apoio administrativo.

Quanto às Empresas Comuns, propõe-se a redução do respectivo financiamento em 2012, no valor de 163,9 milhões de EUR, na medida em que as contribuições dos Estados-Membros para as Empresas Comuns ARTEMIS e ENIAC deverão ser inferiores ao inicialmente previsto. Assim, as quantias em causa, 74,2 milhões de EUR e 89,7 milhões de EUR respectivamente, são transferidas para a rubrica operacional correspondente (TIC), sendo compensadas em 2013 através de uma redução da rubrica orçamental das TIC e do aumento, no mesmo valor, das rubricas das ITC. Esta compensação implica que as quantias totais programadas para as Empresas Comuns mantêm-se inalteradas.

O 7.º PQ CE foi objecto de uma redução de 4 milhões de EUR em 2012, por forma a reforçar o programa «Para

90 COM(2011) 226 de 20.4.2011.

91 Proposta de Decisão do Conselho relativa ao Programa-Quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica de actividades de investigação e formação em matéria nuclear (2012-2013) (COM(2011) 72 de 7.3.2011).

92 COM(2010) 226 e SEC(2010) 571 de 4.5.2010.

uma internet mais segura *plus*» no mesmo montante. Esta operação será invertida em 2013, permanecendo ambas as dotações inalteradas.

Em resultado das acções acima referidas, propõe-se que as rubricas operacionais do 7.º PQ CE sejam aumentadas em 32,6 milhões de EUR em 2012 e reduzidas em 506,9 milhões de EUR em 2013. Propõe-se igualmente uma transferência interna de fundos no âmbito do programa da CE, mediante um reforço de 40 milhões de EUR do Mecanismo de Financiamento com Partilha de Riscos (MFPR) do programa específico «Capacidades» e a diminuição de igual valor do programa específico «Cooperação» do âmbito do MFPR. Esta alteração é compensada com transferências em sentido oposto em 2012.

19.1.2. Sétimo Programa-Quadro de Investigação — Euratom

Em consequência da proposta relativa ao ITER, propõe-se um reforço do 7.º PQ Euratom para 2012-2013 no valor de 750 milhões de EUR em 2012 e de 550 milhões de EUR em 2013. Conforme acima referido, propõe-se a afectação de 100 milhões de EUR em 2012 e de 360 milhões de EUR em 2013, mediante a reafectação dos recursos no âmbito do 7.º PQ CE. O financiamento adicional (650 milhões de EUR em 2012 e 190 milhões de EUR em 2013) só pode ser aprovado no âmbito do orçamento de 2012 e de 2013, se a autoridade orçamental concordar com a reapreciação do quadro financeiro plurianual.

19.1.3. «Para uma internet mais segura plus» e TIC - Cooperação

Os centros «Internet mais segura» têm necessidade de um reforço de 4 milhões de EUR em 2012, para financiar os contratos bianuais. As dotações são provenientes da rubrica TIC — Cooperação do 7.º PQ de investigação. A quantia de 4 milhões de EUR é compensada em 2013, não tendo portanto qualquer efeito sobre as dotações globais de ambos os programas.

19.1.4. Programa para a Competitividade e a Inovação (PCI)

A rubrica de apoio administrativo do programa «Energia Inteligente — Europa» (IEE) e da rubrica das agências de execução foram reduzidas em 0,7 milhões de EUR em 2013, de modo a contribuírem para o aumento proposto para a Agência Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER), na sequência da proposta da Comissão de 8 de Dezembro de 2010.

19.1.5. Alfândega 2013 e Fiscalis 2013

Tendo em conta o nível de execução dos últimos anos e as necessidades financeiras efectivas, as dotações do programa Alfândega 2013 sofrem reduções de 4,6 milhões de EUR em 2012 e de 2,1 milhões de EUR em 2013. Quanto ao programa Fiscalis 2013, as dotações são objecto de reduções no valor de 2,2 milhões de EUR em 2012 e 1 milhão de EUR em 2013.

19.1.6. Redes transeuropeias de energia (RTE-E)

A rubrica de apoio administrativo da rede transeuropeia de energia (RTE-E) foi reduzida em 0,140 milhões de EUR, de modo a contribuir para o aumento proposto para a Agência Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER), na sequência da proposta da Comissão de 8 de Dezembro de 2010.

19.1.7. Agência Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER)

No seguimento da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à integridade e à transparência nos mercados da energia⁹³, as tarefas da Agência Europeia de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER) irão ser alargadas. Será criada em 2012, no âmbito da agência, uma unidade específica,

composta por especialistas em energia e mercados financeiros, sendo igualmente instalada uma infra-estrutura de TI. Tal resulta num aumento de 1,3 milhões de EUR em 2012, e numa verba adicional de 1,6 milhões de EUR em 2013 para a Agência. Estas verbas adicionais serão asseguradas mediante reafecção. O programa IEE e o programa RTE-E (ver acima), bem como as acções anuais no domínio da energia, são chamados a contribuir.

20. RUBRICA 1B — COESÃO PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO

Não foram introduzidas alterações na programação financeira desde Janeiro de 2011.

21. RUBRICA 2 - PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Alterações na programação financeira para 2012-2013 relativamente a Janeiro de 2011, em milhões de EUR

Rubrica 2 — Preservação e gestão dos recursos naturais	2013
Programas objecto de co-decisão	
Política marítima integrada (PMI)	+ 16,980
	<i>Dos quais, gestão administrativa</i> + 0,200
	<i>Dos quais, rubrica operacional</i> + 16,780
Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA)	+ 1,632
	<i>Dos quais, «legislação sobre produtos químicos perigosos»</i> + 1,632
	Total das alterações - 18,612
	Nova margem 112,751

Sublimite máximo «Despesas de mercado e pagamentos directos»

Dado que os valores relativos à modulação e outras transferências para o desenvolvimento rural se mantêm inalterados, o sublimite máximo da rubrica 2 «Despesas de mercado e pagamentos directos», financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), mantém o mesmo nível do ano passado⁹⁴.

Programas objecto de co-decisão

A programação financeira que acompanha o PO de 2012 inclui um novo programa objecto de co-decisão relativo à **política marítima integrada (PMI)**, reflectindo as consequências financeiras indicadas na ficha financeira legislativa anexa à proposta da Comissão de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um programa de apoio ao aprofundamento da política marítima integrada⁹⁵. A duração proposta para este novo programa é de 1 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2013, tendo uma dotação total de referência de 50 milhões de EUR, dos quais 16,9 milhões de EUR em 2013. O impacto financeiro em 2011 ainda não foi reflectido na programação financeira porque depende do progresso efectivo das negociações entre o Parlamento e o Conselho, devendo ser integrado no orçamento de 2011 mediante um orçamento rectificativo.

Agências

A programação financeira que acompanha o PO de 2012 inclui verbas respeitantes à contribuição da rubrica 2 para a **Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA)**.

Está prevista uma **contribuição relacionada com os produtos biocidas**. Foi proposto que a ECHA assuma tarefas relacionadas com a avaliação de substâncias activas utilizadas em produtos biocidas e que

94 Anexo da Decisão 2009/379/CE da Comissão que fixa os montantes que, nos termos dos Regulamentos (CE) n.º 1782/2003, (CE) n.º 378/2007, (CE) n.º 479/2008 e (CE) n.º 73/2009 do Conselho, são colocados à disposição do Feader e os montantes disponíveis para as despesas correspondentes ao FEAGA, com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão 2010/237/UE da Comissão.

95 COM(2010) 494 de 29.9.2010.

receba portanto uma contribuição financeira da rubrica 2. Até agora, a programação financeira reflectiu o impacto financeiro indicado na ficha financeira legislativa que acompanha a proposta da Comissão⁹⁶ de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação no mercado e à utilização de produtos biocidas (1,0 milhão de EUR em 2012 e 2,3 milhões de EUR em 2013). Durante o processo legislativo, as tarefas da ECHA relacionadas com os produtos biocidas previstas pela autoridade legislativa foram consideravelmente alteradas relativamente à proposta inicial da Comissão. No entanto, as dotações para 2012 (PO de 2012) e 2013 (programação financeira) incluídas nos presentes documentos reflectem as estimativas indicadas na ficha financeira inicial, que foi apresentada pela Comissão antes de ter sido proposto o reforço das tarefas da agência. Após a adopção da Posição Comum do Conselho, a Comissão tenciona apresentar uma Comunicação sobre a Posição Comum, que será acompanhada de uma ficha financeira legislativa revista, elaborada de forma a reflectir as responsabilidades adicionais e os resultados esperados quantificados. Por conseguinte, no decurso do processo orçamental anual, a Comissão irá adaptar em conformidade os recursos necessários para o orçamento de 2012, em termos do quadro do pessoal da ECHA e da contribuição do orçamento da União, bem como as necessidades para 2013, através da reapreciação da programação financeira.

Além disso, a nova programação financeira abrange o impacto da proposta da Comissão de revisão do Regulamento (CE) n.º 689/2008 relativo à *exportação e importação de produtos químicos perigosos*. Esta proposta da Comissão, cuja apresentação se prevê para o segundo trimestre de 2011, tem por objectivo harmonizar as disposições do regulamento com a legislação relativa à classificação, rotulagem e embalagem de produtos químicos e permitirá a participação da Agência Europeia dos Produtos Químicos na aplicação da Convenção de Roterdão relativa ao Procedimento de Prévia Informação e Consentimento para Determinados Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional.

Margem

Globalmente, em 2013 a margem da rubrica 2 sofre uma redução de 18,6 milhões de EUR, em consequência das alterações acima descritas. A nova margem da rubrica 2 cifra-se em 112,8 milhões de EUR.

22. RUBRICA 3A — LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

Alterações na programação financeira para 2012-2013 relativamente a Janeiro de 2011, em milhões de EUR

Rubrica 3A — Liberdade, segurança e justiça	2012	2013
Agências		
Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça	-34,500	15,000
Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX)	1,500	3,000
Serviço Europeu de Polícia (Europol)	-0,650	1,000
Outras alterações nos programas		-0,400
Total das alterações		18,300
Nova margem		34,340

22.1. Programas

A programação financeira para 2013 relativamente às rubricas de apoio administrativo de três programas foi ligeiramente reduzida para ter em conta os ajustamentos em baixa no âmbito do projecto de orçamento de 2012.

22.2. Agências

22.2.1. Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala

Tendo em conta os atrasos verificados a nível do processo legislativo da proposta de criação de uma agência responsável pela gestão operacional de longo prazo do SIS II, VIS, EURODAC e outros sistemas informáticos de

grande escala, a Comissão propõe a transição num ano do montante de 15 milhões de EUR das dotações programadas para 2012. Esta decisão tem consequências para a programação financeira para 2013, exercício em que o montante proposto tem de ser mantido ao nível de 54,4 milhões de EUR.

22.2.2. Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (Frontex)

Foi aplicada uma correcção do efeito da inflação de 2 % em relação à Frontex, provocando um aumento de 1,5 milhões de EUR em 2012 e 3,0 milhões de EUR em 2013.

22.2.3. Serviço Europeu de Polícia (Europol)

A programação financeira para 2013 tem em conta a nova tarefa atribuída à agência (tratamento de informações do programa de detecção do financiamento do terrorismo - TFTP) e uma correcção do efeito da inflação de 2 %. O contributo do Europol é aumentado para 86 milhões de EUR (+ 1 milhão de EUR).

23. RUBRICA 3B — CIDADANIA

Alterações na programação financeira para 2012-2013 relativamente a Janeiro de 2011, em milhões de EUR

Rubrica 3B — Cidadania	2012	2013
Programas objecto de co-decisão		
Juventude em Acção	+ 8,000	-3,000
<i>Dos quais, rubrica de gestão administrativa</i>	-0,307	
<i>Dos quais, agências de execução</i>	-0,365	
<i>Dos quais, despesas operacionais</i>	8,672	-3,000
Marca do Património Europeu (proposta)	+ 0,350	+1,000
Prerrogativas da Comissão		
Espaços públicos europeus	+ 1,120	
Outras alterações		-0,530
Total das alterações		-2,530
Nova margem		25,289

23.1. Programas objecto de co-decisão

23.1.1. Juventude em Acção

Em comparação com a programação financeira de Janeiro de 2011, o programa Juventude em Acção foi reforçado, para 2012, com 8 milhões de EUR. Este reforço em 2012 é parcialmente compensado por uma diminuição de 3 milhões de EUR em 2013.

23.1.2. Marca do Património Europeu (proposta)

Na sequência do pedido expresso nas conclusões do Conselho adoptadas em Novembro de 2008, a Comissão propôs uma nova acção denominada «Marca do Património Europeu»⁹⁷, que se espera seja adoptada pela autoridade legislativa, o mais tardar, no início de 2012. A quantia prevista para 2012 é proveniente de uma reafectação no âmbito da rubrica 3B, enquanto a quantia para 2013 (1 milhão de EUR) deve ser financiada a partir da margem da rubrica 3B.

23.2. Outras alterações

A partir de 2012, a acção «espaços públicos europeus» será financiada de novo no âmbito da rubrica 3B (a inclusão ocorreu através da reafectação interna de fundos destinados à política de comunicação), o que implica uma ligeira diferença da margem na rubrica 3B em 2012. A quantia exacta destinada aos espaços públicos

européus para 2013 será definida durante o processo orçamental do PO de 2013.

24. RUBRICA 4 — A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL

Alterações na programação financeira para 2012-2013 relativamente a Janeiro de 2011, em milhões de EUR

Rubrica 4 - A UE como protagonista global	2012	2013
Programas		
Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD)	-27.552	2,183
<i>Das quais, despesas operacionais</i>		
Fundo de Garantia relativo às acções externas	60,170	60,000
Prerrogativas da Comissão		
Contribuição para actividades ambientais multilaterais e internacionais	-2,408	-2,275
Outros		
Participação da UE no capital do BERD		-35,853
Cooperação com a Gronelândia	-0,619	-1,160
Total das alterações		22,987
Nova margem		111,953

24.1. Programas

24.1.1. Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD)

O valor previsto para a rubrica orçamental 07 02 01 (Contribuição para actividades ambientais multilaterais e internacionais) sofreu uma redução de 2,2 milhões de EUR, em consonância com a última estimativa das necessidades reais. Por forma a manter a afectação sectorial, e tal como em anos anteriores, foi adicionada uma verba correspondente aos fundos programados para o ENRTP (Programa Temático para o Ambiente e a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais) no âmbito do ICD e da rubrica orçamental 21 04 01.

24.2. Instrumentos específicos de resposta a situações de crise

24.2.1. Necessidades de aprovisionamento do Fundo de Garantia relativo às acções externas

As necessidades de provisionamento do Fundo de Garantia relativo às acções externas são de 260,2 milhões de EUR em 2012 (superiores ao inicialmente previsto na programação financeira) e o valor para 2013 foi alterado em conformidade e fixado ao mesmo nível no PO de 2012 (260 milhões de EUR). Foi inicialmente previsto um montante único de 200 milhões de EUR para o período 2007/2013, mas prevê-se que em 2013 as necessidades de provisionamento sigam a mesma tendência de 2012, pelos dois motivos seguintes: os desembolsos liquidados do Banco Europeu de Investimento (BEI) estão a aumentar e a crise financeira e económica provocou um aumento dos pedidos de assistência macrofinanceira por parte de países terceiros.

24.3. Prerrogativas da Comissão

24.3.1. Contribuição para actividades ambientais multilaterais e internacionais

O valor previsto da «Contribuição para actividades ambientais multilaterais e internacionais» foi reduzido em 2012 (em 2,4 milhões de EUR) e 2013 (em 2,3 milhões de EUR), em linha com as últimas previsões das necessidades reais. Por forma a manter a afectação sectorial, e tal como em anos anteriores, foi adicionada uma verba correspondente aos fundos programados para o ENRTP (Programa Temático para o Ambiente e a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais).

24.4. Outras alterações

24.4.1. Participação da UE no capital do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD)

Na sua última reunião anual realizada em Maio de 2010, o Conselho de Governadores do BERD decidiu aumentar o capital autorizado em 50 %, passando de 20 para 30 mil milhões de EUR, no contexto da quarta Revisão dos Recursos de Capital que definiu a orientação estratégica a médio prazo até 2015. O aumento de capital é composto por mil milhões de EUR de capital realizado e 9 mil milhões de EUR de novo capital exigível. A parte do aumento de capital do BERD correspondente a capital realizado foi financiada através da incorporação de reservas livres e, por conseguinte, não requereu qualquer autorização orçamental, pagamento ou outra acção por parte dos accionistas. Assim, fica disponível para a margem da rubrica 4 uma quantia de 35,9 milhões de EUR no âmbito da rubrica orçamental 01 03 01 01 (Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento - Colocação à disposição da parte realizada do capital subscrito).

24.4.2. Cooperação com a Gronelândia

A quantia para 2013 (28,4 milhões de EUR) foi ligeiramente ajustada de modo a corresponder à dotação indicativa para o período 2007-2013, que se eleva a 25 milhões de EUR anuais, a preços de 2006.

25. RUBRICA 5 — ADMINISTRAÇÃO

A rubrica 5 inclui as despesas administrativas de todas as instituições.

Para o período 2012-2013, as necessidades estimadas baseiam-se nas estimativas das despesas, tal como comunicadas por todas as instituições. Pela primeira vez desde a sua criação em 1 de Janeiro de 2011, o Serviço Europeu para a Acção Externa forneceu estimativas para o seu pedido de despesas administrativas para o período 2012-2013, incluindo os pedidos de pessoal adicional.

Estas previsões constituem apenas uma estimativa técnica efectuada pelas administrações das instituições e não têm em conta novos alargamentos, para os quais os pedidos serão incluídos nas estimativas das despesas das instituições, apenas quando for tomada uma decisão formal sobre a data de adesão. Na sequência de tal decisão, as necessidades das instituições relacionadas com o alargamento serão integradas num projecto de carta rectificativa ou num projecto de orçamento rectificativo. Porém, a estimativa fornecida pelo Conselho inclui um pedido de 7 agentes contratuais, necessários para a tradução dos tratados de adesão e a supervisão da tradução do acervo comunitário para a língua croata.

Para 2012, o pedido global estimado de lugares suplementares das outras instituições é de 56 e, para 2013, a estimativa é de 244 lugares. Não se prevêem quaisquer lugares adicionais para a Comissão no período 2010-2013.

Atendendo à crise económica e financeira que afecta a economia europeia e as finanças públicas nacionais, e no seguimento do convite da Comissão dirigido a todas as instituições em matéria de disciplina orçamental, as instituições envidaram todos os esforços possíveis para limitar as despesas aquando da elaboração das suas estimativas de despesas em relação com o projecto de orçamento, o que demonstra que as instituições europeias estão a actuar de forma responsável, tendo em conta as difíceis condições económicas e orçamentais dos Estados-Membros.

Para as Escolas Europeias de tipo I, como resultado de esforços semelhantes aos descritos anteriormente em matéria de disciplina orçamental, verifica-se uma redução muito pequena das despesas no respeitante a 2012 de 0,9 %, alcançando as despesas estimadas 165,4 milhões de EUR. As dotações para as Escolas Europeias do tipo II aumentam em função do aumento previsto dos alunos. Para 2013, a abertura da quarta escola de Bruxelas (tipo I) foi incluída na estimativa.

Cabe recordar que, na rubrica 5, é considerada necessária uma margem equivalente a 1 % das despesas com vencimentos e pensões para absorver eventuais variações estatísticas dos aumentos anuais das remunerações. Além disso, uma vez que o limite máximo a preços correntes se baseia num deflator fixo de 2 %, uma inflação mais elevada reduziria a margem.

Por conseguinte, as instituições devem coordenar cuidadosamente qualquer nova acção que exija despesas avultadas num período curto.

Globalmente, as margens previstas na rubrica 5 são de 472,6 milhões de EUR para 2012 e 521,6 milhões de EUR para 2013, aumentando respectivamente em relação à programação financeira de Janeiro de 2011 em cerca de 300 milhões de EUR e 317 milhões de EUR.

O seguinte quadro mostra as estimativas actuais das despesas (indicativas para 2012-2013) e as margens resultantes:

Quantias em milhões de EUR, a preços correntes	2007	2008	2009 (*)	2010	2011	2012	2013
Comissão	3 312,1	3 410,7	3 513,3	3 614,1	3 314,9	3 314,9	3 426,3
Outras instituições	2 576,9	2 673,5	2 805,7	2 946,8	3 428,4	3 485,1	3 641,8
Pensões (todas as instituições)	959,6	1 050,8	1 130,0	1 192,8	1 261,6	1 312,1	1 410,5
Escolas Europeias	129,7	144,2	148,5	154,2	166,5	169,2	180,8
Total rubrica 5*	6 978,3	7 279,2	7 597,4	7 908,0	8 171,4	8 281,4	8 659,4
Limite máximo da rubrica 5 (incl. contribuição do pessoal para o regime de pensões)	7 115,0	7 457,0	7 603,0	7 962,0	8 226,0	8 754,0	9 181,0
Margem prevista da rubrica 5 (**)	136,7	177,8	0,0	54,0	54,6	472,6	521,6

(*) As diferenças entre os totais e as somas devem-se ao arredondamento.

(**) O limite máximo da rubrica 5 inclui as contribuições do pessoal para o regime de pensões.

Em relação a 2009, a quantia de 5,8 para o EIT está incluída na rubrica 5 (estando incluída na rubrica 1A nos exercícios anteriores e seguintes).

A partir de 2011, o montante destinado aos espaços públicos europeus (1,44 milhões de EUR em 2011) já não é incluído na rubrica 5, dado ter sido transferido para a rubrica 3B.

26. ANEXOS

26.1. Programação financeira - Síntese

(a preços correntes, em milhões de EUR)

RUBRICA 1A – COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
	2011	2012	2013
Programas objecto de co-decisão	Variable: BB_RECAP_1A_CO D_2011 not found	13 259,824	14 076,226
Decisões do Conselho	Variable: BB_RECAP_1A_DE C_2011 not found	1 639,080	1 460,748
Agências descentralizadas	Variable: BB_RECAP_1A_DA G_2011 not found	229,048	239,784
Prerrogativas	Variable: BB_RECAP_1A_PR E_2011 not found	77,987	71,735
Projectos-piloto e acções preparatórias	Variable: BB_RECAP_1A_PP AP_2011 not found	25,900	7,500
Outros	Variable: BB_RECAP_1A_OT H_2011 not found	171,161	176,055
Total	Variable: BB_RECAP_1A_TO T_2011 not found	15 403,000	16 032,048
Do qual: Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização	Variable:	500,000	500,000

	BB_RECAP_1A_EG F_2011 not found		
Do qual: Instrumento de Flexibilidade	Variable: BB_RECAP_1A_FL EX_2011 not found	50,000	
Total líquido	Variable: BB_RECAP_1A_NT OT_2011 not found	14 853,000	15 532,048
Limite máximo do quadro financeiro	Variable: BB_RECAP_1A_CEI L_2011 not found	14 853,000	15 623,000
Margem	Variable: BB_RECAP_1A_MA RG_2011 not found		90,952

RUBRICA 1B – COESÃO PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
	2011	2012	2013
Programas objecto de co-decisão	Variable: BB_RECAP_1B_CO D_2011 not found	52 738,876	54 498,949
Projectos-piloto e acções preparatórias	Variable: BB_RECAP_1B_PP AP_2011 not found	11,200	
Outros	Variable: BB_RECAP_1B_OT H_2011 not found	2,500	
Total	Variable: BB_RECAP_1B_TO T_2011 not found	52 752,576	54 498,949
Limite máximo do quadro financeiro	Variable: BB_RECAP_1B_CEI L_2011 not found	52 761,000	54 524,000
Margem	Variable: BB_RECAP_1B_MA RG_2011 not found	8,424	25,051

RUBRICA 2 – PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
	2011	2012	2013
Programas objecto de co-decisão	Variable: BB_RECAP_2_COD _2011 not found	371,415	366,791
Decisões do Conselho	Variable: BB_RECAP_2_DEC _2011 not found	59 524,917	59 883,357
Agências descentralizadas	Variable: BB_RECAP_2_DAG _2011 not found	48,942	52,363
Projectos-piloto e acções preparatórias	Variable: BB_RECAP_2_PPA P_2011 not found	30,500	5,000
Total	Variable: BB_RECAP_2_TOT _2011 not found	59 975,774	60 307,511
Limite máximo do quadro financeiro	Variable: BB_RECAP_2_CEIL _2011 not found	60 810,000	61 289,000
Margem	Variable: BB_RECAP_2_MAR G_2011 not found	834,226	981,489

RUBRICA 3A – LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
	2011	2012	2013
Programas objecto de co-decisão	Variable:	556,210	622,080

	BB_RECAP_3A_CO D_2011 not found		
Decisões do Conselho	Variable: BB_RECAP_3A_DE C_2011 not found	511,050	473,800
Agências descentralizadas	Variable: BB_RECAP_3A_DA G_2011 not found	275,687	282,117
Prerrogativas	Variable: BB_RECAP_3A_PR E_2011 not found	6,800	7,000
Projectos-piloto e acções preparatórias	Variable: BB_RECAP_3A_PP AP_2011 not found	9,500	
Outros	Variable: BB_RECAP_3A_OT H_2011 not found	8,560	7,230
Total	Variable: BB_RECAP_3A_TO T_2011 not found	1 367,807	1 392,227
Limite máximo do quadro financeiro	Variable: BB_RECAP_3A_CEI L_2011 not found	1 406,000	1 661,000
Margem	Variable: BB_RECAP_3A_MA RG_2011 not found	38,193	268,773

RUBRICA 3B – CIDADANIA	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
	2011	2012	2013
Programas objecto de co-decisão	Variable: BB_RECAP_3B_CO D_2011 not found	436,950	439,067
Decisões do Conselho	Variable: BB_RECAP_3B_DE C_2011 not found	18,250	18,500
Agências descentralizadas	Variable: BB_RECAP_3B_DA G_2011 not found	131,807	131,061
Prerrogativas	Variable: BB_RECAP_3B_PR E_2011 not found	99,830	99,486
Projectos-piloto e acções preparatórias	Variable: BB_RECAP_3B_PP AP_2011 not found	10,250	
Outros	Variable: BB_RECAP_3B_OT H_2011 not found	18,412	1,300
Total	Variable: BB_RECAP_3B_TO T_2011 not found	715,498	689,414
Do qual, Fundo de Solidariedade da União Europeia	196,934		
Total líquido	684,337	715,498	689,414
Limite máximo do quadro financeiro	Variable: BB_RECAP_3B_CEI L_2011 not found	699,000	715,000
Margem	-1,337	1,563	25,586

Para 2011, o cálculo da margem inclui uma quantia de 1,4 milhões de EUR relacionada com os espaços públicos europeus, transferida da rubrica 5 para a rubrica 3B, na sequência da alteração da nomenclatura no quadro do projecto de orçamento de 2012. A margem real de 2011 é todavia de 0,103 milhões de EUR.

RUBRICA 4 – A UNIÃO EUROPEIA COMO PROTAGONISTA GLOBAL	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
	2011	2012	2013
Programas objecto de co-decisão	Variable: BB_RECAP_4_COD _2011 not found	6 535,569	6 674,750
Decisões do Conselho	Variable:	2 720,379	2 654,542

	BB_RECAP_4_DEC_2011 not found		
Agências descentralizadas	Variable: BB_RECAP_4_DAG_2011 not found	20,045	20,026
Prerrogativas	Variable: BB_RECAP_4_PRE_2011 not found	67,586	71,655
Projectos-piloto e acções preparatórias	Variable: BB_RECAP_4_PPA_P_2011 not found	12,900	3,000
Outros	Variable: BB_RECAP_4_OTH_2011 not found	49,458	43,195
Total	Variable: BB_RECAP_4_TOT_2011 not found	9 405,937	9 467,169
Do qual: Reserva para Ajudas de Emergência	Variable: BB_RECAP_4_EAR_2011 not found	258,937	264,115
Do qual, Fundo de Solidariedade da União Europeia	5,001		
Do qual: Instrumento de Flexibilidade	Variable: BB_RECAP_4_FLEX_X_2011 not found	150,000	
Total líquido	8 429,439	8 997,000	9 203,054
Limite máximo do quadro financeiro	Variable: BB_RECAP_4_CEIL_2011 not found	8 997,000	9 595,000
	Margem	0,561	391,946

RUBRICA 5 — ADMINISTRAÇÃO	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
	2011	2012	2013
Despesas da Comissão, excluindo pensões e Escolas Europeias	Variable: BB_RECAP_5_COE_2011 not found	3 324,165	3 372,429
Despesas de outras instituições, excluindo pensões	Variable: BB_RECAP_5_OIE_2011 not found	3 463,737	3 578,203
Pensões (todas as instituições)	Variable: BB_RECAP_5_PEN_2011 not found	1 322,514	1 413,057
Escolas Europeias	Variable: BB_RECAP_5_EUR_SCHOL_2011 not found	169,226	180,730
Total	Variable: BB_RECAP_5_TOT_2011 not found	8 279,642	8 544,418
Limite máximo do quadro financeiro	Variable: BB_RECAP_5_CEIL_2011 not found	8 523,000	9 095,000
Contribuição do pessoal para o financiamento do regime de pensões	Variable: BB_RECAP_5_COP_E_2011 not found	84,000	86,000
	Margem	327,358	636,582

Para 2011, o cálculo da margem inclui uma quantia de 1,4 milhões de EUR relacionada com os espaços públicos europeus, transferida da rubrica 5 para a rubrica 3B, na sequência da alteração da nomenclatura no quadro do projecto de orçamento de 2012. A margem real de 2011 é todavia de 53,1 milhões de EUR.

TOTAL GERAL POR RUBRICA DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
	2011	2012	2013
1A — Competitividade para o crescimento e o emprego	Variable: BB_RECAP_1A_TOT_2011 not found	15 403,000	16 032,048

1B — Coesão para o crescimento e o emprego	Variable: BB_RECAP_1B_TOT T_2011 not found	52 752,576	54 498,949
2 — Preservação e gestão dos recursos naturais	Variable: BB_RECAP_2_TOT _2011 not found	59 975,774	60 307,511
3A — Liberdade, segurança e justiça	Variable: BB_RECAP_3A_TOT T_2011 not found	1 367,807	1 392,227
3B — Cidadania	Variable: BB_RECAP_3B_TOT T_2011 not found	715,498	689,414
4 — A União Europeia como protagonista global	Variable: BB_RECAP_4_TOT _2011 not found	9 405,937	9 467,169
5 — Administração	Variable: BB_RECAP_5_TOT _2011 not found	8 279,642	8 544,418
Total	Variable: BB_RECAP_TOT_TOT OT_2011 not found	147 900,234	150 931,737

26.2. Síntese por programa

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Designação da rubrica	Tipo	Período	Quantia de referência	Quantia total	Orçamento final				Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
					2007	2008	2009	2010			
	(*)		(**)	(***)							
RUBRICA 1A – COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO					8 849,931	10 537,979	13 631,246	14 433,405	13 052,935	14 898,904	15 536,974
Programas objecto de co-decisão					8 170,988	9 771,493	12 749,956	13 547,518	12 156,570	13 259,824	14 076,226
Sétimo programa-quadro de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração	co	(07-13)	50 521,000	50 230,208	5 082,007	5 594,278	6 152,592	6 932,938	7 977,302	8 839,986	9 651,105
Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (PCI)	co	(07-13)	3 621,300	3 692,592	387,685	412,446	509,326	525,708	583,936	614,371	659,120
Programa para o Emprego e a Solidariedade Social (Progress)	co	(07-13)	683,250	676,410	81,900	95,720	102,580	108,716	93,630	96,760	97,104
Medidas antipoluição	co	(07-13)	154,000	147,062	25,000	18,000	18,446	20,500	22,453	20,000	22,663
Apoio para melhorar o desempenho ambiental do sistema de transporte de mercadorias (Marco Polo II)	co	(07-13)	450,000	409,740	56,000	39,080	64,971	63,940	59,565	64,509	61,675
Programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo)	co	(07-13)	3 005,000	3 002,000		910,000	829,658	894,400	195,942	171,000	1,000
Rede transeuropeia de transportes (RTE-T)	co	(07-13)	8 013,000	7 900,531	930,968	969,425	934,582	1 062,440	1 241,400	1 338,211	1 423,505
Redes transeuropeias de energia (RTE-E)	co	(07-13)	155,000	163,104	22,032	23,500	26,738	21,460	24,750	21,824	22,800
Protecção das crianças que utilizam a Internet e outras tecnologias da comunicação (Para uma Internet mais segura)	co	(06-08)	45,000	28,370	12,470	15,180	0,720				
Promover a utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha (Para uma Internet mais segura)	co	(09-13)	55,000	54,750			10,930	11,070	15,000	14,900	2,850
Programa destinado a tornar os conteúdos digitais na Europa mais acessíveis, utilizáveis e exploráveis (eContent Plus)	co	(06-08)	149,000	90,700	47,530	43,170					
Programa no domínio aduaneiro na Comunidade (Alfândega 2013)	co	(08-13)	323,800	302,846		43,000	49,500	51,450	50,632	54,132	54,132
Informatização do sistema de impostos especiais de consumo (EMCS)	co	(06-08)	35,000	12,800	7,300	5,500					
Fiscalis 2003-2007	co	(06-07)	67,250	16,500	16,500						
Programa destinado a melhorar o funcionamento dos sistemas de tributação no mercado interno (Fiscalis 2013)	co	(08-13)	156,900	152,700		20,600	22,100	24,000	27,800	28,200	30,000
Programa para o ensino superior e a compreensão intercultural com países terceiros (Erasmus Mundus)	co	(06-08)	230,000	525,644	59,200	95,300	371,144				
Programa para o ensino superior e a compreensão intercultural com países terceiros (Erasmus Mundus 2)	co	(09-13)	493,690	496,751			75,573	98,018	100,836	109,868	112,456
Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT)	co	(07-13)	308,700	304,089		2,900	5,800	30,200	62,800	79,324	123,065
Programa de acção no domínio da aprendizagem ao longo da vida (LLL)	co	(07-13)	6 970,000	7 059,258	847,571	898,978	984,120	1 009,300	1 054,799	1 137,370	1 127,120
Ações no domínio da protecção dos interesses financeiros da Comunidade (Hercule II)	co	(07-13)	98,525	98,875	13,725	13,800	14,000	14,100	15,000	14,250	14,000
Serviços pan-europeus de administração em linha (eGovernment) a administrações públicas, empresas e cidadãos (IDAbe)	co	(06-09)	148,700	71,400	30,000	21,800	19,600				
Soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias (ISA)	co	(10-13)	103,500	101,360				23,800	25,400	26,060	26,100

Produção de informações estatísticas	co	(06-07)	220,600	51,100	51,100						
Programa Estatístico Comunitário 2008-2012	co	(08-12)	274,200	253,005		48,816	52,120	50,019	54,150	47,900	
Modernização das Estatísticas Europeias das Empresas e do Comércio (MEETS)	co	(08-13)	42,500	39,486			5,455	10,655	9,436	8,660	5,280
Apoio a serviços financeiros e à auditoria	pc	(10-13)	38,700	28,500				6,000	7,350	7,500	7,650
Relançamento da economia: Apoio financeiro comunitário a projectos no domínio da energia (PREE)	co	(09-13)	3 980,000	3 980,000			2 000,000	1 980,000			
Instrumento microfinanceiro europeu para o emprego e a inclusão social	pc	(10-13)	100,000	101,950				25,250	25,000	25,000	26,700
Programa europeu de observação da Terra (Monitorização Global do Ambiente e da Segurança - GMES)	pc	(11-13)	107,000	106,000					10,000	40,000	56,000
Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)	co	(07-13)		3 251,226	18,611	49,036	52,349	500,000	371,222	500,000	500,000
Decisões do Conselho					678,943	766,486	881,290	885,887	896,365	1 639,080	1 460,748
Sétimo programa-quadro de actividades de investigação e formação em matéria nuclear (7.º PQ - Euratom)	dc	(07-11)	2 751,000	2 740,321	404,193	495,986	599,290	609,487	631,365		
Programa-quadro de actividades de investigação e formação em matéria nuclear (Euratom 2012)	pd	(12-13)		2 558,024						1 371,976	1 186,048
Exploração do reactor de alto fluxo (HFR)	pd	(09-11)									
Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento de Bohunice)	dc	(07-13)	423,000	422,828	57,000	58,000	59,000	60,000	62,000	61,828	65,000
Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento de Ignalina)	dc	(07-13)	837,000	837,076	113,000	114,000	119,000	120,000	121,000	123,076	127,000
Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento de Kozloduy)	dc	(07-13)	300,000	527,000	74,000	76,000	77,000	75,000	75,000	75,000	75,000
Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007) - Para uma Sociedade Justa	dc	(06-07)	11,000	9,000	9,000						
Programa para a protecção do euro contra a contrafação (Pericles)	dc	(07-13)	7,000	6,900	1,000	1,000	1,000	0,900	1,000	1,000	1,000
Conclusão do Sistema de Informação Antifraude (AFIS)	dc	(00-07)		11,250	5,750		5,500				
Sistema de Informação Antifraude (AFIS)	dc	(08-13)	44,750	36,400		6,500	5,500	5,500	6,000	6,200	6,700
Contribuições financeiras para o Fundo Internacional para a Irlanda	dc	(07-10)	60,000	60,000	15,000	15,000	15,000	15,000			
RUBRICA 1B – COESÃO PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO					45 060,972	47 255,949	48 413,884	49 382,092	50 970,094	52 738,876	54 498,949
Programas objecto de co-decisão					45 060,972	47 255,949	48 413,884	49 382,092	50 970,094	52 738,876	54 498,949
Total fundos estruturais	co	(07-13)		278 333,508	37 941,406	39 100,897	39 117,250	39 191,847	39 891,498	40 945,862	42 144,749
Total Fundo de Coesão	co	(07-13)		69 987,308	7 119,566	8 155,052	9 296,634	10 190,245	11 078,596	11 793,015	12 354,200
⁽¹⁾ Para a rubrica 1B, alguns valores dos orçamentos de 2007, 2008 e 2009 foram ajustados para ter em conta a reprogramação em conformidade com o ponto 48 do Acordo Interinstitucional.											
RUBRICA 2 – PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS					54 203,840	55 505,594	56 261,871	59 411,753	58 612,619	59 896,332	60 250,148
Programas objecto de co-decisão					239,620	265,944	317,150	306,855	364,340	371,415	366,791
Instrumento Financeiro para o Ambiente (Life+)	co	(07-13)	2 143,409	2 192,115	239,620	265,944	317,150	306,855	341,200	354,755	366,591
Inquéritos sobre a estrutura das explorações agrícolas (incl. «Despesas de mercado e ajudas directas»)	co	(08-13)	58,850	59,835		8,000	15,400	15,100	0,550	20,235	0,550
Política marítima integrada (PMI).	co	(11-13)	40,000	40,000					23,140	16,660	0,200
Decisões do Conselho					53 964,220	55 239,650	55 944,721	59 104,898	58 248,279	59 524,917	59 883,357
Despesas de mercado e ajudas directas (após transferência para o desenvolvimento rural)	dc	(07-13)		299 173,310	42 310,161	41 006,490	41 045,696	43 819,775	42 891,202	43 969,637	44 130,349
Desenvolvimento rural	dc	(07-13)		96 435,716	10 905,793	13 303,109	14 001,778	14 363,565	14 436,117	14 616,899	14 808,456

RUBRICA 4 – A UNIÃO EUROPEIA COMO PROTAGONISTA GLOBAL <i>(sem Reserva para Ajudas de Emergência)</i>					6 466,146	7 378,753	7 880,370	8 006,800	8 611,962	8 997,011	9 065,177
Programas objecto de co-decisão <i>(sem Reserva para Ajudas de Emergência)</i>					4 843,701	5 446,431	5 811,451	5 824,963	6 204,247	6 276,632	6 410,635
Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP)	co	(07-13)	11 181,000	13 393,781	1 653,020	1 675,319	1 616,938	1 775,629	1 975,987	2 326,262	2 370,628
Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD)	co	(07-13)	16 897,000	17 136,528	2 178,876	2 249,534	2 381,629	2 440,882	2 679,851	2 585,489	2 620,267
Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)	co	(07-13)	1 104,000	1 127,616	140,591	147,211	157,361	193,043	137,718	176,125	175,567
Instrumento de Estabilidade (IE)	co	(07-13)	2 062,000	1 655,445	139,054	181,096	186,303	219,159	290,138	309,278	330,417
Ajuda Humanitária	co	(07-13)	5 614,000	6 384,170	732,160	931,271	887,051	1 043,900	1 075,553	848,978	865,257
Instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (ICI+)	pc	(10-13)		124,000					45,000	30,500	48,500
Facilidade de resposta rápida ao aumento dos preços dos produtos alimentares nos países em desenvolvimento	co	(08-10)	1 000,000	996,520		262,000	582,170	152,350			
Decisões do Conselho					1 622,445	1 932,322	2 068,919	2 181,837	2 407,715	2 720,379	2 654,542
Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA)	dc	(07-13)	11 468,000	11 392,524	1 263,090	1 497,233	1 518,103	1 585,600	1 796,793	1 867,058	1 864,647
Instrumento de Cooperação para a Segurança Nuclear	dc	(07-13)	524,000	519,008	70,040	72,523	73,973	70,453	75,813	77,330	78,876
Assistência macrofinanceira	dc	(07-13)	753,000	445,079	58,201	19,000	81,600	90,185	0,543	95,550	100,000
Política Externa e de Segurança Comum	dc	(07-13)	1 980,000	2 055,631	159,270	285,250	242,900	281,541	327,374	362,964	396,332
Fundo de Garantia relativo às acções externas	dc	(07-13)	1 400,000	758,980	18,000		92,460	93,810	138,880	260,170	155,660
Instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (ICI) ⁽¹⁾	dc	(07-13)	172,000	178,965	22,200	28,055	29,306	24,094	25,640	24,635	25,035
Instrumento Financeiro para a Protecção Civil	dc	(07-13)	56,000	42,314	5,114	3,200	3,000	8,000	14,000	4,000	5,000
Cooperação com a Gronelândia	dc	(07-13)	175,000	195,658	26,530	27,061	27,577	28,154	28,672	28,672	28,992
(1) O procedimento decisório relacionado com qualquer revisão do ICI deve passar a corresponder ao processo legislativo ordinário (por exemplo, a co-decisão), o que foi o caso do ICI+.											
RUBRICA 5 — ADMINISTRAÇÃO					6 977,863	7 279,525	7 597,446	7 907,973	8 172,839	8 279,642	8 544,418
Programas objecto de co-decisão					6 977,863	7 279,525	7 597,446	7 907,973	8 172,839	8 279,642	8 544,418
Despesas da Comissão, excluindo pensões e Escolas Europeias	dc	(07-13)		23 862,474	3 311,378	3 410,705	3 513,295	3 614,143	3 316,358	3 324,165	3 372,429
Despesas de outras instituições, excluindo pensões	dc	(07-13)		21 473,857	2 577,189	2 673,841	2 805,654	2 946,829	3 428,404	3 463,737	3 578,203
Pensões (todas as instituições)	dc	(07-13)		8 330,328	959,630	1 050,769	1 129,955	1 192,789	1 261,614	1 322,514	1 413,057
Escolas Europeias	dc	(07-13)		1 093,049	129,666	144,210	148,542	154,212	166,463	169,226	180,730
RUBRICA 6 — COMPENSAÇÕES					444,646	206,636	209,113				
Programas objecto de co-decisão					444,646	206,636	209,113				
Compensações	dc	(07-13)		860,395	444,646	206,636	209,113				
(*) Legenda relativa ao tipo de base jurídica: co = co-decisão, dc = decisão, pc = proposta de co-decisão, pd = proposta de decisão											
(**) Para programas objecto de co-decisão, corresponde à quantia de referência na base jurídica; para actos de base não objecto de co-decisão, corresponde à quantia da ficha financeira.											
(***) A quantia total apenas tem em conta o período abrangido pelo programa em questão.											

26.3. RUBRICA 1A - COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Nomenclatura	Designação da rubrica	Instrumento Programa	Tipo	Período	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
					2011	2012	2013
TOTAL RUBRICA 1A - COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO					Variable: BB_LBL_1A_T OT_2011 not found	15 403,000	16 032,048
01	Assuntos económicos e financeiros				Variable: BB_LBL_1A_01 _2011 not found	178,510	210,700
01 02	União Económica e Monetária				Variable: BB_LBL_1A_01 02_2011 not found	5,500	5,000
<i>01 02 04</i>	<i>Prince — Comunicação relativa à União Económica e Monetária, incluindo o euro</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_1A_01 0204_2011 not found	5,500	5,000
01 04	Operações e instrumentos financeiros				Variable: BB_LBL_1A_01 04_2011 not found	173,010	205,700
<i>01 04 04</i>	<i>e a Inovação</i> <i>Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa para o Espírito Empresarial</i>	<i>CIP</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_01 0404_2011 not found	173,010	204,700
02	Empresa				Variable: BB_LBL_1A_02 _2011 not found	1 061,647	1 058,814
02 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Empresa»				Variable: BB_LBL_1A_02 01_2011 not found	39,748	35,727
<i>02 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Empresa»</i>				Variable: BB_LBL_1A_02 0104_2011 not found	19,743	15,743
02 01 04 01	Funcionamento e desenvolvimento do mercado interno, nomeadamente nos domínios da notificação, da certificação e da aproximação setorial — Despesas de gestão administrativa		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_1A_02 010401_2011 not	1,000	1,000

					found		
02 01 04 02	Normalização e aproximação das legislações — Despesas de gestão administrativa		dc		Variable: BB_LBL_1A_02 010402_2011 not found	0,160	0,160
02 01 04 04	Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa para o espírito empresarial e a inovação — Despesas de gestão administrativa	CIP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_02 010404_2011 not found	6,000	5,000
02 01 04 05	Programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo) — Despesas de gestão administrativa	GAL	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_02 010405_2011 not found	4,000	1,000
02 01 04 06	Programa Europeu de Observação da Terra (GMES) — Despesas de gestão administrativa	GMES	pc	(11-13)	Variable: BB_LBL_1A_02 010406_2011 not found	1,000	1,000
02 01 04 30	Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação — Contribuição do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa para o Espírito Empresarial e a Inovação	CIP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_02 010430_2011 not found	7,583	7,583
02 01 05	<i>Despesas de apoio às atividades de investigação no domínio de intervenção «Empresa»</i>				Variable: BB_LBL_1A_02 0105_2011 not found	20,005	19,984
02 02	Competitividade, política industrial, inovação e espírito empresarial				Variable: BB_LBL_1A_02 02_2011 not found	203,490	213,790
02 02 01	<i>Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa para o espírito empresarial e a inovação</i>	CIP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_02 0201_2011 not found	156,100	156,500
02 02 02	<i>Complemento dos trabalhos sobre a competitividade, a inovação e o espírito empresarial</i>				Variable: BB_LBL_1A_02 0202_2011 not found	2,390	2,290
02 02 02 01	Apoio ao Centro de Cooperação Industrial UE-Japão e participação em vários grupos internacionais de estudos		dc		Variable: BB_LBL_1A_02 020201_2011 not found	2,390	2,290
Variable: BB_LBL_1A_0 20203 not found	<i>Melhoria do enquadramento empresarial para as pequenas e médias empresas (PME)</i>	Variable: BB_LBL_1A_02 0203_PROG not found	Variable: BB_LBL_1 A_020203_ TYPE not	Variable: BB_LBL_1A _020203_PE RIOD not	Variable: BB_LBL_1A_02 0203_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 0203_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 0203_2013 not found

Variable: BB_LBL_1A_0 2020305 not found	Ação preparatória — Erasmus para Jovens Empresários	Variable: BB_LBL_1A_02 020305_PROG not found	found	found	Variable: BB_LBL_1A_02 020305_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 020305_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 020305_2013 not found
02 02 08	<i>Ação relativa ao turismo</i>				Variable: BB_LBL_1A_02 0208_2011 not found	3,000	
Variable: BB_LBL_1A_0 2020802 not found	Ação preparatória — Turismo sustentável	Variable: BB_LBL_1A_02 020802_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_0202080 2_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_02020802_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_02 020802_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 020802_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 020802_2013 not found
Variable: BB_LBL_1A_0 2020803 not found	Ação preparatória — Turismo social na Europa	Variable: BB_LBL_1A_02 020803_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_0202080 3_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_02020803_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_02 020803_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 020803_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 020803_2013 not found
Variable: BB_LBL_1A_0 20212 not found	<i>Projeto-piloto — Facilitar o acesso dos artesãos e das pequenas empresas da construção aos seguros para encorajar a inovação e a promoção das tecnologias ecológicas na União Europeia</i>	Variable: BB_LBL_1A_02 0212_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_020212_ TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_020212_P RIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_02 0212_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 0212_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_02 0212_2013 not found
02 02 15	<i>Programa Europeu de Monitorização da Terra (GMES)</i>	GMES	pc	(11-13)	Variable: BB_LBL_1A_02 0215_2011 not found	39,000	55,000
02 03	Mercado interno dos produtos e políticas setoriais				Variable: BB_LBL_1A_02 03_2011 not found	42,050	46,500
02 03 01	<i>Funcionamento e desenvolvimento do mercado interno, nomeadamente nos domínios da notificação, da certificação e da aproximação setorial</i>			Tp	Variable: BB_LBL_1A_02 0301_2011 not found	18,550	19,300
02 03 04	<i>Normalização e aproximação das legislações</i>				Variable: BB_LBL_1A_02 0304_2011 not found	23,500	27,200
02 04	Cooperação — Espaço e segurança				Variable: BB_LBL_1A_02 04_2011 not found	599,519	751,097

02 04 01	<i>Investigação sobre segurança e espaço</i>				Variable: BB_LBL_1A_02 0401_2011 not found	599,519	751,097
02 04 01 01	Investigação espacial	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_02 040101_2011 not found	251,268	312,710
02 04 01 02	Investigação em matéria de segurança	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_02 040102_2011 not found	242,951	300,730
02 04 01 03	Investigação relativa aos transportes (Galileo)	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_02 040103_2011 not found	105,300	137,657
02 05	Programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo)				Variable: BB_LBL_1A_02 05_2011 not found	176,840	11,700
02 05 01	<i>Programas europeus de navegação por satélite (EGNOS e Galileo)</i>	<i>GAL</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_02 0501_2011 not found	167,000	
02 05 02	<i>Agência do GNSS Europeu</i>				Variable: BB_LBL_1A_02 0502_2011 not found	9,840	11,700
02 05 02 01	Agência do GNSS Europeu — Contribuição para os títulos 1 e 2	GSA	ag		Variable: BB_LBL_1A_02 050201_2011 not found	7,921	9,337
02 05 02 02	Agência do GNSS Europeu (GSA) — Contribuição para o título 3	GSA	ag		Variable: BB_LBL_1A_02 050202_2011 not found	1,919	2,363
04	Emprego e assuntos sociais				Variable: BB_LBL_1A_04 _2011 not found	207,288	198,977
04 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Emprego e assuntos sociais»				Variable: BB_LBL_1A_04 01_2011 not found	4,327	4,352
	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Emprego e assuntos sociais»</i>				Variable:		

04 01 04					BB_LBL_1A_04 0104_2011 not found	4,327	4,352
04 01 04 02	Relações laborais e diálogo social — Despesas de gestão administrativa		Tp		Variable: BB_LBL_1A_04 010402_2011 not found	0,260	0,260
04 01 04 04	EURES (Serviços de Emprego Europeus) — Despesas de gestão administrativa		dc		Variable: BB_LBL_1A_04 010404_2011 not found	0,470	0,470
04 01 04 06	Análise, estudos e campanhas de sensibilização sobre a situação social, a demografia e a família — Despesas de gestão administrativa		dc		Variable: BB_LBL_1A_04 010406_2011 not found	0,100	0,175
04 01 04 08	Livre circulação de trabalhadores, coordenação dos sistemas de segurança social e medidas relativas aos migrantes, incluindo os migrantes de países terceiros — Despesas de gestão administrativa		dc		Variable: BB_LBL_1A_04 010408_2011 not found	0,400	0,400
04 01 04 10	<i>Progress</i> — Despesas de gestão administrativa	PRO	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_04 010410_2011 not found	2,847	2,847
04 01 04 11	Instrumento de microfinanciamento europeu «Progress» — Despesas de funcionamento administrativo	EMF	pc	(10-13)	Variable: BB_LBL_1A_04 010411_2011 not found	0,250	0,200
04 03	Trabalhar na Europa — Diálogo social e mobilidade				Variable: BB_LBL_1A_04 03_2011 not found	78,430	76,472
04 03 02	<i>Despesas de consultas sindicais prévias</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_1A_04 0302_2011 not found	<i>0,450</i>	<i>0,450</i>
04 03 03	<i>Diálogo social e dimensão social da União</i>				Variable: BB_LBL_1A_04 0303_2011 not found	<i>41,000</i>	<i>40,900</i>
04 03 03 01	Relações laborais e diálogo social		Ts		Variable: BB_LBL_1A_04 030301_2011 not found	16,500	16,500
04 03 03 02	Ações de formação e informação destinadas a organizações de trabalhadores		Ts		Variable: BB_LBL_1A_04	17,000	17,400

					030302_2011 not found		
04 03 03 03	Informação, consulta e participação dos representantes das empresas		Ts		Variable: BB_LBL_1A_04 030303_2011 not found	7,500	7,000
04 03 04	<i>EURES (Serviços de Emprego Europeus)</i>		dc		Variable: BB_LBL_1A_04 0304_2011 not found	20,600	20,800
04 03 05	<i>Livre circulação de trabalhadores, coordenação dos sistemas de segurança social e medidas para os migrantes, incluindo os migrantes de países terceiros</i>		dc		Variable: BB_LBL_1A_04 0305_2011 not found	6,270	5,692
04 03 07	<i>Análise, estudos e campanhas de sensibilização sobre a situação social, a demografia e a família</i>		dc		Variable: BB_LBL_1A_04 0307_2011 not found	2,160	4,130
Variable: BB_LBL_1A_040312 not found	<i>Projeto-piloto — Total colaboração entre administrações públicas, empresas com fins lucrativos e empresas sem fins lucrativos para fins de inclusão social e laboral</i>	Variable: BB_LBL_1A_040312_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_040312_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_040312_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_040312_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_040312_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_040312_2013 not found
04 03 13	<i>Ação preparatória — O teu primeiro emprego EURES</i>		pa		Variable: BB_LBL_1A_04 0313_2011 not found	3,250	4,500
04 03 14	<i>Projeto-piloto — Solidariedade social para a integração social</i>		pp		Variable: BB_LBL_1A_04 0314_2011 not found	1,000	
04 04	Emprego, solidariedade social e igualdade dos géneros				Variable: BB_LBL_1A_04 04_2011 not found	124,531	118,153
04 04 01	<i>Progress</i>				Variable: BB_LBL_1A_04 0401_2011 not found	58,922	57,503
04 04 01 01	Emprego	PRO	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_04 040101_2011 not found	20,558	20,558
04 04 01 02	Proteção social e inclusão social	PRO	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_04	28,485	28,485

					040102_2011 not found		
04 04 01 03	Condições de trabalho	PRO	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_04 040103_2011 not found	8,525	7,260
04 04 01 06	Apoio à execução	PRO	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_04 040106_2011 not found	1,354	1,200
04 04 03	<i>Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho</i>				Variable: BB_LBL_1A_04 0403_2011 not found	20,289	20,115
04 04 03 01	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho — Contribuição para os títulos 1 e 2	EUROFOUND	ag		Variable: BB_LBL_1A_04 040301_2011 not found	13,265	13,263
04 04 03 02	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho — Contribuição para o título 3	EUROFOUND	ag		Variable: BB_LBL_1A_04 040302_2011 not found	7,024	6,852
04 04 04	<i>Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho</i>				Variable: BB_LBL_1A_04 0404_2011 not found	14,570	14,035
04 04 04 02	Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho — Contribuição para os títulos 1 e 2	EUOSHA	ag		Variable: BB_LBL_1A_04 040402_2011 not found	6,979	6,979
04 04 04 03	Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho — Contribuição para o título 3	EUOSHA	ag		Variable: BB_LBL_1A_04 040403_2011 not found	7,591	7,056
Variable: BB_LBL_1A_0 40408 not found	<i>Projeto-piloto — Incentivar a transformação de trabalho precário em trabalho com direitos</i>				Variable: BB_LBL_1A_04 0408_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_04 0408_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_04 0408_2013 not found
04 04 15	<i>Instrumento de Microfinanciamento Europeu «Progress»</i>				Variable: BB_LBL_1A_04 0415_2011 not found	24,750	26,500
		EMF	pc	(10-13)			

06	Mobilidade e transportes				Variable: BB_LBL_1A_06_2011 not found	1 622,524	1 697,820
06 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Mobilidade e transportes»				Variable: BB_LBL_1A_06_01_2011 not found	26,111	26,030
06 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Mobilidade e transportes»</i>				Variable: BB_LBL_1A_06_0104_2011 not found	15,766	16,380
06 01 04 01	Programa Marco Polo II — Despesas de gestão administrativa	MP2	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_06_010401_2011 not found	0,110	0,120
06 01 04 02	Transportes — Despesas de gestão administrativa		Tp		Variable: BB_LBL_1A_06_010402_2011 not found	0,800	0,700
06 01 04 04	Apoio financeiro aos projetos de interesse comum da rede transeuropeia de transportes — Despesas de gestão administrativa	RTT	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_06_010404_2011 not found	3,000	3,700
Variable: BB_LBL_1A_06010407 not found	Segurança e proteção dos utentes de transportes — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_LBL_1A_06_010407_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_06010407_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_06010407_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_06_010407_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_06_010407_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_06_010407_2013 not found
06 01 04 09	Informação e comunicação — Despesas de gestão administrativa		Tp		Variable: BB_LBL_1A_06_010409_2011 not found	0,496	0,500
06 01 04 31	Redes transeuropeias de transportes — Agência de execução	RTT	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_06_010431_2011 not found	9,805	9,805
06 01 04 32	Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação — Contribuição do Programa Marco Polo II	MP2	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_06_010432_2011 not found	1,555	1,555
06 01 05	<i>Despesas de apoio às atividades de investigação no domínio de intervenção «Mobilidade e transportes»</i>				Variable: BB_LBL_1A_06_0105_2011 not found	10,345	9,650
06 02	Transportes interiores, aéreos e marítimos				Variable:	209,427	200,809

					BB_LBL_1A_06 02_2011 not found		
06 02 01	<i>Agência Europeia para a Segurança da Aviação</i>				Variable: BB_LBL_1A_06 0201_2011 not found	33,297	34,556
06 02 01 01	Agência Europeia para a Segurança da Aviação — Contribuição para os títulos 1 e 2	EASA	ag		Variable: BB_LBL_1A_06 020101_2011 not found	26,435	26,435
06 02 01 02	Agência Europeia para a Segurança da Aviação — Contribuição para o título 3	EASA	ag		Variable: BB_LBL_1A_06 020102_2011 not found	6,861	8,120
06 02 02	<i>Agência Europeia da Segurança Marítima</i>				Variable: BB_LBL_1A_06 0202_2011 not found	53,229	53,872
06 02 02 01	Agência Europeia da Segurança Marítima — Contribuição para os títulos 1 e 2	EMSA	ag		Variable: BB_LBL_1A_06 020201_2011 not found	26,168	22,777
06 02 02 02	Agência Europeia da Segurança Marítima — Contribuição para o título 3	EMSA	ag		Variable: BB_LBL_1A_06 020202_2011 not found	7,061	8,432
06 02 02 03	Agência Europeia da Segurança Marítima — Medidas antipoluição	APM	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_06 020203_2011 not found	20,000	22,663
06 02 03	<i>Atividades de apoio à política europeia dos transportes e direitos dos passageiros</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_1A_06 0203_2011 not found	31,770	25,000
06 02 06	<i>Programa Marco Polo II</i>		<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_06 0206_2011 not found	62,844	60,000
06 02 08	<i>Agência Ferroviária Europeia</i>				Variable: BB_LBL_1A_06 0208_2011 not found	24,487	24,871
06 02 08 01	Agência Ferroviária Europeia — Contribuição para os títulos 1 e 2	ERA	ag		Variable: BB_LBL_1A_06	17,460	17,853

					020801_2011 not found		
06 02 08 02	Agência Ferroviária Europeia — Contribuição para o título 3	ERA	ag		Variable: BB_LBL_1A_06 020802_2011 not found	7,028	7,018
06 02 11	<i>Segurança dos transportes</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_1A_06 0211_2011 not found	2,300	2,510
06 03	Redes transeuropeias				Variable: BB_LBL_1A_06 03_2011 not found	1 325,406	1 410,000
06 03 03	<i>Apoio financeiro aos projetos de interesse comum da rede transeuropeia de transportes</i>	<i>RTT</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_06 0303_2011 not found	1 275,406	1 410,000
06 03 05	<i>Empresa Comum SESAR</i>	<i>RTT</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_06 0305_2011 not found	50,000	
06 06	Investigação relativa aos transportes				Variable: BB_LBL_1A_06 06_2011 not found	61,580	60,981
06 06 02	<i>Investigação relativa aos transportes (incluindo a aeronáutica)</i>				Variable: BB_LBL_1A_06 0602_2011 not found	61,580	60,981
06 06 02 02	Investigação relacionada com os transportes (incluindo a aeronáutica) — Empresa Comum «Pilhas de combustível e hidrogénio»	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_06 060202_2011 not found	2,980	2,656
06 06 02 03	Empresa Comum SESAR	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_06 060203_2011 not found	58,600	58,325
08	Investigação				Variable: BB_LBL_1A_08 _2011 not found	6 569,611	6 849,633
08 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Investigação»				Variable: BB_LBL_1A_08 01_2011 not found	330,845	336,770

					found		
08 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Investigação»</i>				Variable: BB_LBL_1A_08 0104_2011 not found	125,339	127,690
08 01 04 30	Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação (ERCEA)	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 010430_2011 not found	39,000	39,000
08 01 04 31	Agência de Execução para a Investigação (REA)	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 010431_2011 not found	47,339	49,300
Variable: BB_LBL_1A_0 8010440_PRG _EURAT2012 not found	Empresa Comum Europeia para o ITER — Fusão para a Produção de Energia (F4E) — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_LBL_1A_08 010440_PRG_E URAT2012_PR OG not found	Variable: BB_LBL_1 A_0801044 0_PRG_EU RAT2012_ TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A _08010440_P RG_EURAT 2012_PERIO D not found	Variable: BB_LBL_1A_08 010440_PRG_E URAT2012_201 1 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 010440_PRG_E URAT2012_201 2 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 010440_PRG_E URAT2012_201 3 not found
Variable: BB_LBL_1A_0 8010440_PRG _EURAT not found	Empresa Comum Europeia para o ITER — Fusão para a Produção de Energia (F4E) — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_LBL_1A_08 010440_PRG_E URAT_PROG not found	Variable: BB_LBL_1 A_0801044 0_PRG_EU RAT_TYP E not found	Variable: BB_LBL_1A _08010440_P RG_EURAT _PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_08 010440_PRG_E URAT_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 010440_PRG_E URAT_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 010440_PRG_E URAT_2013 not found
08 01 05	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Investigação»</i>				Variable: BB_LBL_1A_08 0105_2011 not found	205,506	209,080
08 02	Cooperação — Saúde				Variable: BB_LBL_1A_08 _02_2011 not found	939,534	1 002,798
08 02 01	<i>Cooperação — Saúde</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0201_2011 not found	639,534	791,490
08 02 02	<i>Cooperação — Saúde — Empresa comum Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0202_2011 not found	294,300	207,068
08 02 03	<i>Cooperação — Saúde — Despesas de apoio à empresa comum Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0203_2011 not found	5,700	4,240

					found		
08 03	Cooperação — Alimentação, agricultura e pescas e biotecnologia				Variable: BB_LBL_1A_08 03_2011 not found	312,784	356,725
<i>08 03 01</i>	<i>Cooperação — Alimentação, agricultura e pescas e biotecnologia</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0301_2011 not found	<i>312,784</i>	<i>356,725</i>
08 04	Cooperação — Nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção				Variable: BB_LBL_1A_08 04_2011 not found	510,906	615,456
<i>08 04 01</i>	<i>Cooperação — Nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0401_2011 not found	<i>501,040</i>	<i>606,664</i>
<i>08 04 02</i>	<i>Cooperação — Nanociências, nanotecnologias, materiais e novas tecnologias de produção — Empresa comum Pilhas de Combustível e Hidrogénio</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0402_2011 not found	<i>9,866</i>	<i>8,792</i>
08 05	Cooperação — Energia				Variable: BB_LBL_1A_08 05_2011 not found	189,933	217,825
<i>08 05 01</i>	<i>Cooperação — Energia</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0501_2011 not found	<i>178,320</i>	<i>201,580</i>
<i>08 05 02</i>	<i>Cooperação — Energia — Empresa comum Pilhas de Combustível e Hidrogénio</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0502_2011 not found	<i>10,374</i>	<i>15,006</i>
<i>08 05 03</i>	<i>Despesas de apoio à empresa comum Pilhas de Combustível e Hidrogénio</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0503_2011 not found	<i>1,239</i>	<i>1,239</i>
08 06	Cooperação — Ambiente (incluindo as alterações climáticas)				Variable: BB_LBL_1A_08 06_2011 not found	285,273	336,586
<i>08 06 01</i>	<i>Cooperação — Ambiente (incluindo as alterações climáticas)</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0601_2011 not found	<i>280,840</i>	<i>332,635</i>

08 06 02	<i>Cooperação — Ambiente — Empresa comum Pilhas de Combustível e Hidrogénio</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0602_2011 not found	<i>4,433</i>	<i>3,951</i>
08 07	Cooperação — transportes (incluindo a aeronáutica)				Variable: BB_LBL_1A_08 07_2011 not found	483,484	558,819
08 07 01	<i>Cooperação — Transportes (incluindo a aeronáutica)</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0701_2011 not found	<i>323,818</i>	<i>311,890</i>
08 07 02	<i>Cooperação — Transportes — Empresa comum Clean Sky</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0702_2011 not found	<i>137,460</i>	<i>226,514</i>
08 07 03	<i>Cooperação — Transportes — Despesas de apoio à empresa comum Clean Sky</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0703_2011 not found	<i>2,540</i>	<i>2,889</i>
08 07 04	<i>Cooperação — Transportes — Empresa comum Pilhas de Combustível e Hidrogénio</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0704_2011 not found	<i>19,666</i>	<i>17,526</i>
08 08	Cooperação — Ciências socioeconómicas e ciências humanas				Variable: BB_LBL_1A_08 08_2011 not found	92,395	112,181
08 08 01	<i>Cooperação — Ciências socioeconómicas e ciências humanas</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0801_2011 not found	<i>92,395</i>	<i>112,181</i>
08 09	Cooperação — Mecanismo de financiamento com partilha de riscos (MFPR)				Variable: BB_LBL_1A_08 09_2011 not found	198,004	
08 09 01	<i>Cooperação — Mecanismo de financiamento com partilha de riscos (MFPR)</i>	<i>FP7CE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 0901_2011 not found	<i>198,004</i>	
08 10	«Ideias»				Variable: BB_LBL_1A_08 10_2011 not found	1 564,948	1 707,158
	<i>«Ideias»</i>				Variable:		

08 10 01		FP7CE	co	(07-13)	BB_LBL_1A_08 1001_2011 not found	1 564,948	1 707,158
08 12	Capacidades — Infraestruturas de investigação				Variable: BB_LBL_1A_08 12_2011 not found	50,228	74,663
08 12 01	<i>Capacidades — Infraestruturas de investigação</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 1201_2011 not found	50,228	74,663
08 13	Capacidades — Investigação em benefício das pequenas e médias empresas (PME)				Variable: BB_LBL_1A_08 13_2011 not found	251,176	270,553
08 13 01	<i>Capacidades — Investigação em benefício das pequenas e médias empresas (PME)</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 1301_2011 not found	251,176	270,553
08 14	Capacidades — Regiões do conhecimento				Variable: BB_LBL_1A_08 14_2011 not found	20,078	26,496
08 14 01	<i>Capacidades — Regiões do conhecimento</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 1401_2011 not found	20,078	26,496
08 15	Capacidades — Potencial de investigação				Variable: BB_LBL_1A_08 15_2011 not found	66,609	73,939
08 15 01	<i>Capacidades — Potencial de investigação</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 1501_2011 not found	66,609	73,939
08 16	Capacidades — Ciência na sociedade				Variable: BB_LBL_1A_08 16_2011 not found	44,828	63,376
08 16 01	<i>Capacidades — Ciência na sociedade</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 1601_2011 not found	44,828	63,376
08 17	Capacidades — Atividades de cooperação internacional				Variable: BB_LBL_1A_08	32,102	39,683

					17_2011 not found		
08 17 01	<i>Capacidades — Atividades de cooperação internacional</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 1701_2011 not found	32,102	39,683
08 18	Capacidades — Mecanismo de financiamento com partilha de riscos (MFPR)				Variable: BB_LBL_1A_08 18_2011 not found		50,000
08 18 01	<i>Capacidades — Mecanismo de financiamento com partilha de riscos (MFPR)</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 1801_2011 not found		50,000
08 19	Capacidades — Apoio ao desenvolvimento coerente de políticas de investigação				Variable: BB_LBL_1A_08 19_2011 not found	13,102	13,411
08 19 01	<i>Capacidades — Apoio ao desenvolvimento coerente de políticas de investigação</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_08 1901_2011 not found	13,102	13,411
08 20	Euratom — Energia de fusão				Variable: BB_LBL_1A_08 20_2011 not found	1 129,274	937,355
Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_E URAT2012 not found	<i>Euratom — Energia de fusão</i>	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT2012_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT2012_T YPE not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR G_EURAT2012_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT2012_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT2012_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT2012_2013 not found
Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_E URAT not found	<i>Euratom — Energia de fusão</i>	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR G_EURAT_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_082001_PRG_EUR AT_2013 not found
Variable: BB_LBL_1A_082002_PRG_E URAT not found	<i>Euratom — Empresa comum europeia para o ITER — Fusão para a produção de energia (F4E)</i>	Variable: BB_LBL_1A_082002_PRG_EUR AT_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_082002_PRG_EUR AT_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_082002_PRG_EUR G_EURAT_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_082002_PRG_EUR AT_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_082002_PRG_EUR AT_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_082002_PRG_EUR AT_2013 not found

Variable: BB_LBL_1A_0 82002_PRG_E URAT2012 not found	<i>Euratom — Empresa comum europeia para o ITER — Fusão para a produção de energia (F4E)</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 2002_PRG_EUR AT2012_PROG not found	Variable: BB_LBL_1 A_082002_ PRG_EUR AT2012_T YPE not found	Variable: BB_LBL_1A _082002_PR G_EURAT20 12_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_08 2002_PRG_EUR AT2012_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 2002_PRG_EUR AT2012_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 2002_PRG_EUR AT2012_2013 not found
08 21	Euratom — Cisão nuclear e proteção contra radiações				Variable: BB_LBL_1A_08 21_2011 not found	54,105	55,839
Variable: BB_LBL_1A_0 82101_PRG_E URAT2012 not found	<i>Euratom — Cisão nuclear e proteção contra radiações</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 2101_PRG_EUR AT2012_PROG not found	Variable: BB_LBL_1 A_082101_ PRG_EUR AT2012_T YPE not found	Variable: BB_LBL_1A _082101_PR G_EURAT20 12_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_08 2101_PRG_EUR AT2012_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 2101_PRG_EUR AT2012_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 2101_PRG_EUR AT2012_2013 not found
Variable: BB_LBL_1A_0 82101_PRG_E URAT not found	<i>Euratom — Cisão nuclear e proteção contra radiações</i>	Variable: BB_LBL_1A_08 2101_PRG_EUR AT_PROG not found	Variable: BB_LBL_1 A_082101_ PRG_EUR AT_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A _082101_PR G_EURAT_ PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_08 2101_PRG_EUR AT_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 2101_PRG_EUR AT_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_08 2101_PRG_EUR AT_2013 not found
09	Sociedade da informação e meios de comunicação				Variable: BB_LBL_1A_09 _2011 not found	1 630,114	1 757,767
09 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Sociedade da informação e meios de Comunicação»				Variable: BB_LBL_1A_09 01_2011 not found	81,300	81,250
09 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Sociedade da informação e meios de comunicação»</i>				Variable: BB_LBL_1A_09 0104_2011 not found	2,370	2,320
09 01 04 01	Definição e execução da política da União no domínio das comunicações eletrónicas — Despesas de gestão administrativa		Tp		Variable: BB_LBL_1A_09 010401_2011 not found	0,690	0,690
09 01 04 03	Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Apoio à Política de Tecnologias da Informação e da Comunicação — Despesas de gestão administrativa	CIP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_09 010403_2011 not found	1,480	1,480
09 01 04 04	Programa «Internet mais segura» — Despesas de gestão administrativa	SIP2	co	(09-13)	Variable:	0,200	0,150

					BB_LBL_1A_09 010404_2011 not found		
09 01 05	<i>Despesas de apoio às atividades de investigação do domínio de intervenção «Sociedade da informação e meios de comunicação»</i>				Variable: BB_LBL_1A_09 0105_2011 not found	78,930	78,930
09 02	Quadro regulamentar da agenda digital				Variable: BB_LBL_1A_09 02_2011 not found	29,642	17,080
09 02 01	<i>Definição e execução da política da União no domínio das comunicações eletrónicas</i>			<i>Tp</i>	Variable: BB_LBL_1A_09 0201_2011 not found	2,405	2,405
09 02 02	<i>Promover uma utilização mais segura da Internet e das novas tecnologias em linha</i>				Variable: BB_LBL_1A_09 0202_2011 not found	14,700	2,700
09 02 02 01	Programa «Internet mais segura»	SIP2	co	(09-13)	Variable: BB_LBL_1A_09 020201_2011 not found	14,700	2,700
09 02 03	<i>Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação</i>				Variable: BB_LBL_1A_09 0203_2011 not found	8,244	8,206
09 02 03 01	Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação — Contribuição para os títulos 1 e 2	ENISA	ag		Variable: BB_LBL_1A_09 020301_2011 not found	5,894	5,826
09 02 03 02	Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação — Contribuição para o título 3	ENISA	ag		Variable: BB_LBL_1A_09 020302_2011 not found	2,350	2,380
09 02 04	<i>Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) — Gabinete</i>				Variable: BB_LBL_1A_09 0204_2011 not found	4,293	3,769
09 02 04 01	Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) — Gabinete — Contribuição para o títulos 1 e 2	BEREC	ag		Variable: BB_LBL_1A_09 020401_2011 not found	3,621	3,166
09 02 04 02	Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (ORECE) — Gabinete — Contribuição para o título 3	BEREC	ag		Variable: BB_LBL_1A_09	0,672	0,603

					020402_2011 not found		
09 03	Adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação				Variable: BB_LBL_1A_09 03_2011 not found	132,850	144,265
09 03 01	<i>Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa de Apoio à Política de Tecnologias da Informação e da Comunicação (PAP TIC)</i>	CIP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_09 0301_2011 not found	132,850	144,265
09 04	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações (TIC)				Variable: BB_LBL_1A_09 04_2011 not found	1 354,972	1 477,769
09 04 01	<i>Apoio à cooperação em matéria de investigação no domínio das tecnologias da informação e das comunicações (TIC — Cooperação)</i>				Variable: BB_LBL_1A_09 0401_2011 not found	1 354,972	1 477,769
09 04 01 01	Apoio à cooperação em matéria de investigação no domínio das tecnologias da informação e das comunicações (TIC — Cooperação)	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_09 040101_2011 not found	1 244,472	1 301,428
09 04 01 02	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Empresa Comum ARTEMIS	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_09 040102_2011 not found	53,721	65,000
09 04 01 03	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Despesas de apoio à Empresa Comum ARTEMIS	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_09 040103_2011 not found	1,758	0,912
09 04 01 04	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Empresa Comum ENIAC	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_09 040104_2011 not found	53,721	110,000
09 04 01 05	Cooperação — Tecnologias da informação e das comunicações — Despesas de apoio à Empresa Comum ENIAC	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_09 040105_2011 not found	1,299	0,429
09 05	Capacidades — Infraestruturas de investigação				Variable: BB_LBL_1A_09 05_2011 not found	31,349	37,403
09 05 01	<i>Capacidades — Infraestruturas de investigação</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_09 0501_2011 not found	31,349	37,403

					found		
10	Investigação direta				Variable: BB_LBL_1A_10_2011 not found	410,894	424,128
10 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Investigação direta»				Variable: BB_LBL_1A_10_01_2011 not found	340,064	350,080
10 01 05	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Investigação direta»</i>				Variable: BB_LBL_1A_10_0105_2011 not found	340,064	350,080
10 02	Dotações operacionais diretas para a investigação — Sétimo programa-quadro (2007-2013) — UE				Variable: BB_LBL_1A_10_02_2011 not found	31,531	32,898
10 02 01	<i>Atividades não nucleares do Centro Comum de Investigação (CCI)</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_10_0201_2011 not found	31,531	32,898
10 03	Dotações operacionais diretas para a investigação — Sétimo programa-quadro (2007-2011 e 2012-2013) — Euratom				Variable: BB_LBL_1A_10_03_2011 not found	9,895	10,250
Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT2012 not found	<i>Atividades nucleares do Centro Comum de Investigação (JRC)</i>	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT2012_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT2012_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT2012_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT2012_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT2012_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT2012_2013 not found
Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT not found	<i>Atividades nucleares do Centro Comum de Investigação (JRC)</i>	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_100301_PRG_EURAT_2013 not found
10 05	Obrigações históricas resultantes das atividades nucleares realizadas pelo Centro Comum de Investigação no âmbito do Tratado Euratom				Variable: BB_LBL_1A_10_05_2011 not found	29,404	30,900
10 05 01	<i>Desmantelamento de instalações nucleares e gestão dos resíduos</i>		dc		Variable: BB_LBL_1A_10_0501_2011 not found	29,404	30,900

					found		
12	Mercado interno				Variable: BB_LBL_1A_12_2011 not found	41,131	39,166
12 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Mercado interno»				Variable: BB_LBL_1A_12_01_2011 not found	0,700	0,700
12 01 04	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Mercado interno»</i>				Variable: BB_LBL_1A_12_0104_2011 not found	0,700	0,700
12 01 04 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno — Despesas de gestão administrativa		Tp		Variable: BB_LBL_1A_12_010401_2011 not found	0,700	0,700
12 02	Política do mercado interno				Variable: BB_LBL_1A_12_02_2011 not found	11,250	9,800
12 02 01	<i>Implementação e desenvolvimento do mercado interno</i>		Tp		Variable: BB_LBL_1A_12_0201_2011 not found	8,800	8,800
Variable: BB_LBL_1A_1_20202 not found	<i>Programa SOLVIT e Plano de Ação sobre Serviços de Assistência no âmbito do Mercado Único</i>	Variable: BB_LBL_1A_12_0202_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_120202_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_120202_PE_RIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_12_0202_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_12_0202_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_12_0202_2013 not found
12 02 03	<i>Projeto-piloto — Fórum do Mercado Único</i>		pp		Variable: BB_LBL_1A_12_0203_2011 not found	1,200	
12 02 04	<i>Projeto-piloto — Reforço da capacidade de intervenção dos utilizadores finais e de outras entidades extrassetoriais na elaboração de políticas da União na área dos serviços financeiros</i>		pp		Variable: BB_LBL_1A_12_0204_2011 not found	1,250	1,000
12 04	Livre circulação de capitais, direito das sociedades e governo das sociedades				Variable: BB_LBL_1A_12_04_2011 not found	29,181	28,666
12 04 01	<i>Atividades específicas no domínio dos serviços financeiros, da informação financeira e da auditoria</i>	FINSER	pc	(10-13)	Variable: BB_LBL_1A_12_0401_2011 not found	7,500	7,650

					found		
12 04 02	<i>Autoridade Bancária Europeia</i>				Variable: BB_LBL_1A_12 0402_2011 not found	8,299	8,545
12 04 02 01	Autoridade Bancária Europeia — Contribuição para os títulos 1 e 2	EBA	ag		Variable: BB_LBL_1A_12 040201_2011 not found	7,099	7,474
12 04 02 02	Autoridade Bancária Europeia — Contribuição para o título 3	EBA	ag		Variable: BB_LBL_1A_12 040202_2011 not found	1,200	1,071
12 04 03	<i>Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma</i>				Variable: BB_LBL_1A_12 0403_2011 not found	6,262	5,838
12 04 03 01	Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma — Contribuição para os títulos 1 e 2	EIOPA	ag		Variable: BB_LBL_1A_12 040301_2011 not found	5,070	4,809
12 04 03 02	Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma — Contribuição para o título 3	EIOPA	ag		Variable: BB_LBL_1A_12 040302_2011 not found	1,192	1,029
12 04 04	<i>Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados</i>				Variable: BB_LBL_1A_12 0404_2011 not found	7,120	6,633
12 04 04 01	Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados — Contribuição para os títulos 1 e 2	ESMA	ag		Variable: BB_LBL_1A_12 040401_2011 not found	5,838	5,433
12 04 04 02	Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados — Contribuição para o título 3	ESMA	ag		Variable: BB_LBL_1A_12 040402_2011 not found	1,282	1,200
14	Fiscalidade e união aduaneira				Variable: BB_LBL_1A_14 _2011 not found	85,852	87,752
14 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Fiscalidade e união aduaneira»				Variable: BB_LBL_1A_14 01 2011 not	1,252	1,252

					found		
14 01 04	Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Fiscalidade e união aduaneira»				Variable: BB_LBL_1A_14 0104_2011 not found	1,252	1,252
14 01 04 01	Realização e desenvolvimento do mercado interno — Despesas de gestão administrativa		Tp		Variable: BB_LBL_1A_14 010401_2011 not found	0,120	0,120
14 01 04 02	<i>Alfândega 2013 e Fiscalis 2013</i> — Despesas de gestão administrativa	CUS	co	(08-13)	Variable: BB_LBL_1A_14 010402_2011 not found	1,132	1,132
14 02	Estratégia política e coordenação da Direção-Geral da Fiscalidade e união aduaneira				Variable: BB_LBL_1A_14 02_2011 not found	3,400	3,500
14 02 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno		Tp		Variable: BB_LBL_1A_14 0201_2011 not found	3,400	3,500
14 04	Política aduaneira				Variable: BB_LBL_1A_14 04_2011 not found	53,000	53,000
14 04 02	Alfândega 2013	CUS	co	(08-13)	Variable: BB_LBL_1A_14 0402_2011 not found	53,000	53,000
14 05	Política fiscal				Variable: BB_LBL_1A_14 05_2011 not found	28,200	30,000
14 05 03	Fiscalis 2013	FIS	co	(08-13)	Variable: BB_LBL_1A_14 0503_2011 not found	28,200	30,000
15	Educação e cultura				Variable: BB_LBL_1A_15 _2011 not found	2 256,733	2 339,278
15 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Educação e cultura»				Variable: BB_LBL_1A_15 01 2011 not	34,108	33,809

					found		
15 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Educação e cultura»</i>				Variable: BB_LBL_1A_15 0104_2011 not found	31,108	30,809
15 01 04 14	Erasmus Mundus— Despesas de gestão administrativa	MUN2	co	(09-13)	Variable: BB_LBL_1A_15 010414_2011 not found	0,914	0,914
15 01 04 22	Aprendizagem ao longo da vida — Despesas de gestão administrativa	LLL	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_15 010422_2011 not found	8,750	8,500
15 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas a título da rubrica 1A	LLL	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_15 010430_PRG_L LL_2011 not found	18,144	18,144
15 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas a título da rubrica 1A	MUN2	co	(09-13)	Variable: BB_LBL_1A_15 010430_PRG_M UN2_2011 not found	3,300	3,251
15 01 05	<i>Despesas de apoio às atividades de investigação do domínio de intervenção «Educação e cultura»</i>				Variable: BB_LBL_1A_15 0105_2011 not found	3,000	3,000
15 02	Aprendizagem ao longo da vida, incluindo o multilinguismo				Variable: BB_LBL_1A_15 02_2011 not found	1 315,963	1 351,217
15 02 02	<i>Erasmus Mundus</i>	MUN2	co	(09-13)	Variable: BB_LBL_1A_15 0202_2011 not found	105,654	108,291
15 02 11	<i>Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia</i>				Variable: BB_LBL_1A_15 0211_2011 not found	79,324	123,065
15 02 11 01	Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia — Estrutura de direção	EIT	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_15 021101_2011 not found	4,493	4,765
15 02 11 02	Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia — Comunidades de Conhecimento e Inovação (CCI)	EIT	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_15	74,831	118,300

					021102_2011 not found		
15 02 22	<i>Programa de aprendizagem ao longo da vida</i>	LLL	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_15 0222_2011 not found	1 110,476	1 100,476
15 02 25	<i>Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional</i>				Variable: BB_LBL_1A_15 0225_2011 not found	17,009	17,385
15 02 25 01	Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional — Contribuição para os títulos 1 e 2	CEDEFOP	ag		Variable: BB_LBL_1A_15 022501_2011 not found	12,669	12,430
15 02 25 02	Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional — Contribuição para o título 3	CEDEFOP	ag		Variable: BB_LBL_1A_15 022502_2011 not found	4,340	4,955
Variable: BB_LBL_1A_1 50231 not found	<i>Projeto-piloto destinado a cobrir as despesas de formação de estudantes que se especializem na Política Europeia de Vizinhaça (PEV) e despesas com atividades académicas conexas, incluindo a criação de uma cátedra PEV no Colégio da Europa (Campus de Natolin)</i>	Variable: BB_LBL_1A_15 0231_PROG not found	Variable: BB_LBL_1 A_150231_ TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A _150231_PE RIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_15 0231_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_15 0231_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_15 0231_2013 not found
15 02 33	<i>Ação preparatória destinada a cobrir as despesas de formação de estudantes que se especializem na Política Europeia de Vizinhaça (PEV) e despesas com atividades académicas conexas e outros módulos educativos, incluindo o funcionamento da cátedra PEV no Colégio da Europa de Natolin</i>		pa		Variable: BB_LBL_1A_15 0233_2011 not found	3,500	2,000
15 07	Pessoas — Programa para a mobilidade dos investigadores				Variable: BB_LBL_1A_15 07_2011 not found	906,662	954,252
15 07 77	<i>Pessoas</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_15 0777_2011 not found	905,662	954,252
15 07 79	<i>Projeto-Piloto — Parcerias de conhecimento</i>		pp		Variable: BB_LBL_1A_15 0779_2011 not found	1,000	
17	Saúde e defesa do consumidor				Variable: BB_LBL_1A_17 _2011 not found	28,966	39,230
17 03	Saúde pública				Variable: BB_LBL_1A_17	28,966	39,230

					03_2011 not found		
17 03 10	<i>Agência Europeia de Medicamentos</i>				Variable: BB_LBL_1A_17 0310_2011 not found	28,966	39,230
17 03 10 01	Agência Europeia de Medicamentos — Contribuição para os títulos 1 e 2	EMEA	ag		Variable: BB_LBL_1A_17 031001_2011 not found	7,655	6,165
17 03 10 02	Agência Europeia de Medicamentos — Contribuição para o título 3	EMEA	ag		Variable: BB_LBL_1A_17 031002_2011 not found	15,311	27,065
17 03 10 03	Contribuição especial a favor dos medicamentos órfãos	EMEA	ag		Variable: BB_LBL_1A_17 031003_2011 not found	6,000	6,000
24	Luta contra a fraude				Variable: BB_LBL_1A_24 _2011 not found	21,450	21,700
24 02	Luta contra a fraude				Variable: BB_LBL_1A_24 02_2011 not found	21,450	21,700
24 02 01	<i>Programas operacionais de luta contra a fraude</i>	<i>HER</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_24 0201_2011 not found	<i>14,250</i>	<i>14,000</i>
24 02 02	<i>Pérides</i>	<i>PER</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_24 0202_2011 not found	<i>1,000</i>	<i>1,000</i>
24 02 03	<i>Sistema de Informação Antifraude (AFIS)</i>	<i>AFIS</i>	<i>dc</i>	<i>(08-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_24 0203_2011 not found	<i>6,200</i>	<i>6,700</i>
26	Administração da Comissão				Variable: BB_LBL_1A_26 _2011 not found	40,860	40,838
26 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Administração da Comissão»				Variable: BB_LBL_1A_26	0,560	0,400

					01_2011 not found		
26 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Administração da Comissão»</i>				Variable: BB_LBL_1A_26 0104_2011 not found	0,560	0,400
26 01 04 01	Soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias (ISA) — Despesas de gestão administrativa	ISA	co	(10-13)	Variable: BB_LBL_1A_26 010401_2011 not found	0,560	0,400
26 02	Produção de multimédia				Variable: BB_LBL_1A_26 02_2011 not found	14,800	14,738
26 02 01	<i>Procedimentos de celebração e de publicação dos contratos públicos de fornecimentos, de obras e de serviços</i>		dc		Variable: BB_LBL_1A_26 0201_2011 not found	14,800	14,738
26 03	Serviços a administrações públicas, empresas e cidadãos				Variable: BB_LBL_1A_26 03_2011 not found	25,500	25,700
26 03 01	<i>Redes para a transferência de dados entre administrações</i>				Variable: BB_LBL_1A_26 0301_2011 not found	25,500	25,700
26 03 01 01	Soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias (ISA)	ISA	co	(10-13)	Variable: BB_LBL_1A_26 030101_2011 not found	25,500	25,700
29	Estatísticas				Variable: BB_LBL_1A_29 _2011 not found	56,560	57,180
29 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Estatísticas»				Variable: BB_LBL_1A_29 01_2011 not found	3,150	3,180
29 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Estatísticas»</i>				Variable: BB_LBL_1A_29 0104_2011 not found	3,150	3,180
Variable: BB_LBL_1A_29 010401 PRG	Número 29 01 04 01 — Programa estatístico da União 2008-2012 — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_LBL_1A_29 010401 PRG ES	Variable: BB_LBL_1A_2901040	Variable: BB_LBL_1A_29010401 P	Variable: BB_LBL_1A_29 010401 PRG ES	Variable: BB_LBL_1A_29 010401 PRG ES	Variable: BB_LBL_1A_29 010401 PRG ES

EST not found		T_PROG not found	l_PRG_ES T_TYPE not found	RG_EST_PE RIOD not found	T_2011 not found	T_2012 not found	T_2013 not found
Variable: BB_LBL_1A_29010401_AACO_null not found	Número 29 01 04 01 — Programa estatístico da União 2008-2012 — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_LBL_1A_29010401_AACO_null_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_29010401_AACO_null_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_29010401_AACO_null_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_29010401_AACO_null_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_29010401_AACO_null_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_29010401_AACO_null_2013 not found
29 01 04 04	Modernização das Estatísticas Europeias das Empresas e do Comércio (MEETS) — Despesas de gestão administrativa	MTS	co	(08-13)	Variable: BB_LBL_1A_29010404_2011 not found	0,250	0,280
29 02	Produção de informações estatísticas				Variable: BB_LBL_1A_2902_2011 not found	53,410	54,000
Variable: BB_LBL_1A_290203_PRG_EST not found	<i>Conclusão do programa estatístico da União de 2008 a 2012</i>	Variable: BB_LBL_1A_290203_PRG_EST_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_PRG_EST_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_PRG_EST_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_PRG_EST_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_PRG_EST_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_PRG_EST_2013 not found
Variable: BB_LBL_1A_290203_AACO_null not found	<i>Conclusão do programa estatístico da União de 2008 a 2012</i>	Variable: BB_LBL_1A_290203_AACO_null_PROG not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_AACO_null_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_AACO_null_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_AACO_null_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_AACO_null_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_290203_AACO_null_2013 not found
29 02 04	<i>Modernização das Estatísticas Europeias das Empresas e do Comércio (MEETS)</i>	MTS	co	(08-13)	Variable: BB_LBL_1A_290204_2011 not found	8,410	5,000
32	Energia				Variable: BB_LBL_1A_32_2011 not found	649,970	665,989
32 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Energia»				Variable: BB_LBL_1A_32_01_2011 not found	13,030	13,392
32 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Energia»</i>				Variable: BB_LBL_1A_32_0104_2011 not found	9,620	9,292

32 01 04 01	Energias convencionais — Despesas de gestão administrativa		dc		Variable: BB_LBL_1A_32 010401_2011 not found	0,700	0,600
32 01 04 02	Apoio financeiro aos projetos de interesse comum da rede transeuropeia de energia — Despesas de gestão administrativa	RTE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_32 010402_2011 not found	0,694	0,600
32 01 04 03	Energia nuclear — Despesas de gestão administrativa		Ts		Variable: BB_LBL_1A_32 010403_2011 not found	0,195	0,250
Variable: BB_LBL_1A_3 2010404 not found	Segurança e proteção dos utentes de energia — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_LBL_1A_32 010404_PROG not found	Variable: BB_LBL_1 A_3201040 4_TYPE not found	Variable: BB_LBL_1A _32010404_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_1A_32 010404_2011 not found	Variable: BB_LBL_1A_32 010404_2012 not found	Variable: BB_LBL_1A_32 010404_2013 not found
32 01 04 05	Informação e comunicação — Despesas de gestão administrativa		Tp		Variable: BB_LBL_1A_32 010405_2011 not found	0,496	0,500
32 01 04 06	Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa «Energia Inteligente — Europa» — Despesas de gestão administrativa	CIP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_32 010406_2011 not found	0,992	0,800
32 01 04 30	Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação — Contribuição do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa «Energia Inteligente — Europa»	CIP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_32 010430_2011 not found	6,542	6,542
32 01 05	<i>Despesas de apoio às atividades de investigação do domínio de intervenção «Energia»</i>				Variable: BB_LBL_1A_32 0105_2011 not found	3,410	4,100
32 03	Redes transeuropeias				Variable: BB_LBL_1A_32 03_2011 not found	21,130	22,200
32 03 02	<i>Apoio financeiro aos projetos de interesse comum da rede transeuropeia de energia</i>	RTE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_32 0302_2011 not found	21,130	22,200
32 04	Energias convencionais e renováveis				Variable: BB_LBL_1A_32 04_2011 not found	141,225	143,520

32 04 03	<i>Atividades de apoio à política energética europeia e ao mercado interno da energia</i>				<i>dc</i>		Variable: BB_LBL_1A_32 0403_2011 not found	3,720	3,600	
32 04 06	<i>Europa»</i>	<i>Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação — Programa «Energia Inteligente —</i>				<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_32 0406_2011 not found	129,814	132,250
32 04 10	<i>Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia</i>						Variable: BB_LBL_1A_32 0410_2011 not found	7,242	7,370	
32 04 10 01	Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia — Contribuição para os títulos 1 e 2			ACER	ag		Variable: BB_LBL_1A_32 041001_2011 not found	6,865	6,967	
32 04 10 02	Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia — Contribuição para o título 3			ACER	ag		Variable: BB_LBL_1A_32 041002_2011 not found	0,377	0,402	
32 04 16	<i>Segurança das instalações e infra-estruturas de energia</i>						Variable: BB_LBL_1A_32 0416_2011 not found	0,250	0,300	
32 05	Energia nuclear						Variable: BB_LBL_1A_32 05_2011 not found	282,496	289,750	
32 05 01	<i>Salvaguardas nucleares</i>						Variable: BB_LBL_1A_32 0501_2011 not found	20,410	20,550	
32 05 02	<i>Segurança nuclear e proteção contra as radiações</i>						Variable: BB_LBL_1A_32 0502_2011 not found	2,182	2,200	
32 05 03	<i>Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento)</i>						Variable: BB_LBL_1A_32 0503_PRG_NDI _2011 not found	123,076	127,000	
32 05 03	<i>Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento)</i>						Variable: BB_LBL_1A_32 0503_PRG_NDB _2011 not found	61,828	65,000	
	<i>Segurança nuclear — Medidas transitórias (desmantelamento)</i>						Variable:			

32 05 03		NDK	dc	(07-13)	BB_LBL_1A_32 0503_PRG_NDK _2011 not found	75,000	75,000
32 06	Investigação relativa à energia				Variable: BB_LBL_1A_32 06_2011 not found	192,088	197,127
32 06 01	<i>Investigação relativa à energia</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_32 0601_2011 not found	162,633	170,878
32 06 02	<i>Investigação relativa à energia — Empresa comum «Pilhas de Combustível e Hidrogénio»</i>	FP7CE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_32 0602_2011 not found	29,455	26,249
33	Justiça				Variable: BB_LBL_1A_33 _2011 not found	40,892	43,076
33 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Justiça»				Variable: BB_LBL_1A_33 01_2011 not found	1,533	1,533
33 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Justiça»</i>				Variable: BB_LBL_1A_33 0104_2011 not found	1,533	1,533
33 01 04 06	Programa Progress — Despesas de gestão administrativa	PRO	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_33 010406_2011 not found	1,533	1,533
33 06	Igualdade				Variable: BB_LBL_1A_33 06_2011 not found	39,359	41,543
33 06 01	<i>Antidiscriminação e diversidade</i>	PRO	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_33 0601_2011 not found	21,000	22,283
33 06 02	<i>Igualdade dos géneros</i>	PRO	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_1A_33 0602_2011 not found	12,458	12,938
33 06 03	<i>Instituto Europeu para a Igualdade de Género</i>				Variable: BB_LBL_1A_33		

					0603_2011 not found	5,901	6,322
33 06 03 01	Instituto Europeu para a Igualdade de Género — Contribuição para os títulos 1 e 2	GENDER	ag		Variable: BB_LBL_1A_33 060301_2011 not found	2,318	2,886
33 06 03 02	Instituto Europeu para a Igualdade de Género — Contribuição para o título 3	GENDER	ag		Variable: BB_LBL_1A_33 060302_2011 not found	3,583	3,437
40	Reservas				Variable: BB_LBL_1A_40 _2011 not found	500,000	500,000
40 02	Reservas para intervenções financeiras				Variable: BB_LBL_1A_40 02_2011 not found	500,000	500,000
<i>40 02 43</i>	<i>Reserva para o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização</i>	<i>EGF</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_1A_40 0243_2011 not found	<i>500,000</i>	<i>500,000</i>
co = co-decisão, dc = decisão, pc = proposta de co-decisão, pd = proposta de decisão, pp = projectos-piloto, pa = acção preparatória							
ag = agências, tp = prerrogativas da Comissão, Ts = competências específicas, Ta = autonomia administrativa							
(*) A quantia para 2013 é indicativa, uma vez que a actual base jurídica para este programa expira em 2012.							

26.4. Rubrica 1B — Coesão para o crescimento e o emprego*(Preços correntes, em milhões de EUR)*

Designação da rubrica	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
	2011	2012	2013
TOTAL RUBRICA 1B – COESÃO PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO	Variable: BB_LBL_1B_TO T_2011 not found	52 752,576	54 498,949
Fundos estruturais	Variable: BB_LBL_TSF_2 011 not found	40 945,862	42 144,749
Fundo de Coesão	Variable: BB_LBL_TCF_2 011 not found	11 793,015	12 354,200
Outros	Variable: BB_LBL_Others_ 2011 not found	13,700	

26.5. Rubrica 2 — Preservação e gestão dos recursos naturais

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Nomenclatura	Designação da rubrica	Instrumento Programa	Tipo	Período	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
					2011	2012	2013
TOTAL RUBRICA 2 – PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS					Variable: BB_LBL_2_TO T_2011 not found	59 975,774	60 307,511
05	Agriculture and rural development				Variable: BB_LBL_2_05_ 2011 not found	58 590,867	58 937,634
(Rubricas orçamentais dos domínios de intervenção 05, 11 e 17)	Despesas de mercado e ajudas directas (antes da transferência para o desenvolvimento rural)	AGR	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_AG R_BEFORE_201 1 not found	47 352,447	47 765,359
	Despesas de mercado e ajudas directas (após transferência para o desenvolvimento rural), incluindo o seguinte programa objecto de co-decisão: Inquéritos sobre a estrutura das explorações agrícolas		dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_AG R_2011 not found	43 969,637	44 130,349
	Transferência para o desenvolvimento rural (modulação, algodão, tabaco)				Variable: BB_LBL_2_AG R_AFTER_2011 not found	3 382,810	3 635,010
05 01 04 04 05 04 05 07	Desenvolvimento rural	RDP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_RD P_2011 not found	14 616,899	14 808,456
05 02	Intervenções nos mercados agrícolas				Variable: BB_LBL_2_050 2_2011 not found	2,500	
05 02 17	<i>Apoio aos agricultores</i>				Variable: BB_LBL_2_050 217_2011 not found	2,500	
Variable: BB_LBL_2_05 021703 not found	Projeto-piloto — Apoio às iniciativas de agricultores e consumidores com vista à redução das emissões de carbono e do consumo de energia e à comercialização da produção alimentar a nível local	Variable: BB_LBL_2_050 21703_PROG not found	Variable: BB_LBL_2_05021703 _TYPE not found	Variable: BB_LBL_2_05021703_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_2_050 21703_2011 not found	Variable: BB_LBL_2_050 21703_2012 not found	Variable: BB_LBL_2_050 21703_2013 not found
05 02 17 07	Projeto-piloto — Medidas de combate à especulação nos produtos agrícolas de base		pp		Variable: BB_LBL_2_050	1,500	

					21707_2011 not found		
05 04	Desenvolvimento rural				Variable: BB_LBL_2_050 4_2011 not found	1,500	
05 04 05	<i>Desenvolvimento rural financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) (2007-2013)</i>				Variable: BB_LBL_2_050 405_2011 not found	1,500	
05 04 05 03	Projeto-piloto — Programa de intercâmbio para jovens agricultores		pp		Variable: BB_LBL_2_050 40503_2011 not found	1,500	
05 08	Estratégia política e coordenação no domínio de intervenção «Agricultura e desenvolvimento rural»				Variable: BB_LBL_2_050 8_2011 not found	1,500	
Variable: BB_LBL_2_050810 not found	<i>Projeto-piloto — Avaliação dos custos para o consumidor final decorrentes do cumprimento da legislação da UE nos domínios do ambiente, do bem-estar animal e da segurança alimentar</i>	Variable: BB_LBL_2_050810_PROG not found	Variable: BB_LBL_2_050810_TYPE not found	Variable: BB_LBL_2_050810_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_2_050810_2011 not found	Variable: BB_LBL_2_050810_2012 not found	Variable: BB_LBL_2_050810_2013 not found
07	Ambiente e ação climática				Variable: BB_LBL_2_07_2011 not found	411,166	415,020
07 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»				Variable: BB_LBL_2_0701_2011 not found	19,200	20,350
07 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»</i>				Variable: BB_LBL_2_070104_2011 not found	19,200	20,350
07 01 04 01	LIFE+ (Instrumento financeiro para o ambiente — 2007-2013) — Despesas de gestão administrativa	LIFE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_07010401_2011 not found	17,200	18,200
07 01 04 05	Aplicação da política e da legislação da União em matéria de ação climática — Despesas de gestão administrativa	LIFE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_07010405_2011 not found	2,000	2,150
07 03	Desenvolvimento e aplicação da política e legislação ambiental da União				Variable: BB_LBL_2_0703_2011 not found	367,666	368,970
	<i>LIFE+ (Instrumento financeiro para o ambiente — 2007-2013)</i>				Variable:		

07 03 07		<i>LIFE</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	BB_LBL_2_070307_2011 not found	316,255	325,541
07 03 09	<i>Contribuição para a Agência Europeia do Ambiente</i>				Variable: BB_LBL_2_070309_2011 not found	35,727	35,797
07 03 09 01	Agência Europeia do Ambiente — Contribuição para os títulos 1 e 2	EEA	ag		Variable: BB_LBL_2_07030901_2011 not found	22,599	22,835
07 03 09 02	Agência Europeia do Ambiente — Contribuição para o título 3	EEA	ag		Variable: BB_LBL_2_07030902_2011 not found	13,128	12,962
Variable: BB_LBL_2_070318 not found	<i>Projeto-piloto — Recuperação de navios obsoletos não destinados à pesca profissional</i>	Variable: BB_LBL_2_070318_PROG not found	Variable: BB_LBL_2_070318_T_YPE not found	Variable: BB_LBL_2_070318_PER_IOD not found	Variable: BB_LBL_2_070318_2011 not found	Variable: BB_LBL_2_070318_2012 not found	Variable: BB_LBL_2_070318_2013 not found
Variable: BB_LBL_2_070326 not found	<i>Projeto-piloto – Análise das publicações sobre o potencial impacto das alterações climáticas nas zonas de proteção da água potável em toda a União e a identificação das prioridades entre os diferentes tipos de abastecimento de água potável</i>	Variable: BB_LBL_2_070326_PROG not found	Variable: BB_LBL_2_070326_T_YPE not found	Variable: BB_LBL_2_070326_PER_IOD not found	Variable: BB_LBL_2_070326_2011 not found	Variable: BB_LBL_2_070326_2012 not found	Variable: BB_LBL_2_070326_2013 not found
07 03 27	<i>Ação preparatória — Regime BEST (regime voluntário para a biodiversidade e os serviços ligados aos ecossistemas nos território das regiões ultraperiféricas e nos países e territórios ultramarinos da União)</i>		<i>pa</i>		Variable: BB_LBL_2_070327_2011 not found	2,000	
Variable: BB_LBL_2_070328 not found	<i>Projeto-piloto — Ciclo de reciclagem dos plásticos e impacto no meio marinho</i>	Variable: BB_LBL_2_070328_PROG not found	Variable: BB_LBL_2_070328_T_YPE not found	Variable: BB_LBL_2_070328_PER_IOD not found	Variable: BB_LBL_2_070328_2011 not found	Variable: BB_LBL_2_070328_2012 not found	Variable: BB_LBL_2_070328_2013 not found
07 03 29	<i>Ação preparatória — Desenvolvimento de ações de prevenção a fim de pôr termo à desertificação na Europa</i>		<i>pa</i>		Variable: BB_LBL_2_070329_2011 not found	1,000	
Variable: BB_LBL_2_070331 not found	<i>Projeto-piloto — Estudo comparado das pressões e medidas contidas nos planos de gestão das principais bacias hidrográficas da União</i>	Variable: BB_LBL_2_070331_PROG not found	Variable: BB_LBL_2_070331_T_YPE not found	Variable: BB_LBL_2_070331_PER_IOD not found	Variable: BB_LBL_2_070331_2011 not found	Variable: BB_LBL_2_070331_2012 not found	Variable: BB_LBL_2_070331_2013 not found
07 03 60	<i>Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de biocidas — Contribuição para programas no âmbito da rubrica 2</i>				Variable: BB_LBL_2_070	2,728	6,070

					360_2011 not found		
07 03 60 01	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de biocidas — Contribuição para os títulos 1 e 2 da rubrica 2	ECHA	ag		Variable: BB_LBL_2_070 36001_2011 not found	1,492	3,956
07 03 60 02	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de biocidas — Contribuição para o título 3 da rubrica 2	ECHA	ag		Variable: BB_LBL_2_070 36002_2011 not found	1,237	2,114
07 03 70	<i>Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de importação e exportação de produtos químicos perigosos</i>				Variable: BB_LBL_2_070 370_2011 not found	1,456	1,562
07 03 70 01	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de importação e exportação de produtos químicos perigosos — Contribuição para os títulos 1 e 2	ECHA	ag		Variable: BB_LBL_2_070 37001_2011 not found	0,345	0,590
07 03 70 02	Agência Europeia dos Produtos Químicos — Atividades no domínio da legislação em matéria de importação e exportação de produtos químicos perigosos — Contribuição para o título 3	ECHA	ag		Variable: BB_LBL_2_070 37002_2011 not found	1,110	0,972
07 12	Aplicação da política e da legislação da União em matéria de ação climática				Variable: BB_LBL_2_071 2_2011 not found	19,300	20,700
07 12 01	<i>Aplicação da política e da legislação da União em matéria de ação climática</i>	LIFE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_071 201_2011 not found	19,300	20,700
07 13	Integração da ação climática e inovação				Variable: BB_LBL_2_071 3_2011 not found	5,000	5,000
07 13 03	<i>Ação preparatória — Integração da ação, adaptação e inovação climáticas</i>		pa		Variable: BB_LBL_2_071 303_2011 not found	5,000	5,000
Variable: BB_LBL_2_07 1304 not found	Cannot find heading for [SEC3/E/07 13 04 pt]	Variable: BB_LBL_2_071 304_PROG not found	Variable: BB_LBL_2_071304_T YPE not found	Variable: BB_LBL_2_071304_PER IOD not found	Variable: BB_LBL_2_071 304_2011 not found	Variable: BB_LBL_2_071 304_2012 not found	Variable: BB_LBL_2_071 304_2013 not found
11	Assuntos Marítimos e Pescas				Variable: BB_LBL_2_11	965,572	953,687

					2011 not found		
11 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Assuntos marítimos e pescas»				Variable: BB_LBL_2_110 1_2011 not found	2,825	3,075
<i>11 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Assuntos marítimos e pescas»</i>				Variable: BB_LBL_2_110 104_2011 not found	2,825	3,075
11 01 04 01 11 06	Fundo Europeu das Pescas (FEP)	EFF	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_EFF _2011 not found	672,726	687,158
11 01 04 02	Diálogo reforçado com o setor das pescas e com as pessoas afetadas pela política comum das pescas — Despesas de gestão administrativa	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 10402_2011 not found	0,200	0,180
11 01 04 03	Apoio à gestão dos recursos da pesca (recolha de dados de base e melhoramento da consultoria científica) — Despesas de gestão administrativa	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 10403_2011 not found	0,425	0,445
11 01 04 04	Acordos internacionais de pesca — Despesas de gestão administrativa	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 10404_2011 not found	1,700	1,800
11 01 04 05	Contribuições para organizações internacionais — Despesas de gestão administrativa	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 10405_2011 not found	0,400	0,450
11 01 04 07	Programa de apoio ao aprofundamento da política marítima integrada (PMI) — Despesas de gestão administrativa	PMI	co	(11-13)	Variable: BB_LBL_2_110 10407_2011 not found	0,100	0,200
11 03	Pesca a nível internacional e Direito do Mar				Variable: BB_LBL_2_110 3_2011 not found	154,800	149,000
<i>11 03 01</i>	<i>Acordos internacionais de pesca</i>	<i>CFP</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_2_110 301_2011 not found	144,700	139,500
<i>11 03 02</i>	<i>Contribuições para organizações internacionais</i>	<i>CFP</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_2_110 302_2011 not found	4,400	4,800
<i>11 03 03</i>	<i>Trabalhos preparatórios para novas organizações internacionais de pesca e outras contribuições não obrigatórias para organizações internacionais</i>	<i>CFP</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_2_110 303_2011 not	5,500	4,500

					found		
11 03 04	<i>Contribuição financeira da União Europeia para os órgãos criados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982</i>	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 304_2011 not found	0,200	0,200
11 04	Governança da política comum da pesca				Variable: BB_LBL_2_110 4_2011 not found	6,400	5,390
11 04 01	<i>Reforço do diálogo com o setor e os meios interessados na política comum da pesca</i>	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 401_2011 not found	6,400	5,390
11 07	Conservação, gestão e exploração dos recursos aquáticos vivos				Variable: BB_LBL_2_110 7_2011 not found	53,500	51,200
11 07 01	<i>Apoio à gestão dos recursos da pesca (recolha de dados de base)</i>	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 701_2011 not found	47,500	46,000
11 07 02	<i>Apoio à gestão dos recursos da pesca (reforço da consultoria científica)</i>	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 702_2011 not found	4,500	5,200
11 08	Controlo e execução da política comum das pescas				Variable: BB_LBL_2_110 8_2011 not found	58,761	57,864
11 08 01	<i>Contribuição financeira aos Estados-Membros para despesas no âmbito do controlo</i>	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 801_2011 not found	47,430	46,330
11 08 02	<i>Inspeção e vigilância das atividades de pesca nas águas da UE e noutros locais</i>	CFP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_110 802_2011 not found	2,300	2,600
11 08 05	<i>Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECP)</i>				Variable: BB_LBL_2_110 805_2011 not found	9,031	8,934
11 08 05 01	Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECP) — Contribuição para os títulos 1 e 2	CFCA	ag		Variable: BB_LBL_2_110 80501_2011 not found	7,337	7,311
11 08 05 02	Agência Europeia de Controlo das Pescas (AECP) — Contribuição para o título 3	CFCA	ag		Variable: BB_LBL_2_110 80502_2011 not	1,694	1,623

					found		
11 09	Política marítima				Variable: BB_LBL_2_110 9_2011 not found	16,560	
<i>11 09 05</i>	<i>Programa de apoio ao aprofundamento da política marítima integrada (PMI)</i>	<i>PMI</i>	<i>co</i>	<i>(11-13)</i>	Variable: BB_LBL_2_110 905_2011 not found	<i>16,560</i>	
17	Saúde e defesa do consumidor				Variable: BB_LBL_2_17_ 2011 not found	6,170	1,170
17 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»				Variable: BB_LBL_2_170 1_2011 not found	1,170	1,170
<i>17 01 04</i>	<i>Despesas de apoio a ações do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»</i>				Variable: BB_LBL_2_170 104_2011 not found	<i>1,170</i>	<i>1,170</i>
17 01 04 31	Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores — Contribuição de programas no âmbito da rubrica 2	AGR	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_2_170 10431_2011 not found	1,170	1,170
17 03	Saúde pública				Variable: BB_LBL_2_170 3_2011 not found	4,000	
<i>17 03 11</i>	<i>Projeto-piloto — Consumo de frutos e produtos hortícolas</i>		<i>pp</i>		Variable: BB_LBL_2_170 311_2011 not found	<i>1,000</i>	
32	Energia				Variable: BB_LBL_2_32_ 2011 not found	0,500	
32 04	Energias convencionais e renováveis				Variable: BB_LBL_2_320 4_2011 not found	0,500	
Variable: BB_LBL_2_32 0417 not found	<i>Projeto-piloto — Apoio à conservação dos recursos naturais e combate às alterações climáticas através de um aumento da utilização da energia solar (energia térmica solar e fotovoltaica)</i>	Variable: BB_LBL_2_320 417_PROG not found	Variable: BB_LBL_2 _320417_T YPE not found	Variable: BB_LBL_2 320417_PER IOD not found	Variable: BB_LBL_2_320 417_2011 not found	Variable: BB_LBL_2_320 417_2012 not found	Variable: BB_LBL_2_320 417_2013 not found
co = co-decisão, dc = decisão, pc = proposta de co-decisão, pd = proposta de decisão, pp = projectos-piloto, pa = acção preparatória							
ag = agências, tp = prerrogativas da Comissão, Ts = competências específicas, Ta = autonomia administrativa							

26.6. Rubrica 3A - Liberdade, Segurança e Justiça

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Nomenclatura	Designação da rubrica	Instrumento Programa	Tipo	Período	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
					2011	2012	2013
TOTAL RUBRICA 3A – LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA					Variable: BB_LBL_3A_T OT_2011 not found	1 367,807	1 392,227
18	Assuntos internos				Variable: BB_LBL_3A_18 _2011 not found	1 226,841	1 255,749
18 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Assuntos internos»				Variable: BB_LBL_3A_18 01_2011 not found	3,000	3,100
<i>18 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Assuntos internos»</i>				Variable: BB_LBL_3A_18 0104_2011 not found	3,000	3,100
18 01 04 02	Fundo Europeu para os Refugiados — Despesas de gestão administrativa	ERF3	co	(08-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 010402_2011 not found	0,500	0,500
18 01 04 03	Medidas de urgência em caso de afluxo maciço de refugiados — Despesas de gestão administrativa	ERF3	co	(08-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 010403_2011 not found	0,200	0,200
18 01 04 08	Fundo para as Fronteiras Externas — Despesas de gestão administrativa	FFE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 010408_2011 not found	0,500	0,500
18 01 04 09	Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros — Despesas de gestão administrativa	FPT	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 010409_2011 not found	0,500	0,500
18 01 04 10	Fundo Europeu de Regresso — Despesas de gestão administrativa	FER	dc	(08-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 010410_2011 not found	0,500	0,500
18 01 04 16	Prevenção, preparação e gestão das consequências do terrorismo — Despesas de gestão administrativa	TER	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 010416_2011 not found	0,200	0,350

					found		
18 01 04 17	Prevenção e luta contra a criminalidade — Despesas de gestão administrativa	CRI	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 010417_2011 not found	0,600	0,550
18 02	Solidariedade — Fronteiras externas, regresso, política de vistos e livre circulação de pessoas				Variable: BB_LBL_3A_18 02_2011 not found	674,740	766,689
18 02 03	<i>Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas</i>				Variable: BB_LBL_3A_18 0203_2011 not found	88,500	78,959
18 02 03 01	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas — Contribuição para os títulos 1 e 2	FRONTEX	ag		Variable: BB_LBL_3A_18 020301_2011 not found	29,000	29,000
18 02 03 02	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas — Contribuição para o título 3	FRONTEX	ag		Variable: BB_LBL_3A_18 020302_2011 not found	59,500	49,959
18 02 04	<i>Sistema de Informação de Schengen (SIS II)</i>	SIS2	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 0204_2011 not found	15,540	36,750
18 02 05	<i>Sistema de Informação de Vistos (VIS)</i>	VIS	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 0205_2011 not found	38,740	8,750
18 02 06	<i>Fundo para as Fronteiras Externas</i>	FFE	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 0206_2011 not found	349,100	415,000
18 02 07	<i>Avaliação de Schengen</i>		dc		Variable: BB_LBL_3A_18 0207_2011 not found	0,560	0,730
18 02 09	<i>Fundo Europeu de Regresso</i>	FER	dc	(08-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 0209_2011 not found	162,500	185,500
18 02 11	<i>Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça</i>				Variable: BB_LBL_3A_18 0211_2011 not found	19,800	41,000

18 02 11 01	Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça — Contribuição para os títulos 1 e 2		ag		Variable: BB_LBL_3A_18 021101_2011 not found	13,860	30,100
18 02 11 02	Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça — Contribuição para o título 3		ag		Variable: BB_LBL_3A_18 021102_2011 not found	5,940	10,900
18 03	Fluxos migratórios — Políticas comuns de imigração e asilo				Variable: BB_LBL_3A_18 03_2011 not found	299,330	318,130
<i>18 03 03</i>	<i>Fundo Europeu para os Refugiados</i>	<i>ERF3</i>	<i>co</i>	<i>(08-13)</i>	Variable: BB_LBL_3A_18 0303_2011 not found	<i>102,530</i>	<i>112,330</i>
<i>18 03 04</i>	<i>Medidas de urgência em caso de afluxo maciço de refugiados</i>	<i>ERF3</i>	<i>co</i>	<i>(08-13)</i>	Variable: BB_LBL_3A_18 0304_2011 not found	<i>9,800</i>	<i>9,800</i>
<i>18 03 05</i>	<i>Rede Europeia das Migrações</i>		<i>dc</i>		Variable: BB_LBL_3A_18 0305_2011 not found	<i>8,000</i>	<i>6,500</i>
<i>18 03 09</i>	<i>Fundo Europeu para a Integração de nacionais de países terceiros</i>	<i>FPT</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3A_18 0309_2011 not found	<i>162,500</i>	<i>177,500</i>
<i>18 03 11</i>	<i>Eurodac</i>	<i>EUDAC</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3A_18 0311_2011 not found	<i>0,500</i>	
<i>18 03 14</i>	<i>Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo — EASO</i>				Variable: BB_LBL_3A_18 0314_2011 not found	<i>10,000</i>	<i>12,000</i>
18 03 14 01	Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo — Contribuição para os títulos 1 e 2	EASO	ag		Variable: BB_LBL_3A_18 031401_2011 not found	5,058	7,000
18 03 14 02	Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo — Contribuição para o título 3	EASO	ag		Variable: BB_LBL_3A_18 031402_2011 not found	4,942	5,000
Variable:	<i>Projeto-piloto — Rede de contactos e debate entre municípios e autoridades locais específicas sobre</i>	Variable:	Variable:	Variable:	Variable:	Variable:	Variable:

BB_LBL_3A_1 80315 not found	<i>experiências e boas práticas no domínio da reinstalação e integração de refugiados</i>	BB_LBL_3A_18 0315_PROG not found	BB_LBL_3 A_180315_ TYPE not found	BB_LBL_3A _180315_PE RIOD not found	BB_LBL_3A_18 0315_2011 not found	BB_LBL_3A_18 0315_2012 not found	BB_LBL_3A_18 0315_2013 not found
18 05	Segurança e proteção das liberdades				Variable: BB_LBL_3A_18 05_2011 not found	246,371	164,330
18 05 02	<i>Serviço Europeu de Polícia — Europol</i>				Variable: BB_LBL_3A_18 0502_2011 not found	82,505	75,182
18 05 02 01	Serviço Europeu de Polícia — Contribuição para os títulos 1 e 2	EUROPOL	ag		Variable: BB_LBL_3A_18 050201_2011 not found	61,636	56,600
18 05 02 02	Serviço Europeu de Polícia — Contribuição para o título 3	EUROPOL	ag		Variable: BB_LBL_3A_18 050202_2011 not found	20,869	18,582
18 05 05	<i>Academia Europeia de Polícia</i>				Variable: BB_LBL_3A_18 0505_2011 not found	8,451	8,451
18 05 05 01	Academia Europeia de Polícia — Contribuição para os títulos 1 e 2	CEPOL	ag		Variable: BB_LBL_3A_18 050501_2011 not found	3,917	4,622
18 05 05 02	Academia Europeia de Polícia — Contribuição para o título 3	CEPOL	ag		Variable: BB_LBL_3A_18 050502_2011 not found	4,533	3,828
18 05 08	<i>Prevenção, preparação e gestão das consequências do terrorismo</i>	TER	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 0508_2011 not found	23,280	12,100
18 05 09	<i>Prevenção e luta contra a criminalidade</i>	CRI	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_18 0509_2011 not found	117,570	53,150
18 05 11	<i>Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência</i>				Variable: BB_LBL_3A_18 0511_2011 not found	14,565	15,447
18 05 11 01	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência — Contribuição para os títulos 1 e 2	EMCDDA	ag		Variable:	10,629	11,092

					BB_LBL_3A_18 051101_2011 not found		
18 05 11 02	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência — Contribuição para o título 3	EMCDDA	ag		Variable: BB_LBL_3A_18 051102_2011 not found	3,936	4,355
18 08	Estratégia política e coordenação				Variable: BB_LBL_3A_18 08_2011 not found	3,400	3,500
<i>18 08 01</i>	<i>Prince — Espaço de liberdade, de segurança e de justiça</i>			<i>Tp</i>	Variable: BB_LBL_3A_18 0801_2011 not found	<i>2,800</i>	<i>2,900</i>
<i>18 08 05</i>	<i>Apreciação e avaliação de impacto</i>			<i>Tp</i>	Variable: BB_LBL_3A_18 0805_2011 not found	<i>0,600</i>	<i>0,600</i>
33	Justiça				Variable: BB_LBL_3A_33 _2011 not found	140,966	136,478
33 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Justiça»				Variable: BB_LBL_3A_33 01_2011 not found	1,350	1,350
<i>33 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Justiça»</i>				Variable: BB_LBL_3A_33 0104_2011 not found	<i>1,350</i>	<i>1,350</i>
33 01 04 01	Direitos fundamentais e cidadania — Despesas de gestão administrativa	CDF	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_33 010401_2011 not found	0,300	0,300
33 01 04 02	Medidas para combater a violência (Daphne) — Despesas de gestão administrativa	DAP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_33 010402_2011 not found	0,400	0,400
33 01 04 03	Justiça penal — Despesas de gestão administrativa	JCR	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_33 010403_2011 not found	0,350	0,350
33 01 04 04	Justiça civil — Despesas de gestão administrativa	JCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_33	0,250	0,250

					010404_2011 not found		
33 01 04 05	Prevenção e informação em matéria de droga — Despesas de gestão administrativa	DPI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3A_33 010405_2011 not found	0,050	0,050
33 02	Direitos fundamentais e cidadania				Variable: BB_LBL_3A_33 02_2011 not found	54,996	54,524
33 02 03	<i>Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia</i>				Variable: BB_LBL_3A_33 0203_2011 not found	20,196	21,024
33 02 03 01	Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Contribuição para os títulos 1 e 2	FRA	ag		Variable: BB_LBL_3A_33 020301_2011 not found	13,168	13,355
33 02 03 02	Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Contribuição para o título 3	FRA	ag		Variable: BB_LBL_3A_33 020302_2011 not found	7,028	7,670
33 02 04	<i>Direitos fundamentais e cidadania</i>	<i>CDF</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3A_33 0204_2011 not found	15,300	15,500
33 02 05	<i>Luta contra a violência (Daphne)</i>	<i>DAP</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3A_33 0205_2011 not found	19,500	18,000
Variable: BB_LBL_3A_330209 not found	<i>Metodologia europeia para a elaboração de políticas baseadas em provas no que diz respeito aos direitos da criança</i>	Variable: BB_LBL_3A_330209_PROG not found	Variable: BB_LBL_3A_330209_TYPE not found	Variable: BB_LBL_3A_330209_PERIOD not found	Variable: BB_LBL_3A_330209_2011 not found	Variable: BB_LBL_3A_330209_2012 not found	Variable: BB_LBL_3A_330209_2013 not found
33 03	Justiça penal e Justiça civil				Variable: BB_LBL_3A_33 03_2011 not found	78,220	74,104
33 03 02	<i>Eurojust</i>				Variable: BB_LBL_3A_33 0302_2011 not found	31,670	30,054
33 03 02 01	Eurojust — Contribuição para os títulos 1 e 2	EUROJUST	ag		Variable: BB_LBL_3A_33	23,447	22,302

					030201_2011 not found		
33 03 02 02	Eurojust — Contribuição para o título 3	EUROJUST	ag		Variable: BB_LBL_3A_33 030202_2011 not found	8,223	7,751
33 03 04	<i>Justiça penal</i>	<i>JCR</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3A_33 0304_2011 not found	<i>26,950</i>	<i>27,500</i>
33 03 05	<i>Justiça civil</i>	<i>JCI</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3A_33 0305_2011 not found	<i>16,100</i>	<i>16,550</i>
33 03 07	<i>Projeto-piloto — Cobrança rápida e eficaz das dívidas pendentes de pequenas e médias empresas (PME) com atividades transfronteiriças</i>		<i>pp</i>		Variable: BB_LBL_3A_33 0307_2011 not found	<i>2,000</i>	
33 04	Prevenção e informação em matéria de droga				Variable: BB_LBL_3A_33 04_2011 not found	3,000	3,000
33 04 01	<i>Prevenção e informação em matéria de droga</i>	<i>DPI</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3A_33 0401_2011 not found	<i>3,000</i>	<i>3,000</i>
33 05	Estratégia política e coordenação				Variable: BB_LBL_3A_33 05_2011 not found	3,400	3,500
33 05 01	<i>Prince — Espaço de liberdade, de segurança e de justiça</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3A_33 0501_2011 not found	<i>2,800</i>	<i>2,900</i>
33 05 02	<i>Apreciação e avaliação de impacto</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3A_33 0502_2011 not found	<i>0,600</i>	<i>0,600</i>

co = co-decisão, dc = decisão, pc = proposta de co-decisão, pd = proposta de decisão, pp = projectos-piloto, pa = acção preparatória

ag = agências, tp = prerrogativas da Comissão, Ts = competências específicas, Ta = autonomia administrativa

26.7. RUBRICA 3B — CIDADANIA

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Nomenclatura	Designação da rubrica	Instrumento Programa	Tipo	Período	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
					2011	2012	2013
TOTAL RUBRICA 3B – CIDADANIA					Variable: BB_LBL_3B_T OT_2011 not found	715,498	689,414
09	Sociedade da informação e meios de comunicação				Variable: BB_LBL_3B_09 _2011 not found	0,950	0,950
Variable: BB_LBL_3B_0 901 not found	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Sociedade da informação e meios de Comunicação»	Variable: BB_LBL_3B_09 01_PROG not found	Variable: BB_LBL_3 B_0901_T YPE not found	Variable: BB_LBL_3B _0901_PERI OD not found	Variable: BB_LBL_3B_09 01_2011 not found	Variable: BB_LBL_3B_0 901_2012 not found	Variable: BB_LBL_3B_09 01_2013 not found
Variable: BB_LBL_3B_0 90104 not found	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Sociedade da informação e meios de comunicação»</i>	Variable: BB_LBL_3B_09 0104_PROG not found	Variable: BB_LBL_3 B_090104_ TYPE not found	Variable: BB_LBL_3B _090104_PE RIOD not found	Variable: BB_LBL_3B_09 0104_2011 not found	Variable: BB_LBL_3B_0 90104_2012 not found	Variable: BB_LBL_3B_09 0104_2013 not found
Variable: BB_LBL_3B_0 9010406 not found	Outras medidas no setor audiovisual e dos meios de comunicação — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_LBL_3B_09 010406_PROG not found	Variable: BB_LBL_3 B_0901040 6_TYPE not found	Variable: BB_LBL_3B _09010406_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_3B_09 010406_2011 not found	Variable: BB_LBL_3B_0 9010406_2012 not found	Variable: BB_LBL_3B_09 010406_2013 not found
09 02	Quadro regulamentar da agenda digital				Variable: BB_LBL_3B_09 02_2011 not found	0,950	0,950
09 02 05	<i>Outras medidas no setor audiovisual e dos meios de comunicação</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3B_09 0205_2011 not found	0,950	0,950
Variable: BB_LBL_3B_0 90206 not found	<i>Ação preparatória — Erasmus para Jornalistas</i>	Variable: BB_LBL_3B_09 0206_PROG not found	Variable: BB_LBL_3 B_090206_ TYPE not found	Variable: BB_LBL_3B _090206_PE RIOD not found	Variable: BB_LBL_3B_09 0206_2011 not found	Variable: BB_LBL_3B_0 90206_2012 not found	Variable: BB_LBL_3B_09 0206_2013 not found
13	Política regional				Variable: BB_LBL_3B_13	18,062	

					_2011 not found		
13 06	Fundo de solidariedade				Variable: BB_LBL_3B_13 06_2011 not found	18,062	
<i>13 06 01</i>	<i>Fundo de Solidariedade da União Europeia — Estados-Membros</i>		<i>co</i>		Variable: BB_LBL_3B_13 0601_2011 not found	<i>18,062</i>	
15	Educação e cultura				Variable: BB_LBL_3B_15 _2011 not found	336,590	330,417
15 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Educação e cultura»				Variable: BB_LBL_3B_15 01_2011 not found	17,702	17,702
<i>15 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Educação e cultura»</i>				Variable: BB_LBL_3B_15 0104_2011 not found	<i>17,702</i>	<i>17,702</i>
15 01 04 31	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas no âmbito da rubrica 3B	ME7	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_15 010431_PRG_M E7_2011 not found	8,818	8,818
15 01 04 31	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas no âmbito da rubrica 3B	YTH	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_15 010431_PRG_Y TH_2011 not found	2,812	2,812
15 01 04 31	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas no âmbito da rubrica 3B	CLT	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_15 010431_PRG_C LT_2011 not found	3,942	3,942
15 01 04 44	Programa <i>Cultura</i> (2007-2013) — Despesas de gestão administrativa	CLT	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_15 010444_2011 not found	0,550	0,550
15 01 04 55	<i>Juventude em Ação</i> — Despesas de gestão administrativa	YTH	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_15 010455_2011 not found	0,780	0,780
15 01 04 60	MEDIA 2007 – Programa de apoio ao setor audiovisual europeu — Despesas de gestão administrativa	ME7	co	(07-13)	Variable:	0,725	0,725

					BB_LBL_3B_15 010460_2011 not found		
15 01 04 68	MEDIA Mundus — Despesas de gestão administrativa	MEDMUN	pc	(10-13)	Variable: BB_LBL_3B_15 010468_2011 not found	7.49999999999 99997E-2	7.49999999999 9997E-2
15 04	Desenvolvimento da cooperação cultural e audiovisual na Europa				Variable: BB_LBL_3B_15 04_2011 not found	173,780	172,265
<i>15 04 44</i>	<i>Programa Cultura (2007-2013)</i>	<i>CLT</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3B_15 0444_2011 not found	58,503	59,356
<i>15 04 50</i>	<i>Marca do Património Europeu</i>		<i>co</i>		Variable: BB_LBL_3B_15 0450_2011 not found	0,350	0,300
<i>15 04 66</i>	<i>MEDIA 2007 — Programa de apoio ao setor audiovisual europeu</i>				Variable: BB_LBL_3B_15 0466_2011 not found	108,752	108,109
15 04 66 01	MEDIA 2007 — Programa de apoio ao setor audiovisual europeu	ME7	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_15 046601_2011 not found	106,752	108,109
<i>15 04 68</i>	<i>MEDIA Mundus</i>	<i>MEDMUN</i>	<i>pc</i>	<i>(10-13)</i>	Variable: BB_LBL_3B_15 0468_2011 not found	4,925	4,500
15 05	Incentivo e promoção da cooperação no domínio da juventude e dos desportos				Variable: BB_LBL_3B_15 05_2011 not found	145,108	140,450
<i>15 05 06</i>	<i>Acontecimentos anuais especiais</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3B_15 0506_2011 not found	1,500	
Variable: BB_LBL_3B_1 50511 not found	<i>Ação preparatória no domínio do desporto</i>	Variable: BB_LBL_3B_15 0511_PROG not found	Variable: BB_LBL_3 B_150511_ TYPE not found	Variable: BB_LBL_3B _150511_PE RIOD not found	Variable: BB_LBL_3B_15 0511_2011 not found	Variable: BB_LBL_3B_1 50511_2012 not found	Variable: BB_LBL_3B_15 0511_2013 not found
	<i>Juventude em Ação</i>				Variable:		

15 05 55			<i>YTH</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	BB_LBL_3B_15 0555_2011 not found	<i>139,608</i>	<i>140,450</i>
16	Comunicação					Variable: BB_LBL_3B_16 _2011 not found	130,200	129,486
16 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Comunicação»					Variable: BB_LBL_3B_16 01_2011 not found	7,450	7,620
<i>16 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Comunicação»</i>					Variable: BB_LBL_3B_16 0104_2011 not found	<i>7,450</i>	<i>7,620</i>
16 01 04 01	Ações de comunicação — Despesas de gestão administrativa			<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3B_16 010401_2011 not found	3,200	3,200
16 01 04 02	Visitas à Comissão — Despesas de gestão administrativa			<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3B_16 010402_2011 not found	0,650	0,800
16 01 04 03	Europa para os cidadãos — Despesas de gestão administrativa		CIT	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3B_16 010403_2011 not found	0,230	0,250
16 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura		CIT	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3B_16 010430_2011 not found	3,370	3,370
16 02	Comunicação e meios de comunicação social					Variable: BB_LBL_3B_16 02_2011 not found	36,410	33,550
<i>16 02 02</i>	<i>Ações multimédia</i>			<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3B_16 0202_2011 not found	<i>31,460</i>	<i>28,400</i>
<i>16 02 03</i>	<i>Informação para a comunicação social</i>			<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3B_16 0203_2011 not found	<i>4,950</i>	<i>5,150</i>
16 03	Comunicação a nível local					Variable: BB_LBL_3B_16	33,620	33,526

					03_2011 not found		
16 03 01	<i>Centros de informação</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3B_16 0301_2011 not found	13,750	13,800
16 03 02	<i>Comunicação das representações da Comissão</i>				Variable: BB_LBL_3B_16 0302_2011 not found	6,870	7,226
16 03 04	<i>Parceria para a comunicação sobre a Europa</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3B_16 0304_2011 not found	13,000	12,500
16 04	Instrumentos de análise e de comunicação				Variable: BB_LBL_3B_16 04_2011 not found	20,530	23,460
16 04 01	<i>Análise da opinião pública</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_3B_16 0401_2011 not found	6,150	6,600
16 04 02	<i>Instrumentos de informação e comunicação escritos e em linha</i>				Variable: BB_LBL_3B_16 0402_2011 not found	14,380	16,860
16 04 02 01	Instrumentos de informação e comunicação escritos e em linha		Tp		Variable: BB_LBL_3B_16 040201_2011 not found	14,380	16,860
16 05	Promoção da cidadania europeia				Variable: BB_LBL_3B_16 05_2011 not found	32,190	31,330
16 05 01	<i>Europa para os cidadãos</i>				Variable: BB_LBL_3B_16 0501_2011 not found	28,220	26,330
16 05 01 01	Europa para os Cidadãos	CIT	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_16 050101_2011 not found	28,220	26,330
Variable: BB_LBL_3B_1 6050102 not	Ação preparatória para a preservação de sítios comemorativos na Europa	Variable: BB_LBL_3B_16 050102 PROG	Variable: BB_LBL_3 B 1605010	Variable: BB_LBL_3B 16050102 P	Variable: BB_LBL_3B_16 050102 2011 not	Variable: BB_LBL_3B_1 6050102 2012	Variable: BB_LBL_3B_16 050102 2013 not

found		not found	2_TYPE not found	ERIOD not found	found	not found	found
16 05 02	Visitas à Comissão		Tp		Variable: BB_LBL_3B_16 0502_2011 not found	2,970	4,000
Variable: BB_LBL_3B_1 60503 not found	2011 — Ano Europeu do Voluntariado	Variable: BB_LBL_3B_16 0503_PROG not found	Variable: BB_LBL_3B_160503_TYPE not found	Variable: BB_LBL_3B_160503_PE RIOD not found	Variable: BB_LBL_3B_16 0503_2011 not found	Variable: BB_LBL_3B_1 60503_2012 not found	Variable: BB_LBL_3B_16 0503_2013 not found
Variable: BB_LBL_3B_1 6050302 not found	2011 — Ano Europeu do Voluntariado	Variable: BB_LBL_3B_16 050302_PROG not found	Variable: BB_LBL_3B_16050302_TYPE not found	Variable: BB_LBL_3B_16050302_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_3B_16 050302_2011 not found	Variable: BB_LBL_3B_1 6050302_2012 not found	Variable: BB_LBL_3B_16 050302_2013 not found
16 05 07	2013 — Ano Europeu dos Cidadãos				Variable: BB_LBL_3B_16 0507_2011 not found	1,000	1,000
16 05 07 01	Ação preparatória — 2013 — Ano Europeu dos Cidadãos		pa		Variable: BB_LBL_3B_16 050701_2011 not found	1,000	
17	Saúde e defesa do consumidor				Variable: BB_LBL_3B_17 _2011 not found	210,447	210,061
17 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»				Variable: BB_LBL_3B_17 01_2011 not found	8,250	8,500
17 01 04	Despesas de apoio a ações do domínio de intervenção «Saúde e defesa do consumidor»				Variable: BB_LBL_3B_17 0104_2011 not found	8,250	8,500
17 01 04 02	Programa de ação da União Europeia no domínio da saúde — Despesas de gestão administrativa	PHP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_17 010402_2011 not found	1,400	1,500
17 01 04 03	Programa de ação da União no domínio da política dos consumidores — Despesas de gestão administrativa	CPP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_17 010403_2011 not found	0,950	1,100
17 01 04 30	Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores — Contribuição de programas no âmbito da rubrica 3B	PHP	co	(07-13)	Variable:	4,209	4,209

					BB_LBL_3B_17 010430_PRG_P HP_2011 not found		
17 01 04 30	Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores — Contribuição de programas no âmbito da rubrica 3B	CPP	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_17 010430_PRG_C PP_2011 not found	1,691	1,691
17 02	Política dos consumidores				Variable: BB_LBL_3B_17 _02_2011 not found	21,090	20,700
<i>17 02 02</i>	<i>Ação da União no domínio da política dos consumidores</i>	<i>CPP</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3B_17 0202_2011 not found	<i>21,090</i>	<i>20,700</i>
Variable: BB_LBL_3B_1 70203 not found	<i>Ação preparatória — Medidas de controlo no domínio da política dos consumidores</i>	Variable: BB_LBL_3B_17 0203_PROG not found	Variable: BB_LBL_3 B_170203_ TYPE not found	Variable: BB_LBL_3B _170203_PE RIOD not found	Variable: BB_LBL_3B_17 0203_2011 not found	Variable: BB_LBL_3B_1 70203_2012 not found	Variable: BB_LBL_3B_17 0203_2013 not found
17 03	Saúde pública				Variable: BB_LBL_3B_17 _03_2011 not found	181,107	180,861
<i>17 03 03</i>	<i>Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças</i>				Variable: BB_LBL_3B_17 0303_2011 not found	<i>56,727</i>	<i>56,727</i>
17 03 03 01	Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças — Contribuição para os títulos 1 e 2	ECDC	ag		Variable: BB_LBL_3B_17 030301_2011 not found	36,937	37,390
17 03 03 02	Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças — Contribuição para o título 3	ECDC	ag		Variable: BB_LBL_3B_17 030302_2011 not found	19,790	19,337
<i>17 03 06</i>	<i>Ação da União no domínio da saúde</i>	<i>PHP</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3B_17 0306_2011 not found	<i>48,300</i>	<i>49,800</i>
<i>17 03 07</i>	<i>Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos</i>				Variable: BB_LBL_3B_17 0307_2011 not found	<i>75,080</i>	<i>74,334</i>

					found		
17 03 07 01	Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos — Contribuição para os títulos 1 e 2	EFSA	ag		Variable: BB_LBL_3B_17 030701_2011 not found	48,266	46,890
17 03 07 02	Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos — Contribuição para o título 3	EFSA	ag		Variable: BB_LBL_3B_17 030702_2011 not found	26,814	27,444
23	Ajuda humanitária				Variable: BB_LBL_3B_23 _2011 not found	18,250	18,500
23 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Ajuda humanitária»				Variable: BB_LBL_3B_23 01_2011 not found	0,250	0,300
<i>23 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Ajuda humanitária»</i>				Variable: BB_LBL_3B_23 0104_2011 not found	<i>0,250</i>	<i>0,300</i>
23 01 04 02	Proteção civil — Despesas de gestão administrativa	CPFI3	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_3B_23 010402_2011 not found	0,250	0,300
23 03	Instrumento Financeiro para a Proteção Civil				Variable: BB_LBL_3B_23 03_2011 not found	18,000	18,200
<i>23 03 01</i>	<i>Proteção civil na União</i>	<i>CPFI3</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_3B_23 0301_2011 not found	<i>18,000</i>	<i>18,200</i>
co = co-decisão, dc = decisão, pc = proposta de co-decisão, pd = proposta de decisão, pp = projectos-piloto, pa = acção preparatória							
ag = agências, tp = prerrogativas da Comissão, Ts = competências específicas, Ta = autonomia administrativa							

26.8. RUBRICA 4 — A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Nomenclatura	Designação da rubrica	Instrumento Programa	Tipo	Período	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
					2011	2012	2013
TOTAL RUBRICA 4 – A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL					Variable: BB_LBL_4_TO	9 405,937	9 467,169

					T_2011 not found		
01	Assuntos económicos e financeiros				Variable: BB_LBL_4_01_2011 not found	355,720	255,660
01 03	Questões económicas e financeiras internacionais				Variable: BB_LBL_4_0103_2011 not found	95,550	100,000
Variable: BB_LBL_4_010301 not found	<i>Participação no capital de instituições financeiras internacionais</i>	Variable: BB_LBL_4_010301_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_010301_TYP E not found	Variable: BB_LBL_4_010301_PER IOD not found	Variable: BB_LBL_4_010301_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_010301_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_010301_2013 not found
Variable: BB_LBL_4_01030101 not found	Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento — Colocação à disposição da parte realizada do capital subscrito	Variable: BB_LBL_4_01030101_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_01030101_T YPE not found	Variable: BB_LBL_4_01030101_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_4_01030101_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_01030101_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_01030101_2013 not found
01 03 02	<i>Assistência macrofinanceira</i>	MACRO	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_010302_2011 not found	95,550	100,000
01 04	Operações e instrumentos financeiros				Variable: BB_LBL_4_0104_2011 not found	260,170	155,660
01 04 01	<i>Garantias da União Europeia a operações de contração de empréstimos da União e do Euratom e operações de concessão de empréstimos do BEI</i>				Variable: BB_LBL_4_010401_2011 not found	260,170	155,660
01 04 01 14	Provisionamento do Fundo de Garantia	LOAN	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_01040114_2011 not found	260,170	155,660
04	Emprego e assuntos sociais				Variable: BB_LBL_4_04_2011 not found	113,622	114,522
04 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Emprego e assuntos sociais»				Variable: BB_LBL_4_0401_2011 not found	1,472	1,365
04 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Emprego e assuntos sociais»</i>				Variable: BB_LBL_4_040104_2011 not found	1,472	1,365

04 01 04 13	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) — Desenvolvimento dos recursos humanos — Despesas de gestão administrativa	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_040 10413_2011 not found	1,472	1,365
04 06	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IAP) — Desenvolvimento dos recursos humanos				Variable: BB_LBL_4_040 6_2011 not found	112,150	113,157
<i>04 06 01</i>	<i>Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IAP) — Desenvolvimento dos recursos humanos</i>	<i>IPA</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_040 601_2011 not found	<i>112,150</i>	<i>113,157</i>
05	Agricultura e desenvolvimento rural				Variable: BB_LBL_4_05_ 2011 not found	240,928	265,957
05 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Agricultura e desenvolvimento rural»				Variable: BB_LBL_4_050 1_2011 not found	0,110	
<i>05 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Agricultura e desenvolvimento rural»</i>				Variable: BB_LBL_4_050 104_2011 not found	<i>0,110</i>	
05 01 04 03	Assistência de pré-adesão no domínio da agricultura e desenvolvimento rural (IPARD) — Despesas de gestão administrativa	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_050 10403_2011 not found	0,110	
05 05	Medidas de pré-adesão no domínio da agricultura e do desenvolvimento rural				Variable: BB_LBL_4_050 5_2011 not found	234,458	259,328
<i>05 05 02</i>	<i>Instrumento de assistência de pré-adesão para o desenvolvimento rural (IPARD)</i>	<i>IPA</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_050 502_2011 not found	<i>234,458</i>	<i>259,328</i>
05 06	Aspetos internacionais do domínio de intervenção «Agricultura e desenvolvimento rural»				Variable: BB_LBL_4_050 6_2011 not found	6,360	6,629
<i>05 06 01</i>	<i>Acordos internacionais em matéria agrícola</i>		<i>dc</i>		Variable: BB_LBL_4_050 601_2011 not found	<i>6,360</i>	<i>6,629</i>
07	Ambiente e ação climática				Variable: BB_LBL_4_07_ 2011 not found	4,350	3,500

07 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»				Variable: BB_LBL_4_070 1_2011 not found	0,300	0,300
07 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Ambiente e ação climática»</i>				Variable: BB_LBL_4_070 104_2011 not found	0,300	0,300
07 01 04 04	Contribuição para as atividades internacionais em matéria de ambiente e ação climática — Despesas de gestão administrativa		Tp		Variable: BB_LBL_4_070 10404_2011 not found	0,300	0,300
07 02	Questões globais sobre o ambiente e a ação climática				Variable: BB_LBL_4_070 2_2011 not found	4,050	3,200
07 02 01	<i>Contribuição para atividades multilaterais e internacionais nos domínios do ambiente e da ação climática</i>		Tp		Variable: BB_LBL_4_070 201_2011 not found	3,050	3,200
Variable: BB_LBL_4_07 0204 not found	<i>Ação preparatória — Vigilância ambiental da bacia do mar Negro e Programa-Quadro Europeu para o desenvolvimento da região do mar Negro</i>	Variable: BB_LBL_4_07 0204_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_070204_TYP E not found	Variable: BB_LBL_4_070204_PER IOD not found	Variable: BB_LBL_4_070 204_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_07 0204_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_070 204_2013 not found
Variable: BB_LBL_4_07 11 not found	Cannot find heading for [SEC3/E/07 11 pt]	Variable: BB_LBL_4_07 11_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_0711_TYPE not found	Variable: BB_LBL_4_0711_PERIO D not found	Variable: BB_LBL_4_071 1_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_07 11_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_071 1_2013 not found
Variable: BB_LBL_4_07 1101 not found	Cannot find heading for [SEC3/E/07 11 01 pt]	Variable: BB_LBL_4_07 1101_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_071101_TYP E not found	Variable: BB_LBL_4_071101_PER IOD not found	Variable: BB_LBL_4_071 101_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_07 1101_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_071 101_2013 not found
13	Política regional				Variable: BB_LBL_4_13_2011 not found	510,519	503,395
13 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Política regional»				Variable: BB_LBL_4_130 1_2011 not found	5,659	5,116
13 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Política regional»</i>				Variable: BB_LBL_4_130 104_2011 not found	5,659	5,116
13 01 04 02	Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) — Componente de desenvolvimento regional — Despesas de gestão administrativa	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_130	5,659	5,116

					10402_2011 not found		
13 05	Operações de pré-adesão relacionadas com as políticas estruturais				Variable: BB_LBL_4_130 5_2011 not found	504,860	498,279
13 05 02	<i>Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) — Componente de desenvolvimento regional</i>	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_130 502_2011 not found	462,453	462,000
13 05 03	<i>Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) — Componente da cooperação transfronteiriça (CT)</i>				Variable: BB_LBL_4_130 503_2011 not found	42,407	36,279
13 05 03 02	Cooperação transfronteiriça (CT) e participação dos países candidatos e potencialmente candidatos em programas de cooperação transnacionais e inter-regionais dos fundos estruturais — Contribuição da rubrica 4	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_130 50302_2011 not found	42,407	36,279
Variable: BB_LBL_4_13 06 not found	Fundo de solidariedade	Variable: BB_LBL_4_13 06_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_1306_TYPE not found	Variable: BB_LBL_4_1306_PERIO D not found	Variable: BB_LBL_4_130 6_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_13 06_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_130 6_2013 not found
Variable: BB_LBL_4_13 0602 not found	<i>Fundo de Solidariedade da União Europeia — Estados cuja adesão se encontra em curso de negociação</i>	Variable: BB_LBL_4_13 0602_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_130602_TYP E not found	Variable: BB_LBL_4_130602_PER IOD not found	Variable: BB_LBL_4_130 602_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_13 0602_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_130 602_2013 not found
14	Fiscalidade e união aduaneira				Variable: BB_LBL_4_14_2011 not found	1,300	1,250
14 03	Aspetos internacionais de fiscalidade e das alfândegas				Variable: BB_LBL_4_140 3_2011 not found	1,300	1,250
14 03 03	<i>Participação em organizações internacionais no domínio das alfândegas e fiscal</i>		dc		Variable: BB_LBL_4_140 303_2011 not found	1,300	1,250
Variable: BB_LBL_4_14 0304 not found	<i>Boa governação no domínio fiscal</i>	Variable: BB_LBL_4_14 0304_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_140304_TYP E not found	Variable: BB_LBL_4_140304_PER IOD not found	Variable: BB_LBL_4_140 304_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_14 0304_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_140 304_2013 not found
15	Educação e cultura				Variable:	29,725	21,394

					BB_LBL_4_15_2011 not found		
15 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Educação e cultura»				Variable: BB_LBL_4_1501_2011 not found	0,680	0,343
<i>15 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Educação e cultura»</i>				Variable: BB_LBL_4_150104_2011 not found	0,680	0,343
15 01 04 17	Cooperação com países terceiros em matéria de educação e de formação profissional — Despesas de gestão administrativa		dc		Variable: BB_LBL_4_15010417_2011 not found	0,080	0,080
15 01 04 32	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas no âmbito da rubrica 4		dc		Variable: BB_LBL_4_15010432_2011 not found	0,600	0,263
15 02	Aprendizagem ao longo da vida, incluindo o multilinguismo				Variable: BB_LBL_4_1502_2011 not found	29,045	21,050
<i>15 02 03</i>	<i>Cooperação com países terceiros em matéria de educação e de formação profissional</i>		dc		Variable: BB_LBL_4_150203_2011 not found	9,000	1,024
<i>15 02 27</i>	<i>Fundação Europeia para a Formação</i>				Variable: BB_LBL_4_150227_2011 not found	20,045	20,026
15 02 27 01	Fundação Europeia para a Formação — Contribuição para os títulos 1 e 2	ETF	ag		Variable: BB_LBL_4_15022701_2011 not found	14,468	15,082
15 02 27 02	Fundação Europeia para a Formação — Contribuição para o título 3	ETF	ag		Variable: BB_LBL_4_15022702_2011 not found	5,576	4,945
17	Saúde e defesa do consumidor				Variable: BB_LBL_4_17_2011 not found	0,450	0,468
17 03	Saúde pública				Variable: BB_LBL_4_1703_2011 not found	0,200	0,192
	<i>Acordos internacionais e participação em organizações internacionais no âmbito da saúde pública e</i>				Variable:		

17 03 05	<i>do controlo do tabaco</i>		co		BB_LBL_4_170 305_2011 not found	0,200	0,192
17 04	Segurança dos alimentos para consumo humano e animal, saúde animal, bem-estar dos animais e fitossanidade				Variable: BB_LBL_4_170 4_2011 not found	0,250	0,276
17 04 09	<i>Acordos internacionais e participação em organizações internacionais nos domínios da segurança alimentar, saúde dos animais, bem-estar animal e fitossanitário</i>		dc		Variable: BB_LBL_4_170 409_2011 not found	0,250	0,276
19	Relações externas				Variable: BB_LBL_4_19_ 2011 not found	4 695,630	4 786,106
19 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Relações externas»				Variable: BB_LBL_4_190 1_2011 not found	144,197	141,843
19 01 04	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Relações externas»</i>				Variable: BB_LBL_4_190 104_2011 not found	144,197	141,843
19 01 04 01	Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD) — Despesas de gestão administrativa	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10401_2011 not found	59,632	57,680
19 01 04 02	Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP) — Despesas de gestão administrativa	ENPI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10402_2011 not found	58,508	57,314
19 01 04 03	Instrumento de Estabilidade (IE) — Despesas de gestão administrativa	IFS	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10403_2011 not found	8,144	9,100
19 01 04 04	Política Externa e de Segurança Comum (PESC) — Despesas de gestão administrativa	CFSP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10404_2011 not found	0,500	0,500
Variable: BB_LBL_4_19 010405 not found	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_LBL_4_19 010405_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_19 19010405_T YPE not found	Variable: BB_LBL_4_19 19010405_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_4_190 10405_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_19 010405_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_190 10405_2013 not found
19 01 04 06	Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear (ICSN) — Despesas de gestão administrativa	INSC	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10406_2011 not found	1,274	1,400

					found		
19 01 04 07	Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH) — Despesas de gestão administrativa	EIDHR	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10407_2011 not found	11,460	10,981
19 01 04 08	Instrumento de financiamento para a cooperação com os países e territórios industrializados e outros de elevado rendimento (ICI) — Despesas de gestão administrativa	ICI	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10408_2011 not found	0,100	0,100
19 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas das relações externas	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10430_PRG_DC I_2011 not found	1,332	1,387
19 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas das relações externas	ENPI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10430_PRG_EN PI_2011 not found	2,733	2,845
19 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição dos programas das relações externas	ICI	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 10430_PRG_ICI _2011 not found	0,514	0,535
19 02	Cooperação com países terceiros nos domínios da migração e do asilo				Variable: BB_LBL_4_190 2_2011 not found	57,648	58,000
<i>19 02 01</i>	<i>Cooperação com países terceiros nos domínios da migração e do asilo</i>	<i>DCI</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_190 201_2011 not found	<i>57,648</i>	<i>58,000</i>
19 03	Política Externa e de Segurança Comum (PESC)				Variable: BB_LBL_4_190 3_2011 not found	362,464	395,832
<i>19 03 01</i>	<i>Operações de gestão de crises, prevenção, resolução e estabilização de conflitos, processos de acompanhamento e de segurança</i>				Variable: BB_LBL_4_190 301_2011 not found	<i>300,714</i>	<i>314,000</i>
19 03 01 01	Missão de Observação na Geórgia	CFSP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 30101_2011 not found	31,000	23,000
19 03 01 02	EULEX Kosovo	CFSP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 30102_2011 not found	155,000	140,000
19 03 01 03	EUPOL Afeganistão	CFSP	dc	(07-13)	Variable:	53,000	61,000

					BB_LBL_4_190 30103_2011 not found		
19 03 01 04	Outras operações e medidas de gestão de crises	CFSP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 30104_2011 not found	61,714	90,000
19 03 02	<i>Não proliferação e desarmamento</i>	CFSP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 302_2011 not found	20,000	19,500
19 03 04	<i>Ações de emergência</i>	CFSP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 304_2011 not found	35,000	34,000
19 03 05	<i>Ações preparatórias e de acompanhamento</i>	CFSP	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 305_2011 not found	6,750	8,332
19 04	Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)				Variable: BB_LBL_4_190 4_2011 not found	165,065	164,586
19 04 01	<i>Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH)</i>	EIDHR	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 401_2011 not found	126,665	128,165
19 04 03	<i>Observação eleitoral</i>	EIDHR	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 403_2011 not found	38,000	36,421
19 04 06	<i>Projeto-piloto — Fórum da Sociedade Civil UE-Rússia</i>		pp		Variable: BB_LBL_4_190 406_2011 not found	0,400	
Variable: BB_LBL_4_19 0407 not found	<i>Projeto-piloto — Financiamento para as vítimas de tortura</i>	Variable: BB_LBL_4_19 0407_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_19 0407_TYP E not found	Variable: BB_LBL_4_19 0407_PER IOD not found	Variable: BB_LBL_4_190 407_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_19 0407_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_190 407_2013 not found
19 05	Relações e cooperação com países terceiros industrializados				Variable: BB_LBL_4_190 5_2011 not found	24,021	24,400
19 05 01	<i>Cooperação com países terceiros industrializados</i>	ICI	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 501_2011 not	24,021	24,400

					found		
19 06	Resposta a situações de crise e ameaças globais à segurança				Variable: BB_LBL_4_190 6_2011 not found	377,190	398,793
19 06 01	<i>Preparação e resposta a situações de crise</i>				Variable: BB_LBL_4_190 601_2011 not found	232,834	241,717
19 06 01 01	Preparação e resposta a situações de crise (Instrumento de Estabilidade)	IFS	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 60101_2011 not found	232,834	241,717
19 06 02	<i>Ações para proteger os países e as populações contra as grandes ameaças tecnológicas</i>				Variable: BB_LBL_4_190 602_2011 not found	46,300	46,300
19 06 02 01	Ações em matéria de atenuação do risco e de capacidade de resposta no que se refere a materiais ou agentes químicos, nucleares e biológicos (Instrumento de Estabilidade)	IFS	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 60201_2011 not found	46,300	46,300
19 06 03	<i>Ações transregionais nos domínios da criminalidade organizada, tráfico, proteção de infraestruturas críticas, ameaças à saúde pública e luta contra o terrorismo (Instrumento de Estabilidade)</i>	IFS	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 603_2011 not found	22,000	33,300
19 06 04	<i>Assistência no domínio nuclear</i>	INSC	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 604_2011 not found	76,056	77,476
Variable: BB_LBL_4_19 060401 not found	Cannot find heading for [SEC3/E/19 06 04 01 pt]	Variable: BB_LBL_4_19 060401_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_19 060401_T YPE not found	Variable: BB_LBL_4_19 060401_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_4_190 60401_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_19 060401_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_190 60401_2013 not found
Variable: BB_LBL_4_19 060402 not found	Cannot find heading for [SEC3/E/19 06 04 02 pt]	Variable: BB_LBL_4_19 060402_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_19 060402_T YPE not found	Variable: BB_LBL_4_19 060402_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_4_190 60402_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_19 060402_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_190 60402_2013 not found
Variable: BB_LBL_4_19 0609 not found	<i>Projeto-piloto — Programa relativo a atividades de consolidação da paz realizadas por ONG</i>	Variable: BB_LBL_4_19 0609_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_19 0609_TYP E not found	Variable: BB_LBL_4_19 0609_PER IOD not found	Variable: BB_LBL_4_190 609_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_19 0609_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_190 609_2013 not found
19 08	Política europeia de vizinhança e relações com a Rússia				Variable: BB_LBL_4_190	2 266,521	2 310,468

					8_2011 not found		
19 08 01	<i>Cooperação financeira no âmbito da política europeia de vizinhança e parceria</i>				Variable: BB_LBL_4_190 801_2011 not found	2 173,746	2 226,480
19 08 01 01	Cooperação financeira no âmbito da política europeia de vizinhança e parceria com os países mediterrânicos	ENPI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 80101_2011 not found	1 243,861	1 203,630
19 08 01 02	Assistência financeira no âmbito da política europeia de vizinhança e parceria à Palestina, ao processo de paz e à UNRWA	ENPI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 80102_2011 not found	200,000	200,000
19 08 01 03	Cooperação financeira no âmbito da política europeia de vizinhança e parceria com a Europa Oriental	ENPI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 80103_2011 not found	728,385	822,850
19 08 02	<i>Cooperação transfronteiriça (CT) — Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP)</i>				Variable: BB_LBL_4_190 802_2011 not found	92,775	83,988
19 08 02 01	Contribuição da rubrica 4 para a cooperação transfronteiriça (CT)	ENPI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 80201_2011 not found	92,775	83,988
19 09	<i>Relações com a América Latina</i>				Variable: BB_LBL_4_190 9_2011 not found	374,323	380,564
19 09 01	<i>Cooperação com países em desenvolvimento da América Latina</i>	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_190 901_2011 not found	364,323	364,564
19 09 03	<i>Atividades de cooperação que não se enquadram na ajuda pública ao desenvolvimento (América Latina)</i>	ICIPLUS	pc	(10-13)	Variable: BB_LBL_4_190 903_2011 not found	10,000	16,000
19 10	<i>Relações com a Ásia, a Ásia Central e o Médio Oriente (Iraque, Irão e Iémen)</i>				Variable: BB_LBL_4_191 0_2011 not found	896,202	882,991
19 10 01	<i>Cooperação com os países em desenvolvimento da Ásia</i>				Variable: BB_LBL_4_191 001_2011 not found	719,818	707,691
19 10 01 01	Cooperação com os países em desenvolvimento da Ásia	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_191	520,904	506,691

					00101_2011 not found		
19 10 01 02	Ajuda à reabilitação e reconstrução do Afeganistão	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_191 00102_2011 not found	198,915	201,000
19 10 02	<i>Cooperação com os países em desenvolvimento da Ásia Central</i>	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_191 002_2011 not found	105,232	100,300
19 10 03	<i>Cooperação com o Iraque, Irão e Iémen</i>	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_191 003_2011 not found	52,651	45,500
19 10 04	<i>Atividades de cooperação que não se enquadram na ajuda pública ao desenvolvimento (Ásia, Ásia Central, Iraque, Irão e Iémen)</i>	ICIPLUS	pc	(10-13)	Variable: BB_LBL_4_191 004_2011 not found	18,500	29,500
19 11	Estratégia política e coordenação do domínio de intervenção «Relações externas»				Variable: BB_LBL_4_191 1_2011 not found	28,000	28,630
19 11 01	<i>Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria</i>		Tp		Variable: BB_LBL_4_191 101_2011 not found	14,000	14,840
19 11 02	<i>Atividades de informação sobre a UE — Relações externas</i>		Tp		Variable: BB_LBL_4_191 102_2011 not found	11,500	12,300
19 11 03	<i>A União Europeia no mundo</i>		Tp		Variable: BB_LBL_4_191 103_2011 not found	2,500	1,490
20	Comércio				Variable: BB_LBL_4_20_2011 not found	11,555	13,930
20 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Comércio»				Variable: BB_LBL_4_200 1_2011 not found	0,430	0,430
20 01 04	<i>Despesas de apoio às ações do domínio de intervenção «Comércio»</i>				Variable: BB_LBL_4_200 104_2011 not found	0,430	0,430

20 01 04 01	Relações comerciais externas, incluindo o acesso a mercados dos países terceiros — Despesas de gestão administrativa				Variable: BB_LBL_4_200 10401_2011 not found	0,430	0,430
20 02	Política comercial				Variable: BB_LBL_4_200 2_2011 not found	11,125	13,500
<i>20 02 01</i>	<i>Relações comerciais externas, incluindo o acesso aos mercados dos países terceiros</i>				Variable: BB_LBL_4_200 201_2011 not found	<i>7,300</i>	<i>9,000</i>
<i>20 02 03</i>	<i>Assistência no âmbito do comércio — Iniciativas multilaterais</i>				Variable: BB_LBL_4_200 203_2011 not found	<i>3,825</i>	<i>4,500</i>
21	Desenvolvimento e relações com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)				Variable: BB_LBL_4_21_ 2011 not found	1 282,873	1 343,213
21 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Desenvolvimento e relações com os países ACP»				Variable: BB_LBL_4_210 1_2011 not found	43,967	46,983
<i>21 01 04</i>	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Desenvolvimento e relações com os países ACP»</i>				Variable: BB_LBL_4_210 104_2011 not found	<i>43,967</i>	<i>46,983</i>
21 01 04 01	Instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (ICD) — Despesas de gestão administrativa	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_210 10401_2011 not found	43,533	46,438
Variable: BB_LBL_4_21 010403 not found	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_LBL_4_21 010403_PROG not found	Variable: BB_LBL_4_ 21010403_T YPE not found	Variable: BB_LBL_4_ 21010403_P ERIOD not found	Variable: BB_LBL_4_210 10403_2011 not found	Variable: BB_LBL_4_21 010403_2012 not found	Variable: BB_LBL_4_210 10403_2013 not found
21 01 04 04	Coordenação e sensibilização no domínio do desenvolvimento — Despesas de gestão administrativa				Variable: BB_LBL_4_210 10404_2011 not found	0,204	0,270
21 01 04 20	Despesas administrativas de apoio no domínio de intervenção «Desenvolvimento e relações com os países ACP»	GRLD	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_210 10420_2011 not found	0,230	0,275
21 02	Segurança alimentar				Variable: BB_LBL_4_210	246,265	258,629

					2_2011 not found		
21 02 01	<i>Segurança alimentar</i>	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_210 201_2011 not found	246,265	258,629
21 03	Intervenientes não estatais no desenvolvimento				Variable: BB_LBL_4_210 3_2011 not found	233,018	244,400
21 03 01	<i>Intervenientes não estatais no desenvolvimento</i>	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_210 301_2011 not found	198,462	208,700
21 03 02	<i>Autoridades locais no desenvolvimento</i>	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_210 302_2011 not found	32,556	35,700
21 04	Ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a energia				Variable: BB_LBL_4_210 4_2011 not found	200,713	217,150
21 04 01	<i>Ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo a energia</i>	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_210 401_2011 not found	200,713	217,150
21 05	Desenvolvimento humano e social				Variable: BB_LBL_4_210 5_2011 not found	161,630	189,545
21 05 01	<i>Desenvolvimento humano e social</i>				Variable: BB_LBL_4_210 501_2011 not found	111,630	139,545
21 05 01 01	Saúde	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_210 50101_2011 not found	38,190	58,552
21 05 01 02	Educação	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_210 50102_2011 not found		40,693
21 05 01 03	Outros aspetos do desenvolvimento humano e social	DCI	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_210 50103_2011 not found	71,440	40,300
Variable: BB_LBL_4_21 050104 not	Igualdade dos géneros	Variable: BB_LBL_4_21 050104 PROG	Variable: BB_LBL_4_2 21050104 T	Variable: BB_LBL_4_2 21050104 P	Variable: BB_LBL_4_210 50104_2011 not	Variable: BB_LBL_4_21 050104_2012	Variable: BB_LBL_4_210 50104_2013 not

found		not found	YPE not found	ERIOD not found	found	not found	found
21 05 02	<i>Fundo Mundial de luta contra a SIDA, a tuberculose e o paludismo (GFATM)</i>	<i>DCI</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_210 502_2011 not found	<i>50,000</i>	<i>50,000</i>
21 06	<i>Cooperação geográfica com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)</i>				Variable: BB_LBL_4_210 6_2011 not found	<i>345,693</i>	<i>331,983</i>
21 06 02	<i>Relações com a África do Sul</i>	<i>DCI</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_210 602_2011 not found	<i>127,869</i>	<i>128,611</i>
21 06 03	<i>Apoio ao ajustamento a favor dos países signatários do Protocolo do Açúcar</i>	<i>DCI</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_210 603_2011 not found	<i>174,824</i>	<i>177,000</i>
21 06 06	<i>Atividades de cooperação que não se enquadram na ajuda pública ao desenvolvimento (África do Sul)</i>	<i>ICIPLUS</i>	<i>pc</i>	<i>(10-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_210 606_2011 not found	<i>2,000</i>	<i>3,000</i>
21 06 07	<i>Medidas de acompanhamento no setor das bananas</i>	<i>DCI</i>	<i>co</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_210 607_2011 not found	<i>41,000</i>	<i>23,372</i>
21 07	<i>Outras ações de cooperação e programas ad hoc</i>				Variable: BB_LBL_4_210 7_2011 not found	<i>32,110</i>	<i>34,198</i>
21 07 02	<i>Cooperação com a Gronelândia</i>	<i>GRLD</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_210 702_2011 not found	<i>28,442</i>	<i>28,717</i>
21 07 03	<i>Acordo com a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e outros organismos das Nações Unidas</i>		<i>dc</i>		Variable: BB_LBL_4_210 703_2011 not found	<i>0,310</i>	<i>0,326</i>
21 07 04	<i>Acordos sobre produtos de base</i>		<i>dc</i>		Variable: BB_LBL_4_210 704_2011 not found	<i>3,358</i>	<i>5,155</i>
21 08	<i>Estratégia política e coordenação do domínio de intervenção «Desenvolvimento e relações com os países ACP»</i>				Variable: BB_LBL_4_210 8_2011 not found	<i>19,477</i>	<i>20,325</i>
21 08 01	<i>Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_4_210		

					801_2011 not found	9,577	11,000
21 08 02	<i>Coordenação e sensibilização no domínio do desenvolvimento</i>		<i>Tp</i>		Variable: BB_LBL_4_210 802_2011 not found	9,900	9,325
22	Alargamento				Variable: BB_LBL_4_22_ 2011 not found	1 041,625	1 017,242
22 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Alargamento»				Variable: BB_LBL_4_220 1_2011 not found	45,506	46,822
22 01 04	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Alargamento»</i>				Variable: BB_LBL_4_220 104_2011 not found	45,506	46,822
22 01 04 01	Assistência de pré-adesão — Despesas de gestão administrativa	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_220 10401_2011 not found	40,238	40,430
22 01 04 02	Eliminação progressiva da ajuda de adesão aos novos Estados-Membros — Despesas de gestão administrativa	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_220 10402_2011 not found	1,040	2,277
22 01 04 04	Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações (TAIEX) no âmbito da pré-adesão — Despesas de gestão administrativa	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_220 10404_2011 not found	3,096	2,986
22 01 04 30	Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura — Contribuição de programas no âmbito da rubrica 4 do domínio de intervenção «Alargamento»	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_220 10430_2011 not found	1,133	1,129
22 02	Processo e estratégia de alargamento				Variable: BB_LBL_4_220 2_2011 not found	996,119	970,420
22 02 01	<i>Assistência à transição e ao reforço institucional dos países candidatos</i>	<i>IPA</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_220 201_2011 not found	323,027	293,880
22 02 02	<i>Assistência à transição e ao reforço institucional dos potenciais países candidatos</i>	<i>IPA</i>	<i>dc</i>	<i>(07-13)</i>	Variable: BB_LBL_4_220 202_2011 not found	442,834	453,338

22 02 04	<i>Cooperação transfronteiriça e cooperação regional</i>				Variable: BB_LBL_4_220 204_2011 not found	22,011	22,136
22 02 04 01	Cooperação transfronteiriça (CT) entre países beneficiários do IPA e participação em programas transnacionais/inter-regionais do FEDER e em programas do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria relativos às bacias marítimas	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_220 20401_2011 not found	18,729	18,788
22 02 04 02	Cooperação transfronteiriça (CT) com os Estados-Membros	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_220 20402_2011 not found	3,282	3,348
22 02 06	<i>Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações (TAIEX) no âmbito da pré-adesão</i>	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_220 206_2011 not found	12,000	12,000
22 02 07	<i>Programas regionais, horizontais e «ad hoc»</i>				Variable: BB_LBL_4_220 207_2011 not found	178,247	174,066
22 02 07 01	Programas regionais e horizontais	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_220 20701_2011 not found	146,657	142,566
22 02 07 02	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_220 20702_2011 not found	3,590	3,500
22 02 07 03	Apoio financeiro com vista à promoção do desenvolvimento económico da comunidade cipriota turca		dc		Variable: BB_LBL_4_220 20703_2011 not found	28,000	28,000
22 02 09	<i>Ação preparatória — Preservação e restauro do património cultural em zonas atingidas por conflitos</i>		pa		Variable: BB_LBL_4_220 209_2011 not found	3,000	
22 02 10	<i>Informação e comunicação</i>				Variable: BB_LBL_4_220 210_2011 not found	15,000	15,000
22 02 10 01	Prince — Informação e comunicação		Tp		Variable: BB_LBL_4_220 21001_2011 not found	5,000	5,000
22 02 10 02	Informação e comunicação para países terceiros	IPA	dc	(07-13)	Variable:	10,000	10,000

					BB_LBL_4_220 21002_2011 not found		
23	Ajuda humanitária				Variable: BB_LBL_4_23_ 2011 not found	855,978	873,257
23 01	Despesas administrativas do domínio de intervenção «Ajuda humanitária»				Variable: BB_LBL_4_230 1_2011 not found	9,350	9,600
23 01 04	<i>Despesas de apoio às ações no domínio de intervenção «Ajuda humanitária»</i>				Variable: BB_LBL_4_230 104_2011 not found	9,350	9,600
23 01 04 01	Ajuda humanitária — Despesas de gestão administrativa	HUMA	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_230 10401_2011 not found	9,350	9,600
23 02	Ajuda humanitária, incluindo ajuda a populações desenraizadas, ajuda alimentar e preparação para catástrofes				Variable: BB_LBL_4_230 2_2011 not found	842,628	858,657
23 02 01	<i>Ajuda humanitária</i>	HUMA	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_230 201_2011 not found	553,261	560,551
23 02 02	<i>Ajuda alimentar</i>	HUMA	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_230 202_2011 not found	251,580	259,187
23 02 03	<i>Preparação para catástrofes</i>	HUMA	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_230 203_2011 not found	34,788	35,919
23 02 04	<i>Ação preparatória — Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária</i>		pa		Variable: BB_LBL_4_230 204_2011 not found	3,000	3,000
23 03	Instrumento Financeiro para a Proteção Civil				Variable: BB_LBL_4_230 3_2011 not found	4,000	5,000
23 03 06	<i>Intervenções de proteção civil em países terceiros</i>	CPF14	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_230 306_2011 not found	4,000	5,000

32	Energia				Variable: BB_LBL_4_32_ 2011 not found	2,725	3,160
32 04	Energias convencionais e renováveis				Variable: BB_LBL_4_320 4_2011 not found	2,725	3,160
32 04 11	Comunidade da Energia	IPA	dc	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_320 411_2011 not found	2,725	3,160
40	Reservas				Variable: BB_LBL_4_40_ 2011 not found	258,937	264,115
40 02	Reservas para intervenções financeiras				Variable: BB_LBL_4_400 2_2011 not found	258,937	264,115
40 02 42	Reserva para ajudas de emergência	EAR	co	(07-13)	Variable: BB_LBL_4_400 242_2011 not found	258,937	264,115
co = co-decisão, dc = decisão, pc = proposta de co-decisão, pd = proposta de decisão, pp = projectos-piloto, pa = acção preparatória							
ag = agências, tp = prerrogativas da Comissão, Ts = competências específicas, Ta = autonomia administrativa							
(*) Para 2013, estará disponível uma programação pormenorizada uma vez adoptado o quadro financeiro indicativo plurianual (QFIP) em Novembro de 2011.							
(**) As dotações para 2012 e 2013 estão incluídas na rubrica orçamental 22 02 07 01 (Alargamento - Programas regionais e horizontais).							

26.9. Agências descentralizadas

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Rubrica	Designação da rubrica		Localização	Projecto de orçamento	Programação financeira
				2012	2013
TOTAL GERAL				Variable: BB_DAG_TO T_2012 not found	725,352
RUBRICA 1A – COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO				Variable: BB_DAG_1A_ TOT_2012 not found	239,784
02 03 03	ECHA	Legislação relativa aos produtos químicos e Agência dos Produtos Químicos	Helsínquia (Finlândia)	Variable: BB_DAG_1A_ 020303_2012 not found	
02 05 02	GSA	Autoridade Supervisora do GNSS Europeu	Bruxelas (Bélgica)	Variable: BB_DAG_1A_ 020502_2012 not found	11,700
04 04 03	EUROFOUND	Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho	Dublín (Irlanda)	Variable: BB_DAG_1A_ 040403_2012 not found	20,115
04 04 04	EUOSHA	Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho	Bilbau (Espanha)	Variable: BB_DAG_1A_ 040404_2012 not found	14,035
06 02 01	EASA	Agência Europeia para a Segurança da Aviação	Colónia (Alemanha)	Variable: BB_DAG_1A_ 060201_2012 not found	34,556
06 02 02	EMSA	Agência Europeia da Segurança Marítima	Lisboa (Portugal)	Variable: BB_DAG_1A_ 060202_2012 not found	31,209
06 02 08	ERA	Agência Ferroviária Europeia	Valencienne - Lille (França)	Variable: BB_DAG_1A_ 060208_2012 not found	24,871
09 02 03	ENISA	Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação	Heraclion (Grécia)	Variable: BB_DAG_1A_ 090203_2012 not found	8,206
09 02 04	BEREC	Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Electrónicas	Riga (Letónia)	Variable: BB_DAG_1A_ 090204_2012 not found	3,769
12 04 02	EBA	Autoridade Bancária Europeia	Londres (Reino Unido)	Variable: BB_DAG_1A_ 120402_2012 not found	8,545
12 04 03	EIOPA	Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma	Francoforte (Alemanha)	Variable: BB_DAG_1A_ 120403_2012 not found	5,838
12 04 04	ESMA	Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados	Paris (França)	Variable: BB_DAG_1A_ 120404_2012 not found	6,633
15 02 25	CEDEFOP	Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional	Salónica (Grécia)	Variable: BB_DAG_1A_ 150225_2012 not found	17,385
17 03 10	EMA	Agência Europeia de Medicamentos	Londres (Reino)	Variable:	39,230

			Unido)	BB_DAG_1A_170310_2012 not found	
32 04 10	ACER	Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia	Liubliana	Variable: BB_DAG_1A_320410_2012 not found	7,370
33 06 03	GENDER	Instituto Europeu para a Igualdade de Género	Vilnius (Lituânia)	Variable: BB_DAG_1A_330603_2012 not found	6,322
RUBRICA 2 – PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS				Variable: BB_DAG_2_TOT_2012 not found	52,363
07 03 09	EEA	Agência Europeia do Ambiente	Copenhaga (Dinamarca)	Variable: BB_DAG_2_070309_2012 not found	35,797
07 03 60 07 03 70	ECHA	Agência Europeia dos Produtos Químicos	Helsínquia (Finlândia)	Variable: BB_DAG_2_070360_2012 not found	7,632
11 08 05	CFCA	Agência Comunitária de Controlo das Pescas	Vigo (Espanha)	Variable: BB_DAG_2_110805_2012 not found	8,934
RUBRICA 3A – LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA				Variable: BB_DAG_3A_TOT_2012 not found	282,117
18 02 03	FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas	Varsóvia (Polónia)	Variable: BB_DAG_3A_180203_2012 not found	78,959
18 02 11		Agência para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no domínio da liberdade, da segurança e da justiça	A decidir	Variable: BB_DAG_3A_180211_2012 not found	41,000
18 03 14	EASO	Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo	Valetta (Malta)	Variable: BB_DAG_3A_180314_2012 not found	12,000
18 05 02	EUROPOL	Europol	Haia (Países Baixos)	Variable: BB_DAG_3A_180502_2012 not found	75,182
18 05 05	AEP	Academia Europeia de Polícia	Bramshill (Reino Unido)	Variable: BB_DAG_3A_180505_2012 not found	8,451
18 05 11	EMCDDA	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência	Lisboa (Portugal)	Variable: BB_DAG_3A_180511_2012 not found	15,447
33 02 03	FRA	Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia	Viena (Áustria)	Variable: BB_DAG_3A_330203_2012 not found	21,024
33 03 02	EUROJUST	Eurojust	Haia (Países Baixos)	Variable: BB_DAG_3A_330302_2012 not found	30,054
RUBRICA 3B — CIDADANIA				Variable: BB_DAG_3B_TOT_2012 not found	131,061

17 03 03	ECDC	Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças	Estocolmo (Suécia)	Variable: BB_DAG_3B_170303_2012 not found	56,727
17 03 07	EFSA	Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos	Parma (Itália)	Variable: BB_DAG_3B_170307_2012 not found	74,334
RUBRICA 4 — A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL				Variable: BB_DAG_4_TOT_2012 not found	20,026
15 02 27	ETF	Fundação Europeia para a Formação	Turim (Itália)	Variable: BB_DAG_4_I50227_2012 not found	20,026

26.10. Projectos-piloto

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Rubrica	Designação da rubrica	Orçamento	Projecto de orçamento		Programação financeira	
			2011	2012	2013	
TOTAL GERAL		Variable: BB_PP_TOT_2011 not found	39,300	1,000		
RUBRICA 1A – COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO		Variable: BB_PP_1A_TOT_2011 not found	8,650	1,000		
02 02 12	Projeto-piloto — Facilitar o acesso dos artesãos e das pequenas empresas da construção aos seguros para encorajar a inovação e a promoção das tecnologias ecológicas na União Europeia	Variable: BB_PP_1A_020212_2011 not found				
04 03 12	Projeto-piloto — Total colaboração entre administrações públicas, empresas com fins lucrativos e empresas sem fins lucrativos para fins de inclusão social e laboral	Variable: BB_PP_1A_040312_2011 not found				
04 03 14	Projeto-piloto — Solidariedade social para a integração social	Variable: BB_PP_1A_040314_2011 not found		1,000		
04 04 08	Projeto-piloto — Incentivar a transformação de trabalho precário em trabalho com direitos	Variable: BB_PP_1A_040408_2011 not found				
12 02 03	Projeto-piloto — Fórum do Mercado Único	Variable: BB_PP_1A_120203_2011 not found		1,200		
12 02 04	Projeto-piloto — Reforço da capacidade de intervenção dos utilizadores finais e de outras entidades extrasetoriais na elaboração de políticas da União na área dos serviços financeiros	Variable: BB_PP_1A_120204_2011 not found		1,250		1,000
15 02 31	Projeto-piloto destinado a cobrir as despesas de formação de estudantes que se especializem na Política Europeia de Vizinhança (PEV) e despesas com atividades académicas conexas, incluindo a criação de uma cátedra PEV no Colégio da Europa (Campus de Natolin)	Variable: BB_PP_1A_150231_2011 not found				
15 07 79	Projeto-Piloto — Parcerias de conhecimento	Variable: BB_PP_1A_150779_2011 not found		1,000		
RUBRICA 1B – COESÃO PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO		Variable: BB_PP_1B_TOT_2011 not found	2,500			

		found	
13 03 26	Projeto-piloto — Renovação sustentável das zonas suburbanas	Variable: BB_PP_1B_13 0326_2011 not found	0,500
13 03 30	Projeto-piloto — Para uma identidade regional comum, a reconciliação das nações e a cooperação económica e social, incluindo uma plataforma pan-europeia de competências e de excelência na macrorregião do Danúbio	Variable: BB_PP_1B_13 0330_2011 not found	2,000
RUBRICA 2 – PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS		Variable: BB_PP_2_TO T_2011 not found	18,500
05 02 17 03	Projeto-piloto — Apoio às iniciativas de agricultores e consumidores com vista à redução das emissões de carbono e do consumo de energia e à comercialização da produção alimentar a nível local	Variable: BB_PP_2_050 21703_2011 not found	
05 02 17 07	Projeto-piloto — Medidas de combate à especulação nos produtos agrícolas de base	Variable: BB_PP_2_050 21707_2011 not found	1,500
05 04 05 03	Projeto-piloto — Programa de intercâmbio para jovens agricultores	Variable: BB_PP_2_050 40503_2011 not found	1,500
05 08 10	Projeto-piloto — Avaliação dos custos para o consumidor final decorrentes do cumprimento da legislação da UE nos domínios do ambiente, do bem-estar animal e da segurança alimentar	Variable: BB_PP_2_050 810_2011 not found	
07 03 18	Projeto-piloto — Recuperação de navios obsoletos não destinados à pesca profissional	Variable: BB_PP_2_070 318_2011 not found	
07 03 26	Projeto-piloto – Análise das publicações sobre o potencial impacto das alterações climáticas nas zonas de proteção da água potável em toda a União e a identificação das prioridades entre os diferentes tipos de abastecimento de água potável	Variable: BB_PP_2_070 326_2011 not found	
07 03 28	Projeto-piloto — Ciclo de reciclagem dos plásticos e impacto no meio marinho	Variable: BB_PP_2_070 328_2011 not found	
07 03 31	Projeto-piloto — Estudo comparado das pressões e medidas contidas nos planos de gestão das principais bacias hidrográficas da União	Variable: BB_PP_2_070 331_2011 not found	
17 03 11	Projeto-piloto — Consumo de frutos e produtos hortícolas	Variable: BB_PP_2_170 311_2011 not found	1,000
32 04 17	Projeto-piloto — Apoio à conservação dos recursos naturais e combate às alterações climáticas através de um aumento da utilização da energia solar (energia térmica solar e fotovoltaica)	Variable: BB_PP_2_320 417_2011 not found	
RUBRICA 3A – LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA		Variable: BB_PP_3A_T OT_2011 not found	6,500
18 03 15	Projeto-piloto — Rede de contactos e debate entre municípios e autoridades locais específicas sobre experiências e boas práticas no domínio da reinstalação e integração de refugiados	Variable: BB_PP_3A_18 0315_2011 not found	
33 02 09	Metodologia europeia para a elaboração de políticas baseadas em provas no que diz respeito aos direitos da criança	Variable: BB_PP_3A_33 0209_2011 not found	
33 03 07	Projeto-piloto — Cobrança rápida e eficaz das dívidas pendentes de pequenas e médias empresas (PME) com atividades transfronteiriças	Variable: BB_PP_3A_33	2,000

		0307_2011 not found		
RUBRICA 3B – CIDADANIA		Variable: BB_PP_3B_T OT_2011 not found	1,750	
RUBRICA 4 — A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL		Variable: BB_PP_4_TO T_2011 not found	0,400	
19 04 06	Projeto-piloto — Fórum da Sociedade Civil UE-Rússia	Variable: BB_PP_4_190 406_2011 not found	0,400	
19 04 07	Projeto-piloto — Financiamento para as vítimas de tortura	Variable: BB_PP_4_190 407_2011 not found		
19 06 09	Projeto-piloto — Programa relativo a atividades de consolidação da paz realizadas por ONG	Variable: BB_PP_4_190 609_2011 not found		
RUBRICA 5 — ADMINISTRAÇÃO		Variable: BB_PP_5_TO T_2011 not found	1,000	
Variable: BB_PP_5_16 0205 not found	Cannot find heading for [SEC3/E/16 02 05 pt]	Variable: BB_PP_5_160 205_2011 not found	Variable: BB_PP_5_160 205_2012 not found	Variable: BB_PP_5_160 205_2013 not found
24 02 04	Projeto-piloto — Desenvolvimento de um mecanismo de avaliação da União no domínio da luta contra a corrupção especialmente destinado a identificar e reduzir os custos da corrupção nos contratos públicos com fundos da União	Variable: BB_PP_5_240 204_2011 not found		

26.11. Acções preparatórias

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Rubrica	Designação da rubrica	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
		2011	2012	2013
TOTAL GERAL		Variable: BB_PA_TOT_2011 not found	65,550	14,500
RUBRICA 1A – COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO		Variable: BB_PA_1A_T OT_2011 not found	17,250	6,500
02 02 03 05	Ação preparatória — Erasmus para Jovens Empresários	Variable: BB_PA_1A_02 020305_2011 not found		
02 02 08 02	Ação preparatória — Turismo sustentável	Variable: BB_PA_1A_02 020802_2011 not found		
02 02 08 03	Ação preparatória — Turismo social na Europa	Variable: BB_PA_1A_02 020803_2011 not found		
04 03 13	Ação preparatória — O teu primeiro emprego EURES	Variable: BB_PA_1A_04 0313_2011 not found	3,250	4,500

		found		
15 02 33	Ação preparatória destinada a cobrir as despesas de formação de estudantes que se especializem na Política Europeia de Vizinhança (PEV) e despesas com atividades académicas conexas e outros módulos educativos, incluindo o funcionamento da cátedra PEV no Colégio da Europa de Natolin	Variable: BB_PA_1A_15 0233_2011 not found	3,500	2,000
RUBRICA 1B – COESÃO PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO		Variable: BB_PA_1B_T OT_2011 not found	8,700	
13 03 27	Ação preparatória — RURBAN — Parceria para um desenvolvimento urbano e rural sustentável	Variable: BB_PA_1B_13 0327_2011 not found		
13 03 28	Ação preparatória — Reforçar a cooperação regional e local através da promoção da política regional da União à escala mundial	Variable: BB_PA_1B_13 0328_2011 not found	2,000	
13 03 29	Definição de um modelo de governação para a região do Danúbio na União Europeia —melhor e mais eficaz coordenação	Variable: BB_PA_1B_13 0329_2011 not found	1,500	
RUBRICA 2 – PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS		Variable: BB_PA_2_TO T_2011 not found	12,000	5,000
07 03 27	Ação preparatória — Regime BEST (regime voluntário para a biodiversidade e os serviços ligados aos ecossistemas nos território das regiões ultraperiféricas e nos países e territórios ultramarinos da União)	Variable: BB_PA_2_070 327_2011 not found	2,000	
07 03 29	Ação preparatória — Desenvolvimento de ações de prevenção a fim de pôr termo à desertificação na Europa	Variable: BB_PA_2_070 329_2011 not found	1,000	
07 13 03	Ação preparatória — Integração da ação, adaptação e inovação climáticas	Variable: BB_PA_2_071 303_2011 not found	5,000	5,000
Variable: BB_PA_2_07 1304 not found	Cannot find heading for [SEC3/E/07 13 04 pt]	Variable: BB_PA_2_071 304_2011 not found	Variable: BB_PA_2_071 304_2012 not found	Variable: BB_PA_2_07130 4_2013 not found
RUBRICA 3A – LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA		Variable: BB_PA_3A_T OT_2011 not found	3,000	
RUBRICA 3B – CIDADANIA		Variable: BB_PA_3B_T OT_2011 not found	8,500	
09 02 06	Ação preparatória — Erasmus para Jornalistas	Variable: BB_PA_3B_09 0206_2011 not found		
15 05 11	Ação preparatória no domínio do desporto	Variable: BB_PA_3B_15 0511_2011 not found		
16 05 01 02	Ação preparatória para a preservação de sítios comemorativos na Europa	Variable: BB_PA_3B_16 050102_2011 not found		
16 05 07 01	Ação preparatória — 2013 — Ano Europeu dos Cidadãos	Variable: BB_PA_3B_16 050701_2011 not found	1,000	

17 02 03	Ação preparatória — Medidas de controlo no domínio da política dos consumidores	Variable: BB_PA_3B_17 0203_2011 not found		
RUBRICA 4 — A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL		Variable: BB_PA_4_TO T_2011 not found	12,500	3,000
07 02 04	Ação preparatória — Vigilância ambiental da bacia do mar Negro e Programa-Quadro Europeu para o desenvolvimento da região do mar Negro	Variable: BB_PA_4_070 204_2011 not found		
22 02 09	Ação preparatória — Preservação e restauro do património cultural em zonas atingidas por conflitos	Variable: BB_PA_4_220 209_2011 not found	3,000	
23 02 04	Ação preparatória — Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária	Variable: BB_PA_4_230 204_2011 not found	3,000	3,000

26.12. Acções financiadas no âmbito das prerrogativas da Comissão

(Preços correntes, em milhões de EUR)

Rubrica	Designação da rubrica	Orçamento	Projecto de orçamento	Programação financeira
		2011	2012	2013
TOTAL GERAL		Variable: BB_TP_TOT_ 2011 not found	276,051	272,035
RUBRICA 1A – COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO		Variable: BB_TP_1A_T OT_2011 not found	77,987	71,735
01 02 04	Prince — Comunicação relativa à União Económica e Monetária, incluindo o euro	Variable: BB_TP_1A_01 0204_2011 not found	5,500	5,000
02 01 04 01	Funcionamento e desenvolvimento do mercado interno, nomeadamente nos domínios da notificação, da certificação e da aproximação setorial — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_02 010401_2011 not found	1,000	1,000
02 03 01	Funcionamento e desenvolvimento do mercado interno, nomeadamente nos domínios da notificação, da certificação e da aproximação setorial	Variable: BB_TP_1A_02 0301_2011 not found	18,550	19,300
04 01 04 02	Relações laborais e diálogo social — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_04 010402_2011 not found	0,260	0,260
04 03 02	Despesas de consultas sindicais prévias	Variable: BB_TP_1A_04 0302_2011 not found	0,450	0,450
06 01 04 02	Transportes — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_06 010402_2011 not found	0,800	0,700
06 01 04 07	Segurança e proteção dos utentes de transportes — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_06 010407_2011 not found		
06 01 04 09	Informação e comunicação — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_06 010409_2011 not found	0,496	0,500

06 02 03	Atividades de apoio à política europeia dos transportes e direitos dos passageiros	Variable: BB_TP_1A_06 0203_2011 not found	31,770	25,000
06 02 11	Segurança dos transportes	Variable: BB_TP_1A_06 0211_2011 not found	2,300	2,510
09 01 04 01	Definição e execução da política da União no domínio das comunicações eletrónicas — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_09 010401_2011 not found	0,690	0,690
09 02 01	Definição e execução da política da União no domínio das comunicações eletrónicas	Variable: BB_TP_1A_09 0201_2011 not found	2,405	2,405
12 01 04 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_12 010401_2011 not found	0,700	0,700
12 02 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno	Variable: BB_TP_1A_12 0201_2011 not found	8,800	8,800
12 02 02	Programa SOLVIT e Plano de Ação sobre Serviços de Assistência no âmbito do Mercado Único	Variable: BB_TP_1A_12 0202_2011 not found		
14 01 04 01	Realização e desenvolvimento do mercado interno — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_14 010401_2011 not found	0,120	0,120
14 02 01	Implementação e desenvolvimento do mercado interno	Variable: BB_TP_1A_14 0201_2011 not found	3,400	3,500
32 01 04 04	Segurança e proteção dos utentes de energia — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_32 010404_2011 not found		
32 01 04 05	Informação e comunicação — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_1A_32 010405_2011 not found	0,496	0,500
32 04 16	Segurança das instalações e infra-estruturas de energia	Variable: BB_TP_1A_32 0416_2011 not found	0,250	0,300
RUBRICA 3A – LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA		Variable: BB_TP_3A_T OT_2011 not found	6,800	7,000
18 08 01	Prince — Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	Variable: BB_TP_3A_18 0801_2011 not found	2,800	2,900
18 08 05	Apreciação e avaliação de impacto	Variable: BB_TP_3A_18 0805_2011 not found	0,600	0,600
33 05 01	Prince — Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	Variable: BB_TP_3A_33 0501_2011 not found	2,800	2,900
33 05 02	Apreciação e avaliação de impacto	Variable: BB_TP_3A_33 0502_2011 not found	0,600	0,600

RUBRICA 3B – CIDADANIA		Variable: BB_TP_3B_T OT_2011 not found	Variable: BB_TP_3B_T OT_2011 not found	99,486
09 01 04 06	Outras medidas no setor audiovisual e dos meios de comunicação — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_3B_09 010406_2011 not found		
09 02 05	Outras medidas no setor audiovisual e dos meios de comunicação	Variable: BB_TP_3B_09 0205_2011 not found	0,950	0,950
15 05 06	Acontecimentos anuais especiais	Variable: BB_TP_3B_15 0506_2011 not found	1,500	
16 01 04 01	Ações de comunicação — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_3B_16 010401_2011 not found	3,200	3,200
16 01 04 02	Visitas à Comissão — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_3B_16 010402_2011 not found	0,650	0,800
16 02 02	Ações multimédia	Variable: BB_TP_3B_16 0202_2011 not found	31,460	28,400
16 02 03	Informação para a comunicação social	Variable: BB_TP_3B_16 0203_2011 not found	4,950	5,150
16 03 01	Centros de informação	Variable: BB_TP_3B_16 0301_2011 not found	13,750	13,800
Variable: BB_TP_3B_1 60302 not found	Comunicação das representações da Comissão	Variable: BB_TP_3B_16 0302_2011 not found	Variable: BB_TP_3B_16 0302_2012 not found	Variable: BB_TP_3B_160 302_2013 not found
16 03 04	Parceria para a comunicação sobre a Europa	Variable: BB_TP_3B_16 0304_2011 not found	13,000	12,500
16 04 01	Análise da opinião pública	Variable: BB_TP_3B_16 0401_2011 not found	6,150	6,600
16 04 02 01	Instrumentos de informação e comunicação escritos e em linha	Variable: BB_TP_3B_16 040201_2011 not found	14,380	16,860
16 05 02	Visitas à Comissão	Variable: BB_TP_3B_16 0502_2011 not found	2,970	4,000
RUBRICA 4 — A UE COMO PROTAGONISTA GLOBAL		Variable: BB_TP_4_TO T_2011 not found	67,586	71,655
07 01 04 04	Contribuição para as atividades internacionais em matéria de ambiente e ação climática — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_4_070 10404_2011 not found	0,300	0,300
07 02 01	Contribuição para atividades multilaterais e internacionais nos domínios do ambiente e da ação climática	Variable: BB_TP_4_070 201_2011 not	3,050	3,200

		found		
Variable: BB_TP_4_07 1101 not found	Cannot find heading for [SEC3/E/07 11 01 pt]	Variable: BB_TP_4_071 101_2011 not found	Variable: BB_TP_4_071 101_2012 not found	Variable: BB_TP_4_07110 1_2013 not found
19 01 04 05	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_4_190 10405_2011 not found		
19 11 01	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria	Variable: BB_TP_4_191 101_2011 not found	14,000	14,840
19 11 02	Atividades de informação sobre a UE — Relações externas	Variable: BB_TP_4_191 102_2011 not found	11,500	12,300
19 11 03	A União Europeia no mundo	Variable: BB_TP_4_191 103_2011 not found	2,500	1,490
20 01 04 01	Relações comerciais externas, incluindo o acesso a mercados dos países terceiros — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_4_200 10401_2011 not found	0,430	0,430
20 02 01	Relações comerciais externas, incluindo o acesso aos mercados dos países terceiros	Variable: BB_TP_4_200 201_2011 not found	7,300	9,000
20 02 03	Assistência no âmbito do comércio — Iniciativas multilaterais	Variable: BB_TP_4_200 203_2011 not found	3,825	4,500
21 01 04 03	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_4_210 10403_2011 not found		
21 01 04 04	Coordenação e sensibilização no domínio do desenvolvimento — Despesas de gestão administrativa	Variable: BB_TP_4_210 10404_2011 not found	0,204	0,270
21 08 01	Avaliação dos resultados da ajuda da União e medidas de acompanhamento e auditoria	Variable: BB_TP_4_210 801_2011 not found	9,577	11,000
21 08 02	Coordenação e sensibilização no domínio do desenvolvimento	Variable: BB_TP_4_210 802_2011 not found	9,900	9,325
22 02 10 01	Prince — Informação e comunicação	Variable: BB_TP_4_220 21001_2011 not found	5,000	5,000
RUBRICA 5 — ADMINISTRAÇÃO		23,848	Variable: BB_TP_5_TO T_2011 not found	22,159
01 02 02	Coordenação e vigilância da União Económica e Monetária	Variable: BB_TP_5_010 202_2011 not found	9,000	9,000
16 02 04	Exploração dos estúdios de radiodifusão e de televisão e equipamentos audiovisuais	Variable: BB_TP_5_160 204_2011 not found	6,755	5,553
16 04 02 02	Resumo em linha da legislação (SCAD+)	Variable: BB_TP_5_160 40202_2011		

		not found		
16 04 04	Publicações escritas de carácter geral	Variable: BB_TP_5_160 404_2011 not found	2,700	2,300
25 02 01 01	Arquivos históricos da União	Variable: BB_TP_5_250 20101_2011 not found	2,215	2,268
25 02 04 01	Bases de dados documentais	Variable: BB_TP_5_250 20401_2011 not found	0,760	0,760
25 02 04 02	Publicações digitais	Variable: BB_TP_5_250 20402_2011 not found	0,978	0,978

ROOT***

27. PREFÁCIO

O principal objectivo do anteprojecto de orçamento (AO) de 2010 consiste em estimular a actividade económica na Europa. No quadro da presente crise económica e financeira mundial, a relançamento da economia deve estar no centro das prioridades políticas da União Europeia e dos seus planos de despesas.

Em matéria de dotações de autorização, o AO de 2010 atinge 138,6 mil milhões de euros, o que equivale a 1,17% do RNB comunitário, deixando uma margem de 1,8 mil milhões de euros. Quanto às dotações de pagamento, propõe-se uma quantia de 122,3 mil milhões de euros, o que representa 1,03% do RNB, deixando uma margem de 12,2 mil milhões de euros.

A parte maior destes fundos - 45%, ou seja, 62,2 mil milhões de euros - será canalizada para medidas de promoção do crescimento e do emprego, a fim de contribuir para o restabelecimento da competitividade na União. Os principais programas irão beneficiar de um reforço do financiamento, nomeadamente o Sétimo Programa-Quadro de investigação e desenvolvimento tecnológico (+ 12,1 %), o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (+ 3,3 %) e o Fundo de Coesão (+ 9,6 %).

Em Abril de 2009, o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão acordaram no Plano de Relançamento da Economia Europeia, dotado de 5 mil milhões de euros, com vista a financiar grandes projectos europeus nas áreas da energia e das infra-estruturas de banda larga e a enfrentar os novos desafios das zonas rurais relacionados com o exame de saúde da Política Agrícola Comum. No seguimento da primeira injeção de 2,6 mil milhões de euros em 2009, serão acrescentados outros 2,4 mil milhões de euros no orçamento de 2010. Estas quantias ainda não foram inscritas no AO de 2010, dado se prever que o seu financiamento seja garantido através de um mecanismo de compensação, no quadro da concertação do processo orçamental de 2010 prevista para o final de 2009.

Continua a integração progressiva dos Estados-Membros que aderiram à UE desde 2004 (UE-12) nos sistemas de apoio. Pela primeira vez, a UE-12 irá receber uma proporção maioritária do Fundo de Coesão e dos fundos estruturais da UE (52%). O apoio agrícola a estas regiões irá igualmente aumentar, passando a UE-12 a receber 11 mil milhões de euros sob a forma de ajudas directas, de apoio ao mercado e de financiamento do desenvolvimento rural.

O domínio da liberdade, segurança e justiça beneficia de um reforço importante das despesas. O financiamento dos projectos destinados a lutar contra a criminalidade e o terrorismo e a gerir os fluxos migratórios aumentará 13,5%, passando para quase mil milhões de euros.

A UE deve manter uma posição forte na cena mundial, para que possa responder aos desafios globais como as alterações climáticas e a segurança alimentar. O fomento das relações com os vizinhos mais próximos da UE continua a ser um objectivo central, sendo financiado através do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP). Será reforçado o financiamento do Instrumento da Cooperação para o Desenvolvimento (ICD), do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) e da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). No AO de 2010 inclui-se igualmente a última parcela da Facilidade Alimentar dotada de mil milhões de euros, acordada no final de 2008.

As despesas administrativas do conjunto das instituições da UE irão aumentar moderadamente em 2,1%, sendo as despesas administrativas da Comissão Europeia reforçadas num nível modesto de 0,9%.



Siim Kallas

Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelos Assuntos Administrativos,
Auditoria e Luta Antifraude

28. MEMORANDUM FROM MR LEWANDOWSKI TO THE COMMISSION ON THE DRAFT BUDGET FOR 2013

In accordance with Article 314 (1) and (2) of the Treaty on the Functioning of the European Union, each of the Union institutions draws up estimates of its expenditure and the Commission consolidates these estimates in a general draft budget, containing an estimate of revenue and expenditure.

In order to respect the pragmatic timetable approved by the budgetary authority and the Commission on 26 March 2011, the Commission decisions must be taken at the latest on 25 April 2012.

The Commission will find attached four documents making up the Commission's statement of estimates:

- **Document I** («political presentation») presents both the political and the financial framework in which the draft budget is prepared. It contains an analysis by heading of the multiannual financial framework, showing for each heading the main figures, key aspects for 2013, and a general presentation of the actions funded;
- **Document II** is a summary of the expenditure proposals on an item-by-item basis;
- **Document III** contains the changes in the budgetary remarks and the establishment plan staff;
- **Document IV** concerns the complementary allocation of human resources 2012.
Document IV bis concerns the complementary allocation of human resources 2011.

Documents I, II and III will be finalised and converted as appropriate, in full conformity with the decisions taken by the Commission, into the following volumes of the draft budget:

- Volume ‘General introduction’, made up of document I and a summary of the financing of the draft budget;
- Volume ‘General statement of revenue’;
- Volume 3 ‘Section III – Commission: Statements of expenditure and revenue’ incorporating the abovementioned decisions of the Commission in the 2013 draft budget and the adjustments needed to take account of the consultation of the EEA States on their participation in certain EU policies.

It is proposed that the Commission:

- 3. adopt the statement of estimates of the Commission (documents I, II, III, IV and IVbis) as the basis for the draft budget of the European Union for the financial year 2013;**
- 4. authorise the Member of the Commission with responsibility for the budget to send to the budgetary authority for information documents I, II and III referred to in point (1) above in the three procedural languages;**
- 5. empower the Member of the Commission with responsibility for the budget, in agreement with the President, to finalise the documents referred to in point (1) above, and converting documents I, II and III into the corresponding volumes of the draft budget, taking into account results of the meeting of the Advisory Committee on Own Resources which will be held on the 21 May;**
- 6. empower the Member of the Commission with responsibility for the budget, in agreement with the President and pursuant to Article 314(1) of the Treaty on the Functioning of the European Union, to finalise information provided by the other institutions concerning their own statement of estimates by consolidating them in the general draft budget.**

29. POINTS BROUGHT TO THE COMMISSION'S PARTICULAR ATTENTION AND SPECIFIC DECISIONS TO BE TAKEN

29.1. Open points for the Commission's decision

Il reste trois différences entre la DG BUDGET et l'OIB en ce qui concerne le niveau des ressources pour 2008.

29.1.1. RESSOURCES HUMAINES

L'OIB a demandé 54 FTE supplémentaires (hors crèches et garderies) dans le cadre de l'exercice APS, et a obtenu 11 postes nets (16 bruts – 5 contributions au pool). Il considère cette allocation insuffisante et plaide pour au moins 9 agents contractuels supplémentaires pour remplir les recommandations de l'IAS sur les outils de contrôle, pour apurer le retard des Archives historiques et pour la politique de Santé et Sécurité à Bruxelles dont il vient d'être chargé.

La DG BUDGET considère que le niveau des ressources humaines pour 2008 a été décidé avec l'APS.

29.1.2. AMENAGEMENT DES LOCAUX

Le résultat des hearings est de 17,1 millions d'euros pour les aménagements de locaux (+31,5 % par rapport à

2007, dont 7,1 millions d'euros pour la crèche Cornet-Leman). L'OIB demande encore 1 million d'euros supplémentaire pour permettre le bon état des immeubles.

La DG BUDGET considère que le niveau des crédits est adéquat, qu'il ne s'agit pas d'obligations contractuelles, que 1/3 du parc immobilier est nouveau (peu consommateur de ce type de dépenses) et qu'une partie importante des ressources est attribuée à la grande priorité affichée par l'OIB (la crèche).

29.1.3. MOBILITÉ

L'OIB demande 3 millions d'euros au titre du Plan de mobilité décidé par la Commission pour lequel les deux branches de l'autorité budgétaire n'ont pas accordé les crédits demandés pour 2007. L'OIB avance que la "re-demande" pourrait être présentée sous l'angle d'une mesure de "protection de l'environnement, prévention du changement climatique et promotion du transport public" plutôt que comme une action de politique sociale à l'avantage du personnel.

La DG BUDGET considère inopportun de demander à l'autorité budgétaire le crédit pour une action refusée qui reste inchangée et pour laquelle aucun élément nouveau ne peut être avancé. Par ailleurs, une nouvelle argumentation sans autre changement pourrait être mal interprétée par l'autorité budgétaire (le nouveau caractère du plan évoqué par l'OIB pourrait être traité d'opportuniste et son financement avec des crédits administratifs serait douteux car il relèverait alors des politiques opérationnelles).

Il reste une différence entre la DG BUDGET et la DG COMM en ce qui concerne le niveau des ressources pour 2008.

La DG COMM demande 1,3 millions d'euros en 2008 pour lancer EbS2, deuxième canal de diffusion "Europe by Satellite". Il s'agit d'un besoin qui surgit suite notamment à l'utilisation de EbS par le PE (transmission des séances parlementaires) sans qu'une participation financière ne soit prévue de sa part.

La DG BUDG questionne le principe d'accepter dans le budget de la Commission des dépenses qui découlent en grand partie des besoins du PE et qui concurrencent toutes autres dépenses nécessaires au fonctionnement de la Commission (salaires, immeubles, etc.).

Il reste une différence entre la DG BUDGET et la DG DGT en ce qui concerne le niveau des ressources pour 2008.

La DGT souhaite entamer un projet pilote multilinguisme.

La DG BUDG estime que - l'action ayant été rejeté lors de l'APS – il convient de approcher le thème à travers le programme Lifelong Learning. Une marge de manœuvre plus grande en la matière peut également être offerte à DGT par l'augmentation de son allocation sous l'enveloppe globale.

Il reste une différence entre la DG BUDGET et la DG RELEX en ce qui concerne le niveau des ressources pour 2008.

DG RELEX proposes to start broadcasting in Farsi to cover Iran (cost EUR 3 million); DG RELEX envisages to undertake that under the coverage of 'institutional prerogatives' of the Commission.

DG BUDG is of opinion that such a highly political initiative cannot be undertaken under 'institutional prerogatives' but needs political cover under an appropriate basic act.

30. COVER PAGES

30.1. Cover pages

31. PREFÁCIO

O principal objectivo do anteprojecto de orçamento (AO) de 2010 consiste em estimular a actividade económica na Europa. No quadro da presente crise económica e financeira mundial, a relançamento da economia deve estar no centro das prioridades políticas da União Europeia e dos seus planos de despesas.

Em matéria de dotações de autorização, o AO de 2010 atinge 138,6 mil milhões de euros, o que equivale a 1,17% do RNB comunitário, deixando uma margem de 1,8 mil milhões de euros. Quanto às dotações de pagamento, propõe-se uma quantia de 122,3 mil milhões de euros, o que representa 1,03% do RNB, deixando uma margem de 12,2 mil milhões de euros.

A parte maior destes fundos - 45%, ou seja, 62,2 mil milhões de euros - será canalizada para medidas de promoção do crescimento e do emprego, a fim de contribuir para o restabelecimento da competitividade na União. Os principais programas irão beneficiar de um reforço do financiamento, nomeadamente o Sétimo Programa-Quadro de investigação e desenvolvimento tecnológico (+ 12,1 %), o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (+ 3,3 %) e o Fundo de Coesão (+ 9,6 %).

Em Abril de 2009, o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão acordaram no Plano de Relançamento da Economia Europeia, dotado de 5 mil milhões de euros, com vista a financiar grandes projectos europeus nas áreas da energia e das infra-estruturas de banda larga e a enfrentar os novos desafios das zonas rurais relacionados com o exame de saúde da Política Agrícola Comum. No seguimento da primeira injeção de 2,6 mil milhões de euros em 2009, serão acrescentados outros 2,4 mil milhões de euros no orçamento de 2010. Estas quantias ainda não foram inscritas no AO de 2010, dado se prever que o seu financiamento seja garantido através de um mecanismo de compensação, no quadro da concertação do processo orçamental de 2010 prevista para o final de 2009.

Continua a integração progressiva dos Estados-Membros que aderiram à UE desde 2004 (UE-12) nos sistemas de apoio. Pela primeira vez, a UE-12 irá receber uma proporção maioritária do Fundo de Coesão e dos fundos estruturais da UE (52%). O apoio agrícola a estas regiões irá igualmente aumentar, passando a UE-12 a receber 11 mil milhões de euros sob a forma de ajudas directas, de apoio ao mercado e de financiamento do desenvolvimento rural.

O domínio da liberdade, segurança e justiça beneficia de um reforço importante das despesas. O financiamento dos projectos destinados a lutar contra a criminalidade e o terrorismo e a gerir os fluxos migratórios aumentará 13,5%, passando para quase mil milhões de euros.

A UE deve manter uma posição forte na cena mundial, para que possa responder aos desafios globais como as alterações climáticas e a segurança alimentar. O fomento das relações com os vizinhos mais próximos da UE continua a ser um objectivo central, sendo financiado através do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP). Será reforçado o financiamento do Instrumento da Cooperação para o Desenvolvimento (ICD), do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA) e da Política Externa e de Segurança Comum (PESC). No AO de 2010 inclui-se igualmente a última parcela da Facilidade Alimentar dotada de mil milhões de euros, acordada no final de 2008.

As despesas administrativas do conjunto das instituições da UE irão aumentar moderadamente em 2,1%, sendo as despesas administrativas da Comissão Europeia reforçadas num nível modesto de 0,9%.

Siim Kallas

Vice-Presidente da Comissão Europeia responsável pelos Assuntos Administrativos,
Auditoria e Luta Antifraude

32. RECEITAS – ANÁLISE POR TÍTULO

32.1. Apreciação geral

O projeto de orçamento de 2013 da União baseia-se nos 27 Estados-Membros. As previsões das receitas anuais para 2013 são apresentadas pormenorizadamente no quadro abaixo e comparadas com os dados do orçamento de 2012 (incluindo as informações disponíveis mais recentes provenientes do projeto de orçamento retificativo – POR – n.º 3/2012).

Financiamento do projeto de orçamento (PO) de 2013

Título	Receitas	POR n.º 3/2012	PO 2013	Varição percentual 2012-2013
1	Recursos próprios:			
-	Quotizações no setor do açúcar (1)	123 400 000	123 400 000	0 %
-	Direitos aduaneiros (1)	19 171 200 000	18 631 800 000	- 2,8%
-	IVA (2)	14 498 917 425	15 029 949 025	+ 3,66%
-	RNB (3)	92 239 900 053	102 558 503 930	+ 11,19%
	Subtotal (título 1)	126 033 417 478	136 343 652 955	+ 8,18%
3	Excedentes, saldos e ajustamentos	1 496 968 014	p.m.	---
4	Receitas provenientes das pessoas ligadas às instituições e outros organismos da União	1 312 344 852	1 303 747 390	-0,7%
5	Receitas provenientes do funcionamento administrativo das instituições	59 790 286	59 534 868	- 0,4%
6	Contribuições e restituições no âmbito dos acordos e programas da União	50 000 000	60 000 000	+20,0%
7	Juros de mora e coimas	123 000 000	123 000 000	+0,0%
8	Contração e concessão de empréstimos	384 000	4 296 000	+1 018,8%
9	Receitas diversas	30 200 000	30 200 000	+ 0,0%
	Subtotal (títulos 3–9)	3 072 687 152	1 580 778 258	-48,55%
	Total geral	129 106 104 630	137 924 431 213	+6,83%

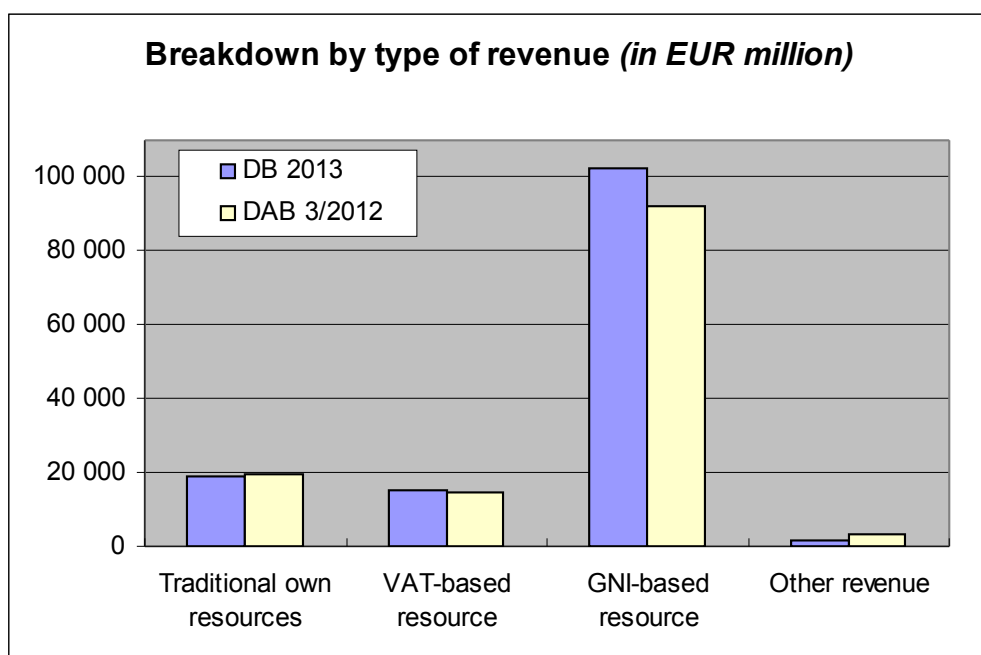
(1) Quantias líquidas de 25 % de despesas de cobrança retidas pelos Estados-Membros.
(2) Taxa uniforme de 0,30 %, com exceção da Áustria (0,225 %), Alemanha (0,15 %), Países Baixos e Suécia (0,10 %).
(3) Taxa uniforme (arredondada) de 0,70246 % em 2012 e de 0,76664 % em 2013.

O orçamento é financiado pelos recursos próprios e outras receitas. A quantia global dos recursos próprios necessários para financiar o orçamento é determinada pelas despesas totais menos as outras receitas. A quantia de recursos próprios (título 1 das receitas do orçamento) necessária para financiar as dotações de pagamento do PO de 2013 é equivalente a 1,02 % do rendimento nacional bruto (RNB) da UE. O limite máximo global dos recursos próprios para 2013 foi fixado em 1,23 %⁹⁸ do RNB total dos Estados-Membros.

98 O Conselho adotou a Decisão, de 16 de março de 2010, relativa à repartição dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) com vista à determinação do rendimento nacional bruto (RNB) utilizado para

Repartição por tipo de receitas (em milhões de euros)

Tipo de receitas	POR n.º 3/2012		PO 2013	
	Milhões de EUR	%	Milhões de EUR	%
Direitos aduaneiros e quotizações no setor do açúcar	19 294,6	14,9%	18 755,2	13,6%
Recurso IVA	14 498,9	11,2%	15 029,9	10,9%
Recurso RNB	92 239,9	71,5%	102 558,5	74,4%
Outras receitas	3 072,7	2,4%	1 580,8	1,1%
Total	129 106,1	100,0%	137 924,4	100,0%



Os dois primeiros recursos próprios são os direitos aduaneiros e as quotizações no setor do açúcar. Os Estados-Membros efetuam uma retenção na fonte a uma taxa fixa de 25 % para cobrir as despesas de cobrança.

O terceiro recurso resulta da aplicação de uma taxa uniforme à base tributável do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) dos Estados-Membros. A taxa uniforme foi estabelecida, em conformidade com o artigo 2.º, n.º 4, da Decisão n.º 436/2007 do Conselho, em 0,30 % e, para o período 2007-2013, a taxa de mobilização para a Áustria foi fixada em 0,225 %, para a Alemanha em 0,15 % e para os Países Baixos e a Suécia em 0,10 %. A taxa uniforme é aplicada às bases IVA, que são limitadas (niveladas) a 50 % da base RNB do mesmo Estado-Membro.

O quarto recurso, o recurso «complementar», resulta da aplicação de uma taxa uniforme às bases tributáveis constituídas pelo RNB dos Estados-Membros, sendo calculado de molde a cobrir o saldo das despesas totais não coberto pelos outros recursos. Foram concedidas reduções brutas dos pagamentos a título do RNB à Suécia (150 milhões de EUR a preços de 2004) e aos Países Baixos (605 milhões de EUR a preços de 2004). Essas reduções brutas são financiadas por todos os Estados-Membros.

O sistema de correção dos desequilíbrios orçamentais acordado em Fontainebleau, em 1984, mantém-se em vigor,

efeitos do orçamento da União Europeia e dos seus recursos próprios (Decisão 2010/196/UE, Euratom do Conselho, JO L 87 de 7.4.2010, p. 31). Esta decisão tem um impacto significativo sobre o RNB utilizado para efeitos dos recursos próprios e, em conformidade com o artigo 3.º da Decisão 2007/436/CE, Euratom do Conselho, o limite máximo dos recursos próprios, fixado desde 2001 em 1,24 % do RNB da UE, teve de ser adaptado por forma a manter inalterada a quantia de recursos financeiros postos à disposição da União. De acordo com a fórmula fixada na Decisão, 1,24 % do RNB da União Europeia, com exclusão dos SIFIM, corresponde a 1,23 % do seu RNB, com a repartição dos SIFIM. Para mais informações, ver a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu (COM(2010) 162 final de 16.4.2010).

com ajustamentos adequados para permitir o nivelamento das bases tributáveis IVA, a introdução do recurso RNB, o aumento da percentagem dos recursos próprios tradicionais retidos pelos Estados-Membros, bem como os alargamentos posteriores a 2004. Este sistema de correção apenas beneficia o Reino Unido e é financiado a partir de uma chave das bases tributáveis RNB (sendo o Reino Unido excluído do financiamento da sua própria correção e as proporções de financiamento da Áustria, Alemanha, Países Baixos e Suécia limitadas a um quarto da sua proporção normal).

32.2. Previsões dos recursos próprios para 2013

As previsões para 2013 dos recursos próprios tradicionais a cobrar, bem como das bases IVA e RNB, foram adotadas numa reunião do Comité Consultivo dos Recursos Próprios (CCRP), realizada em 21 de maio de 2012, e incluídas no PO de 2013. Participaram na reunião representantes dos 27 Estados-Membros e da Comissão. A metodologia de previsão da Comissão é explicada em seguida. No entanto, as previsões finais adotadas para as bases IVA e RNB são o resultado de um compromisso entre as previsões da Comissão e as previsões fornecidas pelos Estados-Membros.

32.2.1. Recursos próprios tradicionais

Quotizações no setor do açúcar

A quantia total prevista de quotizações no setor do açúcar da UE a cobrar em 2013 é estimada em 123,4 milhões de EUR (após dedução de uma quantia correspondente a 25%, retida pelos Estados-Membros a título de despesas de cobrança), sendo a previsão igual à inscrita no POR n.º 3/2012.

As previsões das quotizações no setor do açúcar, com inclusão das previsões pormenorizadas por Estado-Membro, foram calculadas pela Comissão.

Direitos aduaneiros

A quantia total prevista de direitos aduaneiros da UE a cobrar em 2013 eleva-se a 18 631,8 milhões de EUR (após dedução de uma quantia correspondente a 25%, retida pelos Estados-Membros a título de despesas de cobrança), o que representa uma redução de - 2,8 % em comparação com a previsão registada no POR n.º 3/2012. A razão principal para tal consiste numa redução da pauta média estimada.

Para cada Estado-Membro, os direitos aduaneiros foram previstos mediante a aplicação às importações com origem fora da UE em 2011: das taxas de crescimento previstas⁹⁹ das importações com origem fora da UE (+ 12 %, em média, para 2011-2012 e + 5,8 % para 2012-2013) e de uma estimativa da pauta média ponderada de 2011 (1,32 % calculado como o rácio entre as receitas decorrentes dos direitos aduaneiros da UE e as importações com origem fora da UE).

32.2.2. Bases tributáveis do imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A previsão da base IVA não nivelada da UE para 2013 eleva-se a 5 968 895,8 milhões de EUR, o que representa um aumento de + 3,7 % em comparação com a previsão correspondente de 5 756 405,2 milhões de EUR, utilizada como base no POR n.º 3/2012.

4 Estados-Membros (Chipre, Luxemburgo, Malta, e Eslovénia) apresentarão em 2013 as respetivas bases IVA niveladas a 50 % da respetiva base RNB.

A previsão da base IVA nivelada da UE para 2013 eleva-se assim a 5 952 618,2 milhões de EUR, o que representa um aumento de + 3,7 % em comparação com a previsão correspondente de 5 740 777,2 milhões de

EUR, utilizada como base no POR n.º 3/2012.

A taxa uniforme foi estabelecida, em conformidade com o artigo 2.º, n.º 4, da Decisão n.º 436/2007 do Conselho, em 0,30 % e, para o período 2007-2013, a taxa de mobilização para a Áustria foi fixada em 0,225 %, para a Alemanha em 0,15 % e para os Países Baixos e a Suécia em 0,10 %.

Relativamente a cada Estado-Membro, a base IVA para 2013 foi prevista mediante a aplicação à estimativa ou declaração disponível mais recente da base IVA comunicada à Comissão (isto é, uma estimativa para 2011 ou uma declaração para 2010) das previsões de taxas de crescimento médias ponderadas¹⁰⁰ de um agregado representativo que consiste na soma: das despesas do consumo final do setor privado e das compras líquidas de bens e serviços e da formação bruta de capital fixo das administrações públicas.

32.2.3. Bases tributáveis do rendimento nacional bruto (RNB)

A base RNB da UE para 2013 é prevista ao nível de 13 377 699,4 milhões de EUR, o que representa um aumento de + 1,9 % em comparação com a previsão correspondente de 13 130 916,3 milhões de EUR utilizada como base no POR n.º 3/2012. A taxa a aplicar à base RNB de cada Estado-Membro para financiar a parte do PO não coberta pelos outros recursos eleva-se a 0,76664 % em 2013.

Relativamente a cada Estado-Membro, a base RNB para 2013 foi prevista mediante a aplicação à estimativa ou declaração mais recente da base RNB comunicada à Comissão (isto é, uma estimativa para 2011 ou uma declaração para 2010) das previsões de taxas de crescimento¹⁰¹ do RNB.

32.2.4. Correção a favor do RU de 2012

A quantia a inscrever no orçamento de 2013 para a «correção dos desequilíbrios orçamentais a favor do Reino Unido» (correção a favor do RU) é prevista ao nível de 4 072 425 170 EUR.

Este valor corresponde à *quantia provisória* da correção a favor do RU de 2012, calculada da forma apresentada seguidamente (ver quadro-síntese abaixo), com base nos dados de execução mais recentes relativos às despesas e receitas, nos dados provisórios e nos dados previsionais disponíveis, nomeadamente:

- numa previsão das despesas repartidas do Reino Unido e da UE resultantes das informações sobre a repartição e execução das dotações de despesas no último ano (2011) e das quantias de dotações de despesas contidas no orçamento de 2012,
- nos dados das receitas baseadas nas previsões preliminares revistas das bases IVA e RNB de 2012, calculadas pela Comissão.

Correção a favor do RU de 2012		Quantia provisória PO 2013
(1)	Parcela do Reino Unido no total da base tributável IVA não nivelada	15.2078%
(2)	Parte percentual do RU no total das despesas repartidas, ajustado pelas despesas relacionadas com o alargamento	7.2969%
(3)	= (1) - (2)	7.9109%
(4)	Despesas repartidas totais	118 254 315 352
(5)	Despesas relacionadas com o alargamento = (5A) + (5B)	28 277 437 283
(5A)	Despesas de pré-adesão	3 082 696 513
(5B)	Despesas relacionadas com o artigo 4.º, n.º 1, alínea g)	25 194 740 770
(6)	Total das despesas repartidas, ajustado pelas despesas relacionadas com o alargamento = (4) - (5)	89 976 878 069
(7)	Quantia original da correção a favor do RU = (3) x (6) x 0,66	4 697 847 740

100 Tal como publicado pela Comissão nas Previsões Económicas da primavera de 2012.

101 Tal como publicado pela Comissão nas Previsões Económicas da primavera de 2012.

(8)	Vantagem do RU	620 273 811
(9)	Correção de base do RU = (7) - (8)	4 077 573 929
(10)	Ganhos extraordinários provenientes dos recursos próprios tradicionais (RPT)	5 148 759
(11)	Correção do RU = (9) - (10)	4 072 425 170

32.2.5. *Reduções brutas da contribuição de 2013 baseada no RNB dos Países Baixos e da Suécia*

De acordo com a Decisão 2007/436, os Países Baixos e a Suécia beneficiam de uma redução bruta das suas contribuições anuais baseadas no RNB durante o período 2007-2013. A redução bruta acordada aos Países Baixos e à Suécia, que corresponde, respetivamente, a 605 milhões de EUR e a 150 milhões de EUR a preços de 2004, é ajustada a preços de 2013 mediante a aplicação dos deflacionadores do PIB das Previsões Económicas da primavera de 2012. As quantias brutas para 2013 são **693 598 388 EUR** para os Países Baixos e **171 966 543 EUR** para a Suécia. Esta redução é concedida após o financiamento da correção a favor do RU, participando todos os Estados-Membros no seu financiamento.

32.2.6. *Pagamentos dos recursos próprios pelos Estados-Membros*

A distribuição entre os Estados-Membros dos pagamentos totais de recursos próprios necessários para financiar o orçamento de 2013 é o resultado das previsões orçamentais dos recursos próprios tradicionais, das bases IVA e RNB e da correção a favor do RU de 2012, bem como das reduções brutas das contribuições a título do RNB da Suécia e dos Países Baixos, como acima descrito.

Os pagamentos dos recursos próprios pelos Estados-Membros são definidos no quadro abaixo.

Os 27 Estados-Membros pagarão – em princípio (no entanto, a Comissão pode solicitar aos Estados-Membros que antecipem os pagamentos mensais no primeiro trimestre do ano, levando a uma redução correspondente posteriormente no exercício) – um duodécimo das quantias anuais dos recursos baseados no IVA e no RNB, bem como da correção a favor do RU de 2012 e da redução bruta a favor dos Países Baixos e da Suécia indicadas no quadro de financiamento do orçamento inicial de 2013, todos os meses entre janeiro e dezembro de 2013.

No respeitante aos recursos próprios tradicionais, os Estados-Membros pagarão 75 % das quantias efetivamente cobradas e não o que está indicado nos quadros de financiamento. A previsão da quantia total da UE para os recursos próprios tradicionais indicada no quadro serve apenas para determinar a quantia total da UE a mobilizar a título do «recurso complementar» - o recurso RNB. A repartição por país apresentada nos quadros seguintes é meramente indicativa.

Síntese do financiamento do orçamento geral por tipo de recurso próprio e por Estado-Membro – PO de 2013 (em EUR)

Estado-Membro	Recursos próprios tradicionais (RPT)				Recursos próprios baseados no IVA e RNB						
	Quotizações líquidas no setor do açúcar (75 %)	Direitos aduaneiros líquidos (75 %)	Total líquido dos recursos próprios tradicionais (75 %)	p.m. Despesas de cobrança (25 % dos RPT brutos)	Recursos próprios baseados no IVA	Recursos próprios baseados no RNB	Redução a favor dos Países Baixos e Suécia	Correção do Reino Unido	Total das «contribuições nacionais»	Proporção do total das «contribuições nacionais» (%)	Total recursos próprios ¹⁰²
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(5)+(6)+(7)+(8)	(10)	(11) = (3) + (9)
Bélgica	6 600 000	1 871 900 000	1 878 500 000	626 166 667	507 167 100	3 045 898 083	25 706 523	203 319 870	3 782 091 576	3.22%	5 660 591 576
Bulgária	400 000	62 200 000	62 600 000	20 866 667	57 164 100	309 233 334	2 609 842	20 641 952	389 649 228	0.33%	452 249 228
República Checa	3 400 000	246 200 000	249 600 000	83 200 000	203 719 800	1 141 107 439	9 630 626	76 171 234	1 430 629 099	1.22%	1 680 229 099
Dinamarca	3 400 000	373 500 000	376 900 000	125 633 333	303 452 100	1 996 113 308	16 846 635	133 244 609	2 449 656 652	2.08%	2 826 556 652
Alemanha	26 300 000	3 780 400 000	3 806 700 000	1 268 899 996	1 803 400 200	21 182 045 223	178 770 505	247 496 041	23 411 711 969	19.91%	27 218 411 969
Estónia	0	25 000 000	25 000 000	8 333 333	24 685 200	129 531 894	1 093 213	8 646 516	163 956 823	0.14%	188 956 823
Grécia	0	217 100 000	217 100 000	72 366 667	187 321 800	986 210 567	8 323 340	65 831 554	1 247 687 261	1.06%	1 464 787 261
Espanha	1 400 000	141 200 000	142 600 000	47 533 334	261 990 000	1 529 195 607	12 905 981	102 076 906	1 906 168 494	1.62%	2 048 768 494
França	4 700 000	1 221 600 000	1 226 300 000	408 766 667	1 432 742 400	8 002 730 646	67 540 796	534 198 490	10 037 212 332	8.54%	11 263 512 332
Irlanda	30 900 000	2 034 500 000	2 065 400 000	688 466 667	2 949 517 200	16 475 724 602	139 050 482	1 099 788 009	20 664 080 293	17.57%	22 729 480 293
Itália	4 700 000	1 799 100 000	1 803 800 000	601 266 667	1 986 511 800	12 401 082 885	104 661 652	827 797 416	15 320 053 753	13.03%	17 123 853 753
Chipre	0	24 800 000	24 800 000	8 266 667	26 485 350	135 364 474	1 142 438	9 035 853	172 028 115	0.15%	196 828 115
Letónia	0	26 800 000	26 800 000	8 933 333	21 768 300	169 701 416	1 432 232	11 327 913	204 229 861	0.17%	231 029 861
Lituânia	800 000	55 000 000	55 800 000	18 600 000	36 546 300	256 168 963	2 161 994	17 099 797	311 977 054	0.27%	367 777 054
Luxemburgo	0	15 700 000	15 700 000	5 233 333	48 788 250	249 352 786	2 104 467	16 644 804	316 890 307	0.27%	332 590 307
Hungria	2 000 000	119 800 000	121 800 000	40 600 000	120 115 200	781 191 679	6 593 038	52 146 128	960 046 045	0.82%	1 081 846 045
Malta	0	10 800 000	10 800 000	3 600 000	9 308 700	47 576 010	401 528	3 175 795	60 462 033	0.05%	71 262 033
Países Baixos	7 300 000	2 086 000 000	2 093 300 000	697 766 667	273 970 400	4 802 132 716	- 653 069 739	56 109 257	4 479 142 634	3.81%	6 572 442 634
Áustria	3 200 000	239 900 000	243 100 000	81 033 334	320 816 475	2 439 164 041	20 585 859	28 499 771	2 809 066 146	2.39%	3 052 166 146
Polónia	12 800 000	426 400 000	439 200 000	146 400 000	573 392 100	3 023 440 195	25 516 985	201 820 761	3 824 170 041	3.25%	4 263 370 041
Portugal	200 000	136 500 000	136 700 000	45 566 667	234 528 000	1 255 285 878	10 594 260	83 792 876	1 584 201 014	1.35%	1 720 901 014
Roménia	1 000 000	124 700 000	125 700 000	41 900 000	151 729 800	1 100 720 192	9 289 769	73 475 304	1 335 215 065	1.14%	1 460 915 065
Eslovénia	0	81 800 000	81 800 000	27 266 667	53 463 750	273 248 887	2 306 144	18 239 917	347 258 698	0.30%	429 058 698
Eslováquia	1 400 000	141 700 000	143 100 000	47 700 000	76 974 000	562 127 987	4 744 202	37 523 182	681 369 371	0.58%	824 469 371
Finlândia	800 000	169 600 000	170 400 000	56 800 000	283 110 000	1 593 701 280	13 450 391	106 382 790	1 996 644 461	1.70%	2 167 044 461
Suécia	2 600 000	552 600 000	555 200 000	185 066 667	184 812 800	3 246 974 919	- 144 562 988	37 938 425	3 325 163 156	2.83%	3 880 363 156
Reino Unido	9 500 000	2 647 000 000	2 656 500 000	885 500 000	2 896 467 900	15 423 478 919	130 169 825	- 4 072 425 170	14 377 691 474	12.23%	17 034 191 474
Total	123 400 000	18 631 800 000	18 755 200 000	6 251 733 333	15 029 949 025	102 558 503 930	0	0	117 588 452 955	100.00%	136 343 652 955

102 Total dos recursos próprios em percentagem do RNB: $(136\,343\,652\,955) / (13\,377\,699\,400\,000) = 1,02\%$; limite máximo dos recursos próprios em percentagem do RNB: 1,23 %.

32.3. Outras receitas

Os excedentes, saldos e correções (título 3) incluem nomeadamente:

- o excedente eventual do exercício de 2012, que será tratado em conformidade com o Regulamento Financeiro; na fase de PO, propõe-se uma inscrição *p.m.* (isto é, não é inscrita uma quantia específica);
- o reembolso eventual do excedente do Fundo de Garantia relativo às ações externas; na fase de AO, propõe-se uma inscrição *p.m.*;
- os saldos dos recursos próprios IVA do exercício anterior e as correções dos saldos IVA dos exercícios anteriores. O saldo consiste na diferença entre os pagamentos provisórios e a quantia devida, de acordo com as bases tributáveis efetivas comunicadas à Comissão até 31 de julho do exercício seguinte. O saldo pode ser positivo ou negativo. Na fase de AO, propõe-se uma inscrição *p.m.*;
- o saldo do recurso complementar (recurso RNB) relativo ao exercício anterior e as correções dos saldos dos exercícios anteriores. O saldo compreende a diferença entre os pagamentos provisórios e a quantia devida, de acordo com o RNB efetivo comunicado à Comissão até 22 de setembro do exercício seguinte. O saldo pode ser positivo ou negativo. Na fase de PO, propõe-se uma inscrição *p.m.*

O título 4 inclui as deduções aos vencimentos do pessoal, que são o produto do imposto sobre os vencimentos e as pensões, as contribuições do pessoal para o regime de pensões, as transferências ou aquisições dos direitos de pensão pelo pessoal e o produto da contribuição especial sobre as remunerações.

O título 5 corresponde às receitas resultantes do funcionamento administrativo das instituições, tais como receitas provenientes de investimentos ou empréstimos, juros bancários e outros e o produto de vendas de publicações ou de arrendamento e locação.

O título 6 compreende, nomeadamente, as receitas resultantes de contribuições de terceiros para determinados programas da UE, o reembolso de despesas diversas (por exemplo, ajudas da UE não utilizadas), as receitas relativas a serviços prestados onerosamente e as contribuições relacionadas com o Espaço Económico Europeu e outros acordos, bem como qualquer reembolso de ajudas financeiras da UE que não podem ser reafetadas. O título 6 regista igualmente as receitas relativas ao FEAGA e ao FEADER.

Qualquer atraso no pagamento dos recursos próprios por parte dos Estados-Membros origina o pagamento de juros de mora imputados ao título 7, no qual é igualmente imputado o produto das coimas que a Comissão pode impor às empresas e grupos de empresas quando não observem as proibições fixadas ou não cumpram as obrigações impostas pela regulamentação em matéria de concorrência ou de transportes.

O título 8 regista os reembolsos de capital e os pagamentos de juros relativos a empréstimos concedidos pela Comissão, nomeadamente os empréstimos no âmbito de protocolos financeiros. As receitas das operações financeiras da UE a partir de empréstimos contraídos e a contribuição do orçamento geral, sob a forma de garantias e de dotações para bonificação de juros, são igualmente registadas sob este título.

Por último, as receitas diversas aparecem no título 9.

33. DRAFT BUDGET FOR 2013 – BACKGROUND AND DEFENSIVES FOR COMMUNICATION

33.1. General overview

General figures	Commitments	Payments
Ceilings Financial Framework, excl. adjustment for enlargement to	152,5 billion	143,9 billion

Croatia		1,14 % GNI *		1,07 % GNI *
Ceilings Financial Framework, incl. adjustment for enlargement to Croatia		153,2 billion 1,14 % GNI *		144,3 billion 1,07 % GNI *
DB 2013		151,1 billion 1,13 % GNI * +3,2 M€ ; +2,2% on	2012	138,2 billion 1,03 % GNI * + 9,1 M€ ; +7,1 % on
Margin		2,2billion		5,9 billion

* based on provisional forecast of GNI figure – will only be finalised on 21 May 2012 after the Advisory Committee on Own resources meeting (ACOR).

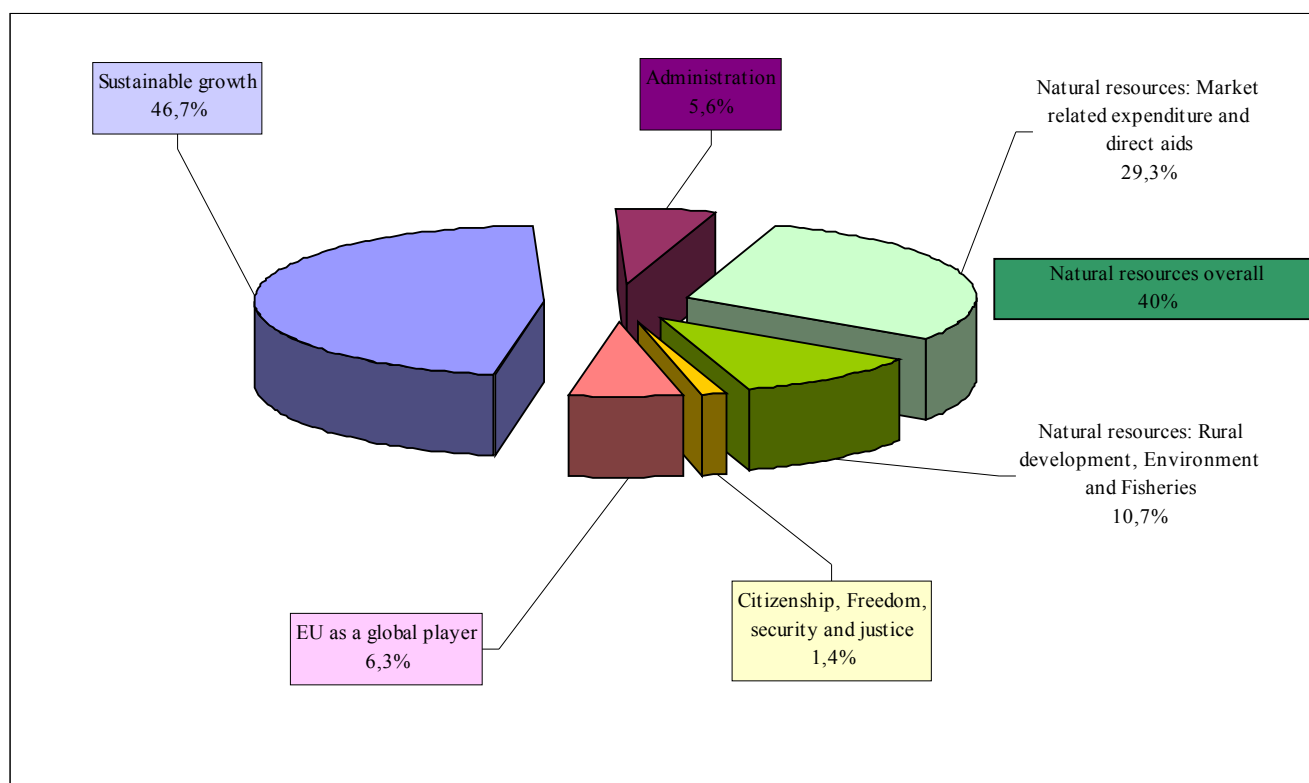
Budget 2012 (incl. AB 1 + DAB 23)

Commitments: EUR 147,9 billion, 1,14 % of revised GNI

Payments: EUR 129,1 billion, 0,99 % of revised GNI

Commitment Appropriations by Heading	EUR billion		% of total budget		% Change from 2012	
	CA	PA	CA	PA	CA	PA
1. Sustainable growth:	70,5	62,5	46,7%	45,3%	3,5%	13,0%
<i>Competitiveness</i>	16,0	13,5	10,6%	9,8%	4,0%	17,8%
<i>Cohesion</i>	54,5	49,0	36,1%	35,5%	3,3%	11,7%
2. Preservation and Management of Natural Resources, of which:	60,5	58,2	40,0%	42,1%	0,8%	2,0%
<i>Direct aids & market related expenditure</i>	44,3	44,3	29,3%	32,1%	0,7%	0,8%
<i>Rural development, environment and fisheries</i>	16,2	13,9	10,7%	10,0%	1,4%	6,2%
3. Citizenship, Freedom, Security and Justice (*)	2,1	1,6	1,4%	1,1%	1,0%	6,3%
<i>Freedom, Security and Justice</i>	1,4	0,9	0,9%	0,7%	3,2%	11,4%
<i>Citizenship (*)</i>	0,7	0,6	0,5%	0,5%	-3,5%	-0,4%
4. The European Union as a Global Player	9,5	7,4	6,3%	5,3%	1,1%	6,1%
5. Administration	8,5	8,5	5,7%	6,2%	3,2%	3,3%
<i>Of which Commission</i>	3,4	3,4	2,2%	2,4%	1,5%	1,6%
Total commitments	151,1	138,2	100,0%	100,0%	2,2%	7,1%
In % of EU-27 GNI	1,13%	1,03%				

(*) Excluding European Union Solidarity Fund (EUSF)



1. Sustainable growth				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
70 147,0	70 523,0	3,5%	62 536	13,0%
Margin = 124,0 (*)				

(*) The margin does not take into account the European Globalisation Adjustment Fund (EUR 500 million)

1a. Competitiveness for growth and jobs				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
15 623,0	16 024,1	4,0%	13 552,8	17,8%
Margin = 98,9 (*)				

(*) The margin does not take into account the European Globalisation Adjustment Fund (EUR 500 million)

1b. Cohesion for growth and jobs:				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
54 524,0	54 498,9	3,3%	48 982,8	11,7%
Margin = 25,1				

2. Preservation and Management of Natural Resources:				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
61 289,0	60 461,5	0,8%	58 187,9	2,0%
Margin = 827,5				

3. Citizenship, freedom, security, justice				
Ceiling	CA	2012 (*)	PA	2012 (*)
2 376,0	2 085,1	1,0 %	1 577,4	6,3 %
Margin = 290,9				

(*)excluding EUSF

3a. Freedom, Security and Justice				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
1 661,0	1 412,2	3,2%	931,1	11,4%
Margin = 248,8				

3b. Citizenship				
Ceiling	CA	2012 (*)	PA	2012 (*)
715,0	672,9	- 3,5%	646,3	- 0,4%
Margin = 42,1				

(*) excluding EUSF

4. The European Union as a Global Player				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
9 595,0	9 510,2	1,1%	7 378,8	6,1%
Margin = 348,9 (*)				

(*) The margin does not take into account the Emergency Aid Reserve (EUR 264,1 million)

5. Administration				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
9 095,0	8 546,0	3,2%	8 547,1	3,3
Margin = 635,0 (*)				

(*) The margin is calculated including footnote (1) of the financial framework 2007-2013 for an amount of EUR 86 million from the staff contributions to the pensions scheme

33.2. General questions

Level of commitments

- EUR 151,1 billion in commitment appropriations (CA)
- +2,2% on 2012.
- = 1,13 % of GNI (GNI figure of April 2012).
- Margin of EUR 2,2 billion under the ceiling of the multi-annual financial framework (MFF),

Slight decrease – budget 2012 was 1,14% of GNI (revised GNI figures of April 2012).

Margins ¹⁰³	EUR million	
	CA	PA
1, Sustainable growth:	70 523,5	62 535,6
<i>Margin</i>	<i>124,0</i>	
<i>Competitiveness</i>	<i>16 024,1</i>	13 552,8
<i>Margin</i>	<i>98,4</i>	
<i>Cohesion</i>	54 498,9	48 982,8
<i>Margin</i>	<i>25,1</i>	
2, Preservation and Management of Natural Resources	60 487,9	58 135,3
<i>Margin</i>	<i>827,5</i>	
3, Citizenship, Freedom, Security and Justice	2 085,1	1 577,4
<i>Margin</i>	<i>290,9</i>	
<i>Freedom, Security and Justice</i>	1 412,2	931,1
<i>Margin</i>	<i>248,8</i>	
<i>Citizenship</i>	672,9	646,3
<i>Margin</i>	<i>42,1</i>	
4, The European Union as a Global Player	9 510,2	7 378,8
<i>Margin</i>	<i>348,9</i>	
5, Administration	8 546,0	8 547,1

103 The figures are based on the technical adjustment of the financial framework for 2013 in line with movements in GNI, adopted by the Commission on xx April 2012 (COM(2012)xxx), and the proposal concerning the adjustment of the financial framework (2007-2013) for enlargement to Croatia adopted by the Commission on 25 April 2012 (COM(2012)xxx).

	<i>Margin</i>	<i>635,0</i>	
Total		151 152,2	138 174,2
	<i>Margin</i>	<i>2 226,3</i>	<i>5 880,2</i>

The budget increases less than planned in the financial framework

- It respects the ceiling of the MFF leaving margins for unforeseen needs, The annual budget must be placed in the context of the MFF 2007-2013;
- CA equivalent to 1,13% of GNI is **slightly lower to last year** (1,14% as revised in April 2012);
- Moreover, **increase of 2,2% in CA follows increase of 3,0% in GNI** explaining the slight decrease of the GNI ratio between 2012-2013.
- As regards CA, the DB is in line with the financial framework, with increases deriving from co-decided programmes, The Commission has been more **rigorous** than ever in its assessment of the programmes, based on execution and performance, and therefore the DB is **somewhat below the pre-existing financial programming**;
- **Increased margins** should allow the budgetary authority to make political choices on its priorities and the Union to have sufficient budgetary margins to face new or unexpected events in 2013.
- Increased for the operational programmes are balanced by a strict policy for administrative expenditure

The budget is focused

- It reinforces the budgetary strand of the **Europe 2020** strategy (overall increase of + **2,7 %** compared to the 2012 Budget);
- It strikes a balance between targeted growth at EU level and **fiscal consolidation**;

Level of payments

- EUR 138,2 billion in payment appropriations (PA)
- +7,1 % on 2012
- =1,03 % of GNI
- Margin of EUR 5,9 billion

It is in line with the profile of the MFF

- This evolution (increase) in PA must be seen in the **context of the evolution of the Multi-annual Financial framework (MFF)**:

It was clear from the moment that the MFF was decided that after the dip for PA of 2009 and then **further increases until 2013**.

In 2013, there is an increase of 7,6% over the MFF ceiling of 2011.

The overall **increase in the level of payments (+ 7,1 %)** is inferior to such trend.

Consequently, for **DB 2013**, the margin under the ceiling for payment appropriations is increased, to

some EUR 5,9 billion.

Increase in payment is needed

- The overall increase in the level of payments should also be seen in light of the relatively low starting points provided by both 2011 and 2012 budgets,
- Increases in payment appropriations for expenditure are to serve the **Europe 2020 strategy, delivering real implementation on the ground:**
 1. Payments are clearly **peaking up** especially for the **Research Framework Programmes** (+28,1 % to EUR 9,0 billion) and **for the structural and cohesion funds** (+11,7 % to EUR 49,0 billion) aiming at maximising the EU budget contribution to economic growth, and to support economic, social and territorial cohesion in a Union of 27 Member States with significant disparities in levels of development and standards of living.

Investments in Growth and Jobs: up to 13,0% compared to 2012:

- FP 7: + 28,1%

- Cohesion and Structural Funds: + 11,7%

2. These reinforced payment levels for research and cohesion are combined with **lower increases** for market related expenditure and direct aids under the Common Agricultural Policy (CAP, due in part to the ongoing phasing in of new Member States) as well as for rural development (heading 2, +1,9 % to EUR 58,9 billion).
3. The average increase in payment appropriations for the **other policy areas remains well below inflation** (+1,1% to EUR 22,2 billion). This clearly shows that the overall increase in the level of payments is targeted at research and cohesion, with a view to stimulating growth and jobs.

Other investments: up to 2,4% compared to 2011 which includes:

- Natural resources : + 2,8%

- other: + 1,1%

The consequence of past decisions

- They represent the **necessary consequence of the Union's legal obligations to honour the growing level of outstanding commitments of current and previous years**, now that all major programmes are running at cruising speed. An orderly evolution of the payment appropriations is also necessary to avoid a further increase in the level of outstanding commitments. It is the logical consequence of the lifecycle of the multi-annual financial framework, which has all programmes in its sixth year up and running.
- Deferring payments further will only increase the bill for 2013. The level of payments in final budgets 2012 (incl. possible amending budget for payment appropriations) and 2013 will be both decisive for our ability to pay what we have committed in current and previous years but also as a starting point for the next financial framework.
- *Margins: At the level of heading, we only talk about margins for commitments. There is one overall ceiling for payments, not broken down by heading.*

- *Resources: please be aware that the Revenue side of the draft budget is fixed in May, Currently based on the latest estimates available and afterwards following consultations with the Member States through the Consultative committee on own resources (ACOR meeting 21 May 2012).*

Strengthening growth and jobs by accelerating the Europe 2020 reform agenda

Recall President's commitment of 26 November 2010 whereby the Commission indicated that in its 2013 DB would ensure sufficient funding for expenditure related to the EU 2020 strategy and the new tasks deriving from the Lisbon Treaty, This would however be done within the limits of the current financial framework.

Since the adoption of the Europe 2020 Strategy communication on 3 March 2010 the Commission has adopted all 7 communications on the flagship initiatives and some specific communications related to the Europe 2020 Strategy ("Energy 2020"; "Trade Growth and World Affairs" and "CAP towards 2020").

Definition of EU-2020 had to be updated in line with those communications adopted on the each individual flagship.

The European Commission believes that "the regional policy" and "the common agricultural policy" which are the two single most important EU spending programmes in terms of expenditure make a considerable contribution to the Commission's objective of strengthening growth and jobs even if the two instruments are not yet fully aligned to the Europe 2020 reform agenda (*see below programmes partly (less than 90 % of the expenditure) contributing to the Europe 2020 Strategy*).

To be recalled: already the whole heading 1 is dedicated to sustain growth and jobs, It represents EUR 70,5 billion of DB 2013 which is an increase of 3,5% over 2012.

33.3. How much is linked to Europe 2020?

Based on the Commission's draft budget proposal for 2013 it is estimated that EUR **64,5 billion (some 43,7 % of the total draft budget 2013)** is linked to the Europe 2020 strategy, For each flagship initiative it is estimated that the following commitment appropriations are available representing an **overall increase of + 2,7 % compared to the 2012 Budget:**

- Flagship 1 - Innovation Union: EUR 24,7 billion (+ 4,5 %),
- Flagship 2 - Youth on the move: EUR 1,3 billion (- 2,9 %),
- Flagship 3 - A Digital Agenda for Europe: EUR 2,5 billion (+ 2,6 %).
- Flagship 4 - Resource efficient Europe: EUR 22,7 billion (+ 2,6 %).
- Flagship 5 - An industrial policy for the globalisation era: EUR 1,7 billion (+ 5,3 %, excluding EGNOS & Galileo; - 4,3 % otherwise), excluding EUR 500 million in the reserve for the Globalisation Adjustment Fund.
- Flagship 6 - An Agenda for new skills and jobs: EUR 9,5 billion (+ 0,6 %).
- Flagship 7 - European Platform against Poverty: EUR 2,0 billion (+ 1,2 %).

Which programmes fully or partially contribute to Europe 2020?

Programmes fully (more than 90 % of the expenditure) contributing to the Europe 2020

Strategy

Flagship 1:

- The 7th research framework programme contributes to flagship initiative 1, but contributes also to flagship initiatives 2 and 5.

Flagship 2:

- Life Long Learning Programme and Erasmus Mundus contribute to flagship 2.
- Youth in Action programme contributes to flagship 2.

Flagship 4:

- Marco Polo contributes to flagship 4.
- LIFE + contributes to flagship 4.

Flagship 5:

- TEN energy and transport contribute to flagship 5.
- European Satellite navigation programme contributes to flagship 5.
- European Globalisation adjustment Fund contributes to flagship 5.
- Trade Policy contributes to flagship 5.

Flagship 6:

- European Social Fund contributes to flagship 6 (more than 80 % of the ESF expenditure can be linked to flagship 6) and contributes also to flagship 7.

Flagship 7:

- European Social Fund contributes to flagship 7 (around 14 % of the ESF expenditure can be linked to flagship 7), Only around 4 % of the ESF is not considered directly linked to the Europe 2020 strategy flagship initiatives.

Programmes partly (less than 90 % of the expenditure) contributing to the Europe 2020

Strategy

Flagship 1:

- It is estimated that around 60 % of the Regional Policy (ERDF and CF) contributes to the Europe 2020 Strategy, The regional policy contributes mainly to flagship initiative 1 (around 1/5 of the Regional Policy expenditure can be linked to flagship 1) and flagship 4 (around 1/3 of the Regional Policy expenditure can be linked to flagship 4) but contributes also to flagship initiatives 3 and 6 (but the contribution is more limited).

Flagship 2:

- It is estimated that around $\frac{3}{4}$ of the rural development policy contributes to Europe 2020, The Rural Development policy contributes mainly to flagship 1 (1/3 of the RD expenditure can be linked to flagship 1) and flagship 4 (40 % of the RD expenditure can be linked to flagship 4) and only marginally to flagship 3 (less than 0,5 % of the RD expenditure can be linked to flagship 3).

Flagship 3:

- $\frac{1}{4}$ of the public health and consumer protection programme contribute to flagship 3.
- Regional Policy (ERDF and CF) contributes to flagship initiative 1 (around 5% of the Regional Policy expenditure can be linked to flagship 3).

Flagship 4:

- Regional Policy (ERDF and CF) contributes to flagship initiative 4 (around 1/3 of the Regional Policy expenditure can be linked to flagship 4).

Flagship 6:

- Regional Policy (ERDF and CF) contributes to flagship initiative 6 (less than 1 % of the Regional Policy expenditure can be linked to flagship 6).

Flagship 7:

- 1/5 of the expenditure for "solidarity and management of migration flows" can be linked to flagship 7.

RAL

- It is normal that in the context of multi-annual programmes and differentiated expenditure, where the level of commitment appropriations in the budget is higher than the level of payments, that there will be an amount of commitments remaining to be paid out (RAL).
- The Commission carefully monitors this situation, and where necessary, and in line with the regulations, decommitments are made – EUR x,x billion in 2011.
- As long as the rules in place (n+2) allow a time lag between commitment and payment, RAL is normal and to be expected.
- The so-called "potentially abnormal RAL" which concerns dormant commitments in respect of which no payment has been made for the last two financial years and old commitments that have been in the budget for at least five financial years, is only a minor part of the overall figure: less than EUR [5] billion out of EUR 207 billion, A close eye is kept on these cases, with a view to decommitment.
- The best way to ensure the reduction of the overall RAL is to ensure good implementation of payments, particularly in the big spending projects of cohesion policy, The Member States' have an important role to play in this.

How can the RAL be reduced?

There are a number of mechanical means, but there are important legal and budgetary principles to be kept in mind:

- Keep the level of payments high – this will reduce the RAL as long as full absorption of these payments is ensured.
- Decommitt amounts related to the RAL – This is not at all straightforward, In accordance with article 77 of the Financial Regulation commitments on which no payment has been made in a period of three years following the signature of the legal commitment should be decommitted, but the catch is the reference to "no payment" – as soon as any payment, including any pre-financing is made, the provision is no longer applicable, and so the number of cases and amounts involved are marginal, Of course where the RAL is unjustified (see below PAR) decommitments will take place, but the overall effect is limited.
- Reduce the level of commitments in the future: This will certainly reduce the future RAL, but will not eliminate the RAL that already exists. **However**, the margin for manoeuvre is here very limited as the Commission has already entered into legal commitments for structural funds or rural development programmes. Only other programmes could be affected, It would however put into jeopardy the co-decided legal basis reference amounts and would be unbalanced putting the squeeze on heading 1a programme while keeping heading 1b unaffected.

33.4. Heading 1 — Sustainable Growth

1. Sustainable growth				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
70 147,0	70 523,0	3,5%	62 535,6	13,0%
Margin = 124,0 (*)				

(*) The margin does not take into account the European Globalisation Adjustment Fund (EUR 500 million)

33.4.1. Heading 1a - Competitiveness for Growth and Employment

1a. Competitiveness for growth and jobs				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
15 623,0	16 024,1	4,0%	13 552,8	17,8%
Margin = 98,9 (*)				

(**) The margin does not take into account the European Globalisation Adjustment Fund (EUR 500 million)

CA for Competitiveness for Growth and Employment represent an **increase of 4,0 %** compared to the 2012 budget.

This leaves a margin of EUR 98,9 million.

This is *per excellence* the heading contributing to the **Europe 2020 Strategy** (see below per programme).

PA increase by 17,8 % to EUR 13 552,8 million, This increase is in part due to additional payment needs to cover pre-financing payments for the growing level of CA for research, and in part to cover intermediate and final payments on outstanding commitments.

1. Research (FP7)

CA € 10 877,2 million +6,5%; PA € 8 969,3 million +28,1 %

Research Programmes include ITER proposal (+360 million) in the new -on top of- Euratom legal base for 2012-2013. The increase in CA is x,x million € above financial programming to reinforce operational expenditures, thus have been partially financed by savings on administrative support lines and joint undertakings.

Those programmes are in the heart of the EU commitment in investing in policies related to the EUROPE 2020 Strategy and represent almost the half of the flagship 1 "Innovation Union" in 2012.

PA increase is due to a FP7 in a accelerating speed of final of period: they have to pay pre financing for new commitments (which increase by € 1,9 billion) and intermediate and final payments arising from the obligations in the ongoing projects.

2. Competitiveness and Innovation Programme (CIP)

CA € 643,4 million +4,7%; PA € 546,4 million +47,8%).

The overall level of commitment appropriations requested for 2013 is broadly in line with the level foreseen in the financial programming, whereas savings on administrative support expenditure and redeployment from the Intelligent Energy Europe Programme have made it possible to further reinforce the financial instruments under the Entrepreneurship and Innovation programme (EIP) by 14,7 million € (+ 7,7 %) as compared to the initial financial programming, reflecting the increased request under both guarantee and investment instruments during 2011.

The ICT Policy Support Programme will, in line with the Europe 2020 strategy flagship initiative «a digital agenda for Europe», focus on the best use and wider uptake of ICTs by European citizens, businesses and governments, and boost competitiveness and innovation in the context of the Competitiveness and Innovation Framework Programme. The commitment appropriations are in line with the financial programming for 2013 (EUR 144,3 million). This represents an increase of EUR 11,4 million (+ 8,5 %) over 2012.

The Intelligent Energy for Europe II programme will contribute to support the overcoming of non-technological barriers (including informational, behavioural, institutional and financial barriers) to the innovation, uptake, implementation and dissemination of solutions that contribute to a sustainable, secure and competitively priced energy for Europe. The commitment appropriations for 2013 (EUR 137,3 million) are set at a level close to the voted budget 2012, which corresponds to the estimated real needs for 2013.

3. Trans European networks (transport and energy)

CA € 1 436,1 million +5,6 %; PA € 793,5 million -3,6 %

TENS are a key programmes for the flagship 5 "An industrial policy for the globalisation era" representing almost its 80% of the financing of this Europe 2020 flagship.

The commitment appropriations are set at EUR 128,5 million below the financial programming for 2013 and correspond to the amount required to finance the realisation of the projects currently in the pipeline (EUR 1 413,5 million), i.e. an increase by 5,6 % over 2012. The difference with the initial financial programming for 2013 (EUR 128,5 million) is explained by savings found in projects for which there are currently delays in obtaining the expected results.

4. Energy Projects to aid economic recovery

CA p,m ; PA € 490,9 million -37,5 %

CA p,m reflects the end of the commitment period of the EERP (it was already the case in 2010 and 2011) while the decrease on PA is the consequence of the phasing out of this programme.

5. Galileo & EGNOS:

CA € 1 million -99,4%; PA € 361 million -1,6%

The EU satellite navigation programmes (EGNOS and GALILEO) will provide an important contribution to the Europe 2020 strategy and, in particular, to the flagship initiative «an industrial policy for the globalisation era» in continuing to deliver an effective space policy. In accordance with the financial statement of the programme, however, there are no commitments requested for the 2013 draft budget, whereas the level of the payments (EUR 361 million) is slightly below the 2012 budget (- 1,6 %)

6. Marco Polo (Intermodality between transport means) Example of savings (slide xx) :

CA € 61,7 million -4,4%; PA € 51,7 million +96,4%

The Commission proposes a level of funding in line with estimated needs (EUR 61,7 million), slightly below the level of the 2012 budget (EUR 64,5 million). The difference with the financial programming for 2013 (EUR 11,3 million) takes into account results from the Mid-term evaluation of the programme, which shows slower than expected progress in terms of addressing market failures in the freight transport sector, supporting modal shift and improving the competitiveness of low-carbon modes in relation to other modes of transport.

PA increase due to the expected catching-up in 2013 of payments not made in 2011 and 2012.

7. Lifelong Learning & Erasmus Mundus

CA € 1 225,9 million - 1,7%; PA € 1 186,0 million +15,8%

This programme is the main contribution to the flagship 2 "Youth on the move".

The increases are in line with financial programming and both, CA and PA correspond to principles of good implementation and political priorities in a cruising speed programme.

8. Social policy agenda

CA € 193,7million - 1,3%; PA € 170,1 million +5,2%

Including programmes PROGRESS, PROGRESS microfinance facility (created in 2010) and other actions with lower amounts, which are the contribution from heading 1a to flagship 7 "European Platform against Poverty".

The proposed level of funding is in line with the 2012 budget, and below the financial programming, to take into account budget execution and performance, so as to allow the programme to focus on activities having a significant impact, notably in terms of improving working conditions in Member States.

10. Customs 2013 and Fiscalis 2013 :

CA € 84,1 million + 2,2%; PA € 61,1 million + 22,0 %

CA are set at a level close to the voted budget 2012, below the financial programming for 2013, and correspond to the estimated real needs for 2013.

PA increase to take account of the high levels of budget implementation in 2011.

Defensive

How could such an increase of the margin be realised in CA compared to the financial programming of January 2011? (+ 95 million)

The margin of heading 1a amounts to EUR 129,4 million which is well above the margin foreseen for 2012 in the January 2011 update of the financial programming (EUR 34,5 million).

This increase of around EUR 95 million stems on the one hand from a slightly lower rate of increase in the growth in commitment appropriations for research, statistics, custom and taxation programmes, and on the other hand from lower than initially foreseen appropriations for administrative and technical support expenditure and research administrative expenditure, as well as for decentralised and executive agencies.

ITER

In its proposal of 7 March 2011 Euratom Framework Programme for 2012-13, the Commission has decided to include the financing of the ITER project for the remaining two years of the actual Multiannual Financial Framework.

It follows on the failure of the conciliation procedure for the 2011 budget and the linked discussion on the flexibility instrument for an additional European funding for ITER.

The additional ITER needs are estimated at the level of EUR 1,3 billion.

The Commission proposes that, in these circumstances, the legislative process concerning proposals for Euratom FP for 2012-13 will be carried out in parallel to the on-going discussion on the budget for ITER and the 2012 budget.

As a consequence of the ITER proposal, the FP7 Euratom programme for 2012-2013 is proposed to increase by EUR 750 million in 2012 and EUR 550 million in 2013.

To achieve such financing, EUR 100 million in 2012 and EUR 360 million in 2013 are proposed to be allocated from the redeployment of the FP7 EC programme.

The additional financing (EUR 650 million in 2012 and EUR 190 million in 2013) could only be adopted as part of the budget for 2012 and 2013 if the budget authority agrees on the revision of the multi-annual financial framework which is presented on the same day as the 2012 Draft Budget (increasing ceiling of heading 1a in 2012 and 2013 by an offset ceiling for CA for 2011 for headings 2 and 5).

33.4.2. Heading 1b - Cohesion for Growth and Employment

1b. Cohesion for growth and jobs:				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
54 524,0	54 498,9	3,3%	48 992,8	11,7%
Margin = 25,1				

Key aspects:

- As a reference, the average increase of H1B relative to 2011 is 3,4% (2,6% for the Structural Funds and 6,4% for the Cohesion Fund).
- The proposed total level of commitment appropriations for heading 1b of is in line with the annual envelope for 2012 as agreed in the 2007-2013 financial framework
- Share of the EU-12 in this heading reaches 55% in 2012, as phasing-in continues (*2011 share 54%; 2010 share: 52%; 2008 share: 44%; 2006 share: 23%*)
 - DB 2012 foresees **H1B commitment appropriations for Poland of EUR 10,8 billion** (+5,7% relative to 2011), Out of this total allocation, EUR 6,8 billion (+2,4%) relate to the Structural Funds and EUR 4 billion (+11,8%) to the Cohesion Fund.
 - The Polish share in DB 2012 commitment appropriations will be 20,5% for H1B overall (i.e,

16,6% for the Structural Funds and 34,3% for the Cohesion Fund).

1. Structural Funds (Social Fund and Regional Fund)

CA € 40 945,8 million + 2,6%; PA € 36 453,1 million +7,2%

As in previous years, we do not leave any margin (or only a tiny amount of EUR 22 million from unused technical assistance envelope) under the ceiling for heading 1b; we actually budget almost up to the ceiling in commitments, reflecting the decisions taken at the beginning of the programming period,

When we talk about Cohesion as an instrument for recovery we are talking about the whole heading – including the Cohesion Fund below.

2. Cohesion Fund

CA € 11 793,0 million +6,4 %; PA € 8 675,2 million +13,7 %

Increase of CA basically results from the increasing annual allocation for EU-12 Member States as originally foreseen at the beginning of the programming period.

Example of savings (slide 11) :

Cross-border cooperation (CBC)

Commitment appropriations (apparently) decreased compared to Budget 2011 to reflect transfers back to the Cross-border component of European Territorial Cooperation. within A similar operation will be done in 2011. (As regards the DB2012 it was possible to incorporate the reduced amounts on these two budget lines and therefore there is an apparent reduction when comparing DB2012 with B2011.)

Background on the overall payment appropriations level

- The overall increase is of 8,4% over 2011. This figure comprises a main component, relating to interim payments for the 2007-2013 programmes, and a second element namely reimbursements to clear the outstanding commitments of 2000-2006 programmes and projects.
- For the period 2007-2013, the request for payment appropriations (**increase of 14,1%**) is calculated according to the pattern of the previous period. The proposed total level of payment appropriations for this heading mainly follows the expected evolution of 2007-13 period interim payments (6th year). It should be highlighted that it corresponds to 80 % of the level of commitment appropriations and that it contributes to the catching-up effect.

At the end of 2013, according to the Regulation (N+2/N+3 rule), there will be a need to have cumulative payment requests to cover all the (programmed) commitment appropriations 2007-2011 of Heading 1B. This amounts to 225 Bln€. The amount not covered by 31/12/2013 will be de-committed, this means lost by the programme and the Member State. If they do meet the conditions for de-commitments (i.e. if payment requests have been sent), the Commission will not be able to meet its commitments. In both cases, Member States will have to cancel projects or pay for them entirely from national budget (at least until the Commission is able to pay).

The cumulative payments for 2007-2010 on these commitments are 76 Bln€. Adding the payments appropriation of 2011 (37 Bln€) and the requested payment appropriations of DB2012 for the new programmes (about 42 Bln€) gives a total of about 155 Bln€. So at the end of 2012, 70 Bln€ of these commitments will not be covered by payment requests.

It could be assumed that some payment claims in 2013 would not meet the deadline (end October 2013) and could be paid in 2014 and that the n+2 rule would be neutralised in 2013 due to delays for some major projects. However, an amount of around 48 Bln€ for new programmes would be required in 2013 (an increase for budget 2013 similar to the increase we are proposing for 2012). **Accordingly, any reduction in payment appropriations in 2012 will increase the bill in 2013.**

- For the programmes of the period 2000-2006, relative to the 2011 budget, this represents a **decrease of 35,2 %**, 2000-2006 programmes are expected to enter their final phase during 2012. For the structural

funds, the payment appropriations have been established on the basis of the current estimates of the expected rate of closure. For the cohesion fund, interim payments will still be made, especially as the eligibility date may be postponed at the end of 2011 and 2012. Payments for 2012 have been estimated taking into account a 50% closure rate and on the basis of full execution of the 2011 budget lines concerned.

EU 2020 strategy impact

By nature, the Cohesion policy objectives contribute to the Europe 2020 strategy in terms of promoting smart greener and competitive growth of regional economies based on knowledge, innovation and resource efficiency.

Cohesion policy is called upon to play a key role to achieve the objectives of Europe 2020, In fact, Cohesion policy is particularly well placed to translate the strategic objectives of Europe 2020 into development on the ground.

As stated in the Budget Review Communication, «*The explicit linkage of cohesion policy and Europe 2020 provides a real opportunity to both continue to help the poorer regions of the EU to catch up, and to develop further cohesion policy into an important enabler of growth for the whole of the EU*», Regional Policy will develop and promote actions related to several flagship initiatives of Europe 2020, like the «Innovation Union», «A digital agenda for Europe», «Resource efficient Europe» and «An agenda for new skills and jobs».

33.5. Heading 2 - Preservation and management of natural resources

2. Preservation and Management of Natural Resources:				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
61 289,0	60 461,5	0,8%	58 187,9	2,0%
Margin = 827,5				

Key aspects:

- DB 2013 foresees an increase of 0,8% for Heading 2 in comparison with budget 2011 for CA,
- Margin under heading 2 is 827,5 M€ (XXX,X M€ under the sub-ceiling of heading 2 for market-related expenditure and direct aids), Therefore, the Commission does not propose to apply the financial discipline mechanism 2013.
- Strong decrease in the margin compared to 2011 (1 679 M€ or 1028 M€ after last revision of MFF for ITER proposed by the Commission on 19 April 2011) mostly due :
 4. to lower assigned revenues and
 5. higher direct aids due to the phasing-in of direct aids to EU-12 Member States which continues.
- Payment appropriations increase by + 2,0 % on 2012, due to the increase in commitment appropriations, as well as to reflect additional needs for rural development.
 - **Increase of 1,3%** on 2012 for **Rural Development** which confirms its reinforced weight in the Heading (24,5%).
 - **Continued phasing-in of direct aid for Poland.** For the calendar year 2011, with impact on the 2012 budget year, EU-10 Member States reach 80 % of the EU-15 level for direct payments.

1. Agricultural expenditure (market related and direct payments)

CA € 44 269,3 million +0,7% PA € 44 242,9 million +0,8%

This increase is the net result of several factors with compensating effects, On the one hand, there is the continued phasing-in of direct aids for the new

Member States, which leads to higher expenditure, Furthermore assigned revenues in the 2012 Draft Budget are lower than in the 2011 budget (EUR 209 million in 2012 versus 688 million in 2011),

On the other hand, expenditure for interventions on agricultural markets is slightly reduced compared to 2011, It is true that agricultural markets remain rather stable and largely favourable, but increase in appropriations for interventions on markets is nevertheless needed due to the lower level of assigned revenue.

2. Rural development

CA € 14 616,9 million +1,3%; PA € 12 753,2 million +1,5%

This is an increase in CA of 1,3 % compared to 2011, EAFRD is further strengthened in 2012 with increased funds from modulation (mainly the additional modulation to address the new challenges as specified in the «Health Check») and specific transfers.

It is a vital contribution to the sustainability of the rural environment and helps to maintain a balance between urban and rural areas in a competitive and knowledge-based economy.

EUR 12 753 million for PA represent an increase of 1,5 % compared to 2011, Two components justify the increase:

- Interim payments for the 2007-2013 programmes with payment appropriations of EUR 12 440 million foreseen for payments concerning mainly agro-environmental and less-favoured areas (excluding technical assistance of EUR 13,2 million and EERP of EUR 210 million).
- Reimbursements amounting to EUR 90 million, in the context of the closure of programmes, to clear outstanding commitments of the 2000-2006 under former Guidance Section of the European Agriculture Guidance and Guarantee Fund (EAGGF).

3. European Fisheries Fund (EFF)

CA € 672,7 million +2,2%; PA € 514,5 million +12,3%

CA increase is fully in line with the EFF envelope decided in the legal basis,

PA level concerns the 2007-2013 EFF programmes and the clearance of outstanding commitments (RAL) of the lines that formed part of the 2000-2006 Structural Funds programmes (completion of the Financial Instrument for Fisheries Guidance (FIFG)),

For the EFF programming period 2007-2013, there is an increase in payment appropriations of 10,6 %, The approach is similar to the one that is used for the Structural Funds but the initial estimate for the 2012 DB has however been adjusted to take into account the slower start in implementation in the 2007-2013 period.

4. Fisheries governance and international agreements

CA € 281,6 million +7%; PA € 236,7 million +0,8%

CA increase is due mainly to the entering in 2012 of the appropriations due for the new legal base on Integrated Maritime policy but which amount is still in reserve pending the end of the legislative process, Common fisheries policy (including international activities and governance) have rather stable levels, PA reflect implementation trends – prudent budgeting, Payments depend on agreements for negotiation - possible to change in amending letter on agriculture.

5. Life + (Environment)

CA € 354,8 million +4,3%; PA € 267,2 million +1,9%

CA reinforcement reflects the importance of this instrument, and enables to put more emphasis on the actions related to climate change, Financing will entail supporting innovative and demonstrative projects at national, regional and local levels to reduce waste production and greenhouse gas emissions, to increase resource efficiency, to develop clean technologies and to improve air quality management (especially in urban areas),

Defensives:

Example of savings (slide 11) :

The appropriations for veterinary and phyto-sanitary measures (Policy Area 17 – Health and Consumer Protection) show a decrease in commitments from EUR 353 million in 2011 to EUR 336 million proposed for the 2012 DB, without endangering the achievement of the objective of maintaining a high level of animal health. This decrease reflects, firstly, the improved disease situation resulting from measures taken in the past, with lower needs in particular for the eradication of the bluetongue disease, and lower expected outputs such as eradication programmes and vaccines. Secondly, an effort has been made to forecast more accurately the absorption capacity of the Member States.

Preparatory action (2nd year) on 'Mainstreaming climate and adaptation' (EUR 5 million in CA) (07 13 03)

- Climate action being one of the **central pillars of the Europe 2020 Strategy**, the Commission is proposing, for a second year, the preparatory action which could serve as a basis for impact assessment and preparation of future policy decisions.
- In DB 2012, EUR 5 million in CA are proposed under heading 2.
- These appropriations are intended to cover the needs to further develop EU policy on mainstreaming of climate action and adaptation to climate change, as a basis for impact assessments and preparation of

future policy decisions, including paving the way for a move to a low carbon economy by 2050.

- It participates also to the **priorities areas stemming from the Lisbon Treaty**.

Actions against Climate change (across headings)

- This is one of the priority areas stemming from the Union's new competences under the Lisbon Treaty.
- In DB 2012, it represents EUR 8 167,4 million, meaning an **increase of +6,1%** compared to 2011 which can be declined as follows:

33.6. Heading 3 – Citizenship, Freedom, Security and Justice

3. Citizenship, freedom, security, justice				
Ceiling	CA	2012(*)	PA	2012 (*)
2 376,0	2 085,1	1,0%	1 577,4	6,3%
Margin = 290,9				

* Concerning the Solidarity Fund, it is not in the DB - only budgeted when there is a disaster. So calculations are made excluding EUSF

Key aspects:

- By far the heading with the most substantial reinforcement as regards the **strengthening of the Lisbon Treaty priority areas**.
- Increase in appropriations is foreseen for the area of **Freedom, Security and Justice** (heading 3a, + 17,7 % in commitment appropriations and + 6,8 % in payment appropriations), and in particular for Solidarity and management of migration flows, reflects the importance attached to the implementation of the «Stockholm programme».

33.6.1. Heading 3a - Freedom, Security and Justice

3a. Freedom, Security and Justice				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
1 661,0	1 412,2	3,2%	931,1	11,4%
Margin = 248,8				

Key aspects:

- Increase in CA (+ 17,7 % on 2011) mostly linked to the four Funds under Solidarity and management of migration flows, in line with the financial programming.
- **Strong increase** (EUR 65,6 million) compared to indicative **margin** in financial programming of January 2011 (EUR 26,5 million) due to:
 - lower appropriations for the new agency for the operational management of large-scale IT systems;
 - reduction to appropriations for administrative and technical support expenditure;
 - minor adjustments for the European Asylum Support Office (EASO) and the Agency for Fundamental Rights (FRA).
- Increase in PA (up to 6,8%) is to serve mainly the general programme Solidarity & management of migration flows (encompassing the 4 distinct funds). Programme's profile is built on an increase year

after year. Payments just follow the underlying increase in commitments (interim and final payments for work programmes adopted in 2010 and 2011 falling due for payment in 2012).

Background: The significant increase across this heading has its roots in the 2007-2013 MFF negotiations, when it was decided to give an important boost to justice and home affairs issues. So every year of the MFF we are seeing increases,

*The **Stockholm Programme** will be financed within the ceiling of heading 3a of the current financial framework (no new appropriations), Many of the measures and actions will be implemented through a more effective use of existing instruments and funds. In 2012, the Commission will submit a mid-term review of the implementation of the Stockholm Programme, in order to ensure that the programme remains in line with European and global developments,*

1. Solidarity and management of migration flows

CA € 788,2 million + 28,8 %; PA € 439,1 million + 6,9 %

Increases reflect the continued strengthening of the solidarity mechanisms:

External Borders Fund up 38% to EUR 349,6 million

European Return Fund up 43% to EUR 163 million

European Fund for the Integration of 3rd Country Nationals up 23% to EUR 163 million

European Refugee Fund remains stable to EUR 104 million including EUR 10 million for the emergency measures in the event of mass influxes of refugees, is proposed for 2012, in line with the financial programming.

2. Security and safeguarding liberties

CA € 141,7 million + 5,8 %; PA € 45,9 million -22,8%

Reinforcement fully respects the financial programming of 2012.

Strengthening EU's efforts to combat crime and terrorism, Example: programme for Prevention of and Fight against Crime, targeting border cooperation & law enforcement...

3. Fundamental rights and justice

CA € 80,3 million -1,2%; PA € 63,7 million +9,8%

For 2012 slight decrease in the level of appropriations, It allows the Commission to meet its objectives in this matter and reflects the needs of the programme. It also fully respects the financial programming of 2012.

4. Decentralised agencies

CA € 268,5 million + 8,3%; PA € 262,0 million +10,8%

- European Asylum Support Office (EASO) shall become fully operational in June 2011, The appropriations for 2012 will increase to EUR 2 million for operational expenditure, CA respect the financial programming;

- Frontex agency (EUR 79,5 million) CA are in line with the financial programming for 2012;

- Agency for the operational management of large scale IT systems should be legally established by mid 2011, Awaiting formal adoption of the basic act, the appropriations requested for 2012 (EUR 20 million) are put in reserve, This level of CA takes into account the delay in setting up the agency; it is below what was foreseen in the financial programming (EUR 54,5 million);

- EUROJUST will increase by 4,9 %, in order to enable the agency to carry out its new tasks as defined in the Decision of the Council of 16 December 2008 on the strengthening of Eurojust;

- European Police office (EUROPOL), A total EU contribution of EUR 84,5 million is proposed in 2012, This also covers the tasks related to the implementation of the Terrorist Finance Tracking Programme (TFTP), which Europol carries out since 1 August 2010.

Defensives:

Situation Southern Mediterranean – contribution from heading 3a

The recent events in the South Mediterranean could already impact on Budget 2011.

In line with the declaration of the European Council of 11 March 2011 (point 10) and the conclusions of the European Council of 24 March 2011, reinforcement, both in CA and PA, of the Community actions under the External Borders Fund, the European Return Fund and the European Refugee Fund, as well as the Frontex agency could be envisaged in order to support the efforts of Member States directly concerned by the ongoing migratory pressure in the Mediterranean area and to reinforce the capacities of the Frontex Agency to carry out maritime surveillance activities in the areas concerned by the migratory pressure triggered by political events in north Africa.

33.6.2. Heading 3b – Citizenship

3b. Citizenship				
Ceiling	CA	2012 (*)	PA	2012(*)
715,0	672,9	-3,5%	646,3	-0,4%
Margin = 42,1				

* Concerning the Solidarity Fund, it is not in the DB - only budgeted when there is a disaster. So calculations are made excluding EUSF

Key aspects:

- Relatively stable situation for this heading (both in terms of ceiling under the current MFF and in terms of expenditure), Margin increases compared to January 2012 Financial programming due to the combined effect of decrease for Youth in Action and decrease in decentralised agencies and preparatory actions.
- Minimal decrease of 3,5% in CA over 2012 (if the EUSF is included in this comparison, commitment and payment appropriations decrease by 6,0 % and 3,1 % respectively).
- Contributes to several Europe 2020 Strategy flagship initiatives including «youth on the move», «an agenda for new skills and jobs», «European platform against poverty» and «innovative Union».
- Particular focus on Youth in action which decreases by EUR 16 million compared to 2012 Budget (EUR 0,8 million compared to financial programming).

<p>1. Public health and consumer protection CA € 79,0 million +1,8%; PA € 70,5 million - 5,7%</p> <p>2. Culture 2007-2013 CA € 59,9 million + 1,4 %; PA € 51,6 million +1,0%</p> <p>3. Youth in action CA € 124,7 million - 11,2 %; PA € 129,8 million +4,8% CA are in line with the financial programming (slight decrease of 0,8 millions).</p> <p>4. Media 2007 CA € 113,4 million +0,8%; PA € 106,4 million +0,8%</p> <p>5. Europe for citizens CA € 26,6 million -6,6 %; PA € 28,8 million +1,8% A stable level of funding is foreseen, Increase in PA reflects the profile of commitment appropriations adopted in previous years. Execution is good.</p> <p>6. Civil protection Financial Instrument (Rapid response Preparedness) CA € 18,5 million +1,4%; PA € 15,3 million + 7,4% A stable level of funding is foreseen allowing maintaining the current level of effectiveness in the delivery of aid, (Negative priority for PA as shown poor execution).</p> <p>7. Communication actions Example of savings (slide xx) : CA € 93,7 million -0,0%; PA € 88,1 million + 2,3 % Decrease in both CA and CP reflects the end of last year's European year for Volunteers.</p>
--

Defensives: Youth across headings and EU 2020 Flagships

Youth in Action programme consolidation demonstrates the willingness of promoting the mobility the mobility of young people in view of improving their employability and their European citizenship through non formal learning activities, The programme maximises the potential and well-being of young people.

Investing in young people goes beyond that particular Heading and **is a across the Headings issue**, It also serves two of the **EU 2020 Strategy Flagships** (Youth on the move and Innovation Union)

Based on the Commission's proposal for DB 2012 it is estimated that **EUR 2 214 million contribute to "Youth"**:

33.7. Heading 4 - EU as a global partner

4. The European Union as a Global Player				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
9 595,0	9 510,2	1,1 %	7 378,8	6,1 %

Margin = 348,9 (*)

(*) The margin does not take into account the Emergency Aid Reserve (EUR 264,1 million)

Key aspects:

- The situation of the Heading shows that the EU maintains its solidarity on the international stage.
- **Sufficient margin is proposed** -which is an increase compared to the financial programming of January 2011- to accommodate unforeseen needs. It should especially be seen in connection with the recent events in the South Mediterranean and the planned review of the Neighbourhood policy expected for next May. An amending Letter is also to be expected.
- Despite the increase in commitments, the level of payments remains stable as all requests for payments have been thoroughly scrutinised in order to match direct needs. This might, however, require an increase of payments in the future.

1. Instrument for Pre-accession Assistance (IPA)

CA € 1 875,7 million +4,4%; PA € 1 451,2 million +0,5 %

Even if there is an increase compared to 2011, some IPA components – that do not reach sufficiently expected beneficiaries-, are reduced (€ -60 million less than in the financial programming), Otherwise, CA and PA are in line with programme evolution.

2. European Neighbourhood and Partnership Instrument (ENPI)

CA € 1 928,0 million +5,5%; PA € 1 266,8 million -7%

The lower level in PA for the ENP chapter is linked to the significant decrease in CA for Palestine, Due to the nature of the funding, the disbursement rhythm is very fast ("PEGASE effect") so that any decrease in CA can be translated into lower needs for PA in the same budget exercise, This is not the case with other items in this chapter.

3. Development Cooperation Instrument

CA € 2 576,0 million -2,7%; PA € 2 199,1 million +1,8%

Example of savings (slide 11) :

CA: 70 millions less than in 2011 Budget and a decrease of EUR 88,5 millions compared to financial programming. The decrease comes mainly from geographical programmes on the basis of performance in Latin America, Asia, and South Africa. On the other side, the thematic programme Environment and Sustainable management of Natural Resources is reinforced with EUR 50 million for financing measures of adaptation, mitigation and technology transfer in the least Developed Countries and emerging economies.

4. Democracy and Human Rights

CA € 168,7 million +1%; PA 159,5 million +12,2%

The programme has now reached cruising speed after slower consumption in previous years. The increase in payments is expected to catch up some of the RAL.

5. Common Foreign Security Policy (CFSP)

CA € 363,2 million +10,9%; PA € 317,4 million +16,5%

In line with the priorities stemming up from the Lisbon Treaty and voiced by the HR/VC Cathy Ashton the civilian crisis management and conflict prevention are a key for continuing the EU contribution to maintaining stability in several conflict areas/regions. The proposed commitment appropriations in 2012 is the level of the Financial Programming: an increase of nearly EUR 36 million compared to budget 2011.

Example of savings (slide 11) :

Negative priority

Instrument with Industrialised Countries (ICI and ICI+): the decrease of EUR 18,8 million compared to the financial programming takes into account a slower phasing in (and thus a more gradual capacity to deliver results) of the new ICI+ programme, which remains to be adopted by the legislative authority

Background information (reinforcements / containments)

- In line with the financial framework 2007-2013, the 2012 DB continues to respect the profile of the multiannual financial envelopes of the respective instruments, as a whole. However, a number of **increases of appropriations over the indicative financial programming** are proposed such as:
 - **Environment and Sustainable Management of Natural Resources (ENRTP):** thematic programme within the DCI reinforced by EUR 50 million for financing Fast Start Climate Action, as follow up to the Copenhagen Accord reached in December 2009 and in line with the decisions taken at the climate conference in Cancun in 2010,

- **Guarantee Fund for external actions:** provisioning of this fund is set at EUR 260,2 million (EUR 200 million originally foreseen in the financial programming for 2012) due to the strong increase of net disbursements by the European Investment Bank.

Furthermore, once again new appropriations are taken from the margin for some specific initiatives which do not have a proper financial programming , such as :

- **Turkish Cypriot Community:** EUR 25 million are proposed to continue to support the Turkish Cypriot Community, corresponding to a reduction of EUR 3 million compared to the 2011 budget.

- Simultaneously, the Commission has closely reviewed the budget planning of the existing instruments based on budget implementation, absorption capacity and performance information, On this basis, initially planned **increases** of some actions have to be to some extent **scaled down, compared to the initial financial programming for 2012** . The following cases are highlighted (in CA):

- **Development Cooperation Instrument (DCI):** in total, **EUR 88,5** million are taken mostly from geographical programmes on the basis of the outcome of the performance assessment and the information on absorption capacity.
- **Instrument for Pre-Accession (IPA):** the increase of EUR 79 million compared to the 2011 budget reflects however a decrease of EUR 60 million compared to the financial programming, Reductions are applied taking into account the budgetary impact of the various IPA components and particularly also past performance, absorption capacity and budget implementation;
- **Instrument for Stability (IFS):** the increase of **EUR 12,2 million** compared to the 2011 budget implies however a reduction of **EUR 60 million** compared to the financial programming, The reason in this case is that no identified additional output needs in terms of conflict prevention and resolution would justify such an additional amount at this stage, without prejudice of the reinforcement that might be proposed later after the European Neighbourhood policy review;
- **Macro Financial Assistance (MFA):** the level of the 2011 budget is maintained and corresponds to a decrease of EUR **19,1** million compared to the financial programming, This amount should be sufficient, both to continue meeting the objective of resolving current balance of payments crises in third countries and as a starting point for possible additional operations if needed;
- **Instrument with Industrialised Countries (ICI and ICI+):** the decrease of EUR 18,8 million compared to the financial programming takes into account a slower phasing in (and thus a more gradual capacity to deliver results) of the new ICI+ programme, which remains to be adopted by the legislative authority;
- **EU subscription to capital of the European Bank for Reconstruction and Development (EBRD):** the EU's subscription to the last capital increase of the EBRD has been funded through incorporation of unrestricted reserves and therefore does not require any budgetary commitment and payment, That frees an amount of EUR 23,4 million under budget line 01 03 01 01 (European Bank for Reconstruction and Development — Provision of paid-up shares of subscribed capital) foreseen in the financial programming;
- **The so-called «former BA lines»:** administrative support expenditure directly linked to the implementation of programmes and charged on the corresponding financial envelopes, increases by 2,9 % in relation with the 2011 budget, to EUR 243,1 million, This is however a decrease of 2 % compared to the financial programming for 2012, The difference with the appropriations

originally programmed has been maintained in the operational envelopes of the respective instruments.

European Neighbourhood Policy / Situation Southern Mediterranean

- The changes in the Mediterranean Neighbourhood are momentous, In **the Joint Communication** submitted to the European Parliament on 8 March, the Commission outlined an ambitious vision for a **"Partnership for Democracy and Shared Prosperity with the Southern Mediterranean "**, incl. financial assistance dimension.
- Financial Assistance from the EU budget will be an important building block to underpin the renewed relations, At this stage, however, the exact nature of the demands remains to be determined in dialogue with our partners in Egypt and Tunisia, The aid modalities and the sectoral objectives per country will have to be thoroughly re-visited to be adapted to radically new frame-conditions, Therefore, the **level of additional funding** and the best suited legal bases are **as yet uncertain**.
- Two things are certain though: 1) the Commission will mobilise and "max out" all budgetary instruments and mechanisms at our disposal, ranging from Humanitarian Aid for the refugees, via Electoral Support and Observation Missions to the Instrument for Stability; 2) the **ENPI** will provide the basis for the lion's share of financial assistance which will be characterised by increased focus on the principles of flexibility, conditionality, differentiation and cooperation with civil society actors.

After the annual **review of the European Neighbourhood Policy** foreseen for **10 May 2011**, the Commission will present an Amending Letter in order to reflect the necessary budgetary adjustments for 2012 which should be primarily affected to the South Mediterranean.

Reduction as compared to 2011 for DCI

Commission has endeavoured to follow a differentiated and targeted approach in allocating appropriations for external expenditures. Performance criteria such as absorption but also political considerations were applied.

As a result, within the remit of the DCI, a number of budget chapters saw a decrease, in particular those covering **geographical programmes for richer developing countries and emerging economies**.

We consider that our continued fruitful cooperation with them will not hinge on some variation in the volume of assistance.

Three things should be stressed however:

- First: some programmes under the DCI have **also been reinforced**, where warranted, for example the **thematic environment programme** where resources for climate and biodiversity action were topped up.
- Secondly, the decreases will not be "lost funding" in terms of Official Development Aid. They are re-allocated to margin and are available for unforeseen events in the realm of external assistance.
- Finally, a reasonable margin is an important element of flexibility and thus an essential tool for reactivity in a policy domain requiring particular response capacity.

Support to the Turkish Cypriot Community

There is a need to continue the support to the Turkish Cypriot community in order to bring it closer to the European Union and to prepare for reunification of the island. The funds proposed in the budget (EUR 25 million)

are to be used, in particular, for grant schemes addressed to a large variety of beneficiaries within the civil society of the community: NGOs, students and teachers, schools, farmers, small villages, SMEs. These activities are reunification driven. Priority should be given, where possible, to reconciliation projects which create bridges between the two communities and build confidence. These measures underline the strong desire and commitment of the EU to a Cyprus settlement and reunification.

33.8. Heading 5 - Administration

5. Administration				
Ceiling	CA	2012	PA	2012
9 095,0	8 546,0	3,2%	8 547,1	3,3%
<i>Excluding Croatia</i>		2,8%		2,8%
Margin = 635,0 (*)				
(*) The margin is calculated including footnote (1) of the financial framework 2007-2013 for an amount of EUR 86 million from the staff contributions to the pensions scheme				

Key aspects:

Total increase of administrative expenditure of **all institutions is 3,2%** (EUR 8,5 billion in CA&PA), or **2,8% excluding Croatia**.

No growth for the **Commission (excluding common expenditure: pensions and European schools)**.

It has opted for a "**nominal freeze**", i.e. a **0.0% increase** compared to the 2011 budget, of its administrative expenditure.

Not taking into account a possible future enlargement, it remains in line with its commitment to meet all staffing needs up to 2013 under **constant resources**.

- Other institutions' administrative expenditure increase by 3,3% (2,7% excl. Croatia).
- Common administrative expenditure to all institutions increase by 6,7%:

Pensions: + 6,8 %

European schools: + 5,9 %

Commission's share of heading 5 represents 40,1% (excluding pensions and European schools), Other institutions' share represents 42% of administrative expenditure.

The margin left under the ceiling is important.

1. Commission (excluding common expenditure: pensions and European schools)

CA and PA: EUR 3 375 million, +1,5% (+1,2% excl. Croatia)

2. Other institutions (excluding pensions)

CA and PA: EUR 3 578,6 million, +3,3% (+ 2,7% excl. Croatia)

3. Pensions (all institutions)

CA and PA: EUR 1 312,1 million, +4%

4. European Schools

CA and PA: EUR 169,2 million, +1,7%

Commission administrative budget

The Commission has opted for a "nominal freeze" of its administrative expenditure for 2012 (excluding Pensions and European schools), i.e. a **0.0% increase** compared to the 2011 budget.

Example of savings (slide 11): In order to achieve such result, it had to neutralise the evolution of its statutory or contractual obligations by net reductions/savings (globally by 3,5 %) in the following areas: meetings and conferences, mission and representation costs of members and staff, studies, general equipment, transport, furniture, IT services, hardware and information systems, training, publication and expenditure for mobility.

Staff remunerations	1,6 %
Other expenditure:	-3,5 %
Members	-2,9 %
Recruitments, early retirement «dégagement», training and social cost	-9,1 %
IT services and linguistic external personnel	-3,4 %
Building	-0,1 %
Missions, representation, meetings, committees and conferences	-6,2 %
Publications, Information, Studies & Investigations	-11 %
General equipment, IT, Mobility, etc	-6,1 %
TOTAL	0,0 %

The **staff remunerations increase by 1,6 %** (expenditure for remuneration of staff accounts for almost two thirds of the Commission administrative expenditure).

Between 2001 and 2010, there has been a steady decrease (from more than 50% to some 45%) of the Commission's share in the total administrative expenditure. A particular shift is to be noticed in 2011(40,6%) due to the impact of the creation of the EEAS.

Pensions

- The **4 % increase in pension's expenditure** is mainly due to an increase in the population of officials entering the age bracket in which they are likely to take retirement.
- This is a common trend across the EU, not just in the institutions.
- This evolution is in line with the financial programming 2007-13.

The table below shows the breakdown by Institution of the pension appropriations:

Institution	%	DB 2012
Parliament	11,84%	155.301.764
Council	9,08%	119.111.454
Commission	71,87%	942.999.783
Court of Justice	1,87%	24.540.140
Court of Auditors	2,12%	27.833.495
ESC / CoR	1,28%	16.783.506
Others	1,95%	25.544.858
Total	100,00%	1.312.115.000

In 2012, the pension estimate incorporates an estimated increase in the number of officials retiring for all

Institutions of 670. Out of these 382 retirees come from the Commission (50% AD, 25% AST (ex-B), 25% AST (ex-C)). The salary estimate in the DB2012 is based on the assumption that each official retiring will be replaced by a new recruit entering the Commission at the lowest grade of the respective function group (AST1, AST3 or AD5).

European schools

- Increase in appropriations for European schools matches (+1,7%):
 - The appropriations for European schools correspond to the amounts adopted by the budget committee of the European schools.
 - The increase in the contribution to national schools in Member States which offer EU curriculum sections equivalent to European schools («Type 2» European schools) takes into account the evolution in the number of pupils.

FUTURE ACCESSION

Does the budget already include expenditure related to enlargement?

- Given the general budgetary environment and the as yet unknown date of future accessions, the Commission **has not requested any additional human resources in relation to a future enlargement in DB 2012.**
- It has remained committed to the call made in its letter of 03.02.2011 for a **coordinated approach** as regards additional administrative needs stemming from any possible future **enlargement** as to not to budget them before a final decision is made on accession.
- Of course, we continue to fund the pre-accession aid instrument (IPA) under heading 4. This support to candidate countries is intended to prepare them for accession, and was provided in the past, prior to the 2004 and 2007 enlargements.
- While the Commission and some other institutions have not requested any new posts for enlargement yet, EP and the Council **already obtained additional new posts and appropriations linked to enlargement to Croatia in the 2011 budget.**
- Having said that, in the 2012 draft budget the Council requests 7 contract agents for the translation of the accession treaties and the supervision of the translation for the *acquis communautaire* in Croatian.
- Any other requests relating to enlargement issues will be introduced via an amending letter or a specific amending budget once a formal decision on the adhesion date will have been taken.

Other institutions' administrative expenditure - background

- Further to the call made in the Commission's letter sent to the other Institutions on 3 February, the European Institutions have taken into account the broader economic and budgetary context in the preparation of their budget request for 2012 and have made all possible efforts for the **best use of their administrative resources.**

- The **Council** has opted for a reduction of 4,4 % in its own budget and a net reduction of some 20 posts, In reality, however, **these decreases are largely artificial**:
 - the reduction in posts is partially balanced by a transfer of activities to PMO,
 - the reduction in appropriations mostly relates to items which were previously under-implemented, such as interpretation and travel costs reimbursements, as well as to the phasing-out of expenditure related to the Residence Palace building.
- The **EP budget** increases by 2,3%, It represents 19,7% share of heading 5, However, this figure excludes additional expenditure linked to "previous" decisions such as the staff and expenditure for 18 new MEPs (Lisbon Treaty) and the consequences of the Croatian accession which could be followed by an Amending Letter when decision on accession confirmed.
- The picture for the budgets of the **other Institutions** is more mixed:
 - Court of Justice (+3,7%), European External Action Service (+5,8%) and the Committee of the Regions (+2,8%) show an increase on 2011 above inflation;
 - European Ombudsman (+0,5%) and European Data Protection Supervisor (+1%) show a more moderate increase on 2011;
 - the Court of Auditors decreases by 0,8% on 2011;

For 2012, the estimated global request of the other Institutions posts is 52.

Council's cut of 4,4% is artificial

- The Council's budget request for 2012 decreases by **€24,7mn (-4,4%)** compared to 2011.
- This negative increase is mainly after taking into account:
 - a) **under-execution of €15mn** in interpretation and delegations' travel expenses and
 - b) **€10mn reduction** in payments for the construction of **Residence Palace** building as 90% of the total estimated cost of this building will already be paid by 2012.

Therefore one can conclude that it is not as a result of making economies, but partly as a result of **correcting 'over' budgeting** that took place in the past and partly because the payments in relation to the Residence Palace building are coming to an end.

Furthermore it should be noted that the 2012 DB includes a **contingency reserve of €6mn** (same amount as 2011) for unforeseen expenditure.

In addition:

- the Council proposes to reduce its establishment plan by 20 AST posts, following the transfer of activities for the joint sickness insurance from the Council to the PMO (9 AST) and some rationalisation efforts in the working methods of the linguistic units (11 AST),
- other economies stem from a reduction in mission expenses by €0,5mn, from the revision of certain building projects' schedules for fitting out work (-€1,1mn), from a reduction in the costs relating to security installations (-€0,1mn) and from a reduction of €0,6mn in the production cost of the Official

Journal, based on a decrease of the price per page.

33.9. HORIZONTAL ISSUES

33.9.1. Human resources

- The Commission's statement of estimates for 2013 **translates its proposal to reduce staff by 5 % over five years¹⁰⁴ into concrete budget terms**, without prejudice to a limited request for additional staff in order to cope with the expected accession of Croatia to the EU as of 1 July 2013. **All new activities not linked to enlargement will be covered through efficiency gains and redeployment.**
- This results in a **1,18 % reduction of all Commission staff** financed across all MFF headings, including a 1,05 % reduction of establishment plan posts (- **263 posts**) and a 1,56 % reduction of external personnel (- **141** estimated full-time equivalent units - hereafter 'FTE') financed under all headings. Moreover, the increase of expenditure for the six executive agencies combined has been limited to 1 %, i.e. well below the inflation rate. As a result, the total number of staff, including the six executive agencies to which the Commission has delegated implementation tasks (see point 4.3.4 below), is **reduced by 1 %** as illustrated in the table below.
- the Commission is requesting **125 FTE for 2013** (114 establishment plan posts and appropriations for 11 contract agents and the conversion of appropriations into posts in its establishment plans for 28 of the 46 contract agents frontloaded in 2012).
- Despite the additional human resources requested for Croatia's accession, the Commission is presenting a 2013 statement of estimates that reduces its overall number of human resources for the third year in a row¹⁰⁵, with a net reduction of 279 FTE (121 posts and 158 estimated FTE of external personnel).

33.9.2. Agencies

33.9.2.1. Decentralised agencies

- In DB 2012, the Commission confirms, its policy with regard to the assigned revenue of decentralised agencies, introduced in 2009 PDB. To a large extent, such policy has been endorsed by the Council and by the EP (with the exception some years to the partially self-financed agencies (Medicines and Aviation) which were meant to benefit from a "safety net"). It has also been endorsed by the Conciliation Committee on budget 2011.
- This policy is based on deducted from EU contribution the assigned revenues stemming from the recovery of decentralised agency surpluses for the year 2010 (n-2), reducing consequently the need for «fresh appropriations» entered in 2012 DB;
- When assessing the decentralised agency's needs for the financial year 2012, the Commission has also taken into account the relative size of the agency surplus for the year 2010 (as compared to agency revenue received in 2010).
- Total EU contribution is set at **EUR 741,5 million**. Composed of EUR 720,7 million entered in the 2012 DB and of EUR 20,8 million of the assigned revenues stemming from the recovery of the 2010 surplus.

104 Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: A budget for Europe 2020 (COM(2011)500 final of 29.6.2011); Draft Interinstitutional Agreement between the European Parliament, the Council and the Commission on cooperation in budgetary matters and on sound financial management, Article 23 (COM(2011)403 final of 29.6.2011).

105 -17 FTE in the 2012 Draft Budget, -100 FTE in the 2011 Draft Budget.

- This represents an **increase of the total EU contribution as compared to the 2011 budget** of EUR 40,4 million, or **+4,9 %**.
- This increase mostly results from the additional needs related to the financing of the ‘*to be created*’¹⁰⁶ and ‘*start-up phase*’¹⁰⁷ **agencies (45%)**.
- For 'cruising speed' agencies, as a rule, no additional posts have been granted (even a net reduction of four posts is foreseen) and **appropriations are in line with inflation**.
- As regards **staffing** of the decentralised agencies, the **increase of 213 posts** foreseen for 2012 relates to:
 - The ‘*to be created*’ and ‘*start-up phase*’ agencies, for which 80 new posts are requested;
 - Agencies which have recently been assigned ‘*new tasks*’¹⁰⁸, for which 137 new posts are foreseen, of which 81 posts will be financed from additional fees from industry, for the European Aviation Safety Agency (EASA) and the European Medicines Agency (EMA).

33.9.2.2. Executive agencies

- 2012 DB reflects careful assessment of needs for the executive agencies,
- For the third year, it results in a reduction of appropriations as compared to the 2012 amounts foreseen in the indicative financial statement and as compared to the financial programming (- 10 %).
- But in practice it means **an increase of the EU contribution on Budget 2011** (from EUR 152,1 million in the 2011 budget to EUR 165,6 million in the 2012 DB) **relating entirely to the ongoing phasing-in of the research executive agencies** (ERCEA and REA), due to the progressive recruitment of personnel as foreseen when setting up the agencies (nonetheless it remains below the financial programming).
- The EU contribution to the **four «cruising speed»** executive agencies (EACI, EACEA, EAHC and TEN-T EA), on the other hand, actually shows a **slight decrease**, from EUR 79,4 million in the 2011 budget to EUR 79,3 million in the 2012 DB.

33.9.3. Technical and administrative support expenditure (ex- BA lines)

7. Technical and administrative support expenditure (ex- BA lines)

6. Starting point for the 2012 DB is the choice made by the budgetary authority in the 2011 budgetary procedure.
7. On that basis, both **execution 2010** and **growth of the 2012 programmes** to be managed have been taken into consideration,

106 European Chemicals Agency (ECHA) – Biocides activities, European Chemicals Agency (ECHA) – Prior Informed Consent (PIC) activities, and the Agency for the operational management of large-scale IT systems in the area of freedom, security and justice.

107 The Office of the Body of European Regulators for Electronic Communications (BEREC – Office), European Banking Authority (EBA), European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA), European Securities and Markets Authority (ESMA), European Agency for the Cooperation of Energy Regulators (ACER), European Asylum Support Office (EASO), Fundamental Rights Agency (FRA) and Gender Institute.

108 European GNSS Supervisory Agency (GSA), European Aviation Safety Agency (EASA), European Maritime Safety Agency (EMSA), European Network and Information Security Agency (ENISA), European Medicines Agency (EMA), European Environment Agency (EEA), European Police College (CEPOL) and Eurojust.

8. The Commission has mirrored the way in which the Commission has reduced its own running costs under heading 5 (Administration). This exercise has enabled it to propose savings with respect to the latest financial programming for 2012.
9. **Increase proposed is of 2,1 %** compared to the overall corresponding budget 2011 (however well below the multi-annual financial programming for this type of expenditure).

8. The Commission considers the requested increase necessary to ensure proper implementation of operational programmes.

10. For a large number of administrative support lines, the Commission requests a level of appropriations which remains constant in nominal terms, reflecting the rigour applied to administrative resources in general,
11. This strict approach has for instance led to reduced allocations for administrative support expenditure linked to Cohesion (heading 1b), notably for ESF (- EUR 0,5 million) and the Cohesion Fund (- EUR 0,75 million).
12. This increase on 2011 budget is limited to number of key programmes, in particular in the field of environment and **climate action** (heading 2, + EUR 1,7 million) and **external relations** (heading 4, + EUR 6,9 million).
 1. For environment and climate action, this reflects the importance attached to this policy area, further to the Copenhagen Accord of December 2009, However, the increase remains below the level of appropriations foreseen for this budget line in the financial programming for 2012.
 2. In Heading 4, the increase is due to:
 1. The number of contract agents (as opposed to local agents) to manage the ongoing «deconcentrated» external aid action in delegations that is gradually increasing over the period 2007-2013 (one of the conditions under which the Commission committed in the 2007 «screening» of Commission human resources¹⁰⁹ to meet staffing needs through redeployment up to 2013),
 2. To the corollary of the growing level of commitment appropriations, to be managed in delegations, for the major instruments.

109 «Planning & optimising Commission human resources to serve EU priorities», Report from the Commission, SEC (2007) 530, 24.4.2007, footnote 17.